



Ana Paula Cabrita Natal de Brito Boto

Licenciada em Ensino da Matemática
Mestre em Administração Pública (MPA) - Especialização em Administração da Educação

A Mediação e a Mediatização das Políticas Educativas: O Papel da Imprensa Escrita na Iniciativa Novas Oportunidades

Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação
na Especialização em Educação, Sociedade e Desenvolvimento

Orientadora: Professora Doutora Mariana Teresa Gaio Alves, Professora Auxiliar com
Agregação, Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa

Júri

Presidente: Prof. Doutor António Manuel Dias de Sá Nunes dos Santos

Arguentes: Prof. Doutor Almerindo Janela Gonçalves Afonso
Prof.^a Doutora Paula Cristina da Encarnação Oliveira Guimarães

Vogais: Prof.^a Doutora Mariana Teresa Gaio Alves
Prof.^a Doutora Antónia do Carmo Anjinho Barriga
Prof.^a Doutora Maria do Carmo Pereira de Campos Vieira da Silva
Prof. Doutor João José Carvalho Correia de Freitas





Ana Paula Cabrita Natal de Brito Boto

Licenciada em Ensino da Matemática
Mestre em Administração Pública (MPA) - Especialização em Administração da Educação

A Mediação e a Mediatização das Políticas Educativas: O Papel da Imprensa Escrita na Iniciativa Novas Oportunidades

Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação
na Especialização em Educação, Sociedade e Desenvolvimento

Orientadora: Professora Doutora Mariana Teresa Gaio Alves, Professora Auxiliar com Agregação, Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa

Júri

Presidente: Prof. Doutor António Manuel Dias de Sá Nunes dos Santos

Arguentes: Prof. Doutor Almerindo Janela Gonçalves Afonso
Prof.^a Doutora Paula Cristina da Encarnação Oliveira Guimarães

Vogais: Prof.^a Doutora Mariana Teresa Gaio Alves
Prof.^a Doutora Antónia do Carmo Anjinho Barriga
Prof.^a Doutora Maria do Carmo Pereira de Campos Vieira da Silva
Prof. Doutor João José Carvalho Correia de Freitas

A Mediação e a Mediatização das Políticas Educativas: O Papel da Imprensa Escrita na Iniciativa Novas Oportunidades

Copyright © Ana Paula Natal e FCT/UNL, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Ao meu pai, *in memoriam*
À minha mãe

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha orientadora, a Professora Doutora Mariana Gaio Alves, pelo apoio e disponibilidade sempre manifestados, pelos seus conselhos sábios e pertinentes que me estimularam durante estes anos a manter uma atitude de constante questionamento e aprendizagem reflexiva decisiva na concretização deste projeto de investigação.

Aos meus colegas do Programa de Doutoramento em Ciências da Educação agradeço a atenção e o carinho que dispensaram nesta última etapa e que em muito me ajudaram a concluir este projeto.

À minha família que pacientemente resistiu a tantos estados de alma inquietos, o meu profundo agradecimento.

O meu agradecimento vai também para os meus amigos que estiveram ao meu lado quotidianamente e me encorajaram a prosseguir; para aqueles que, embora distantes, souberam manter-se sempre presentes nos momentos mais difíceis, enviando uma palavra amiga de carinho e incentivo, deixo o meu muito sincero *Obrigada*.

RESUMO

Esta investigação, centrada na interação dos meios de comunicação social com as políticas de educação e formação desenvolvidas em Portugal a partir de 2005 em torno da aprendizagem ao longo da vida, tem em vista contribuir para clarificar alguns aspetos da construção das políticas educativas que se prendem com os processos de mediação e mediatização dessas políticas.

Considerando que num contexto de governança da educação os processos de regulação das políticas educativas são necessariamente afetados pelas interpretações veiculadas pelos meios de comunicação social, contribuindo desse modo para as especificidades dos sistemas educativos nacionais, o quadro teórico de referência que se construiu compreende uma abordagem ao conceito de governança da educação, num contexto de globalização e de políticas de aprendizagem ao longo da vida que destaca os diversos níveis de regulação, bem como uma perspetiva compreensiva dos processos de mediação e de mediatização das políticas.

No plano empírico fixou-se como objetivo geral perceber qual foi o papel desempenhado pela imprensa escrita nos processos de mediação e mediatização da Iniciativa Novas Oportunidades (INO). Recorrendo à análise do discurso e à análise de conteúdo procurou-se identificar e compreender a complexidade de interações que se estabeleceram no processo de mediação e mediatização da INO, e conhecer e interpretar as perspetivas em jogo. Neste sentido, apresenta-se um quadro complexo que visa contribuir para aprofundar o conhecimento sobre as políticas de aprendizagem ao longo da vida e sobre o papel dos meios de comunicação social na construção dessas políticas.

Os resultados obtidos mostram que apesar das diferenças significativas na forma como a INO foi interpretada por três jornais, Público, Correio da Manhã e Expresso, a educação e formação de adultos esteve no centro das atenções. Porém, as vozes, esporadicamente de cientistas da educação ou de cientistas sociais, revelaram preocupações, ambiguidades e tensões em torno de aspetos cruciais desta política educativa.

Termos-chave: Políticas Educativas, Aprendizagem ao Longo da Vida, Iniciativa Novas Oportunidades, Discursos, Média, Mediatização.

ABSTRACT

This investigation, focused on the interaction of the media with the education and training policies over lifelong learning which were developed in Portugal since 2005, aims at contributing to clarify some aspects of educational policy making relating to the processes of mediation and mediatization of these policies.

Whereas in a context of education governance the regulation processes of educational policies are necessarily affected by the interpretations publicised by the media, thus contributing to the specificities of national education systems, the theoretical framework of reference that we built includes an approach to the education governance concept, in a context of globalization and of policies for lifelong learning that highlights both the various levels of regulation and a comprehensive perspective of the processes of mediation and mediatization of policies.

On the empirical level, we established as general objective perceiving the role of the press in the processes of mediation and mediatization of *Iniciativa Novas Oportunidades* (INO). Using discourse analysis and content analysis, we sought to identify and understand the complexity of interactions that were established in the mediation process and mediatization of the INO, as well as get to know and interpret the perspectives at stake. In this regard, we present a complex picture whose aim is to improve knowledge on the policies of lifelong learning and on the role of the media in the construction of these policies.

The results obtained show that despite the significant differences in the way INO was interpreted by three newspapers, *Público*, *Correio da Manhã* and *Expresso*, adult education and training took center stage. However, there were voices, occasionally of educational or social scientists, revealing concerns, ambiguities and tensions around crucial aspects of this educational policy.

Keywords: Keywords: Educational policies, lifelong learning, Iniciativa Novas Oportunidades, Media, Mediation, Mediatization.

Índice de Matérias

Introdução	1
PARTE I: Os Média num Quadro de Governança e de Políticas de Aprendizagem ao Longo da Vida.....	13
Capítulo I: A Globalização e Novos Modos de Governação da Educação	13
1.1 Do Estado ao mercado: Novas formas de globalização	13
1.2 Entre o Estado e o mercado: Novos modos de governação dos Estados e da educação.....	17
1.3 A governança da educação no espaço europeu	21
1.4 A regulação nacional e a regulação local	25
Capítulo II: O Papel dos Média nos Processos de Microrregulação das Políticas	29
2.1 A esfera pública nas sociedades democráticas atuais	29
2.2 Processos de construção dos problemas públicos.....	32
2.2.1 O discurso no espaço público e o espaço de opinião da imprensa escrita	34
2.2.2 O papel dos média numa sociedade democrática	37
2.3 A mediação e a mediatização da política e das políticas	40
2.3.1 A mediatização segundo Shaun Rawolle.....	44
2.3.2 A mediatização segundo Winfried Schulz	50
2.3.3 <i>Agenda-setting, priming e framing</i>	52
2.4 Seleção e construção das notícias	57
2.4.1 Do conceito de <i>gatekeeper</i> aos processos de <i>gatekeeping</i> e de <i>newsmaking</i>	57
2.4.2 Os valores de notícia e as rotinas produtivas	59
2.4.3 As fontes	62
Capítulo III: Os Contextos Macro e Meso da INO	67
3.1 A aprendizagem ao longo da vida: Breve nota histórica.....	67
3.2 Aspetos relevantes da educação de adultos em Portugal até 2004	70
3.3 Momentos marcantes do ensino secundário em Portugal até 2004	78
3.4 A Iniciativa Novas Oportunidades.....	82

3.4.1 O eixo de ação Adultos	84
3.4.2 O eixo de ação Jovem.....	88
3.5 Reflexão crítica sobre os principais resultados da INO	90
3.6 Reflexão educativa sobre os temas subjacentes à INO	93
3.6.1 A Aprendizagem ao longo da vida	94
3.6.2 O processo de RVCC.....	97
PARTE II: A Mediação e a Mediatização da INO	101
Capítulo IV: Construção da Problemática e Opções Metodológicas	101
4.1 Objetivo e questões da investigação	102
4.2 Constituição do <i>corpus</i> de análise	104
4.3 Metodologia de análise dos textos da imprensa escrita	108
4.3.1 A análise do discurso e os textos da imprensa escrita	110
4.3.2 A análise de conteúdo e os textos da imprensa escrita	113
Capítulo V: As Vozes dos Agentes e os Contextos de Produção	117
5.1 Panorâmica geral sobre os dados recolhidos	117
5.2 A notícia e a opinião em textos de dimensão reduzida.....	122
5.3 O debate e a argumentação em torno da INO: O espaço de opinião da imprensa escrita .	131
5.3.1 As vozes dos <i>opinion makers</i> e dos agentes entrevistados	132
5.3.2 As vozes dos leitores	141
5.4 Os textos dos jornalistas em torno da INO: A notícia e a reportagem	147
5.4.1 A INO no semanário Expresso.....	148
5.4.2 A INO no jornal C.M.....	155
5.4.3 A INO no jornal Público.....	165
Discussão Geral e Conclusão	195
Referências.....	209
Anexo A: Constituição do <i>corpus</i> de pesquisa por ano de publicação, género e jornal	221
Anexo B: Temas centrais, temas enquadradores e respetivas categorias, e agentes citados ou referidos.....	223

Anexo C: Análise textual efetuada a dois artigos de <i>opinion makers</i> e a uma entrevista.....	227
Anexo D: Análise textual efetuada a duas Cartas ao Diretor/a	237
Anexo E: Análise textual efetuada a sete artigos do género jornalístico notícia e reportagem.....	
.....	241
Anexo F: Constituição do <i>corpus</i> de pesquisa por data de publicação, jornal, secção, género jornalístico, autor e título do artigo (em CD).....	257
Anexo G: Análise textual efetuada a 126 artigos (em CD).....	271

Índice de Gráficos

Gráfico 3.1: Literacia-alfabetização na Europa, 1850-1970.....	71
Gráfico 5.1: Percentagem de artigos que integram o <i>corpus</i> de pesquisa publicados por <i>género</i> dentro de cada jornal.....	118
Gráfico 5.2: Número de artigos de opinião exclusivamente de <i>opinion makers</i> que integraram o <i>corpus</i> de pesquisa, publicados por ano em cada jornal	119
Gráfico 5.3: Visibilidade dada à INO por cada jornal e pelo conjunto dos três jornais, com destaque para	121
Gráfico 5.4: Contextos em que a INO foi abordada em textos de curta dimensão	122

Índice de Tabelas

Tabela 5.1: Número de textos por jornal e por género jornalístico.....	117
Tabela 5.2: Número de artigos que foram analisados mediante o método de análise do discurso, distribuídos por jornal e por género jornalístico	121
Tabela 5.3: Número de artigos que foram analisados mediante o método de análise de conteúdo, distribuídos por jornal e género jornalístico	122
Tabela 5.4: Visão panorâmica por temas enquadradores	123
Tabela 5.5: Índices por categoria de conteúdo no tema <i>INO: A Política</i>	124
Tabela 5.6: Índices por categoria de conteúdo no tema <i>INO: Implementação/Operacionalidade</i> ..	125
Tabela 5.7: Índices por categoria de conteúdo no tema <i>INO: Avaliação e alterações</i>	126
Tabela 5.8: Visão apresentada por cada jornal sobre a INO	126
Tabela 5.9: Visão do PÚBLICO por tema enquadrador e categorias dentro do tema <i>INO: A política</i>	127
Tabela 5.10: Visão do C.M. por tema enquadrador e categorias dentro do tema <i>INO: A política</i> ..	128
Tabela 5.11: Visão do Expresso por tema enquadrador e categorias dentro do tema <i>INO: Avaliação e alterações</i>	129
Tabela 5.12: Visão apresentada por cada grupo de atores.....	130
Tabela 5.13: Distribuição dos 18 artigos de opinião por jornal, data e autor	133
Tabela 5.14: Identificação das cartas dos leitores por data de publicação e autor	141
Tabela 5.15: Número de artigos em que se fizeram ouvir as vozes de cada agente tipo	149
Tabela 5.16: Descritores de superfície e organização estrutural e os temas/objetos dos textos do semanário Expresso	154
Tabela 5.17: Número de artigos em que se fizeram ouvir as vozes de cada agente tipo	157
Tabela 5.18: Descritores de superfície e organização estrutural e temas/objetos dos textos do jornal C.M.	162
Tabela 5.19: Número de artigos do <i>corpus</i> de pesquisa por tipo jornalístico e ano de publicação	165
Tabela 5.20: Tipo e frequência de assuntos abordados em torno da INO	167
Tabela 5.21: Agentes e o respetivo número de artigos, publicados no período de 2005 a 2008, em que as suas vozes se fizeram ouvir	168

Tabela 5.22: Os agentes e o respetivo número de artigos, publicados em 2009, em que as suas vozes se fizeram ouvir	173
Tabela 5.23: Os agentes e o respetivo número de artigos, publicados em 2010, em que as suas vozes se fizeram ouvir	175
Tabela 5.24: Os agentes e o respetivo número de artigos, publicados entre 2011 e 2013, em que as suas vozes se fizeram ouvir	176
Tabela 5.25: Descritores de superfície e organização estrutural e os temas/objetos dos textos do PÚBLICO.....	187

Siglas

AGEE – Agenda Globalmente Estruturada para a Educação
ALV – Aprendizagem ao Longo da Vida
ANDE – Associação Nacional de Dirigentes Escolares
ANEFA – Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos
ANQ – Agência Nacional para a Qualificação
ANPEFA – Associação Nacional de Profissionais de Educação e Formação de Adultos
ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
BE – Bloco de Esquerda
CDS-PP – Centro Democrático Social – Partido Popular
CEF – Curso de Educação e Formação
CEMC – Cultura Educacional Mundial Comum
C.M. – Correio da Manhã
CNAES – Comissão Nacional de Acesso ao ensino Superior
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNO – Centro Novas Oportunidades
CQEP – Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional
CRSE – Comissão de Reforma do Sistema Educativo
EEE – Espaço Europeu da Educação
EFA – Educação e Formação de Adultos
ENDS – Estratégia nacional de Desenvolvimento Sustentável
FENPROF – Federação Nacional dos Professores
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
INO – Iniciativa Novas Oportunidades (programa)
IST – Instituto Superior Técnico
ME – Ministério da Educação
MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
PCP – Partido Comunista Português
PIRLS – Progress in International Reading Literacy Study
PISA – Programme of International Student Assessment
PNACE – Plano Nacional de Ação para o Crescimento e Emprego
PNE – Plano Nacional de Emprego
POPH – Programa Operacional Potencial Humano
PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

PT – Plano Tecnológico

QREN – Quadro de Referência Estratégica Nacional

RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

TIC –Tecnologias de Informação e Comunicação

TIMSS – Trends in International Mathematics and Science Study

UE – União Europeia

UI – Unidade de informação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Introdução

O trabalho realizado no âmbito da dissertação que se apresenta centra-se na interação dos meios de comunicação social com as políticas de educação e formação desenvolvidas em Portugal, a partir de 2005, em torno da ideia de *aprendizagem ao longo da vida*. Neste texto introdutório começa-se por explicitar as motivações pessoais que levaram a autora a realizar este trabalho de investigação e o seu interesse científico e social; posteriormente, clarifica-se a abordagem metodológica que se privilegiou e a organização geral desta dissertação.

A mediação das controvérsias no espaço público em torno de assuntos respeitantes à educação pelos meios de comunicação é uma área que há alguns anos despertou o nosso interesse seja pelo percurso profissional da autora—professora do ensino básico e secundário que durante mais de uma década desempenhou funções na direção de uma escola secundária pública—, seja pela pesquisa que realizou com vista à obtenção do grau de Mestre em Administração Pública na especialidade de Administração da Educação, realizada no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e concluída em 2011. Nessa investigação, subordinada ao tema “Entre os Problemas Públicos e a Agenda Política: O Papel dos *Opinion Makers* em torno do Novo Modelo de Avaliação de Desempenho Docente (2007-2009)”, sob a orientação do Prof. Doutor Fernando Humberto Santos Serra, a autora confirmou, entre outros aspetos substantivos relativamente à forma como esta medida de política educativa foi interpretada pelos colunistas/*opinion makers* de dois jornais de referência portugueses, a centralização da argumentação em tópicos de natureza vincadamente social e política, e a continuidade do fechamento do espaço de opinião da imprensa escrita que já Figueiras (2005) e Barriga (2007) haviam constatado nas suas pesquisas. Essa investigação veio despoletar a necessidade de aprofundar as problemáticas que emergem da interação entre os campos sociais da educação e dos meios de comunicação social (mídia).

Por outro lado, quer como cidadã quer também pelo seu percurso profissional, o qual exige uma atenção particular às mudanças que ocorrem no nosso sistema educativo, a autora deu particular atenção à forma como algumas medidas de política educativa adquiriram grande visibilidade no espaço público e foram amplamente trabalhadas pelos meios de comunicação social, especialmente, no período de governação socialista (2005-2009 e 2009-2011). Uma dessas medidas foi o Programa *Iniciativa Novas Oportunidades* implementado em finais de 2005 pelo XVII Governo Constitucional de Portugal em torno da ideia de aprendizagem ao longo da vida (ALV). Este programa assentou em duas vertentes, uma dedicada aos jovens (eixo Jovem) e outra aos adultos (eixo Adultos), e teve como desígnio elevar o patamar de qualificação generalizada dos portugueses para o nível do ensino secundário. Constituindo-se como um pilar fundamental das políticas de emprego e formação profissional nos anos que se seguiram, a estratégia tinha como pressuposto uma relação positiva forte entre o investimento na produção de capital humano e o emprego, a economia, o atenuar das desigualdades sociais e a intensificação da coesão social.

A Iniciativa Novas Oportunidades (INO) motivou o desenvolvimento de um conjunto de projetos de investigação que permitiram, entre outros aspetos, ajuizar acerca do seu real valor e do seu mérito, analisar criticamente as orientações políticas que lhe estiveram subjacentes, discutir os desafios que se colocaram aos educadores de adultos no âmbito deste programa e refletir sobre a forma como Portugal interpretou as orientações da União Europeia (UE) e as integrou no seu sistema educativo. Os respetivos resultados têm sido traduzidos em dissertações de mestrado e doutoramento e outras publicações científicas (vejam-se, por exemplo, Almeida, 2011; Canário, Alves, N., Cavaco, e M. Marques, 2012; Carneiro et al., 2010; Fragoso & Guimarães, 2010; Carvalho, É., 2011; Guimarães, 2009, 2010; M. Marques, 2010; Pacheco, 2009; Ramalhal, 2010; Vieira, 2012), algumas das quais são consideradas na construção do quadro conceptual da investigação e na reflexão educativa sobre temas subjacentes à INO.

Para além disso, a INO registou uma adesão significativa por parte da população portuguesa e despertou a atenção dos média, os quais mantiveram o assunto em agenda durante um longo período de tempo. Sob a forma de notícias, reportagens e entrevistas os média divulgaram a ação do governo e dos respetivos ministérios, reconhecendo-se o recurso aos média como forma de divulgação de comunicados de imprensa sobre acordos ou negociações entre o governo e parceiros sindicais ou associações, mas especialmente nas estratégias de informação ou promoção de determinada política. As vozes do cidadão comum, de representantes de estruturas mais ou menos formais da sociedade civil e de um conjunto de atores com prestígio no espaço público—comentadores/colunistas/*opinion makers*—fizeram-se ouvir. Apresentando os seus pontos de vista, argumentaram a opinião emitida em torno da INO, sugeriram, recomendaram e, desse modo, influenciaram o poder político e as opiniões públicas.

A atenção destacada dos meios de comunicação social à INO é, em si mesma, um indício de alterações no processo de governança da educação, no sentido em que as políticas educativas são cada vez mais o resultado de processos complexos que estão sujeito às influências e aos constrangimentos que guiam a ação dos agentes e dos Estados em diversos níveis de decisão (Alves, M., 2010b; Barroso, Carvalho, L., Fontoura, & Afonso, 2007). Neste cenário os processos de regulação das políticas educativas são necessariamente afetados pelas interpretações fornecidas pelos média, particularmente no interior de cada Estado, contribuindo, deste modo, para as especificidades dos sistemas educativos nacionais. Saliente-se ainda que, num contexto de governança, os Estados assumem essencialmente funções de articulação, regulação e coordenação de uma diversidade de atores e grupos de interesse locais, nacionais e supranacionais que interagem ao longo do tempo em debates e disputas técnicas, constroem subjetividades, (re)conceptualizam os problemas e definem a sua gravidade acentuando o carácter complexo de construção das políticas educativas enquanto processo social.

Assim sendo, este trabalho de investigação pretende contribuir para aprofundar a compreensão das políticas de ALV e explicitar os processos de interação entre os meios de

comunicação social e essas mesmas políticas e, desse modo, clarificar alguns aspetos da construção social das políticas educativas, num quadro de *multirregulação* (Barroso, 2005a) dos sistemas educativos.

A sua relevância científica e social evidencia-se no seguinte: por um lado, sublinha-se o modo como as políticas de educação de adultos foram, durante a primeira década do século XXI, traduzidas em políticas de ALV no âmbito das orientações estratégicas da UE e, no caso português, enquadradas na INO; destaca-se, também, o modo como o recurso à formação conferente de qualificação de dupla certificação serviu de legitimação para o combate à exclusão social, ao insucesso e abandono escolar, tendo em vista, nomeadamente a melhoria dos indicadores de Portugal em matéria de educação e formação, a empregabilidade dos jovens e adultos e uma maior competitividade das empresas, prosseguindo em linha com a matriz ideológica veiculada nas orientações da UE; por outro lado, aprofunda-se o conhecimento sobre o papel dos média na construção social de políticas de ALV. Este último aspeto referido é especialmente pertinente, pois os média assumem um papel fundamental no processo político. Eles condicionam os temas em discussão, deixando alguns de fora, (re)conceptualizam os problemas de acordo com os interesses em jogo (McCombs, 2002; Tan & Weaver, 2010), moldam a forma como a opinião pública reflete sobre os assuntos (McCombs, 1997; 2002; 2004/2009), influenciam as práticas dos agentes situados em campos sociais distintos (Rawolle, 2010a; Lingard & Rawolle, 2004), têm “o poder discricionário de falar e de decidir sobre quem pode ou não falar” (Barriga, 2007, p. 37) pelo que, nesta medida, “the media considerations increasingly affect education policy within the intermediate space between the sphere of formal political agency and the public” (Rönnberg, Lindgren, & Segerholm, 2012, p. 1).

Pelas funções de *mediação* que os média desempenham—permitindo que se estabeleça uma dinâmica de fluxos de produção, circulação, interpretação e receção, ainda que descontínuos e assimétricos (Couldry, 2008)—e pelo seu envolvimento na *mediatização* da política e das políticas, condicionam a formulação dos problemas, a interpretação e a implementação das políticas, e exercem um papel importante nos processos de obtenção de poder por parte dos agentes, pessoas e instituições. O seu envolvimento altera e formata as relações (Mazzoleni & Schulz, 1999; Rawolle, 2010a; Strömbäck, 2011; 2013), influencia as práticas dos agentes situados em campos sociais distintos (Rawolle, 2010b) e, por conseguinte, são um elemento poderoso na produção e reprodução das dimensões ideológicas dos discursos públicos. Por estas e outras razões que se apresentam no desenvolvimento desta dissertação—não as tendo certamente esgotado, mas tão só sublinhado as que se consideram como principais—os média são um ator a que devemos dar particular atenção no estudo das políticas educativas.

Tendo em conta o enquadramento contextual e motivacional atrás sintetizados, estabeleceu-se como objetivo geral da investigação perceber qual foi o papel desempenhado pelos média no processo de mediação e de mediatização da INO. Com este objetivo, tomou-se como objeto de

estudo os textos da imprensa escrita do género jornalístico *notícia*, *notícia breve*, *reportagem*, e outros de carácter opinativo, como os *editoriais*, artigos de *opinião*, *entrevistas*, *cartas do leitor* ou ao diretor/a, e *comentários online* reproduzidos em papel, publicados entre 2005 e 2013, cujo conteúdo versava a INO como tema principal, secundário ou pontual. Assim, nesta pesquisa procurou-se identificar e compreender a complexidade de interações que se estabeleceram no processo de mediação da INO, conhecer e interpretar as perspetivas dos respetivos autores.

Para o alcance do objetivo geral da investigação concorreram as seguintes questões genéricas:

- Como foi a INO apresentada e interpretada na imprensa escrita?
- Quais os atores que se envolveram no debate?
- Que perspetivas e interesses estiveram em jogo?

Apresenta-se, pois, um quadro complexo em torno de uma situação concreta, enquadrando-se esta investigação no paradigma da investigação qualitativa.

Na análise dos dados empíricos optou-se, face ao tipo de dados que se recolheram, por um conjunto diversificado de técnicas mistas, qualitativas e quantitativas, ou seja:

- Na análise dos textos de dimensão reduzida, ou seja, textos com menos de 150 palavras, e dos excertos de textos que abordavam pontualmente a INO, utilizaram-se técnicas de *análise de conteúdo*. Estas implicaram a construção de categorias, recorrendo a um processo iterativo de codificação e recodificação, e o respetivo recorte do texto em unidades de informação; posteriormente procedeu-se a contagens e à determinação de valores de índices *visibilidade*, *orientação*, *parcialidade* e *impacto-tendência/peso-tendência*, seguindo a proposta apresentada por Lise Chartier (2003);
- Na análise dos textos de maior dimensão, mais de 150 palavras, cujo conteúdo se relacionava com a INO, utilizou-se a *análise do discurso*, seguindo, tanto quanto possível, a proposta de Anabela Carvalho (2000), a qual implicou a elaboração de análises textuais e análises contextuais;
- Na elaboração das análises contextuais aplicaram-se, também, técnicas de análise de conteúdo, tomando como ponto de partida seis dimensões—*descritores de superfície e organização estrutural*, *temas/tópicos*, *agentes*, *linguagem e retórica*, *estratégias discursivas* e *posições ideológicas*—que decorreram da tarefa de análise textual realizada previamente.

A presente dissertação encontra-se estruturada em duas partes, subdivididas em capítulos, secções e subsecções. O objetivo da primeira parte — Parte I — é a construção do enquadramento teórico da investigação e a caracterização do contexto supranacional e nacional em que surgiu a INO. Na segunda parte — Parte II — constrói-se o quadro geral da investigação, explicitam-se as opções metodológicas tomadas e apresenta-se o trabalho empírico realizado. Por último, faz-se a discussão geral dos resultados obtidos e apresentam-se as conclusões. A dissertação finaliza com a apresentação das Referências às quais se seguem os Anexos ao trabalho de investigação.

A Parte I — Os Média num Quadro de Governança e de Políticas de aprendizagem ao Longo da Vida — está subdividida em três capítulos: Capítulo I — A Globalização e Novos Modos de Governança da Educação; Capítulo II — O Papel dos Média nos Processos de Microrregulação das Políticas; e Capítulo III — Os Contextos Macro e Meso da INO. Os Capítulo I e II encontram-se divididos em quatro secções cada um e o Capítulo III está dividido em seis secções.

Na primeira secção do Capítulo I — Do Estado ao mercado: Novas formas de globalização — analisam-se, de forma bastante sintética, algumas mudanças que estiveram na base da crise do Estado Providência e da crise de governabilidade que se seguiram ao final da II Guerra Mundial e que originaram, nos anos 1980, o aparecimento de correntes políticas neoliberais e neoconservadoras nos Estados Unidos da América, Inglaterra e em alguns outros Estados. Estas correntes de pensamento, por influência de forças supranacionais e da globalização da economia, impuseram um novo modelo económico, social e político a todos os Estados que estavam sob a influência dessas organizações, designadamente a Portugal, provocando uma erosão progressiva nas soberanias nacionais que conduziu à redefinição do papel dos Estados e teve repercussões assinaláveis na construção das políticas educativas e na definição e priorização dos problemas.

A segunda secção deste primeiro capítulo — Entre o Estado e o mercado: Novos modos de governação dos Estados e da educação — centra-se no novo conceito de *governança* que emergiu, no início deste novo milénio, no âmbito de um novo paradigma de regulação social e económica que comprometeu os Estados num processo de “governança global mas sem um governo global” (Castells, 2005, p. 25; 2008, p. 89) e que veio alterar a relação destes com a educação. Neste sentido, sustenta-se a perspetiva de Dale (2004) formulada na *Agenda Globalmente Estruturada para a Educação*. Nesta perspetiva o autor defende a existência de uma agenda supranacional para a educação. Assumindo como ideia central que aquilo que está em jogo é a “manutenção e reprodução do sistema económico e capitalista e a posição hegemónica que nele detêm os estados mais poderosos”, como refere Afonso (2001, p. 40), esta ótica sublinha as especificidades nacionais que resultam de processos de regulação que atuam no interior dos Estados e que se articulam, de forma mais ou menos (in)dependente, com os processos de regulação supranacionais; neste aspeto, a *Agenda Globalmente Estruturada para a Educação* distancia-se de outras perspetivas desenvolvidas no âmbito da educação comparada que realçam, por exemplo, a existência de modelos que os Estados-nação tendem a reproduzir de modo isomórfico, sujeitando de forma determinante os seus sistemas educativos às orientações emanadas supranacionalmente.

Na terceira secção do primeiro capítulo — A governança da educação no espaço europeu — centra-se a atenção nos processos de governança da educação no espaço europeu. Aí sistematiza-se o modo como as alterações que ocorreram neste espaço nas duas últimas décadas, em termos de governança, transformaram a UE num ator ativo e relevante na área da educação, e como a ALV surgiu como “principal lema das políticas educativas europeias” (Alves, M., 2010a, p. 9). Em

coerência como a perspectiva que se assumiu na secção anterior, toma-se como referência as três fases desse processo que foram identificadas por Dale (2008).

Na quarta e última secção deste primeiro capítulo — A regulação nacional e a regulação local — aborda-se a forma como, no atual quadro de governança dos sistemas educativos, os governos lidam em território nacional com os vários tipos de regulação—regulação nacional e regulação local ou microrregulação—seguindo a interpretação de Barroso (2005a; 2005b; 2006).

No segundo capítulo da Parte I constrói-se o quadro conceptual que permite compreender a ação dos meios de comunicação social, num quadro de reconfiguração do papel dos Estados e de crescente envolvimento da sociedade civil nos processos de construção das políticas públicas e de intervenção no espaço público.

Na primeira secção deste segundo capítulo — A esfera pública nas sociedades democráticas — sublinham-se algumas das ideias contidas no modelo discursivo de espaço público idealizado por Jürgen Habermas no âmbito da teoria democrática deliberativa e destacam-se, por nos parecerem bastante realistas, algumas das críticas que lhe foram sinalizadas por autores defensores da perspectiva construcionista do discurso, nomeadamente por Nancy Fraser e por Solen Sanlin.

Na segunda secção deste capítulo — Os processos de construção dos problemas públicos — subdividida em duas subsecções, desenvolve-se a ideia de espaço público numa sociedade democrática como um espaço em permanente construção e reformulação onde os atores constroem referenciais e imagens da realidade sobre a qual desejam intervir. Mas, sublinha-se, também, o quanto este espaço público está longe da *ágora* ou da praça pública onde os assuntos da vida pública e a governação eram discutidos, em virtude de atualmente ser um espaço de luta pelo poder social e pelo acesso ao discurso onde determinados agentes mais familiarizados com os códigos e práticas mais legítimas da cultura dominante parecem ter um acesso privilegiado. Neste contexto, sintetizando vários pontos de vista, interroga-se o papel dos média numa sociedade democrática. Assim, destacam-se quer perspectivas mais moderadas que veem os média como promotores do diálogo entre aqueles que estão suficientemente informados para poderem participar e assegurar a transparência da governação, quer outras posições mais extremadas que os veem como uma forma de poder que se impõe a todas as outras estruturas democráticas.

A terceira secção do segundo capítulo — A mediação e a mediatização da política e das políticas — está subdividida em três subsecções e tem como objetivo contribuir para a compreensão dos conceitos de *mediação* e de *mediatização* das políticas educativas. Nesta secção analisa-se a forma como estes conceitos são entendidos por diversos autores no âmbito da interação dos média com a política e instituições políticas e, particularmente, com as políticas educativas. A investigação na área da educação tem sido influenciada nas últimas décadas pelos resultados obtidos na pesquisa em diversas áreas do conhecimento onde estes conceitos têm sido bastante trabalhados. Uma parte das pesquisas tem procurando conhecer a forma como os média interagem com a educação e quais os efeitos dessa interação nos processos de construção das políticas

educativas no interior de cada país. Todavia, apesar da proliferação de estudos em torno desses conceitos, as perspectivas sobre cada um deles não são consensuais (Couldry, 2008; Morgan, 2011; Rawolle, 2010a). Especialmente, o conceito de mediatização tem sido analisado sob diversos ângulos em estudos sobre comunicação, sociologia e pós-modernismo, e talvez, também por isso, tenha admitido interpretações diferentes (Rawolle, 2010a). Além disso, o facto de, sobretudo, os autores ingleses e americanos enfatizarem o papel da mediação, ao passo que os autores da Europa continental dão primazia à mediatização, como Strömbäck (2013) constata, dificulta a clarificação destes conceitos. Assim sendo, nas subsecções desta terceira secção, sintetizam-se algumas perspectivas e analisam-se as abordagens de Shaun Rawolle e de Winfried Schulz ao conceito de mediatização. O primeiro autor conceptualiza a mediatização das políticas como um conjunto de práticas—jogo jogado num campo social temporário—de que resultam efeitos cruzados do jogo da prática entre os agentes posicionados em campos distintos (Rawolle, 2010a). Por sua vez, Schulz define a mediatização como “the role of mass media in a transforming society” (Schulz, 2004, p. 98). A forma como este autor conceptualiza a mediatização apresenta vários pontos de conexão com as abordagens aos conceitos de *agenda-setting*, *priming* e *framing*, pelo que se optou por aprofundar o conhecimento sobre estes conceitos.

A quarta e última secção deste segundo capítulo — Seleção e construção das notícias — justifica-se nas palavras de Gustavo Cardoso (2009):

[...] a mediação é central nas nossas sociedades, mas a compreensão da mediação só pode ocorrer se compreendermos como se produzem notícias e entretenimento (e quem as produz), se percebermos como as audiências vivem a mediação e a incorporam no seu dia-a-dia e como os *media* se estão a transformar, por via da mudança da mediação, e como eles próprios influenciam a mudança social. (p. 7)

Sendo assim, exploram-se três aspetos fundamentais no processo de seleção e construção das notícias os quais foram extremamente valiosos no âmbito da componente empírica desta pesquisa, nomeadamente, pelo seu contributo para a compreensão das interações entre o campo jornalístico e o campo do poder político: (a) os processos de *gatekeeping* e de *newsmaking*, (b) os valores de notícia e as rotinas produtivas, e (c) as fontes ou os canais de recolha das notícias.

No terceiro capítulo, analisam-se os contextos macro e meso da INO. Esta Iniciativa surgiu inserida num vasto conjunto de medidas de política educativa, de emprego e de modernização tecnológica do país que visavam dar resposta a alguns dos problemas internos de Portugal, designadamente em matéria de educação e formação, pois apesar dos progressos feitos nas últimas décadas persistia o baixo desempenho de Portugal em indicadores de referência estabelecidos pela UE e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Simultaneamente, essas medidas permitiram que a ALV se assumisse como um vetor fundamental na produção de uma força de trabalho mais produtiva e competitiva, honrando deste modo os compromissos assumidos no âmbito da construção de um Espaço Europeu de Educação. Assim, a INO, enquanto política educativa alicerçada em políticas de ALV, assentou na ideia veiculada pelas orientações europeias que o investimento na qualificação das pessoas era a chave para a produtividade e para o crescimento da economia (Fragoso & Guimarães, 2010).

Na primeira das seis secções em que este capítulo se encontra dividido — Aprendizagem ao longo da vida: Breve nota histórica — apresenta-se uma breve aproximação à forma como a ALV assumindo novos significados que a afastavam do ideal de educação ao longo da vida, a qual conferia centralidade à educação também enquanto objeto de políticas sociais (Lima, 2011), começou a ser considerada uma questão prioritária e uma ideia-chave presente no discurso político e nos documentos da UE, assumindo-se em 2005 como um dos vetores fundamentais na produção de uma força de trabalho mais produtiva e competitiva enquanto única via para atingir os objetivos de Lisboa (Dale, 2008). Para finalizar, destaca-se o ponto de vista de Nóvoa (2013) sobre a forma como a ALV foi interpretada no novo Programa de Educação e Formação 2020.

Nas duas secções seguintes — Aspetos relevantes da educação de adultos em Portugal até 2004 e Momentos marcantes do ensino secundário em Portugal até 2004 — apresentam-se tópicos importantes da educação de adultos e do ensino secundário em Portugal que contextualizam o panorama social e educativo que antecedeu e legitimou a implementação da INO. Como Lima (2005) sublinha, desde a entrada de Portugal na Comunidade Europeia que o analfabetismo literal deixou de ser assinalado como um problema educativo; as formas de educação não formal e informal foram desvalorizadas e só em 2001 foram criados os centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Aprendizagens os quais mantiveram uma expressão bastante reduzida até à implementação da INO. Portanto, durante largos anos, na sequência da Lei de Bases do Sistema Educativo, pese embora os esforços da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, a educação de adultos foi praticamente reduzida a formas escolares de educação (Fragoso & Guimarães, 2010; Lima, 2005), na modalidade de ensino recorrente, como “segunda oportunidade”, e de um tipo de formação profissional subjugada às necessidades do mercado, ou seja uma “formação pós-escolar, dirigida a adultos pouco escolarizados e com claras finalidades de adaptação e ortopedia social” (Canário, 2006, p. 168). Neste sentido, sublinha-se, em particular, no que respeita ao primeiro tema, o carácter “intermitente” (Lima, 2011, p. 32) das políticas de educação e formação de adultos desde a revolução de abril de 1974, registando-se períodos de forte investimento neste domínio que alternaram com etapas de significativo desinvestimento. No segundo tema, entre outros aspetos, destaca-se o aparecimento das primeiras escolas profissionais no final da década de 1980. Cabendo a sua criação à iniciativa local, esta medida de política educativa insere-se no âmbito da redefinição do papel do Estado na educação e de uma maior intervenção da sociedade civil na construção das políticas educativas (Afonso, 2002a). Mas, como

este autor também sublinha (p. 55), esta medida assumiu características de uma “política educativa híbrida”, pois, não obstante tratar-se de um exemplo da emergência da ideologia neoliberal na política educativa, ao Estado competiu “um papel extremamente importante e decisivo na [sua] génese e desenvolvimento”.

Na quarta secção — A Iniciativa Novas Oportunidades — sistematiza-se o programa INO desenvolvendo, em duas subsecções distintas, os objetivos e as metas definidos pelo XVII Governo Constitucional e as medidas preconizadas em cada um dos seus dois pilares, Jovens e Adultos. Na secção seguinte — Reflexão crítica sobre os principais resultados da INO — apresenta-se, tal como o nome indica, uma reflexão crítica sobre os principais resultados desta política. Para esta análise convoca-se, no que respeita à vertente dos adultos, a visão dos autores do *Estudo de Avaliação Externa* levado a efeito pela Universidade Católica Portuguesa, sob a coordenação de Roberto Carneiro, no âmbito do processo de avaliação externa do eixo de ação Adultos; focam-se os aspetos positivos assinalados, os aspetos a melhorar, os desafios a ultrapassar e as recomendações apresentadas pelos autores do estudo. No respeitante ao eixo Jovem, apresentam-se as conclusões mais pertinentes mostradas no *Relatório Final* resultante do Estudo de Avaliação Externa dos Percursos Pós-formação dos Diplomados de Cursos Profissionais, realizado pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos, sob a coordenação de Catarina Pereira (2011). Na sequência de cada uma destas sínteses que enfatizam alguns aspetos positivos, destaca-se um conjunto de pontos críticos assinalados por Almeida (2011), Canário et al (2012), Guimarães (2010), Pacheco (2009) e Pires (2007) em torno da INO e dos aspetos ideológicos que, alguns destes autores consideram, que estarem implícitos neste programa.

O terceiro capítulo termina com uma secção — Reflexão educativa sobre os temas subjacentes à INO — a ALV e o Reconhecimento, Validação e Certificação de Aprendizagens (RVCC). Entre outros aspetos, destaca-se o facto de a ALV ter vindo a assumir uma pluralidade de sentidos (Alves, M., 2010a; Dale, 2008; Neves, 2010) e clarificam-se alguns conceitos que se utilizaram na componente empírica em torno destas duas problemáticas, especificamente os de aprendizagem formal, informal e não-formal; além disso analisam-se as lógicas subjacentes a cada uma das dimensões—formativa, e sumativa e formal, de validação e certificação—, que o processo de RVCC incorpora.

A segunda parte desta dissertação — Parte II: A Mediação e a Mediatização da INO — encontra-se dividida em dois capítulos — Capítulo IV: Construção da Problemática e Opções Metodológicas — e Capítulo V: Os Discursos dos Agentes e os Contextos de Produção — cada um deles comportando várias secções e subsecções. No primeiro capítulo, numa secção, constrói-se a problemática e definem-se as opções metodológicas, apresentando os objetivos e as questões da investigação; em outra secção define-se a lógica que presidiu à constituição do *corpus* de pesquisa, os respetivos fundamentos e as metodologias de análise utilizadas, definindo-as, referenciando-as e justificando-as.

No Capítulo V apresentam-se os resultados. Começa-se por mostrar um panorama geral sobre os dados recolhidos e, numa fase posterior, sistematizam-se os dados e analisam-se os resultados de modo parcelar, iniciando este processo pela apresentação e análise dos (242) textos de dimensão reduzida ou dos excertos que abordavam pontualmente a INO. Prosseguindo na mesma linha, a terceira e quarta seções deste quinto capítulo são dedicadas à apresentação dos resultados e à análise que incidiu sobre os (126) textos de maior dimensão. Assim, a terceira secção (dividida em duas subsecções) respeita aos textos de opinião, quer de *opinion makers* e editoriais, quer entrevistas sobre a INO (efetuadas por jornalistas) e cartas dos leitores. A quarta seção, dividida em três subsecções, dedicadas a cada um dos três jornais, Expresso, Correio da Manhã e Público, respeita às notícias e reportagens. Por uma questão de clareza e sistematização dos resultados, optou-se por apresentar as análises contextuais elaboradas com base nas análises textuais previamente efetuadas aos 126 artigos. Cada subsecção finaliza com uma síntese dos principais resultados.

Na Discussão Geral e Conclusão interpretam-se criticamente os resultados do trabalho realizado remetendo para os objetivos da investigação e, simultaneamente, confrontando esses resultados com estudos científicos e resultados de pesquisas publicados.

Apesar das diferenças significativas na forma como a INO foi interpretada, os três jornais tiveram um papel importante na sua mediação e mediatização, particularmente no que respeita à vertente dos adultos. Na investigação realizada, reuniram-se indícios de que o período que se iniciou com a implementação da INO em 2005 e que decorreu até 2013 foi um tempo em que a educação de adultos teve um protagonismo mediático assinalável e repercussões na sociedade portuguesa como não era observável desde a segunda metade dos anos setenta do século transato. Acresce o facto de, durante os primeiros anos de implementação da INO, a imprensa, ou pelo menos parte dela, ter funcionado como plataforma ou elemento facilitador da formação da opinião pública e da interpretação da política associada à INO, aspeto que pode também justificar a forte adesão dos portugueses à Iniciativa.

Salienta-se que uma perspetiva otimista baseada na crença de que a INO teria reflexo nas vidas profissionais dos formandos, na empregabilidade, na economia e no desenvolvimento e na modernização do país dominou, em termos de notícia e de reportagem, pelo menos até meados de 2008. Mas, sublinha-se também que esta perspetiva coexistiu, nos discursos veiculados pela imprensa escrita, com uma outra lógica: a de que a INO também daria um contributo para a justiça social, pela oportunidade que oferecia aos portugueses de ascender socialmente. Esta situação que se encontra associada ao processo de mediação da INO evidenciou também uma certa dependência do campo político em relação ao campo dos média no que respeita ao *spin* dos políticos, ou seja, ao modo como estes atores usam o seu capital simbólico para controlar a forma como o público recebe as políticas (Stack, 2010).

Mostra-se, também, como, uns anos mais tarde e num registo diferente deste, a luta discursiva encetada pelo semanário Expresso em torno da lei de acesso ao ensino superior destacou o poder dos média no processo de regulação das políticas educativas e evidenciou, uma vez mais, o papel da imprensa na mediatização das políticas.

Com a INO, a política educativa em Portugal valorizou as componentes não formais e informais da ALV, ao assumir os processos de RVCC como uma das vias de qualificação; neste aspeto, considera-se notável a visibilidade dada pela imprensa escrita a esta política, particularmente à vertente dos Adultos, registando-se, por vezes, um envolvimento claro também de jornalistas em torno da educação e da formação de adultos e da sua credibilização. O forte impacto que a educação e formação de adultos teve nos média teve a sua expressão máxima entre 2011 e 2013, como se de uma espécie de “canto do cisne”¹ da INO se tratasse. Neste período a atenção nos três jornais dirigiu-se, em tom crítico, para as alterações na educação de adultos e para o modo como estas foram introduzidas pelo XIX Governo Constitucional, evidenciando os pontos críticos desta política e os desafios que se colocam no âmbito do paradigma da aprendizagem ao longo da vida.

Por último, reflete-se sobre a necessidade da análise das questões educativas surgir menos empolada por questões políticas e de governação, como por vezes se verificou, bem como sobre a importância da imprensa escrita recorrer com mais frequência a vozes de especialistas em educação que quase não se fizeram ouvir sobre a INO ou sobre temas educativos subjacentes a esta política. Noutros termos, sublinham-se alguns aspetos do processo de mediação das políticas educativas que, do nosso ponto de vista, podem melhorar na forma como as questões educativas são trabalhadas no espaço público mediatizado pela comunicação social.

Não obstante o facto de se terem deixado em aberto vários aspetos do processo de mediação e mediatização das políticas educativas que necessitam de um maior aprofundamento e de um tratamento empírico diverso, as conclusões a que se chegou merecem, no nosso entender, a atenção das Ciências da Educação mas, também, de outros ramos do conhecimento, nomeadamente das Ciências da Comunicação.

Em anexo a esta dissertação apresentam-se: (a) a constituição do *corpus* de pesquisa por ano de publicação dos artigos, género e jornal; (b) exemplos da análise textual efetuada a 126 artigos do género notícia, reportagem e opinião de cada um dos jornais que integraram o *corpus* de pesquisa e com base nos quais se efetuaram as várias análises contextuais; e (c) o conjunto de grelhas construídas no âmbito do processo de análise de conteúdo aplicada aos 242 excertos de notícias e

¹ Expressão anteriormente utilizada por Rui Canário (2006, p. 177) a respeito do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos o qual visava o “relançamento de uma política de educação popular” mas que, segundo o autor, “nunca passou do papel, represent[ou]ando o fim de um ciclo desencadeado com o 25 de Abril”.

textos de dimensão reduzida, as quais compreendem os temas centrais em torno dos quais a INO foi referida pontualmente, os temas enquadradores do discurso, as categorias de conteúdo e a respetiva descrição, assim como uma tipologia dos agentes citados ou referidos.

Ainda em anexo, mas apenas em CD, apresenta-se a constituição integral do *corpus* de pesquisa, organizada por data de publicação, jornal, secção, género jornalístico, autor e título, assim como a análise textual efetuada aos 126 artigos.

PARTE I

Os Média num Quadro de Governança e de Políticas de Aprendizagem ao Longo da Vida

Capítulo I: A Globalização e Novos Modos de Governação da Educação

Os desafios colocados pela globalização dos últimos 30 anos aceleraram as mudanças e criaram ambientes caracterizados pela incerteza e complexidade dos problemas, multiplicidade de atores e interesses envolvidos. As profundas mudanças económicas, políticas e sociais que estiveram na origem do desmoronar do estado social democrático do pós-guerra fizeram emergir novas problemáticas no âmbito da governação dos Estados obrigando a uma reconfiguração do seu papel.

O modo como se fez sentir a globalização na construção dos problemas da educação e nos sistemas educativos de um modo geral, e a forma como o novo papel dos Estados veio alterar a sua relação com a educação, particularmente no que respeita ao espaço europeu no qual as alterações que ocorreram nas duas últimas décadas em termos de *governança* transformaram a Europa num ator ativo e relevante na área da educação, são aspetos abordados ao longo deste capítulo.

1.1 Do Estado ao mercado: Novas formas de globalização

O projeto de desenvolvimento iniciado após o final da II Guerra Mundial, que tinha o Estado-nação como espaço privilegiado de construção do ideal da modernidade, “conduziu a uma integração económica global” que “fez deslocar os termos do desenvolvimento de uma questão predominantemente nacional para uma questão progressivamente global” (Teodoro, 2001, p. 148). Por um lado, a globalização crescente da economia e as alterações na natureza da competição económica conduziram ao aumento de poder das corporações multinacionais e à consequente redução da capacidade de supervisão e controlo dos governos. Por outro lado, o desenvolvimento da tecnologia, a deslocação do investimento para novos setores geográficos e a diminuição da implementação de políticas económicas de relançamento, aceleraram o esboroar das fronteiras económicas (Ball, 1998; Brown & Lauder, 1997) e conduziram à construção de novas alianças procuradas dentro e fora dos limites de cada Estado. Neste contexto, os Estados perderam o monopólio da provisão de bens e serviços, e da decisão no processo de construção das políticas, originando o desmoronar do estado social democrático do pós-guerra e o surgimento de novas problemáticas no âmbito da sua governação que se prendem com a gestão da complexidade da mudança, a rentabilização dos recursos e o assegurar da legitimidade política. Assim, o novo papel do Estado e a redefinição das suas funções foram questões que começaram a adquirir centralidade nas décadas de oitenta e noventa do século XX.

Noutros termos, o contrato social nacional, enquanto paradigma de legitimidade de governação, de bem-estar e de segurança, subjacente aos Estados democráticos europeus, foi

fortemente criticado a partir dos anos setenta² por não ser capaz de dar resposta à crescente complexidade dos problemas sociais e culturais (Fontoura, 2008). Como consequência, o Estado perdeu a sua legitimidade e começou a dar sinais de esgotamento do seu aparelho político-administrativo, centralizado, hierarquizado e técnica e culturalmente homogêneo. Por sua vez, a crise de legitimidade do Estado Providência deu lugar a uma crise de governabilidade, conduzindo a uma redução do papel do Estado na área económica, na área das políticas de bem-estar social, segurança social e identidade cultural (Fontoura, 2008).

Apesar das alternativas que se desenharam visarem sobretudo redefinir o papel do Estado, “principalmente para com as políticas sociais”, despoletaram novos problemas sociais a que o projeto político e social, designado *terceira via*, procurou responder a partir de meados dos anos noventa (Peroni, Oliveira, & Fernandes, 2009, p. 761).

Ora, neste contexto de crise do Estado social de bem-estar, adquiriram relevância, nos anos oitenta, nomeadamente em Inglaterra e nos Estados Unidos da América, correntes políticas neoliberais e neoconservadoras. Nesta perspetiva, os problemas que os estados capitalistas democráticos enfrentavam, como sejam a inflação, o elevado desemprego, a recessão económica e os distúrbios sociais, eram uma consequência das políticas *Keynesianas*, redistributivas, da defesa de valores como a igualdade de oportunidades e direitos sociais para todos. Deste modo, em Inglaterra, a *Nova Direita*, com M. Thatcher no poder, defendeu o retorno ao mercado e a redefinição das funções do Estado como forma de ultrapassar estes problemas. Em contrapartida, promoveu o incremento de grande flexibilidade de mercado, a redução das despesas sociais e do poder dos sindicatos, a privatização de serviços públicos e o desmantelamento do Estado Providência. Na educação foram introduzidos mecanismos de mercado, designadamente, o recuo do Estado relativamente ao fornecimento de serviços, a introdução de políticas de livre escolha das escolas, de avaliação das escolas com base nos resultados dos alunos e na respetiva publicitação, entre outros mecanismos de competição e de iniciativa individuais.

A formação passou, também, a ser assegurada por meio de mecanismos de mercado, responsabilizando cada indivíduo quer pela escolha quer pelos custos, no pressuposto de que, assim, através de uma espécie de “mão invisível”, seria assegurado um melhor cruzamento entre a oferta e a procura de trabalhadores com formação, aumentando a eficiência e a afetação de mão de obra qualificada (Brown & Lauder, 1997).

Em suma, nesta nova conceção política e económica, o Estado, para responder aos problemas de acumulação, coesão social e legitimação, viu-se obrigado a introduzir mudanças nos

² Segundo Fontoura (2008), Boaventura de Sousa Santos (2006) assinala o ponto de viragem em 1975, com a publicação do relatório sobre a crise da democracia da autoria de Crozier, Hungtinton e Watanuki (1975), pela Comissão Trilateral.

processos de regulação dos seus sistemas educativos, deslocando o cerne desses mesmos problemas para outros agentes e organizações.

Em 1983, os baixos níveis de desempenho académico obtidos pelos seus estudantes americanos em testes internacionais e em matérias consideradas fundamentais questionaram a capacidade de competição económica do país, face a outros países com melhores resultados, e despoletaram na opinião pública dos Estados Unidos da América a necessidade de investir numa força de trabalho educada. Neste sentido, foi introduzida uma alteração radical na política educativa a qual passou a assentar em valores e ideologias neoconservadoras que deram ênfase a tecnologias de responsabilização individual, à prestação de contas e à competição entre escolas (Afonso, 2002b).

Em 1989, o *Consenso de Washington*³ sublinhou a necessidade de ajustar o novo papel dos Estados passando por “assegurar[em] as regras do jogo entre interesses sectoriais” (Fontoura, 2008, p. 10). Assim, na sequência destes trabalhos, foram adotados, um pouco por toda a parte, programas de desenvolvimento seguindo as diretrizes emanadas de forças supranacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a OCDE e a UE. Na opinião de Fontoura (2008, p. 11), a influência destas organizações supranacionais conduziu a uma erosão progressiva das soberanias nacionais e obrigou à redefinição do papel dos Estados, fatores que tiveram repercussões na construção das políticas educativas e na definição e priorização dos problemas. De entre os efeitos sentidos, destacam-se a implementação gradual de medidas favoráveis à privatização da educação, designadamente o *cheque-ensino*, a importação de valores e conceitos associados como o de cliente, competição, qualidade total, escolha, concorrência e incentivo, e, ainda, a generalização ao setor público de formas de gestão e administração baseadas no conceito de *Gestão da Qualidade Total* características do setor privado.

Em Inglaterra, a conjugação desta ideologia neoliberal com a introdução da dimensão mais conservadora da *Nova Direita* que não se opunha “à ação do Estado mas apenas aos efeitos das políticas sociais que tendam a enfraquecer a iniciativa individual ou a responsabilidade da família”, teve como consequência um “emaranhado de elementos contraditórios (ou aparentemente contraditórios)” (Afonso, 2002b, p. 117). O objetivo era conjugar a coexistência de um Estado forte, com maior poder de pressão e controlo, com um Estado mínimo, reduzido nas suas funções, obrigando assim à “reformulação das relações do Estado com o setor privado, a adopção de novos modelos de gestão pública preocupados com a eficácia e a eficiência” (Afonso, 2002b, p. 118). Como consequência para a educação, este autor assinala:

³ Expressão pela qual ficaram conhecidas as conclusões do encontro, em Washington que, no âmbito da filosofia política do governo de Regan e de M. Thatcher, reuniu economistas de perfil liberal latino-americanos, de instituições financeiras como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e do governo norte-americano. Neste encontro ficaram definidos, por consenso, dez pontos que visaram restringir o papel do Estado e expandir o papel dos mercados (Bilhim, 2008).

[...] o ataque aos métodos pedagógicos centrados nos educandos, a tentativa de redução da formação dos professores às componentes curriculares da especialidade, e a desconfiança em relação à sociologia e às ciências da educação, bem como a revalorização do papel socializador da família e do ensino da religião nas escolas, paralelamente ao incremento de um ‘ensino mais nacionalista da história’ e à mudança nas políticas de administração e gestão dos estabelecimentos de ensino. (Afonso, 2002b, pp. 117, 118)

Entretanto, em meados dos anos noventa, impulsionado por governos de centro-esquerda surgiu, nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e França, um novo projeto político e social que Giddens designou *terceira via*. Este projeto apostava numa sociedade renovada, numa comunidade interventiva e numa harmonia social, como Giddens (1999/2012) sublinha na seguinte passagem:

Temos de deixar de pensar que a sociedade é composta apenas por dois setores: o Estado e o mercado, ou o setor público e o setor privado [...] A democratização da democracia depende do fomento de uma profunda cultura cívica. (p. 17)

Assim, este projeto preconizava um Estado mínimo com poderes reforçados que tinha de atuar em parceria com a sociedade civil que se pretendia ativa, responsável, reflexiva e prestadora de serviços para que o mercado funcionasse. A *terceira via* defendia, também, uma nova forma de relação Estado-Mercado e Estado-Cidadão e colocava a ênfase nas mudanças dos modos de regulação dominantes. Para isso, o Estado, forte, necessitava de se descentralizar, democratizar e tornar-se mais transparente e regulador, e, aparentemente de forma paradoxal, precisava de enfraquecer.

Apesar da *terceira via* ter procurado quebrar com as conceções neoliberais acabou por adotar muitos aspetos fundamentais do neoliberalismo, ainda que, numa versão menos ortodoxa (Groppo & Martins, 2008). Embora tenha proposto uma nova configuração política que tinha subjacente a visão de uma sociedade competitiva, atravessada por uma cultura de aprendizagem onde o conhecimento, as competências e as perspetivas da população eram a chave da prosperidade, a educação foi concebida de modo tecnicista (Groppo & Martins, 2008).

Em suma, quer a educação quer a formação estiveram, e estão, neste projeto político-social profundamente implicadas em conseguir responder à questão da competitividade; coube-lhes desenvolver a economia e reduzir o desemprego, sendo o indivíduo e não o coletivo ou a sociedade o responsável pela sua formação enquanto condição essencial para a empregabilidade, valorizando, desta forma, os princípios da teoria do capital humano. Contudo, do ponto de vista de Canário et al (2012, p. 8) esta teoria surge com uma “conceção revisitada”, pois enfatiza sobretudo o papel da “educação profissionalizante” na resolução dos problemas económicos.

Pensando sobretudo no que sucedeu ao nível europeu, a ordem de prioridades do Estado alterou-se; da centralidade nos problemas de legitimação e coesão social, que impunham uma intervenção do Estado e nos quais a educação estava profundamente empenhada, passou-se para o problema de apoio ao processo de acumulação, omnipresente nos discursos associados à *economia do conhecimento* (Dale, 2010).

Em finais do século XX, apesar de se verificarem exemplos de correspondência na relação entre a educação e o desenvolvimento económico, na realidade registavam-se contradições e ambiguidade na forma como estas vias estavam a ser incorporadas nas políticas de cada país (Brown & Lauder, 1997). As reformas da educação pública implementadas em Portugal nas décadas de oitenta e noventa são um exemplo do “carácter híbrido, ou mitigado” (Lima & Afonso, 2002, p. 14) que na sequência das orientações supranacionais marcaram algumas das decisões tomadas pelos sucessivos governos durante esse período, como ilustra a obra destes autores.

1.2 Entre o Estado e o mercado: Novos modos de governação dos Estados e da educação

Com o virar do século, a vertente neoliberal mais radical atenuou-se e procurou-se um equilíbrio entre o Estado e o mercado (Barroso, 2005a; Groppo & Martins, 2008). Cabendo ainda aos Estados-nação um papel relevante na definição das políticas, os desafios colocados pela globalização dos últimos 30 anos aceleraram as mudanças e criaram ambientes caracterizados pela incerteza e complexidade dos problemas, multiplicidade de atores e interesses envolvidos, conduzindo a novas formas de governar os Estados assente no conceito de *governança*⁴. A governança surge como um novo paradigma de regulação constituído por três agentes-chave: o Estado, o Mercado e a Comunidade.

Segundo Guerra (2006, p. 16), a ideia de governança resultou quer de uma vontade de “questionar a inépcia das políticas tradicionais” quer da necessidade de apelar ao envolvimento e participação de atores indispensáveis ao processo de mudança social e, desse modo, “aproximar os mecanismos de gestão da rapidez e da flexibilidade exigível pelos processos de mudança”. Contudo, Guerra chama a atenção para os desafios que este conceito comporta. Identificando três deles, “gestão da complexidade”, “necessidade da eficácia” e “legitimidade das decisões”, refere que, dependendo “do tipo de governo ou do jogo de forças”, a sua valorização pode diferir de país para país e no interior de cada um destes (2006, p. 17).

Na opinião de Castells (2005, p. 25; 2008, p. 89), os Estados estão agora comprometidos num processo de “governança global mas sem um governo global”. Como tal, os Estados

⁴ O termo “governança” ou “*governança*”, expressão também utilizado por alguns autores com o mesmo significado, é a tradução e adaptação do francês “*gouvernance*” ou do inglês “*governance*” e distingue-se de governo “*government*”.

“aumentaram a partilha de soberania” e “comprometeram-se em instituições formais e informais, internacionais e supranacionais que, realmente, governam o mundo” (Castells, 2005, p. 25). Do ponto de vista de Dale (2009, p. 124) tal significa que “the state now governs through means other than ‘policy’ and in concert with a range of other institutions rather than alone”.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2001, p. 44), a governança tem subjacente um novo modelo de regulação social e económica “assente em parcerias governamentais e outras formas de associação entre organizações governamentais, para-governamentais e não-governamentais, nas quais o aparelho do Estado tem apenas tarefas de coordenação, enquanto *primus inter pares*”. Assim sendo, o Estado, no seu novo papel, articula, regula e coordena, ou seja, assume “a definição dos contextos, condições e parâmetros para a negociação e confronto de interesses sociais” (Antunes, 2006, p. 68). Noutros termos, o Estado desempenha o papel de “elaborador de agenda, reunindo à volta da mesma mesa os jogadores apropriados e os parceiros certos, facilitando, negociando, mediando soluções para os problemas públicos, muitas vezes através de parcerias entre o público, o privado e o chamado terceiro sector” (Bilhim, 2008, p. 120), mas transferindo o controlo direto para outras entidades e atores, como “agências de avaliação, certificação ou de acreditação”, como Antunes (2006, p. 88) sublinha.

Do ponto de vista de Barroso (2006, p. 65) o novo papel “de um Estado que deve equilibrar a acção das diversas forças em presença” e “continuar a garantir a orientação global e a transformação do próprio sistema [educativo]”, assente na ideia de “governance” e de “metagovernance”, traduz-se no desempenho do papel de “coordenador das coordenações” passando de “burocrata e garante da ordem universal a regulador das regulações e compositor da diversidade local e individual”.

De que modo este novo papel do Estado no processo de governança veio alterar a sua relação com a educação? Em que medida se faz sentir a influência da globalização na educação nos diferentes Estados? A pertinência destas questões tem preocupado a comunidade académica e tem incentivado o desenvolvimento da investigação no âmbito da educação comparada, existindo hoje uma diversidade de perspetivas que variam também consoante os enfoques⁵. Dale (2004) fornece uma abordagem comparada bastante pormenorizada de duas dessas perspetivas: a *Agenda Globalmente Estruturada para a Educação* (AGEE), defendida por Dale, e a *Cultura Educacional Mundial Comum* (CEMC)⁶, de Meyer, que, de resto, têm em comum o facto de ambas enfatizarem a influência de fatores supranacionais no desenvolvimento dos sistemas educativos nacionais.

⁵ Nóvoa (1995), no seu texto *Modèles d'analyse en éducation comparée: Le champ et la carte* apresenta o mapeamento do campo da educação comparada com sete configurações correspondentes aos principais modelos adotados pelos autores da segunda metade do século XX.

⁶ A abordagem da relação entre globalização e educação pela teoria do grupo liderado por John Meyer, CEMC, assenta na existência de uma cultura mundial comum, ou seja, na existência de modelos que os

A perspectiva da AGEE defende a existência de uma agenda supranacional que se traduz em alterações de padrão—combinação de escalas, supranacional ou transnacional, nacional e subnacional ou local—e de formas governança—padrão e forma de regulação compatíveis com a forma de coordenação de mercado—induzidos por efeitos indiretos na governança da educação (Dale, 2004; 2010). A ideia central da AGEE é a de que o que está em jogo é a existência de forças económicas que operam globalmente no sentido de “romper, ou ultrapassar, as fronteiras nacionais” (Dale, 2004, p. 426). Neste sentido, a globalização é conceptualizada como um projeto económico, cultural e político que se guia pela “necessidade de manter a reprodução do sistema capitalista” (Dale, 2004, p. 436) e a “posição hegemónica que nele detêm os estados mais poderosos” (Afonso, 2001, p.40). Assim sendo, a globalização é um “processo complexo frequentemente contraditório” que gira em torno de três grandes áreas político-económicas, ou três grandes capitalismos transnacionais, “Europa”, “América” e “Ásia”, que “partilham a preocupação com o controlo e concordam sobre certas regras do jogo” cujo motor é a “procura do lucro” (Dale, 2004, pp. 436, 437). Ora, a AGEE discute os processos que levam os Estados a interpretarem e a responderem a uma agenda comum, imposta por alguns Estados sobre outros, e que tem efeitos, ainda que indiretos, na governança da educação (Dale, 2004). Este modelo admite que se discutam as especificidades nacionais que resultam dos processos de regulação que atuam no interior dos Estados e que necessariamente se articulam com os processos de regulação supranacionais (Afonso, 2001, p. 40).

Pese embora as orientações e decisões tomadas supranacionalmente priorizem os problemas e possa até admitir-se, em linha com outras perspectivas, que por vezes e em parte, definem um *mandato* para a educação—aspectos mais evidentes em alguns países da União Europeia, nomeadamente da periferia ou semiperiferia, incentivados pela proliferação de estudos e projetos comuns e partilhados—esse eventual mandato não é explícito, pois não funciona, pelo menos nos países centrais do sistema mundial, como uma imposição de uns Estados sobre outros⁷. A sua ação faz-se geralmente de forma indireta, lenta e difusa e por mediação dos Estados nacionais, pois trata-se de uma “globalização de baixa intensidade” (Santos, B. S., 2001, p. 91), conceito que Teodoro (2001) reivindica para caracterizar as políticas educativas, tomando como exemplo o caso português no contexto europeu.

Alguns estudos no âmbito da educação comparada têm vindo a centrar mais a sua atenção nos *modos de regulação* dos sistemas educativos nacionais, assinalando a existência de uma convergência nestes processos de regulação que aponta no sentido da presença de uma *regulação*

Estados-nação tendem a reproduzir de modo isomórfica, sujeitando de forma determinante os seus sistemas educativos às orientações emanadas supranacionalmente.

⁷ Por contraste com o que acontece, por exemplo em África, onde a relação entre a globalização e educação se faz por institucionalização da influência internacional e descontextualizados (Teodoro, 2001).

transnacional. É o caso, por exemplo, das conclusões obtidas na investigação, coordenada por Barroso (2005a), que foi realizada em cinco países europeus, Portugal, Inglaterra, França, Hungria e Bélgica, no âmbito do projeto Reguleducnetwork (Changes in regulation modes and social production of inequalities in educational systems: a European comparison). Neste estudo registou-se uma convergência em torno de dois referenciais de regulação distintos: o “Estado avaliador” e o “quase-mercado”. No entanto, as políticas educativas nesses estados não eram idênticas. Como os autores sublinham, “grande parte da influência externa se centra mais no processo de tomada de decisão política e controlo da sua execução, do que propriamente na imposição de modelos e soluções comuns para a organização e funcionamento dos sistemas educativos” (Barroso, 2006, p. 48). Nesta mesma linha, os trabalhos de M. Alves (2010a), Seixas (2001), Teodoro e Estrela (2010), mostram como as organizações internacionais, nomeadamente a OCDE e a UE, exercem uma função reguladora, de controlo e influência, sobre os sistemas educativos nacionais que, na perspectiva de Teodoro (2001, p. 151), deixam muitas vezes “um leque diminuto de opções aos Estados nacionais”. Nesta ordem de ideias, as organizações supranacionais criam constrangimentos e oportunidades para o desenvolvimento de políticas educativas, quer através de programas como o PISA (*Programme of International Student Assessment*), o TIMSS (*Trends in International Mathematics and Science Study*), o PIRLS (*Progress in International Reading Literacy Study*), ou de outras medidas específicas e respetivo financiamento⁸, quer mediante a construção de indicadores utilizados numa perspectiva normativa e de definição de metas, como sucede atualmente no âmbito do processo de construção de um Espaço Europeu de Educação. Partilhando este ponto de vista, Antunes (2001, p. 193) afirma que as opções e prioridades políticas ao nível da UE, têm um “efeito *selectivo forte* quer induzindo a, ou criando um contexto indutor da, orientação no sentido de determinadas intervenções quer reforçando e viabilizando algumas políticas e inibindo ou tendo um papel dissuasor no desenvolvimento de outras”. Por conseguinte, estes processos têm necessariamente implicações importantes na redução da centralidade e da responsabilidade dos Estados nacionais. Neste sentido, as orientações supranacionais e os resultados obtidos em testes internacionais são—como anteriormente eram as soluções técnicas propostas por peritos internacionais—uma fonte de legitimação para a implementação de determinadas políticas curriculares, de avaliação e administração educacional ou de formação, bem como para justificar o sucesso ou o insucesso de outras. Aliás, na opinião de Barroso (2005b, p. 68) o recurso sistemático a referências internacionais é visto, nomeadamente por alguns autores defensores da teoria dos

⁸ Por exemplo, Antunes (2001) referindo ao caso português, afirma que “as escolas profissionais emergem em simultâneo com a possibilidade de acesso a financiamentos comunitários, para o ensino e formação profissional de jovens” (p. 193) mas, por outro lado, “a expansão da educação pré-escolar [...] não foi objecto de apoio financeiro comunitário, já que se encontrava completamente fora do âmbito de acção e prioridades políticas definidas para a Comunidade Europeia, sofreu uma completa paralisação no período compreendido entre 1987 e 1994”. (p. 192)

sistemas sociais auto-referenciais, como a fonte principal de legitimação de políticas nacionais, suprimindo assim, na retórica do discurso político, “a insuficiência ou deficiência dos exemplos nacionais”.

1.3 A governança da educação no espaço europeu

O que está em causa é a sustentabilidade do sistema económico capitalista e o reforço da capacidade dos Estados mais poderosos para controlarem um jogo que não pode ser jogado individualmente (Afonso, 2001; Dale, 2004) e, por isso, a resposta da Europa à globalização, após a Agenda de Lisboa, não teve em vista apenas a competição global mas a competição com jogadores específicos (Dale, 2004).

As alterações que ocorreram no espaço europeu nas duas últimas décadas, em termos de governança, transformaram a Europa num ator ativo e relevante na área da educação. A Cimeira de Lisboa teve um papel decisivo na ideia de construção de uma nova entidade, um Espaço Europeu da Educação (EEE) e uma Política Educativa Europeia que, do ponto de vista de Dale (2009, p. 122), “are qualitatively distinct from Member States’ national systems, in terms of their scope, mandate, capacity and governance”.

Tendo como preocupação compreender as mudanças que ocorreram na governança da educação no âmbito do desenvolvimento do processo de construção do EEE, aspeto relevante para o estudo empírico que se pretende desenvolver, apresenta-se de seguida uma sua sistematização tomando como referência três fases desse processo, tal como foram identificadas por Dale (2008).

Numa primeira fase que antecedeu a Agenda de Lisboa nota-se uma preocupação com a necessidade de encontrar uma conceção comum de educação com vista a uma política educativa europeia, procurada através da construção de indicadores de qualidade e de avaliação dessa mesma qualidade⁹. Antunes (2005, p. 127) salienta que já a partir de 1994 se havia começado a descortinar o papel das políticas de educação e formação na promoção da competitividade da economia da UE, o que, no entender da autora, para alguns se revelou como uma “preocupação crescentemente obsessiva”. O Livro Branco “Ensinar e Aprender – Rumo à Sociedade Cognitiva”, publicado pela Comissão Europeia, ilustra o impulso dado à política de formação de adultos, associada a finalidades como o aumento da produtividade e da competitividade (Canário et al, 2012, p. 6).

Entre 2000 e 2005 sucede-se uma segunda fase marcada pelo objetivo estratégico para a primeira década do milénio, definido pela Cimeira da UE de março de 2000 realizada em Lisboa—“Cimeira de Lisboa”—, de tornar a UE na “economia baseada no conhecimento mais

⁹ O tratado de Maastricht (1992) representa um marco histórico no que respeita ao processo de construção de um EEE. No seu artigo 126º (integrado no artigo 165º do Tratado da União Europeia, após as alterações introduzidas pelo Tratado de Lisboa assinado a 13 de dezembro de 2007) a UE passa a assumir competências específicas na área da educação, fazendo-o pela via da *qualidade*.

dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (Estratégia de Lisboa, Conselho Europeu, 2000). É, nesse âmbito, que a ALV surge “como principal lema das políticas educativas europeias” (Alves, M., 2010a, p. 9) associada, a partir do ano 2000, à intenção da UE de melhorar a empregabilidade e a qualificação dos trabalhadores. São então introduzidas duas mudanças na natureza e no âmbito do envolvimento da UE nas políticas educativas: “um novo conceito de *subsidiariedade* na educação”¹⁰ (Dale, 2008, p.20) e a criação de um novo EEE baseado numa divisão funcional e de escala do trabalho de governança da educação. Estas dinâmicas, por sua vez, traduziram-se em: (a) definição de objetivos comuns e vias diversas ao nível de cada Estado; (b) aceitação do pressuposto de que estes objetivos só poderiam ser alcançados pela Comunidade e não por cada um dos Estados isoladamente; (c) introdução do *método aberto de coordenação* como mecanismo de governança da educação assente num compromisso entre os Estados com vista à convergência de políticas educativas, afastando-se dos processos de regulação anteriores e procurando estabelecer a UE como uma autoridade no campo da educação com poder para atuar sobre si própria¹¹; (d) introdução de mecanismos de *benchmarking* e de “boas práticas”, como forma de fomentar a convergência em torno de objetivos comuns, promover a comparação e a aprendizagem mútuas¹².

Por fim, após 2005 surge uma terceira fase em que são introduzidas mudanças no programa europeu para a educação, no que respeita quer aos objetivos quer aos meios para os atingir. A ALV passa a ser assumida como um dos vetores fundamentais na produção de uma força de trabalho mais produtiva e competitiva enquanto única via para atingir os objetivos de Lisboa¹³. É criado um

¹⁰ O facto de o Tratado da União Europeia ter possibilitado à UE assumir competências específicas na área da educação, fazendo-o pela via da *qualidade*, criou abertura para uma reconceptualização deste conceito de subsidiariedade que se veio a concretizar na Estratégia de Lisboa (Dale, 2008).

¹¹ Estabelece-se, assim, a “institucionalização de uma instância supranacional como fonte declarada de elaboração de políticas nacionais no campo da educação e formação” (Antunes, 2005, p. 130).

¹² Nesta fase, há a destacar em termos de conteúdo da agenda política europeia: (a) o processo de Bolonha, iniciado em 1999 que surge na sequência da declaração de Sorbonne, em 1998, e pretende criar um espaço europeu de ensino superior capaz de promover a competitividade internacionalmente; (b) o processo de Burges/Copenhaga, lançado em 2002 que reforça a cooperação europeia em matéria de educação e formação profissional e tem como objetivo incrementar a mobilidade e facilitar o acesso à aprendizagem ao longo da vida; fixa como prioridades fortalecer a dimensão europeia na educação e formação profissional, promover a confiança mútua através da informação, orientação e transparência dos processos de reconhecimento e certificação de competências (The Copenhagen Declaration, retirado de http://ec.europa.eu/education/pdf/doc125_en.pdf, maio de 2013); e, (c) o Programa Educação e Formação 2010 que começou a ser estruturado a partir de 1999 sob a designação de “Programa de objetivos comuns para 2010” (Antunes, 2005, p. 128) e esteve na origem da construção de um referencial para as políticas educativas nacionais ou de uma AGEE.

¹³Na sequência dos relatórios de avaliação intercalar de programas como Sócrates e Leonardo da Vinci é constituído, em 2006, o programa Aprendizagem ao Longo da Vida (Decisão 2006/1720/CE, http://www.dges.mctes.pt/NR/rdonlyres/F246F7B4-7A28-4226-A721-7BB3DF4A868B/625/http_alva_dditionpt_np3content_newsId2fileNamejo.pdf, maio de 2013). Este programa teve como objetivo principal

grupo de coordenação do Programa de Educação e Formação 2010 que, de certa forma, funcionou como elo mediador entre o espaço europeu e os espaços nacionais; são introduzidos novos métodos de trabalho e deixadas as questões de estratégia e política global para o Conselho Europeu fazendo deslocar o centro da decisão política e reforçando a divisão funcional e de escala do trabalho de governança.

De acordo com Nóvoa (2013), recentemente o conceito de ALV foi virtualmente abandonado no novo Programa de Educação e Formação 2020 (os termos são do autor) e foco principal passou a ser no emprego, no trabalho e na ocupação. Na ótica deste autor, os resultados na educação e formação ficaram bastante aquém quer das metas estabelecidas em 2000 quer das resultantes da sua reformulação em 2005. A preocupação com a inclusão social—tópico extremamente sensível no âmbito da atual crise económica, social e política que a Europa atravessa—acentuou-se:

The Commission's appraisal is especially critical of the fact that too little progress has been made regarding the benchmarks most closely related to social inclusion. It is an important point, since there is a clear need for a new generation of politics to respond to the economic and social crisis. (Nóvoa, 2013, p. 110)

Assim sendo, nem os objetivos que haviam sido estabelecidos em 2000 foram alcançados, nem sequer foram feitos progressos significativos nesse sentido (Nóvoa, 2013). A crise económica que assolou a Europa em 2008 veio afetar o contexto político, originando uma crise de legitimidade do processo de integração europeu: o intenso debate que teve lugar na UE no período de 2010-2012 tornou evidente o fracasso da Estratégia de Lisboa e evidenciou algumas cisões, nomeadamente entre o Norte e o Sul. Como resultado desse debate, foi definida uma nova estratégia para a segunda década deste milénio—*Europa 2020*—, que abandonou a ideia de tornar a UE numa economia competitiva, dinâmica e baseada no conhecimento e colocou a ênfase no *crescimento inteligente, sustentável e inclusivo* (Nóvoa, 2013). Com efeito, nas conclusões do Conselho Europeu de 25/26 de março de 2010 pode ler-se: “The new strategy will focus on the key areas where action is needed: knowledge and innovation, a more sustainable economy, high employment

contribuir, para o desenvolvimento da UE enquanto sociedade avançada baseada no conhecimento e integrou-se no domínio da educação e formação ao longo da vida; destinava-se a promover, em particular, os intercâmbios, a cooperação e a mobilidade entre os sistemas de ensino e formação na UE, a fim de que estes passassem a constituir uma referência mundial de qualidade.

Organizou-se em programas sectoriais relativos aos Ensinos Pré-Escolar e Escolar (Programa *Comenius*), ao Ensino Superior (Programa *Erasmus*), à Formação Profissional (Programa *Leonardo da Vinci*) e à Educação de Adultos (Programa *Grundtvig*). Englobava um Programa Transversal que abrangia atividades de desenvolvimento de práticas inovadoras, de disseminação de resultados e de intercâmbio de boas práticas e o Programa *Jean Monnet*, centrado na promoção da integração europeia. (retirado de <http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Reconhecimento/Uni%C3%A3o+Europeia/PALV/>, maio de 2013)

and social inclusion” (<http://register.consilium.europa.eu/pdf/en/10/st00/st00007.en10.pdf.29.03.2013>). Contudo, do ponto de vista de Nóvoa (2013, p. 112), “the changes that occur contribute more to narrowing the debate than to opening up new ideas and perspectives”.

Pese embora os cinco objetivos estabelecidos em matéria de *emprego, inovação, educação, inclusão social e clima/energia*, a atingir em 2020, pressupõem que a educação e a formação continuem a assumir um papel importante, Holford e Špolar (2012) são da opinião que as estratégias para atingir esses objetivos focalizaram-se no setor financeiro, na competição e inovação, no investimento, no emprego e no mercado único, não dando espaço para a educação assumir o papel principal. Na mesma linha destes autores, Nóvoa (2013) sublinha:

Education is once again placed at the core of all solutions, both in Europe 2020 as in its deployments. But when you look at the long list of goals and priorities in detail, it is clear that the central points of the ET 2020 program are based on economics, on-the-job-training, employability and a set of initiatives to tackle youth unemployment. There is a tendency to reduce the educational issues to the ‘needs of the economy’ and to the preparation of professionals capable of joining the job market. (p. 112)

Desenvolvendo esta ideia, Nóvoa mostra como os objetivos estabelecidos estão relacionados com a educação e a formação, mas têm em vista, sobretudo, o acréscimo de investimento em capital humano: (a) o *emprego* está diretamente relacionado com a formação, (b) a *inovação* exige um esforço maior dos centros de investigação ligados às universidades, (c) a *inclusão social* pressupõe uma ligação à aquisição de competências com vista à empregabilidade, (d) os objetivos para o *clima/energia* prendem-se com o investimento em tecnologia e com a formação superior das novas gerações, e (e) os objetivos respeitantes à *educação* estão diretamente relacionados com a escolaridade obrigatória e com a educação superior (Nóvoa, 2013). Assim, do seu ponto de vista, aliás, bastante crítico a respeito da política europeia em matéria de educação e formação, a lógica que preside atualmente às políticas educativas europeias continua a ser a mesma do tratado de Maastricht, realçando o facto de que o papel que tem cabido à educação na sociedade atual tem contribuído decisivamente para reforçar uma visão da educação “that overlooks important social and cultural dimensions and emphasizes points of view focusing primarily on economic dimensions (p. 116).

Por outro lado, na *Europa 2020* destaca-se uma dimensão ao nível da governabilidade do Espaço Europeu e dos Estados-membros que foi considerada vital na concretização dos objetivos: uma governança ainda mais forte, um maior comprometimento dos Estados-membros e a Comissão Europeia a assumir um maior controlo na monitorização das políticas nacionais, nomeadamente nas políticas de educação (Holford & Špolar, 2012; Nóvoa, 2013).

Posto isto, resta-nos sublinhar o ponto de vista de Nóvoa (2013, pp. 118, 119): a resposta à crise em que a Europa se encontra atualmente não passa por uma governança mais forte, mas por um processo mais democrático¹⁴, “not only within the political space of the nation-states but also at the European level”, com a educação e o desenvolvimento a funcionarem em equilíbrio “without cause and effect, but in the light of a strong interaction and balance between the investment in education and the social and economic development of societies”.

1.4 A regulação nacional e a regulação local

No atual quadro de governança dos sistemas educativos, os governos lidam em território nacional com dois tipos de regulação: uma *regulação nacional* que se refere ao modo como coordenam, controlam e exercem a sua influência “orientando através de normas, injunções e constrangimentos o contexto da acção dos diferentes atores sociais e seus resultados” (Barroso, 2005b, p. 69; Barroso, 2006, p. 50) e uma *regulação local* ou *microrregulação local*, que se prende com o processo de coordenação da ação dos atores e grupos de interesse, num quadro de uma crescente intervenção da sociedade civil na organização social.

Por força dos processos de mudança decorrentes da globalização e de diferentes lógicas, ideologias, discursos e práticas na definição e na ação política, o Estado tem-se visto confrontado com modos de regulação nacional que Barroso (2005a; 2006) classifica como “híbridos” e que, no seu entender, resultam de dois fatores: (a) por um lado, do facto dos países não serem simples recetores e aplicadores de orientações e processos de regulação concebidos supranacionalmente e, (b) por outro, do facto de coexistirem formas de regulação pelo mercado e pelo Estado que dependem de uma multiplicidade de fatores, nomeadamente ideologias políticas, questões em análise, enquadramento dos problemas, forças de poder envolvidas, jogos de estratégia dos atores e posição de cada país no contexto regional e global. Como exemplo, Barroso (2006) assinala dois momentos de política da educação portuguesa aparentemente contraditórios, afirma, mas complementares pois o primeiro serve como fonte de legitimação para o segundo:

Por um lado, emergência de um discurso político (apoiado em alguns órgãos de comunicação social e grupos de interesse religiosos ou empresarias) que privilegia uma regulação pelo mercado (livre escolha da escola, profissionalização da gestão, controlo pelos resultados, autonomia e concorrência entre escolas, etc.). Por outro lado, manutenção de práticas

¹⁴ Giddens (1999/2012, p. 77) também já havia sublinhado a necessidade da UE trabalhar no sentido de uma maior democratização na relação entre os Estados-membros. Afirma este autor que “a própria União Europeia não é nenhum modelo de democracia”, pois “não satisfaz os critérios democráticos que exige dos países membros”. Ainda assim, a sua perspetiva era na altura bastante otimista pois afirma que “não há nada a que obste a que ela se torne mais democrática [...] É que o sistema transnacional pode contribuir ativamente para a democracia interna dos países membros, bem como para a democracia das relações entre eles”.

centralizadoras e burocráticas por parte da administração, reforço do poder das estruturas desconcentradas do Ministério, limitação da autonomia das escolas na gestão de recursos. (p. 56)

Do ponto de vista da *microrregulação*, os governos partilham funções e responsabilidades com uma multiplicidade e diversidade de atores (institucionais, grupos de interesse políticos, sociais, económicos, religiosos, associações formais ou informais, média, alunos, pais, professores, diretores e gestores de escolas, etc.), num contexto complexo, de certa forma imprevisível e por vezes ambíguo ou contraditório, onde as estratégias diferem consoante os interesses e as posições de cada um no sistema.

Em resultado desta diversidade de pólos de interesse, negociações e recomposição de objetivos e poderes (a) as orientações e diretivas supranacionais são reinterpretadas; (b) diminuem os efeitos de regulamentações e normas provenientes do poder político, pois tornam “imprevisível o efeito das regulações institucionais desencadeadas pelo Estado e a sua administração” (Barroso, 2005a, p. 734); (c) enfatiza-se a importância do papel do governo na *regulação* das múltiplas instâncias de regulação e mediação pois é “aí que se faz a síntese ou se superam os conflitos entre as várias regulações existentes” (Barroso, 2005a, p. 734), tendo como consequência o efeito “mosaico” (que outros autores designam “bricolage”¹⁵) no interior do sistema educativo de cada Estado contribuindo, assim, para a sua diversidade e desigualdade (Barroso, 2005b).

A diversidade de fontes e modos de regulação faz com que a coordenação, equilíbrio ou transformação do funcionamento do sistema educativo resultem mais da interação dos vários dispositivos reguladores do que da aplicação linear de normas, regras e orientações oriundas do poder político. Por isso, mais do que falar de regulação seria melhor falar de “multi-regulação”, já que as acções que garantem o funcionamento do sistema educativo são determinadas por um feixe de dispositivos reguladores que muitas vezes se anulam entre si, ou pelo menos, relativizam a relação causal entre princípios, objectivos, processos e resultados. (Barroso, 2005a, p. 734)

Na verdade, esta situação que ocorre no âmbito das políticas educativas não é um caso isolado. O processo de construção das políticas públicas envolve uma extraordinária complexidade de elementos: (a) programas e iniciativas que decorrem em simultâneo; (b) diversidade de atores e grupos de interesse envolvidos—nacionais e supranacionais, atores nos diferentes níveis de

¹⁵ veja-se, por exemplo, Teodoro e Estrela (2010)

governança, agências, investigadores, jornalistas, *opinion makers*—que interagem ao longo do tempo em debates e disputas técnicas, onde são construídas subjetividades, (re)conceitualizados os problemas e definida a sua gravidade; e (c) questões de financiamento público e, até certo ponto, coerção autoritária. Assim sendo, na impossibilidade de observar o todo, os analistas procuram simplificar a situação com vista à sua compreensão (Sabatier, 2007).

Nesta ordem de ideias, a complexidade dos processos educativos implica a necessidade de utilizar diferentes níveis de análise, mega, macro, meso e micro, como Licínio Lima (2008, p. 84) defende quando refere que a escola enquanto objeto de estudo “complexo e polifacetado exige, congruentemente, uma abordagem teórica de tipo plural e multifocalizada, seja em termos de abordagem analítica e de escala de observação, seja ainda em termos de interpretação teoricamente sustentada”; para além disso, obriga a um olhar multifacetado que permita observar as políticas educativas de diferentes ângulos, como Barroso, Carvalho, L., Fontoura, e Afonso, N. (2007) sublinham na seguinte passagem:

As políticas da educação não se circunscrevem às medidas políticas ou às decisões dos governantes e da administração. Devem ser entendidas como espaços comunicacionais e sociais nos quais se exprimem e interagem diferentes concepções e modos de relação com o mundo educacional. Consequentemente, têm de ser observados a partir de múltiplos pontos de sua produção e ancoragem: nos documentos oficiais e oficiosos, (...) nos textos de comissões, nos estudos ou relatórios prévios ou posteriores ao estabelecimento formal de uma política, nos lugares de mediatização, nomeadamente na imprensa periódica não especializada, etc. (p. 8)

Atualmente existe uma multiplicidade de teorias que visam uma compreensão quer do processo das políticas quer do processo político, enfatizando aspetos diferentes. Por exemplo, as teorias da escolha racional colocam a tónica nos líderes e no papel das instituições que têm uma função relevante no processo de decisão. Em contraste, o enquadramento da “coligação de defesa” advoga que os sistemas de crenças são mais importantes que as afiliações institucionais, que os atores prosseguem, por vezes, uma ampla variedade de objetivos e, ainda, que se devem acrescentar os investigadores e os jornalistas ao conjunto de atores potencialmente importantes (Sabatier, 2007; Sabatier & Weible, 2007). Sendo assim, será necessária uma abordagem que coloque a ênfase, por exemplo, nos jogos de estratégia dos atores ou nas dinâmicas de construção de matrizes cognitivas de interpretação dos problemas e que considere os produtos da ação política como o resultado de um processo complexo que relativiza o papel do Estado e reforça as lógicas que se desenvolvem em diversos campos, académico, jornalístico, político, social, etc. e as relações de poder que se

estabelecem no seu interior e entre eles; que coloque a tónica na (re)construção de referenciais, na interpretação dos problemas, no processo de mobilização de aliados, de construção de arenas favoráveis ao enquadramento desejado com vista à colocação em agenda decisional ou à tomada de decisão. Mas, também, que saliente a importância dos mecanismos de inserção/adaptação das questões/problemas aos dispositivos intelectuais, às práticas já existentes de promoção, legitimação e renovação do quadro cognitivo de receção e adaptação das medidas e dos efeitos que poderão gerar.

Pode-se assim afirmar, pois é desta forma que o entendemos, as políticas públicas são, do ponto de vista da ação pública, o resultado de um processo complexo que envolve interações a vários níveis e uma multiplicidade de atores e grupos de interesse, lutas discursivas e outras formas de mobilização que, por sua vez, implicam a utilização de diversas formas de capital por parte dos intervenientes no processo político e, por conseguinte, é um processo que está sujeito às influências e aos constrangimentos que guiam a ação dos agentes e do Estado. *Mutatis mutandis*, o que é válido para as políticas públicas em geral é válido para as políticas educativas em particular.

Capítulo II: O Papel dos Média nos Processos de Microrregulação das Políticas

Num quadro de reconfiguração do papel do Estado e crescente envolvimento da sociedade civil nos processos de construção das políticas públicas, os meios de comunicação social têm um papel fundamental quer na mediação quer na mediatização das políticas.

Castells (2005, p. 23) afirma que “os sistemas de comunicação mediáticos criam os relacionamentos entre instituições e organizações da sociedade e as pessoas no seu conjunto, não enquanto indivíduos, mas como receptores colectivos de informação”. Neste sentido, podemos afirmar que “eles representam um dos mecanismos mais significativos de construção da opinião pública” (Serra, 2006, p. 2). Mas, será esta uma opinião pública, mediada pela comunicação social, crítica e reflexiva ou, pelo contrário, os média têm contribuído para o fechamento do espaço público funcionando como dispositivos de controlo dos discursos e manutenção de determinados estereótipos?

A qualidade da argumentação, o conhecimento que os atores detêm do jogo que se joga em vários campos sociais e as diversas formas de capital de que estão munidos são fatores determinantes quer da forma como esses atores interpretam os problemas e intervêm no espaço público quer no efeito de reflexividade que despoletam os seus discursos. Noutros termos, os efeitos que as suas práticas induzem noutros agentes, em resultado da argumentação no espaço público mediatizado, tem consequências visíveis na construção dos problemas públicos, designadamente na forma como as questões são analisadas e os assuntos são debatidos. Deste ponto de vista, apesar do papel ambivalente que desempenham, os meios de comunicação de massa, auxiliados pelos novos meios de comunicação, são na realidade um ator importante.

Mas, em que medida os média contribuem para a revitalização e abertura do espaço público? Que papel desempenha a comunicação social entre a esfera da representação política formal e o público? A este respeito há dois conceitos fundamentais que sintetizam a importância dos média no processo político de construção das políticas públicas: o de *mediação* e o de *mediatização* e, por isso, atribui-se-lhe particular destaque neste capítulo.

2.1 A esfera pública nas sociedades democráticas atuais

No cerne do processo democrático *habermasiano* encontra-se o princípio da legitimidade deliberativa. Este baseia-se na racionalização discursiva das decisões de âmbito institucional e em mecanismos que garantem uma interação entre as esferas informais do *mundo da vida* e as esferas formais dos processos de tomadas de decisão institucionalizados (Lubenow, 2010). A argumentação discursiva que se desenvolve na esfera pública informal—esferas informais do mundo da vida que influenciam a esfera formal do sistema político a qual é sensível à forma como as esferas públicas informais identificam e interpretam os problemas sociais—, funciona como base legitimadora do processo democrático e como garante do uso equitativo das liberdades comunicativas (Lubenow, 2010). Assim, de acordo com esta perspetiva, o debate não se deve

limitar ao sistema político; pelo contrário, no processo de deliberação sobre assuntos públicos, a sociedade civil—cidadãos e organizações sociais informais desvinculadas do mercado e do Estado (Avritzer & Costa, 2004)—desempenha um papel crucial, visto não estar sujeitas nem à pressão da tomada de decisão nem a constrangimentos organizacionais.

O pressuposto básico neste modelo é que esta sociedade civil comunica de forma livre e autónoma, que os seus atores respeitam os argumentos dos outros, argumentam racionalmente perante desacordos e conseguem ultrapassar os seus interesses privados em busca de entendimentos (Ferree, Gamson, Gerhards, & Rucht, 2002). Assim, a fonte da legitimidade política reside no “processo comunicativo de *formação da opinião e da vontade colectiva*”¹⁶ e não da vontade dos cidadãos individuais (Avritzer & Costa, 2004, pp. 708, 709). Porém, para que tal aconteça é necessário que as organizações da sociedade civil não se transformem em estruturas formalizadas, burocráticas e que os seus atores não assumam funções que cabem ao Estado (Avritzer & Costa, 2004).

Ora, um dos aspetos distintivos deste modelo discursivo de espaço público idealizado por Habermas é exatamente a necessidade da separação entre os processos de discussão e de deliberação pública; noutros termos, uma vez obtido o acordo o debate é encerrado e o assunto passa a ser tratado na esfera formal do sistema (Ferree et al, 2002). Sendo assim, “o modelo enfatiza a necessidade de separação clara de funções entre a sociedade civil e a sociedade política e de autolimitação dos atores civis” (Avritzer & Costa, 2004, p. 723) o que, na opinião destes autores, subvaloriza as estruturas de participação pública.

De um outro ponto de vista, designado por *perspetiva construcionista do discurso*¹⁷, defendida por Solen Sanli, Hannah Arendt, Nancy Fraser e Seyla Benhabib, entre outros autores, o reconhecimento da diferença é igualmente importante, pois a procura de consensos não serve a existente diversidade de opiniões e de valores (Ferree et al, 2002). Assim, uma das críticas de Sanli (2011) ao modelo discursivo defendido por Habermas é a de que ele trata a comunicação como uma troca entre iguais que se estabelece através do diálogo e do debate e que reclama a validade da argumentação mediante um processo de influência, o qual tem em vista a obtenção de acordos baseados em representações partilhadas por todos, ainda que implicitamente.

Além disso, esta perspetiva sublinha, também, que determinados assuntos ao serem considerados privados e a narrativa não ser uma forma de discurso público valorizada no espaço público limita quem tem acesso ao discurso público, coloca em vantagem os grupos dominantes e certos indivíduos e, portanto, demarca quer os assuntos que são debatidos e contestados, quer o

¹⁶ Itálico no original

¹⁷ Habermas situa-se numa tradição ligada às teorias teórico-discursivas de esfera pública afastando-se em alguns pontos da teoria construcionista da esfera pública democrática e de outras teorias, como a liberal representativa ou a liberal participativa (Ferree et al, 2002).

ângulo pelo qual os problemas são abordados (Fraser, 1990; Sanli, 2011). Nesta mesma linha, a propósito das críticas de Nancy Fraser ao modelo discursivo de esfera pública, Avritzer e Costa (2004) acrescentam que

[...] se o espaço público não se mostrar poroso à força expressiva não apenas dos argumentos, mas também da performance e das formas não-verbais de comunicação, este pode-se prestar, indefinidamente, à reprodução do poder daqueles que historicamente dominaram o processo de produção do discurso verbal. (p. 713)

Um outro ponto crítico assinalado por Fraser (1990) e Sanli (2011) à teoria democrática deliberativa, na qual se insere o modelo discursivo de Habermas, é o facto de esta atribuir relevância particular ao discurso público, falhando, no entender destas autoras, no seu reconhecimento como prática de poder fora das instituições formais. Noutros termos, Sanli ao afirmar que a noção de poder na teoria da esfera pública de Habermas “is linked solely to politics and state, and fails to recognize other, more subtle forms of power such as *symbolic power*”¹⁸ (p. 287) sublinha o facto de o poder do discurso não estar simplesmente no que é dito. A este respeito, Sanli contrapõe a posição de Habermas à de Bourdieu, referindo que este último sublinha as hierarquias de poder no mundo da vida e defende que a força do discurso se situa, muitas vezes, fora dos seus limites. Na verdade, para Bourdieu, o princípio da eficácia da palavra não está no seu conteúdo propriamente linguístico, mas nas condições institucionais da sua produção e da sua receção:

Grammar defines meaning only very partially: it is in relation to a market that the complete determination of the signification of discourse occurs. Part (and not at least) of the determinations that constitute the practical definition of sense comes to discourse automatically and from outside. The objective meaning engendered in linguistic circulation is based, first of all, on the distinctive value which results from the relationship that the speakers establish, consciously or unconsciously, between the linguistic product offered by a socially characterized speaker, and the other products offered simultaneously in a determinate social space. (Bourdieu, 2012, p. 38)

Na mesma linha, Ferree, Gammson, Gehards, e Rucht (2002, p. 301) destacam que na perspectiva discursiva defendida por Habermas “the ultimate goal is a public sphere in which better

¹⁸ Itálico no original

ideas prevail over weaker ones because of the strength of these ideas rather than the strength of their proponents”, ou seja, a forma e o conteúdo das ideias devem ser considerados os aspetos suficientes e necessários para decidir qual é o melhor argumento. Porém, parece que esta situação ideal nunca é alcançada, pelo menos é esse o ponto de vista destes autores—“The normative ideal in the Habermas version is embodied in the concept of an ‘ideal speech situation’. [...] and conditions of an ideal speech situation are not being met” (Ferree et al, 2002, p. 302). Sendo assim, apesar de o espaço público estar virtualmente aberto a todos os cidadãos não significa necessariamente uma sua maior democratização.

Na perspetiva de Hansotte (2005/2008) o espaço público é concebido como uma “instância simbólica discursiva e performativa” simultaneamente “ética e política”, de debate e de “confronto entre particular e universal” (p. 74), “onde se trata da coisa pública e da relação com a vida em conjunto” (p. 70) e “onde se enunciam e afirmam os mandatos destinados aos representantes políticos; onde se alimenta a democracia representativa” (p. 73). Neste processo de confronto vivido no espaço público o discurso assume um papel fundamental; a legitimidade da sociedade civil e as posições que esta assume baseiam-se na qualidade dos processos de argumentação e de ação. Nesta conceção de espaço público participam atores da sociedade civil frequentemente inseridos em contextos sociais organizados, nomeadamente associações voluntárias ou profissionais, novos movimentos sociais, e ainda políticos, membros de partidos e sindicatos, especialistas, comunidades epistémicas, “policy venues” (Baumgartner & Jones, 2009) e outros “entrepreneurs de cause” (Lascoumes & Le Galès, 2009, p. 70) que se empenham em movimentos e lutas de opinião, participam em debates públicos, emitem opiniões e defendem interesses universalizáveis. Tanto uns como outros, independentemente do campo social em que se situam, utilizam os meios de comunicação para construírem na sociedade novas realidades, novos referenciais, influenciarem a opinião pública e conseguirem a atenção dos próprios média e dos centros de decisão política.

2.2 Processos de construção dos problemas públicos

O confronto e o conflito entre atores com posições divergentes é um espaço de construção de referenciais, de imagens da realidade sobre a qual se deseja intervir, construindo-se e reformulando-se as políticas. Para Thomas (2002, p. 197) as lutas discursivas na esfera pública envolvem contestação com base no conhecimento sobre as políticas, são representações da realidade, formas de conhecer o mundo, mas são também formas de construção de subjetividades.

Os trabalhos desenvolvidos por Blackmore e Thorpe (2003), Cohen (2010), Rawolle (2010a), Rönberg, Lindgren, e Segerholm (2012), Stack (2010) e Ungerleider (2006), entre outros, exemplificam a forma como atores governamentais e agentes da sociedade civil utilizam os média para, respetivamente, anteciparem os problemas e ganharem vantagem estratégica na implementação de políticas e chamarem a atenção da opinião pública levando uma questão a ser

considerada de *interesse geral*¹⁹ ou do interesse público e da competência do poder político; têm vista a sua ascensão à agenda decisional e a alteração do curso da decisão política (veja por exemplo, Koopmans, 2004; Melo, M., 2005; Serra & Natal, 2012). Como tal, procuram construir credibilidade em torno de questões pertinentes, criam eventos, promovem debates, divulgam imagens e mensagens, utilizando os média e as redes de comunicação horizontais (*social web* e outros meios tecnológicos), as quais funcionam de forma independente dos média (Bekkers, Beunders, Edwards, & Moody, 2011; Castells, 2008).

No entender de Van Dijk (2009), determinados grupos como escritores, jornalistas, académicos e outros—que o autor designa por “elites simbólicas”—controlam a produção discursiva no espaço público, têm capacidade de fixar as agendas e os debates públicos, influenciar a importância dos assuntos e a forma como são analisados; são, como refere, os fabricantes do conhecimento, das crenças, das atitudes, da norma, da moral e das ideologias públicas. Em consonância com este ponto de vista, Schudson (2002, p. 263) afirma que “the news media have always been a more important forum for communication among elites (and some elites more than others) than with the general population”. Trata-se, portanto, de uma luta de opiniões entre os que têm legitimidade para falar, possuem capital simbólico²⁰, têm acesso ao poder simbólico e cujos discursos estão frequentemente mascarados por uma racionalidade e por uma naturalidade (Bourdieu, 1990; Foucault, 1984; citados por Sanli, 2011).

Saliente-se, porém, que o capital simbólico tem sido também utilizado sob formas organizadas da sociedade civil que impedem que o espaço público seja subvertido, chamando a atenção quer para a necessidade de discutir e pensar os problemas sociais quer fazendo pressão para que sejam tomadas medidas adequadas por parte do poder político. “Estas formas organizadas de sociedade civil são auxiliadas pelos *mass media* que transmitem preocupações gerando um debate público que se reúne em ‘opiniões públicas definidas topicamente’” (Silveirinha, 2004, p. 228). O que significa que a sociedade civil ao fazer uso social dos meios de comunicação interpessoal—por exemplo, telemóveis—, utiliza-os como *mass media* ou combina-os com outros média interativos—por exemplo, *internet*—que potenciam a utilização destas tecnologias e obrigam os média (tradicionais)—jornais, rádio e televisão—a articularem-se com estas novas formas de comunicação.

Particularmente no que respeita à educação, “a crescente interpenetração dos conhecimentos científicos na vida social [...] contribuiu para que a comunicação social se assumisse como um

¹⁹ O *interesse geral* é, no sentido atribuído por Rousseau, segundo Reis (2010), um interesse que possibilita as decisões coletivas e que resulta da interseção dos interesses particulares sendo, por isso, duradouro e compartilhado por todos; nesta conceção cabe à educação um papel primordial na criação de condições para tornar essa interseção dos interesses a mais ampla possível.

²⁰ No entender Van Dijk (2009, p. 36) “muchas formas del poder contemporáneo deberían definirse como poder *simbólico*, es decir, en relación com el *aceso preferencial a – o el control del – discurso público*”.

campo de divulgação de conhecimentos especializados sobre as questões educativas” (Melo, M., 2005, p. 596). Através de um processo de seleção, descontextualização, recontextualização e difusão para o público, apoiado, segundo esta autora, em estudos realizados por peritos e informações especializadas os média dão credibilidade à imagem que procuram construir. Para além disso, o facto dos assuntos relativos à escola assumirem um carácter familiar ao cidadão comum legitima-os a participarem e a envolverem-se nos debates públicos sobre educação (Cohen, 2010; Pina, 2007), ainda que, em parte, personalizem os assuntos (Cohen, 2010).

Porém, na verdade, nem todos os cidadãos possuem um conhecimento sobre os assuntos que viabilize uma “consciência discursiva” (Melo, M., 2009, p. 61) que permita racionalizar discursivamente de modo crítico as suas ações, nem possuem outro tipo de capital, económico, social, ou outro, que legitime a sua intervenção. Na realidade, uma das formas mais influentes de discurso público é o discurso veiculado através dos média; todavia, como Van Dijk (2009) sublinha, o seu acesso é limitado:

Quem tem acesso (à produção de) notícias na imprensa e aos programas de televisão e quem controla esse acesso? [...] Quem é entrevistado e quem é citado com frequência? A quem correspondem as acções que são notícia? A quem pertencem os artigos de opinião e as cartas dos leitores que são publicadas? Quem pode participar num programa de televisão? De um modo geral, a quem corresponde a definição da situação política aceite e tida em consideração?²¹ (p. 31)

2.2.1 O discurso no espaço público e o espaço de opinião da imprensa escrita

A possibilidade dada atualmente aos cidadãos de publicarem a sua opinião num espaço de referência como um jornal, nomeadamente sob a forma de cartas ao diretor, ou comentar uma notícia ou outra opinião anteriormente emitida nesse ou noutro espaço público é um indicador da vontade dos média promoverem a reflexividade social e darem voz não apenas a uma pequena elite mas, também, à opinião do cidadão anónimo. Esta estratégia, que M. Melo (2005, p. 604) caracteriza como um “acto político”, tem um “alcance considerável” do seu ponto de vista, pois funciona, à partida, como um espaço de discussão racional e de exercício da democracia. Todavia, para autores como Wahl-Jorgensen e outros, que M. Silva (2007) refere, a secção das cartas ao diretor é também um instrumento de relações públicas, pois desempenha uma função catártica e uma função de responsabilização do próprio jornal; neste sentido, estes autores consideram que trata de uma estratégia que visa promover o aumento da credibilidade do jornal. Sendo assim, a

²¹ Tradução nossa

secção das *Cartas ao Diretor* assume também uma dimensão ética—que vende—, pois permite o exercício de crítica ao seu conteúdo e aos pontos de vista que veicula.

Na investigação sobre o processo de *gatekeeping* das cartas dirigidas ao diretor do jornal Público, M. Silva (2007, p. 116) constatou que a secção do cidadão comum ou do leitor, no papel de escritor e, até certo ponto, de fazedor de opinião, abrangia não só uma parcela ínfima de cidadãos, como privilegiava a publicação de “cartas que se relacionem[avam] com um acontecimento de destaque nos *media*”, dando preferência aos “leitores ‘com autoridade’ sobre um assunto conferida pelo seu estatuto”; além disso, em comparação com a dimensão do jornal, esta secção estava condicionada a um espaço exíguo.

Por último, a publicação de uma carta, a qual depende de estar escrita com correcção ortográfica e gramatical, necessita de possuir uma argumentação consistente (Silva, M., 2007). Esta condição implica, na opinião desta autora, que o seu autor possua, no mínimo, um certo volume de capital escolar, que, de um modo geral, conheça as regras do discurso jornalístico e seja reconhecido como um agente com competência legítima, ou seja, uma espécie de autoridade sobre o assunto. Assim, segundo esta autora, “as lógicas de funcionamento, as limitações de tempo e de espaço ou os códigos de linguagem dominantes impedem que os média atuais sejam um cenário utópico [referindo-se criticamente à esfera pública preconizada por Habermas], no qual todos os indivíduos, sem excepção, intervêm livremente” (Silva, M., 2007, p. 116). Posição, alias, em consonância como o ponto de vista crítico de Sanli (2011) ou com o de Bourdieu (2012, p. 69) quando este último afirma que “the more formal the market is, the more practically congruent with the norms of the legitimate language, the more it is dominated by the dominant, i.e. by the holders of the legitimate competence, authorized to speak with authority”.

Não admira, pois, que a grande maioria das cartas ao diretor analisadas na investigação no jornal Público realizada por M. Melo (2005), sobre assuntos respeitantes à educação, tenha sido da autoria de professores; são atores familiarizados com o sistema de ensino e possuem capital escolar e cultural. Estes fatores conferem um estatuto de autoridade sobre o assunto e legitimam os agentes perante a opinião pública, estimulando-os a debaterem esses temas. Porém, como esta autora confirmou, o género jornalístico *Opinião*²² foi o que “mais condicion[ou] o circuito da reflexividade [discursiva] mediatizada” (Melo, M., 2005, p. 609). Noutros termos, os artigos de opinião foram aqueles cuja prática discursiva mais induziu práticas discursivas noutros atores, no interior do mesmo jornal.

Os artigos de opinião são produzidos, de um modo geral por atores designados *opinion makers*, comentadores, colunistas, analistas políticos, ou fazedores de opinião²³—M. Melo (2005,

²² Distinguindo-se neste contexto o espaço de *opinião* do espaço das *cartas*.

²³ Utilizaremos o termo *opinion makers*, para nos referirmos quer a autores que assinam periodicamente colunas de opinião na imprensa escrita—designados também por colunistas—, quer àqueles que emitem

p. 603) denomina-os “reflexivos profissionais” ou “novos intermediários culturais”—, que dominam as regras do discurso mediático, possuem elevada eloquência, competência social e autoridade reconhecida quer pelo próprio público quer pelo próprio jornal, tanto que este lhes confere um espaço nobre no seu interior²⁴.

A propósito do funcionamento do *Espaço de Opinião* da imprensa portuguesa, dadas as características altamente seletivas e criteriosas no recrutamento dos seus membros, Figueiras (2005, p. 124) utiliza o termo “clubismo”. Com efeito, na sua generalidade os *opinion makers* são atores originários de diversos campos sociais—políticos e antigos ministros, antigos secretários de Estado, cientistas sociais, economistas, representantes de sindicatos, jornalistas que ocupam uma posição hierárquica de relevo no meio jornalístico, académicos, etc.—possuidores de elevado volume de capital, social, cultural, político, simbólico ou outro; em alguns casos, senão na maioria, tratam-se de personalidades de reconhecido mérito que emitem opinião nos variados meios de comunicação social—jornais, revistas, rádio, televisão, blogues, etc.—, e que convertem esse capital em ganhos, designadamente em acréscimo de capital social e simbólico, com consequentes vantagens, também, no seu próprio campo social (Figueiras, 2005; Natal, 2011). Deste ponto de vista, “as tomadas de posição” destes atores “não se situam no ‘universo do puro desinteresse’” (Melo, M., 2005, p. 598).

Não obstante tratar-se de um debate “ainda pouco plural e incluível ou inevitavelmente elitista”, como Barriga (2007, p. 360) mostrou na investigação realizada sobre o papel dos artigos de opinião na construção das representações sobre a política nacional, do seu ponto de vista, “As colunas de opinião e os editoriais acrescentam ‘racionalidade’ ao sistema dos média (mesmo que alguns não disfarçam a emotividade e demonstrem com clareza o posicionamento político-partidário de quem escreve) e contribuem para o debate no espaço público” (Barriga, 2007, p. 360).

Em suma, o espaço público que teve a sua origem na polis grega—a *ágora* ou a praça pública era o espaço onde os assuntos da vida pública e a governação eram discutidos—aparece hoje como um espaço de luta pelo poder social e pelo acesso ao discurso onde determinados agentes, designadamente porque estão familiarizados com os códigos e práticas mais legítimas da cultura dominante, parecem ter um acesso privilegiado.

opinião noutro espaço privilegiado dos *mass media*, como jornais, rádio, televisão, mas de modo não regular—designados com frequência por comentadores ou analistas políticos—, e que não comprometem o media ao seu ponto de vista; exceção feita aos editoriais não assinados, os quais refletem o ponto de vista da direção do jornal.

²⁴ Perelman e Olbrechts-Tyteca (2008, p. 427) sublinham o facto de a imagem do orador ter um papel fundamental na forma como o recetor interpreta a mensagem:

En fait, l'énoncé n'est pas le même, quand il émane de tel auteur ou de tel autre, il change de signification; il n'y a pas simple transfert de valeurs, mais réinterprétation dans un nouveau contexte, fournit par ce que l'on sait de l'auteur présumé.

2.2.2 O papel dos média numa sociedade democrática

Do ponto de vista de Cardoso G. (2009, p. 28), “devemos olhar para os *media* não como tecnologias isoladas mas como objectos de apropriação social que são diversificados e combinados consoante os objectivos a atingir pelo utilizador”. Ora, deste modo, tanto podem ser utilizados para revitalizar o espaço público, gerar apoio e mobilizar a opinião pública, como para conferir protagonismo ao poder político e às agendas políticas.

Os aspetos que se tem vindo a referir levam-nos a interrogar sobre o papel dos média numa sociedade democrática, particularmente dos *mass media* ou média tradicionais. Do ponto de vista dos defensores de uma democracia participativa os média devem representar todos os interesses significativos numa sociedade. Nesta ótica, o seu principal papel deve ser a difusão do interesse público e a criação de estruturas que facilitem a comunicação, encorajem o *empowerment* e promovam uma cidadania ativa (Ferree et al, 2002). No entanto, é discutível a ideia que os média são o suporte de uma *democracia participativa*, que proporcionam um fórum de discussão de questões de interesse público, por vezes polémicas, que dão voz à opinião pública, que vigiam o poder político contra a corrupção e os abusos do exercício do poder. Do ponto de vista dos defensores de uma *democracia liberal representativa*, o papel dos média é essencialmente o de incentivar o diálogo entre os que estão suficientemente informados para poderem participar e assegurar a transparência da governação, devendo, para esse efeito, expor a corrupção e a incompetência fornecendo informação confiável (Ferree et al, 2002). Contudo, como estes autores também referem, nem sempre são estes os papéis que os média desempenham, nomeadamente porque em determinados momentos servem a sua própria agenda, não reservam uma distância suficiente do poder político e distorcem ou enviesam a informação.

A luta travada pelo jornal Público, em 2001, com vista à divulgação dos rankings escolares, é um exemplo do que M. Melo (2005, p. 598) designa como os “efeitos perversos da ambivalência actual que caracteriza os *media*”. Na sua investigação, a autora mostrou como a imprensa escrita—jornais—, por intermédio dos seus fazedores de opinião, promoveu a *reflexividade social*²⁵ sob temas do interesse geral, no caso em apreço a educação, funcionando como um “contra-poder” com capacidade para “fabricar opiniões que influenciam o curso das decisões” (Melo, M., 2005, p. 598). Mas, em contrapartida, “paradoxalmente, em nome do aprofundamento da democracia”, utilizando as palavras da autora (p. 615), a forma como o tema foi abordado, os aspetos que foram sublinhados e as relações que foram estabelecidas, privilegiaram determinados pontos de vista que favoreceram uma perspetiva neoliberal da educação, assente numa ideologia de mercado e na defesa da escola meritocrática.

²⁵ A autora usa o termo *reflexividade* no sentido que Giddens (1998) lhe atribui, ou seja, “a capacidade que os actores sociais modernos possuem, através da análise da informação a que têm acesso, de reequacionarem práticas sociais e procurarem transformá-las”, não estanho apenas em causa, como afirma, “um processo de análise e reflexão” pois “implica também ação” (Melo, M., 2005, p. 603)

Numa análise aos média dos Estados Unidos da América, Graber (2003), ainda que não deixe de sublinhar a ação assinalável dos média em tempos de crise democrática, realça algumas das críticas mais frequentes que lhes são feitas. Diz a autora que (a) a dissonância de vozes no espaço público por vezes confunde os cidadãos (não especialistas) mais do que os esclarece; (b) os critérios pelos quais as políticas são julgadas são subjetivos; (c) o número de meios de comunicação social que competem por audiências não significa necessariamente diferentes pontos de vista sobre o mesmo assunto, pois os jornalistas e editores partilham noções comuns sobre o que é notícia ou usam fontes comuns; (d) as opiniões das elites são tidas em consideração em detrimento das do restante público, particularmente das dos dissidentes; e, por fim, (e) o número de assuntos abordados é irrisório, em comparação com a quantidade de políticas que seria interessante tratar. Muitos destes aspetos referidos por esta autora são comuns aos média de outros países e foram também sublinhados por outros autores. Designadamente, a questão da *homogeneização* de pontos de vista que Bourdieu (1995/2005; 1998) encontrou em França quer no jornalismo de imprensa quer na televisão, a qual, na sua ótica, resulta principalmente da concorrência sob o controlo comercial existente no campo jornalístico com vista à aquisição de leitores fiéis, notícias exclusivas, nomes socialmente relevantes, e que, ao invés de conduzir à diversidade, produz uniformidade e até conservadorismo. Nesta perspetiva, tal como o autor afirma, não se trata apenas do facto dos vários média partilharem com frequência os mesmos comentadores, recorrerem às mesmas fontes ou uma consequência da facilidade com que os jornalistas se movem de um média para outro; esta uniformidade deve-se sobretudo, no seu entender, à elevada pressão competitiva que transformou a produção de notícias num empreendimento coletivo.

Mazzoleni e Schulz (1999) traduzem da seguinte forma as posições mais extremadas que surgiram nos finais do século transacto, as quais surgiram na sequência da possibilidade da “democracia em direto”, decorrente da expansão dos novos meios de comunicação social:

Traditional democratic institutions of representation will be undermined or made irrelevant by direct, instant electronic communication between voters and officials; the new media will fragment the electorate, eroding the traditional social and political bonds that have united the polity; political parties will lose their function as cultural structures mediating between the people and the government; shrewd, unprincipled politicians will find it easier than before to manipulate public opinion and build consensus by using new information technologies and resources; and the new media can facilitate the spread of populist attitudes and opinions. (p. 248)

Todavia, a posição destes autores é bem diferente deste quadro apocalíptico pois, embora Mazzoleni e Schulz admitam a validade destas críticas, a entrada dos média no processo político

não pode, do seu ponto de vista, ser interpretado genericamente como sinónimo de “assalto” às instituições políticas visto que existem diferenças significativas do fenómeno a nível global. Estes autores analisam a interação entre os média e as instituições políticas através da mediatização, conceito que se abordará mais adiante.

Na realidade, segundo Castells (2005, p. 24), “as opiniões políticas e o comportamento político são formados no espaço da comunicação” e a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade. Ou seja, o facto de vivermos numa sociedade em rede—“aquilo a que chamamos globalização é outra maneira de nos referirmos à sociedade em rede” (Castells, 2005, p. 18)—obriga a considerar não apenas a dimensão económica mas também a comunicacional, afirma o autor. Do ponto de vista de Cardoso G. (2009) e Castells (2005; 2008), quer as mudanças trazidas pela inovação tecnológica quer a forma como os indivíduos se apropriam socialmente desses dispositivos tecnológicos—*internet*, *world wide web*, telemóvel, *iPods*, etc.—utilizando-os também como *mass media* e combinando-os com os média tradicionais, impõem a passagem de um modelo de comunicação de massa para um modelo baseado na comunicação em rede, tendo como consequência o estabelecimento de novos processos de mediação em rede.

Uma das problemáticas que tem motivado inúmeras pesquisas em áreas como a da comunicação, ciência política, sociologia e outras, prende-se com saber em que medida o público tem capacidade para influenciar a agenda política e a agenda dos meios de comunicação social. Serão, pelo contrário, os média que definem as duas outras agendas? Ao invés disso, é a agenda política que influencia as restantes? Em caso afirmativo, em que condições isso acontece?

Pese embora as pesquisas não sejam conclusivas e apontem diversos caminhos, as três componentes do processo de *agenda-setting*—agenda dos média, agenda pública e agenda política—, nomeadamente, a associação entre estas três agendas e o processo de *agenda-building*, são problemas a que, como se referiu atrás, a comunidade académica tem dado atenção nas últimas décadas. Segundo Parsons (1995), em determinadas situações, dependendo dos acontecimentos e dos contextos, os três campos ficam permeáveis a influências exteriores; quando isso acontece o processo de agendamento tanto se pode fazer num sentido como noutro, de forma intencional ou não; ou seja, tanto pode ser iniciado pelos média, pelo campo político ou pelo público. Já Uscinski (2009), por exemplo, mostra como os acontecimentos determinam a direção de influência entre as duas agendas, a agenda pública e a agenda dos média, e destaca o facto de “issues such transportation and education, which comprise few spectacular events and little public concern, will receive sparse coverage in the media” (p. 796). Por seu lado, Rönnberg et al (2012) mostram que “the way media considerations increasingly affect education policy within the intermediate space between the sphere of formal political agency and the public”.

Numa investigação anterior sobre o papel dos *opinion makers* em torno do “Novo Modelo de avaliação de desempenho docente” implementado em Portugal em 2007 (Natal, 2011) constatou-se

que a agenda destes atores e a agenda política se influenciaram mutuamente, mas também se verificou que ambas as agendas foram influenciadas por acontecimentos no espaço público, designadamente manifestações, greves e outras formas de luta que foram levadas a efeito pelos professores, durante cerca de dois anos.

Por sua vez, Hamilton (2006) aborda os média na perspetiva de que a influência de fatores económicos na cobertura jornalística cria dificuldades na determinação do seu impacto nas medidas políticas. Já Figueiras (2005, p. 36) é da opinião que “o consenso estrutura-se no reconhecimento da inter-relação entre a agenda pública, a agenda dos média e a agenda política como determinantes para a permanência de um tema no espaço público”.

2.3 A mediação e a mediatização da política e das políticas

O impacto dos média na educação tornou-se para muitos investigadores em educação um foco de interesse (Cohen, 2010; Rawolle, 2010a)²⁶. Embora existam já algumas publicações a nível nacional, é sobretudo a nível internacional que se regista o desenvolvimento de uma quantidade relativamente significativa de investigações que têm procurado conhecer e compreender: (a) o modo como os média interagem com o poder político e quais os efeitos dessa interação nos processos de microrregulação das políticas educativas, nomeadamente na procura de consensos para as iniciativas de política educativa no interior de cada Estado (Franklin, 2004; Levin, 2004; Stack, 2010; Ungerleider, 2006); (b) a forma como os média analisam e defendem o recurso a determinadas tecnologias educativas em nome da modernização do sistema educativo, como, por exemplo, a questão da publicitação dos *rankings* escolares (Melo, M., 2009); (c) o impacto num país de determinados mecanismos de regulação das políticas educativas, como, por exemplo, o impacto do PISA em Portugal (Lemos & Serrão, 2015); (d) o modo como os jornalistas e outros atores se envolvem na divulgação e análise dos acontecimentos e nos processos de implementação das políticas educativas, como, por exemplo, sucedeu durante a primeira fase período de implementação do “novo modelo de avaliação de desempenho dos docentes” (Serra & Natal, 2012); (e) a imagem que os média constroem da escola pública e da profissão docente e o modo como criam expectativas sobre as políticas educativas e influenciam a construção da identidade profissional dos professores (Blackmore & Thorpe, 2003; Cohen, 2010; Freitas, 2013); entre muitos outros trabalhos no âmbito do papel dos média nos processos de mediação e mediatização das políticas educativas (vejam-se, por exemplo, Lingard & Rawolle, 2004; Pina, 2007; Rawolle, 2010a; Rönnberg et al, 2012; Thomas, 2009).

²⁶ Cohen (2010) chama, no entanto, a atenção para o facto de a investigação sobre a relação dos media com a educação se ter concentrado nos países anglófonos, principalmente na Austrália, Inglaterra e Canadá; pensando particularmente nos Estados Unidos da América, a autora considera essencial para a compreensão dos contextos que influenciam as políticas educativas e respetivas práticas que se aumente a atenção crítica à interação entre estes dois campos, a educação e os media.

Em suma, existem atualmente bastantes indícios que mostram que a rapidez e a forma como tanto os meios de comunicação como a comunicação social têm transformado o espaço social tem, de facto, conduzido a alterações quer na forma como os problemas da educação são (re)conceptualizados a nível global, nacional e local, quer nos processos de regulação das políticas educativas que necessariamente são também afetadas pelas interpretações mediadas e mediatizadas pelos média. Neste sentido, os meios de comunicação social assumem na formação da opinião pública e no processo político um papel fundamental; como Rawolle (2010a, p. 21) afirma: “it would be unwise to ignore the effect that media has on the strategies of education policy agents”.

Este tipo de trabalhos tem sido também influenciado pelos resultados obtidos na pesquisa em áreas do conhecimento onde os conceitos de mediação e de mediatização têm vindo a ser trabalhados. Durante muitos anos o termo *mediação* foi utilizado na educação, em psicologia e em sociologia; porém, enquanto as duas primeiras áreas usam o conceito para explicitarem o papel da comunicação na interpretação e na construção de significados, a *mediação* nos estudos de sociologia é um conceito que explica os processos de intermediação (Couldry, 2008). Por sua vez, o conceito de mediatização tem sido trabalhado sob diversos ângulos em estudos sobre comunicação, sociologia e pós modernismo (Rawolle, 2010a). Contudo, apesar da proliferação de estudos em torno da mediação e da mediatização as perspetivas sobre cada um deles não são consensuais (Couldry, 2008; Rawolle, 2010a).

Segundo Strömbäck (2013), alguns autores enfatizam o papel da mediação, essencialmente autores ingleses e americanos, enquanto outros dão primazia à mediatização, nomeadamente autores da Europa continental. Refere também que, em alguns casos, os termos mediação e mediatização são tratados como sinónimos. Por seu lado, Couldry (2008) considera que se tratam de conceitos complementares.

Morgan (2011) sintetiza da seguinte forma três utilizações diferentes na literatura da relação entre ambos os termos:

Sometimes the term ‘mediation’ is used to refer to both ideas: on the one hand, latter-day high-tech media logic and, on the other hand, any medium that dominates a society in such a way that it helps construct a shared sense of reality. But ‘mediatisation’ is also used by scholars to refer only to the first sense, in which case ‘mediation’ may be used to designate the second meaning. Alternatively, mediatisation is understood by some as a uniquely modern example of the larger category of mediation. (p. 138)

Por ora, o que este excerto nos alerta é para o facto, sublinhado por diversos autores, nomeadamente Couldry (2008), Morgan (2011), Rawolle (2010a) e Strömbäck (2011), de que os termos mediação e mediatização surgem com alguma frequência na literatura, mas nem sempre

assumem o mesmo significado²⁷. Este aspeto desafiou-nos a analisar com mais pormenor a forma como estes conceitos são conceptualizados por alguns autores, uma vez que se pretende utilizá-los no contexto da investigação empírica.

No que respeita à mediação são atribuídos pelo menos duas concepções. Segundo Mazzoleni e Schulz (1999), e Rawolle (2010a) a mediação coloca o enfoque em aspetos funcionais dos meios de comunicação que permitem às instituições operarem e contribuírem para melhorar a comunicação; neste sentido, os média são vistos como intermediários ou mediadores. Por seu lado, Roger Silverstone entende a mediação como um processo dialético, desigual, não linear, que requer, antes de mais, que se compreenda como os processos de comunicação alteram os ambientes social e cultural, bem como as relações entre os indivíduos e entre estes e as instituições e a sociedade em geral (Couldry, 2008). Partilhando, em parte, desta perspetiva, Couldry (2008), considera que a mediação deve ser vista como incorporando toda a dinâmica de fluxos de produção, circulação, interpretação e receção (descontínuos e assimétricos) que se estabelecem no processo de mediação, exatamente pela forma como o campo dos média se encontra estruturado. Neste sentido, os processos de mediação levados a efeito pelos média, enquanto fórum de discussão dos problemas da educação, comportam uma função cognitiva, mas também uma dimensão estratégica e de poder, como Pina (2007) realça. Strömbäck (2013, p. 368) discorda desta perspetiva, pois considera que o termo mediação deveria ser reservado “for describing the rather neutral act of communicating through different media, as opposed to reconfiguring the whole of political life around media practices, technologies, and institutions” e, portanto, no seu entender, o termo mediação²⁸ deveria ser considerado, como um pré-requisito para a mediatização da política. Também Mazzoleni e Schulz (1999) parecem atribuir um papel mais neutro à mediação que à mediatização. Esta última, por sua vez, é caracterizada por estes autores como denotando as problemáticas decorrentes do desenvolvimento dos meios de comunicação social. Do ponto de vista de Couldry (2008), embora os conceitos de mediação e de mediatização se complementem, o primeiro “in spite of its apparent vagueness, [...] has a multivalence which usefully supplements accounts of the ‘mediatization’” (p. 375).

Quanto ao termo mediatização este surge com alguma frequência na literatura também com sentidos diferentes (Couldry, 2008; Morgan, 2011; Rawolle, 2010a; Strömbäck, 2011; 2013). De um modo geral, a mediatização denota um processo de mudança que se gere por uma lógica de dependência de umas instituições sobre outras (Strömbäck, 2013). Assim, a mediatização prende-se também com questões relacionadas com os processos de obtenção de poder por parte dos agentes e com a forma como o seu envolvimento altera e formata as relações entre os indivíduos nos diferentes espaços sociais (Rawolle, 2010a).

²⁷ O próprio termo *mediatização* admite em Inglês duas formas de escrita: *mediatization* e *mediatisation*.

²⁸ Referindo-se o autor à mediação da política.

Mazzoleni e Schulz (1999) vêem a mediatização como um fenómeno comum aos sistemas políticos dos estados democráticos que assume formas e desenvolvimentos diferenciados; contrariamente à corrente mais extremada, que tem a mediatização da política como sinónimo da sua perda de autonomia e dependência dos média, estes autores olham com moderação para o fenómeno da mediatização da política: “The best description of the current situation is “mediatization,” where political institutions increasingly are dependent on and shaped by mass media but nevertheless remain in control of political processes and functions” (p. 247). Do mesmo ponto de vista partilha Couldry (2008, p. 378): “Surely, ‘media logic’ and ‘political logic’ are not necessarily binary opposites that are simply substitutable for one other; instead they interpenetrate or cut across each other”.

Já Strömbäck (2011; 2013), na sua análise sobre os processos de mediatização da política, conceptualiza a mediatização em quatro dimensões distintas que se encontram interrelacionadas e estão dependentes sequencialmente umas das outras. Estas quatro dimensões, no seu entender, determinam o grau de mediatização da política. A primeira prende-se com o facto de os média serem a maior fonte de informação; a segunda está relacionada com a (in)dependência dos média face a outras instituições sociais e políticas; a terceira respeita ao conteúdo dos média e à lógica que preside à gestão desse conteúdo, a qual oscila, segundo este autor, entre a lógica dos média e a lógica da política; e, uma quarta dimensão assinalada diz respeito aos atores políticos e ao grau em que estes se regem pela lógica da política ou pela lógica dos média. Este autor concebe, portanto, a mediatização da política como um processo de aumento da influência dos média em todos os aspetos do processo político que se observa atualmente. Diz Strömbäck (2013):

The more mediatized politics has become, the more important news organizations become for opinion formation, the more news content is governed by media logic, and more political institutions and actors take media into continuous consideration and adapt to, or adopt, media logic. (p. 378)

Todavia, como Fairclough, (2000, citado por Rawolle 2010a, p. 24) chama a atenção, “one important counter position, subsequently followed in educational research, was that politicians had learnt the new rules of engagement, outmaneuvered journalists and were largely successful in steering the media”.

Em síntese, apesar da multiplicidade de entendimentos, numa boa parte dos estudos os termos mediação e mediatização prendem-se, por um lado, com os aspetos funcionais dos meios de comunicação e dos média em geral, com a sua importância no processo político e na formação da opinião pública, pela dimensão cognitiva e estratégica que isso comporta; por outro lado, os respetivos autores preocuparam-se com a intermediação como processo de obtenção de poder, com a forma como determinados processos sociais envolvendo os média produzem mudanças e alteram

as relações de poder entre os agentes, pessoas ou instituições, com os efeitos dos jogos de poder e forças entre os média e outros campos sociais. Por conseguinte, estes estudos sublinham a capacidade dos média para induzirem processos de mudança social, como a acomodação, adaptação à sua lógica, dependências, entre outros efeitos e consequências. Estes são aspetos que se desenvolverão em paralelo com uma exposição mais detalhada da perspectiva de dois autores, Rawolle e Schulz, que concebem a mediatização de forma distinta.

2.3.1 A mediatização segundo Shaun Rawolle

Rawolle (2010a; 2010b) é um dos autores que tem dedicado o seu trabalho ao estudo da mediatização das políticas educativas. Este autor conceptualiza a mediatização das políticas como um conjunto de práticas—jogo jogado num campo social temporário—de que resultam efeitos cruzados do *jogo da prática* entre os agentes posicionados em campos distintos (2010a).

De um modo geral, a investigação com base na mediatização da política analisa a intermediação como processo de obtenção de poder e sublinha a forma como determinados processos sociais envolvendo os média produzem mudanças e alteram as relações de poder entre os agentes (pessoas ou instituições). Nos estudos empíricos que este autor tem vindo a realizar na área da educação tem procurando resposta para as seguintes questões de fundo: (a) qual é o impacto dos média no processo de construção das políticas educativas e da política educativa, vista como discurso, campo social, rede, texto ou prática; (b) como é que os média influenciam a representação dos problemas respeitantes à educação e qual a sua importância para os atores governamentais; e, (c) como é que os média ampliam ou reduzem os efeitos das políticas e fornecem uma explicação para outros efeitos associados às políticas.

Assumindo como pressuposto que existem aspetos semelhantes envolvidos na mediatização da política e das políticas, Rawolle desenvolveu um quadro conceptual para o estudo e compreensão da mediatização das políticas educativas, tomando por base as conexões entre o estudo e a compreensão da política, e o estudo e a compreensão das políticas educativas. Assim, tomando a *prática* como ponto de partida, no sentido em que Bourdieu a conceptualiza ao longo da sua obra, Rawolle propõe uma sua reconceptualização, ou seja, considerara-a como uma espécie de “chains of production and consumption” (2010b, p. 122). Segundo o autor, a sua forma de conceber a prática clarifica melhor a mediatização, pois esta última envolve a interação entre duas ou mais práticas e, de um modo geral, vários campos sociais, como o da imprensa jornalística e o das políticas educativas sobre os quais, aliás, recaiu parte do seu trabalho empírico. De qualquer modo, o seu principal objetivo foi, como o próprio autor afirma, “to provide a consistent language and framework to represent the process [of mediatisation]” (Rawolle, 2010a, p. 25).

Assim, considerando a prática “the way that individuals and groups made meaning of the world around them, forming the basis for social competition and contest, production and consumption and a primary means for dividing, grouping and naming differences between groups

in society” (Rawolle, 2010a, p. 26), o autor estabelece uma ligação estreita com os conceitos de *habitus*, campo social e capital, presentes na obra de Bourdieu: “the usefulness of concepts such as habitus, social fields and forms of capital rests on the ways that they allow researchers to explain and understand different kinds of practice” (Rawolle, 2010b, p. 125). Por conseguinte, na exploração do conceito de mediatização, segundo o quadro conceptual concebido por Rawolle, impõe-se uma exploração, ainda que sucinta, dos conceitos que a sustentam.

O *habitus*.

O *habitus* é um conceito fundamental na explicação da prática, pois esta última não está determinada por condições pré-estabelecidas nem é o resultado da prossecução de objetivos por parte dos indivíduos; é, antes, como Bourdieu (2000) afirma:

[...] le produit de la relation dialectique entre une situation et un *habitus*, entendu comme un système de dispositions durables et transposables qui, intégrant toutes les expériences passées, fonctionne à chaque moment comme une *matrice de perceptions, d’appréciations et d’actions*, et rend possible l’accomplissement de tâches infiniment différenciées. (p. 261)

Deste modo, o *habitus* funciona como “a precondition for the expression of practice by individuals and groups”, pois permite, por um lado, explicar o modo como os agentes desenvolvem práticas e produtos que são percebidos, reconhecidos e legitimados por outros atores no interior de um campo social; por outro lado, possibilita perceber os mecanismos que viabilizam o aparecimento de novas práticas (Rawolle, 2010b, p. 126).

Loïc Wacquant (2007), tomando como referência a obra de Bourdieu, sublinha um conjunto de propriedades teóricas do *habitus* que convergem para um entendimento sobre o *habitus* bem como para uma melhor compreensão das suas implicações no quadro conceptual da mediatização. Wacquant (2007, p. 66), referindo o facto de o conceito de *habitus* ter surgido na obra de Bourdieu da necessidade que este autor sentiu de “transcender a oposição entre objectivismo e subjectivismo”, sublinha que o *habitus* traduz o modo como a sociedade é depositada nas pessoas sob a forma de *estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes* ou seja em estruturas que “as guiam em suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações de seu meio social existente”. Neste sentido, Wacquant destaca as seguintes características do *habitus*: (a) resume uma aptidão social e, assim sendo, é “variável através do tempo, do lugar e, sobretudo, das distribuições de poder” (p. 66); (b) “é transferível a vários domínios da prática” (p. 66); (c) é duradouro mas dinâmico, ou seja, o seu sistema de disposições é socialmente construído e está sujeito a pressões externas que o podem contrariar ou dismantelar; (d) “é dotado de inércia incorporada, na medida em que tende a produzir práticas moldadas depois das estruturas sociais que os geraram” (p. 67); contudo, um aspeto importante realçado por Wacquant, é o facto de o

habitus não estar necessariamente de acordo com mundo social em que evolui, o que lhe confere, segundo afirma, capacidade para analisar a crise e a mudança, e não apenas a coesão e a perpetuação; (e) “introduz uma desfasagem e, por vezes, um hiato entre as determinações passadas que o produziram e as determinações atuais que o interpelam” (p. 67) o que como Bourdieu (2011) afirma:

It is what gives practices their relative autonomy with respect to external determinations of the immediate present. This autonomy is that of the past, enacted and acting, which, functioning as accumulated capital, produces history on the basis of history and so ensures the permanence in change that makes the individual agent a world within the world. (p. 56)

Observando a prática pelo prisma das disposições e operadores “prático-simbólicos” incorporados nos indivíduos que funcionam como geradores e concertadores por excelência das práticas sociais—*habitus*—estamos perante mecanismos de prática tendencialmente não reflexiva, diz Madureira Pinto (2007, p. 32). Compreende-se, assim, que Wacquant (2007) chame a atenção para o facto de o *habitus* não ser um mecanismo auto-suficiente para gerar ação; diz o autor que o *habitus* “opera como uma mola que necessita de um gatilho externo; não pode portanto, ser considerado isoladamente dos mundos sociais particulares, ou ‘campos’, no interior dos quais evolui” (p. 69), pois estes funcionam como estímulos para a expressão das predisposições (Rawolle & Lingard, 2008). Bourdieu (Bourdieu & Wacquant, 2007) reforça este aspeto:

Social agents are neither particles of matter determined by external causes, nor little monads guided solely by internal reasons, executing a sort of perfectly rational internal program of action. Social agents are the *product of history*, of the history of the whole social field and of the accumulated experience of a path within the specific subfield. (p.136)

Assim, em linha com o entendimento de Rawolle (2010a) relativamente ao conceito de *prática*, Wacquant (2007, p. 69) conclui que “uma análise completa da prática requer uma tripla elucidação da génese e estrutura sociais do *habitus* e do *campo* e das dinâmicas de sua ‘confrontação dialética’”.

O *campo* e o *capital*.

O *campo*, definido como “espaço social relativamente autónomo de relações de forças entre agentes que disputam e tentam rentabilizar em seu proveito recursos materiais ou imateriais que são estratégicos em função da forma de dominação específica em jogo nesse espaço” (Pinto, 2007, p. 34) que atua sobre as trajetórias e práticas dos indivíduos, é um conceito fundamental na abordagem de Rawolle à mediatização. Nas teorias de Bourdieu, campo é um espaço social

constituído por um lado, por uma série de campos de forças, que Queiroz (2007, p. 59) identifica como um “conjunto de relações de força objectivas que se impõem a todos, independentemente das suas intenções ou das interacções directas entre os agentes sociais”. São estas forças que definem a especificidade do *capital*, pois este não existe senão em relação a um campo (Bourdieu & Wacquant, 2007). Por outro lado, existem subcampos específicos ligados por leis gerais e uma lógica comum (embora cada subcampo tenha a sua própria lógica e regras específicas), relacionada com os resultados neles produzidos, que guiam as interações dos agentes (Bourdieu & Wacquant, 2007).

Assim, a *lógica da prática* de cada campo age para regularizar os efeitos das interações entre os agentes—dotados de *habitus*—que nele ocupam uma posição hierárquica e detêm poder social em função do prestígio, ou seja, do volume de *capital* que possuem reconhecido como eficaz nesse campo. Trata-se de um espaço multidimensional que funciona para os agentes como uma espécie de atração magnética (Rawolle, 2005), onde se joga o jogo da prática e onde se travam lutas e competições com vista à manutenção ou obtenção do(s) tipo(s) específico(s) de capital que são eficazes em cada campo ou subcampo (Bourdieu & Wacquant, 2007) .

Todavia, o *jogo da prática* geralmente não se joga num campo isolado, pois as mudanças nas práticas num campo social podem causar alterações nas práticas noutro campo social sendo que, alguns campos, pelas características do seu próprio funcionamento, estão mais predispostos a exercerem impacto noutros campos. A relação entre campos sociais, designadamente o campo artístico e o campo económico, ou a questão da heteronomia do campo jornalístico—especificamente a televisão, o seu pólo mais heterónimo (Bourdieu, 2005)—, foi abordada por Bourdieu, concluindo tratar-se de uma questão bastante complexa:

It is a question [How do these diverse fields relate to one another? What is the nature of their articulation and their weight?] that I would normally not answer because it is too difficult, and I risk saying things that are relatively simple and might thereby reawaken modes of analysis phrased in terms of “instance” and “articulation”, that allowed some Marxists to give rhetorical solutions to problems that only empirical analysis can tackle. (Bourdieu & Wacquant, 2007, p. 109)

Esta problemática a respeito da relação entre campos voltou a ser trabalhada por Bob Lingard e Shaun Rawolle. Estes autores distinguem basicamente seis tipos de efeitos que Rawolle (2005, p. 709) designou por *cross-field effects*, os quais resultam do cruzamento de práticas entre dois campos sociais. Pese embora admitam a possibilidade de outros, Lingard e Rawolle (2004) destacam os efeitos estruturais, os efeitos de acontecimentos, os efeitos sistémicos, os temporários e, os hierárquicos e verticais:

- Os *efeitos estruturais* têm uma importância fundamental na articulação que se estabelece entre os campos, pois estão relacionados com as estruturas de ligação entre os campos; por exemplo, a eficácia de muitas medidas de política dependem da forma como são interpretadas pelos média e, neste sentido, existem agentes especializados num campo com funções no outro campo, assessores de imprensa, e toda uma estrutura complexa montada de modo a influenciar a forma como o outro campo trabalha ou interpreta os assuntos, ainda que nem sempre com êxito.
- Os *efeitos de acontecimentos* relacionam-se com ocorrências específicas que têm um repercussão que pode ser permanente e do tipo cascata noutros campos sociais, como o exemplo que os autores dão de um escândalo político que envolve corrupção, mas pode, também, ser um evento particular que não tem um impacto substancial no campo original e, no entanto, chama a atenção dos agentes noutro campo social.
- Os *efeitos sistémicos* prendem-se com mudanças graduais nos valores pelos quais se regem os agentes nos campos sociais; um seu exemplo é, como os autores apontam, “the shift from the principles of the government's role towards its citizens under the keynesian settlement, and the hybrid responses commonly pointed to using terms like neoliberalism and new contractualism” (p. 369).
- Os *efeitos temporários* podem ter origem quer em acontecimentos que podem ocorrer de forma regular e previsível ou de forma inesperada, ou ainda serem efeitos que se predem com mudanças nas estruturas de ligação entre os campos; de qualquer modo, são sempre caracterizados por terem uma duração limitada.
- Por último, os *efeitos hierárquicos* e os *efeitos verticais* prendem-se com a posição de um campo sobre o outro e com o sentido dos efeitos, ou seja, com o grau de heteronomia dos campos, maior ou menor dependência de um campo sobre o outro. Os autores dão como exemplo de campos onde estes dois tipos de efeitos se costumam fazer sentir, os campos da educação e o do poder político ou do jornalismo. Na verdade, já aqui se sublinharam posições de autores que consideram que o campo político, em determinados momentos ou situações, tem um funcionamento largamente dependente dos média. Também, o campo da educação atualmente parece surgir com relativa frequência atravessado pelas práticas no campo dos média. Vejam-se, por exemplo, as investigações realizadas por M. Melo (2009), Cohen (2010), Serra e Natal (2012), Stack (2010), entre muitas outras, que mostram como a influência do campo dos média se exerce no campo da educação ou das políticas educativas por vezes de uma forma gradual, outras vezes menos incremental e menos prolongada, mas talvez mais expressiva, chamando ao espaço mediático uma série de atores que condicionam as práticas dos agentes em diversos campos sociais; o caso dos *opinion makers* é um exemplo paradigmático, como algumas daquelas investigações mostram.

Uns anos mais tarde, Rawolle (2010b, p. 127) introduz o conceito de “practice as chains of production and consumption” para explicar esta interação entre práticas localizadas em diferentes campos sociais e o facto de por vezes uma determinada forma de prática ser influenciada por uma multiplicidade de campos sociais, levando ao reposicionamento hierárquico dos agentes no respetivo campo, ou seja, ao eventual acréscimo de capital social e simbólico decorrente do sucesso das suas práticas inerente ao facto de terem influenciado as práticas no outro campo social. “Practice games can be thought of as chains of moves, with moves being made with greater or lesser success” (Rawolle, 2010b, p. 132). Este autor exemplifica de forma bastante clara este conceito no excerto seguinte:

If a newspaper article related to a policy is produced by a journalist and is subsequently consumed, picked up and amplified by other journalists or policy makers, resulting in subsequent practice effects, this illustrates a successful move. Hence, their practice effects in the form of articles are widely consumed and link to the production of subsequent practice effects by other agents. Alternately, articles whose emerging themes [themes produced by journalists and contributors to media coverage] are not picked up or amplified (are not ‘reproduced’ within the game) illustrate a failed practice move. Dominant agents might therefore be identified by the continued success of their practice moves within the game. (p. 128)

Em síntese, uma explicação para o surgimento de determinadas formas específicas de prática e o conhecimento das ligações entre os elementos que as tornam distintas tem por base os conceitos de *habitus*, campo e capital. Assim, de acordo com Rawolle (2010a), analisar a mediatização da política educativa como prática implica reconstruir o jogo da prática a partir dos seus elementos constituintes, ou seja, relacionar a prática com o campo, a prática com o *habitus* e, a prática com o capital (Rawolle, 2010a; 2010b; Rawolle & Lingard, 2008). Nesta ordem de ideias, analisar a mediatização das políticas educativas, compreende: (a) identificar os agentes que se posicionam com relativa autonomia em cada campo social—o jornalístico e o das políticas educativas—nomeadamente, os jornalistas, os membros do governo, os políticos, assessores de imprensa, especialistas ou outros grupos de interesse, envolvidos na produção e consumo de práticas; (b) situar ou limitar no tempo o campo social temporário que se forma em torno da interação entre os agentes situados nos dois campos, tendo em conta que a mediatização da educação como forma de prática está duplamente limitada no tempo, quer pelo ciclo jornalístico (dia, semana, mês, etc.) quer pela duração da fase “crítica” da política em análise; (c) nominalizar, ou seja, dar nome ao processo, de forma a definir com mais rigor os tópicos de harmonização e

delimitar o tipo de atividades com vista ao estabelecimento das regras do jogo; (d) identificar os resultados da prática, por exemplo, relatórios, entrevistas documentadas, normativos oficiais, comunicados de imprensa, artigos de imprensa, debates na rádio ou televisão; e, (e) ter em atenção os elementos de relação/oposição entre práticas e os efeitos específicos que induzem noutras práticas.

2.3.2 A mediatização segundo Winfried Schulz

Schulz (2004) relaciona a mediatização com quatro processos de mudança social no qual os média tradicionais e os novos meios de comunicação estão profundamente implicados: extensão, substituição, amalgamação, acomodação e adaptação. Segundo este autor, dada sua capacidade tecnológica, os meios de comunicação criam pontes espaciais e temporais que facilitam a comunicação e ampliam os limites da capacidade de comunicação; substituem (parcialmente) as instituições sociais e as formas tradicionais de socialização e de comunicação; na esfera privada ou na esfera pública as atividades combinam-se com outras que implicam o recurso a meios de comunicação; e, os meios de comunicação induzem uma adaptação das organizações e dos atores sociais à sua lógica:

Political actors adapt to the rules of the media system trying to increase publicity and at the same time accepting a loss of autonomy. On the other hand, the media also benefit from such transactions since they make politics more newsworthy and conveniently formatted. (Schulz, 2004, pp. 89-90)

A indústria dos meios de comunicação é uma fonte de capital, de emprego e de aquisição de informação e conhecimento, pelo que, simplesmente pelo facto de existirem, os meios de comunicação promovem a mudança social (Schulz, 2004). São três as funções dos diferentes meios de comunicação, assinaladas por este autor, que de um modo geral formatam os quatro processos de mudança social acabados de descrever e que constituem a essência do processo de mediatização—uma função de retransmissão, uma função semiótica, e uma função económica—do qual resulta um conjunto alargado de dependências e constrangimentos.

A *função de retransmissão* está relacionada com processos de *gatekeeping* e de *newsmaking* que impõem limitações aos *mass media*; nomeadamente, face à sua capacidade limitada de transmissão e de armazenamento, restringem a autonomia e impõem a heteronomia dos média. Segundo este autor, a função de retransmissão surge frequentemente associada à função de mediação. O termo “mediação”, e as metáforas “janela para o mundo” e “espelho da realidade” referem-se habitualmente, na perspetiva de Schulz, à função de retransmissão que permite que as pessoas acedam a uma realidade social que lhes é exterior e que de outra forma seria praticamente impossível (p. 90). Por outro lado, o facto de os média criarem pontes espaciais e temporais

permitem uma mediação direta, através dos meios de telecomunicação, e uma mediação indireta, proporcionando, deste modo, uma plataforma para discussão e debate de temas entre os agentes no espaço público.

A *função semiótica* prende-se com o processo de comunicação. Recorrendo às palavras de Schulz (2004, p. 92) “Communication can only succeed if the messages are encoded and formatted in a way suitable for human perception and information processing”. Ora, como o meio define a modalidade—visual, áudio, audiovisual—e condiciona o formato das mensagens, quer a codificação, quer a formatação—elemento fundamental na teoria da mediação, na ótica deste autor—são fatores que afetam o sentido da mensagem e, por conseguinte, são aspetos trabalhados pelos média de acordo com determinadas regras, como por exemplo, as que existem no âmbito do género jornalístico notícia designadas por *editing*²⁹ e *highlighting*³⁰ e que se prendem (também) com a dimensão cognitiva do processo de mediatização.

Por último, a *função económica* está relacionada com o facto dos meios de comunicação social utilizarem uma tecnologia que se baseia na produção uniformizada e em série. Porém, prende-se também com o desenvolvimento de economias de escala associadas à comunicação de massa as quais procuram maximizar o lucro através do incremento de bens e serviços a baixo custo de produção contribuindo, deste modo, para a omnipresença dos meios de comunicação. Por sua vez, como as mensagens dos média despoletam reações que geram novas mensagens dos média, estes alimentam este processo e estimulam a procura de novas informações através da divulgação de programas de entretenimento e pseudo-acontecimentos, especialmente adaptados à comunicação social, desencadeando, assim, um processo circular que se auto reforça continuamente e cria uma dependência crescente das funções dos meios de comunicação social.

Segundo Schulz (2004, p. 94), estes aspetos da mediatização aqui focados, são explicados na investigação em comunicação pelas teorias do *agenda-setting*, *priming*, *cultivação* e *espiral do silêncio*.

Em suma, Rawolle e Schulz apresentam pontos de vista distintos sobre o processo de mediatização que, no nosso entender, se complementam. No entanto, é preciso, desde logo, sublinhar que o quadro conceptual que Rawolle nos apresenta tem como principal objetivo, como o próprio afirma (2010a), a construção de uma linguagem e um enquadramento metodológico para descrever o processo de mediatização das políticas educativas. Neste sentido, Rawolle

²⁹ O *editing* é um procedimento que tem como objetivo principal transformar um acontecimento em notícia, dando-lhe uma representação sintética, breve, visualmente coerente e significativa do objeto da notícia (Wolf, 1985/2009).

³⁰ O *highlighting* é um procedimento que funciona como uma modalidade do *editing* que seleciona aspetos salientes de um acontecimento, ação ou personagem, em detrimento de tudo o que pareça acessório ou não dramático; é, em suma, uma forma de captar, codificar e memorizar as informações recebidas (Wolf, 1985/2009).

conceptualiza a mediatização das políticas como um conjunto de práticas—jogo jogado num campo social temporário—de que resultam efeitos cruzados do jogo da prática entre os agentes posicionados em campos distintos. Por sua vez, Schulz define a mediatização como “the role of mass media in a transforming society” (2004, p. 98) sublinhando as três funções dos média que lhe estão associadas.

Na perspectiva de Morgan (2011, p. 139), Schulz usa os dois conceitos como sinónimos. Muito embora Morgan não deixe de ter razão em alguns aspetos, em nossa opinião, Schulz incorpora a mediação na forma como conceptualiza a mediatização. Saliente-se que, para Schulz, a mediatização é um processo de mudança social que o autor atribui a quatro fatores—extensão, substituição, amalgamação e acomodação—, decorrentes, essencialmente, de três funções dos meios de comunicação social que formatam a natureza das mudanças—retransmissão, semiótica e económica—, sendo que as duas primeiras são o suporte da mediação e prendem-se com as funções de *agenda-setting*, *framing* e *priming*. Assim sendo, Schulz propõe-nos uma abordagem que nos parece mais próxima da investigação em ciências da comunicação.

2.3.3 *Agenda-setting, priming e framing*

A função de retransmissão desempenhada pelos meios de comunicação social permite que os cidadãos se mantenham informados sobre o que se passa no mundo. Indissociavelmente ligada às restantes funções que Schulz identifica no processo de mediatização da política, os média influenciam a agenda do público, ou seja, os média têm aquilo que em ciências da comunicação se designa por uma função de *agenda-setting* (McCombs, 1997; 2002; 2004/2009), e condicionam a forma como este deve pensar sobre os assuntos.

A *agenda-setting* é uma corrente de investigação iniciada por McCombs e Shaw que adquiriu destaque a partir de 1972 e veio questionar os pressupostos existentes nos quais se baseavam os efeitos dos *mass media*; no lugar de se considerarem os efeitos como mudanças a curto prazo resultantes da exposição aos média e verificadas nas atitudes, nos valores ou nos comportamentos das pessoas, os efeitos passaram a ser entendidos como alterações cumulativas e duradouras que se dão ao nível cognitivo. Esta corrente de investigação inseriu-se, assim, num novo paradigma que realça “o carácter processual da comunicação, que é analisado quer na sua dinâmica interna, quer nas suas relações com outros processos comunicativos, anteriores ou contemporâneos” (Wolf, 1985/2009, p. 140).

A hipótese de *agenda-setting*, defendida por McCombs, Shaw, e outros autores, assenta na existência de uma correlação positiva entre a atenção que os média dedicam a um determinado assunto, em termos de quantidade e tempo de cobertura, e a importância que a audiência lhe atribui (McCombs, 1997; 2002; 2004/2009; Scheufele & Tewksbury, 2007; Wolf, 1985/2009). Ou seja, a saliência que é dada a determinado tema nos média determina o grau de importância e o interesse que o público lhe atribui e, por conseguinte, os média ao descreverem a realidade fornecem uma

lista ordenada daquilo sobre o qual é necessário ter uma opinião e discutir. Note-se, no entanto, McCombs não assume uma posição determinista no que respeita ao estabelecimento de uma agenda pública; apesar dos efeitos de *agenda-setting* resultantes da cobertura noticiosa dos média, McCombs considera que a proeminência de um assunto para o público não determina inevitavelmente na agenda do público (*public-agenda*); do seu ponto de vista, “the public and the media are join participants in the agenda-setting process” (1997, p. 437).

Por outro lado, os média ao desempenharem um papel de *agenda-setting* atribuem proeminência a uma pequena quantidade de assuntos e influenciam a atenção do público para um número reduzido de questões (McCombs, 2002; 2004/2009). Noutros termos, o papel de *agenda-setting* que os média exercem sobre as audiências está relacionado com o número limitado de assuntos que tanto estes quanto o público, o governo e outros grupos específicos conseguem debater. Afirmo McCombs (2004/2009, pp. 67-68) que “o estreito limite no tamanho da agenda pública é explicado pelos limites dos recursos do público, limites que incluem tanto o tempo como a capacidade psicológica”; por isso, no seu entender, desta situação resultam quer uma agenda pública mais volúvel e o estabelecimento de um certo consenso sobre os assuntos a debater e a priorizar na agenda pública, quer uma maior facilidade na obtenção de consensos, pese embora, como o autor sublinha, “the news media help to achieve consensus, they do not alone determine what consensus will be” (McCombs, 1997, p. 437). Com efeito, o modelo tradicional de *agenda-setting* dos média ou “first level of agenda-setting”, como Lopez-Escobar, Llamas, McCombs, e Lennon (1998)³¹, e McCombs (2002) o intitulam, não analisa se os média condicionam a forma como o público deve pensar sobre determinado assunto.

A função semiótica, a que Schulz (2004) se refere a propósito da mediatização, tem subjacente que a comunicação só é eficaz se a mensagem estiver codificada e se for apresentada de forma a poder ser processada. Ora, a codificação e descodificação das mensagens, dos acontecimentos, interpretação do seu significado e, por vezes, a avaliação das mensagens, as representações da realidade e do mundo são funções dos média que implicam, na prática, a saliência de determinados aspetos de um assunto em detrimento de outros, o que, na realidade, não é um processo neutro.

Uma outra abordagem sobre os efeitos dos média, designada *priming*, foi desenvolvida no âmbito das Ciências Sociais e Políticas. O (modelo) *priming* que explica a influência dos média na avaliação de atores políticos, prende-se com as alterações nos padrões de perceção e avaliação de políticos, de figuras públicas, de partidos políticos, de políticas e de governos (McCombs, 2002; Scheufele & Tewksbury, 2007). Este modelo baseia-se no pressuposto de que a atenção do público é seletiva, ou seja, considera que as pessoas ao darem uma opinião sobre determinado assunto não

³¹ “The transmission of salience of object salience, the traditional focus of agenda setting, is the first level of agenda setting” (Lopez-Escobar, Llamas, McCombs, & Lennon, 1998, p. 227).

atendem a todos os aspetos do problema. Noutros termos, as pessoas não analisam de uma forma compreensiva os assuntos, pois não refletem sobre toda a informação que possuem sobre ele. Antes pelo contrário, adotam procedimentos simples, regras práticas e atalhos intuitivos (McCombs, 2002). Por isso, a forma como um assunto é apresentado pelos média, ou o tom que é utilizado na sua abordagem, contribui para a formação de referenciais sobre a situação em questão e, conseqüentemente, influencia a opinião que o público formula, a forma como debate os problemas, os juízos e as escolhas que faz. A este propósito Hamilton (2006, p. 18) afirma: “priming refers to the ability of the media to help define the events and issues used to judge politicians”.

Quer o modelo tradicional de *agenda-setting* quer o modelo *priming* assentam em duas premissas:

- A formação das atitudes e as decisões que as pessoas tomam estão diretamente relacionadas com a facilidade com que acedem mentalmente aos assuntos e com as associações que conseguem estabelecer;
- Quanto mais os média atraem a atenção para determinado assunto (*agenda-setting*) tanto mais ele é tomado em consideração quando é necessário efetuar avaliações, nomeadamente sobre questões políticas ou desempenho de candidatos (*priming*).

Scheufele e Tewksbury (2007) afirmam que esta última asserção pode ser a razão de o *priming* ser entendido, por alguns autores, como uma extensão temporal de *agenda-setting*.

O efeito de *framing* prende-se com a importância percebida dos enquadramentos fornecidos aos acontecimentos face ao destaque dado na mensagem a certos aspetos da realidade em detrimento de outros. A forma como os conteúdos ou as ideias centrais estão organizados, a perspetiva dominante no texto, a conexão que é estabelecida com outros temas, as causas e as conseqüências assinaladas, as recomendações, o grau de abstração, de coerência, de fechamento ou abertura com que o tema é abordado, são formas de enquadramento que influenciam o modo como os indivíduos compreendem as notícias.

The basic framing approach assumes that the locus of effect lies within the description of an issue or the label used in news coverage about the issue. It is the underlying interpretative schemas that have been made applicable to the issue that are the central effect of a frame. (Scheufele & Tewksbury, 2007, p. 14)

Esta perspetiva sobre os efeitos dos média baseia-se na ideia de que o que as pessoas pensam sobre determinado assunto é influenciado pela rapidez com que o recuperam da sua memória e, por conseguinte, o posicionamento de um enquadramento específico sobre determinada questão condiciona a importância percebida sobre a mesma (Scheufele, 1999). No nosso entender, a expressão que Hamilton (2006, pp. 17-18) utiliza para descrever o conceito de *framing*

traduz precisamente esta ideia: “Framing refers to the impact that the way a choice or event is described in coverage can effect public reaction”.

Numa outra perspectiva, ou seja, tendo em atenção os termos de produção das notícias, o *framing* é também visto como uma valiosa ferramenta de comunicação que os jornalistas e outros comunicadores utilizam com o objetivo de reduzir a complexidade dos assuntos e acontecimentos e, dessa forma, tornar acessível a informação para um público leigo (Scheufele & Tewksbury, 2007). Segundo estes autores, a diferença principal, ao nível dos efeitos cognitivos, entre *agenda-setting*, *priming* e *framing* é a de que enquanto os dois primeiros modelos explicam *se* pensamos em determinado assunto, o *framing* preocupa-se com o modo *como* pensamos nele. Os dois primeiros modelos, *agenda-setting* tradicional e *priming*, explicam os efeitos que se relacionam com a acessibilidade aos temas—efeito de acessibilidade—e o *framing* prende-se com as conexões entre assuntos que os média conseguem transportar para o público como resultado de uma mensagem—efeito de conectividade—. Contudo, como Scheufele e Tewksbury (2007) referem, dificilmente estes dois efeitos se conseguem dissociar completamente, apesar de admitirem que o efeito de acessibilidade é mais sensível à passagem do tempo que o efeito de conectividade, uma vez que este último permanece mais tempo na memória, só desaparece quando colide com informação contrária, e não necessita de exposição direta a um assunto para que a conectividade se estabeleça.

If we assume the audience has finite attention and interest in politics, the accessibility of one political issue is determined, in part, by the accessibility of other issues. Thus, as issues come and go in the news, their relative accessibility is changing. On the other hand, there is no need for coverage of one issue to influence the applicability of specific constructs to other issues. (Scheufele & Tewksbury, 2007, p. 16)

Para McCombs (2002), Tan e Weaver (2010), e outros autores, o modelo de *agenda-setting* admite ainda um outro tipo de análise que se prende com o realce que os média dão às particularidades (“attribute”) dos assuntos (“objects”) que destacam. Trata-se de um segundo nível de *agenda-setting*, designado *attribute agenda*, que McCombs (2002) descreve da seguinte forma:

The agenda-setting influence of the news is not limited to this initial step of focusing public attention on a particular topic. The media also influence the next step in the communication process, our understanding and perspective on the topics in the news. [...] The items that define the agenda are objects [...] the objects are things on which the attention of the media and the public are focused [...] each of these objects has numerous attributes, those

characteristics and traits that describe the object. For each object there is an agenda of attributes because when the media and the public think and talk about an object, some attributes are emphasized, others are given less attention, and many receive no attention at all. This agenda of attributes is another aspect of the agenda-setting role of the news media.
(p. 5)

Sendo assim, a saliência de determinados aspetos de uma questão ou de um tópico e a ausência de outros, através das particularidades que são evidenciadas nas mensagens dos média, tem impacto na ideia que o público constrói sobre os assuntos, pois leva-o a ignorar ou a rejeitar certos pontos de vista uma vez que foi orientado para dar atenção a determinados aspetos em detrimento de outros. McCombs (2002) explica a maior ou menor presença dos efeitos dos atributos de *agenda-setting* com base na necessidade natural que as pessoas têm de compreender o mundo em seu redor e de ser orientadas nesse processo. Como a necessidade de orientação é definida em função de duas componentes, a relevância e a incerteza, se um assunto é considerado irrelevante então a necessidade de orientação é baixa ou nula e por isso, os indivíduos nesta situação prestam pouca atenção aos média e os efeitos de *attribute-agenda* são fracos. Por outro lado, se o assunto possui relevância então é o grau de incerteza que determinam a necessidade de orientação e o grau de consumo de notícias e, conseqüentemente, o nível dos efeitos de *attribute-agenda*; ou seja, se o assunto é bastante relevante e a incerteza elevada, o indivíduo sente necessidade de muita orientação e por isso procura avidamente informar-se; logo, sofre mais os efeitos dos média.

Na perspectiva de Tan e Weaver (2010), o segundo nível de *agenda-setting* explica os enviesamentos dos média na construção das notícias e no processamento da informação. Estes autores referem uma série de enviesamentos identificados em estudos empíricos realizados por outros autores, nomeadamente, o enviesamento de seleção (de assuntos), o enviesamento de perspectiva, o enviesamento de informação (incremento de opinião no texto) e o enviesamento de citação³².

Scheufele e Tewksbury (2007) assinalam algumas críticas à investigação nesta área da comunicação relativa aos efeitos dos média na opinião pública (e nos atores políticos). Tais críticas referem-se quer à terminologia utilizada, como sejam, por exemplo, imprecisão na definição de termos e de conceitos fundamentais, quer a problemas metodológicos relacionados com a validade interna e externa de algumas investigações empíricas. No entender destes autores, futuros

³² Veja-se o estudo empírico realizado por estes autores, Tan e Weaver (2010), que teve como objetivo analisar as relações entre o enviesamento de citação no jornal New York Times, e o nível de opinião pública e as políticas do Congresso norte-americano, entre 1956 e 2004.

desenvolvimentos da pesquisa sobre a forma como as mensagens são criadas e processadas, e os efeitos que produzem no público devem ser procurados na relação entre *framing*, *agenda-setting* e *priming*, mas não sem antes serem clarificados os aspetos essenciais que referimos.

Em suma, as teorias sobre o efeito de *agenda-setting* dos média, *framing* e *priming* sublinham os efeitos que os meios de comunicação social exercem sobre o público no sentido de imporem a sua agenda, dizerem o que vale a pena debater, o modo como devemos pensar neles e a forma como os devemos discutir, definirem o que é relevante e o que consideram supérfluo. Deste modo, condicionam a forma como as políticas são interpretadas e avaliadas, determinando, em boa parte, os efeitos da sua implementação e prendem-se necessariamente com os processo de mediação das políticas.

2.4 Seleção e construção das notícias

Diz Gustavo Cardoso (2009) que

[...] a mediação é central nas nossas sociedades, mas a compreensão da mediação só pode ocorrer se compreendermos como se produzem notícias e entretenimento (e quem as produz), se percebermos como as audiências vivem a mediação e a incorporam no seu dia-a-dia e como os *media* se estão a transformar, por via da mudança da mediação, e como eles próprios influenciam a mudança social. (p. 7)

O processo de seleção de informação sobre os acontecimentos e a forma como essa informação é trabalhada e transformada em mensagens jornalísticas que chegam ao público são explicados pelos estudos sociológicos levados a efeito na área da comunicação, nomeadamente, a teoria do *gatekeeping* e do *newsmaking* que se aborda a seguir.

2.4.1 Do conceito de *gatekeeper* aos processos de *gatekeeping* e de *newsmaking*

Na origem das abordagens sobre o papel do *gatekeeper* no meio jornalístico encontra-se a teoria de campo, de Lewin, “ambiente complexo no qual um fenómeno ocorre” (Shoemaker & Vos, 2009/2011, p. 159), desenvolvida em 1947 e também designada perspectiva ecológica³³. Lewin acreditava que o modelo teórico que idealizou poderia ser aplicado a outras áreas, em particular no que respeita à passagem da informação sobre os acontecimentos pelos diversos canais de comunicação até chegar ao público; ou seja, Lewin acreditava na existência de um conjunto de forças que agem no interior dos grupos sociais criando zonas de bloqueio para determinados itens (Shoemaker & Vos, 2009/2011; Wolf, 1985/2009). Contudo, foi White quem transportou este

³³ Lewin idealizou o conceito de *gatekeeper* como uma explicação para problemas relacionados com os hábitos alimentares.

conceito para o campo jornalístico. Ao analisar o trabalho de um editor de jornal, a quem chamou “Mr. Gates”, cuja função era selecionar as histórias de entre as que eram enviadas pelas diferentes agências, White pretendeu saber que ponto ou pontos do fluxo de notícias, dentro dos canais organizativos dos órgãos de informação, funcionavam como cancelas ou portões. O seu olhar incidiu no papel do jornalista enquanto indivíduo que detinha o poder de decidir sobre se uma informação passaria ou se a bloqueava e impedia que chegasse ao público. “White concluiu que os valores pessoais do *gatekeeper* constituíam um determinante importante da seleção” (Shoemaker & Vos, 2009/2011, p. 30). Pesquisas posteriores mostraram que o *gatekeeper*, afinal, na seleção e filtragem da informação utiliza um conjunto de critérios relacionados, por exemplo, com normas profissionais e organizativas que se sobrepõem a critérios subjetivos e preferências pessoais (Wolf, 1985/2009).

Apesar destas primeiras pesquisas compreenderem uma conceção limitada da ideia de *gatekeeping*, não deixaram, porém, de abalar os alicerces da *teoria do espelho* que defende a conceção da notícia como espelho da realidade (Wolf, 1985/2009). Alguns anos depois, a atividade de *gatekeeping* nos média passou a ser vista como um processo complexo que ultrapassa o processo de seleção e inclui todas as formas de controlo da informação (Wolf, 1985/2009). Estudos sobre a atividade de *gatekeeping*, como os de White, colocam o seu enfoque no modo como as características, as atitudes e os comportamentos individuais afetam o processo de *gatekeeping*. No entanto, outros estudos centram a sua atenção na organização burocrática jornalística olhando principalmente para o seu interior, ou relacionam a imagem da realidade social fornecida pelos média com a produção rotineira que caracteriza o campo jornalístico. Outros, ainda, destacam a influência que as instituições sociais exercem sobre o processo de seleção e modelação das notícias; e, ainda outros, exploram a forma como os sistemas sociais, ideologias e culturas podem fornecer uma explicação para a escolha e modo como as mensagens jornalísticas são construídas (Shoemaker & Vos, 2009/2011).

Porém, o nível de análise individual que despoletou este tipo de estudos, adquiriu atualmente um novo impulso com a análise dos blogues e dos *bloggers*. Com efeito, a *internet* e, em particular a *world wide web*, trouxe uma nova forma de estar do cidadão perante a informação; este deixou de ser um simples consumidor de notícias para passar a assumir também o papel de *gatekeeper* (Shoemaker & Vos, 2009/2011).

Shoemaker e Vos (2009/2011) apresentam uma visão relativamente detalhada dos níveis de análise do processo de *gatekeeping* o qual “estuda os fatores que influenciam o modo como as mensagens jornalísticas vêm a ser o que são” (p. 17). No entender destes autores, nenhuma dessas perspetivas, isoladamente, permite construir uma teoria sobre o processo de *gatekeeping*; todavia, estes olhares parcelares interrelacionam-se e, no seu conjunto, contribuem para a constituição de um modelo da teoria do *gatekeeping*, tal como Shoemaker e Vos o concebem.

Sublinhe-se que a teoria de campo de Lewin e a *teoria de campo* de Bourdieu diferem no tipo de abordagem—psicológica, no primeiro caso, e sociológica no segundo caso—mas, têm em comum o facto de ambas tratarem da relação entre níveis de análise; ou seja, ambas consideram, por exemplo, que “cada fator e cada ator no campo modela a influência de outros fatores e o comportamento de outros atores” (Shoemaker & Vos, 2009/2011, p. 167). Do ponto de vista de Bourdieu (2005), as lutas que se travam num campo, designadamente no campo político ou no campo jornalístico, têm em vista impor uma visão legítima do mundo em que é preciso acreditar e que tende a confirmar ou a alterar as relações de poder entre os agentes no próprio campo. Para Shoemaker e Vos (2009/2011) a teoria de campo fornece um suporte teórico essencial para a conceptualização do processo de *gatekeeping*. Com efeito, como Benson e Neveu afirmam (2005, p. 9) “the field theory is concerned with how macrostructures are linked to organizational routines and journalistic practices, and emphasizes the dynamic nature of power”, o que obriga a considerar a forma como as diversas variáveis se relacionam, em conformidade com o quadro conceptual construído por Shaun Rawolle para explicar a mediatização das políticas educativas.

Deste modo, se considerarmos, como Bourdieu (1998, p. 39), que o jornalismo “is a microcosm with its own laws, defined both by its position in the world at large and by the attractions and repulsions to which it is subject from other such microcosms”, há dois aspetos, os valores de notícia e as rotinas produtivas, que são importantes conhecer no processo de seleção e construção das notícias, pois relacionam a cultura profissional dos jornalistas com a organização do trabalho e os processos produtivos de que se ocupa a abordagem do *newsmaking*.

2.4.2 Os valores de notícia e as rotinas produtivas

A cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e os processos produtivos, no seu conjunto, definem os critérios de noticiabilidade, ou seja, os requisitos que os acontecimentos devem possuir para serem considerados notícia. A ligação entre estes elementos tem subentendido um conceito de notícia como resultado dos processos de seleção e transformação dos acontecimentos em produtos (Wolf, 1985/2009). Nesta ordem de ideias, noticiabilidade é todo o “conjunto de elementos através dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos, de entre os quais há que seleccionar as notícias” (Wolf, 1985/2009, p. 195). Os valores de notícia são, então, uma das componentes da noticiabilidade.

De entre as várias características que os valores de notícia possuem, Wolf (1985/2009) destaca as seguintes: (a) revestem um carácter dinâmico, isto é, “mudam no tempo e, embora revelem uma forte homogeneidade no interior da cultura profissional [...] não permanecem sempre os mesmos” (p. 198) o que justifica, por exemplo, o surgimento de novas rubricas e novas áreas temáticas; (b) tendem a reflectir a estrutura do *staff*; ou seja, o número e a variedade de especialistas e correspondentes que garantem a cobertura de determinada área temática determinam a regularidade da cobertura de determinados temas. Deste modo, os valores de notícia podem

traduzir-se num conjunto de critérios de relevância “espalhados ao longo de todo o processo de produção” (p. 196) os quais funcionam em ligação uns com os outros. Na prática, operam com o objetivo de que a seleção do material a publicar seja efetuada de modo quase automático, não demasiado reflexivo ou moroso, tecnicamente incorporado na rotinização do trabalho jornalístico, pese embora seja um processo complexo. Admitem alguma flexibilidade, mas são uma “linha orientadora daquilo que mais tarde será apresentado ao público” (Fernandes, 2011, p. 11).

Na opinião de Schoemaker e Vos (2011, pp. 79-80) o conceito de valor de notícia é considerado “algo multidimensional”, embora estes autores tenham verificado “uma variação na quantidade e no tipo de dimensões de notícia presentes nos estudos”. De entre os fatores indicativos do valor de notícia apresentados por Schoemaker e Vos, em resultado da pesquisa efetuada, encontram-se, por exemplo, a controvérsia, o conflito, o interesse humano, a relevância, a proeminência, a proximidade, a oportunidade, a disponibilidade visual e a audiência.

Wolf (1985/2009) apresenta um conjunto de cinco critérios de valores de notícia que compreendem critérios substantivos, critérios relativos ao produto, critérios respeitantes ao meio de comunicação, critérios relativos ao público, e critérios relativos à concorrência. É essencialmente com base na explicação fornecida por este autor que sintetizamos os fatores e as variáveis envolvidas nesta sua proposta de classificação.

Os critérios substantivos prendem-se com fatores como a importância e o interesse que a notícia pode ter; quanto maiores estes forem, maior é a probabilidade do acontecimento se tornar notícia. O primeiro fator, a importância, é relevante no processo de seleção do acontecimento a transformar em notícia; este é determinado pelas seguintes variáveis: (a) o grau e o nível hierárquico dos indivíduos ou instituições implicadas no acontecimento, ou seja, o volume de capital dos indivíduos, nomeadamente o económico e o social, ou o grau do poder institucional, são aspetos que facilitam o reconhecimento do evento como noticiável; (b) o impacto sobre a nação e capacidade de poder tocar o interesse nacional e fazer refletir; (c) a relevância e a significatividade do acontecimento face ao futuro desenvolvimento de determinada situação; e, por último, (d) a quantidade de pessoas envolvidas, embora esta variável mantenha, em certa medida, uma correlação negativa com a proximidade do acontecimento. O segundo fator, o qual se relaciona com o interesse da notícia, prende-se com a capacidade de entretenimento e do despertar a atenção do público que, além poder colidir com a relevância do evento, incita à apresentação do acontecimento por um ângulo que o torna mais susceptível de apelar aos interesses do público-alvo. Atualmente, com a influência dos novos média na delimitação da agenda pública, este processo pode em algumas situações inverter-se, pois “os jornalistas são forçados a reagir quando confrontados directamente ou sempre que alguma prática é objecto de publicação num blogue”,

visto que “os leitores da blogosfera impõem feedback por parte dos média tradicionais”³⁴ (Cardoso A., 2008, p. 31). De qualquer modo, o interesse da notícia não deixa de ser um fator que implica uma seleção mais subjetiva por parte do *gatekeeper*. Ainda que uns fatores possuam, em determinadas situações, mais peso do que outros, estes critérios, assim como os restantes, funcionam em ligação uns com os outros e não podem ser considerados isoladamente, tal como Wolf (1985/2009) sublinha.

Os critérios relativos ao produto e à disponibilidade do material são aspetos que são tanto mais tidos em consideração quanto menos importante se prevê que seja a notícia, pois neste critério estão em causa, para além dos custos, a acessibilidade ao acontecimento e a possibilidade do *medium* efetuar o seu tratamento, quer em termos técnicos quer logísticos. Assim, inscrevem-se neste âmbito fatores de relevância relativos ao produto que denunciam “uma ideologia de notícia” baseada no pressuposto que o que atrai o leitor é o que altera a rotina e as aparências normais e que condiciona a própria organização do trabalho jornalístico (Wolf, 1985/2009, p. 207).

Outros critérios de valor de notícia são: (a) a brevidade da notícia; (b) a atualidade da notícia a qual integra vários fatores de avaliação, entre eles a concorrência; (c) a qualidade da história, a qual se prende com a ação, com o ritmo, com o caráter exaustivo do assunto, e com a clareza da linguagem; e (d) o equilíbrio do conjunto da publicação—diário, semanário, noticiário, ou outro—ou o cumprimento de objetivos específicos quanto ao tipo de cobertura pretendida pela organização.

Os critérios relativos ao meio de comunicação são a formatação e a frequência do acontecimento que dizem respeito ao espaço ou tempo que permitem apresentar o produto com valor de notícia. Do ponto de vista de Wolf (1985/2009), este critério de relevância que privilegia os acontecimentos pontuais e únicos funciona, em termos de seleção dos acontecimentos noticiáveis, como uma espécie de pré-seleção.

Os critérios relativos à concorrência assentam nas expectativas de que o acontecimento seja considerado com valor de notícia por outro meio de comunicação social concorrente; este critério acentua o caráter fragmentário da cobertura informativa, gera reciprocidade de expectativas, contribui para o recurso a modelos considerados no campo jornalístico como de referência e, por conseguinte, propicia a homogeneidade. Neste sentido, Gustavo Cardoso (2009, p. 47) refere que “os eventos sociais, o espetáculo e os mexericos”, que nas últimas décadas se tornaram um assunto de “referência de informação” não apenas na imprensa “cor-de-rosa” como também na imprensa de referência, passaram a integrar os critérios de valor de notícia. Segundo este autor, esta alteração nos critérios de valor de notícia, que no seu entender se deve à competição com a

³⁴ Pacheco Pereira, em entrevista concedida a 29 de dezembro de 2007 ao semanário Expresso, deu um exemplo desta situação: “as denúncias [referindo-se ao caso da licenciatura do Eng.º José Sócrates] nos blogues demoraram um ano a chegar à imprensa escrita [...] só semanas mais tarde o assunto começou a ser tratado nos outros meios de comunicação social” (p. 13).

televisão pela audiência, tem contribuído para uma mudança nos valores sociais das sociedades atuais.

Os critérios respeitantes ao público prendem-se com a imagem que os jornalistas têm do público. Do ponto de vista de Shoemaker e Vos (2009/2011), o atendimento a critérios que têm em consideração os interesses do público dependem de vários fatores, nomeadamente do tamanho e da cultura da organização jornalística ou das metas que esta estabelece. Por exemplo, se a organização se orienta mais por valores do mercado económico do que para o serviço público tende a seleccionar notícias que vão mais ao encontro dos interesses do seu público-alvo. “Em organizações com fins lucrativos, o processo de *gatekeeping* é parte do processo geral de maximização da receita. [...] Se o mercado quer uma determinada interpretação dos eventos, então essa é a interpretação que ele terá” (Shoemaker & Vos, 2009/2011, p. 110). No entanto, esta adaptação à audiência não é um aspeto consensual na pesquisa sobre *gatekeeping* e *newsmaking*, e encerra tensões opostas, segundo referem Shoemaker e Vos (2009/2011), e Wolf (1985/2009). “Em última análise, essa adaptação à audiência depende mais das rotinas de *gatekeeping* que de forças objectivas de mercado” (Shoemaker & Vos, 2009/2011, p. 114). Por outro lado, os novos média vieram, em certa medida, intrometer-se na agenda dos *mass media*; a blogosfera, por exemplo, funciona como um “sintoma de que um determinado tema está a ter impacto”, mas também “como um discurso sobre os próprios *media*, sobre a nossa própria produção, à qual passámos a ter que estar atentos porque se tornou crítica diária”, como referiu o jornalista Miguel Gaspar em entrevista concedida a Ana Sofia Cardoso (2008).

Por outro lado, é necessário ter em conta que o mercado dos media não é apenas o seu público, mas também os seus anunciantes ou a bolsa de valores cujas ações podem ser influenciadas pelas decisões tomadas sobre o conteúdo, como sublinham Shoemaker e Vos (2009/2011). Além disso, estas decisões podem ainda “ser impulsionadas pela necessidade de acalmar os fornecedores, isto é, as fontes” (Shoemaker & Vos, 2009/2011, p. 111). Este aspeto destaca uma outra problemática, que se prende com uma parte importante do processo de *gatekeeping*, que são os processos rotineiros utilizados pelos jornalistas na recolha do material de onde são construídas as notícias, ou seja, com a identificação e seleção das fontes (Shoemaker & Vos, 2009/2011).

2.4.3 As fontes

Os canais de recolha de notícias estão “profundamente estruturados em função de avaliações da noticiabilidade” (Wolf, 1985/2009, p. 219). As agências noticiosas, nacionais ou supranacionais são o canal privilegiado pelos *mass media*, pois, numa lógica económica, são as que melhor satisfazem os critérios de valor de notícia sendo, por isso, um elemento fundamental no processo de mediação (Araújo, Neto, Cheta, & Cardoso G., 2009; Wolf, 1985/2009). Nesta ordem de ideias, um papel importante das redações será o de receber e formatar as notícias. Na opinião de Wolf

(1985/2009, p. 232) reside aqui um dos fatores explicativos da “homogeneidade e uniformidade das definições daquilo que constitui notícia”.

Um exemplo português deste tipo de fonte de informação é a agência noticiosa LUSA. No estudo que Araújo, Neto, Cheta, e Cardoso G. (2009, p. 82 e segs.) realizaram em 2004, o qual teve por objetivo estudar o impacto da internet nos *mass media* portugueses³⁵, verificaram que a maioria dos 341 jornalistas portugueses que nele participaram considerou a agência LUSA como uma importante fonte de informação. De entre os resultados obtidos nesse estudo, salientam-se os seguintes: “nas redações da imprensa, destacam-se os jornalistas que o fazem pelo menos uma vez por semana” (p. 83); em termos de hierarquização de importância para os jornalistas, as fontes oficiais privadas posicionaram-se na primeira linha, seguidas das agências LUSA e agências noticiosas internacionais, e em quarta posição surgiram novamente as fontes oficiais públicas; ocupando os três últimos lugares surge a literatura especializada—esta foi considerada importante para um pouco mais de metade dos jornalistas, sendo 33,9% os jornalistas de imprensa que afirmaram recorrer à literatura especializada, enquanto fonte, pelo menos uma vez por semana—os contactos imprevistos e as conferências e congressos; o recurso à opinião de especialistas foi um aspeto considerado relevante para a generalidade daqueles jornalistas e a que recorriam diariamente, semanalmente ou mensalmente.

Na opinião de Schudson (2002), Shoemaker e Vos (2009/2011), Wolf (1985/2009), e de muitos outros autores cujos trabalhos são referidos por estes, são as fontes oficiais e institucionais que dominam os canais (de rotina) das notícias, ainda que, como admitem Shoemaker e Vos (p. 81), os avanços tecnológicos tenham vindo permitir uma cobertura maior e mais fácil de “notícias baseadas em eventos espontâneos”. Um fator explicativo reside no facto de serem as agências e os gabinetes de comunicação oficial os que garantem um “fluxo constante e seguro de notícias” (Wolf, 1985/2009, p. 220), em especial os que dispõem de porta-vozes ou assessores de imprensa, como é o caso do governo, partidos políticos e outras instituições. Uma outra hipótese relevante prende-se com a forma como “as fontes refletem a estrutura social e de poder” (Wolf, 1985/2009, p. 226); o governo, instituições oficiais e, de um modo geral, os agentes que detêm poder e têm fácil acesso aos jornalistas e aos meios de comunicação social fornecem atempadamente informações credíveis sem custo para os jornalistas e, além disso, “em questões controversas, representam o ponto de vista oficial” (Wolf, 1985/2009, p. 226). Schudson (2002) resume estes aspetos da seguinte forma:

³⁵ A análise efetuada por estes autores teve por suporte os dados resultantes de um inquérito aplicado a 341 jornalistas portugueses e observação participante nas redações dos principais *media* portugueses, no âmbito de um projeto levado a cabo, entre 2004 e 2006, por uma equipa de investigadores do CIES-ISCTE que se propôs estudar o impacto da Internet nas indústrias de *Mass Media* (Araújo et al, 2009)

They [government officials, whether police officers or politicians] are informed. Their information is judged to be authoritative and they are eager to satisfy the cravings of the news organizations. They make information available on a regular basis in a form that the media can easily digest. (p. 255)

Ora, a relação entre os jornalistas e os governos é, por norma, mediada por assessores dos gabinetes ministeriais ou por outros agentes que integram os gabinetes de comunicação ou as secretarias de imprensa dos governos e, da parte dos média, por jornalistas especialistas ou por jornalistas que mantêm um relacionamento mais próximo com as suas fontes do campo político (Wolf, 1985/2009).

São múltiplas as razões que justificam que a mediação entre o governo e os média seja feita por assessores e adjuntos de imprensa recrutados de entre os jornalistas (Gonçalves, V. , 2005). Aos agentes do gabinete de comunicação do governo e assessores de imprensa cabe-lhes comunicar as decisões do governo e fornecer a interpretação que este pretende dar sobre determinada política, ou seja, compete-lhes dar a conhecer a forma como o governo quer que os jornalistas e, por conseguinte, o público pensem sobre as políticas que implementa ou que pretende vir a implementar. Neste sentido, existe uma boa quantidade de exemplos de colaboração entre o campo político e o campo jornalístico³⁶. Aos assessores de imprensa compete também dar *feedback* ao gabinete para o qual trabalham da imagem que os jornalistas transmitem sobre a performance do governo, impedir os jornalistas de aceder à informação, moldar a agenda dos jornalistas e, de um modo geral, “antecipar e neutralizar os riscos que a acção da imprensa pode acarretar para a imagem do político a quem assessoria” (Gonçalves, V. , 2005, p. 116). Ora, esta interação implica a mobilização de capital, em particular do capital simbólico dos agentes envolvidos no processo comunicativo (Stack, 2010). Ou seja, a relação entre agentes posicionados em campos distintos, hierarquicamente estruturados, como são o campo jornalístico e o campo político, implica o uso do prestígio e da legitimidade, assentes numa dialética de conhecimento e reconhecimento (Stack, 2010).

Por outro lado, os assessores de imprensa e o staff do governo responsável pela comunicação e mediação com os média são uma fonte credível de informação cujo fluxo é garantido sem custos

³⁶ Como é o caso da investigação levada a efeito por Ungerleider (2006, p. 88) numa província canadiana na qual o autor concluiu que os *media* e o governo dessa província, ao valerem-se da construção de uma matriz ideológica neoliberal comum vantajosa para as duas instituições, contribuíram para alimentar “anxieties about the future, foster distrust of public schooling, and extol the virtues of individualism, choice, competition, productive efficiency, and private enterprise” (Ungerleider, 2006, p. 88).

Um outro exemplo “paradigmático” (a expressão é de M. Melo, 2005, p. 598) das relações que se podem estabelecer entre o campo jornalístico e o campo político é apresentado por M. Melo (2009) na investigação realizada sobre a divulgação dos *rankings* escolares das escolas portuguesas por parte do jornal Público.

acrescidos para os jornalistas (Wolf, 1985/2009), ainda que, como Schoemaker e Vos (2011) também sublinham, aqueles procurem controlar a informação que deve ser partilhada com os média. Este é um aspeto que, do ponto de vista de Graber (2003, p. 153), se mantém mesmo com o desenvolvimento da tecnologia: “Internet news suppliers face the same problems as traditional media. Surveillance is better because more information is available from government and private websites [...]. But the government’s ability to hide what it does not wish to disclose remains formidable”.

Porém, “the reliance on government officials does not guarantee pro-governments news” (Schudson, 2002, p. 257). Na opinião deste autor, nas últimas décadas, os jornalistas têm aumentado a capacidade de abordar de forma crítica a atuação dos governos, ainda que estes sejam a sua fonte principal de informação. Na realidade, a relação dos jornalistas com as suas fontes regulares, sejam elas governamentais ou outras fontes de elite, é complexa e influenciam-se mutuamente. Como Stack (2010, p. 107) afirma, “doing politics and engaging media often involve a tricky dance”, da qual ambas as partes [Governo e média] procuraram tirar proveitos (Ungerleider, 2006).

I tis clear that the authorities, the government in particular, influence the media not only through the economic pressure that they bring to bear but also through their monopoly on legitimate information—government sources are the most obvious example. First of all, this monopoly provides governmental authorities (judicial, scientific, and other authorities as much as the police) with weapons for manipulating the news or those in charge of transmitting it. For its part, the press attempts to manipulate these ‘sources’ in order to get news exclusive. (Bourdieu, 1998, p. 69)

A questão da credibilidade da informação é outro fator que joga a favor do recurso a agências e a fontes oficiais; apesar do acesso à informação estar facilitado, uma vez que a *internet* e o *software* livre vieram possibilitar o acesso e a seleção da informação sem terem de passar pelos filtros institucionais (Cardoso G. , 2009)—o que é válido para o cidadão comum é também válido para os jornalistas—, mantém-se a questão da confirmação da credibilidade dessa informação. Esta questão é também assinalada por Araújo et al (2009) como uma das razões pelas quais o papel do jornalista, enquanto agente mediador da informação, se mantém, como assume ainda maior importância numa sociedade que se enquadra num novo paradigma comunicacional³⁷. Por um lado,

³⁷ Segundo Gustavo Cardoso (2009, pp. 35-36) assistimos também a uma “mudança de paradigmas comunicacionais” que moldam o nosso sistema de media. A alteração do nosso paradigma comunicacional pode ser testemunhada através da análise de quatro dimensões: 1) retórica construída essencialmente em

da escassez de informação passámos na última década para um excesso de informação. Assim, a seleção das mensagens importantes, ou seja, das que cumprem os critérios de valor de notícia, torna-se fundamental. Por outro lado, a facilidade de acesso à informação tornou cada indivíduo um *gatekeeper* (Shoemaker & Vos, 2009/2011). Porém, na maioria dos casos, também este canal de informação necessita de alguém que valide essa informação (Araújo et al, 2009). Neste sentido, o jornalista tende a complementar a função de *gatekeeper* com a de *gatewatcher*. Noutros termos, o conceito de *gatekeeper* evoluiu e, juntamente com o papel de guardião da informação, o jornalista acumula atualmente o papel de intérprete dessa mesma informação (Araújo et al, 2009).

Na verdade, uma fonte “importante para os jornalistas é o consumo que eles próprios fazem dos outros meios de comunicação” (Wolf, 1985/2009, p. 229). Bourdieu (1998, p. 24) afirma que “no one reads as many newspapers as journalists”. Se um jornal de referência e com prestígio toca determinado assunto, outro jornal não pode ficar indiferente; excluindo pequenas diferenças que respeitam às tendências políticas ou ao facto de se tratar de um jornal com prestígio no campo jornalístico que procura preservar a reputação e manter uma certa distância, os produtos são todos eles muito parecidos, dando-se o que Bourdieu (1998, p. 25) designa por “the circular circulation of information”. Este ponto de vista é partilhado por outros autores. Schoemaker e Vos (2011), por exemplo, referem a existência de uma agenda comum entre vários meios de comunicação a qual é estabelecida mais por umas organizações do que por outras e resulta não só da colaboração entre os respetivos jornalistas, no que respeita ao entendimento do valor de notícia de determinada informação ou acontecimento, mas também da monitorização recíproca que fazem dos seus pares congéneres. Sendo assim, “the journalistic world is a divided one, full of conflict, competition, and rivalries” (Bourdieu, 1998, p. 23).

A competição existente no campo jornalístico, quer pela audiência, quer pelos anunciantes e pelas fontes—os quais são uma forma indireta de influência exercida pelo público—, dita a relevância do acontecimento ou da informação a ser replicada, ampliada e trabalhada pelos jornalistas; por conseguinte, esta competição configura o seu valor de notícia. A avaliação pelo mercado, quer sob a forma dos índices de audiência—“even network executives are ultimately slaves to the ratings” (Bourdieu, 1998, p. 26),—quer através dos anunciantes, tem como consequência uma dependência de pressões do campo económico que do ponto de vista de Bourdieu o distingue de outros campos da produção cultural.

função da imagem em movimento; 2) novas dinâmicas de acessibilidade da informação; 3) utilizadores como inovadores; e 4) inovação nas notícias e nos modelos de entretenimento.

Capítulo III: Os Contextos Macro e Meso da INO

Em Portugal durante a primeira década do século XXI, à semelhança do que acontecia um pouco por toda a Europa e noutras partes do mundo, teve lugar um conjunto significativo de iniciativas de política educativa que assentavam em novas formas de conceber o papel do conhecimento numa economia cada vez mais globalizada e competitiva contemporânea com o novo conceito de governança dos estados e da educação.

Com efeito, o conhecimento começou a ser entendido, em finais dos anos noventa, como um elemento com valor económico decisivo na construção de uma Europa competitiva, sendo a sua importância reconhecida no contributo que poderia dar para o desenvolvimento económico e social, mas também para a coesão social e para a promoção de uma cidadania ativa. É, neste âmbito, que a ALV surge “como o principal lema das políticas educativas europeias no início do século XXI” (Alves, M., 2010a, p. 9) associada, a partir do ano 2000, à intenção da União Europeia de melhorar a empregabilidade e a qualificação dos trabalhadores através de uma significativa prioridade atribuída à ALV como componente básica do modelo social europeu, favorecendo a competitividade e a adaptabilidade. A ALV destacada enquanto um dos vetores fundamentais na produção de uma força de trabalho mais produtiva e competitiva, passou a ser considerada, a partir de 2005, a única via para atingir os objetivos da Agenda de Lisboa (Dale, 2008).

Face à centralidade que a ALV adquiriu nas orientações europeias, os Estados-membros procuraram incorporá-la nos seus sistemas educativos. Neste contexto e inserido num vasto conjunto de medidas de política educativa (alicerçadas em políticas de ALV), de emprego e de modernização tecnológica que visavam dar resposta a alguns dos problemas internos de Portugal, surge em finais de 2005 o programa INO.

3.1 A aprendizagem ao longo da vida: Breve nota histórica

A ideia de aprender ao longo da vida despontou no século XIX, nos países europeus industrializados, associada à educação de adultos e fortemente influenciada por contextos socioeconómicos específicos. Uma vez que “não havia uma intenção explícita de complementar a educação e formação inicial, nem tão pouco existia um conceito abrangente de educação” (Kallen, 1996, p. 17), revestiu-se de uma natureza cultural, social e também indiretamente política e desligada da educação formal.

Nas primeiras décadas do século XX verificavam-se, um pouco por toda a parte, práticas de inclusão de adultos na sociedade que eram aceites como naturais e que implicavam um envolvimento das pessoas em movimentos sociais, em lutas sindicais, em processos de alfabetização, entre outros (Finger, 2005).

Após a II Guerra Mundial, num contexto de expansão e consolidação do Estado de Bem-

-estar social, surgiram as primeiras políticas públicas de educação de adultos. Estas assumiram um carácter formal e não formal e foram integrando atividades de promoção social, política e de participação cívica, contribuindo, assim, para o enriquecimento e importância da educação ao longo da vida (Fragoso & Guimarães, 2010). Na década de 1960 as experiências implementadas em países da Europa Ocidental, nomeadamente em Inglaterra e na Alemanha, incentivaram o debate e a reflexão sobre o mérito dessas experiências e motivaram as organizações supranacionais, como o Conselho da Europa, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e a OCDE, a integrarem a ideia de ALV nos seus programas. Assim, cada uma destas organizações, por si, desenvolveu um conceito de ALV baseado nos mesmos objetivos globais, de ordem educacional, económica e social—a democracia, o desenvolvimento económico e o progresso cultural e científico—, mas assente em dois paradigmas diferentes, o de *educação permanente* e o de *educação contínua* (Kallen, 1996).

O Conselho da Europa e a UNESCO introduziram, nos anos sessenta, em pleno período de crescimento económico, o tema da educação permanente. Por um lado, no contexto do Conselho da Europa procurava-se que a educação permanente, assumida numa perspectiva “humanista”, superasse os problemas da educação escolar na promoção da igualdade de oportunidades, pois considerava que os sistemas educativos, devido em parte à “insuficiente diversidade dos seus programas”, não já conseguiam responder às necessidades individuais dos seus alunos (Kallen, 1996, p. 18). Por outro lado, para a UNESCO a educação permanente era um elemento promotor do progresso cultural e científico e, por conseguinte, facilitadora da compreensão da necessidade de manter a paz mundial (Kallen, 1996). Segundo Finger (2005), a ideia de educação permanente nasceu da preocupação com a necessidade de ajudar as pessoas a acompanharem o desenvolvimento da ciência e da técnica que impunham mudanças para as quais já não bastava a educação inicial. Como o autor afirma:

[...] era absolutamente necessária uma educação permanente que ajudasse a sociedade a enfrentar essa aceleração do desenvolvimento e da mudança crescente: tanto as pessoas como as sociedades inteiras precisavam de mais educação (cívica e política) que as capacitasse a serem actores, em vez de vítimas da mudança e do desenvolvimento. (Finger, 2005, p. 18)

O grande impulso da ação da UNESCO no campo da educação permanente foi dado pelo relatório “Aprender a Ser”, publicado em 1972 pela Comissão Internacional da Educação presidida por Edgar Faure, cuja filosofia, que tinha subjacente o desejo inato da pessoa para aprender, integrava a ideia de uma sociedade nova e mais humana (Kallen, 1996); para além disso, destacava

a importância de levar a efeito uma combinação entre educação formal, não formal e informal, num “*continuum* educativo que cobre todo o ciclo vital” (Canário, 2006, p. 159).

Na perspectiva de Lima (2011), a forma como a educação ao longo da vida foi conceptualizada pela UNESCO conferiu centralidade à educação enquanto objeto de políticas sociais; destacando os valores da emancipação social e da ação e pensamentos críticos, numa perspectiva humanista, constitui um dos pilares educativos dos Estados Providência. Além do mais, o facto de a UNESCO ter reunido e codificado um conjunto de práticas de educação de adultos, que se observavam um pouco por todo o lado nas bases populares, contribuiu para lhes atribuir um significado simbólico e uma identidade à educação de adultos, conferindo à disciplina credibilidade social e académica (Finger, 2005; Fragozo & Guimarães, 2010).

Por sua vez, o trabalho da OCDE assentava na ideia de *educação contínua* como solução para os défices apresentados pelo sistema educativo o qual “mantinha os jovens na escola e afastados da ‘vida real’” até ao final da sua adolescência (Kallen, 1996, p. 19). A ideia, segundo este autor, era quebrar este contínuo afastamento e resolver o problema da ineficácia do sistema. Assim, por um lado, a estratégia proposta tinha em vista a alternância entre a educação/formação e o trabalho, ou seja, o regresso à educação/formação formal ou não formal sempre que necessário após o ingresso no mundo do trabalho. Mas, por outro lado, a política educativa preconizada no conceito de educação contínua preparava para responder às necessidades de uma sociedade no futuro, pois visava também uma melhoria da qualidade do lazer e da reforma. Assim, como Kallen sublinha, este conceito de *educação contínua* tinha uma “forte conotação económica”:

Permitiu reunir a educação formal inicial e a educação de adultos e a formação no trabalho num único enquadramento político, cujos objectivos se relacionavam com um conjunto de objectivos educacionais, económicos e sociais comuns. A possibilidade de uma relação mais flexível entre a educação e a formação por um lado, e o trabalho, por outro, o que permitiria sintonizar a educação e a formação com as necessidades individuais e do mercado de trabalho, era considerado como um dos principais resultados. (Kallen, 1996, p. 20)

Este foi também um tempo de ataque à instituição escolar, vista como um instrumento de doutrinação e opressão, dominadora, perpetuadora das hierarquias sociais e castradora da curiosidade e do espírito crítico, que teve na proposta de *sociedade desescolarizada* de Ivan Illich o seu expoente máximo.

A globalização e a emergência de políticas neoliberais trouxeram novos sentidos à educação ao longo da vida, especialmente no que respeita à educação de adultos. A educação de adultos evoluiu no sentido da “privatização da aprendizagem” e da “instrumentalização da educação”; ou seja, a educação de adultos assumiu cada vez mais o indivíduo, e não a sociedade e o coletivo como

o responsável perante a sua inserção (Finger, 2005, p. 26). Neste sentido, na sequência da evolução acelerada da tecnologia, da crescente mobilidade profissional, das transformações na gestão e nos processos de trabalho no interior das organizações, entre muitos outros fatores, a educação de adultos tem procurado alimentar as necessidades individuais e de autorrealização dos indivíduos conscientes da efemeridade do valor social e efetivo das suas competências, designadamente sob formas escolarizadas de formação profissionalizante. No entender de Pires (2002, p. 10), o “fenómeno da aprendizagem ao longo da vida não é um resultado da sociedade contemporânea, mas a sua importância é cada vez mais valorizada num contexto sujeito a rápidas mudanças, à incerteza e à imprevisibilidade”. Na verdade, cada vez mais se faz depender o crescimento económico das aprendizagens dos indivíduos, pois estas são consideradas numa perspetiva exclusiva de contribuição para o aumento da produção e distribuição de bens e serviços, ou seja, como condição necessária e suficiente para o aumento da riqueza e prosperidade de uma nação.

A necessidade de responder aos imperativos do mercado de trabalho tem passado, em larga escala, por desenvolver um capital humano comprometido com os desafios do novo milénio. No ano 2000, o Conselho da Europa propôs-se melhorar a empregabilidade e a qualificação dos trabalhadores e conferir uma maior prioridade à ALV como componente básica do modelo social europeu, nomeadamente através da exploração da complementaridade entre a ALV e a adaptabilidade. Em 2005 a ALV foi assumida como um dos vetores fundamentais na produção de uma força de trabalho mais produtiva e competitiva enquanto única via para atingir os objetivos de Lisboa, mas, ao nível da UE os resultados na educação e formação ficaram bastante aquém quer das metas estabelecidas em 2000 quer das que foram reformuladas em 2005. Visto que à educação coube essencialmente responder às necessidades da economia e do mercado “the logic of continuing education was gradually transformed into the logic of adaptation to a life of permanent new jobs”. Nesta medida, o conceito de ALV foi “virtualmente abandonado”³⁸ no novo Programa de Educação e Formação 2020 e o foco principal passou a ser no emprego, no trabalho e na ocupação (Nóvoa, 2013, p. 115).

3.2 Aspetos relevantes da educação de adultos em Portugal até 2004

Finger (2005) relaciona a educação de adultos a práticas associadas a uma vontade de mudar a sociedade que se desenvolveram um pouco por toda a parte. Em Portugal, uma das formas mais expressivas de educação de adultos, as associações populares, remonta a meados do século XIX. Durante a Primeira República juntaram-se a estas associações—comerciais, profissionais, filantrópicas, cooperativas, etc.—, novas organizações populares: orfeões e bandas de música, grupos cénicos, sociedades de instrução e recreio, bibliotecas e universidades populares, entre outras; algumas delas possuíam uma atividade significativa no domínio da instrução popular e da

³⁸ Tradução nossa

alfabetização (Lima, 2005, p. 37). No período da ditadura, especialmente a partir da década de 1930, sob a vigência do regime político do Estado Novo, muitas destas organizações foram desmobilizadas e impedidas de funcionar. A educação não formal e a educação de adultos foram remetidas para o campo da resistência e desenvolveram-se à margem do Estado (Canário, 2006; Lima, 2005), quer sob a responsabilidade de organizações institucionalizadas da sociedade civil que funcionavam sob um apertado controlo do Estado, quer sob a alçada de outras modalidades informais de associação ou de solidariedade e luta. Em 1950, Portugal apresentava um dos índices de literacia mais baixos dos países da Europa (veja Gráfico 3.1). Assim, em 1952 é lançado o Plano de Educação Popular e uma Campanha Nacional de Educação de Adultos (1952-54) que, apesar de ter aumentado o número de inscritos, não apresentou “resultados apreciáveis” (Palma et al., 2003, p. 21). Com efeito, em 1960 existiam em Portugal cerca de 40% de analfabetos³⁹ e, em meados da década de 1970, cerca de um quarto da população ainda era iletrada (Lima, 2005).

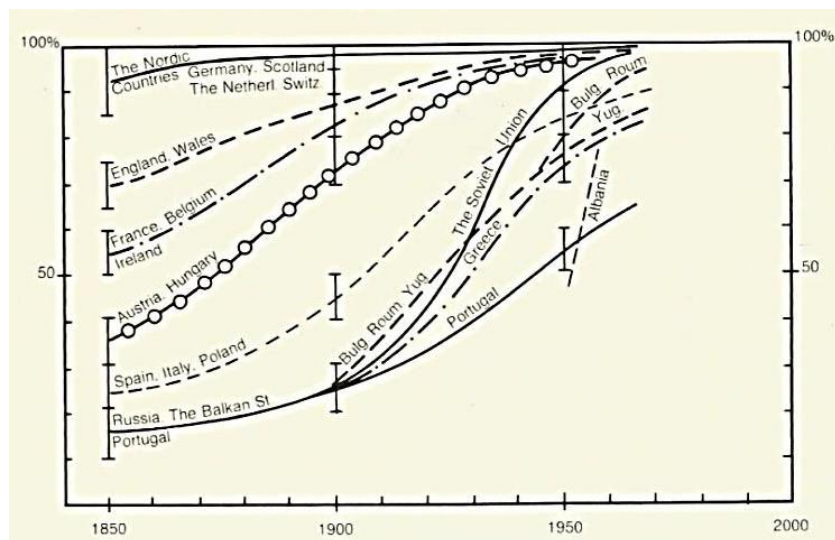


Gráfico 3.1: Literacia-alfabetização na Europa, 1850-1970

(Fonte: Graff, 1987, p. 375)

No período de normalização que se seguiu ao golpe militar de 25 de novembro de 1975, após a revolução de 25 de abril de 1974 que pôs fim a um longo período do poder repressivo do Estado, as organizações populares—que se encontravam com grandes dificuldades de subsistência—, passaram a ser acompanhadas pela Direção Geral de Educação Permanente com a qual estabeleceram parcerias. Esta instituição, criada em 1971, manteve-se em funções até 1981, altura em que foi substituída pela Direcção Geral de Educação de Adultos acabando por vir a reduzir-se a um Núcleo de Ensino Recorrente afeto ao Departamento do Ensino Básico. O seu objetivo era o de

³⁹ Fonte: 50 anos de Estatísticas de Educação, INE, I.P., Vol.I, 2009 (retirado de www.gepe.min-edu.pt, em 21.04.2013)

“acompanhar de perto os grupos de iniciativa popular, favorecendo a afirmação da sua autonomia, quer através de equipas regionais de bolsiros, quer de equipas móveis, quer fornecendo a esses grupos apoio técnico, material, financeiros e meios de comunicação de massa” (Canário, 2006, p. 176). O período mais marcante da sua ação decorreu entre outubro de 1975 e julho de 1976, sob a direção de Alberto Melo com a colaboração de Ana Benavente. Durante este curto período de tempo a educação de adultos foi um conceito “referenciado à educação popular e baseado na relevância do poder associativo” (Lima, 2005, p. 39), assumida numa perspetiva de educação não formal e como um processo de autoeducação. Este período, de cerca de nove meses, foi também um tempo de desenvolvimento de inúmeros projetos que, na opinião de Canário (2006, p. 171), marcaram a “idade de ouro” da educação e da formação.

Em 1979 é divulgado o *Relatório de Síntese* que tinha em vista a elaboração de um Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos⁴⁰ que, segundo Canário (2006), incorporou tanto a memória das dinâmicas introduzidas pelo movimento de educação popular, como a doutrina da UNESCO em matéria de educação de adultos⁴¹. Como este autor sublinha, este Relatório de Síntese atribuiu à educação de adultos um papel relevante quer na transformação de todo o sistema de ensino—num quadro global da educação permanente—, quer às estratégias e às orientações pedagógicas preconizadas⁴² no que respeitava às modalidades de educação não formal, motivo pelo qual Canário (2006) o considera um documento de importância histórica. Porém, a sua concretização ficou muito aquém do idealizado; designadamente, a criação de um Instituto

⁴⁰ A lei nº3/79, de 10 de janeiro, atribui ao governo a responsabilidade pela elaboração de um plano para a educação e formação de adultos de que veio a resultar o designado Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos, recentralizando o poder do Ministério nesta matéria.

⁴¹ Na Conferência de Nairobi, em 1976, a UNESCO adotou a seguinte definição de educação de adultos:

la expresion “educacion de adultos” designa la totalidad de los procesos organizados de educación, sea cual sea el contenido, el nivel o el método, sean formales o no formales, ya sea que prolonguen o reemplacen la educacion inicial dispensada en las escuelas y universidades, y en forma de aprendizaje profesional, gracias a las cuales las personas consideradas como adultos por la sociedad a la que pertenecen, desarrollan sus aptitudes, enriquecen sus conocimientos, mejoran sus competencias tecnicas o profesionales o les dan una nueva orientación, y hacen evolucionar sus actitudes o su comportamiento en la doble perspectiva de un enriquecimiento integral del hombre y una participacion en un desarrollo socioeconomico y cultural equilibrado e independiente. (UNESCO, 1976, p. 124)

⁴² Canário (2006) refere algumas dessas estratégias: (a) intervenção localizada, endógena e participada; (b) “adopção de metodologias que permitam e facilitem a funcionalidade das aprendizagens, nomeadamente, “o reconhecimento do saber adquirido através da experiência” (p.179), ainda que este não se encontre associado a um discurso, “a possibilidade de reinvestir na ação o saber adquirido” (p.179) e, “a relação estreita entre os conhecimentos, as práticas e o meio de vida do adulto” (p. 179); (b) otimização de recursos locais, particularmente os recursos humanos; e, (c) “criação de uma rede nacional de centros de cultura e de educação permanente” (p. 178).

Nacional de Educação de Adultos, responsável pela formação de formadores e animadores, nunca chegou a acontecer (Canário, 2006; Lima, 2005). Contudo, ainda muitos projetos, de âmbito local e regional, geridos por organizações da sociedade civil, numa lógica de gestão participada (*bottom-up*) articulando “lógicas estatais” com “lógicas comunitárias e associativas, de tipo popular e democrático”, mantiveram-se em curso durante a década de 1980 (Lima, 2005, p. 40). Do ponto de vista de Lima (2005), Fragoso e Guimarães (2010), entre outros, este tipo de projetos desempenhou uma ação educacional relevante, especialmente no que respeita à educação de adultos, uma vez que, como Fragoso e Guimarães referem, atribuíam grande significado à preservação da identidade local procurando, em simultâneo, introduzir uma mudança social que visava transformar os atores sociais locais em agentes de desenvolvimento.

Em 1986 dois acontecimentos marcaram a história do sistema educativo português: a adesão de Portugal à UE (então designada Comunidade Económica Europeia) e a entrada em vigor da Lei de Bases do Sistema Educativo⁴³, aprovada em data posterior à da criação da Comissão de Reforma do Sistema Educativo (CRSE). Existia então a consciência que era necessário introduzir alterações profundas no sistema educativo (Canário, 2006); todavia, a ideia era a de que a mudança teria de responder aos problemas relacionados com os imperativos da modernização económica e com o atraso de Portugal relativamente aos restantes países da comunidade⁴⁴. Na perspetiva de Lima (2005, p. 40), “os maiores desafios [da integração na Comunidade Europeia] foram identificados com a sua modernização económica e em termos de infra-estruturas, com a eficácia e a eficiência da gestão pública e privada, com o aumento da produtividade, a internacionalização e a competitividade económica”. Por conseguinte, como este autor faz notar, nem o analfabetismo literal foi considerado um problema educativo e social, nem as formas de educação popular se coadunavam com o lugar almejado por Portugal no seio da Comunidade Europeia. Todavia, as taxas de analfabetismo mantinham-se ainda bastante elevadas; em 1991 a taxa de analfabetismo entre as pessoas com mais de 15 anos situava-se nos 12%, um dos mais elevados da UE (Canário, 1999)⁴⁵.

Não obstante os esforços da CRSE no sentido de serem valorizadas as formas de educação não formais, as vertentes de educação de base, do associativismo e da educação popular como processos de educação adultos⁴⁶, a Lei de Bases reduziu a educação de adultos a formas escolares

⁴³ Lei n.º 46/86 foi aprovada a 24 de julho e publicada em Diário da República a 14 de outubro de 1986.

⁴⁴ Em 1985 havia já sido introduzida, pelo Ministério do Trabalho, uma modalidade de formação em alternância, designada “sistema de aprendizagem”, semelhante ao sistema de formação profissional alemão, cujo público-alvo eram os jovens que abandonavam o ensino obrigatório sem o completar (Azevedo, 2003)

⁴⁵ De acordo com os *Censos 2001*, as taxas de analfabetismo (em pessoas com mais de 10 anos de idade sem saber ler e escrever) baixaram entre 1991 e 2001 de 7,7% para 6,3% nos homens e de 14,1% para 11,5% nas mulheres (http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_2001).

⁴⁶ A CRSE acolhe a definição de educação de adultos adotada pela Unesco (Canário, 1999)

de educação (Fragoso & Guimarães, 2010; Lima, 2005). Deste modo, a educação de adultos viu-se limitada a duas opções:

- uma modalidade de escolarização de segunda oportunidade, designada “ensino recorrente”, a qual funcionou predominantemente em escolas públicas do ensino regular e em regime noturno, alimentando-se maioritariamente de jovens que haviam revelado insucesso no ensino regular diurno;
- um tipo de formação paralelo e autónomo relativamente à educação e à formação geral, designada “formação profissional” (Lima, 2005) e apoiada por medidas de intervenção comunitária como o PRODEP I e o PRODEP II que, ao funcionar como “formação pós-escolar, dirigida a adultos pouco escolarizados e com claras finalidades de adaptação e ortopedia social” (Canário, 2006, p. 168), assumiu um significado redutor do conceito de educação permanente pela sua subjugação às finalidades do mercado.

O ensino recorrente revelou sérias dificuldades de adaptação à lógica da educação popular (Lima, 2005). Com o decorrer do tempo, aproximou-se cada vez mais da lógica do ensino regular diurno; por um lado, procurou certificar a população adulta de acordo com os níveis formais exigidos no ensino básico ou secundário regulares diurnos, e por outro lado, assumiu o objetivo de qualificar um público para aceder ao ensino superior, caminho este que veio a revelar “complexos problemas de abandono” (Lima, 2005, p. 41). Quer o ensino recorrente quer a formação profissional, sob o domínio de uma administração centralizada com o governo a assumir o protagonismo de todas as medidas, marcaram as políticas de educação de adultos desde meados dos anos 1980 até meados de 1990, período de governação da responsabilidade do Partido Social Democrata (PSD). Muitas organizações da sociedade civil foram progressivamente revelando uma preocupação crescente com a relação entre educação e empregabilidade, em linha com as orientações europeias de pendor neoliberal. Contudo, outras mantiveram o seu papel original e formas de gestão participativa promovendo através da educação de adultos a emancipação e a transformação social (Fragoso & Guimarães, 2010). Assim, a década de meados 1980 até meados de 1990 foi aquela que se distinguiu por uma “desvalorização”, “fragmentação” e “desarticulação” acentuada da educação de adultos (Canário, 1999, p. 59).

No período de 1995 a 2002, sob a governação do Partido Socialista (PS), o conceito de uma reforma *top-down* foi abandonado (Teodoro & Estrela, 2010) e foi “prometido o renascimento da educação de adultos” (Lima, 2005, p. 46). Em 1998 foi publicado um documento estratégico, elaborado a pedido do governo por uma equipa coordenada por Alberto Melo, que teve em vista o relançamento do setor. Nele propõe-se que o Estado

defina políticas, crie um sistema nacional, financie e desenvolva parcerias, combinando uma ‘lógica de serviço público’ com uma ‘lógica de programa’ e abrangendo quatro áreas

principais: a formação de base, o ensino recorrente, a educação e formação ao longo da vida, a educação para a cidadania. (Lima, 2005, p. 47)

Ou seja, o documento recomendava que fosse criado “um serviço central de credenciação e registo das entidades intervenientes em educação de adultos” que garantisse uma oferta pública, que consistia num “sistema autónomo e descentralizado dotado de ‘unidades locais’” e “centros de balanço de competências e de estruturas de validação das aprendizagens” (Lima, 2005, p. 47). Com efeito, em 1999 foi criada a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA)⁴⁷.

Os Censos 2001 mostram que mais de cinco milhões de portugueses com mais de 18 anos não possuíam o 9º ano de escolaridade e, de entre estes, 798,781 não possuíam qualquer nível de escolaridade. Além disso, as estatísticas revelam também que a percentagem mais elevada da população sem qualificação académica se registava entre a população de faixas etárias mais elevadas⁴⁸. Assim, apesar de ter aumentado na década anterior aos Censos 2001, 6%, 4,6% e 4,7% respetivamente, o número de indivíduos portadores de uma escolaridade de nove anos, ensino secundário e ensino médio ou superior, cerca de 62% da população portuguesa dos 25 aos 64 ainda possuía menos de nove anos de escolaridade e apenas 24,4% possuía habilitações de nível secundário ou superior (Vilão, Proença, & Ramos, 2004). Ainda que os níveis de certificação escolar fossem, em média, muito baixos sobretudo em comparação com os restantes países da UE, uma boa parte desta população desempenhava na sua atividade profissional funções de alguma responsabilidade. Este facto, à partida, indicia um desfasamento entre o nível habilitacional e o nível de competências dos indivíduos (Fragoso & Guimarães, 2010).

Em 2001, com base na aprendizagem decorrente de diversas experiências no campo do desenvolvimento local⁴⁹ (Melo, A. , 2005), foram criados seis centros de RVCC, tendo a ANEFA sido a entidade responsável por coordenar a implementação gradual deste tipo de políticas. Também por esta altura, foram criados os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)⁵⁰ que,

⁴⁷ O Decreto-Lei nº 387/99, de 28 de Setembro, cria a ANEFA, organismo tutelado pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade e pelo Ministério da Educação.

⁴⁸ Fonte de dados: Censos 2001, Instituto Nacional de Estatística, 2001, disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_2001, consultado em 14.08.2015.

⁴⁹ A. Melo (2005) concebe o Desenvolvimento Local como um processo global que se desenvolve localmente de forma endógena, criando sinergias entre os atores locais, num processo negociado com outros atores e outros territórios com vista à valorização das pessoas e dos recursos materiais desse local/região/território. Ou seja, num processo de Desenvolvimento Local o objetivo é a satisfação de necessidades, ao invés da criação e reprodução do lucro monetário; e, neste sentido, estes processos de Desenvolvimento Local são processos contra-hegemónicos, pois procuram contrariar ou oferecer uma certa resistência à “mundialização” (p. 102) da economia financeira que já não tem como centro o valor de uso mas o valor de transação, o valor de troca e o valor monetário e que se pretende impor nos seus princípios, “no seu catecismo financeiro, como ideologia única” (p. 105).

⁵⁰ O Despacho conjunto nº 1083/2000, de 20 de novembro, regulamenta o funcionamento destes cursos.

sob a responsabilidade da ANEFA, pretendiam assegurar uma outra vertente de educação e preparação do cidadão, quer em termos do seu desenvolvimento pessoal quer enquanto formação para o trabalho, à semelhança do que muitos grupos e associações vinham fazendo no âmbito do Desenvolvimento Local (Melo, A. , 2005). As orientações emanadas no documento de trabalho que havia sido elaborado em 2000 pela Comissão das Comunidades Europeias, designado *Memorando sobre a ALV*, estabelecia como objetivo, no âmbito da valorização da aprendizagem, “Melhorar significativamente a forma como são entendidos e avaliados a participação e os resultados da aprendizagem, em especial da aprendizagem não-formal e informal” (Comissão das Comunidades Europeias, 2000, p. 17). Desta forma, atribuía-se relevância ao reconhecimento, validação e certificação das aprendizagens não formais e informais adquiridas pelos indivíduos ao longo da vida, alargando o âmbito das práticas consideradas nas intervenções políticas em educação de adultos. Argumenta-se aliás, neste âmbito, que importa que as políticas públicas considerem e privilegiem as interligações entre o contexto escolar e outros contextos de aprendizagem não-escolares (Fragoso & Guimarães, 2010).

De facto, desde aí o seguinte conjunto de intenções passou a ser partilhado pelos diversos Estados-membros: (a) oferecer uma segunda oportunidade de qualificação àqueles que não haviam concluído a sua escolaridade com sucesso; (b) elevar o nível de qualificação da população de modo a poder enfrentar a crise económica e manter-se ativa no mercado de trabalho, (c) facilitar a mobilidade no emprego e na UE, (d) fomentar o desenvolvimento pessoal e profissional, e (e) melhorar os mecanismos de inserção no mercado de trabalho (Pires, 2007; 2010a).

No entender de Lima (2005), e de Fragoso e Guimarães (2010), não obstante as importantes realizações da ANEFA, as competências e os recursos que lhe foram atribuídas, a educação de adultos sofreu no período de governação socialista liderado por António Guterres (1995-1999 e 1999-2002) as influências da lógica subjacente às necessidades de ajustamento aos imperativos globais da modernização e da produtividade—reduzindo-a, em boa parte, à formação e à qualificação numa lógica de eficiência e efetividade—as quais se sobrepuseram ao discurso preliminar promissor de uma efetiva política de desenvolvimento da educação de adultos (Fragoso & Guimarães, 2010; Lima, 2005).

Com efeito, a ANEFA apenas concretizou 2 das dez propostas apresentadas no estudo coordenado por Alberto Melo e nenhuma era primordial (Fragoso & Guimarães, 2010). Assim, quer as suas realizações ficaram muito aquém do preconizado, quer uma “estrutura minimalista” tomou o lugar do modelo institucional idealizado com base no estudo elaborado pela Universidade do Minho; as “lógicas modernizadoras, de simples indução e, especialmente, de qualificação de recursos humanos, subordinadas à empregabilidade e à aquisição de competências para competir” predominaram (Lima, 2005, p. 48). À ANEFA coube apenas a definir as regras e a assumir o estatuto de mediadora, pois foram as organizações da sociedade civil que existiam no terreno que desenvolveram os processos de RVCC e implementaram os cursos EFA (Fragoso & Guimarães,

2010). Neste sentido, como estes autores sublinham, a ANEFA desenvolveu um papel estruturalmente contraditório, pois não só evidenciou a dificuldade em delimitar o papel do Estado como contrariou a missão das organizações da sociedade civil ao utilizá-las como veículos de políticas públicas.

A partir de 2002 até 2004, com a governação do PSD e do Partido Popular, a tendência anteriormente observada acentuou-se. Deste modo, a educação de adultos deu efetivamente lugar, na prática e no discurso, à formação vocacional e à qualificação ao longo da vida: “o paradigma vocacional, a formação profissional e a ideologia das competências são apresentados como solução para o ‘atraso’ do país” (Lima, 2005, p. 49); ou seja, é através da educação de adultos com um pendor vocacional e profissionalizante que se preconiza a resolução de grande parte dos problemas diagnosticados no plano da educação de adultos (Fragoso & Guimarães, 2010). Assim, em oposição a um entendimento da educação de adultos com fortes valências humanistas, democráticas e cidadãs que estava subjacente à educação popular, passou a ser proporcionada uma formação técnico-profissional e um ensino recorrente para jovens-adultos; reclamou-se o cidadão competente, qualificado, apto, competitivo e empreendedor, “numa lógica de mercado e de subordinação da educação a orientações pragmáticas, de empregabilidade, de emulação e de competitividade económica” (Lima, 2005, p. 49).

Neste contexto, o número de centros RVCC aumentou e muitas organizações da sociedade civil financiadas por fundos da UE mantiveram a sua oferta de processos de RVCC e de cursos EFA. Sublinhe-se, porém, que aos centros RVCC foram impostos objetivos quantitativos no que respeita ao número de adultos inscritos e certificados, tendo passado a ser exercido um controlo apertado que implicava uma monitorização e avaliação do centro, exigindo uma maior formalização de todo o processo (Fragoso & Guimarães, 2010).

Apesar do aumento significativo da escolaridade dos portugueses, em 2003 não chegava a 20% a quantidade de adultos com idades compreendidas entre os 45 e os 54 anos que possuíam uma escolaridade mínima de nível secundário. Mas, já se encontrava perto dos 40 a percentagem de adultos entre os 25 e os 34 anos que possuíam, no mínimo, o nível secundário de escolaridade. No entanto, ainda se verificavam valores médios percentuais elevados de jovens entre os 20 e 24 anos que se encontravam fora do sistema educativo sem terem completado o nível secundário, mantendo Portugal ainda numa posição bastante desfavorável relativamente aos restantes países da OCDE (http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/education/education-at-a-glance-2005_eag-2005-en, consultado em 05.09.2013). Esta situação reflete, em parte, o resultado do desenvolvimento “intermitente” (Lima, 2011, p. 32) das políticas de educação e formação de adultos desde a revolução de abril de 1974, no decorrer do qual períodos de forte investimento neste domínio alternaram com etapas de significativo desinvestimento nesta mesma esfera.

3.3 Momentos marcantes do ensino secundário em Portugal até 2004

O ensino secundário em Portugal foi objeto de reformas sucessivas. À reforma de Passos Manuel, em 1836, que criou o liceu e definiu um plano curricular comum sucederam-se oito reformas até ao virar do século. No entanto, só em 1895 foram formulados os objetivos do ensino secundário e dos liceus oficiais; nestes últimos ministravam-se os cursos gerais e complementares, os quais consistiam no desenvolvimento do espírito dos alunos e na sua preparação para frequentar escolas superiores. O primeiro quarto do século XX foi marcado por um reforço da generalização das escolas comerciais e industriais e por reformas sucessivas essencialmente no plano curricular (Pacheco, 2001).

Durante o período de vigência do Estado Novo sucederam-se mais seis reformas que, exceptuando a de 1968, tinham como objetivo encontrar a melhor forma de “moldar e criar a consciência nacional, de acordo com a triologia Deus-Pátria-Família” (Pacheco, 2001, p. 181). Stoer, Stoleroff, e Correia (1990) distinguem, durante este período, dois mandatos diferentes para a educação: por um lado, concordando com Pacheco, identificam uma primeira fase, entre 1926 e 1945, em que as políticas educativas procuraram, de facto, contribuir essencialmente a nível ideológico para o desenvolvimento nacional; mas, por outro lado, assinalam que as reformas que vigoraram entre 1945 e 1968 procuraram essencialmente fornecer um contributo predominantemente económico, que Palma et al. (2003, p. 21) interpretam como um “processo de acomodação” à realidade socioeconómica do pós-guerra⁵¹.

Dos vários aspetos que foram objeto de reforma neste período destacam-se:

- a adoção do regime de estudos por disciplinas na reforma de 1936⁵², sob o argumento que o regime de classe era o “responsável ‘pela lastimável impreparação dos alunos’” (Pacheco, 2001, p. 182);
- a separação entre a via liceal “mais elitista” e o ensino técnico (Palma et al., 2003) o qual tinha como objetivo suprir as necessidades de qualificação de mão de obra destinada à indústria e ao comércio, mas era entendido pelo poder político como “uma forma de limitar as expectativas sociais das classes mais baixas” (Almeida, 2011, p. 107) ;
- a promoção e o desdobramento em secções do ensino técnico-profissional “para resolver o problema da superpopulação dos liceus” (Pacheco, 2001, p. 182), resolução que acelerou o crescimento do ensino secundário (Stoer, Stoleroff, & Correia, 1990);

⁵¹ “Em 1955 o Ministro da Educação reconhece a necessidade de formar mão-de-obra qualificada e diversificada para responder às exigências do avanço da técnica surgido após a IIª Guerra Mundial” pelo que a aposta é na formação profissional (Palma et al., 2003, p. 21). Esta nova relação entre a educação e a economia levou posteriormente à elaboração do Projecto Regional do Mediterrâneo, iniciando-se pela primeira vez uma fase de colaboração com organizações internacionais, nomeadamente a OCDE (Palma et al., 2003).

⁵² O regime de classe é reintroduzido no curso geral na reforma de 1947.

- a criação do ensino preparatório, em 1967, em resultado da fusão dos dois primeiros anos dos ensinos liceal e técnico (Palma et al., 2003);
- o facto de a reforma introduzida em 1968 se ter mantido em vigor, em termos curriculares, até 1979 (Pacheco, 2001).

O período que se seguiu à reforma de 1968, que inclui a reforma de Veiga Simão de 1970-1973⁵³, denota um incremento progressivo de preocupações relacionadas com questões de legitimação, democratização do ensino e igualdade de oportunidades, e com a promoção do desenvolvimento económico e social. Durante o período de “renovação ideológica” (Stoer et al, 1990, pp. 13, 14)—de 25 de abril de 1974 até finais de 1975—, e o de “normalização” (Stoer et al, 1990, p. 14) que se seguiu—desde 1976 até 1980-1981—procurou-se combater o papel da escola na reprodução das desigualdades sociais; não obstante, a relação da escola com o mundo do trabalho manteve-se presente, ainda que, na perspetiva de uma relação ampla e não como mera relação de adequação técnica ao mundo empresarial (Correia, Stoleroff, & Stoer, 1993/2012; Stoer et al, 1990). Assim, de entre as medidas adotadas após a revolução de abril de 1974 destacam-se:

- a extinção do ensino comercial e industrial e a unificação dos ensinos liceal e técnico;
- a criação do serviço cívico estudantil e posterior substituição pelo ano propedêutico;
- a organização do curso complementar do ensino unificado em cinco áreas de estudo que incluíam, além de um tronco comum, uma componente de formação específica e outra de formação vocacional.

Do ponto de vista de Stoer et al (1990, pp. 13, 16) “a política educativa portuguesa na década de 80 foi fértil na produção de programas e iniciativas segundo o ‘novo vocacionalismo’”⁵⁴, argumentando os autores que a ligação entre a educação e a democracia, enquanto eixo dominante da política educativa, foi substituída “por uma outra ligação, mais restrita, entre a escolaridade e a sua relevância para o mercado do trabalho”. Face à integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986, esta foi uma época que se caracterizou por uma maior aproximação das políticas educativas nacionais às orientações europeias conduzindo ao reforço de uma autonomia regulada supranacionalmente. Aliás, o *Relatório do Exame da Política Educativa de Portugal*, realizado pela OCDE, teve o seu papel na obtenção de consensos em torno de algumas medidas vocacionalistas que foram tomadas por governos de cariz social-democrata na segunda metade dos anos oitenta, embora, como Afonso (2002a, p. 36) sublinha, de uma forma “não

⁵³ Face ao golpe militar de 25 de abril de 1974 esta reforma não chegou a ser totalmente implementada (Palma et al., 2003).

⁵⁴ Como exemplo deste tipo de iniciativas podemos considerar o Sistema de Formação Profissional em Regime de Alternância, criado em 1984 pelo Decreto-Lei n.º 102/84, de 24 de março, que procurou “assegurar a transição dos jovens do sistema de ensino para o mundo do trabalho, respeitando a vocação e as capacidades de cada um”, mas que atraiu “sobretudo jovens marcados pelo insucesso” que procuravam uma formação que lhes facilitasse a inserção no mercado de trabalho (Almeida, 2011, p. 109).

particularmente pressionada por fatores externos”. Nesse Relatório acentua-se a desadequação dos conhecimentos, qualificações e atitudes dos estudantes e apresenta-se como inevitável o reforço da relação da educação com a economia, dando conta da necessidade de: (a) “dar prioridade absoluta à formação vocacional na educação”, (b) implementar um ensino prático, e (c) iniciar a formação prática antes do 10º ano de escolaridade (Stoer et al, 1990, p. 24).

Em conformidade com estas recomendações e com a proeminência que adquiriram os diversos apelos à necessidade de modernização, o discurso sobre a escola democrática que havia sido desenvolvido ao longo da década de 1980 foi progressivamente desaparecendo da retórica. Abriu-se, assim, espaço para a implementação de um conjunto de políticas em consonância com as prioridades do novo *mandato*, designadamente a criação de uma “via técnico-profissional” opcional à “via ensino”⁵⁵, visando essencialmente preparar os jovens para o mundo do trabalho, e a remodelação do ensino artístico (Stoer et al, 1990).

Em 1993-1994, após um período de funcionamento em regime experimental entraram em vigor os cursos tecnológicos⁵⁶ ocupando o lugar dos cursos técnico-profissionais. Em 1989, na sequência da publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo e dos trabalhos da CRSE, foi implementada uma Reforma que introduziu novas mudanças, das quais se destacam as seguintes:

- a introdução de um novo plano de estudos para o ensino secundário;
- a redefinição da rede de escolas secundárias que passaram a oferecer cursos gerais, predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos, e cursos tecnológicos predominantemente orientados para a vida ativa;
- a possibilidade dos jovens que haviam completado o 9º ano de escolaridade obterem uma certificação equivalente ao 12º ano através da frequência nos centros de formação profissional de cursos de formação em alternância;
- a criação das primeiras escolas profissionais, como alternativa à formação e aos cursos nas escolas secundárias⁵⁷, que obedeciam a modelos pedagógicos e de progressão diferentes dos cursos gerais ou tecnológicos das escolas secundárias.

Estas escolas profissionais, de iniciativa local—câmaras municipais, empresas, instituições sociais, fundações, etc.—, possuíam uma gestão própria e funcionavam sob a forma de contratos-programa que estabeleciam com o Estado, ou seja, com os Ministérios da Educação e do Trabalho e, a partir de 1992, exclusivamente com o Ministério da Educação (Azevedo, 2003). Deste modo, as escolas profissionais criadas nesta fase surgiram no âmbito da redefinição do papel do Estado na

⁵⁵ Estes são dois exemplos de políticas que vieram a ser enquadradas na Lei de Bases do Sistema Educativo.

⁵⁶ Estes cursos haviam sido criados pelo Decreto-Lei nº286/89, de 29 de agosto.

⁵⁷ O Decreto-Lei nº 26/89, de 21 de janeiro cria as escolas profissionais “como um subsistema de formação não-regular com o objetivo de dar resposta às necessidades locais e regionais” (Almeida, 2011, p. 109).

educação e de uma maior intervenção da sociedade civil na construção das políticas educativas, sendo um exemplo da emergência da ideologia neoliberal na política educativa; todavia, pelo facto de ter competido ao Estado “um papel extremamente importante e decisivo na génese e desenvolvimento das escolas profissionais”, apesar de a ênfase ter sido colocada na iniciativa local, Afonso (2002a, p. 55) considera-as um exemplo da “política educacional híbrida” que emergiu em Portugal entre meados dos anos oitenta e meados dos anos noventa.

De acordo com a investigação realizada por Azevedo (2003, p. 6), entre 1985 e 1995 o número de jovens a frequentar cursos de nível secundário duplicou; o autor atribui este acréscimo à existência de outras modalidades cuja procura foi aumentando em detrimento das opções por cursos da “via ensino” e por “cursos gerais”.

Na sequência da revisão curricular do ensino secundário, em 1997 e 1998, o secundário passou a contemplar “dois percursos de formação claramente diferenciados” (Almeida, 2011, p. 111). Além disso, os cursos tecnológicos integraram no seu elenco curricular o Projeto Tecnológico e viram a sua componente técnica e tecnológica aumentada em 30 % da carga horária.

Contudo, em 2001, apenas 23,4% do total dos alunos do ensino secundário frequentava as vias vocacionais, ao passo que a média dos países da UE se situava em 60% (Pereira et al., 2011). Por outro lado, registavam-se grandes diferenças nos níveis de rendimento escolar entre os vários tipos de cursos; os cursos gerais e os cursos tecnológicos, acima de tudo estes últimos que eram lecionados nas escolas secundárias, registavam maiores índices de insucesso⁵⁸ (Azevedo, 2003). Por sua vez, as escolas profissionais apresentavam níveis de rendimento bastante superiores aos das escolas secundárias. As razões apontadas por este autor (Azevedo, 2003, pp. 24, 25) para esta situação prendem-se: (a) com a reduzida dimensão das escolas profissionais que permitiam “um acompanhamento mais individualizado dos seus alunos”; (b) com o sistema de organização modular do currículo, com o próprio plano curricular e respetivos conteúdos; (c) com o sistema de certificação que não obrigava a avaliação externa, a não ser para o prosseguimento de estudos superiores; (d) com o regime de administração e gestão que conferia maior autonomia às escolas profissionais; e (e) com a estreita ligação à comunidade e às empresas.

A Declaração de Copenhaga de 2002, realizada no âmbito da cooperação europeia na área da educação e formação profissional, comprometeu os Estados-membros a reforçarem a componente de formação profissional e a considerá-la uma prioridade quer para a concretização de um mercado de trabalho europeu⁵⁹ e de uma economia competitiva, quer como forma de atrair mais jovens para

⁵⁸ De acordo com Azevedo (2003, p. 9) “quase um em cada quatro jovens abandona as escolas secundárias logo no 10º ano e, dos sobreviventes, mais 8% abandona no 11º ano” embora, como o autor afirma, alguns prosseguissem estudos no ensino privado ou em escolas profissionais.

⁵⁹ Simultaneamente propuseram-se a introduzir mecanismos de transparência semelhantes aos adotados no processo de Bolonha (The Copenhagen Declaration, retirado de http://ec.europa.eu/education/pdf/doc125_en.pdf, em maio de 2013).

o ensino e formação; conseqüentemente, tinha também em vista aumentar as taxas de escolarização na e da UE (Pereira et al., 2011). Neste sentido, o programa do XV Governo Constitucional liderado por Durão Barroso (2002-2004) anunciou um conjunto de linhas orientadoras para uma reforma do ensino secundário. O Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março, um dos documentos estruturantes desta reforma, redefiniu a oferta pública de nível secundário e alargou o funcionamento dos cursos profissionais às escolas secundárias. Contudo, em 2005, o número de escolas profissionais era ainda reduzido e estava longe de cobrir todo o país e suprir todas as necessidades; como consequência, mais de metade da procura não era satisfeita (MTSS & ME, s.d.).

3.4 A Iniciativa Novas Oportunidades

A partir de março de 2005 a responsabilidade da governação de Portugal coube ao XVII Governo Constitucional de maioria parlamentar de PS e primeiro-ministro José Sócrates. O ensino secundário encontrava-se, nessa altura, estruturado em cinco cursos científico-humanísticos e diversas vias profissionalizantes de dupla certificação que se distribuía em cursos tecnológicos, cursos profissionais, cursos de aprendizagem, cursos de educação e formação, cursos do ensino artístico e cursos de especialização tecnológica.

Nas três décadas anteriores, em matéria de educação e formação, haviam sido feitos progressos substanciais, mas persistia o insuficiente nível de qualificação da população portuguesa quando comparado com grande parte dos países da UE e da OCDE. Sendo assim, do ponto de vista do XVII Governo, impunha-se uma intervenção política sustentada de modo a, utilizando as palavras do seu primeiro-ministro, “acelerar fortemente a qualificação dos portugueses, tendo em vista a convergência com os países mais desenvolvidos” (MTSS & ME, s.d., p. 2). Além disso, como se teve oportunidade de referir, a ALV foi assumida na reformulação do Programa de Educação e Formação 2010 como um dos vetores fundamentais na produção de uma força de trabalho mais produtiva e competitiva enquanto única via para atingir os objetivos da Agenda de Lisboa. Neste sentido, Portugal procurou adotar um conjunto de medidas que considerou estarem em conformidade com o seu contexto interno, com as orientações do *Memorando sobre a ALV*, bem como com todos os compromissos assumidos no âmbito do processo de construção de um Espaço Europeu de Educação, designadamente com a Declaração de Copenhaga de 2002.

Assim, em finais de 2005, o XVII Governo define então uma nova estratégia nacional para a educação e formação, inserida no âmbito do Plano Nacional de Emprego e do Plano Tecnológico

(PT), e implementa o programa INO⁶⁰ que teve como desígnio elevar o patamar de qualificação generalizada dos portugueses para o nível do ensino secundário.

A solidez do processo de modernização do país depende essencialmente de vencermos a batalha da qualificação. [...] Em conjunto com uma nova geração de políticas de formação contínua, que visa alargar a participação de activos e PME's em processos de qualificação, a Iniciativa Novas Oportunidades constitui um pilar fundamental das políticas de emprego e formação profissional para os próximos anos. (MTSS & ME, s.d., p. 2)

Assente em duas vertentes, uma dedicado aos jovens (eixo Jovem) e outra aos adultos (eixo Adultos), a estratégia visada tinha como pressuposto uma relação positiva forte entre o investimento na produção de capital humano e o emprego, a economia, o atenuar das desigualdades sociais e a intensificação da coesão social, como, aliás, se pode ler no excerto seguinte que consta do diploma da Reforma do Ensino Profissional:

A importância do investimento em capital humano decorre do seu reconhecido contributo para o crescimento económico, para o emprego e para a coesão social, benefícios que têm uma tradução colectiva no nível de desenvolvimento e coesão da sociedade como um todo, bem como uma tradução individual por via das oportunidades de melhoria da qualidade de vida que proporcionam. O contributo do investimento em capital humano para o crescimento económico, medido através da evolução do PIB, da produtividade ou da competitividade, é particularmente significativo. (Resolução de Conselho de Ministros nº173/2007, de novembro, Diário da República, 1ª série—Nº214, p.8136)

Neste âmbito, a INO enfatiza a ideia de ALV assumindo-a como um vetor fundamental na produção de uma força de trabalho mais produtiva e competitiva. Estes posicionamentos podem ser interpretados como um entendimento circunscrito das ideias e práticas de educação e formação, privilegiando uma perspectiva instrumental do diploma escolar enquanto processos que visariam, essencialmente, a preparação de profissionais para o mercado de trabalho (Alves, M., 2010a; Fragoso & Guimarães, 2010).

De modo a implementar a INO foi criada a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), enquanto instituto público “integrado na administração indireta do Estado” (Almeida, 2011, p. 116)

⁶⁰ A INO, lançada e concretizada por dois Ministérios—Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social—“foi apresentada publicamente no dia 14 de dezembro de 2005” (Almeida, 2011, p. 116).

e tutelada pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) e Ministério da Educação (ME)⁶¹. Esta política pública adotou, em termos financeiros, uma lógica de candidatura; ou seja, quer as entidades públicas quer as entidades privadas, interessadas em criar Centros de Formação no âmbito da INO, teriam de se candidatar a financiamento. Assim, no plano financeiro, as estratégias assentaram financeiramente, em grande parte, no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) 2007-2013, através do Programa Operacional Temático Potencial Humano (POPH). Este organismo, ANQ, desenvolveu a sua atividade em estreita colaboração com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e foi, até dezembro de 2012, a entidade responsável pela coordenação da INO a nível nacional⁶², nomeadamente no que respeita: (a) à gestão da rede de ofertas de educação e formação; (b) à gestão do Sistema Nacional de Qualificações⁶³ de acordo com os princípios de qualificação Europeus; e (c) à gestão do Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Formativa, designada plataforma SIGO.

3.4.1 O eixo de ação Adultos

No eixo de ação Adultos a INO elegeu como seu público-alvo os adultos desempregados ou desfavorecidos no mercado de trabalho e os ativos que, embora estivessem a trabalhar, tinham uma situação precarizada por deterem um baixo nível de qualificação. A INO tinha subjacente que a população portuguesa estava subcertificada⁶⁴. Ou seja, nível de escolaridade da população ativa não correspondia ao nível de competências que manifestavam profissionalmente, defendendo-se que as pessoas possuíam competências adquiridas em contextos exteriores aos sistemas educativos que não eram reconhecidas ou não estavam certificadas⁶⁵. O excerto seguinte, que consta do documento de apresentação do programa INO, sublinha a gravidade do problema:

⁶¹ No âmbito da nova lei orgânica do ME—Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro—e no contexto da Reforma do Ensino Profissional, o Decreto-Lei n.º 276-C/2007, de 31 de julho aprova a estrutura orgânica da ANQ que substituiu a Direção Geral de Formação Vocacional.

⁶² No âmbito de uma nova fase da reforma da Administração Pública (Decreto-Lei n.º 125/2011, de 29 de dezembro) a ANQ veio a dar lugar à Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP).

⁶³ O Sistema Nacional de Qualificações (Decreto-Lei n.º 396/2007, de 31 de dezembro) consagra como principais instrumentos: o Catálogo Nacional de Qualificações, o Sistema de RVCC e a Caderneta Individual de Competências.

⁶⁴ Na Resolução do Conselho de Ministros n.º 173/2007, de 7 de novembro (Diário da República, 1ª série, N.º 214) é afirmado o seguinte:

Na verdade, paralelamente aos défices de qualificação, Portugal apresenta também claros défices de certificação, isto é, às competências que os indivíduos efectivamente dispõem (adquiridas por via formal ou informal, em contexto profissional ou outro) muitas vezes não corresponde uma efectiva certificação. Esta é uma realidade importante quer numa perspectiva individual quer para o desenvolvimento do mercado de emprego, pois gera uma elevada opacidade das reais qualificações disponíveis. (p. 8141)

⁶⁵ A. Melo (2003) refere que parte do problema da subqualificação e subcertificação da população adulta devia-se ao facto de Portugal “possuir um sistema de educação e formação de adultos inadequado, mas

Cerca de 3.500.000 dos actuais activos têm um nível de escolaridade inferior ao ensino secundário, dos quais 2.600.000 inferior ao 9.º ano. Cerca de 485.000 jovens entre os 18 e os 24 anos (i.e., 45% do total) estão hoje a trabalhar sem terem concluído 12 anos de escolaridade, 266.000 dos quais não chegaram a concluir o 9.º ano. [...] Precisamos de uma intervenção política, focada, determinada, continuada e em ritmo acelerado nesta área, sem a qual não é possível alcançar uma sociedade plenamente desenvolvida em todas as suas dimensões. (MTSS & ME, s.d., p. 6)

Este ponto de vista justificou a urgência em acelerar os processos de reconhecimento, validação e certificação das aprendizagens não-formais e informais adquiridas pelos indivíduos ao longo da vida que já vinham sendo implementados desde 2001. Deste modo, a valorização do conhecimento adquirido por vias não formais e informais, que era defendido numa perspetiva educativa, foi transposto para a política. Neste sentido, a INO apostou na diversificação de percursos para alcançar determinadas certificações académicas, pelo que as ofertas previstas no âmbito do eixo Adultos, incluíam:

- o sistema de RVCC que, por um lado, permitia o reconhecimento e a validação de competências pessoais e profissionais alcançadas em contextos informais e não formais. Em termos metodológicos as competências eram reconhecidas através de uma abordagem autobiográfica, do Portefólio Reflexivo e do Balanço de competências, tendo por base um Referencial de Competências-Base de nível básico ou secundário. Estes processos conduziam à obtenção de uma certificação escolar ou profissional, enquanto, por outro lado, possibilitava a identificação das necessidades de formação, permitindo ao CNO o encaminhamento dos adultos, nomeadamente para percursos de formação nos cursos EFA;
- os cursos EFA escolares ou de dupla certificação que se incluíam um módulo respeitante a um processo de reconhecimento dos conhecimentos e das competências assentavam num modelo curricular se baseava “numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida e um currículo pensado para promover a (re)inserção sócio-profissional e a melhoria das qualificações” (Almeida, 2011, p. 127);

também a um sistema de certificações escolares e profissionais particularmente rígido e elitista”, dando como exemplo, “a oferta existente a partir de organizações privadas - de natureza cívica e solidária” ser “geralmente eficaz, adequada e frequentemente integrada em processos de desenvolvimento local” mas não permitir que os participantes recebam “um certificado formalmente reconhecido e válido para equivalência com diplomas oficiais”. Todavia este não é um aspeto consensual. Por exemplo, Canário et al (2012) contestam a hipótese de a população portuguesa estar subcertificada à data da criação da INO, remetendo para um estudo da iniciativa do Conselho Nacional de Educação, publicado em 1996 por Ana Benavente.

- as Formações Modulares a que correspondiam unidades de formação de curta duração (25 ou 50 horas) que tinham por base os referenciais de formação dos cursos inseridos no Catálogo Nacional de Qualificações (Almeida, 2011);
- a possibilidade, sob determinadas condições, de jovens adultos que possuíam percursos incompletos em cursos secundários entretanto extintos, obterem uma equivalência ao 12º ano através da frequência de Unidades de Formação de Curta Duração constantes no catálogo Nacional de Qualificações ou da realização de exames nacionais⁶⁶ a partir de 2007.

O ensino recorrente de adultos, organizado por disciplina e frequentado em regime presencial ou não presencial, foi mantido como oferta escolar, mas com uma expressão residual estando preconizada na época a sua eventual extinção. A ideia presente no documento de apresentação da INO era a de reorganizar este modelo de ensino recorrente, “passando a assegurar-se uma resposta formativa baseada no formato dos cursos de Educação e Formação de Adultos [...] prevendo-se, todavia, a manutenção de respostas de nível de secundário ajustadas ao prosseguimento de estudos” (MTSS & ME, s.d., p. 22).

Na medida em que a INO assentava na ideia veiculada pelas orientações europeias que o investimento na qualificação das pessoas era a chave para a produtividade e para o crescimento da economia (Fragoso & Guimarães, 2010), o seu principal objetivo nesta vertente foi a qualificação de base da população adulta e, por conseguinte, as medidas anunciadas procuravam diminuir o défice de certificação escolar dos indivíduos que haviam ingressado na vida ativa com baixos níveis de escolaridade (MTSS & ME, s.d., p. 5). Assumindo a meta geral de qualificar um milhão de adultos ativos até 2010, o Governo estabeleceu objetivos e metas físicas, bem como estipulou um conjunto alargado de medidas a implementar. Desse conjunto de objetivos, metas e medidas destacam-se:

- incrementar dos cursos EFA de dupla certificação de nível básico e secundário, de modo a abranger cerca de 350,000 adultos até 2010;
- implantar uma rede de Centros Novas Oportunidades (CNO) que incorporaram e alargaram a rede de centros de RVCC existente desde 2001, criando até 2010, com a abertura de centros em escolas secundárias, em centros de formação do IEFP, em empresas e em estruturas ministeriais, uma rede nacional de 500 CNO, seis dos quais se destinavam a um público com necessidades específicas das pessoas com deficiência;
- implementar um sistema de certificação de qualidade regido por padrões internacionais, procurando garantir, até 2010, a certificação de competências a pelo menos 650,000 adultos,

⁶⁶ O Decreto-Lei nº 357/2007, de 29 outubro, regulamenta as vias de conclusão do nível secundário de educação de cursos extintos (Diário da República, 1ª série — Nº208).

tendo como meta que em 2010 estivessem a ser emitidos cerca de 75,000 diplomas conferentes de habilitação escolar de nível básico e 125,000 de nível secundário;

- alargar o referencial de competências, definido a nível nacional, com vista a assegurar o processo de RVCC (escolar e profissional) e promover os cursos EFA de secundário;
- realizar uma campanha de informação e sensibilização nos média⁶⁷ com vista a “promover a valorização social do investimento em educação e formação de adultos, numa óptica de aprendizagem ao longo da vida, e em particular do mecanismo de reconhecimento de competências como oportunidade de certificação e reforço das aprendizagens” (MTSS & ME, s.d., p. 23).

Com vista ao cumprimento e monitorização das metas fixadas, e apesar dos processos de RVCC não terem um tempo de duração predeterminado, a ANQ e o POPH contratualizavam anualmente com os CNO metas quantitativas respeitantes ao número de alunos inscritos, ao número de encaminhamentos e número de adultos certificados (Almeida, 2011, p. 224).

Em 2001 haviam sido implementados seis centros de RVCC (Fragoso & Guimarães, 2010), mas em 2005 existiam já 98 (http://www.oei.es/quipu/portugal/novas_oportunidades.pdf, consultado em 10.01.2010). Estes centros, em 2007, passaram a integrar a rede de CNO sob a responsabilidade da ANQ. Aos CNO cabiam as seguintes atribuições⁶⁸:

- encaminhar os adultos para ofertas de educação e formação que melhor se adequavam ao seu perfil e às suas necessidades e expectativas;
- proceder ao RVCC considerando as competências desenvolvidas ao longo e ao largo da vida visando o posicionamento dos adultos em percursos de qualificação ou a obtenção de um nível escolaridade e de qualificação;
- desenvolver ações de formação complementar e/ou promover cursos correspondentes a saídas profissionais, em domínios para os quais o CNO estava devidamente habilitado.

Com o XIX Governo Constitucional, de coligação entre PSD e Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS-PP), a política de educação de adultos entrou numa nova fase; os CNO deixaram gradualmente de receber financiamento conduzindo a que muitos encerrassem. A 28 de março de 2013, a Portaria nº135-A extinguiu os CNO e regulamentou a criação e o regime de organização e funcionamento dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP), com vista à sua abertura a partir de setembro de 2013.

⁶⁷ Foram realizadas oito campanhas mediáticas (Carneiro et al., 2010).

⁶⁸ A Portaria nº 370/2008, de 21 de maio, regula a criação e o funcionamento dos CNO, incluindo o encaminhamento para formação e o RVCC (Diário da República, 1.ª série — N.º 98)

3.4.2 O eixo de ação Jovem

O eixo de ação Jovem inseriu-se no âmbito do compromisso de cooperação europeia em matéria de ensino e formação profissional⁶⁹ assumido por Portugal na Declaração de Copenhaga, em 2002, no sentido de considerar o ensino e a formação profissional no espaço europeu, como aspeto fundamental para o mercado e para uma economia europeia competitiva. Assim, Portugal propôs-se melhorar o desempenho, a qualidade e a atratividade do ensino e da formação profissionais. Com as medidas a implementar na vertente dos jovens pretendia-se “adequar a oferta formativa do secundário às expectativas dos jovens” tendo em vista a redução do insucesso e do abandono escolar que, segundo, Rodrigues⁷⁰ (2010, p. 95) “vinham a produzir efeitos acumulados dramáticos”. Enquadrava-se, portanto, na estratégia de “diversificar os sistemas de ensino e garantir a atratividade das vias vocacionais” (Pereira et al., 2011, p. 3), com o objetivo de inverter a tendência do número de jovens que não haviam concluído o ensino secundário e simultaneamente valorizar as aprendizagens proporcionadas por este nível de ensino. A aposta foi feita na oferta de formações de dupla certificação, ou seja, na educação profissionalizante, compreendendo as seguintes modalidades:

- ao nível do 12º ano: cursos tecnológicos, cursos profissionais, cursos de aprendizagem, cursos de educação e formação (CEF), cursos do ensino artístico especializado e cursos de especialização tecnológica;
- ao nível do 9º ano: cursos profissionais, cursos de aprendizagem e CEF.

As metas estabelecidas no programa consistiam em atingir, em 2010, 50% de vagas em vias profissionalizantes, no total de vagas ao nível do ensino secundário, de modo a envolver mais de 650 mil jovens em cursos técnicos e profissionais, e garantir que, até 2010, fosse proporcionado a todos os jovens em risco de abandonar o sistema de ensino a inserção em vias profissionalizantes que permitissem concluir a escolaridade obrigatória (MTSS & ME, s.d.).

Com vista a alcançar estas metas foram fixados objetivos específicos e considerado um amplo conjunto de medidas a prosseguir (MTSS & ME, s.d.), nomeadamente:

- integrar os jovens em risco de abandono precoce do sistema de ensino em cursos profissionais, em cursos do sistema de aprendizagem ou em CEF, com vista à conclusão do 9º ano⁷¹;
- alargar a oferta do ensino profissional⁷²;

⁶⁹ A aposta numa dimensão europeia para o ensino e formação profissional vem a ser, em 2004, reiterada e reforçada no Comunicado de Maastricht (Comunicado de Maastricht, 2004, retirado de http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc/vocational/maastricht_es.pdf, em 19.12.2013)

⁷⁰ Maria de Lurdes Rodrigues foi Ministra da Educação durante o XVII Governo Constitucional (2005-2009).

⁷¹ Os CEF são cursos assentes em modelos flexíveis, de curta duração e ajustados a um público específico. Estes cursos seriam assegurados tanto nas escolas públicas como nos centros de formação ligados ao IEFP.

- privilegiar no plano de formação do IEFP e noutros programas de intervenção a oferta de cursos com dupla certificação⁷³;
- reforçar gradualmente a oferta de cursos de especialização tecnológica⁷⁴;
- sustentar a tomada de decisão no que se refere à estruturação da oferta de formação e reforçar a legibilidade da oferta formativa⁷⁵;
- assegurar uma gestão integrada da rede de estabelecimentos de ensino e formação com vista à eficácia da cobertura e racionalização dos recursos existentes⁷⁶;
- promover a escolarização e valorização social da escola e da formação profissional⁷⁷;
- reforçar a coerência dos cursos de natureza profissionalizante⁷⁸;
- criar condições de permeabilidade entre as ofertas e sistemas de educação e formação⁷⁹;
- criar um sistema integrado de orientação escolar e profissional⁸⁰;
- eliminar os incentivos à contratação de jovens até aos 23 anos que não tivessem concluído o 12º ano⁸¹;
- melhorar o apoio direto a situações concretas, num contexto de responsabilidade social⁸².

⁷² A reforma do ensino secundário implementada em 2004—Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março (Diário da República, 1ª série-A, Nº 73)—foi uma das várias medidas legislativas tomadas com vista a atingir este objetivo. O funcionamento dos cursos profissionais na rede pública de escolas secundárias reforçou a quantidade e diversidade da oferta de qualificação profissional com qualificação escolar de nível secundário; procurou dar resposta à procura e simultaneamente estimular essa procura.

⁷³ Procedeu-se à transição dos cursos de qualificação inicial para ofertas de dupla certificação, escolar e profissional;

⁷⁴ Procedeu-se à divulgação desta modalidade e à possibilidade da sua frequência por alunos com o 12º ano incompleto;

⁷⁵ Foi criada a plataforma SIGO;

⁷⁶ Foi criada a ANQ;

⁷⁷ Foi realizada uma campanha alargada de informação e sensibilização nos media;

⁷⁸ Segundo Almeida (2011, p. 123) “a designação natureza profissionalizante refere-se à formação contínua de activos, que visa o aprofundamento ou aquisição de conhecimentos e competências relativas ao exercício de uma determinada actividade profissional”. Ainda segundo esta autora, estes cursos de natureza profissionalizante distinguem-se dos cursos de natureza vocacional porque são cursos de dupla certificação, ou seja, “os alunos obtêm uma certificação escolar e profissional, o que possibilita tanto o prosseguimento de estudos como a inserção na vida activa”. Por sua vez, “A expressão natureza vocacional refere-se a uma formação direccionada para a inserção dos formandos na vida activa, não havendo lugar a certificação escolar e, muitas vezes até, nem profissional.” Revisão das suas estruturas curriculares e das respetivas cargas horárias.

⁷⁹ Despacho normativo nº36/2007, de 8 de outubro (Diário da República, 2ª série, Nº 193);

⁸⁰ Foi criado um referencial técnico comum e uma plataforma de trabalho comum;

⁸¹ Foram tomadas várias medidas neste sentido;

⁸² Nomeadamente a criação de CNO nas próprias empresas e estabelecimento de parcerias entre a rede de escolas públicas e empresas;

À ANQ competiu o desempenho do papel de planeamento da oferta e mobilização de atores, gestão, coordenação, regulação e dinamização do processo de expansão da rede de vias profissionalizantes⁸³, bem como da definição de prioridades a nível nacional.

3.5 Reflexão crítica sobre os principais resultados da INO

Em abril de 2010 a rede nacional de CNO era formada por 454 centros, mais de 1 milhão de adultos estava inscrito em CNO, perto de 150,000 frequentavam cursos EFA e 324,370 adultos tinham obtido uma certificação através de um processo de RVCC (Pires, 2010b). Nestas ofertas o segmento mais representado situava-se na faixa etária dos 35-44 anos, seguido do grupo de adultos entre os 45-54 anos; os jovens da faixa etária dos 18 aos 24 anos e os adultos de idades superiores a 65 anos eram os menos representados. Por outro lado, na vertente dos jovens, a percentagem de matriculados nas vias profissionalizantes era de 43%⁸⁴ em 2009/2010, um valor próximo da meta que havia sido estabelecida para 2010. De 2005 para 2009 a capacidade geral do sistema de ensino na conferência de certificação de nível secundário—considerando os cursos científico-humanísticos, cursos profissionais, CEF tipos 5 e 6, cursos artísticos especializados e cursos tecnológicos—aumentou em 22,6%, tendo os cursos profissionais contribuído significativamente para esse acréscimo; a taxa de crescimento do número de diplomados de cursos profissionais quase duplicou neste período (93,2%) (Pereira et al., pp. 15-18).

Não obstante a dificuldade da INO em captar mulheres de idades superiores a 50 anos e população adulta empregada pouco qualificada importa destacar que esta iniciativa suscitou, de um modo geral, uma forte adesão do público a que se destinava (Carneiro et al., 2010). Apesar dos autores do *Estudo de Avaliação Externa* realizado pela Universidade Católica Portuguesa sob a coordenação de Roberto Carneiro terem assinalado alguns aspetos a melhorar e desafios a ultrapassar, concluíram a INO/eixo de ação Adultos foi percecionada de um modo geral pelo público, profissionais e entidades empregadoras como “uma marca pública (de serviço)”, com valores e princípios subjacentes que incluíam “acessibilidade” (adoptando ofertas flexíveis e adaptadas aos tempos e ritmos do público-alvo), “inclusão” (valorizando cada indivíduo e a sua história de vida) e “horizontes” (reforçando a motivação para continuar a estudar e mobilizar novas competências, a auto confiança nas capacidades de cada indivíduo e a melhoria das capacidades de acompanhamento escolar dos filhos e cidadania) (Carneiro et al., 2010, p. 18).

⁸³ Os cursos do sistema de aprendizagem estavam sob a tutela exclusiva do IEF, cabendo a esta entidade quer o seu financiamento quer o seu desenvolvimento e gestão pedagógica (Almeida, 2011).

⁸⁴ Em 2010/2011 o número de jovens matriculados nas vias profissionalizantes era um pouco menor, 39,3% (<http://www.gepe.min-edu.pt>, consultado em 21.05.2013)

De entre as recomendações apresentadas salientam-se: (a) fazer evoluir a procura e a oferta, em escala, de dupla certificação⁸⁵ introduzindo uma maior ligação ao “mundo do trabalho” de modo às ofertas profissionais suscitarem maior interesse (Carneiro et al., 2010, p. 72); (b) utilizar testemunhos de ex-alunos disponíveis para ser “embaixadores” da INO como forma de atrair os cerca de 2, 2 milhões de ativos de baixas qualificações, em particular, os jovens adultos com menos de 30 anos (Carneiro et al., 2010, pp. 79-80); (c) manter o elevado nível de adaptabilidade/flexibilidade da oferta às necessidades do público-alvo e simultaneamente alargar e explorar o potencial de complementaridade das ofertas disponíveis—formações modulares certificadas, certificações parciais, unidades de formação de curta duração, cursos EFA de dupla certificação e cursos EFA escolares para adultos ativos—com vista a angariar novos públicos menos qualificados e mais relutantes em aderir espontaneamente à INO (Carneiro et al., 2010, p. 80); (d) reforçar o investimento no desenvolvimento de competências básicas em ciência e tecnologia e em língua estrangeira em estreita colaboração com o mundo do trabalho (Carneiro et al., 2010, p. 82); (e) proceder a uma análise do custo benefício da INO e monitorá-la (Carneiro et al., 2010, p. 82); e (f) reforçar a eficácia dos planos de desenvolvimento dos CNO com vista à melhoria das áreas identificadas no processo de autoavaliação (Carneiro et al., 2010, p. 83).

Todavia, um conjunto de pontos críticos, especificamente relacionados com os processos RVCC, foi assinalado designadamente por autores como Almeida (2011) e Pacheco (2009), os quais se centraram nas exigências no plano da duração temporal e no facto de o financiamento dos CNO estar dependente do cumprimento de metas quantitativas relativas ao número de inscritos, em processo de RVCC ou certificados. É que estas circunstâncias não se coadunavam com o facto de os processos RVCC não terem um tempo de duração previamente definido, colocando-se a questão da dicotomia qualidade-quantidade que Almeida (2011) refere, e o risco plausível de associação dos CNO e dos processos de RVCC ao facilitismo decorrente da possibilidade de se transformarem em “locais de certificação, ou em locais de escolarização acelerada, sem atenderem às especificidades da educação não formal e informal”, como afirma Pacheco (2009, p. 123). Partilhando deste ponto de vista, Canário et al (2012, p. 8) consideram que a INO desvirtuou “o reconhecimento de adquiridos obtidos por via experiencial representa[ou], neste programa, um objetivo em si, ou seja, um ponto de chegada, em vez de representar um ponto de partida de um novo e mais rico percurso formativo”. Por último, Almeida (2011) destaca ainda a ênfase dada aos resultados, afirmando a autora: “os números tão frequentemente referidos nos discursos políticos, funciona[ra]m como factor de descredibilização” (p. 178).

Embora não referindo concretamente a INO, Pires (2007, p. 16) havia já alertado para a possível desvalorização da função formativa em detrimento da vertente sumativa do processo

⁸⁵ A certificação escolar é a principal motivação, assinalada no relatório, da adesão à INO por parte dos adultos com baixos níveis de escolarização.

RVCC, pois os processos de aquisição de visibilidade dos saberes e das competências construídos através da experiência e noutros contextos não se compatibilizam com a procura de soluções rápidas para os problemas sociais e de competitividade, entre os quais “a procura das ‘qualificações-chave’, supostamente capazes de tornar as pessoas aptas a lidarem com a rápida mudança tecnológica e organizacional, e a sobreviverem no mercado global da competitividade”.

Relativamente à vertente dos Jovens, de acordo com o *Relatório Final*⁸⁶ coordenado por Catarina Pereira e publicado em maio de 2011, o ensino profissional parece ter demonstrado capacidade de promover mudança social. O facto de 86,1% dos diplomados dos cursos profissionais terem concluído o seu curso em três anos e apenas 6,3% o terem completado em mais do que três anos, são dados que mostram bastante conformidade com os recolhidos por Azevedo (2003) nas escolas profissionais cerca de dez anos antes. Por sua vez, mais de um terço dos jovens diplomados com um curso profissional prosseguiu estudos⁸⁷, aspeto que permitiu concluir que os cursos profissionais indiciavam também alguma capacidade para contrariar o fenómeno de reprodução intergeracional das qualificações escolares (Pereira et al., 2011, p. 114). Contudo, apesar de terem tido um papel importante para os jovens que experimentaram insucesso noutros cursos do ensino secundário (Almeida, 2011; Pereira et al., 2011), os cursos profissionais ainda eram vistos como uma oferta destinada principalmente para os jovens de famílias com menores capitais sociais e escolares (Pereira et al., 2011 p. 75), evidenciando o risco da desvalorização dos cursos profissionais associando esta modalidade formativa a um certo facilitismo (Almeida, 2011). Por isso, recomenda-se que para contrariar esta tendência seria imprescindível “conscienciar a comunidade educativa e a sociedade em geral das potencialidades e das exigências deste tipo de formação” (Almeida, 2011, p. 258).

Um outro aspeto destacado prende-se com o facto de a motivação de cariz vocacional ter apresentado valores significativamente superiores aos das motivações relacionadas com o insucesso escolar, sendo este dado “um indício de que o Ensino Profissional se está[va] a constituir nas Escolas Públicas como uma modalidade dotada de identidade própria e valorizada enquanto percurso formativo específico” (Pereira et al., 2011, p. 79). Almeida (2011) e Canário et al (2012) discordam deste ponto de vista. Na opinião Almeida “parecem continuar a existir problemas de transição entre a escola e o trabalho, mesmo no caso dos cursos profissionais, vocacionados para a inserção dos alunos no mercado de trabalho” indiciando que “os cursos profissionais parecem sofrer da mesma falta de identidade do que o ensino secundário” (p. 235). Segundo Canário et al (2012, p. 9), os resultados dificilmente mostram o “retorno individual” do investimento em

⁸⁶ Este relatório que resultou do Estudo de Avaliação Externa dos Percursos Pós-formação dos Diplomados de Cursos Profissionais, levado a cabo pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos, encontra-se disponível em <http://www.anqep.gov.pt/default.asp>

⁸⁷ Cerca de um terço dos jovens que enveredaram pelo prosseguimento de estudos optaram preferencialmente por um curso de especialização tecnológica (Pereira et al., 2011, p. 132).

modalidades profissionalizantes ao nível do ensino secundário, pois “a defesa de uma perspetiva vocacionalista para a educação no espaço comunitário decorre da aceitação de um conjunto de dogmas” (pp. 9-10) identificados por outros autores (por exemplo, Alves, N., 2007; Gleeson e Keep, 2004; Leney e Green, 2005, entre outros citados por Canário et al, 2012, pp. 9-10), como sejam: (a) o “poder mágico” da educação (profissionalizante) e da formação contínua na resolução para os problemas de produtividade de competitividade, bem como a nível individual, na solução para os problemas de empregabilidade; (b) a ideia falaciosa que a “educação profissionalizante responde às exigências dos empresários”; e, (c) a ideia que a educação profissionalizante resolve os problemas do insucesso e do abandono, quando não só é “a forma de fazer [cumprir a escolaridade obrigatória de 12 anos] mais eficaz”, como para muitos dos jovens que a frequentam, é “uma escolha forçada, uma via de exclusão dos percursos nobres, uma espécie de gueto destinado aos que são protagonistas de trajetórias de insucesso e que, por acaso, são na sua maioria provenientes das classes populares”.

3.6 Reflexão educativa sobre os temas subjacentes à INO

Com o acentuar das mudanças à escala global a ideia de crise da educação intensificou-se, o conceito de educação permanente foi reconceptualizado e caminhamos no sentido de uma educação e formação ao longo e ao largo da vida, “fundada sobre el principio de la ‘empleabilidad’” (Nóvoa, 2009, p. 190).

A construção social europeia do *individuo competente* tem subjacente uma ideologia neoliberal que tem levado alguns autores, como Nóvoa (2009), Lima (2010), Canário et al (2012), entre outros, a assumirem uma perspetiva bastante crítica relativamente à subordinação da ALV (e da sua visão humanista) a finalidades profissionais e de competitividade económica que, assim, a afastam dos ideais do *movimento da educação permanente* dos anos 1970.

En contraste com las intenciones de los defensores de la educación permanente, su operatividad se hace fundamentalmente en el marco de las políticas de empleo y reconversión profesional [...] La educación permanente comenzó siendo un *derecho* por el cual ucharon sucesivas generaciones de trabajadores; luego se transformó en una *necesidad* dictada por los cambios en el mundo del trabajo; y ahora se impone como una *obligación* con vistas a conseguir un empleo digno. El conjunto de los sistemas escolares, desde la escuela obligatoria hasta la universidad (véase el Proceso de Bolonia), está siendo redefinido a la luz de estas perspectivas. (Nóvoa, 2009, p. 191)

Enquadra-se nesta perspectiva a posição de Finger (2005, p. 26) quando afirma que a educação de adultos tinha como objetivo a mudança social, mas já “não é certo que ela vise essa mudança”. Na sua opinião, a educação de adultos está atualmente associada à privatização, no sentido económico do termo e no sentido da privatização da aprendizagem e da sua instrumentalização. Cada vez mais a educação de adultos é considerada uma atividade com fins lucrativos como também se responsabilizam os indivíduos e não o coletivo pela sua própria aprendizagem. A educação de adultos e a formação contínua, no seio das organizações, passaram a ser vistas como condição para a sua sobrevivência.

Na mesma linha com a posição destes autores situa-se a perspectiva de Afonso e Antunes (2001), relativamente ao papel da educação e da formação no atual quadro ideológico neoliberal. A educação e a formação

são evocadas como soluções fundamentais para, por um lado, preparar uma mão-de-obra qualificada que atenda às exigências da competitividade económica e às mutações no sistema ocupacional e, por outro, para preparar indivíduos que, a partir de uma escolaridade básica bem-sucedida, sejam capazes de continuar a aprender e a incorporar novos conhecimentos que os mantenham menos vulneráveis aos processos de exclusão social. (Afonso & Antunes, 2001, p. 91)

Já o processo de reconhecimento e validação das aprendizagens enquadra-se num paradigma de ALV, mas insere-se num quadro de pensamento que valoriza e legitima os “saberes experienciais” (aprendizagens não-formais e informais), os saberes “tácitos e implícitos” que os indivíduos realizam ao nível pessoal, social e profissional ao longo e ao largo da vida, em contextos formais, não formais e informais, na instituição escolar, no trabalho, na comunidade, no seio familiar, no espaço de lazer, etc., de forma intencional ou não. Trata-se de um processo que promove a autoestima e a emancipação da pessoa e que tem uma dimensão prospetiva. Assim, o objetivo do reconhecimento e da validação das aprendizagens e competências não é apenas a validação do adquirido mas visa a interiorização de uma dinâmica de autoformação do indivíduo e de desenvolvimento permanente (Pires, 2007).

3.6.1 A Aprendizagem ao longo da vida

A aprendizagem ao longo e ao largo da vida implica a aprendizagem que tem lugar em qualquer momento do ciclo de vida de um indivíduo e que acontece em todos os domínios da vida. Inclui as aprendizagens formais, não-formais e informais, encaradas numa perspectiva de complementaridade num contínuo de aprendizagem ao longo da vida. De acordo com a definição do “Memorando da

Aprendizagem ao Longo da Vida”⁸⁸ (p.9), a *aprendizagem formal* tem carácter intencional, decorre em instituições de ensino e formação e conduz a diplomas e qualificações reconhecidos, ao passo que a *aprendizagem não-formal* decorre em paralelo aos sistemas de ensino e formação não conduzindo necessariamente a certificados formais. Assim, a aprendizagem não-formal pode ocorrer no local de trabalho, através de atividades de organizações ou grupos da sociedade civil, ou ser ministrada por organizações ou serviços criados em complemento aos sistemas educativos convencionais. É portanto, marcada pela flexibilidade de horários, locais e programas; tem carácter voluntário, é feita à medida de públicos e situações singulares (Canário, 2006) e reveste carácter intencional. Já a *aprendizagem informal* é conceptualizada, neste Memorando, como um acompanhamento natural da vida quotidiana. Contrariamente à aprendizagem formal e à aprendizagem não-formal, a aprendizagem informal não é necessariamente intencional e, como tal, pode não ser reconhecida pelos próprios indivíduos como enriquecimento dos seus conhecimentos e aptidões.

Saliente-se que estas conceções, além da evolução que já sofreram ao longo das últimas décadas, não excluem outras perspetivas. Rogers (2004, p. 260), por exemplo, defende que a “aprendizagem informal” se deve reportar unicamente àquela aprendizagem que reveste carácter não intencional e que se deve distinguir da “educação informal”, a qual abrange todos os programas contextualizados que proporcionam aprendizagens participadas em grupo. Por outro lado, na sua ótica, o que justifica a diferença entre educação formal, não formal e informal reside no seu grau de contextualização, ou seja, no nível de adaptação a cada indivíduo. Assim, a educação formal será a menos adaptada, a mais descontextualizada, a que é praticamente imutável com a introdução de um ou mais elementos no processo de aprendizagem. A educação informal será a mais contextualizada, no sentido de mais individualizada e participativa. Já, a educação não formal é a que reveste um carácter de maior flexibilidade oscilando entre um contínuo de contextualização/descontextualização. No entanto, o autor chama a atenção para o facto destes termos não se constituírem como categorias, pois entre estes dois pólos existem programas que combinam ambos os elementos: “They are partially contextualised, often in not the most important educational elements, and partially decontextualised. They are flexible schooling which may properly be called *non-formal education*” (Rogers, 2004, p. 275).

Independentemente do contributo teórico/conceptual das diversas abordagens, um aspeto que nos parece relevante no estudo que se pretende encetar, é a adoção de uma perspetiva que vá ao encontro da conceção adotada nas orientações emanadas nos documentos políticos da UE, uma vez que é neste âmbito que, em primeira instância, se legitima a INO. Neste sentido, utilizar-se-ão

⁸⁸ O qual pode ser consultado em https://infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000033814&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA

então ao longo deste texto os conceitos de aprendizagem formal, não-formal e informal tal como conceptualizados no “Memorando da Aprendizagem ao Longo da Vida”.

Na realidade, a ALV não só tem vindo a assumir uma pluralidade de sentidos (Alves, M., 2010a; Dale, 2008; Neves, 2010) como não existe um entendimento unívoco sobre a forma como os sistemas educativos devem incorporar esta ideia, nem sequer modelos únicos de implementação das orientações europeias, como Neves (2010) mostra no estudo efetuado a documentos políticos de cinco Estados-membros da UE, Dinamarca, Bélgica, Reino Unido, Portugal e Eslovénia, com vista a identificar e analisar diferentes estratégias da ALV⁸⁹. Do ponto de vista desta autora, apesar das orientações da UE terem subjacentes, em grande medida, “finalidades de natureza económica” eram “matizadas por objectivos de coesão social e desenvolvimento pessoal”; ou seja, a ideia de ALV admitiu uma ligação a fatores económicos, individuais, sociais e de cidadania, pois consentiu uma associação da ALV a três tipos de funções: (a) económica e relacionada com a melhoria do bem-estar financeiro numa relação entre conhecimento-competências-qualificação e empregabilidade; (b) de desenvolvimento pessoal, estreitamente relacionada com a autonomia, com a autorrealização e com a emancipação da pessoa; e, (c) democrática e baseada em finalidades de inclusão social, participação democrática e coesão. Porém, a forma como cada país procura um equilíbrio entre as três funções varia, na opinião da autora, em função da sua conjuntura social, política e económica (Neves, 2010, p. 66).

Quer a diversidade de contextos nacionais quer a multiplicidade de enredos de ação coletiva no interior de cada Estado-membro têm contribuído para a heterogeneidade das estratégias e formas como cada país tem integrado as orientações emanadas nos documentos políticos da UE.

A conflitualidade e a ambiguidade que encontramos na maioria dos documentos políticos da UE [a propósito da ALV] justifica-se pela multiplicidade de contextos nacionais que intervêm no processo político ao nível comunitário.

Os países que analisámos [Dinamarca, Bélgica, Reino Unido, Portugal e Eslovénia] assumem uma matriz discursiva comunitária como vector de orientação das políticas porque foram eles próprios que a definiram no contexto da UE. No entanto, tal como verificámos neste estudo, eles constroem e configuram de diferentes modos estas orientações. (Neves, 2010, p. 65)

Apesar da multiplicidade de entendimentos sobre a ideia de ALV o conceito está estreitamente associado a contextos de aprendizagem formais, não-formais e informais. Dale (2008,

⁸⁹ Estes países foram escolhidos com base em critérios que a autora explicita no seu estudo.

pp. 28-29), afirma que as qualidades da ALV na resposta aos desafios colocados pela globalização têm sido utilizadas como “fundamento de crítica à actual arquitectura dos sistemas educativos e em especial à gramática da escola”, argumentando que a valorização de outros tipos de aprendizagens que sublinham a possibilidade de aprender em qualquer lugar e a cada momento da vida “quebra explicitamente com os convencionais pressupostos temporais, espaciais e profissionais” e “atinge o âmago do sistema convencional, ao promover a aprendizagem em detrimento do ensino, vertente nuclear dos sistemas educativos.

Todavia, na realidade, verifica-se uma ligação muito próxima a formas escolarizadas de aprendizagem conferindo à ideia de ALV um carácter redutor em resultado de uma compreensão demasiado restrita, facto que, aliás, é alvo das maiores críticas assinaladas ao modo como esta ideia tem sido interpretada nas orientações estratégicas de política educativa europeia (Alves, M., 2010a; Neves, 2010). Segundo Neves (2010), em termos de discurso político, a visão europeia de ALV privilegia formas institucionalizadas de aprendizagem em detrimento das aprendizagens não-formais e informais, como Neves (2010) confirmou no seu estudo; à exceção da Eslovénia que, do ponto de vista ideológico e operacional valoriza equilibradamente as várias dimensões da ALV e de Portugal, com o exemplo da política de RVCC difundida no âmbito da INO, os restantes Estados-membros (a) tendem a valorizar as competências associadas a saberes disciplinares, (b) têm os jovens e os adultos em idade ativa como público-alvo prioritário, (c) a sua operacionalização implica a definição de objetivos de aprendizagem, e (d) utilizam uma linguagem de aprendizagem em detrimento de educação, entre outros aspetos; no caso português os documentos políticos possuem um cariz substancialmente mais pragmático que ideológico; é o único dos cinco países que não possui um documento enquadrador de ALV “mas sim documentos associados à estratégia de emprego”, evidenciando “claramente uma conceção de ALV directamente associada ao aumento de qualificações e à empregabilidade” (Neves, 2010, p. 69), como aliás está explícito em diversos documentos oficiais, nomeadamente na Resolução de Conselho de Ministros nº173/2007, de 7 de novembro que aprova a Reforma do Ensino Profissional.

3.6.2 O processo de RVCC

A seguinte passagem é um excerto de uma reportagem levada a cabo numa escola secundária pública do Monte da Caparica num dia de prestação de provas perante um júri por parte de um grupo de adultos em processo de RVCC escolar (3º ciclo) e publicada na revista *Pública* que, em nossa opinião, traduz, ainda que de um modo informal, a lógica subjacente ao RVCC:

Independentemente de poder vir a melhorar a situação no emprego, percebe que ao reentrar na escola puxou ‘por uma gaveta’ onde se encontravam, à sua espera, saberes e competências de que nem suspeitava. E que agora se sente capaz até ‘de ajudar alguém’ com

o que aprendeu. [...] É um papel. Que provavelmente nem vai melhorar de imediato as suas vidas. Mas cuja conquista provoca, só por si, um efeito sem igual. ‘Depois dele parece que temos mais força para viver’. (Gomes, 2005)

O reconhecimento e a validação de competências inserem-se numa conceção não positivista de conhecimento que veio alterar radicalmente a lógica de organização dos saberes, afirma Pires (2010a). Os processos de RVCC baseiam-se no pressuposto de que a experiência do indivíduo “é o ponto de partida para a construção de saberes (de natureza diversificada), sendo estes passíveis de ser explicados, reconhecidos e validados” (Pires, 2007, p. 11). Contudo, como esta autora sublinha, a experiência não é sinónimo de aprendizagem: “a experiência é a base e a condição para a aprendizagem, e, para que seja formadora, ela tem de ser reflectida, reconstruída e conscientizada” (p. 10) e, por isso, o “resultado do reconhecimento toca profundamente a dimensão identitária do adulto” (Pires, 2002, p. 524).

O processo RVCC integra uma dimensão formativa e uma dimensão sumativa e formal, de validação e certificação. O reconhecimento desenvolve-se segundo uma lógica individual, pessoal e identitária, que se prende com a forma como a pessoa encara o saber, o poder, e reforça a sua autoestima; valoriza o adquirido e exige o uso de metodologias adequadas e o apoio de técnicos especializados. O reconhecimento permite à própria pessoa identificar as aprendizagens que lhe possibilitam definir uma estratégia e posicionar-se de acordo com os seus interesses e aspirações perante uma multiplicidade de caminhos que se lhe oferecem: “negociação ao nível da empresa, validação no sistema de educação/formação, escolha de formação complementar, reorientação do seu percurso profissional, etc.” (Pires, 2002, p. 527). Além disso, o processo de RVCC é um processo formativo que assenta numa lógica retrospectiva e numa lógica prospetiva e que “pode constituir-se um motor desencadeador de uma dinâmica pessoal de autoformação, de autovalorização, de autoconfiança, e de desejo de desenvolvimento/construção permanente, sempre inacabado. A pessoa é reconhecida em si mesma, reforçando a sua auto-estima e promovendo a sua emancipação” (Pires, 2007, pp. 12-13)

Por seu lado, a validação encerra uma dimensão social que se prende com o valor social da qualificação obtida por um processo de RVCC e com os benefícios sociais, profissionais e pessoais que daí poderão advir e que se traduz num diploma ou certificado que atribui um estatuto formal aos saberes adquiridos/reconhecidos; exige um referencial externo que integra um catálogo de qualificações—definido à partida por cada Estado—a que se reporta, que é definido em conformidade com as aprendizagens que são valorizadas pelos sistemas educativos e formativos de cada um (referenciais ou *standards*). A validação compara, portanto, as competências construídas ao longo da vida pela pessoa em diversos contextos, ou seja, as suas “aprendizagens experienciais”, com um referencial de competências profissionais e/ou escolares, consoante se trate de um

processo de RVCC escolar ou profissional e, por conseguinte, apenas valida uma parte dessas aprendizagens (Pires, 2007).

Na opinião de Pires (2007), os processos de RVCC encerram preocupações ao nível das ciências da educação, das organizações e da esfera social e suscitam tensões entre: (a) a lógica individual e a lógica social, (b) a função formativa e a função sumativa, (c) personalização e a massificação de procedimentos e metodologias, (d) a centralização e a descentralização dos sistemas, (e) a flexibilização e a normalização dos referenciais, (e) a lógica dos saberes escolares/académicos e a lógica dos saberes informais, e entre (f) a lógica disciplinar e científica e a lógica dos saberes experienciais.

“O reconhecimento de aprendizagens experienciais e de competências vem confrontar as concepções e práticas educativas tradicionais, suportadas numa visão positivista, linear e cumulativa do conhecimento e da aprendizagem” (Pires, 2010a, p. 55).

PARTE II

A Mediação e a Mediatização da INO

Capítulo IV: Construção da Problemática e Opções Metodológicas

A INO foi uma medida amplamente divulgada nos meios de comunicação social. Destaque-se que os próprios documentos orientadores da INO referiam a importância significativa dos média no sucesso da Iniciativa. A extensiva campanha, com slogans mediáticos associados, (por exemplo, *Agora a minha experiência conta, Aprender compensa*)—refletindo a lógica da prática do campo dos média—, que foi realizada na televisão, jornais, rádio e outdoors publicitários, despertou o interesse da opinião pública e atraiu a atenção dos jornalistas e de atores dos vários campos sociais que participaram no espaço público e argumentaram, durante um longo período, em torno do assunto. Na opinião de Pires (2010b), enquanto campanha e divulgação do programa, os média aumentaram a sensibilização do público para a possibilidade das aprendizagens experienciais serem validadas e para os benefícios que daí poderiam decorrer para os indivíduos mas, por outro lado, “there has however been some questioning in the media of whether validation can facilitate the process of achieving a qualification and thus whether it can bring social benefits” (Pires, 2010b, p. 9).

Na investigação que se desenvolveu abordam-se as políticas educativas do ponto de vista dos processos políticos e dos fatores que afetam a sua formulação, interpretação, implementação e os seus efeitos. Neste sentido, assume-se que as políticas educativas são cada vez mais o resultado de processos complexos que estão sujeitos às influências e aos constrangimentos que guiam a ação dos agentes e dos Estados em diversos níveis de decisão (Alves, M., 2010b; Barroso et al, 2007). Este processo que se desenrola no espaço público nas sociedades democráticas atuais não se pode desenvolver sem o recurso à mediação dos meios de comunicação pois, como se tem vindo a sublinhar, os órgãos de comunicação social são espaços públicos privilegiados de debate e luta discursiva em torno de questões de interesse público (Graber, 2003). Apesar disso, condicionam os temas em discussão no espaço público e a forma como a opinião pública reflete sobre os assuntos, dadas as suas funções de *agenda-setting* e de *framing*. Eles são um dos agentes que intervém e viabiliza a intervenção de outros atores nos processos de regulação das políticas. Nestes processos, os discursos, em particular a linguagem, desempenham um papel central na legitimidade da construção dos problemas públicos, sendo considerados por diversos autores, nomeadamente por Hansotte (2005/2008), um elemento estrutural do espaço público. Todavia, o acesso ao espaço mediático que à partida parece aberto a todos os cidadãos posiciona em vantagem os indivíduos que são detentores de um certo volume de capital, seja escolar, cultural, político, mediático, simbólico, ou outra, como também já se teve ocasião de referir em capítulos anteriores. Estas

formas de capital conferem aos atores ou agentes a legitimidade necessária ao acesso ao espaço privilegiado dos média que, reconhecendo as que mais valorizam, lhes dão voz, importância e aumentam o prestígio dos respetivos atores, residindo nesta possibilidade dos média decidirem quem pode ou não falar que se manifesta grande parte do poder dos média (Barriga, 2007).

Neste cenário, os processos de regulação das políticas educativas são necessariamente afetados pelas interpretações mediadas e mediatizadas pelos média, particularmente no interior de cada Estado, as quais contribuem para as especificidades dos seus sistemas educativos.

Esta investigação assenta numa *perspetiva compreensiva* característica das abordagens qualitativas, na medida em que estas impõem um olhar reflexivo e crítico sobre os fenómenos em análise obrigando o investigador a assumir uma atitude de questionamento e autoquestionamento constante que o leva a refletir sobre os pressupostos, os conceitos, as teorias, o decurso da investigação e o seu próprio posicionamento perante o seu objeto de estudo (Gonçalves T. , 2010). Por sua vez, as abordagens qualitativas requerem, como esta autora sublinha, “um posicionamento metodológico flexível, adaptado às características do problema em estudo e às condições e objetivos da investigação” (Gonçalves T. , 2010, p. 48) e, portanto, neste sentido, as questões iniciais da investigação assumiram um papel fundamental na definição do projeto de pesquisa, na escolha dos procedimentos de recolha e análise de dados e na orientação da própria investigação.

4.1 Objetivo e questões da investigação

Tendo em conta os elementos contextuais e reflexivos apresentados na Parte I desta dissertação, considera-se que as pesquisas que contribuam para um conhecimento mais aprofundado das políticas de ALV e, especificamente, do papel dos média nos processos de regulação dessas políticas são particularmente oportunas. Aliás, os próprios documentos orientadores da INO ao sublinharem a importância do envolvimento dos média na divulgação da Iniciativa evidenciam o reconhecimento por parte dos decisores políticos de que os média são um agente relevante a ter em conta no processo de *governança* da educação.

Nestas condições, estabeleceu-se como objetivo geral perceber qual foi o papel desempenhado pela imprensa escrita, designadamente por três jornais, *Expresso*, *Público* e *Correio da Manhã*, no período compreendido entre 2005 e 2013, período de vigência da INO, no processo de mediação e de mediatização da INO. Globalmente a pesquisa procurou contribuir para encontrar resposta para três questões principais:

- Como foi a INO apresentada e interpretada na imprensa escrita?
- Quais os atores que se envolveram no debate?
- Que perspetivas e interesses estiveram em jogo?

Relativamente ao conceito de mediatização das políticas (educativas) adotou-se quer a perspetiva de Rawolle (2010a; 2010b), quer a de Schulz (2004) sobre a mediatização, pois considera-se que se complementam. Nesta medida, os processos de mediação e de mediatização

das políticas educativas levados a efeito pelos média comportam uma função cognitiva e incluem uma dimensão estratégica e de poder, como Pina (2007) realça, as quais são também destacadas na investigação em *agenda-setting*, *framing* e *priming*. Assumimos, também, o ponto de vista de Neves (2010) de que a ideia de ALV consente uma associação a funções económica, de desenvolvimento pessoal e democrática e que a procura de um equilíbrio entre elas é contingente com a conjuntura social, política e económica de cada país.

Assim, para atingir o objetivo geral da pesquisa concorreram as seguintes questões operacionais:

- Que estratégias dominaram na forma como a INO foi apresentada nos textos da imprensa escrita; ou seja, o debate e a informação privilegiaram o jogo político e as estratégias para a conquista do poder ou, pelo contrário como é expectável numa imprensa dita de referência, dominou a informação, a racionalidade e o tratamento da substância das problemáticas em torno da INO, proporcionando conhecimento, reflexão e reflexividade social em torno das mesmas?
- Quais os recursos mobilizados pelos jornalistas na construção da notícia e pelos diversos atores na argumentação da opinião em torno da INO?
- Os aspetos que foram sublinhados, enquanto notícia e sob a forma de opinião, privilegiaram igualmente ambas as vertentes da INO ou, pelo contrário, a uma das vertentes—por hipótese o eixo Adultos, face à procura que manifestou por parte da população portuguesa—foi dada maior visibilidade?
- No âmbito das abordagens de cada um dos eixos da INO, Adultos e Jovens, quais as problemáticas tratadas, ou seja, quais os pontos de vista que foram sublinhados, quais os aspetos negativos e positivos apontados, quais os aspetos críticos assinalados e as tensões que evidenciaram?
- Uma vez que a INO foi uma política educativa alicerçada em políticas de ALV e resposta de Portugal aos problemas detetados no seu contexto educativo e social tendo em conta a convergência com os objetivos europeus, quais as relações que foram estabelecidas em termos de política educativa?
- Sendo os jornais espaços públicos de acesso limitado a um grupo de atores restrito onde o capital simbólico é um fator fundamental para a credibilidade da palavra e tendo os jornais o poder de decidir quem fala, procurou-se saber, por um lado, quais foram os atores que participaram neste processo e, no caso de se tratar de textos de opinião, qual o “chapéu” utilizado por esses atores?
- Por outro lado, procurou-se saber se houve pluralidade de vozes, quer no sentido da variedade quer da diversidade de perspetivas e pontos de vista em torno da INO; assim, perguntou-se se:

- Em termos de opinião de *opinion makers* os jornais contribuíram, ou não, para o designado “fechamento social” (Barriga, 2007, p. 18) e “clubismo do funcionamento do ‘espaço de opinião’” (Figueiras, 2005, p. 124) que estas autoras referem? E, em caso afirmativo, terá isso correspondido à homogeneidade de pontos de vista?;
- Em termos de notícia e reportagem, de entre os recursos mobilizados, ter-se-á verificado essa pluralidade de intervenientes, necessária, mas não suficiente, à heterogeneidade de pontos de vista?
- Partilhando da opinião de Paquete de Oliveira (2014, p. 55), quando afirma que “os Leitores podem concorrer para o aumento da discussão pública sobre as situações e problemáticas que têm a ver com o interesse público da cidadania deste nosso país”, e admitindo como hipótese que os jornais deram visibilidade à opinião dos leitores a respeito da INO, designadamente na forma de *cartas*—“a agenda mediática contamina, de certa forma, a selecção das cartas” (Silva, M., 2007, p. 116)—procurou-se saber em que medida as vozes dos leitores trouxeram uma perspetiva diferente sobre a INO ou se, pelo contrário, o espaço das cartas do leitor funcionou como caixa de ressonância fazendo eco das restantes vozes.

4.2 Constituição do *corpus* de análise

Com a intencionalidade geral de perceber o modo como a INO foi interpretada nos média e em particular na imprensa escrita, tomou-se como objeto da pesquisa os textos do género jornalístico de carácter informativo, como a *notícia* ou a *notícia breve* e a *reportagem*, e de carácter opinativo como os *editoriais*, os *artigos de opinião* e as *cartas do leitor* ou *ao director/a*, e os *comentários online*⁹⁰, publicados entre 2005 e 2013, em torno do tema INO, pelos seguintes jornais: (a) *PÚBLICO*, diário que se enquadra nos jornais de referência em Portugal (Faustino, 2004)⁹¹; (b) *Correio da Manhã*, diário de imprensa popular (Faustino, 2004, p. 73) com maior tiragem em Portugal⁹²; e (c) *Expresso*, semanário de referência⁹³ em Portugal.

⁹⁰ Alguns comentários feitos pelos leitores às notícias são reproduzidos na publicação em papel e foram integrados no nosso *corpus*.

⁹¹ De acordo com este autor, “o jornal Público posicionou-se durante alguns anos como o diário de circulação nacional líder junto dos leitores de classe A/B” (p. 180), tendo como “mais direto concorrente” (p. 89) o *Diário de Notícias* que se dirige a um perfil de leitores “mais ou menos semelhante” (p. 133).

⁹² Segundo os “Indicadores Anuário da Comunicação” publicado pela OberCom (http://www.obercom.pt/client/?newsId=12&fileName=imprensa_11_12.pdf, consultado em 29.09.2013)

⁹³ Barriga (2007, p. 32) caracteriza da seguinte forma a imprensa de referência portuguesa: “[...] persegue o seu papel tradicional: interessar-se por temas políticos; privilegiar, de entre os géneros jornalísticos, os comentários e os estudos, a reflexão; ter critérios distintivos, ao nível do estilo, a sobriedade e o distanciamento”

Maria Benedita Portugal e Melo (2009, p. 112) realça o facto de a imprensa continuar a “constituir um importante meio para a formação de uma ‘opinião pública’” e “potenciar a prática da reflexividade social” pois, na sua opinião,

o campo da imprensa escrita constitui, pois, um espaço simbólico de debate onde um conjunto mais ou menos alargado de actores sociais, detentores de poderes simbólicos distintos, competindo entre si na produção de opiniões passíveis de serem consideradas as mais legítimas, constroem e difundem determinadas representações da realidade a partir de um conjunto de valores ideológicos, que se complementam ou sobrepõem aos valores que os indivíduos constroem no decurso das suas realidades ‘vivas’. (p. 133)

Nesta ordem de ideias, a opção pela imprensa escrita prende-se com um conjunto de fatores, de entre os quais se sublinham os seguintes: (a) a imprensa escrita reforça o vínculo existente entre o sujeito e a sociedade (Wolf, 1985/2009); (b) a leitura de um jornal implica a seleção da informação e responde a uma necessidade da pessoa, predispondo-a para uma receção ativa, e, neste sentido, promove a reflexividade (Wolf, 1985/2009); (c) os indivíduos têm um controlo razoável sobre o meio de comunicação, na medida em que podem gerir com eficiência a leitura dos artigos que selecionam, favorecendo assim a prática reflexiva e, por conseguinte controlar também a própria representação da realidade (Collins, Abelson, Pyman, & Lavis, 2006); (d) a imprensa jornalística tem a capacidade para determinar o perfil alto da agenda, ou seja, tem perícia para focar temas e assuntos precisos, delimitados, e estabelecer uma ordem do dia hierarquizada, em conformidade com a *hipótese do agenda-setting* (Wolf, 1985/2009); (e) na hipótese de a informação escrita se organizar em torno da memória dos acontecimentos, a imprensa pode ter um papel acentuado na informação *tematizada* que amplia a notícia, contextualizando-a e aprofundando-a (Wolf, 1985/2009); (f) a imprensa de referência, continua a “sugestionar fortemente os outros media”, particularmente em questões de política, e tem capacidade de influenciar a agenda decisional (Barriga, 2007, p. 30); e, por último, mas sem pretender esgotar os motivos que levaram a tomar a opção pela imprensa escrita, destaca-se um fator assinalado por Bekkers, Beunders, Edwards, e Moody (2011) que se relaciona com (g) o papel importante que a imprensa escrita exerce na mediação dos protestos políticos, ao ampliar e estimular a mobilização social em torno de assuntos que despoletam ou decorrem nas redes sociais de comunicação horizontal, atraindo novos grupos para as causas e, conseqüentemente, propiciando a abertura de “policy window”.

Segundo Bourdieu (1998) a informação circula circularmente, cabendo aos jornais de maior prestígio definir o que é notícia, aspeto que, em parte, justifica também o facto de “journalistic products are much more alike than is generally thought” (Bourdieu, 1998, p. 23). Ora, sendo o

PÚBLICO e o Expresso considerados jornais generalistas de referência, esta característica confere-lhes um significativo capital simbólico que aumenta a sua capacidade de influenciar a restante imprensa. M. Melo vai até um pouco mais longe na influência que os jornais de referência têm sobre outros média; segundo esta autora, “a imprensa escrita, nomeadamente a que possui um capital simbólico mais elevado no interior do campo jornalístico, influencia também a agenda noticiosa da televisão” (Melo, M., 2009, p. 113), residindo neste aspeto um motivo que reforça a opção por dois jornais de referência.

Tendo à partida a seleção dos jornais sido limitada aos jornais generalistas com publicações ininterruptas entre 2005 e 2013, procurou-se também que a diversidade abarcasse o critério do perfil de leitor. Segundo a fonte de dados *Media Facts*, Tempo OMD, utilizada por Faustino (2004, pp. 64, 65), em 2004 os jornais Expresso e Público já se encontravam entre os mais lidos pela classe alta (A/B), enquanto o jornal Correio da Manhã se situava entre os mais lidos por parte das classes média, média baixa e baixa (C1/C2/D)⁹⁴. Assim, na escolha efetuada dos três jornais conseguiu-se a diversidade procurada em termos de idade e de classe social⁹⁵ dos leitores;

A pesquisa incidiu sobre uma amostragem recolhida principalmente do caderno principal de cada um dos três jornais, publicados entre 1 de janeiro de 2005 e 31 de dezembro de 2013. Assim, do *corpus* de análise fazem parte todos os artigos que abordam a INO, no âmbito das tipologias atrás referidas, os quais foram publicados: (a) semanalmente, pelo semanário *Expresso*; (b) nos dias de número par, pelo jornal Público; (c) nos dias ímpares, pelo Correio da Manhã⁹⁶; e (d) ainda um número reduzido de artigos que foi publicado noutros dias ou num suplemento destes jornais e que se consideraram particularmente relevantes para o estudo; por exemplo, uma entrevista em profundidade sobre a INO, uma reportagem ou artigo de opinião que versa especificamente o tema e que, em alguns casos, foram anunciados no caderno principal; assim, os respetivos textos foram incorporados no *corpus* de pesquisa a título extraordinário⁹⁷ (Anexo A). O facto de se ter recorrido a uma recolha de artigos publicados num dos diários em dias pares e no outro diário em dias ímpares permitiu ter uma visão integral das publicações em cada um dos dias do período temporal

⁹⁴ Apesar destes dados contarem já com alguns anos, a realidade na segunda metade da primeira década deste século pode não ser muito diferente; a Internet veio abrir portas a novos leitores e intervenientes no espaço público e qualquer destes jornais, desde meados dos anos 1990, apostou bastante numa presença na Web. Por exemplo, em 2005, o Público.pt e o Correio da Manhã eram os únicos a disponibilizar um sistema de comentários às notícias publicadas (Silva, A., 2006).

⁹⁵ Veja-se, por exemplo, “Indicadores Anuário da Comunicação” edições OberCom, acessível em http://www.obercom.pt/client/?newsId=12&fileName=imprensa_11_12.pdf

⁹⁶ Não se consultaram as edições do Correio da Manhã correspondentes aos dias 15.10.2005, 25.02.2007, 03.06.2007, 03.07.2007 e 11.08.2007 por não constarem do arquivo da Biblioteca Nacional, local onde se efetuou a recolha de dados deste jornal.

⁹⁷ Está-se a referir a 15 artigos do PÚBLICO—cinco deles publicados no mesmo dia (07.07.2010)—e três artigos do Correio da Manhã. Na totalidade, a pesquisa foi feita em 1625 edições do PÚBLICO, 1679 edições do Correio da Manhã e 468 edições do Expresso.

estabelecido; simultaneamente possibilitou diversificar os dias da semana, de maneira a que os artigos do *corpus* recolhidos do Correio da Manhã ou do PÚBLICO não dissessem respeito a publicações de cada jornal sempre nos mesmos dias da semana; pelo contrário, contemplam os vários dias da semana, permitindo abranger as diversas rubricas e autores que, por vezes, têm um dia fixado para divulgação desses artigos, como acontece por exemplo com os artigos de opinião de determinados comentadores regulares que, por norma, são publicados em cada jornal no mesmo dia da semana.

A pesquisa dos artigos no interior de cada jornal foi efetuada da seguinte forma:

- No PÚBLICO, a pesquisa foi feita nos jornais em PDF, os quais constam do acervo electrónico do jornal (<http://www.publico.pt/jornal>)⁹⁸, usando como motor de pesquisa a expressão “Novas Oportunidades”;
- No jornal Expresso, a pesquisa foi solicitada à GESCO – Gestão de Conteúdos e Meios de Comunicação Social, com base em informação fornecida sobre o objetivo da pesquisa e subordinada à expressão “Novas Oportunidades”⁹⁹. Este procedimento deveu-se ao facto deste semanário, no período de 2005 a 2013, só estar acessível para consulta do público em papel;
- No jornal Correio da Manhã, face à inexistência ou indisponibilidade para consulta ao público à data da pesquisa do acervo electrónico do jornal e da fraca funcionalidade do motor de pesquisa do seu *site*, a pesquisa foi feita em papel, mediante consulta do arquivo existente na Biblioteca Nacional. Na realização da pesquisa utilizou-se a mesma expressão (“Novas oportunidades”) e deu-se a máxima atenção durante todo o processo de pesquisa de modo a não enviesar a recolha de dados; aspeto que, em boa verdade, acabou por se revelar menos complexo do que à partida se fazia crer, pois este jornal tem uma estrutura simples e previsível que permaneceu sensivelmente igual entre 2005 e 2013.

Apesar de no Correio da Manhã e no PÚBLICO se terem identificado vários artigos que versam medidas da INO sem contudo recorrerem à expressão “Novas Oportunidades” (por exemplo, conteúdos respeitantes a cursos profissionais ou a aspetos da educação e formação de adultos), optou-se por não os integrar no *corpus* de pesquisa, pois considerou-se que esta foi uma opção ponderada pelo seu autor ou pelo jornal que decidiu não associar o seu conteúdo à INO. Este aspecto será também alvo de reflexão da nossa parte.

⁹⁸ Atualmente acessível aos assinantes do jornal digital.

⁹⁹ Este pedido foi formulado em setembro de 2013, pelo que nos restantes meses posteriores à pesquisa efetuada pela GESCO (outubro, novembro e dezembro de 2013) a consulta foi efetuada por nós recorrendo às publicações impressas.

4.3 Metodologia de análise dos textos da imprensa escrita

A investigação qualitativa pauta-se pela variedade de metodologias e abordagens que permitem responder aos fenómenos em estudo (Gonçalves, T. , 2010). Ora, no processo de investigação que se desenvolveu tomaram-se os artigos de jornais como objeto de estudo; deste modo, orientados pelas questões de investigação, procurou-se efetuar uma escolha do seu método de análise que garantisse a possibilidade de compreender e interpretar os discursos e perceber o jogo da prática, ou seja, considerar os textos, sem perder de vista os respetivos autores, os seus interesses e capitais mobilizados, bem como o contexto social e político em que eles surgiram. Neste sentido, a análise do discurso afigurou-se uma referência metodológica adequada pois, de acordo com Anabela Carvalho (2000, p. 3), a premissa principal da *análise do discurso* é a de que através da desconstrução e reconstrução de um texto é possível aceder aos interesses, às intenções, às ideologias políticas dominantes e até ao potencial impacto na audiência de determinada mensagem. Todavia, deparámo-nos com um campo que apesar de possuir um histórico de apenas cerca de duas décadas é já bastante vasto.

Os métodos da análise do discurso variam consoante as perspetivas teóricas. Na ótica de Van Dijk (2009), toda a comunicação faz uso de modelos mentais, isto é, do conhecimento, de representações subjectivas dos acontecimentos, de situações vividas, de representações sociais gerais (atitudes, ideologias, normas e valores). Assim, na sua perspetiva, os discursos devem ser analisados como “uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação que se estabelece numa situação social, cultural, histórica e política”¹⁰⁰ (p. 22); têm lugar numa sociedade onde os atores constroem no seu dia a dia representações sociais da realidade, isto é, percepções da realidade que são partilhadas por um grupo ou por uma comunidade, as quais em resultado da ação dos agentes sobre a estrutura estão em permanente mudança. Uma vez que as estruturas sociais e as estruturas discursivas não se relacionam diretamente, necessitando da cognição como elemento mediador, esta perspetiva destaca um processo de análise do discurso que requer uma triangulação entre a *sociedade*, a *cognição* e o *discurso* (Wodak & Meyer, 2009). Deste modo, o modelo de análise de textos proposto por van Dijk baseia-se na reorganização dos tópicos de um texto e no estabelecimento de relações hierárquicas entre eles, fazendo ressaltar todo o processo cognitivo de produção e codificação das mensagens (Carvalho, A., 2000).

Outros autores, como Jäger e Maier (2009), baseiam-se em abordagens teóricas de Foucault e, neste sentido, o *poder*, o *conhecimento*, a *consciência* e a *ação* são os conceitos centrais associados à noção de discurso. Os discursos para Foucault “are not only mere expressions of social practice, but also serve particular ends, namely the exercise of power. [...] Discourses

¹⁰⁰ Tradução livre

exercise power in a society because they institutionalize and regulate ways of talking, thinking and acting” (Jäger & Maier, 2009, p. 35). Deste ponto de vista, os discursos não se limitam a reproduzir a realidade, eles transportam conhecimento que alimenta a consciência individual e coletiva, a qual, por sua vez, determina a ação e por isso os discursos guiam o indivíduo e o coletivo na construção dessa mesma realidade (Jäger & Maier, 2009). De entre as críticas que são feitas a esta perspectiva, assinala-se a de Fairclough (2010) que destaca o facto de as práticas discursivas contribuírem não apenas para a reprodução da sociedade mas também para a sua transformação, e, deste ponto de vista, considera que Foucault exagera na forma como concebe o poder, dando a impressão de não valorizar as formas de luta discursivas e não discursivas provenientes de outras forças sociais pertencentes a grupos dominados. Jäger e Maier (2009) apresentam uma espécie de guião que utilizado com flexibilidade e imaginação, como sugerem, é um método de análise do discurso que se pode aplicar, por exemplo, na análise de artigos de jornal.

Em suma, as abordagens no âmbito da análise do discurso ou da análise crítica do discurso são diversas e diferem consoante as perspectivas teóricas subjacentes. Independentemente da perspectiva que se considere, a escolha do método a aplicar deve sempre adequar-se à(s) pergunta(s) da investigação e ao objeto de estudo, sabendo de antemão que métodos diferentes não conduzem necessariamente aos mesmos resultados, como A. Carvalho (2000) adverte. Estão em jogo métodos qualitativos que envolvem procedimentos que admitem alguma flexibilidade, mas exigem clareza na exposição e rigor procedimental.

Com vista a alcançar o objetivo geral do estudo optou-se pelo método de análise do discurso proposto por A. Carvalho (2000), pois, por um lado apresenta uma estrutura pragmática e afasta-se dos processos de análise da linguística, tal como, aliás, o método de análise de Jäger e Maier (2009). Por outro lado, permite compreender e interpretar quer os discursos dos jornalistas quer as estratégias discursivas utilizadas na construção da realidade por outros atores sociais que serviram de fontes aos jornalistas, aspeto que a autora realça como fundamentais. Noutros termos, trata-se de um processo de análise completo, na medida em que inclui diversas formas de análise (textual e aplicada a cada texto individualmente, diacrónica e sincrónica-comparativa), possibilitando considerar os textos, sem perder de vista os respetivos autores, os seus interesses e os capitais mobilizados, bem como o contexto social e político em que eles surgiram.

No âmbito de uma investigação qualitativa é possível e até necessário assumir um certo “pragmatismo metodológico [...] implica fazer opções”, como Teresa Gonçalves (2010, p. 51) refere, pois as técnicas são variadas e “devem ser escolhidas de acordo com o objecto da investigação, os seus objectivos, as condições em que decorre e os próprios interesses e experiência do investigador” (Gonçalves, T. , 2010, p. 50). Ora, a dimensão da amostra do estudo inclui

também textos de dimensão reduzida¹⁰¹ aos quais se considerou desadequado aplicar o método de análise do discurso atrás referido. Sucede, também, que a INO surgiu ainda como tema claramente à margem do(s) tema(s) principal(is) e em contextos bastante variados ao longo de todo o período temporal em análise; além disso, por vezes, era mesmo referida apenas pontualmente mas, apesar disso, considerou-se que a sua presença nestes contextos teria um significado que não se deveria ignorar. Verificou-se que estas situações aconteciam numa boa parte do *corpus* de pesquisa, reforçando a ideia da necessidade de os analisar. Assim, impunha-se a seleção de um método que permitisse uma análise que, em termos de interpretação de resultados, se pudesse fundir com a abordagem empírica escolhida para analisar os restantes textos que tratavam a INO aparentemente em maior profundidade. Nesta ordem de ideias, optou-se por efetuar uma análise de conteúdo temática aos textos de dimensão reduzida suprarreferidos recortando-os em unidades de informação que tiveram por base um conjunto de categorias de conteúdo as quais foram posteriormente caracterizadas por índices de visibilidade, de orientação, de parcialidade e de impacto-tendência. Assim, os procedimentos metodológicos envolveram, em primeiro lugar, um processo aberto de construção e reconstrução de categorias, característico de uma investigação qualitativa, como Creswell (2007, p. 38) sublinha na seguinte passagem: “Qualitative researchers build their patterns, categories, and themes from the ‘bottom-up’, by organizing the data into increasingly more abstract units of information”. Posteriormente, este processo implicou contagens e o recurso a operações aritméticas; e, portanto, neste aspeto, utilizou-se uma técnica de análise mais próxima de uma abordagem empírica quantitativa.

4.3.1 A análise do discurso e os textos da imprensa escrita

Procura-se, nesta seção, explicitar com relativo pormenor as opções tomadas em termos de procedimentos, no que respeita ao método de análise do discurso, seguindo a proposta de A. Carvalho (2000). Assim, numa primeira fase realizou-se uma análise textual a cada texto individualmente, considerando as seis dimensões definidas pela autora (p. 21)—descritores de superfície e organização estrutural, temas/tópicos, agentes, linguagem e retórica, estratégias discursivas, e posições ideológicas—e numa segunda fase efetuou-se uma análise contextual numa perspetiva diacrónica, recorrendo a uma ferramenta de análise qualitativa de dados assistida por computador (*ATLAS.ti*).

A primeira dimensão da análise textual, *descritores de superfície e organização estrutural*, compreendem, segundo a autora, (a) a data de publicação; (b) o autor e a posição institucional que assume; (c) a localização do artigo no jornal (por exemplo, primeira página, destaque, secção, etc.); (d) o tamanho do artigo; e (e) a organização estrutural que inclui o antetítulo, título e o subtítulo ou, em caso de ausência deste último, o *lead* do artigo, o primeiro parágrafo ou entrada.

¹⁰¹ Considerou-se como textos de dimensão reduzida os artigos que não continham mais de 150 palavras.

Os *temas*, tópicos ou assuntos, nem sempre são óbvios, como A. Carvalho (2000) sublinha. Estes, por vezes misturam-se ou relacionam-se com acontecimentos. Apresentando a ALV uma multiplicidade de significados, a descoberta dos assuntos pelo qual a INO é abordada, à partida, parece potenciar a possibilidade de desvendar os interesses do autor do texto.

A dimensão *os agentes* prende-se com os atores sociais¹⁰², com as personagens da história a que o autor se reporta e com o enquadramento do poder. A análise de como são construídas as imagens, relações e identidades dos atores sociais tem em vista perceber a sua influência na formação do sentido global, pois o facto do autor de um texto dos média, por exemplo um jornalista, os referirem confere-lhes a capacidade para transmitirem os seus pontos de vista e as suas interpretações, ainda que mediadas e mediatizadas pelos média.

A dimensão *linguagem e retórica* refere-se a aspetos específicos da linguagem, como sejam a identificação de conceitos chave, vocabulário utilizado (por exemplo, adjetivação, linguagem formal ou informal, técnica, etc.), metáforas, neologismos e outras figuras de estilo. Nesta área, bem como na seguinte, recorreu-se às obras de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2008) e de Breton (2006) sempre que se revelou pertinente.

A quinta dimensão, *estratégias discursivas*, engloba um conjunto vasto de estratégias das quais se salientam as seguintes: (a) apresentação da realidade sob determinada perspetiva, incluindo ou excluindo certos factos, opiniões ou juízos de valor; (b) construção de responsabilidades; (c) composição desses elementos com vista produzir determinado sentido; (d) narrativa-ação, a qual envolve a construção de uma sequência de acontecimentos previstos e a antecipação de consequências, e implica uma ação como o próprio nome indica; (e) posicionamento, o qual se prende com a construção de atores sociais e com as identidades dos agentes; (f) legitimação, seja através do recurso a normativos, autoridades reconhecidas, ou ainda de outra forma, tendo em vista justificar ou sancionar determinada ação ou poder; e (g) politização, ou seja, atribuição de estatuto ou carácter político a determinada realidade, como, por exemplo, à INO.

A sexta e última dimensão, *posições ideológicas*, relaciona-se com as representações sociais partilhadas por uma determinada comunidade. Para a autora, A. Carvalho (2000), esta dimensão possui um sentido político: a “ideology is an overarching aspect of the text. It influences the selection and representation of objects, actors, the language, and the discursive strategies employed in a text” (p. 26).

No momento da concretização da análise dos textos, apesar de se ter mantido esta partição da análise textual nestas seis dimensões, visto ter-se considerado uma estrutura bastante pragmática, adequada ao objeto de estudo e exequível, verificou-se que a linha que as separava era por vezes

¹⁰² Consideram-se também as instituições e as organizações enquanto atores sociais institucionalizados.

muito ténue. Por outro lado, atendendo às questões de investigação que conduziram todo o processo de análise, revelou-se importante sair do contexto do texto e efetuar cruzamentos com outros textos e contextos. Ora, em boa verdade, este aspeto que surgiu ao longo da realização da análise textual prendeu-se também com o facto de se tratar de um longo período temporal de publicações.

Por várias razões que se prendem com o volume das análises textuais seria inexequível integrá-las no texto desta investigação; assim, optou-se por inserir nos Anexos C, D e E, um conjunto representativo do processo de análise textual efetuada, respetivamente, (a) aos artigos dos *opinion makers* e agentes entrevistados pelos jornalistas, (b) às Cartas ao Diretor(a)/Cartas do Leitor, e (c) aos artigos do género jornalístico notícia e reportagem, de cada um dos três jornais.

Quanto à análise contextual, esta extrapola a unidade de análise (cada texto individual). Com este tipo de análise pretendeu-se dar uma visão global da forma como o tema INO foi abordado na imprensa, quer em termos da importância que lhe foi atribuído quer da forma como cada grupo de atores, no interior de cada jornal, interpretou determinado assunto ou acontecimento, quer, ainda, da evolução do discurso e do impacto dos acontecimentos nos discursos (e reciprocamente) e destes discursos noutros discursos ao longo do tempo. Assim sendo, a análise contextual envolve duas dimensões temporais: diacrónica e sincrónica.

A análise diacrónica é uma etapa em que o binómio tempo-relação é relevante. Face à amplitude temporal da recolha de dados—2005 a 2013—considerou-se este tipo de análise fundamental. Nesta fase, o olhar incidiu quer sobre as sequências discursivas, isto é, sobre o impacto dos discursos em discursos subsequentes, quer sobre o curso da história, os diferentes acontecimentos, o contexto económico, social e político e ainda, sobre os resultados obtidos pela introdução da INO. Por sua vez, a análise sincrónica-comparada permite aceder às representações de diferentes atores, em determinados momentos, sobre o tema em questão. Através do cruzamento de perspetivas e práticas, procurou-se também reconstruir acontecimentos, cruzar com documentos de modo a conhecer melhor a forma como os discursos mediáticos interagiram e interagem com as políticas educativas.

Efetuiu-se, também, uma análise contextual por tipo de artigo, considerando as seguintes categorias: artigos de opinião e entrevistas, cartas dos leitores, notícias e reportagens; no interior de cada uma destas três categorias considerou-se a subcategoria: jornal de publicação. Assim, tomando por base as análises textuais e as seis dimensões de análise procedeu-se a uma sua análise de conteúdo. O método de codificação de dados respeitante às notícias e reportagens foi realizado através de um processo indutivo, com recurso a uma ferramenta de *análise qualitativa de dados assistida por computador*—o programa *ATLAS.ti*—que tem subjacente a *Grounded Theory* desenvolvida nos anos 1960 nos Estados Unidos da América. O recurso a este programa teve em vista facilitar o processo de análise e interpretação dos dados. Neste sentido, permitiu: (a) guardar e gerir uma quantidade significativa de dados; (b) segmentar os textos através de citações e

sublinhados, e codificar texto e citações; (c) comparar segmentos de texto e respetivos códigos; (d) guardar anotações, fazer comentários e memorandos facilitando bastante o estabelecimento de relações entre os dados; e (e) tornou mais simples o acesso ao conteúdo das análises textuais e, por conseguinte, aos textos originais, sempre que se revelou necessário. Este processo foi realizado essencialmente com vista a olhar para os dados numa perspetiva diacrónica. Contudo, dificilmente se conseguiu alhear de atender também a uma perspetiva sincrónica-comparativa, pois esta última acabou por emergir e transparecer no processo de análise. Noutros termos, visto os autores dos textos retomarem assuntos que abordaram noutros artigos, rejeitarem argumentos de outros autores na fundamentação da sua opinião, entre outros efeitos característicos do jogo da prática, realçaram-se, aquando da elaboração da análise textual e sempre que se afigurou pertinente, aspetos de contexto diacrónico e sincrónico.

Em suma, procurou-se adotar durante todo o processo de análise e de discussão dos dados um posicionamento metodológico que, embora sempre pautado pelo rigor, permitiu assumir uma atitude flexível.

4.3.2 A análise de conteúdo e os textos da imprensa escrita

A análise de conteúdo que se aplicou a textos de artigos de dimensão reduzida, ou a segmentos de texto que versavam a INO como assunto claramente à margem do(s) tema(s) principal(is) do artigo, teve por base o recorte de cada texto e de cada excerto respeitante à INO em *Unidades de Informação* (UI) e a sua reorganização em categorias. Assim, o modelo de análise de imprensa a que se recorreu na análise destes textos foi aplicado pela primeira vez, em 1960, por Naville-Morin (Bardin, 2008; Chartier, 2003). Mais recentemente, este modelo foi adaptado por Chartier (2003). Segundo esta autora, pelo facto da quantidade de informação transmitida pelos média se apresentar otimizada (na tentativa de colocar o máximo no mais curto espaço), cada notícia é demasiado visível para passar despercebida e demasiado breve para ficar retida; como consequência disso, o leitor acumula as notícias antes de as seleccionar e simplifica-as antes de as assimilar.

Segundo Chartier, Naville-Morin estipulou um paralelo entre o modo de recorte das UI e o modo de seleção da informação por parte do leitor, pois, na sua opinião, a UI adapta-se ao modo de leitura. Voyenne, compatriota de Naville-Morin, por seu lado, estabeleceu, segundo Chartier (2003, p. 68), uma analogia entre os modos de leitura e a forma de recorte da informação: “qualquer jornal convida o leitor a fragmentar a leitura em notícias ‘independentes’, ao sabor da deslocação do olhar”. Na perspetiva de Chartier (2003) este movimento analítico que oscila entre os modos de leitura e o modo de recorte da informação aproxima-se da forma como o jornalista transmite no seu discurso um certo número de ideias a propósito de factos ou de acontecimentos que lhe despertaram interesse e o levaram a partilhá-los com o seu público.

Do ponto de vista lógico, as UI contêm o nível mais geral de compreensão de uma ideia, que é exatamente a que corresponde à realidade concretizada pelo leitor. Do ponto de vista semântico, a

UI pode compreender algumas palavras, uma frase completa ou um ou mais parágrafos, reatando a mesma ideia ou sentido sem que seja acrescentado mais algum significado (Chartier, 2003).

Com vista ao recorte da informação contida em cada um dos textos, tornou-se necessário definir as regras de recorte da informação em UI, ou seja, identificar as ideias ou assuntos, temas a recortar, a sua definição ou descrição precisa e a seleção de categorias de classificação. Consciente de que os métodos de análise de conteúdo obrigam a um grande distanciamento do investigador relativamente a interpretações espontâneas e, em particular, às suas próprias, como afirmam Quivy e Van Campenhout (1995/2008), este processo implicou uma leitura atenta de todos os textos e um cuidado e uma preocupação constantes com a transparência dos procedimentos e decisões.

À partida, face às questões de investigação, estavam definidas seis categorias de classificação: (a) o jornal, (b) o grupo profissional institucional do autor do texto/segmento de texto, (c) a data de publicação, (d) o tipo ou género de artigo dentro género jornalístico, (e) o contexto em que o tema da INO surgiu nesse texto/segmento de texto, e (f) o autor da voz no texto/segmento de texto. Após um processo de codificação e recodificação tendo por base o conteúdo dos textos, identificaram-se: (a) um conjunto de sete temas centrais do artigo no qual o assunto INO foi abordado; (b) um conjunto de três temas enquadradores do conteúdo, por sua vez subdivididos num total de 24 categorias; e (c) um conjunto de 17 agentes tipo, referidos ou citados pelo autor no excerto em análise (Anexo B).

Cada UI foi ainda caracterizada pela sua tonalidade positiva (+), negativa (-), ou neutra ou ambígua (0), consoante o seu autor manifestou uma opinião, crítica ou apreciação, respetivamente, favorável, desfavorável, neutra ou ambígua, relativamente ao assunto tratado, na categoria de conteúdo em que a essa UI se enquadrava. Deste modo, foi considerada positiva toda a opinião, informação, crítica ou apreciação que encorajou, favoreceu, suportou, apoiou, aderiu, subscreveu, susteve, consentiu ou apoiou o assunto em análise, quer tenha sido apresentada como sendo o seu ponto de vista quer tenha sido proferida como sendo de um autor por si referido ou citado; foi considerada negativa a opinião, informação, crítica ou apreciação que desencorajou, desfavoreceu, opôs-se, denegriu, rejeitou, desaprovou, destruiu, refutou, negou ou militou contra o assunto em análise, ainda que apresentada na perspetiva de um outro autor referido ou citado pelo autor do texto. Todos os enunciados factuais que descreveram de uma forma linear o assunto acontecimento ou incidente, sem que daí se inferisse qualquer juízo de valor, ainda que apresentados na perspetiva de um outro autor por si referido ou citado, foram considerados neutros. Consideraram-se, também, neutras todas as UI que revelaram uma tonalidade ambígua.

Finalizado o processo de recorte de cada texto em UI e encerrada a sua classificação procedeu-se ao tratamento dos dados. Partiu-se do geral para o particular e determinaram-se os valores dos índices de *parcialidade*, *orientação* e de *tendência-impacto* do conjunto total de UI. Determinaram-se também os valores dos índices de *visibilidade* e de *peso-tendência* (em relação ao

conjunto) bem como os índices de *parcialidade* e de *orientação* por temas enquadradores e por categorias de conteúdo, de acordo com o método indicial proposto por Chartier (2003).

O índice de *tendência-impacto*—definido pelo quociente da diferença entre o número de UI classificadas com tom positivo (UI^+) e o número de UI classificadas com tom negativo (UI^-) e a sua soma, $(UI^+ - UI^-)/(UI^+ + UI^-)$, com sinal dado pelo tom predominante—, mede a impressão global que permanece na opinião pública ou que esta retém de determinado assunto apresentado pelos média. Em certa medida, este índice é, na nossa opinião, uma forma de quantificar a eficácia da luta de opiniões nos jornais, como sendo uma luta por uma opinião do público, isto é, por indivíduos que abraçarão a opinião publicada como sua, ou seja, que a apresentarão como sendo a “sua” opinião, como Silveirinha (2004) refere, citando Tönnies. Este índice de tendência-impacto, ao utilizar apenas as UI parciais (+ ou -) ignorando as unidades neutras (UI^0), detém-se sobre a opinião parcial, ou seja sobre aquela em que o autor manifesta o seu compromisso com o assunto. Na opinião de Chartier (2003), a imprensa, na seleção dos assuntos e na sua forma de apresentação, esforça-se por responder aos gostos e às necessidades do auditório para que lhe permaneçam fiéis; ao fazê-lo revela, por uma espécie de simbiose, o estado de espírito da opinião pública. Assim, quanto mais afastado do zero estiver o índice de tendência-impacto mais a imagem do acontecimento se embeleza ou se deteriora; por sua vez, quanto mais se aproxima do lado negativo tanto mais a impressão negativa do discurso deixa marca ou resíduo desfavorável na opinião pública.

O índice de *peso-tendência*, ou seja a tendência-impacto aplicada aos temas ou às categorias, permite visualizar o peso de certa categoria relativamente à tendência-impacto, e por conseguinte elucida sobre a forma como cada categoria concorre para o valor do índice de tendência-impacto registado no tema onde se encontra inserida. Por sua vez, a comparação dos pesos-tendência entre si permite saber onde é feita a maior aposta na opinião, ou seja, localiza o problema; é essencialmente neste ponto, ou seja, na introdução deste índice, que residiu a adaptação feita por Chartier (2003) ao modelo de Naville-Morin. O valor do índice peso-tendência de um tema enquadrador ou categoria obtém-se fazendo o quociente entre a diferença do número de UI^+ com o número de UI^- do tema enquadrador (quando aplicado aos temas) ou da categoria em análise, pela soma do número de UI parciais totais.

O índice de *parcialidade*—determinado pelo quociente entre a soma do número de UI^+ e o número de UI^- e número total de UI, $(UI^+ + UI^-)/(UI^+ + UI^0 + UI^-)$ —, em oposição à neutralidade, indica a parcialidade média da opinião emitida sobre o assunto. Este índice mede o interesse e o fervor com que a imprensa cobre um determinado assunto, a paixão com que fala do mesmo, quer em tom favorável (+) quer em tom desfavorável (-).

O índice de *orientação*—determinado pelo quociente entre a diferença do número de UI^+ e o número de UI^- e o número total de UI, $(UI^+ - UI^-)/(UI^+ + UI^0 + UI^-)$, com sinal dado pelo

sinal do tom predominante—, informa em que medida o artigo ou conjunto de artigos apresentam aspetos favoráveis ou desfavoráveis ao tema em estudo, quantificando, assim, a convicção com que os autores, de um modo geral, tratam o assunto.

O índice de *visibilidade* ou de presença indica a frequência, em percentagem, de um tema ou categoria em relação aos restantes, independentemente da sua orientação ou parcialidade e, é um indicador da importância dada ao assunto, no quadro em que se insere.

Por último, sublinham-se dois aspetos que revelam a pertinência deste método. O primeiro prende-se com a comparação dos valores dos índices de visibilidade e de peso-tendência a qual mostra que alguns grupos de UI, apesar de revelarem menor presença, podem ter um impacto mais determinante que outros, relativizando assim os efeitos decorrentes da maior visibilidade dada a um aspeto particular. O segundo, prende-se com o facto de que quanto maior for a parcialidade e mais elevada a orientação de uma categoria de conteúdo tanto maior poderá ser o seu peso-tendência, ou seja, quanto maior forem o fervor com que o autor debate determinado tópico e a convicção que coloca na argumentação tanto maior será a impressão que deixa na opinião pública (Chartier, 2003).

Capítulo V: As Vozes dos Agentes e os Contextos de Produção

Neste capítulo dão-se a conhecer os resultados da pesquisa realizada. Numa primeira secção apresenta-se um panorama geral da composição da amostra do estudo, referindo o número de publicações por ano e por jornal, a tipologia dentro do género jornalístico, uma breve caracterização dos autores dos artigos de opinião e o número de textos de cada jornal que foram analisados por cada um dos métodos atrás descritos.

Numa segunda secção apresentam-se e analisam-se os resultados (parcelares) obtidos mediante a aplicação do método de análise de conteúdo aos excertos e textos de curta dimensão.

Os dados que se apresentam nas duas últimas secções decorrem da análise de textos de opinião e de textos do género notícia e reportagem aos quais foi aplicado o método de análise do discurso. Assim, a análise que aí se faz está subdividida em secções e foi elaborada numa perspetiva diacrónica e sincrónica-comparativa, tendo por base a análise textual efetuada a cada artigo de que nos Anexos C, D e E se mostram alguns exemplos.

5.1 Panorâmica geral sobre os dados recolhidos

Dos 368 artigos recolhidos, a maioria, 218 (59,24%), foi publicada pelo jornal *Público*; 77 (20,92%) artigos foram publicados pelo *Correio da Manhã* e 73 (19,84%) pelo *Expresso*. Ainda assim, o *Expresso* parece ter sido, de entre os três jornais, o que, proporcionalmente, maior importância deu à INO¹⁰³. A Tabela 5.1 apresenta a respetiva distribuição por género jornalístico e jornal.

Tabela 5.1: Número de textos por jornal e por género jornalístico

Género jornalístico	PÚBLICO	C.M.	Expresso	Totais
Notícia Breve/Notícia/Reportagem	148	57	38	243
Opinião (opinion makers)/ Entrevistas ¹⁰⁴	51	9	27	87
Cartas (leitores)	19	11	8	38
Totais	218	77	73	368

¹⁰³ Considerando o número de edições de cada jornal em que a pesquisa incidiu encontramos a seguinte relação respeitante às razões entre o número de textos recolhidos e o número de edições pesquisadas por jornal:

$$\frac{73}{468}(\text{Expresso}) > \frac{218}{1625}(\text{PÚBLICO}) > \frac{77}{1679}(\text{Correio da Manhã})$$

¹⁰⁴ Do *corpus* de pesquisa fazem parte 14 entrevistas: duas publicadas no *Correio da Manhã*, cinco no *Expresso* e sete no PÚBLICO (Veja-se anexo A). A única que versa a INO como assunto principal foi da responsabilidade do PÚBLICO.

Os géneros *notícia* e *reportagem* constituem a maior parte (66,0%) dos artigos que integram o *corpus* de pesquisa, registando-se no Correio da Manhã a maior percentagem (74%); apesar das notícias e reportagens corresponderem à maior parte das publicações que se encontraram no Expresso em torno da INO (52,1%), esse valor é o menor dos três jornais (veja Gráfico 5.1). Por sua vez, o Correio da Manhã foi o jornal que contribuiu com uma maior percentagem de cartas de leitores, ou seja, 14,3% dos artigos deste jornal são da autoria de leitores, ao passo que nos jornais Público e Expresso esses valores são 8,7% e 11,0%, respetivamente. Por outro lado, o Correio da Manhã foi o que menos publicou artigos de opinião em torno da INO, e o que mais privilegiou a publicação de artigos do género notícia (apenas um artigo é do género reportagem).

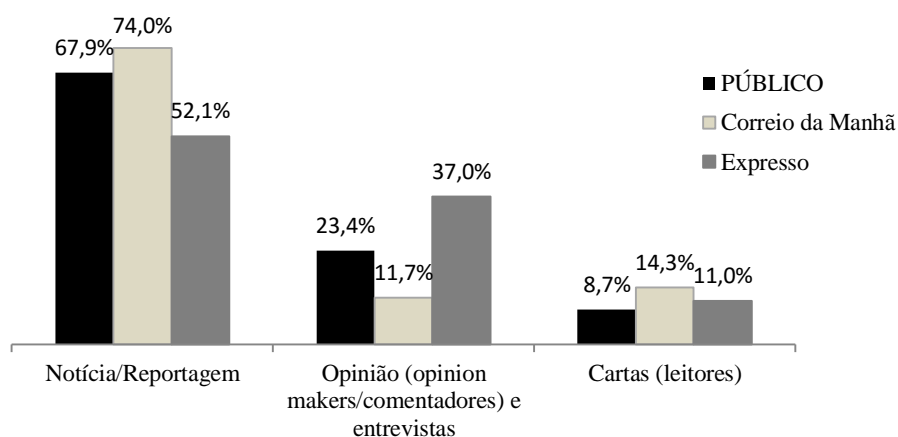


Gráfico 5.1: Percentagem de artigos que integram o *corpus* de pesquisa publicados por *género* dentro de cada jornal

O Expresso, em relação ao total de artigos que publicou em torno da INO, foi o jornal que apresentou um maior peso (37,0%) de artigos de opinião quer de *opinion makers* quer de atores entrevistados; estes dados parecem refletir a tendência que os leitores do Expresso vinham manifestando desde 2002: “No ‘Expresso’ as páginas de opinião são as mais lidas, [...], de acordo com os dados do Bareme Imprensa da Marktest, de Julho de 2002” (Barriga, 2007, p. 23). Contudo, estes artigos constituem apenas 31,0% do número total de artigos de opinião (incluindo as entrevistas concedidas aos jornalistas, regra geral, por figuras públicas) que integraram o *corpus*; 58,6% dos artigos destes dois géneros pertencem ao PÚBLICO (incluindo-se também os editoriais) e apenas 10,3% foram publicados no Correio da Manhã.

Os artigos de opinião exclusivamente de *opinion makers* (ou seja, as designadas colunas de opinião) do Expresso que foram publicados em 2011 e 2012 perfazem mais de 50% (exatamente 63,6%), à semelhança do que sucedeu no Correio da Manhã, embora neste jornal a concentração nesse mesmo período—que coincidiu com a fase de transição de legislatura e início da governação do XIX Governo Constitucional—tenha sido maior (85,7%), mas menos significativa em valor absoluto; já os *opinion makers* no PÚBLICO mantiveram o assunto em agenda de forma mais regular entre 2007 e 2013 (veja Gráfico 5.2).

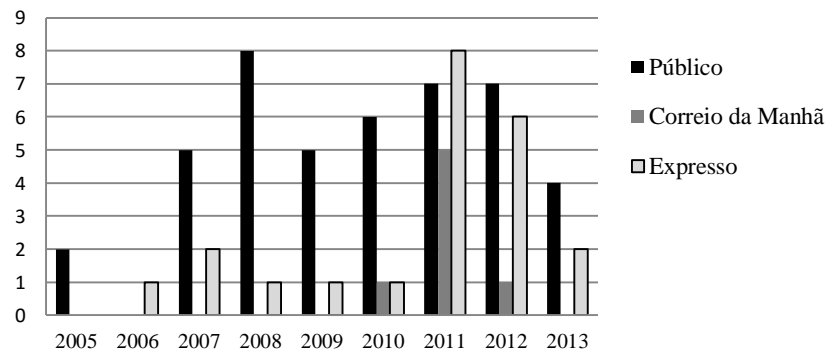


Gráfico 5.2: Número de artigos de opinião exclusivamente de *opinion makers* que integraram o *corpus* de pesquisa, publicados por ano em cada jornal

De entre os atores que na qualidade de *opinion makers* argumentaram, em maior ou menor profundidade sobre a INO, no espaço reservado ao efeito por estes jornais, encontra-se um conjunto de personalidades bem conhecidas do público português. Assim, assinam artigos de opinião pelo PÚBLICO Ana Benavente (secretária de Estado da Educação nos XII e XIII Governos Constitucionais¹⁰⁵), António Barreto (ministro do Comércio e Turismo do VI Governo provisório e ministro da Agricultura e Pescas no I Governo Constitucional), António Correia de Campos (ministro da Saúde no XVII Governo), António José Seguro (Secretário-geral do PS entre 2011 e 2014, deputado ao Parlamento Europeu entre 1999 e 2001, ministro Adjunto do Primeiro ministro do XIV Governo Constitucional entre 2001 e 2002), Carlos Zorrinho (Coordenador do PT), Graça Franco (jornalista), Helena Matos (jornalista), Hugo Mendes (sociólogo), João Sebastião (académico), Jorge Moreira da Silva (ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia do XIX Governo), José Pacheco Pereira (deputado pelo PSD em quatro legislaturas), Luís Capucha (presidente da ANQ), Luís Vidigal (docente do ensino superior Politécnico), Rui Baptista (professor e co-autor do blogue "De Rerum Natura"), Rui Fiolhais (gestor do POPH), S. José Almeida (jornalista), Santana Castilho (professor do ensino superior) e Vital Moreira (deputado à Assembleia Constituinte entre 1975-1976, deputado à Assembleia da República de 1976 a 1982 e de 1996 a 1997, deputado ao Parlamento Europeu entre 2009 e 2014).

Assinam artigos de opinião pelo Correio da Manhã (C.M.) Emídio Rangel (jornalista), Eduardo Cabrita (deputado pelo PS), José Eduardo Moniz (jornalista), Leonardo Ralha (jornalista, repórter), Mário Nogueira (secretário-geral da Federação Nacional de Professores) e Pereira Coutinho (jornalista, escritor, historiador). O corpus de pesquisa integra ainda, pelo Expresso, um artigo de opinião de grupo, António Carrapatoso (empresário, membro da comissão instaladora do

¹⁰⁵ Não se pretende definir um perfil completo de cada *opinion maker*; o objetivo é situar cada um destes protagonistas em função do lugar que ocupam no “jogo político”, ou do “chapéu” que utilizam quando assinam o artigo, pelo que, sempre que possível, privilegiou-se o perfil político.

movimento Compromisso Portugal), Joaquim Goes (ex. administrador do Banco Espírito Santo) e Rui Ramos (historiador), e outros artigos de opinião de Cristina Figueiredo (jornalista), Daniel Oliveira (jornalista), Fernando Marinha (jornalista), Maria de Lurdes Rodrigues (ministra da Educação do XVII Governo Constitucional), Mário Crespo (jornalista, repórter), Miguel Sousa Tavares (jornalista), Pedro Adão e Silva (sociólogo, académico), Poul Nyrup Rasmussen (presidente do Partido Socialista Europeu e antigo Primeiro-ministro da Dinamarca) e José Vieira da Silva (ministro do Trabalho e da Solidariedade Social no XVII Governo Constitucional, ministro da Economia, Inovação e Desenvolvimento no XVIII Governo), de Ricardo Costa (jornalista e diretor do Expresso), Roberto Carneiro (secretário de Estado da Educação do VI Governo Constitucional, secretário de Estado da Administração Regional e Local no VIII Governo Constitucional, ministro da Educação no XI Governo Constitucional), e Valter Lemos (secretário da Estado da Educação do XVII Governo). Desta longa lista verificamos que, salvo uma ou outra exceção, alguns destes atores ocupavam ou já haviam ocupado cargos de elevada responsabilidade em instituições públicas, em governos, partidos políticos ou nos meios de comunicação social e, de um modo geral, intervêm no espaço público nestes e noutros jornais, na televisão e na rádio, com maior ou menor regularidade, sobre uma diversidade de assuntos que consideram ser do interesse público.

A INO foi uma política que se manteve em discussão no espaço público durante os anos em que o programa esteve em vigor (veja Gráfico 5.3). Em 2009 e 2011 localizam-se os anos de maior incidência de artigos sobre o assunto, os quais coincidem com duas mudanças de legislatura.

O número de artigos publicados na vizinhança do processo eleitoral relativo às eleições legislativas que tiveram lugar a 5 de junho de 2011 é bastante significativo da importância política atribuída à INO. Dos 65 artigos publicados em 2011, cerca de metade 50,8%, situaram-se em maio e junho. À partida poderemos estar perante uma situação designada metaforicamente por *janela de oportunidade* (Kingdon, 2011), contudo é prematuro decidirmo-nos por esta hipótese pois só perante uma análise do tipo de artigos, notícia ou opinião, quer dos seus autores e do conteúdo dos mesmos poderemos retirar alguma conclusão para além da evidência que mostra que a INO foi tema de debate durante o período de propaganda eleitoral.

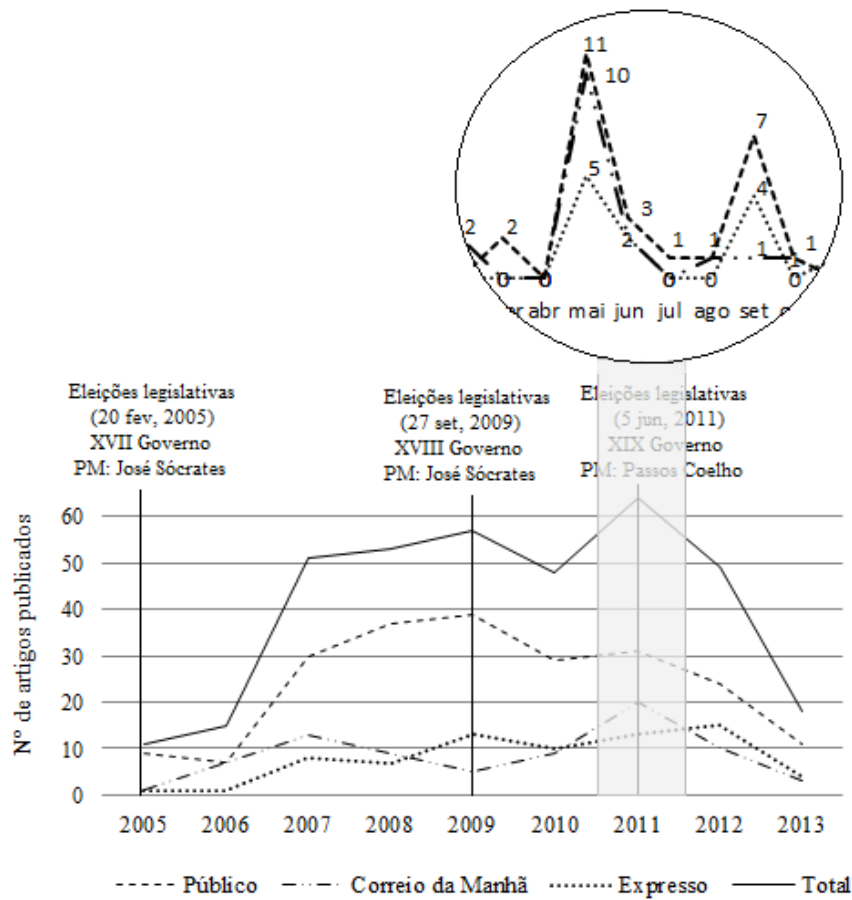


Gráfico 5.3: Visibilidade dada à INO por cada jornal e pelo conjunto dos três jornais, com destaque para o período correspondente à vizinhança de 5 de junho, data das eleições legislativas de 2011.

Como atrás se referiu, muitos destes artigos ou versam a INO pontualmente ou são de tamanho bastante reduzido. A estes foi aplicada uma análise de conteúdo, ao passo que a análise dos restantes foi feita mediante o método de análise do discurso. As Tabelas 5.2 e 5.3 mostram o número de artigos, por género e por jornal, a que foi aplicado cada um dos métodos de análise.

Tabela 5.2: Número de artigos que foram analisados mediante o método de análise do discurso, distribuídos por jornal e por género jornalístico

Método de Análise	Género jornalístico	PÚBLICO	C.M.	Expresso	Totais
Análise do discurso	Notícia/Reportagem	65	20	11	96
	Opinião (opinion makers)/ Editorial/Entrevista	11	1	6	18
	Cartas (leitores)	12	0	0	12
	Totais parciais	88	21	17	126

Tabela 5.3: Número de artigos que foram analisados mediante o método de análise de conteúdo, distribuídos por jornal e género jornalístico

Método de Análise	Género jornalístico	PÚBLICO	C.M.	Expresso	Totais
Análise de conteúdo ¹⁰⁶	Notícia/Notícia breve/Reportagem	83	37	27	147
	Opinião (opinion makers)/Entrevista	40	8	21	69
	Cartas (leitores)	7	11	8	26
	Totais parciais	130	56	56	242

5.2 A notícia e a opinião em textos de dimensão reduzida

Esta secção reporta-se especificamente aos 242 artigos (que correspondem a 48 artigos completos de dimensão reduzida, em alguns casos apenas uma frase sobre a INO, e 194 segmentos de textos que abordam pontualmente a INO), os quais foram submetidos à análise de conteúdo. Os assuntos/tópicos em torno da INO surgiram nestes textos inseridos num contexto que integra sete temas principais, descritos no Anexo B: Educação, INO, Governação, Eleições e políticas partidárias, Manifestações e conflitos, Eventos, PT/PNACE/ENDS/PNE/Questões socioeconómicas e Enquadramentos diversos (veja Gráfico 5.4)

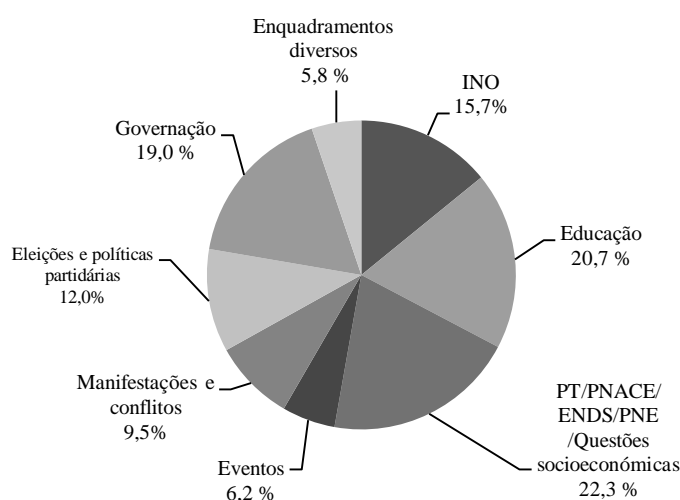


Gráfico 5.4: Contextos em que a INO foi abordada em textos de curta dimensão

O quadro que serviu com maior frequência de cenário para abordar a INO foi de facto aquele em que o Programa teve sua origem, isto é, enquadrado no âmbito do Plano Nacional de Emprego—PNE—e do Plano Tecnológico (PT) e muito associado a questões sociais e do emprego. Isso acontece em 22,3% destes textos. Da leitura do Gráfico 5.4 sublinha-se também que a INO

¹⁰⁶ Correspondente a 48 artigos completos de dimensão reduzida e 194 excertos

surgiu em 12% destes 242 artigos num contexto de propaganda eleitoral para eleições legislativas ou de política partidária e que, em 9,5% desses 242 artigos abordavam manifestações e conflitos. A INO foi abordada num contexto em que um dos temas principais é a Educação, apenas em 20,7% dos textos. Por sua vez, 38 (15,7%) dos 242 textos versaram unicamente a INO.

Aos 48 artigos completos e aos 194 excertos aplicou-se o método de análise de conteúdo descrito em § 4.3.2. Após o recorte de cada texto obteve-se um total de 547 UI as quais foram classificadas por temas enquadradores e respetivas categorias, e tonalidade. A Tabela 5.4 fornece uma visão panorâmica sobre a forma como a INO foi abordada nesses artigos.

Tabela 5.4: Visão panorâmica por temas enquadradores

Repartição das UI	Número de UI	Índices em relação ao conjunto		Índices por temas enquadradores	
		Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %
Temas enquadradores					
INO: A Política	233	42,6	26,5 +	64,8	40,8 +
INO: Implementação/Operacionalidade	153	28,0	0,0	52,3	0,0
INO: Avaliação e alterações	161	29,4	19,5 -	79,5	43,5 -
Perceção geral - Visão de conjunto sobre a INO					
Totais	547	100			
Parcialidade e Orientação				65,6	4,6 +
Impacto e tendência das notícias e opiniões			7,0 +		

De um modo geral a impressão foi positiva (valor do índice *peso-tendência* de 7,0 % com sinal +), o assunto foi abordado com interesse e convicção, e num tom globalmente favorável. Para este efeito contribuiu bastante a forma como foram tratados os tópicos que se incluíram no primeiro tema enquadrador, *INO: A Política*, o qual aborda a problemática da educação e da qualificação dos portugueses, a agenda decisional, o modelo e as suas intencionalidades. Este foi o tema a que foi dada maior importância (42,6% de visibilidade) e, de entre os três temas enquadradores, o único trabalhado globalmente com uma tonalidade positiva (valor do índice *orientação* de 40,8% com sinal +). Já o terceiro tema, *INO: Avaliação e alterações* (que aborda questões como a perceção dos efeitos da INO, os assuntos em torno da sua avaliação, as alterações que foram introduzidas pelo XIX Governo e todo um conjunto de juízos acerca do valor e do mérito da INO), foi tratado de um modo geral com bastante interesse e convicção (ainda que apenas três em cada dez UI digam respeito a estes assuntos), mas num tom predominantemente desfavorável; como consequência, o leitor terá ficado com uma impressão negativa sobre o tema (-19,5%). Por sua vez, o tema *INO: Implementação/ Operacionalidade* (que compreende informações e opiniões sobre os recursos afetos à INO e todo o processo de acompanhamento da política e monitorização dos indicadores quantitativos) foi tratado com interesse, mas as notícias e as opiniões veiculadas pelos três jornais

dividiram-se no tom com que o assunto foi abordado; o posicionamento não foi neutro, mas resultou num equilíbrio de notícias e opiniões favoráveis e desfavoráveis sobre este tópico (valor do índice *Orientação* resultante igual a 0,0%).

As tabelas seguintes fornecem uma perspectiva mais focalizada da situação, contribuindo para perceber onde foi posicionada a tónica e qual o assunto ou a questão específica que mais concorreu para a visão global dentro de cada tema enquadrador.

A Tabela 5.5 apresenta os resultados respeitantes ao tema *INO: A Política*. Na análise destes resultados constata-se que: (a) as questões a que foi dada maior importância dizem respeito ao *Eixo Adultos*, *Agenda decisional* e à categoria que se designou como *Problema*, a qual incorpora os diagnósticos sobre a qualificação dos portugueses e as referências aos níveis de sucesso e de abandono escolar; (b) nas categorias que respeitam às intencionalidades atribuídas à INO, a que foi referida mais vezes prende-se com a sua dimensão económica. Salienta-se também o facto de em todas as categorias, exceptuando as que respeitam a assuntos relacionadas explicitamente com o *eixo Jovem* e com os *objetivos operacionais e metas*, o tom utilizado ter sido favorável, registando a categoria *Problema* o maior valor do índice peso-tendência.

Tabela 5.5: Índices por categoria de conteúdo no tema *INO: A Política*

Categorias	UI	Visibilidade %	Parcialidade %	Orientação %	Peso-tendência %
Problema	35	15,0	88,6	88,6 +	8,6 +
Agenda política/decisional	46	19,7	73,9	43,5 +	5,6 +
Modelo/Programa INO	30	12,9	73,3	20,0 +	1,7 +
Eixo Jovem	16	6,9	68,8	6,3 –	0,3 –
Eixo Adultos	49	21,0	51,0	42,9 +	5,8 +
Intencionalidades: função económica	21	9,0	47,6	38,1 +	2,2 +
Intencionalidades: função democrática	3	1,3	100,0	100,0 +	0,8 +
Intencionalidades: função de desenvolvimento pessoal	5	2,1	100,0	100,0 +	1,4 +
Intencionalidades: melhoria dos níveis de abandono escolar e de sucesso	7	3,0	57,1	57,1 +	1,1 +
Objetivos operacionais e metas	21	9,0	28,6	9,5 –	0,6 –
Perceção geral					
Totais	233	100,0			
Parcialidade e Orientação			64,8	40,8 +	
Impacto e tendência					26,5 +

Ora, a ênfase nos diagnósticos “sombrios” da educação surge aqui com destaque, reforçando a necessidade de intervenção por parte do poder político, ou seja, difundindo os argumentos utilizados pelo governo para legitimar a INO (note-se o valor positivo e, também, relativamente elevado do peso-tendência da categoria *agenda decisional*).

Os tópicos relacionados com a implementação e acompanhamento da INO (tema *INO: Implementação/Operacionalidade*) foram tratados, por um lado, de modo muito pouco consensual

no que respeita ao tom utilizado (veja Tabela 5.6). Por outro lado, os valores obtidos no índice de orientação indiciam um menor interesse do que no tratamento dado ao primeiro tema, *INO: A política*; no debate em torno deste segundo tema, os seus autores limitaram-se a constatar factos ou a informar, recorrendo a um modo pouco enfático de transmitir a mensagem (quase metade das UI—80 em 153—são neutras). Contudo, foi colocada uma tónica favorável quer nos níveis de adesão dos portugueses e do mundo empresarial à INO, quer no seu sucesso em termos do alcance dos objetivos e das metas preconizadas, registando-se nestas categorias (*Protocolos* e *Monitorização de indicadores quantitativos*) os únicos valores positivos do índice de peso-tendência. Os anúncios e as campanhas e a utilização do sucesso da INO no âmbito da propaganda eleitoral, foram os aspetos focados mais desfavoravelmente e onde foi posicionado o problema (valor do índice peso-tendência de $-4,2\%$) no âmbito dos tópicos sinalizados neste tema.

Tabela 5.6: Índices por categoria de conteúdo no tema *INO: Implementação/Operacionalidade*

Categorias	UI	Visibilidade %	Parcialidade de %	Orientação %	Peso-tendência %
Recursos humanos e estruturas orgânicas	11	7,2	63,6	27,3 –	0,8 –
Recursos materiais e financeiros	36	23,5	47,2	8,3 –	0,8 –
Protocolos	13	8,5	46,2	46,2 +	1,7 +
Diplomas/computadores	7	4,6	0,0	0,0	0,0
Anúncios/campanhas e outras ações de divulgação e acompanhamento empreendidas pelo Governo	27	17,6	63,0	55,6 –	4,2 –
Monitorização de indicadores quantitativos	44	28,8	56,8	47,7 +	5,8 +
Alterações – XVII e XVIII Governos	15	9,8	53,3	40,0 –	1,7 –
Perceção geral					
Totais	153	100			
Parcialidade e Orientação			52,3	0,0	
Impacto e tendência					0,0

Estes textos, de um modo geral: (a) mostram uma certa concordância dos seus autores ou personagens citados ou referidos com a ideia da existência de um problema de qualificação da população portuguesa e concordância com o facto do XVII Governo ter introduzido este tema na sua agenda; (b) apresentam uma perspetiva favorável relativamente à INO em termos conceptuais; (c) dão uma visibilidade relativamente grande aos níveis de adesão a esta iniciativa, incentivando deste modo a sua procura; e (d) revelam interpretações favoráveis aos efeitos desta iniciativa em termos de melhoria da autoestima, de emancipação das pessoas e de transformação social. Porém, a maioria dos *juízos* formulados acerca da INO (41 em 62) foi desfavorável e produziu um efeito bastante negativo no discurso sobre esta política educativa (valor do índice peso-tendência de $-9,2\%$ em $-19,5\%$), como se pode ler na Tabela 5.7.

Tabela 5.7: Índices por categoria de conteúdo no tema *INO: Avaliação e alterações*

Categorias	UI	Visibilidade %	Parcialidade %	Orientação %	Peso- tendência %
Avaliação -Processo	13	8,1	84,6	84,6 –	3,1 –
Sinalização de efeitos no emprego e na empregabilidade	12	7,5	91,7	25,0 –	0,8 –
Sinalização de benefícios pessoais	7	4,3	100,0	100,0 +	1,9 +
Sinalização de benefícios sociais	7	4,3	100,0	100,0 +	1,9 +
Juízos acerca do valor e do mérito da INO	62	38,5	79,0	53,2 –	9,2 –
Alterações - XIX Governo	35	21,7	65,7	48,6 –	4,7 –
Sinalização de efeitos ou do impacto das alterações efetuadas pelo XIX Governo	25	15,5	80,0	80,0 –	5,6 –
Perceção geral					
Totais	161	100			
Parcialidade e Orientação			79,5	43,5 –	
Impacto e tendência					19,5 –

No que respeita ao contributo da INO, foi apresentada uma perceção mais otimista em relação ao seu contributo para a melhoria da autoestima das pessoas, emancipação pessoal e transformação social, embora tenha sido dada muito pouca importância a estes dois aspetos. Já, as *alterações introduzidas pelo XIX Governo* à INO, as quais culminaram com o seu fim, a forma como se processaram e o impacto percebido foram alvo de muito interesse, mas abordadas numa perspetiva bastante desfavorável (valor do índice peso-tendência de –10,3% em –19,5%).

Procurou-se, também, saber qual a perspetiva apresentada por cada um dos três jornais individualmente. Constatou-se que metade das UI (49,9 %) dizem respeito a textos do PÚBLICO. Quer este jornal quer o C.M., de um modo geral, colaboraram para construir uma imagem positiva da INO (valores do índice de peso-tendência positivo e 29,8% e 4,5%, respetivamente), ao passo que a impressão deixada pelo Expresso foi globalmente negativa (–12,4%) (Veja Tabela 5.8).

Tabela 5.8: Visão apresentada por cada jornal sobre a INO

	<i>UI</i> ⁻	<i>UI</i> ⁰	<i>UI</i> ⁺	Total UI	Visibilidade %	Parcialidade %	Orientação %	Peso- tendência %
PÚBLICO	84	97	92	273	49,9	64,5	2,9 +	4,5 +
C.M.	33	55	61	149	27,3	63,1	18,8 +	29,8 +
Expresso	50	36	39	125	22,9	71,2	8,8 –	12,4 –

Um olhar focalizado revela alguns aspetos pertinentes para a compreensão da nossa problemática de investigação. De modo a sublinhar os pontos principais dos dados recolhidos evitando sobrecarregar o presente texto com a apresentação de uma multiplicidade de dados que pouco contribuiriam para clarificar o problema e atingir os objetivos da pesquisa, optou-se por apresentar por jornal, os valores dos diversos índices registados em cada tema, particularizando apenas num desses temas, ou seja, analisando o contributo dado por cada categoria no interior de

um dos temas, de modo a tentar perceber onde foi colocado o buslís. Assim sendo, (a) a Tabela 5.9 diz respeito ao PÚBLICO e o tema que aí se pormenoriza é o primeiro *INO: A política*, pois pareceu-nos ser neste tema que residem os aspetos mais pertinentes tocados por este jornal; (b) a Tabela 5.10 respeita aos dados do C.M. e, à semelhança do que se fez para o PÚBLICO, deu-se maior ênfase ao primeiro tema; e (c) a Tabela 5.11 apresenta a visão do Expresso e, neste caso, pormenorizou-se o último tema, ou seja, a *INO: Avaliação e alterações*.

Tabela 5.9: Visão do PÚBLICO por tema enquadrador e categorias dentro do tema *INO: A política*

Temas enquadradores	Índices em relação ao tema enquadrador			Índices por categorias			
	Número de UI	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %		
INO: A política	Categorias	Problema	19	16,1	8,5 +	78,9	78,9 +
		Agenda política/decisional	23	19,5	4,0 +	65,2	30,4 +
		Modelo/Programa INO	17	14,4	0,6 +	64,7	5,9 +
		Eixo Jovem	8	6,8	1,1 –	75,0	25,0 –
		Eixo Adultos	25	21,2	4,5 +	48,0	32,0 +
		Intencionalidades: função económica	11	9,3	2,3 +	54,5	36,4 +
		Intencionalidades: função democrática	1	0,8	0,6 +	100,0	100,0 +
		Intencionalidades: função de desenvolvimento pessoal	2	1,7	1,1 +	100,0	100,0 +
		Intencionalidades: melhoria dos níveis de abandono escolar e de sucesso	4	3,4	0,6 +	25,0	25,0 +
		Objetivos operacionais e metas	8	6,8	1,1 –	25,0	25,0 –
Repartição das UI		Índices por temas enquadradores					
INO: A política		118	43,2	19,9 +	60,2	29,7 +	
INO: Implementação/Operacionalidade		78	28,6	2,3 –	56,4	5,1 –	
INO: Avaliação e alterações		77	28,2	13,1 –	79,2	24,9 –	
Perceção geral - Visão do PÚBLICO							
Totais		273	49,9				
Parcialidade e Orientação					64,5	2,9 +	
Impacto e tendência das notícias e opiniões				4,5 +			

Assim, verifica-se que tanto no PÚBLICO como no C.M., a imagem otimista foi construída, em boa parte, por meio de uma visão pessimista da qualificação dos portugueses e da visibilidade dada a diagnósticos que sublinham o insucesso escolar, tópicos que se integraram no tema *INO: A Política*, os quais acentuaram a necessidade de uma intervenção ao nível da política educativa. Aliás, este foi o único tema abordado pelo PÚBLICO de forma mais otimista, ainda que tenha dado uma imagem negativa quer do eixo Jovem quer da questão em torno das metas e dos objetivos (Veja Tabela 5.9). O segundo e o terceiro temas, respetivamente *INO: Implementação/*

Operacionalidade e INO: Avaliação e alterações foram percebidos de forma pessimista. Para a forte impressão negativa deixada por este jornal relativamente às questões que se inseriram neste último tema (valor de peso-tendência -13,1%) contribuíram os *Juízos acerca do valor e do mérito da INO* (21 das 34 UI desta categoria foram emitidas num tom desfavorável e em apenas cinco foi usado um tom favorável) e os tópicos em torno das *Alterações – XIX Governo* (8 das 15 UI desta categoria foram emitidas num tom negativo e 6 foram proferidas num tom neutro/ambíguo).

Tabela 5.10: Visão do C.M. por tema enquadrador e categorias dentro do tema *INO: A política*

Repartição das UI		Índices em relação ao tema enquadrador			Índices por categorias			
		Número de UI	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %		
INO: A política	Categorias	Problema	9	13,2	9,6 +	100,0	100,0 +	
		Agenda política/decisional	14	20,6	11,7 +	78,6	78,6 +	
		Modelo/Programa INO	5	7,4	4,3 +	80,0	80,0 +	
		Eixo Jovem	4	5,9	2,1 +	50,0	50,0 +	
		Eixo Adultos	17	25,0	8,5 +	11,8	11,8 +	
		Intencionalidades: função económica	3	4,4	2,1 +	47,1	47,1 +	
		Intencionalidades: função democrática	2	2,9	2,1 +	66,7	66,7 +	
		Intencionalidades: função de desenvolvimento pessoal	3	4,4	3,2 +	100,0	100,0 +	
		Intencionalidades: melhoria dos níveis de abandono escolar e de sucesso	1	1,5	1,1 +	100,0	100,0+	
		Objetivos operacionais e metas	10	14,7	2,1 +	20,0	20,0 +	
		Temas enquadradores		Índices por temas enquadradores				
		INO: A política		68	45,6	46,8 +	64,7	64,7 +
INO: Implementação/Operacionalidade		41	27,5	3,2 +	46,3	7,3 +		
INO: Avaliação e alterações		40	26,9	20,2 -	77,5	47,5 -		
Perceção geral - Visão do jornal C.M.								
Totais		149	27,3					
Parcialidade e Orientação					63,1	18,8 +		
Impacto e tendência das notícias e opiniões				29,8 +				

De entre os assuntos abordados no primeiro tema enquadrador, além da importância dada ao défice de qualificação da população portuguesa, o C.M. deu também importância à agenda política do XVII Governo, ao eixo Adultos e aos objetivos operacionais e metas da INO. O terceiro tema enquadrador, *INO: Avaliação e alterações*, foi trabalhado globalmente por este jornal de forma negativa (veja Tabela 5.10), sendo o único a apresentar esta situação (índice de peso tendência no valor de -20,2%); os tópicos incluídos nas categorias *Avaliação-Processos*, *Juízos acerca do valor e do mérito da INO*, e *Sinalização de efeitos ou do impacto das alterações efetuadas pelo XIX Governo*, foram os abordados de forma mais negativa e que mais contribuíram para essa impressão desfavorável.

Nestes textos curtos, o semanário Expresso discutiu os temas em torno da INO deixando uma impressão global negativa (valor do peso-tendência negativo 12,4%). Todavia essa imagem depreciativa deveu-se essencialmente à forma como este semanário interpretou o terceiro tema. Os tópicos que se prendem com *Juízos acerca do valor e do mérito da INO, Alterações-XIX Governo e Sinalização de efeitos ou do impacto das alterações efetuadas pelo XIX Governo* foram aqueles a que este jornal deu importância, tendo-os debatido num tom negativo (veja Tabela 5.11).

Tabela 5.11: Visão do Expresso por tema enquadrador e categorias dentro do tema *INO: Avaliação e alterações*

Índices por temas enquadradores							
Temas enquadradores	Número de UI	Visibilidade %	Peso-tendência %	Parcialidade %	Orientação %		
INO: A Política	47	37,6	18,0 +	76,6	34,0 +		
INO: Implementação/Operacionalidade	34	27,2	1,1 +	50,0	2,94 +		
INO: Avaliação e alterações	44	35,2	31,5 –	81,8	63,6 –		
	Índices em relação ao tema enquadrador			Índices por categorias			
INO: Avaliação e alterações	Categorias	Avaliação—Processo	2	4,5	2,2 –	100,0	100,0 –
		Sinalização de efeitos no emprego e na empregabilidade	2	4,5	2,2 –	100,0	100,0 –
		Sinalização de benefícios pessoais	2	4,5	2,2 +	100,0	100,0 +
		Sinalização de benefícios sociais	0	0,0	0,0	0,0	0,0
		Juízos acerca do valor e do mérito da INO.	16	36,4	11,2 –	75,0	62,5 –
		Alterações—XIX Governo	13	29,5	10,1 –	84,6	69,2 –
		Sinalização de efeitos ou do impacto das alterações efetuadas pelo XIX Governo	9	20,5	7,9 –	77,8	77,8 –
		Perceção geral - Visão do jornal Expresso					
Totais	125	22,9					
Parcialidade e Orientação				71,2	8,8 –		
Impacto e tendência das notícias e opiniões				12,4 –			

Em suma, verificam-se algumas diferenças na forma como o PÚBLICO, o Expresso e o C.M. trabalharam os assuntos em torno da INO. Entre os aspetos comuns destacam-se a tonalidade positiva na forma como foi abordado o primeiro tema enquadrador e o tom negativo utilizado na abordagem do terceiro tema. No entanto, no interior de cada tema enquadrador encontraram-se bastantes semelhanças.

Na abordagem ao primeiro tema os três jornais: (a) enfatizaram a problemática em torno do défice de qualificação dos portugueses e deram visibilidade aos diagnósticos da educação, particularmente o PÚBLICO e o C.M., e, neste sentido, mostraram um posicionamento favorável relativamente a agenda do XVII Governo ao agir perante o problema; (b) deram pouca importância ao eixo Jovem, designadamente em comparação com o destaque oferecido ao eixo Adultos; (c)

divulgaram bastante as iniciativas tomadas em torno do eixo Adultos, particularmente o PÚBLICO e o C.M., tendo a opinião/informação no âmbito da vertente dos Adultos sido emitida pelos três jornais, num tom favorável; (d) deram relativamente pouca importância às intencionalidades da INO.

Apesar da perceção desigual do PÚBLICO relativamente aos outros dois jornais a respeito do segundo tema, regista-se um aspeto comum aos três jornais: a importância (medida pelo valor do índice de visibilidade) e o tom favorável na forma como os tópicos relacionados com a monitorização da INO, designadamente a respeito dos níveis de adesão da população à INO, foram analisados.

No terceiro tema a tónica foi posicionada por qualquer um destes jornais basicamente em três tópicos, tendo sido aí que o problema foi colocado: em primeiro lugar, regista-se relativa homogeneidade quer em relação à emissão de juízos depreciativos em torno da INO—sendo este provavelmente sinal de que a euforia deu lugar ao desencanto—, quer quanto à forma como os efeitos e o impacto negativo das alterações implementadas pelo XIX Governo (ou que recebiam que viessem a acontecer), foram percecionados pelos jornalistas, protagonistas e autores dos textos; em segundo lugar, os três jornais deram importância ao posicionamento do XIX Governo perante a INO e às alterações por si implementadas, resultando daí uma apreciação desfavorável nos três jornais; todavia, o desagrado manifestado pelo Expresso foi o mais expressivo; já o C.M. foi o que colocou menos convicção na sua divulgação. À semelhança dos outros dois, este jornal posicionou também a tónica em questões relacionadas com a avaliação da INO. A negatividade com que alguns tópicos foram abordados foi, porém, contrabalançada com a tonalidade favorável e a importância dada: (a) à agenda do XVII Governo Constitucional, por sua vez legitimada pelo défice da população portuguesa e pelo insucesso dos alunos; (b) às medidas implementadas no eixo Adultos; e (c) a aspetos relativos à monitorização da INO.

Por último, procurou-se conhecer, também, o contributo dos autores dos textos—jornalistas, *opinion makers* e figuras públicas entrevistadas por jornalistas, e leitores dos jornais—, para estes resultados que se encontram sintetizados na Tabela 5.12. Os leitores foram o grupo em que se verificou maior fervor e convicção na forma como a opinião foi emitida; apesar da fraca visibilidade dada a estes atores, a forma como se envolveram emotivamente no debate acabou por influenciar fortemente a impressão deixada sobre o tema.

Tabela 5.12: Visão apresentada por cada grupo de atores

	<i>UI</i> ⁻	<i>UI</i> ⁰	<i>UI</i> ⁺	Total UI	Visibilidade %	Parcialidade %	Orientação %	Peso- tendência %
Opinião/ Entrevista	73	37	70	180	32,9	79,4	1,7 –	2,1 –
Notícia/ Reportagem	60	138	110	308	56,3	55,2	16,2 +	29,4 +
Opinião do leitor	34	13	12	59	10,8	78,0	37,3 –	47,8 –

Os autores das cartas foram os mais críticos; formularam uma série de juízos negativos sobre a INO e sinalizaram negativamente os efeitos e o impacto das alterações implementadas pelo XIX Governo ou que supunham que este pretendia implementar; aliás, neste aspeto, em consonância com os dois outros grupos de atores. Sete autores das cartas do C.M. (11 no total) manifestaram uma opinião desfavorável da INO, fazendo-o, no entanto, sobretudo a partir de meados de 2010. Por outro lado, os jornalistas, os *opinion makers* e os atores entrevistados foram os que mais contribuíram para acentuar os diagnósticos que legitimaram a INO e os que maior concordância deram à agenda do XVII Governo a respeito desta política. O grupo dos *opinion makers* sublinhou desfavoravelmente os anúncios, campanhas e outras ações empreendidas por José Sócrates no âmbito da divulgação e acompanhamento da INO. Por seu lado, os jornalistas deram visibilidade e apresentaram dados relativos à monitorização da INO que mostraram uma sua face auspiciosa.

De entre os agentes referidos pelos autores dos textos aqui analisados destacam-se em primeiro lugar, com 19 referências, o primeiro-ministro e o Governo em funções à data da publicação, os restantes ministros e outros atores governamentais.

5.3 O debate e a argumentação em torno da INO: O espaço de opinião da imprensa escrita

Os espaços de opinião ocupam atualmente na imprensa escrita um lugar relevante. Através da difusão da opinião de um conjunto de atores, que aqui se tem vindo a designar por *opinion makers*, os jornais autopromovem-se (Barriga, 2007). Note-se que o Expresso teve na sua criação, em 1973, como colunista Francisco Sá Carneiro; além disso, as páginas de opinião do Expresso eram já em 2001 as mais lidas deste semanário (Barriga, 2007). Já o PÚBLICO, entre 2006 e meados de 2010, manteve uma assinatura exclusivamente para acesso *online* à opinião publicada na sua rubrica “Espaço Público”; também, em momentos particulares da nossa democracia, como é o caso dos períodos eleitorais, este jornal destaca na primeira página a lista de nomes dos autores que emitem opinião nessa edição, como foi o caso, por exemplo da edição do dia 5 de outubro de 2015, dia seguinte às eleições para as legislativas. Ora, a importância que a opinião destes atores (que analisam os mais variados assuntos) vem assumindo na imprensa escrita e, de um modo geral nos diferentes média (Barriga, 2007), justifica a pertinência de pesquisas que se debrucem sobre a forma como estes *opinion makers* concebem e analisam as questões educativas. Sendo assim, procurou-se conhecer o modo como a INO foi debatida no espaço de opinião dos três jornais, nos seus editoriais e em entrevistas sobre a INO, concedidas (por figuras públicas) a jornalistas.

Porém, os jornais dão também lugar à participação de atores que à partida se apresentam desinvestidos de qualquer capital simbólico, ou seja, os jornais consagram um espaço para a opinião dos leitores dos jornais. Estes espaços, aliás, de reduzida dimensão (Ribeiro, 2013), existem nos três jornais sob a forma de secções ou rubricas intituladas: “Correio do Leitor-Opinião”, como é o caso do C.M.; “Cartas ao Diretor/a”, no caso do PÚBLICO; e “Carta ao

Director” e “A carta da semana”, no semanário Expresso. Apesar de ser diminuto o número de textos publicados por edição, de se tratar de textos de pequena dimensão, alguns dos quais sofreram cortes antes da sua edição, e da agenda mediática influenciar as reflexões que os leitores propõem para publicação, como M. Silva (2007) verificou na pesquisa realizada no PÚBLICO sobre as “cartas ao Director”, considerou-se que os leitores poderiam trazer uma perspetiva diferente sobre a INO. Além disso, as motivações de um leitor ao pretender que a sua opinião seja publicada num periódico não são as mesmas de um colunista de jornal. Estes são aspetos que justificam a pertinência da análise das cartas dos leitores.

O processo de análise da opinião publicada nos jornais quer por *opinion makers* e outras figuras públicas quer por cidadãos no seu envolvimento numa cidadania ativa e enquanto leitores do jornal começou a ser desenvolvido, numa primeira fase, no parágrafo anterior, onde se analisaram os textos ou excertos de dimensão inferior a 151 palavras, nos quais se inseriram também uma boa parte das cartas dos leitores¹⁰⁷.

A primeira subsecção desta secção é dedicada ao debate e à argumentação sobre a INO em termos de opinião. Recorrendo à análise textual de 18 artigos de opinião que abordaram a INO num quadro que de algum modo a destacou—análise essa que foi efetuada mediante o método de análise do discurso anteriormente descrito e da qual se destacam dois exemplos no Anexo C—, apresenta-se nesta subsecção a respetiva análise contextual.

Na segunda subsecção analisam-se as vozes dos leitores dos jornais publicadas sob a forma de opinião nas rubricas suprarreferidas. Trata-se de 12 cartas publicadas pelo PÚBLICO que foram submetidas a uma análise textual (vejam-se dois exemplos no Anexo D) a qual serviu de base para a análise contextual que se apresenta.

5.3.1 As vozes dos *opinion makers* e dos agentes entrevistados

Dos 18 artigos analisados, seis foram publicados no semanário Expresso—um em 2010, quatro em 2011 e um em 2012—, 11 foram publicados no jornal Público—um em 2007, dois em 2008, quatro em 2010, três em 2012 e um em 2013— e um no C.M., em 2012 (veja Tabela 5.13).

¹⁰⁷ As cartas dos leitores do C.M. têm, por norma, uma dimensão extremamente reduzida, apesar de não revelarem ter sido reduzidas pelo jornal para efeitos de publicação. Já as cartas do Expresso variam no tamanho: “a carta da semana” é, regra geral, de maior dimensão que as restantes, apesar de também manifestar vários cortes no texto que indiciam a sua redução para efeitos de publicação. No entanto, as cartas da semana que encontramos versam vários assuntos, pelo que, apesar de terem sido incluídas no *corpus* de pesquisa, foram alvo de análise de conteúdo.

Tabela 5.13: Distribuição dos 18 artigos de opinião por jornal, data e autor

Jornal de publicação	Data	Autor
C.M.	23.05.2012	Mário Nogueira
	22.05.2007	Santana Castilho
PÚBLICO	06.12.2008	José Pacheco Pereira
	30.12.2008	Rui Fiolhais
	07.07.2010	Luís Capucha
	07.07.2010	Rui Baptista
	07.07.2010	Equipa Editorial
	23.10.2010 ¹⁰⁸	Luís Capucha
	11.01.2012	Rui Baptista
	28.03.2012	António José Seguro
	19.05.2012	Equipa Editorial
	16.02.2013	Luís Capucha
Expresso	25.09.2010	Fernando Madrinha
	21.05.2011	Maria de Lurdes Rodrigues
	21.05.2011	Pedro Adão e Silva
	03.06.2011	Roberto Carneiro
	24.09.2011	Valter Lemos
	07.07.2012	Daniel Oliveira

O tamanho médio dos artigos do PÚBLICO é aproximadamente de 600 palavras, variando entre as 300 e as 1300 palavras, ao passo que no Expresso o tamanho médio é de 500 palavras e variam entre 270 e 600 palavras, sendo o artigo de Daniel Oliveira o de menor dimensão. O artigo publicado no C.M. contém 184 palavras e, por isso, é o de menor tamanho neste *corpus*.

No que respeita a datas de publicação dos artigos, verifica-se que no caso do jornal Expresso e em termos de opinião, o assunto só foi abordado em maior profundidade a partir de setembro de 2010 concentrando-se a opinião no quadro dos debates eleitorais relativos às legislativas de 05 de junho de 2011 que conduziram à constituição do XIX Governo Constitucional. Por seu lado, o PÚBLICO manteve o assunto em agenda pelo menos desde 2007, com períodos de maior intensidade em 2010 e 2012. Já o C.M. parece ter dado menor importância ao assunto, em termos de opinião de comentadores, pois encontramos apenas uma publicação datada de 2012.

5.3.1.1 Os *opinion makers* e as formas de capital

À exceção dos dois editoriais contidos neste *corpus*, que não estão assinados e, por isso, traduzem a opinião da equipa editorial, os restantes artigos publicados pelo jornal Público estão assinados pelos respetivos autores, ora utilizando o perfil profissional institucional (a academia em alguns casos) ora recorrendo à sua filiação político-partidária. Já os artigos de opinião do jornal Expresso contêm, no antetítulo, a categoria institucional que cada autor utiliza na opinião que emite, exceto os de Fernando Madrinha e de Daniel Oliveira (jornalistas e comentadores políticos regulares deste jornal) que indicam apenas um endereço eletrónico e o de Pedro Adão e Silva que não possui

¹⁰⁸ Em entrevista conduzida pela jornalista Bárbara Wong.

qualquer outra referência, além do nome do autor. No C.M., Mário Nogueira assina o artigo como Secretário-Geral da Federação Nacional de Professores (FENPROF).

Um aspeto comum aos três jornais é o facto destes *opinion makers* serem todos figuras públicas bem conhecidas do público português, nomeadamente (a) por fazerem opinião com regularidade em diversos média (ex. rádio, televisão, jornais), como é o caso, por exemplo, de Pedro Adão e Silva e de Daniel Oliveira; (b) por terem exercido cargos políticos de relevo na área da Educação em governos anteriores, como é o caso de Roberto Carneiro, Santana Castilho, Maria de Lurdes Rodrigues e Valter Lemos; (c) por integrarem ou terem feito parte de estruturas desconcentradas de Ministérios, designadamente a ANQ; ou ainda (d) por terem exercido ou exercido à data da publicação deste(s) seu(s) artigo(s), cargos políticos relevantes, enquanto deputados ou secretários-gerais de partidos políticos ou estruturas sindicais.

Em suma, as elevadas formas de capital, escolar, cultural, social, político e mediático destes *opinion makers* não só legitimaram a sua opinião e credibilizaram a argumentação, como conferiram a essas opiniões maior valor simbólico. Aliás, o estatuto institucional assumido pelos próprios autores no final do texto (professor do ensino superior, historiador, docente de uma universidade, secretário-geral, gestor ou presidente de determinada estrutura ou programa), ou chamando à atenção no antetítulo do “chapéu” usado pelo autor no discurso (ex. ministra da Educação, ex. Secretário de Estado da Educação e do Emprego e da Formação Profissional, Coordenador da equipa de avaliação externa), tem também em consideração esse efeito na opinião pública.

5.3.1.2 Os assuntos, a linguagem e a retórica

Os assuntos concretos em torno da INO, tratados por estes *opinion makers*, dizem maioritariamente respeito à educação e formação de adultos e à ideologia, estratégia e ação dos governantes. Nomeadamente são abordados (a) os cursos EFA e a lei de acesso ao ensino superior; (b) os processos de RVCC e a respetiva avaliação das aprendizagens; (c) a adesão dos adultos à INO e a consequente mudança que a sua mobilização em torno da aprendizagem projetou na sociedade; (d) o impacto da certificação na vida pessoal e profissional dos adultos e na empregabilidade; (e) a avaliação da INO; (f) as questões orçamentais, e ainda (g) o ensino recorrente. O eixo Jovem, apesar de ter sido referido por alguns autores, foi omitido pela maioria, notando-se, por exemplo, que os CEF foram abordados apenas por um autor e os cursos profissionais foram mencionados superficialmente por cinco autores. As críticas à forma com alguns agentes argumentaram sobre a INO no espaço público, a interação entre os campos político e jornalístico e a questão da equidade no acesso ao ensino superior foram assuntos também discutidos nestes textos.

Em termos de linguagem e retórica, não obstante todos os autores apresentarem um discurso que expressou uma orientação clara da opinião que emitiram sobre os assuntos que abordaram

encontrou-se nestas publicações uma amplitude significativa. Destacam-se, de seguida, alguns aspetos mais significativos.

Alguns autores utilizaram uma linguagem formal e desenvolveram a argumentação de uma forma racional, sem fazerem uso de uma expressividade que diminuísse o poder da exposição através do raciocínio crítico; neste aspeto são de assinalar os artigos de Maria de Lurdes Rodrigues, Roberto Carneiro, com a particularidade, no caso deste último autor, de se desenvolver uma argumentação em torno da defesa da avaliação da INO que visa claramente um público com um capital escolar elevado. Outros autores, recorreram a uma linguagem bastante conotativa, com adjetivação ou recursos estilísticos que utilizaram tanto na formulação da opinião como na elaboração da respetiva argumentação; destacam-se aqui Rui Baptista e Santana Castilho, sendo o discurso do último autor ímpar neste aspeto.

Por seu turno Valter Lemos, quando argumentou sobre a agenda do XIX Governo Constitucional, fê-lo de uma forma muito mais apelativa do que quando se referiu às medidas de política educativa implementadas pelo XVII Governo, nas quais se reviu. Também Pedro Adão e Silva apresentou uma linguagem formal na parte do texto em que se referiu à INO e bastante mais conotativa quando se reportou ao discurso de Pedro Passos Coelho em campanha eleitoral. Fernando Madrinha também recorreu a algumas metáforas e à ironia, designadamente no título do seu texto “oportunidades simplex”, tomando a parte pelo todo numa referência a um caso mediático relacionado com o ingresso no ensino superior de alunos provenientes dos cursos EFA. Já na entrevista que Luís Capucha concedeu ao Público, que não se trata de uma transcrição direta de uma entrevista oral, é de registar a forma sucinta, clara e bastante incisiva como a jornalista colocou as perguntas e o formato bastante conciso das respostas do entrevistado que emitiu o seu parecer e procurou esclarecer e acrescentar informação, permitindo ao leitor melhorar o seu conhecimento sobre a INO e (re)orientar a sua opinião. Por seu lado, Daniel Oliveira recorreu a alguns recursos estilísticos, o que constitui um aspeto a que já nos habituou no seu discurso, os quais conferem um cunho pessoal ao seu estilo de escrita enfatizando o seu ponto de vista, nomeadamente quando faz uso da ironia a propósito de situações que envolvem o poder político.

5.3.1.3 Estratégias discursivas e posições ideológicas

Procurou-se sistematizar os resultados em função do posicionamento de cada autor perante a INO. Assim, o debate no jornal Expresso foi bastante homogéneo no que respeita à posição—favorável—dos cinco autores (Pedro Adão e Silva, Maria de Lurdes Rodrigues, Roberto Carneiro, Valter Lemos e Daniel Oliveira), em relação à INO. Note-se que três destes *opinion makers* tiveram uma intervenção significativa na criação, implementação e avaliação da INO. De qualquer modo, o enfoque da argumentação de cada um foi distinto e o objetivo principal foi claro: tratava-se de esclarecer a opinião pública, clarificando uma série de aspetos polémicos, mas

sobretudo visando influenciar a agenda do XIX Governo, de modo a dar continuidade à política de educação de adultos que consideraram estar em risco nesta legislatura.

Pedro Adão e Silva (21.05.2011), em pleno período de campanha eleitoral, sublinhou a mudança cultural que a INO estava a introduzir na sociedade portuguesa e a importância da qualificação para a competitividade da economia, devendo, no seu entender, ser esta a sua finalidade. O autor assumiu uma posição muito crítica do discurso de Pedro Passos Coelho em período de campanha eleitoral que, na sua opinião, encobria interesses eleitoralistas.

Maria de Lurdes Rodrigues (21.05.2011) realçou o grau de exigência da avaliação de adultos no âmbito da INO e o papel destes no desenvolvimento do país. Os processos de RVCC “existem há muito e em muitos países”, e Portugal apenas se atrasou na sua generalização. Admitiu “falhas” no sistema, passíveis de correção, mas que não justificavam as “críticas destrutivas” e o posicionamento da “direção do PSD”. Na mesma linha de Pedro Adão e Silva, considerou que a INO criou oportunidades para Portugal fazer a recuperação do défice de qualificação e “melhorou a vida das pessoas”, tornando o país “mais moderno e mais justo” pelo que não deveria ser interrompida por questões políticas e ideológicas.

O artigo de Roberto Carneiro (03.06.2011) foi publicado dois dias antes das eleições legislativas. Defendeu a avaliação efetuada ao eixo Adultos da INO pela equipa que coordenou. Rejeitou “o estigma de ‘facilitismo’ lançado sobre as NO” que, na sua opinião, por um lado, era alimentado pela comunicação social ao sustentar discussões inúteis em torno do assunto e, por outro, serviam apenas “querelas” eleitorais. Argumentou em torno da validade da metodologia de avaliação sublinhando o respetivo carácter científico e inovador. O autor (a) lembrou o diagnóstico que precedeu à INO, (b) sublinhou o facto de a INO dar continuidade a políticas que estão em vigor em Portugal há mais de 40 anos, (c) chamou a atenção para a importância dada a nível internacional à educação informal e não formal, e (d) destacou a expressão pública alcançada pela INO. Tal como Maria de Lurdes Rodrigues, o autor assumiu uma posição crítica sobre a forma de fazer política em Portugal em tempo de propaganda eleitoral: sublinhou que cabe ao Estado um papel fundamental na qualificação dos portugueses e apelou ao consenso para “consolidar um programa de requalificação maciça dos portugueses e a implantação gradual de um sistema de aprendizagem vitalícia”.

Valter Lemos (24.09.2011) recorreu à OCDE para legitimar a sua argumentação em torno da defesa de políticas educativas implementadas pelos XVII e XVIII Governos. Além de mostrar o seu acordo relativamente à generalização do ensino profissional às escolas secundárias, salientando o facto do relatório da OCDE 2011¹⁰⁹ já referir alguns efeitos positivos desta medida, dedicou também atenção à avaliação da INO. Criticou o ministro da Educação e da Ciência por querer

¹⁰⁹ O autor não refere o título do relatório: “Perspetivas da Educação: Indicadores da OCDE 2011”.

“avaliar o programa já avaliado por uma equipa científica independente”. Em termos ideológicos, sublinhou a necessidade de continuar a combater a desigualdade de oportunidades e o défice de qualificação que ainda persistiam.

Daniel Oliveira (07.07.2012), por seu lado, destacou o papel importante dos processos de RVCC na vida de pessoas pelo facto de serem oficialmente reconhecido pelo Estado os saberes adquiridos no trabalho ao longo da vida. Mas considerou que a massificação dos processos de RVCC trouxe problemas que tinham de ser corrigidos.

Fernando Madrinha, utilizando um tom depreciativo; em 2010 associa a INO a uma “via rápida” de acesso ao ensino superior descoberta por alunos que ingressaram nos cursos EFA após terem revelado insucesso no ensino secundário “regular”, reforçando desta forma a luta encetada pelo Expresso, principalmente pela mão da jornalista Isabel Leiria, no sentido de ver alterada a lei de acesso ao ensino superior no que respeitava ao ingresso dos candidatos provenientes dos cursos EFA.

No jornal Público as vozes foram bastante dissonantes. Santana Castilho (22.05.2007) criticou a INO, teceu fortes críticas à atuação do primeiro-Ministro, José Sócrates, e ao XVII Governo; privilegiou o saber académico e escolar e priorizou formas clássicas de validar as aprendizagens. Recorrendo a dados de uma entidade europeia, que não especifica, o autor interrogou-se sobre o que teria acontecido, “para tão grande mudança de atitude, em tão escasso tempo?” e, em resposta, argumentou: “Da multiplicidade de factores que integram uma possível resposta, destaca-se o oportunismo e a leviandade com que se [o Governo] procura popularizar e facilitar o que suporia trabalho acrescido e sacrifício pesado”. O autor assinalou problemas no desfazamento entre os objetivos preconizados no eixo Adultos e as respetivas estratégias, nos recursos humanos dos novos CNO, na celeridade dos processos de obtenção de certificação escolar e na forma de avaliação dos adultos.

Pacheco Pereira (06.12.2008) revelou uma posição favorável à ideia da INO mas de preocupação com o percurso da sua implementação. Salientou a necessidade de monitorizar a INO, no que respeita ao impacto na empregabilidade e na competitividade, sem a qual, no seu entender, a certificação não teria qualquer utilidade. Censurando, tal como Santana Castilho, a forma como dizia que José Sócrates usava a INO—“a politização e governamentalização da iniciativa” visível na “obsessão pelas estatísticas e os números redondos [...] a condição básica de exigência de certificação”—, Pacheco Pereira criticou os meios de comunicação social e exortou os jornalistas a reagirem ao “padrão comunicacional de subserviência ao poder”.

Rui Fiolhais (30.12.2008) assumiu uma posição claramente a favor da INO, publicitando o QREN-POPH e assumindo, assim, um ponto de vista institucional. Sublinhou o sucesso do eixo Jovem enquanto medida educativa e formativa de dupla certificação e enfatizou o impulso que a dupla certificação poderia dar em termos profissionais.

Na opinião de Rui Baptista (07.07.2010 e 11.01.2012) os CEF criaram um sucesso artificial. A sua argumentação baseou-se essencialmente em afirmações proferidas por outros autores no espaço mediático. Em 2012 congratulou-se com a ideia do fim da INO e mostrou-se confiante com as alterações que esperava ver implementadas pelo XIX Governo. Reforçou a questão da deficiente qualidade nos processos de certificação em ambos os pilares da INO e apelou à alteração da forma de ingresso ao ensino superior¹¹⁰ que, do seu ponto de vista, não era um processo equitativo.

Luís Capucha publicou a sua opinião no jornal Público, pelo menos três vezes (07.07.2010, 23.10.2010 e 16.02.2013). Demonstrou, de um modo geral, uma posição muito crítica da política do XIX Governo relativa aos processos de RVCC e enalteceu a agenda dos governos anteriores. Colocou a tónica na mudança que a INO produziu na sociedade e congratulou-se com os resultados obtidos que permitiam a convergência com os objetivos da Europa. Na entrevista dada ao Público em 2010, unicamente sobre o eixo Adultos, o autor teve oportunidade de responder a problemas levantados por Santana Castilho os quais, do ponto de vista da entrevistadora Bárbara Wong, eram também preocupações manifestadas no espaço público por essa altura. Luís Capucha porque era diretor da ANQ à data, agarrou a oportunidade e, entre outros aspetos, reforçou o facto do reconhecimento e da validação implicarem também qualificação com valor social, sublinhou que “o primeiro pilar da qualidade é a quantidade” e que as competências eram de facto demonstradas pelos formandos em processo RVCC. A questão do valor social da qualificação e do uso da certificação como “elevador social” foi também abordada pelo autor, partilhando do mesmo ponto de vista de Daniel Oliveira de que “há uma democratização mal tolerada do acesso aos diplomas escolares”. Relativamente aos efeitos da INO na empregabilidade, questão também rebatida por Valter Lemos, Capucha refere que a mesma “constituiu um fator de proteção face à grave crise de desemprego” pois não aumentou o desemprego entre os diplomados pela INO. Em 2013 o autor voltou a emitir opinião sobre os processos de RVCC congratulando-se, por um lado, pelo facto de estes terem sido contemplados no projeto de Portaria que criou os CQEP e, por outro lado, criticando veementemente as alterações introduzidas. Deixou ainda uma preocupação relativamente ao reduzido financiamento dos CQEP.

António José Seguro (23.03.2012) fez um discurso claramente político, de enaltecimento da política educativa do período de governação socialista dos anos anteriores. Saliu que o PS assumiu *a causa* da defesa da Escola Pública e sublinhou o papel da INO na promoção de maior igualdade, designadamente a igualdade de oportunidades. Destacou como aspeto positivo a diversificação das modalidades de educação e formação de adultos.

A equipa editorial do jornal Público dedicou pelo menos dois editoriais à INO (07.07.2010 e 19.05.2012). Em 2010 apresentou um posicionamento relativamente favorável à INO no que

¹¹⁰ Aspeto que também já havia sido alvo de atenção e de crítica por parte de Santana Castilho em 2007.

concerne ao eixo Adultos, essencialmente pela adesão que suscitou nos portugueses. Mas, não deixou de afirmar que talvez uma grande parte da população tivesse feito um uso pouco ético da INO “na tentativa de obter um grau académico sem esforço nem conteúdo” e como meio de ascensão social. Em jeito de resposta ou de antecipação a críticas relativamente ao uso político dos resultados da INO por parte do Governo, nomeadamente porque nesta mesma data o jornal Público divulgou uma notícia sobre o balanço que o XVII fez da INO, estes autores tomaram posição sobre o assunto: “É óbvio que os números hoje revelados pelo Governo para exprimir o sucesso do seu programa devem ser despidos da tentação da propaganda”. Não obstante, em 2012, a propósito dos processos de RVCC, esta equipa voltou a associar os elevados níveis de adesão dos adultos à INO à facilidade na obtenção de uma certificação pois foi esta a leitura que fez da forma como a sociedade os interpretou. Os resultados, na sua perspetiva, foram “discutíveis” e os custos “elevadíssimos”. Destacou a necessidade de continuar a desenvolver políticas de educação de adultos, sugerindo a recuperação do ensino recorrente.

Mário Nogueira (23.05.2012) no jornal C.M. fez um discurso em que se colocou claramente do ponto de vista de um militante sindical, em defesa da classe docente e da escola pública e em desfavor da política educativa do XIX Governo. No que à INO diz respeito, o autor assumiu uma opinião favorável ainda que, eventualmente pelo espaço exíguo que foi reservado ao artigo, não tivesse sido suficientemente fundamentada.

Em suma, o debate que decorreu nos jornais Público, Expresso e C.M. evidenciou as tensões que se colocaram com a implementação da INO, designadamente no que respeita aos processos de RVCC e à adesão dos portugueses ao Programa, sublinhando a complexidade do processo de construção das políticas educativas.

O eixo Jovem da INO foi remetido para segundo plano ou até omitido no discurso de alguns *opinion makers* em prol da visibilidade do eixo Adultos e em particular dos processos de RVCC, sendo este aspeto mais evidente no Expresso. Aliás, neste jornal a ênfase foi colocada predominantemente no eixo Adultos; a perspetiva apresentada mostrou-se, de um modo geral, favorável à INO e a tónica foi posicionada na necessidade do estabelecimento de um compromisso que viabilizasse a continuidade de políticas de educação e formação de adultos que não dependesse dos ciclos governativos. Já no jornal Público as opiniões divergiram no debate sobre cada um dos pilares da INO.

Os autores deram visibilidade à componente da INO que mais valorizava as dimensões não formais e informais de ALV e na qual residia a maior inovação educativa desta política—os processos de RVCC—; porém, a argumentação em torno da exigência de um exame como instrumento de avaliação indispensável à validação do conhecimento, as dúvidas sobre o papel da função formativa nestes processos e a defesa do relançamento do ensino recorrente, evidenciaram uma tensão entre conceções educativas tradicionais e inovadoras, como refere Pires (2010a). De qualquer modo, alguns aspetos negativos assinalados aos processos RVCC dizem respeito à

implementação da INO, designadamente a desadequação do perfil dos formadores e dos técnicos aos objetivos do eixo Adultos, a expansão acelerada do número de CNO, a contratualização de metas a atingir anualmente e a forma como os resultados foram utilizados politicamente.

Como aspetos positivos, relacionados expressamente com o eixo Adultos, foram referidos o seu papel na promoção da autoestima, a diversificação das ofertas de educação e formação e a forma de avaliação dos saberes experienciais, nomeadamente através do Portefólio Reflexivo de Aprendizagem.

Em relação à INO, em geral, foram assinalados mais alguns pontos críticos, ainda que de modo algum consensuais: a facilidade na obtenção de uma certificação, os custos elevados, a falta de equidade no acesso ao ensino superior e a necessidade de avaliar os resultados da INO, particularmente o seu impacto na empregabilidade.

A forma significativa como os portugueses aderiram à INO foi interpretada por alguns *opinion makers* como uma consequência da facilidade no acesso a uma certificação escolar, mas por outros foi encarada como o despoletar de uma mudança na sociedade que passou a valorizar mais outras formas de acesso ao saber e à qualificação. Foram ainda referidos vários outros aspetos positivos da INO: os cursos profissionais pelo seu aspeto da dupla certificação e a melhoria do nível de qualificação dos portugueses que converge com os objetivos estabelecidos a nível europeu.

Os relatórios nacionais e internacionais, mas também os textos publicados nos jornais Expresso e Público, foram uma fonte de argumentação. O recurso a organizações internacionais com autoridade no campo da educação e a mobilização do capital simbólico e político dos autores foram aspetos relevantes na forma como estes procuraram legitimar os seus posicionamentos. Aliás, um aspeto comum aos três jornais é a mobilização de figuras públicas como autores dos textos e a posição institucional assumida por autores dos três jornais, ainda que não por todos.

No jornal C.M. registou-se menor expressão na publicação de textos de opinião cujo assunto principal foi a INO, sendo que o autor do único texto assumiu uma posição corporativa.

O PÚBLICO foi o que mostrou uma maior pluralidade de opiniões, maior expressão na publicação de textos e maior amplitude temporal na sua publicação, registando-se também que alguns autores se identificaram como académicos.

O jornal Expresso concentrou a maioria dos seus artigos no período eleitoral de 5 de junho de 2011. Em três destes textos foi emitida uma opinião especializada na área da educação. Particularmente neste jornal, mas também por vezes no PÚBLICO, verificou-se a mobilização de conhecimento na área da educação, ainda que a argumentação da opinião tenha também sido marcada pelo estatuto dos autores, ou seja, pelo papel que desempenharam nesta política.

5.3.2 As vozes dos leitores

Os 12 artigos analisados do género jornalístico *cartas dos leitores/cartas ao diretor* foram publicados pelo jornal Público na secção *cartas ao diretor/a*. A sua maioria é de autores do sexo masculino; apenas duas cartas são de autores do sexo feminino e todas são de autores diferentes. À exceção de uma carta cujo autor se afirma “um leitor devidamente identificado”, que de ora em diante designaremos por LDI, as restantes estão assinadas pelo respetivo autor indicando também a proveniência geográfica. Em nenhum destes artigos se encontra expressa qualquer referência à categoria institucional, embora um ou outro leitor se tivesse feito valer do seu estatuto profissional para legitimar o seu posicionamento perante os assuntos que aborda. O espaço de publicação destas cartas fez-se numa zona de reduzidas dimensões, ainda que situada abaixo do editorial do jornal. O seu tamanho médio é de 303 palavras e as suas dimensões variam entre 166 e 439 palavras. Quatro cartas apresentam sinais de que foram reduzidas para publicação.

As 12 cartas às quais se aplicou o processo de análise de discurso encontram-se distribuídas, por data e autor, conforme consta na Tabela 5.14. Em 2005, 2006, 2008 e 2013 não se regista a publicação de cartas nas condições definidas no processo de amostra desta pesquisa; por outro lado, o ano 2007 foi aquele em que se encontrou maior concentração de cartas dos leitores sobre a INO. As duas cartas de 2011 foram publicadas em período de campanha eleitoral relativa às legislativas de 05 de junho.

Tabela 5.14: Identificação das cartas dos leitores por data de publicação e autor

Ano	Dia e mês da publicação	Autor
2007	26.04	Gonçalo Tapadas
	26.09	José Almeida
	16.10	José Mesquita
	14.11	LDI
	02.12	Paula Correia
2009	04.08	Carlos Sampaio
	10.08	Graça Mota
2010	06.09	Rui Silveiras
2011	22.05	José Lopes
	26.05	Manuel Ferreira
2012	25.05	Alberto Melo Garcia
	06.07	J. Ricardo

Os assuntos respeitantes à ação governativa e ao eixo Adultos dominaram o discurso destes autores. Os processos de RVCC foram referidos por cinco autores, os cursos EFA por dois e as Formações Modulares por um. A avaliação do eixo Adultos, os efeitos da INO e o ensino recorrente foram assuntos abordados numa carta. A aplicação do Decreto-Lei nº357/2007, de 29 de outubro, foi assunto principal de um artigo. Os cursos de dupla certificação, nomeadamente os CEF e os cursos profissionais, foram abordados explicitamente por dois leitores, um deles a propósito dos recursos materiais e o outro a propósito dos recursos humanos.

A opinião foi apresentada de modo relativamente informal, evidenciando claramente o posicionamento dos autores perante os assuntos. Em algumas cartas, nomeadamente nas de Gonçalo Tapadas, José Almeida, José Mesquita, Carlos Sampaio e Rui Silveiras destaca-se uma linguagem conotativa e bastante expressiva, por vezes, assumindo características de uma linguagem mais popular; porém a argumentação, ainda que relativamente consistente, mostrou-se de um modo geral pouco elaborada. Na verdade, o reduzido espaço a que estes artigos estão confinados exige uma boa capacidade de síntese e dificulta um maior aprofundamento dos assuntos.

Na fundamentação da opinião regista-se uma ligação à agenda mediática, confirmando os resultados obtidos por M. Silva (2007); ou seja, verifica-se um enfoque em assuntos que tiveram destaque nos média por altura da publicação das cartas, designadamente, a referência a uma das campanhas publicitárias da INO (*Aprender Compensa*), aos discursos de Pedro Passos Coelho no início da campanha eleitoral para as eleições legislativas de 05 de junho de 2011 e a polémica acerca das habilitações que envolveu dois ministros, José Sócrates e Miguel Relvas.

As cartas de LDI e de Alberto Melo Garcia distinguem-se das restantes, quer pelo tipo de linguagem utilizada quer pela forma como argumentaram a opinião. O primeiro assumiu uma posição de partilha de ideias, apresentando sugestões com vista, segundo a sua perspetiva, a uma maior eficiência do sistema de ensino. Já Alberto Melo Garcia argumentou a sua opinião mobilizando conhecimento sobre a educação e formação de adultos; assumiu a ANEFA como entidade de referência ligada à educação e formação de adultos em Portugal e revelou um posicionamento claro quer em desfavor do ensino recorrente, quer da forma como o XIX Governo procurou legitimar o fim da INO.

José Almeida, Graça Mota e J. Ricardo trataram os assuntos ou referiram-se aos procedimentos regulamentares sem os identificarem formalmente.

Graça Mota, José Lopes, e Manuel Ferreira, recorreram às suas histórias pessoais como forma de legitimarem o seu posicionamento favorável em relação à INO. Por sua vez, Paula Correia recorreu a um acontecimento específico que vivenciou para fundamentar a opinião emitida sobre a (in)eficácia da INO.

José Mesquita recorreu à autoridade do Presidente da República, Cavaco Silva, para defender a descentralização das escolas e a entrega da sua gestão à comunidade, uma maior participação dos pais na “qualidade do ensino” e a importância do professor no sucesso das políticas educativas. Ainda que de forma muito genérica, José Mesquita, Gonçalo Tapadas e Rui Silveiras fizeram referência a instâncias supranacionais para censurar a ação governativa.

No que respeita à estratégia ou ação dos governos (XVII, XVIII ou XIX Governos ou governos anteriores), assuntos que também foram abordados, destaca-se uma ótica pessimista a qual foi extensiva à classe política em geral e ao ME. As críticas assinaladas ao XIX Governo destacam a forma como consideraram que este governo analisou a INO e como, na ótica de alguns

leitores, revalorizou o ensino recorrente em detrimento das ofertas de educação e formação de adultos que integravam o pilar dos Adultos, nomeadamente os cursos EFA e os processos de RVCC, menosprezando avaliações realizadas. As seguintes passagens são bem ilustrativas desta situação:

Agora vem o “aspirante a primeiro-ministro”, dr. Pedro P. Coelho dizer que isto é uma fraude e foi facilitismo. Como é costume, estes políticos “cortam pela raiz”. Como não conseguem detectar e sancionar (ou não lhes é conveniente...) as fraudes que por certo existiram, vai tudo no mesmo saco! [Manuel Ferreira]

O que não se entende foi a ligeireza crítica, por parte do atual executivo, dirigida ao programa Novas Oportunidades do anterior Governo. [J. Ricardo]

Passando por cima do longo e rigoroso trabalho de avaliação do Programa Novas Oportunidades, levado a cabo ainda recentemente por uma equipa de investigadores da Universidade Católica, coordenada por Roberto Carneiro, o Governo decidiu acabar com este processo. Não para o substituir por um modelo mais ajustado e inovador, senão para ressuscitar o velho e desacreditado ensino recorrente [Alberto Melo Garcia].

Concretamente sobre a INO, os discursos dividiram-se entre uma visão otimista, ligeiramente maioritária, e uma visão pessimista. A visão mais otimista sublinhou, no eixo Adultos, o grau exigência dos processos de formação e o esforço pessoal necessário à obtenção de uma certificação pela INO, bem como os efeitos resultantes da função democrática e de desenvolvimento pessoal, como se evidencia nos seguintes depoimentos dos autores de três cartas:

Efeitos desejados por qualquer sociedade moderna, como ganhar maior auto-estima e autoconfiança, que permita encetar um processo de aprendizagem ao longo da vida, despertar a curiosidade e a vontade de saber sempre mais, iniciar-se na informática, adquirir uma maior consciência cidadã, passar a apreciar o estudo e a busca de novos conhecimentos e transmitir essa atitude aos filhos. [Alberto Melo Garcia]

Realizei um Curso EFA (12.º ano) com dupla certificação na ACIC, em Coimbra (Técnico de Informática-Sistemas), de Novembro 2008 até Janeiro de 2010, e sinto-me

indignado. Esforcei-me imenso e sinto que fiz por merecer o meu 12.º ano. Eu mereço o meu 12.º ano. E o que vejo eu?

O constante enxovalho dos que participaram e se esforçaram. Que deram tudo de si para tornar credível o estatuto final. [José Lopes]

[...] o adulto que se propõe às NO, tem que saber ler e escrever, porque toda a base é feita pela escrita e têm que redigir um texto com um mínimo de 50 páginas e sempre para mais e nunca para menos. O adulto tem que ter pelo menos três anos de carreira profissional e ao relatar a sua história de vida têm que dar provas da sua capacidade nas diversas áreas e não é de todo ajudado, como se pressupõe, pelos formadores, é sim orientado, porque o trabalho tem que ser feito pelo adulto, que só vai a júri depois de obter os créditos mínimos para estar preparado, ou seja, validado. [Graça Mota]

A ênfase na função económica da INO, presente nos objetivos da avaliação realizada ao eixo Adultos pelo Instituto Superior Técnico (IST)¹¹¹, foi criticada por Alberto Melo Garcia justificando que os cursos EFA e os processos de RVCC não foram criados com o objetivo de produzir emprego ou de promoção salarial ou profissional. Esta intencionalidade atribuída à INO e enfatizada em muitos discursos e normativos foi preterida também por J. Ricardo que sublinhou a dimensão pessoal, mas desvalorizou o papel da certificação escolar no seu contributo para a aquisição de capital simbólico; o autor exemplifica o seu ponto de vista referindo os casos de Miguel Relvas e José Sócrates, cujas habilitações académicas foram por essa altura alvo de atenção dos média.

O olhar pessimista sobre a INO sustentou a ideia de “facilitismo”. Uma visão redutora dos processos de RVCC que, aliás, já havia servido para os defender enquanto processos exigentes, foi, nesta perspetiva, utilizada para enfatizar a componente formal da validação. A diversidade de vias que a INO oferecia, permitindo alcançar igualmente uma certificação escolar equivalente ao 12º ano de escolaridade viabilizando o prosseguimento de estudos, também conduziu à ideia de que umas opções seriam menos sérias do que outras. Ideologicamente, o autor deste ponto de vista, Carlos Sampaio, defendeu uma sociedade não inclusiva que discrimina em função das capacidades cognitivas. Graça Mota assumiu uma posição bastante crítica do discurso deste autor; dando

¹¹¹ Esta avaliação que se dividiu em dois estudos foi realizada pelo IST em resposta a uma solicitação da ANQEP e procurou avaliar o desempenho no mercado de trabalho da participação dos adultos nos processos de RVCC, nos cursos EFA e nas Formações Modulares, considerando duas dimensões: empregabilidade e remunerações (<http://www.anqep.gov.pt/default.aspx?access=1>, consultado em 01.06.2013)

destaque ao seu caso pessoal (assistente operacional que se sentia claramente subcertificada antes de se inscrever na INO) mas, assumindo também uma perspectiva pedagógica, enuncia um conjunto de requisitos necessários à admissão à prova final num processo de RVCC que sublinham o grau de exigência dos processos de RVCC.

Um terceiro argumento que sustentou a imagem de “obtenção indiscriminada de diplomas”, como disse Gonçalo Tapadas, foram as sistemáticas comparações estatísticas de Portugal com outros países e a percepção da urgência na alteração da fraca posição de Portugal nos diversos indicadores europeus relacionados com a educação, como ilustram os seguintes excertos das cartas que analisaram a INO por este ângulo:

A maioria dos portugueses não considera a educação como factor fundamental da sua vida. (...) Talvez assim se explique o sucesso do programa Novas Oportunidades. (...) As Novas Oportunidades encontram uma forma de validar esses conhecimentos [adquiridos ao longo da vida ativa] através de um diploma reconhecido pela escola. Simples e eficaz. Não há lugar para complexas especulações académicas nem se pede um esforço particularmente grande aos candidatos. Trabalhar já eles trabalharam quanto baste ao longo da vida fora dos muros da escola [Rui Silveiras].

E encontrou-se um atalho chamado “novas oportunidades” (NO) para desencalhar o pessoal. Se for análogo aos que “faziam” a 4.^a classe com 14 anos, apenas para poderem tirar a carta de condução, talvez se entenda. (...) Não sou de forma nenhuma contrário à diversificação de *curricula* com diferentes níveis de exigência. Acho até bastante positivo, mas desde que seja claramente assumido como alternativo e não como atalho para o “mesmo” resultado. [Carlos Sampaio].

(...) o ensino serve apenas para as estatísticas europeias. (...) Estas novas oportunidades, pelo facto de promoverem um ensino “suave” que equivalerá ao 9.^o e ao 12.^o anos, nem é uma forma de promoção de cultura, mas sim de obtenção indiscriminada de diplomas. [Gonçalo Tapadas]

Gonçalo Tapadas criticou a campanha publicitária da INO; no seu entender, se bem que esta tenha reforçado a crença na educação como forma de ascensão social, fê-lo, porém, de uma forma que evidenciou uma sociedade “que discrimina a sua população entre os ‘doutores’ e os outros”

[Gonçalo Tapadas], pois, no seu entender, valoriza a fama e o dinheiro; por conseguinte, a campanha publicitária *Aprender Compensa* contribuiu para reforçar a desigualdade social e contrariar o ideal de sociedade socialista: “a igualdade das classes sociais”, como afirma. Quer este autor quer Manuel Ferreira, ideologicamente, defenderam a mobilidade social em função do mérito.

A questão do papel dos meios de comunicação na forma como analisa as questões educativas foi trazida a este espaço também por José Lopes que se manifestou bastante crítico pelo facto dos média darem uma imagem negativa dos cursos EFA, enxovalhando (a expressão é do autor) os que nele participaram e esforçaram-se, como foi o seu caso. Mostrando a sua indignação, o autor exorta-os a procurarem a verdade que se encontra junto daqueles que, como ele fizeram os cursos com esforço e empenho: “Tenham a coragem de questionar e de ficar surpreendidos”.

Paula Correia demonstrou simpatia pelos objetivos da INO pelo facto de esta Iniciativa pretender ultrapassar os problemas relacionados com o défice da população, mas considerou-os inalcançáveis pois, na sua opinião, não existe na sociedade portuguesa uma “cultura de responsabilidade”; neste sentido, a autora não centrou o problema na INO, mas na cultura de uma parte da população portuguesa que à partida impedia a sua eficácia. Em certa medida, na mesma linha, Rui Silveiras atribuiu o problema do abandono escolar também à cultura portuguesa que, no seu entender, não valoriza a educação. Este autor encarou a validação formal das aprendizagens não formais e informais como uma ameaça à escola, senão vejamos:

Agora trata-se de reconhecer esse esforço, que é como quem diz que a escola não serve para nada mais do que passar um papelito com carimbos e assinaturas à boa maneira dos burocratas. Com um papelito desses põe-se fim à ignorância e à injustiça social que é a mania de que, para se aprender, é necessário frequentar a escola [Rui Silveiras].

Em síntese, o debate em torno da INO transbordou para questões ideológicas e para a crítica à ação e à estratégia do(s) governo(s) na área da educação. Foi notória a desaprovação relativamente à ação dos sucessivos governos na área da Educação, a qual se estendeu também à classe política em geral, ao ME e aos média; neste sentido, as *cartas ao/à diretor/a* parecem ter de facto, como já anteriormente referimos, uma função catártica funcionando como um espaço para o cidadão comum exprimir o seu descontentamento, revelando, neste processo, indícios claros de descrença na classe política e de falta de confiança nos decisores políticos.

O eixo Adultos, uma vez mais, foi a componente da INO a que foi dada maior importância; no entanto, foram abordadas todas as ofertas desta vertente.

O posicionamento dos autores perante os assuntos em debate foi, de um modo geral, claro e formalizado com bastante vivacidade; ainda assim, nem sempre os autores explicitaram os aspetos concretos a que se estavam a referir.

A particularização dos assuntos, designadamente o recurso a histórias pessoais ou à experiência profissional, foi uma estratégia utilizada diversas vezes na argumentação da opinião favorável relativamente à exigência das ofertas integradas no eixo Adultos. No entanto, este aspeto parece contrariar os resultados obtidos por Ribeiro (2013) na pesquisa realizada no âmbito da investigação sobre a participação dos cidadãos nos média portugueses, na qual 90% de autores das cartas dos leitores do Jornal de Notícias, no âmbito da amostra que tomou, não remeteram para testemunhos pessoais. Uma análise mais aprofundada das motivações e constrangimentos que poderão estar subjacentes à participação dos cidadãos neste espaço das cartas, especificamente sobre assuntos relacionados com a educação, poderia, no nosso entender, revelar-se útil. Já o facto de apenas cerca de 20% das cartas analisadas (2 em 12 cartas) terem sido assinadas por leitoras, está em conformidade com o que Ribeiro (2013, p. 354) refere e constatou nessa mesma pesquisa, ou seja, são resultados que reforçam a ideia da “inclinação masculina” para colaborar em “espaços participativos”.

5.4 Os textos dos jornalistas em torno da INO: A notícia e a reportagem

Na multiplicidade de atores da sociedade civil que participam no processo de mediação e de mediatização das políticas educativas os jornalistas assumem um papel de destaque. O campo jornalístico é um campo marcado por lutas internas com vista à aquisição de capital simbólico na forma de prestígio e influência que aporta evidentes benefícios para os jornalistas; estes traduzem-se não apenas em melhores condições materiais como também, acessibilidade a espaços privilegiados no interior do próprio jornal, maior facilidade de mudança para outro jornal com maior prestígio no espaço público e, conseqüentemente, com maior capacidade de condicionar as opiniões e práticas de outros agentes, os temas em debate e o modo como o debate se desenrola no espaço público. Neste processo, os jornalistas (especialistas em educação ou generalistas que também escrevem sobre educação nos jornais) dão voz a outros atores que lhes servem de fonte, pelo que se revela pertinente explorar os discursos dos jornalistas no sentido de perceber, também, quais as estratégias discursivas utilizadas na construção da realidade por outros atores sociais que serviram de fontes aos jornalistas. Sendo assim, assumindo uma perspectiva diacrónica, efetuou-se uma análise contextual a qual teve por base as análises textuais efetuadas aos 96 artigos do género jornalístico notícia e reportagem (das quais se apresentam dois exemplos de cada jornal no Anexo E). A apresentação dos dados divide-se em três secções organizadas por jornal. Esta análise revelou-se a mais adequada para dar conta do modo como a INO foi interpretada nos três jornais, evidenciando as estratégias utilizadas, os temas tratados, os recursos mobilizados, os atores envolvidos no debate e as perspetivas que estiveram em jogo em cada um dos jornais.

5.4.1 A INO no semanário Expresso

No período compreendido entre janeiro de 2005 e dezembro de 2013 foram publicados neste semanário sete artigos do género jornalístico *notícia* (11.07 e 12.12 de 2009; 18.09, 25.09, 23.10 e 11.12 de 2010; e 21.05.2011), duas *reportagens* (05.05. 2007 e 01.09.2012) e dois artigos que contêm as duas componentes (17.05.2008 e 27.06.2009). De entre estes 11 artigos, 8 são da autoria da jornalista Isabel Leiria¹¹², tendo dois deles sido escritos em parceria com Joana Bastos. Uma reportagem é da autoria de Bruno Oliveira, um artigo *notícia/reportagem* foi escrito em parceria por Humberto Costa e Pedro Neves e um outro artigo, que não está assinado, encontra-se integrado num conjunto de notícias de âmbito diverso. Este último é o texto com menores dimensões, pois tem apenas 182 palavras. O maior contém 2555 palavras; a média no conjunto dos 11 artigos é de 874 palavras. Cinco artigos contêm uma fotografia de personagens anónimos do público, referidos na notícia ou na reportagem; em dois artigos a fotografia é de atores governamentais. Sete dos 11 artigos incluem caixas de texto com informação em destaque. Um deles contém informação apresentada também graficamente. Veja-se no final desta secção a Tabela 5.16, onde se apresentam sucintamente os descritores de superfície, a organização estrutural e os temas/objetos destes 11 artigos.

Os contratos de prestação de serviços, conhecidos por “recibos verdes”, dos técnicos de RVCC e formadores da INO fizeram manchete da semana. A equidade na lei de acesso ao ensino superior foi tema que mereceu o destaque de primeira página por duas vezes. Apesar do Expresso ter destacado esta medida de política educativa na primeira página, fê-lo por um prisma que não lhe foi favorável. Em particular, um acontecimento específico divulgado pelo Expresso originou uma discussão em torno desta lei e levou a que o assunto fosse debatido enquanto notícia por jornalistas quer neste semanário quer no PÚBLICO, tendo também sido discutido por comentadores em diversos artigos de opinião. Aliás, a lei de acesso ao ensino superior foi um dos temas relacionados com os cursos EFA que mais foi objeto de atenção neste jornal: quatro artigos trataram o assunto. Estes cursos foram também abordados enquanto resposta a problemas de exclusão social.

Em contrapartida, nenhum dos artigos tratou explicitamente questões relacionadas com o eixo Jovem. O único artigo que mais se aproximou de assuntos respeitantes ao eixo Jovem fez uma referência às condições materiais de funcionamento de disciplinas/módulos da componente técnica de cursos.

O processo de RVCC, nomeadamente o portefólio reflexivo de aprendizagem, o rigor e a exigência, os objetivos e as metas alcançadas ou a atingir por esta oferta, o papel do reconhecimento e da validação de competências na valorização das aprendizagens adquiridas ao

¹¹² A jornalista Isabel Leiria escreveu para o PÚBLICO durante cerca de 10 anos. A partir de 2009 integrou a equipa do Expresso, onde escreve sobre educação (<http://expresso.sapo.pt/autores/2015-05-02-Isabel-Leiria>, consultado em 08.10.2015).

longo e ao largo da vida, são tópicos que foram abordados pelo menos em quatro artigos. Outras medidas que constam do eixo Adultos, como as Formações Modulares e as vias de conclusão de cursos extintos, foram mencionadas apenas num artigo. O analfabetismo nos idosos em Portugal foi tema de uma reportagem levada a efeito no concelho de Idanha-a-Nova, o qual foi destacado por ser o concelho com menos população adulta escolarizada. O estudo respeitante ao eixo Adultos, levado a cabo por uma equipa da Universidade Católica coordenada por Roberto Carneiro, foi assunto analisado por Isabel Leiria em dois artigos.

Por sua vez, os títulos destacaram uma perspetiva sobre um assunto do texto, mesmo quando neste foram apresentados vários pontos de vista dissonantes; nestes títulos a perspetiva pessimista dominou.

O jogo político e designadamente o conflito entre José Sócrates e Passos Coelho gerado em período eleitoral em torno do posicionamento de cada um perante a INO, foi tema abordado num artigo, porém como tópico secundário. O Expresso privilegiou as questões de substância a propósito da INO e pouca importância deu ao posicionamento de atores em torno do jogo político ou sequer à voz dos governantes, optando por destacar um conjunto diversificado de atores. Na Tabela 5.15 apresenta-se o número de artigos em que cada tipo de agentes se fez ouvir.

Tabela 5.15: Número de artigos em que se fizeram ouvir as vozes de cada agente tipo

Agentes	n_i	Agentes	n_i
XVII ou XVIII Governo e respetivos Ministérios e atores Governamentais	8	Escolas – CNO – Poder local	3
Cidadãos comuns	7	Associações – Comissões – Federações – Instituições Sociais – Clubes	2
Académicos – Universidades – Institutos Superiores	5	Sindicatos	1
CNAES – CNE	4	Países Europeus e outros – Organizações mundiais	1
ANQ – ANQEP – DRE – POPH	4	Partidos Políticos e respetivos representantes	1
Professores – Técnicos – Formadores	3	-	-
Júris	3		

(n_i : número de artigos)

Na totalidade, fizeram-se ouvir as vozes de sete cidadãos comuns, de quatro formadores de adultos, de dois coordenadores de CNO e de um diretor de um agrupamento de escolas, do primeiro-ministro do XVII e XVIII Governos e do ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior—ainda que tivessem sido referidos quatro ministros—, de um assessor da ministra da Educação, de quatro académicos, de dois agentes que foram responsáveis pela ANQ, de dois presidentes de autarquias, de um representante de uma instituição de assistência social, de um presidente de uma federação, do presidente da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES), do Bloco de Esquerda e do PSD, da UNESCO e, dos XVII e XVIII Governos.

Com efeito, nos recursos utilizados verificou-se uma incidência no relato de pequenas histórias de vida de pessoas e a mobilização de autoridades na argumentação e apresentação de pontos de vista. A componente meramente informativa de carácter neutro esteve presente mas teve pouca expressão; salvo raras exceções, como sejam alguns segmentos dos artigos de Isabel Leiria publicados a 27.06.2009 e a 23.10.201 em que a informação prestada serviu de pretexto para a

análise e argumentação, apoiando-se em diversas autoridades, estudos, relatórios ou vozes de cidadãos comuns. Porém, encontrou-se também informação que retira credibilidade ao semanário pela falta de rigor na exposição e fundamentação dos pontos de vista apresentados. Trata-se de uma situação pontual, ou seja, reporta-se a um artigo, não assinado, onde a INO é identificada com os processos de RVCC, o título omite informação e a opinião desfavorável de Medina Carreira, a propósito da INO, surge descontextualizada e não fundamentada.

Na verdade, ainda que se esteja a reportar a notícias e a reportagens, verifica-se que o posicionamento dos autores dos artigos surgiu por vezes de uma forma bastante clara; como foi, por exemplo, o caso do artigo de Humberto Costa e Pedro Neves (17.05.2008) a propósito dos “recibos verdes”, dos artigos de Isabel Leiria e Joana Bastos (18.09.2010; 25.09.2010) e de Isabel Leiria (11.12.2010; 21.05.2011) sobre a lei de acesso ao ensino superior, despoletada por um episódio¹¹³, trouxeram ao espaço público questões relacionadas com os cursos EFA. Estas jornalistas tiveram claramente como objetivo chamar a atenção da opinião pública e o poder político para as situações que abordaram. Aliás, a própria jornalista, Isabel Leiria, no seu artigo de 21.05.2011, realça o efeito que os seus textos produziram e, simultaneamente, evidencia o poder do Expresso nos processos de regulação das políticas educativas, ao afirmar que “A decisão do ministro do Ensino Superior [de alterar a referida lei] foi tomada na sequência de uma notícia do Expresso (em setembro de 2010)”. Com efeito, construindo uma problemática assente em valores como justiça e equidade, particularmente neste artigo (21.05.2011), a autora mostra o desfecho de uma luta que o Expresso encetou em setembro de 2010 obrigando o poder político a olhar para os problemas de determinado ponto de vista e a tomar decisões, as quais culminaram na alteração da lei de acesso ao ensino superior¹¹⁴. Todavia, neste jogo em torno desta lei a INO saiu desvalorizada, pois foi analisada por um prisma que em nada dignificou o programa. Os cursos EFA foram

¹¹³ O episódio a que se está a referir prende-se com o caso de um jovem de 23 anos que, depois de experimentar algum insucesso no ensino secundário, inscreveu-se num CNO onde frequentou dois módulos de formação e obteve equivalência ao 12º ano, tendo, posteriormente, acedido à universidade com a nota de candidatura mais elevada do país, decorrente da classificação de 20 valores obtida num exame de Inglês, de âmbito nacional. Note-se que “Os alunos que concluíram o secundário através de vias de formação que não prevêm a atribuição de notas (como os cursos de Educação e Formação de Adultos do programa Novas Oportunidades) e que pretendem aceder à universidade concorrem apenas com as classificações que obtêm nos exames nacionais exigidos como prova(s) de ingresso no curso que querem. Dispensam todos os restantes exames nacionais. A nota que obtiverem na(s) prova(s) de ingresso vale como nota de conclusão do secundário” (EXPRESSO, 18.09.2010, p. 26), como as jornalistas esclarecem num dos seus artigos numa nota explicativa sobre o que a lei dizia nessa altura.

¹¹⁴ A 2 de fevereiro de 2006, no artigo publicado no PÚBLICO da autoria de Isabel Leiria “Alunos do ensino tecnológico já não fazem este ano exames nacionais do 12.^o”, pode ler-se:

A entrada no ensino superior através de vias alternativas como o ensino recorrente – supostamente destinado a dar uma segunda oportunidade de conclusão de estudos e que, até há pouco tempo, não estava sujeito a exames nacionais – chegou a ser utilizada por milhares de jovens para ingressar na universidade de forma mais fácil. Entre 1998 e 2002, o número de candidatas oriundas do recorrente disparou de 1800 para 18.500. (p.25)

apresentados como uma forma fácil e rápida de acesso ao ensino superior e uma via utilizada, abusivamente, por alunos que não conseguiam completar o ensino secundário nos cursos científico-humanísticos ou que, na melhor das situações, não conseguiam alcançar a média desejada, estando em causa, nomeadamente, o insucesso na disciplina de Matemática ou a Biologia. Nos argumentos apresentados parecem-nos estar subjacentes pressupostos ideológicos: em primeiro lugar, a hierarquização do conhecimento pela sua importância, ocupando as ciências exatas e experimentais, designadamente a Matemática e a Biologia, os lugares cimeiros; em segundo lugar, os exames como forma, por excelência, de garantir a qualidade dos conhecimentos adquiridos, bem como de valorizar o esforço necessário à sua aquisição.

Um outro aspeto que contribuiu para a construção de uma imagem desfavorável da INO, prende-se com a questão dos conhecidos “recibos verdes” que foi salientada em maio de 2008 perspetivando a INO, do ponto de vista político, como uma medida que sustentou a precariedade no trabalho.

Um terceiro aspeto, apresentado como uma espécie de sombra que, de alguma forma, se abateu sobre a INO remete para as metas estabelecidas no eixo Adultos. Estas foram encaradas por Luís Capucha, autor referido e citado, como um desafio à manutenção da procura, mas, de um modo geral, foram vistas com preocupação por serem demasiado ambiciosas e, em 2010, dadas já como não cumpridas. Todavia, a problemática foi construída através da sua relação com o rigor e com a qualidade, designadamente dos processos RVCC uma vez que foi em torno destes processos que a questão se colocou. A pressão exercida pela via financeira para o cumprimento de metas, o crescimento apresentado como demasiado rápido dos CNO, a imposição aos CNO do estabelecimento de metas *a priori* face à necessidade de dar resposta a públicos diversos e as finalidades estatísticas, interpretadas como estando subjacentes à estratégia do governo, foram exemplos de aspetos salientados na argumentação em torno do assunto que mostraram a difícil relação entre a manutenção do rigor e da exigência dos processos (e da INO em geral), e o cumprimento das metas. No primeiro artigo de Isabel Leiria, suscitado pelo estudo levado realizado pela Universidade Católica sobre o eixo Adultos (11.07.2009), a jornalista manifesta o seu próprio desapontamento perante o facto do rigor e da qualidade da INO (identificada no seu artigo com o eixo Adultos) não terem sido avaliados; uma vez que eram preocupações que circulavam no espaço público, a autora considerou que seriam aspetos essenciais que deveriam ter sido tomados como objeto de análise no estudo. No seu segundo artigo sobre o mesmo assunto (23.10.2010), esta questão voltou a ser abordada a respeito dos processos RVCC. Desta feita a autora usou o peso da autoridade de Roberto Carneiro, antigo ministro da Educação, que rejeitou o estigma de “facilitismo” e a generalização de casos pontuais, destacando as medidas que estavam a ser aplicadas de forma a garantir o rigor e a qualidade dos processos e simultaneamente colocou, também, a tónica na necessidade de responsabilização dos autores de casos desviantes.

Uma ótica mais otimista ficou patente no âmbito das reportagens. Recorrendo sobretudo a histórias de vida de adultos que passaram por processos educativos e formativos no âmbito da INO, foi construída uma imagem favorável da política de formação e qualificação de adultos, concretizada na INO, no combate às desigualdades sociais. A INO foi apresentada como uma componente fundamental do processo de integração e inclusão na sociedade desenvolvido por instituições sociais, tendo em conta a oportunidade que ofereceu de (re)qualificar públicos adultos marginalizados através da possibilidade de reconhecer e validar aprendizagens efetuadas ao longo e ao largo da vida e viabilizar o acesso a uma qualificação profissional.

Os processos de RVCC, em particular, foram perspetivados de uma forma muito favorável, quer pelo impacto significativo que afirmaram ter na melhoria da autoestima e do sentimento de autorrealização dos adultos quer também pelo facto das aprendizagens informais ou não formais adquiridas pelas pessoas ao longo e ao largo da vida, mesmo que em situações de exclusão social (como foram referidas algumas no texto de 27.06.2009) poderem ser valorizadas e reconhecidas formalmente.

Destaca-se, no conjunto das reportagens, a que foi realizada por Bruno Oliveira (05.05.2007), na qual o autor recorre à história de vida apresentada no portefólio reflexivo de aprendizagem de uma pessoa que aos 83 anos fez um processo de RVCC de 9º ano, pelo facto de transmitir uma conceção de ALV que está para além da sua relação com o desenvolvimento do país e com a empregabilidade; o jornalista evidenciou, de forma clara, que se tratou de reconhecer aprendizagens que não foram intencionalmente construídas com vista à empregabilidade e ocorreram de modo informal e não formal no trabalho, nos momentos de lazer, na participação na e com a comunidade local e adquiriram valor em si, em termos de autorrealização e valorização pessoal. O reconhecimento dessas aprendizagens correspondeu, assim, às necessidades pessoais e de cidadania deste adulto permitindo-lhe desenvolver mecanismos de participação mais completos na e com a sociedade.

Na reportagem mais recente deste *corpus*, concretizada por Isabel Leiria em 2012, é apresentado um panorama “negro” do concelho de Idanha-a-Nova por ser aquele que na altura tinha menos população adulta escolarizada, encontrando-se envelhecido e desertificado. As causas do elevado analfabetismo nos idosos foram colocadas na falta de oportunidade para a aprendizagem escolar e não escolar que se deveu a motivos económicos e sociais e à ausência prolongada de estímulos ao desenvolvimento. Todavia, o CNO em funcionamento desde 2001 ia fechar por não ter cumprido as metas que ele próprio estabeleceu e as perspetivas para os cursos EFA não eram as melhores:

E o aumento do número de alunos mínimo para uma turma EFA, também decidido pelo Governo, vai tornar quase impossível abrir uma formação deste tipo, critica o diretor do agrupamento. “Há dois anos ainda conseguimos criar duas turmas em horário pós-laboral.

Mas se já não era fácil com o limite de 12, 15 alunos, quanto mais com 26”. (Expresso, 01.09.2012)

Em suma, o Expresso centrou a sua atenção em questões de substância a propósito da INO e pouca ênfase deu ao posicionamento de atores em torno do jogo político. Fez uso da sua credibilidade como jornal de referência em Portugal e aumentou o seu capital simbólico ao influenciar a produção de notícias noutros jornais e as opiniões de outros atores, designadamente no PÚBLICO e, por conseguinte, conseguindo influenciar as práticas no campo político compelindo o poder decisional a legislar em determinado sentido.

A componente meramente informativa de carácter neutro esteve presente, mas teve pouca expressão, pois, na verdade, o posicionamento dos autores dos artigos surgiu com alguma frequência de uma forma bastante clara.

O destaque foi para o eixo Adultos. Em foco estiveram questões em torno: (a) dos contratos dos formadores e técnicos, sendo que, neste ponto específico, a INO foi analisada do ponto de vista político como uma medida que sustentou a precariedade no trabalho; (b) do estabelecimento e cumprimento de metas, as quais, de um modo geral, foram vistas com preocupação por influenciarem o rigor e a qualidade dos processos de RVCC; e (c) dos cursos EFA, os quais perspetivados como uma via rápida e fácil de acesso ao ensino superior, criando injustiças no ingresso ao ensino superior. Pela mão essencialmente de uma jornalista, Isabel Leiria, o Expresso encetou uma luta discursiva no sentido da alteração da lei de acesso ao ensino superior que revelou o poder do Expresso nos processos de regulação das políticas educativas; porém, nesta demanda apresentou a INO por um ângulo que em nada contribuiu para a sua credibilidade.

De um modo geral predominou uma ótica pessimista, pois os contextos em que a INO foi abordada, enquanto notícia, contribuíram para dar uma imagem que lhe foi desfavorável. Ainda assim, no âmbito das reportagens, onde a voz dominante foi a de adultos que passaram por processos formativos no âmbito da INO, foi construída uma ideia otimista da política de educação de adultos, concretizada neste programa, pelo seu papel no combate às desigualdades sociais. Neste sentido, a INO foi apresentada como uma componente fundamental do processo de integração e inclusão na sociedade desenvolvido por instituições sociais, pela oportunidade que ofereceu de (re)qualificar públicos adultos marginalizados, designadamente por viabilizar o acesso a uma qualificação profissional. Particularmente, o RVCC foi perspetivado de uma forma muito favorável quer pelo seu impacto na melhoria da autoestima, quer pela valorização dada às aprendizagens informais e não formais adquiridas pelas pessoas ao longo e ao largo da vida.

Tabela 5.16: Descritores de superfície e organização estrutural e os temas/objetos dos textos do semanário Expresso

Data de publicação	Género	Autor(es)	Manchete/ 1ª página	Dimensão (nº palavras)	Área em relação a uma página	Foto	Caixa de texto	Gráfi- cos	Temas	
2007	05.05	Reportagem	Bruno Oliveira	-	522	40%	Adulto (idoso)	-	-	Processos de RVCC (Portefólio reflexivo de aprendizagem)
2008	17.05	Notícia/ Reportagem	Humberto Costa & Pedro Neves	X	1020	100%	Ministros	2	-	Recursos humanos dos CNO (situação profissional dos técnicos de RVCC e formadores) Recursos materiais (condições de lecionação da componente técnica dos cursos de dupla certificação)
2009	27.06	Notícia/ Reportagem	Isabel Leiria	-	2555	200%	Adulto	1	-	RVCC (informação) Política Educativa (EFA – reintegração social de adultos) Rigor e exigência da INO - eixo Adultos
	11.07	Notícia	Isabel Leiria	-	303	17%	-	-	-	Avaliação externa da INO - eixo Adultos (Estudo coordenado por Roberto Carneiro)
	12.12	Notícia	-	-	182	7%	-	-	-	Processos de RVCC (informação e crítica)
2010	18.09	Notícia	Isabel Leiria & Joana Bastos	X	773	67%	Adulto (jovem)	-	-	Lei de acesso ao Ensino Superior (EFA)
	25.09	Notícia	Isabel Leiria & Joana Bastos	X	747	50%	Alunos	3	-	Lei de acesso ao Ensino Superior (EFA)
	23.10	Notícia	Isabel Leiria	-	465	50%	Ministros	2	X	Avaliação externa da INO - eixo Adultos (Estudo coordenado por Roberto Carneiro) Rigor e exigência da INO - eixo Adultos Objetivos e metas da INO – eixo Adultos (balanço)
	11.12	Notícia	Isabel Leiria	-	529	33%	-	1	-	Lei de acesso ao Ensino Superior (EFA)
2011	21.05	Notícia	Isabel Leiria	-	699	50%	-	2	-	Lei de acesso ao Ensino Superior (EFA) Jogo político (posicionamento de atores políticos em campanha eleitoral, a respeito da INO)
2012	01.09	Reportagem	Isabel Leiria	-	1996	200%	Adultos (idosos)	2	-	Analfabetismo nos idosos (causas- impactos e efeitos) Desigualdades regionais/Uniformidade de políticas (efeitos)

5.4.2 A INO no jornal C.M.

Integram o *corpus* de pesquisa 20 artigos do género jornalístico *notícia*, publicados no jornal C.M. entre janeiro de 2005 e dezembro de 2013 nas seguintes datas: 25.05.2006; 13.03, 29.04, 03.05, 25.05, 01.06 e 11.12 de 2007; 11.01 e 31.03 de 2008; 17.05.2009; 15.01, 21.07, 25.10 e 11.11 de 2010; 19.05.2011; 15.05, 19.05 e 25.09 de 2012 e, 01.04 e 31.0 de 2013. Veja-se no final da secção a Tabela 5.18 onde se apresentam sucintamente os descritores de superfície, a organização estrutural e os temas/objetos destes 20 artigos.

Destes 20 artigos 19 são assinados por 13 autores distintos (um artigo, o mais recente, não está assinado e dois foram escritos em parceria, sendo o co-autor de um deles a Agência Lusa). Edgar Nascimento é o autor de três textos publicados em 2006 e 2007, Janete Frazão escreveu dois artigos em 2007, Manuela Teixeira escreveu também dois artigos publicados em 2009 e 2010 e Bernardo Esteves foi o autor de três artigos publicados em 2012 e 2013.

Nove artigos foram publicados na secção *Sociedade*, quatro na secção *Política*, três na secção *Economia*, outros dois numa secção *Especial* e por último dois artigos integraram o suplemento do jornal intitulado *Primeiro Emprego*. Na sua maioria (80%) estes textos constituem a notícia principal da página onde se encontram e contém, em média, 345 palavras, variando as suas dimensões entre 217 e 672 palavras. Neste jornal, nenhum dos artigos fez manchete do dia ou foi notícia de primeira página.

Todos os artigos, à exceção do mais recente, têm pelo menos uma foto; em 13 deles uma das fotos é de atores do XVII ou do XVIII Governos. Cinco artigos contêm uma imagem de uma aula de adultos; uma destas fotos surgiu nos três artigos do jornalista Bernardo Esteves. Na maioria dos artigos (65%) foi inserida uma frase em destaque ou uma pequena caixa de texto realçando informação.

Os títulos (antetítulo, título e/ou subtítulo), que assumiram proporções significativas quando o texto era a notícia principal da página, destacaram os personagens que são citados no texto, dando relevância ao poder político, particularmente a José Sócrates cuja imagem surgiu com frequência. São exemplos desta situação, os seguintes: “Sócrates quer atribuir ...”, “CNAISTI alerta para ...”, “José Sócrates diz que ...”, “Sócrates fala de ...”, “Sócrates com um nó ...”, “Primeiro-ministro quer ...”, “Sócrates promete ...”, “Governo. Novas oportunidades para ...”, “José Sócrates vs Passos Coelho”, “Governo ordena ...”, “Ministério da Educação introduz alterações ...”, “Governo trava cursos ...”.

Em seis artigos, os valores quantitativos foram enfatizados nos títulos. Estes, até julho de 2010, evidenciaram uma perspetiva otimista, contudo, a partir desta data o tom desfavorável assumiu uma posição claramente dominante.

Contrariamente ao que sucedeu no Expresso, o C.M. deu ênfase à política, à estratégia e à ação do governo, bem como ao jogo político e a questões de liderança/personalização. Dez artigos

trataram assuntos relacionados com a estratégia ou com a atuação do Governo, como sejam: acontecimentos como cerimónias de assinaturas de protocolos ou de entrega de computadores e de diplomas a adultos (25.05.2006; 11.12.2007; 31.03.2008; 17.05.2009; 21.07.2010); medidas tomadas pelos governantes, nomeadamente, a abertura de cursos profissionais em escolas secundárias (25.05.2006; 25.05.2007), o Programa *e-escolas* (01.06.2007), a suspensão da abertura de turmas de cursos EFA (25.09.2012) e alterações introduzidas na educação e adultos pelo XIX Governo (19.05.2012, 01.04.2013). O jogo político, designadamente o conflito entre José Sócrates e Passos Coelho gerado em período eleitoral em torno do posicionamento de cada um perante a INO, ou a reação dos partidos políticos a questões relacionadas com a INO, foram enfatizados na forma como os assuntos foram abordados em dois artigos (11.11.2010 e 19.05.2011). Questões de liderança-personalização foram abordadas expressamente em dois artigos da jornalista Manuela Teixeira (17.05.2009 e 21.07.2010). O estado emocional ou os sentimentos manifestados por José Sócrates foram aspetos enfatizados pelos jornalistas em quatro artigos em que este ator foi referido ou citado (11.12.2007; 31.03.2008; 17.05.2009; 21.07.2010), revelando este jornal, neste aspeto, traços semelhantes ao padrão noticioso característico da imprensa “cor-de-rosa”.

Também foram enfatizadas questões de política educativa relacionada com a educação e formação de adultos e jovens, nomeadamente objetivos e prioridades subjacentes à ação governativa ou ainda a argumentação em torno de diagnósticos de défice de qualificação da população portuguesa e abandono escolar abordados em seis artigos (13.03.2007; 25.05.2007; 29.04.2007; 17.05.2009; 19.05.2012; 01.04.2013). Três artigos apresentaram um balanço do eixo Adultos (03.05.2007; 11.01.2008; 15.01.2010), tendo um deles sido apresentado do ponto de vista de José Sócrates, já na qualidade de primeiro-ministro do XVIII Governo Constitucional. À semelhança do que ocorreu no Expresso, este jornal abordou assuntos maioritariamente em torno do eixo Adultos. Com efeito, este eixo Adultos foi tópico principal de 16 artigos, enquanto a do eixo Jovem foi abordada explicitamente apenas em três artigos (25.05.2006; 25.05.2007; 31.05.2013). Aliás, em alguns artigos, nomeadamente os publicados a 15.01.2010 e 01.04.2013, a INO é abordada como se apenas tivesse comportado a vertente dos adultos o que é o indício de uma atenção crescente às problemáticas relacionadas com a educação e formação de adultos. As preocupações relacionadas com o financiamento do programa foram levantadas em dois artigos (25.10.2010; 19.05.2012) a propósito da forma de pagamento aos formadores (aspeto que já havia sido alvo de atenção da parte do Expresso em 2008) e das alterações introduzidas na educação de adultos pelo XIX Governo. O encerramento de CNO foi assunto principal de um artigo (15.05.2012), assim como o orçamento do Estado para 2011 (11.11.2010). Por último, o artigo de 31 de maio de 2013 procurou informar o leitor da oferta de cursos de dupla certificação para jovens e adultos existentes no sistema educativo português, sendo este expressamente o seu objetivo.

A forma predominante de exploração dos assuntos foi para a mobilização de autoridades, preferencialmente de cariz político como ministros e secretários de Estado. Ou seja, as fontes

oficiais e institucionais, designadamente atores governamentais, foram privilegiadas. Por um lado, confirmando a ideia de Wolf (1985/2009), Schoemaker e Vos (2011) entre outros, de que as fontes governamentais (que incluem os assessores de imprensa e o restante staff do governo responsável pela comunicação) continuam a ser uma fonte credível de informação, cujo fluxo é garantido sem custos acrescidos para os jornalistas. Por outro lado, permitindo aos governos controlar a informação que deve ser partilhada com os média (Shoemaker & Vos, 2009/2011). Contudo, muito poucas vezes foi citada ou referida a voz de ministros da Educação e quando surgiram foi a propósito das medidas preconizadas no âmbito do eixo Jovem. Os dados quantitativos relativos, por exemplo, ao número de adultos inscritos, ao número de adultos certificados ou ao número de CNO existentes, os quais foram frequentemente referidos nos discursos políticos, tiveram também por base relatórios do MTSS, do ME, do IST e do Eurostat. A OCDE foi referenciada uma única vez por um jornalista, enquanto a UE foi referida uma só vez como entidade de referência a respeito da forma como as vias profissionalizantes foram perspetivadas.

Na Tabela 5.17 apresenta-se o número de artigos em que cada agente tipo foi citado ou teve palavra.

Tabela 5.17: Número de artigos em que se fizeram ouvir as vozes de cada agente tipo

Agentes	n_i	Agentes	n_i
XVII ou XVIII Governo e respetivos Ministérios e atores Governamentais	14	ANQ—ANQEP—DRE—POPH	2
Associações—Comissões—Federações	5	Partidos Políticos	2
Confederações—Instituições Sociais—Clubes	5	Figuras públicas não governamentais não incluídas noutros itens	2
XIX Governo e respetivos Ministérios atores Governamentais	4	Professores—Técnicos—Formadores—	1
Cidadãos comuns	3	Júris	1
Escolas—CNO—Poder local	2	Sindicatos	1
Empresas e respetivos representantes	2	-	

(n_i : número de artigos)

Na totalidade, fizeram-se ouvir as vozes de quatro adultos que fizeram formação no âmbito da INO, de dois empresários, de uma formadora de adultos e de uma técnica de um CNO, de um diretor de uma escola secundária, da representante de uma Fundação, da confederação Nacional de Ação sobre Trabalho Infantil, da Associação Nacional de Profissionais de Educação e Formação de Adultos (ANPEFA), da FENPROF, da Associação Nacional de Dirigentes Escolares (ANDE), do presidente de uma Associação Empresarial, do gestor do POPH, de Bagão Félix, do PSD, do Partido Comunista Português (PCP) e do CDS-PP, da ANQEP, de Passos Coelho enquanto líder do PSD, de secretários de Estado do Emprego e Formação Profissional e do Ensino Básico e Secundário, de ministros do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação, do primeiro-ministro, dos respetivos Ministérios e Governos. José Sócrates foi ator o mais citado.

Em alguns casos transparece, na forma como o artigo foi redigido, um refúgio do jornalista nos dados que apresenta ou na(s) autoridades a que recorreu para construir a notícia. Talvez esta seja uma forma de conferir maior credibilidade à informação apresentada, mostrando, deste modo, a sua autoridade como jornalista com conhecimento sobre o assunto. Outra possibilidade é a de que se trate de um modo de tornar a leitura mais apelativa e de prender a atenção do público, mas,

na nossa perspetiva, nem sempre estes aspetos foram conseguidos. Para além disso, parece em alguns casos excessiva a quantidade de dados que foram apresentados relativamente à dimensão do texto, (por exemplo, o artigo de 11.01.2008) existindo, num outro extremo, outros textos que pecam pela falta de clareza ou de rigor na informação transmitida ou na linguagem utilizada, como são o caso dos artigos datados de 25.05.2006, 13.03.2007, 03.05.2007, 15.01.2010 e 31.05.2013. Este aspeto, aliado à diversidade de autores dos artigos, parece revelar a inexistência de jornalistas especialistas em educação no quadro de trabalhadores do jornal. Ainda que esta hipótese não tenha sido confirmada, estes elementos parecem-nos indiciar uma possível subvalorização, por parte do C.M., do campo da educação enquanto valor de notícia.

A diversidade de atores e protagonistas nem sempre significa diversidade de perspetivas sobre um mesmo assunto ou discordância de vozes. Com efeito, todos os artigos da amostra publicados até ao final de julho de 2010, à exceção de um deles (29.04.2007), apresentaram os assuntos predominantemente na ótica do Governo (XVII ou XVIII) e dos seus Ministérios, usando com frequência a perspetiva de José Sócrates, em linha com os títulos dos artigos. Neste sentido, 12 dos 20 artigos funcionaram claramente como uma forma de publicidade da INO, da política ou da atuação do governo, sendo este aspeto também válido para o XIX Governo, nomeadamente no artigo publicado a 19.05.2012.

Os enfoques, no que respeita ao eixo Jovem, centram-se na questão da dupla certificação dos cursos profissionais; o facto de permitirem o acesso ao ensino superior foi referido, mas foi sobretudo salientada a mais-valia que pareciam representar na facilitação à inserção no mercado de trabalho. Em 2006, os cursos profissionais foram apontados como uma segunda oportunidade para os adultos ativos e empregados que haviam abandonado os estudos. Segundo este jornal, em maio de 2007, o contexto educativo europeu e alguns indicadores da OCDE serviram, na perspetiva do XVII Governo, de legitimação para a expansão dos cursos de dupla certificação, prosseguindo esta numa lógica de ligação da formação de nível secundário às questões da empregabilidade. Aliás, a importância e a necessidade de qualificar a população portuguesa, a formação de adultos como forma de combater o desemprego e o sucesso da INO manifestado na procura de uma qualificação de nível secundário por parte das pessoas ativas empregadas, proporcionando-lhes uma segunda oportunidade, foi sublinhada em diversos artigos, na voz de José Sócrates. A satisfação pessoal, o sentimento de autorrealização e a expectativa do reflexo da qualificação na vida profissional foi apresentada na perspetiva individual de dois adultos recém-diplomados (11.12.2007; 17.05.2009), em convergência com a ótica dos Governos socialistas, ou seja, com a expectativa de que a INO viesse a revelar impacto na empregabilidade e no desenvolvimento do país, apresentando-se simultaneamente como uma questão de justiça social pela oportunidade que oferecia àqueles que, por motivos familiares ou económicos, haviam abandonado a escola precocemente.

Três questões foram abordadas de um ponto de vista menos favorável à INO. A primeira prende-se a questão do abandono escolar, tendo o ponto de vista apresentado sido o da

Confederação Nacional de Ação Sobre Trabalho Infantil. Nesse texto (29.04.2007), a INO foi referida, ainda que de uma forma muito pouco explícita, como uma não resposta ao problema do abandono escolar. Apesar deste aspeto não ter sido aprofundado, os planos curriculares alternativos foram apresentados por esta Confederação como uma melhor forma de “ir ao encontro da personalidade da criança e do jovem, respeitando e valorizando os saberes, motivando os que têm mais dificuldades e os mais carenciados”. Neste artigo, o problema do abandono escolar foi associado à criminalidade e à exclusão social e interpretado como uma incapacidade da escola ir ao encontro de situações que respeitam também à política social, mas também, ela própria, foi apresentada como geradora de exclusão social.

Uma segunda questão menos favorável prende-se com o financiamento do programa, designadamente com os atrasos nos pagamentos aos formadores dos CNO. Privilegiando o ponto de vista dos formadores, o autor do artigo, publicado a 25.06.2010, teve claramente como objetivo dar visibilidade às dificuldades de financiamento dos CNO.

A terceira questão, abordada no artigo publicado a 11.11.2010, prendeu-se com a introdução no Orçamento do Estado da obrigatoriedade dos desempregados, com direito a Rendimento Social de Inserção e com nível de habilitações inferior ao 12º ano, fazerem formação no âmbito da INO. Ainda que, do nosso ponto de vista, a situação tenha sido abordada superficialmente, a jornalista deu a conhecer a explicação fornecida no Parlamento pela ministra do MTSS. Por outro lado, apesar do tema ter sido tratado com objetividade, apenas um parágrafo foi dedicado à apresentação de pontos de vista discordantes do governo. Neste âmbito, a jornalista apresentou a posição desfavorável de alguns partidos da oposição, designadamente a do PSD que a designou por “manobra estatística”.

Os artigos do jornalista Bernardo Esteves (15.05.2012; 25.09.2012; 01.04.2013) são os mais críticos e aqueles em que, de facto, foram valorizados outros pontos de vista além da forma como o(s) governos ou os Ministérios interpretaram os problemas e a ação governativa¹¹⁵. Num destes artigos (15.05.2012), Bernardo Esteves mostrou o poder exercido por um organismo central, a ANQEP, sobre a gestão dos CNO afetos às escolas secundárias. Neste âmbito, evidencia-se a reduzida margem de autonomia das escolas na gestão da sua oferta e das pessoas que nela trabalham e os problemas na comunicação entre a gestão das escolas e um organismo central, a ANQEP, que surgiu no texto como o agente “culpado” e a quem foi atribuída a responsabilidade do problema dos despedimentos das pessoas que trabalhavam nos CNO que haviam encerrado. Nos outros dois artigos da autoria do referido jornalista foram abordados assuntos respeitantes às alterações que o XIX Governo introduziu na INO e que culminaram com o fim deste Programa. Em particular, referiu que a INO “foi muitas vezes alvo de críticas devido ao alegado facilitismo” (01.04.2013) e apresentou o seu fim como previsível, tendo em conta as críticas feitas pelo

¹¹⁵ A exceção é feita apenas ao artigo de Mário Fernandes (29.04.2007)

Primeiro-ministro Passos Coelho na campanha eleitoral. Assim sendo, demonstrou preocupação relativamente ao futuro da educação de adultos dando a palavra à ANPEFA, à ANDE e à FENPROF, sendo que continuou a verificar-se a total ausência de referências a estudos científicos sobre educação e relatórios internacionais ou o recurso a especialistas. Privilegiando o ponto de vista da ANPEFA, o C.M. destacou os seguintes pontos críticos que esta associação assinalou: (a) a lacuna temporal que decorreu entre o encerramento dos CNO e a abertura dos CQEP; (b) o investimento insuficiente nestes últimos; (c) a introdução de uma espécie de exame na certificação de adultos em processo de RVCC que, na sua perspetiva, adultera o conceito de aprendizagem ao longo da vida; e, (d) as competências dos CQEP, assinalando-as como sendo de eficácia duvidosa.

A ótica socialista que enfatizava diversas valências da formação/educação deu lugar a uma forma diferente de pensar a educação de adultos como mostra a autora do artigo publicado a 19.05.2012. Neste artigo, a jornalista apresenta as alterações que o XIX Governo havia anunciado para a educação de adultos, as quais foram justificadas, como refere, com a necessidade de reduzir custos, fazer face ao despesismo dos dois últimos governos socialistas e legitimadas pelas conclusões do estudo sobre o eixo Adultos levado a cabo pelo Instituto Superior Técnico. A ênfase, como a jornalista mostra, passou a ser colocada no ensino e na formação, na necessidade de formar profissionalmente os adultos com vista à sua utilidade no mercado de trabalho e à recuperação da economia com o menor investimento possível. Mostrando aderir a esta lógica, ainda que não explicitamente, a jornalista deu visibilidade a uma conceção neoliberal da educação que assume a vertente da formação e da qualificação numa ótica de eficiência e no sentido da capacitação para o mercado e, deste modo, sobretudo como instrumento para a empregabilidade e desenvolvimento da economia.

Em suma, o C.M. deu ênfase à política, à estratégia e à ação do governo, ao jogo político e a questões de liderança-personalização abordando assuntos maioritariamente em torno do eixo Adultos. O recurso ao peso de autoridades predominantemente de cariz político, ministros e secretários de estado, foi o recurso privilegiado pelos jornalistas para conferir credibilidade aos assuntos tratados. As medidas preconizadas no âmbito da INO foram apresentadas (a) como uma questão de justiça social, por oferecerem uma segunda oportunidade àqueles que haviam abandonado precocemente a escola; (b) como uma oportunidade para qualificar as pessoas ativas empregadas, na expectativa de que veriam o respetivo reflexo nas suas vidas profissionais; (c) como forma de combater o desemprego; (d) pela mais-valia que a dupla certificação, designadamente a conferida pelos cursos profissionais, parecia proporcionar na facilitação da inserção no mercado de trabalho; e (d) como forma de contribuir para o desenvolvimento do país, tendo o sucesso da INO sido enfatizado exatamente pela procura que teve por parte da população portuguesa, particularmente da população adulta.

A ideia de que a INO daria um contributo para a justiça social, pela oportunidade que oferecia aos portugueses de ascender socialmente, esteve presente na retórica em torno deste

programa, designadamente nos discursos de José Sócrates que frequentemente serviram de base à construção das notícias. Todavia, de um modo geral, esta lógica coexistiu com uma outra num sentido mais neoliberal, face ao destaque dado à necessidade de combater o desemprego, de melhorar a empregabilidade, de facilitar a inserção no mercado de trabalho e de fomentar o desenvolvimento do país através da elevação do nível de habilitações dos portugueses.

Uma vez que a ótica dominante foi a do Governo (XVII ou XVIII) e dos seus Ministérios, com ênfase para a perspetiva de José Sócrates, até meados de 2010 o ponto de vista otimista predominou. Assim, grande parte das notícias funcionou como uma forma de publicidade da INO, da política ou da ação do poder político. Por conseguinte, quer os diagnósticos de défice da população portuguesa quer os entendimentos sobre os objetivos e finalidades da INO, trabalhados na perspetiva dos governos socialistas, legitimaram perante a opinião pública a implementação desta política educativa e influenciaram a procura, particularmente por parte da população adulta, e o seu sucesso.

Com a publicação de um artigo em 2012, o C.M. fez notar que a ideologia socialista, que apesar de tudo enfatizava diversas valências da educação e da formação, deu lugar, com a ascensão do PSD e CDS-PP ao poder, a uma forma diferente de pensar a educação de adultos legitimada pela necessidade de reduzir custos e de capacitar para o mercado, ou seja, como instrumento para a empregabilidade e desenvolvimento da economia numa ótica claramente neoliberal da educação/formação ao serviço da economia. Nesta fase, o C.M., à semelhança do que sucedeu noutros jornais, nomeadamente no PÚBLICO e no Expresso, dirigiu-se em tom crítico para as alterações na educação e formação de adultos e para o modo como estas foram introduzidas pelo XIX Governo Constitucional. Assim sendo, essencialmente pela mão do jornalista Bernardo Esteves, o C.M. deu ênfase a vozes críticas, como a ANDE, a FENPROF e especialmente a ANPEFA as quais evidenciaram o seu posicionamento perante estas problemáticas. Contudo, embora de modo menos intensivo, este jornal não deixou de funcionar durante o período de 2011 a 2013 como uma plataforma de divulgação da política educativa do XIX Governo.

Tabela 5.18: Descritores de superfície e organização estrutural e temas/objetos dos textos do jornal C.M.

Data de publicação	Autor(es)	Dimensão (nº palavras)	Foto	Antetítulo (A); Título (T); Subtítulo (S)	Temas	
2006	25.05	Edgar Nascimento	170	José Sócrates	A – Número de cursos profissionais a abrir nas escolas secundárias. T- Meta eixo Adultos	Estratégia-Ação do XVII Governo com vista à melhoria da qualificação da população ativa empregada (assinatura de protocolo; abertura de cursos profissionais em escolas secundárias; Guia de Acesso ao ensino secundário)
2007	13.03	Janete Frazão	205	José Sócrates	A-Agenda do XVII Governo: Qualificação dos portugueses. T- Meta do eixo Adultos (objetivo do primeiro-ministro)	Política de educação e formação de adultos (diagnóstico de défice e objetivos e prioridades do XVII Governo)
	29.04	Mário Fernandes	252	Jovem na rua	A-Preocupação da CNAsti T-Consequências do abandono escolar	Política de educação (Diagnósticos de abandono escolar; marginalização e abandono escolar-papel da INO)
	03.05	Raquel Oliveira	381	Dois ministros	Elevada adesão dos adultos à INO	Balço da INO (Adesão da população ativa ao eixo Adultos)
	25.05	Almerinda Romeira	299	Secretário de Estado Fábrica	Cursos profissionais (nas escolas secundárias) – uma via para a empregabilidade	Substância: Funcionalidades dos cursos de dupla certificação Estratégia do XVII Governo (alargamento dos cursos profissionais às escolas secundárias) Objetivos do XVII Governo (o que espera alcançar com os cursos de dupla certificação)
	01.06	Janete Frazão	299	José Sócrates	Debate no Parlamento sobre o programa e-escolas do PT Educação	Estratégia-Ação do XVII Governo (programa e-escolas)
	11.12	Edgar Nascimento	297	(foto de grupo) atores governamentais	T – Destaca que, na opinião do primeiro-ministro, o secundário é o nível mínimo para o desenvolvimento do país	Estratégia-Ação do XVII Governo (cerimónia de assinatura de protocolos e entrega de diplomas de 12º a adultos)
2008	11.01	Edgar Nascimento	185	Aula de adultos	A – “Qualificação” T- Número de adultos que regressaram à escola	Balço da INO – eixo Adultos (Estatísticas fornecidas pelo ME dos dois anos de funcionamento da INO no que respeita ao eixo Adultos)
	31.03	Luís Oliveira	483	José Sócrates e comitiva	A+T – Vontade de José Sócrates acelerar execução do QREN	Estratégia-Ação do XVII Governo (Périplo pelo distrito de Viseu do primeiro-ministro e comitiva – a) execução do QREN; b) apoio às pequenas e médias empresas) Estratégia-Ação do XVII Governo (Entrega de computadores a adultos com deficiência)

2009	17.05	Manuela Teixeira	394	J.Sócrates	A – “Primeiro-ministro acredita combater desemprego com formação” T – “Sócrates promete mais qualificação”	Política de educação e formação de adultos (A formação, designadamente proporcionada pelo eixo Adultos, como forma de combater o desemprego) Liderança-Personalização (Discurso do primeiro-ministro numa cerimónia de entrega de diplomas a adultos)
2010	15.01	Pedro H. Gonçalves	381	J.Sócrates Aula de adultos	A+T- Anuncia o sucesso da INO, do ponto de vista de Sócrates	Balanço da INO – eixo Adultos (apresentado pelo primeiro-ministro no III Encontro Novas Oportunidades)
	21.07	Manuela Teixeira	169	J. Sócrates	A - INO T-Sócrates emocionado	Liderança-Personalização (Discurso do Primeiro-ministro numa cerimónia de entrega de diplomas de 12º ano a adultos; Estado emocional do primeiro-ministro)
	25.10	João Saramago	217	Ex. formadora de adultos	A - Número de adultos formados pela INO; T - INO com dívidas	Substância-CNO (pagamentos aos formadores)
	11.11	Cristina Rita & LUSA	382	Ministra Helena André	A+T+Entrada- medida do Orçamento para 2011 (obrigatoriedade dos... fazerem formação). A situação é apresentada como uma imposição do XVIII Governo	Estratégia-Ação do XVIII Governo (Orçamento para 2011) Posicionamento de atores (Reação dos Partidos políticos às explicações da ministra do trabalho no Parlamento)
2011	19.05	José Rodrigues; C.R.; C.T.	672	2 fotos: J. Sócrates 2 fotos: P. Coelho	A+T+S – destacam divergências políticas dos líderes do PS e do PSD	Posicionamento de atores (périplo de J. Sócrates e de P.P. Coelho pelo país e temas dos respetivos discursos em campanha eleitoral para legislativas de 5 de junho) Posicionamento de atores (INO enquanto tema de discurso de J. Sócrates no âmbito da polémica que envolveu os dois atores)

2012	15.05	Bernardo Esteves	478	Aula de adultos	A-Número de técnicos e formadores “demitidos” T-XIX Governo ordenou “despedimentos” S-Posição de formadores e diretores de escolas	Substância-CNO (Despedimento de técnicos e formadores devido a encerramento de CNO)
	19.05	Joana Nogueira	379	José Sócrates	A-Destaca efeito reduzido da INO na empregabilidade (conclusões do estudo do IST) T- Investimento financeiro na INO S-Alterações à INO (data e a justificação) A+T-Horários zero porque XIX Governo trava cursos de adultos	Estratégia-Ação do XIX Governo e Política Educativa (medidas tomadas no âmbito das alterações à INO e respetiva justificação) Economia-Finanças (investimento feito na INO)
	25.09	Bernardo Esteves	343	Aula de adultos	S-Cursos EFA suspensos responsabilizando o Ministério da Educação e Ciência por isso; Posição desfavorável da ANPEFA	Estratégia-Ação do XIX Governo (suspensão da abertura de turmas de cursos EFA)
2013	01.04	Bernardo Esteves	472	Aula de adultos	A-Novo modelo de certificação prevê realização de exames T-“Ensino de adultos para até setembro” S-Extinção de CNO; CQEP em setembro; 5 mil técnicos sem emprego	Estratégia-Ação do XIX Governo e Política Educativa (alterações na formação de adultos, designadamente (a) o encerramento dos CNO; (b) o número e data de início dos CQEP, as suas competências e as verbas adjudicadas ao seu funcionamento; (c) as mudanças nos processos de RVCC; e (d) a situação profissional dos técnicos que trabalhavam nos CNO)
	31.05	-	434	-	A - Cursos profissionais para jovens e adultos T-“As vias de dupla certificação”	Substância-CEF_CP_RVCC_EFA (diferentes possibilidades de obter uma dupla certificação)

5.4.3 A INO no jornal Público

Integram o *corpus* de pesquisa 65 notícias e reportagens, sobre assuntos em torno da INO e com uma dimensão não inferior a 150 palavras, publicadas no PÚBLICO entre 2005 2013. Dos 65 artigos, 55 são do género jornalístico *notícia*, seis são *reportagens* e quatro são artigos que contêm as duas componentes (veja Tabela 5.19). Contrariamente ao que sucedeu no semanário Expresso, este jornal manteve uma atenção relativamente regular a este tema. Registam-se apenas dois anos, 2007 e 2012, com maior número de publicações, 13 e 10 artigos, respetivamente.

Tabela 5.19: Número de artigos do *corpus* de pesquisa por tipo jornalístico e ano de publicação

Ano	Notícia	Reportagem	Notícia e Reportagem	Total
2005	3	0	1	4
2006	3	0	0	3
2007	11	0	2	13
2008	7	1	0	8
2009	5	2	0	7
2010	2	2	1	5
2011	8	0	0	8
2012	9	1	0	10
2013	7	0	0	7
Total	55	6	4	65

Os 65 artigos foram escritos por 31 autores. Dois artigos não estão assinados, 11 são da autoria da jornalista Clara Viana e 10 de Isabel Leiria. Esta última jornalista a partir de 2009 começou a publicar com regularidade artigos sobre Educação no Semanário Expresso, deixando de o fazer no PÚBLICO. Clara Viana escreveu ainda um outro artigo, também do género notícia, em parceria com Graça Barbosa Ribeiro, a qual assinou quatro artigos. O *corpus* desta pesquisa inclui também quatro artigos da agência Lusa e três da jornalista Bárbara Wong. As reportagens são da autoria de Isabel Leiria (24.08.2008), André Jegundo (07.07.2010), Natália Faria (05.09.2010), João Pedro Pereira (08.02.2009), Maria Antónia Zacarias (08.02.2009) e Ana Cristina Pereira (08.09.201). Veja-se a Tabela 5.25, no final da secção, onde se apresentam sucintamente os descritores de superfície, a organização estrutural e os temas/objetos centrais destes 65 artigos.

Quarenta e três artigos (66%) foram publicados na secção *Portugal*, sete foram publicados na secção *Economia* e outros sete na secção *Destaque*, um artigo foi publicado na revista PÚBLICA e outro no caderno P2, e os restantes surgiram numa das secções: *Sociedade*, *Nacional* e *Cultura*.

Os textos desta amostragem têm uma dimensão média de 618 palavras; o extremo inferior e extremo superior da distribuição do número de palavras dos artigos são respetivamente, 150 e 2878 palavras; a mediana é 470 e o primeiro e terceiro quartis são 330 e 765, respetivamente; noutros termos, estes dados mostram que pelo menos 50% dos artigos têm uma dimensão não superior a 470 palavras e, no máximo, 25% têm uma dimensão superior a 765 palavras, contendo o menor

150 palavras e o maior 2878 palavras. Trinta e quatro artigos contêm pelo menos uma fotografia. Das 10 fotos que mostram uma imagem de atores governamentais, sete são de José Sócrates. Trinta e um artigos contêm informação destacada sob a forma de caixa de texto ou uma representação gráfica de dados.

À semelhança do Expresso que destacou a INO na primeira página, o PÚBLICO fez manchete do tema em quatro edições (16.04.2007, 07.09.2010, 30.07.2011 e 20.08.2013), destacou-a nove vezes na primeira página (08.03.2007, 08.02.2009, 07.07.2010, 18.05 e 06.08 de 2011, 01.02 e 22.02 de 2012, 07.02 e 12.09 de 2013) e quatro na última página (18.04.2007, 12.01.2008, 14.01 e 06.08 de 2011). Duas das notícias realçadas na primeira página no ano 2007 são da autoria da jornalista Isabel Leiria e favoreceram a política educativa do XVII Governo. O artigo de 08.03.2007 teve como pano de fundo o abandono escolar; a autora divulgou a estratégia do XVII Governo na prevenção e recuperação de situações de abandono escolar, designadamente o aumento da oferta profissionalizante de dupla certificação para os jovens e o papel dos CNO no processo de RVCC. O outro artigo, publicado a 16.04.2007, fez manchete do dia e abordou a educação de adultos, particularmente o RVCC de nível secundário, mostrando, em particular, os elevados níveis de adesão dos adultos à INO. Esta referência à elevada afluência dos adultos à INO fez, uma vez mais, notícia de primeira página a 07.07.2010; este número do jornal dedicou um conjunto de notícias, reportagens e artigos de opinião à INO, incluindo o seu editorial. A 7 de setembro deste mesmo ano, 2010, a INO voltou a ser manchete do PÚBLICO; desta vez tratou-se de divulgar a redução do número de turmas do ensino recorrente, apresentando-o como uma via em extinção mas que teve na década de 1980 um propósito e um papel considerável na educação de adultos. A partir de setembro de 2010, todos os artigos que compõe este *corpus* de pesquisa e que mencionaram a INO na primeira página, fazendo-a ou não manchete do dia, são da autoria da jornalista Clara Viana¹¹⁶ e reportam-se, na sua maioria, a medidas tomadas pelo XIX Governo ou aos seus efeitos e consequências.

Dezoito artigos (28%) mencionaram no título o Governo, os Ministérios ou os seus governantes como agentes de determinada ação ou intenção. Dez artigos (15%) reportaram-se explicitamente, no título, a agentes que apresentaram um ponto de vista crítico da ação governativa; em seis destes últimos artigos os agentes são Partidos políticos. Estes dados indiciam que uma boa parte das notícias girou em torno da ação governativa. Doze dos 20 artigos publicados entre 2005 e 2007 abordaram a *estratégia e a ação do XVII Governo* e, de entre estes, seis divulgaram o estabelecimento de protocolos de formação ou de cerimónias de entrega de diplomas a adultos. Na verdade, este foi o período com maior concentração de artigos que deram ênfase à divulgação da ação governativa relacionada com a INO. As questões de *liderança e personalização* foram a

¹¹⁶ Um dos artigos, 30.07.2011, foi escrito em parceria com Graça Ribeiro.

tónica em sete artigos (11%) e o *jogo político* e o *posicionamento de atores* sobre a ação governativa, particularmente sobre questões relacionadas com a INO, foram formas de abordagem principal em 19 (29%) dos 65 artigos. Sete artigos (11%) abordaram, como um dos temas principais, questões relacionadas com *economia*, tais como o financiamento da INO e a responsabilidade social das empresas na qualificação dos trabalhadores; estes dois tópicos específicos foram tratados, entre 2005 e 2006, em quatro artigos. Em 15 artigos (23%) foram tratadas questões que se identificaram como de *política* (educativa), as quais abarcaram essencialmente diagnósticos, objetivos, intencionalidades da INO, metas e balanços. Três artigos de 2005 discutiram a questão do défice de qualificação dos adultos e do insucesso e abandono escolar; este quadro “negro” de insucesso escolar e de baixas qualificações dos portugueses voltou a ser tema de debate mais uma vez em 2006, duas vezes em 2007 e apenas uma outra vez em 2010. De um modo geral, a maioria dos jornalistas abordou questões de substância, no sentido em que não se limitaram ao jogo político ou a tratar questões relacionadas apenas com liderança/personalização como sucedeu numa boa parte dos artigos do C.M.. No entanto, um conjunto de textos destaca-se pelo facto dos seus autores terem dado relevo significativo à *substância* das problemáticas abordadas. Estão nestas condições 34 artigos, ou seja, 52% dos textos analisados. Na Tabela 5.20 sintetizam-se os dados que se acabaram de referir.

Tabela 5.20: Tipo e frequência de assuntos abordados em torno da INO

Assuntos	Frequência
Estratégia e ação	21 (32%)
Liderança e personalização	7 (11%)
Jogo político e posicionamento de atores	19 (29%)
Economia	7 (11%)
Política, Diagnósticos, Objetivos, Metas, Balanços	15 (23%)
Substância	34 (52%)
TOTAL	65

Em 26 dos 28 artigos publicados entre 2005 e 2008 foi veiculada a voz do XVII Governo e dos respetivos Ministérios quer sob a forma de citações dos seus representantes quer indiretamente pelos jornalistas. Não obstante, na maioria dos artigos deste período foram apresentados mais do que um protagonista e diversas perspetivas mas, de um modo geral, convergentes com a política do XVII Governo consubstanciada nos diversos normativos associados à INO (veja Tabela 5.21).

A reportagem (24.08.2008) e as componentes de reportagem de três artigos publicados entre 2005 e 2008 (02.10.2005; 06.06.2007; 22.07.2007) tiveram como protagonistas adultos que concluíram um processo de RVCC num CNO que funcionava no seio da empresa onde trabalhavam ou que haviam comparecido numa cerimónia promovida pela tutela para receberem o seu diploma, e alunos, diretores de escolas públicas e coordenadores de CNO chamados a apresentar o seu ponto de vista sobre algumas iniciativas no âmbito do PT da Educação. O recurso a pequenas reportagens como forma de complementar uma notícia funcionou por vezes

(02.10.2005 e 22.07.2007) como reforço positivo relativamente às medidas implementadas no âmbito da INO, influenciando a opinião pública a percecioná-las de forma otimista.

Tabela 5.21: Agentes e o respetivo número de artigos, publicados no período de 2005 a 2008, em que as suas vozes se fizeram ouvir

Agentes	n_i
XVII Governo, Ministérios e Atores governamentais	26
Escolas Públicas, CNO e Câmaras Municipais	6
ANQ, Direções Regionais de Educação, IIEFP	5
Cidadãos comuns	4
Empresas e Associações Empresariais	3
Partidos políticos	3
Organizações não-governamentais, Movimentos	2
Sindicatos	2
Comissão Europeia	1
Professores, Técnicos, Formadores, Júris	1
Figuras públicas não incluídas nos itens anteriores	3
Outros atores	2

(n_i : número de artigos)

Esta estratégia também se verificou na publicação de reportagens independentes e mais longas, nomeadamente numa boa parte da reportagem de Isabel Leiria (24.08.2008) ou na reportagem levada a efeito por Maria Antónia Zacarias (08.02.2009) sobre o impacto da utilização das TIC na vida pessoal de dois idosos que haviam concluído um processo de RVCC. Por conseguinte, as reportagens, independentemente de darem voz a um setor da população que não tem um acesso privilegiado aos meios de comunicação de massa, parecem ter funcionado também como uma estratégia, talvez mais eficaz do que uma notícia, para influenciar a opinião pública. Com efeito, quer seja a respeito de determinada política pública, passando a ideia de que foi a solução adequada encontrada para um problema real, quer como forma de construir uma problemática em torno de uma questão—como sucedeu, por exemplo, no caso da reportagem realizada pela jornalista Isabel Leiria (22.07.2007) no âmbito de iniciativas do PT, onde o objetivo principal da jornalista foi nitidamente chamar a atenção para diversos problemas com que os diretores, professores e alunos se deparavam nas escolas públicas, nomeadamente, a degradação do parque informático—, a forma de reportagem parece destacar-se como uma estratégia mais eficaz de passar a mensagem. A razão subjacente a esta ideia reside no facto de que, desta forma, as políticas e os assuntos apresentam-se relacionados com os contextos e com os problemas das pessoas e, portanto mais próximos de cada um; além disso, o recurso à reportagens é uma estratégia que apresenta alguns traços que se assemelham a técnicas características de outros meios de comunicação, como a televisão, e portanto bastante apelativas ao público.

Foram vários os assuntos abordados em torno da INO, durante os primeiros quatro anos da sua implementação, designadamente o PT e o Programa TII da responsabilidade da Microsoft, a lei orgânica que criou a ANQ, e a questão dos designados “recibos verdes” e dos atrasos no

pagamento de salários dos técnicos e formadores dos CNO. O PT e o Programa TII foram vistos como uma forma de modernização tecnológica do país, mas também como um meio de combate à infoexclusão e de requalificação dos trabalhadores (10.05.2008). Deste modo, a ausência de conhecimentos em TIC emergiu como um fator impeditivo da (re) aquisição de emprego. Por sua vez o destaque na divulgação da lei orgânica da ANQ foi essencialmente para a sua liderança. Neste sentido, foi acentuado, de forma positiva, o currículo profissional da sua presidente e realçado o capital e a coesão da equipa que iria liderar esta agência (10.02.2007 e 30.03.2007), aspetos que do ponto de vista comportamento organizacional são considerados extremamente importantes para a eficiência e eficácia de uma organização. A problemática em torno dos vencimentos dos formadores surgiu neste jornal em 18.05.2008 num artigo, não assinado, que dá voz à ministra da Educação. Trata-se de um texto que surge na sequência do artigo (notícia/reportagem) publicado na véspera no semanário Expresso que despoletou uma reação do PÚBLICO concedendo ao poder político a possibilidade de argumentar sobre o assunto.

No entanto, a ênfase, no período de 2005 a 2008, foi basicamente para três grandes temas, abordados (também) recorrentemente em discursos de José Sócrates: (a) diagnósticos de insucesso, abandono escolar e défice de qualificação dos portugueses; (b) objetivos e intencionalidades da INO, as medidas do eixo Jovem e do eixo Adultos da INO e as respetivas metas a atingir até 2010; e (c) os protocolos estabelecidos com vista à oferta de formação profissionalizante e o papel das empresas na formação dos trabalhadores.

Os diagnósticos que sublinharam o défice de qualificação dos portugueses, o elevado insucesso e abandono escolar e as comparações com dados homólogos da média dos países da OCDE e da UE¹¹⁷ que acentuaram esse défice, foram os assuntos a que foi dado maior relevo, quer enquanto notícia quer no âmbito de reportagens. Sob a forma de reportagem, a questão do abandono escolar foi abordada em situações concretas e ligadas a contextos motivacionais, familiares ou socioeconómicos, numa perspetiva de compreensão e de apelo à resolução do problema; apresentaram-se casos de sucesso, onde foram referidas as experiências de vida e o empenho dos personagens da história na melhoria das suas qualificações, designadamente no âmbito do RVCC, os sentimentos de autorrealização dos adultos, as expectativas na melhoria das suas vidas profissionais e a predisposição para aprenderem mais. Outros artigos publicados neste jornal sublinharam este *quadro negro comparado* da Educação em Portugal. No entanto, uma vez que não fizeram qualquer referência à INO, optou-se por não integrarem o *corpus* de pesquisa. Estão nesta situação artigos que foram publicados antes da divulgação da INO e outros já após se

¹¹⁷ Isabel Leiria, no seu artigo de 12.07.2008 “Progressos na educação insuficientes para tirar Portugal da cauda da Europa” apresentou os resultados do relatório de 2008 da Comissão Europeia em matéria de Educação e Formação e o posicionamento de Portugal no ranking dos 27 países da UE nos indicadores de referência que foram acordados pelos Estados-membros. Mas, já nessa data, a autora realçou que as metas definidas na Estratégia de Lisboa eram de difícil alcance.

ter iniciado a sua implementação. Neste último caso, considerou-se que foi uma opção do jornalista, do autor ou da direção do jornal não os associar à INO. Contudo, pela pertinência do assunto na construção de um enquadramento que foi utilizado pelo XVII Governo para legitimar a implementação de programas, planos e outras medidas há que os tomar em consideração referenciando pelo menos alguns. Assim, a título de exemplo, destacam-se quatro de entre os mais recentes relativamente ao período que se está a reportar: um artigo da Agência LUSA, publicado neste diário a 24.01.2005, um artigo da ministra da Educação do XVII Governo, publicado a 18.11.2005, e os dois artigos de Isabel Leiria de 26.12.2005 e 10.01.2006.

Um segundo grande tema que foi alvo de destaque por parte dos jornalistas nestas publicações que se reportam ao período de 2005 a 2008 diz respeito aos objetivos e metas da INO, às medidas preconizadas no eixo Jovem e no eixo Adultos e às intencionalidades que estiveram subjacentes a esta política. Um dos enfoques principais foi colocado na formação técnica e profissionalizante; as vias de dupla certificação de básico e de secundário foram apresentadas quer como forma de aumentar o sucesso escolar, prevenir e diminuir o abandono escolar e responder às necessidades económicas e de competitividade do país, quer como uma maneira de cumprir as recomendações da OCDE. Um outro ângulo da INO igualmente bastante sublinhado neste período foi a educação de adultos, que a partir de 2008 começou a ser tema recorrente sempre que o assunto era a INO; neste âmbito, a atenção foi dirigida principalmente para questões em torno do RVCC e do papel dos CNO na qualificação dos adultos. A educação e formação de adultos tanto foi alvo de uma abordagem superficial, como a que se pode encontrar no artigo de João Manuel Rocha (24.02.2007) como de formas mais completas de olhar para estes processos, como no caso do artigo de Isabel Leiria (16.04.2007). No primeiro caso, a propósito da proposta de Reforma da Formação Profissional o jornalista refere o RVCC como um mecanismo “para ajustar a ‘oferta formativa’ às necessidades das pessoas, valorizar as aprendizagens por via da experiência e procurar o envolvimento das empresas na qualificação dos trabalhadores”. Já no segundo caso, os assuntos são abordados numa perspetiva pedagógica: a autora destacou os vários passos por que um adulto tinha de passar após fazer a sua inscrição num CNO de modo a validar as aprendizagens adquiridas pela experiência de vida; referiu a triagem, a elaboração do portefólio, as três áreas que compõem o referencial de competências, a eventual necessidade do adulto fazer um programa de formação—o qual poderia assumir a forma de um curso EFA ou uma formação de curta duração—e a prova pública de apresentação e discussão do portefólio reflexivo de aprendizagem. Isabel Leiria voltou a trabalhar o tema da educação de adultos, nomeadamente quando divulgou o balanço feito pela ANQ e destacou o facto de serem os adultos mais jovens, que haviam abandonado precocemente os estudos, os que mais se candidatavam a uma certificação de nível secundário (10.09.2008). Neste artigo a jornalista deu suporte aos objetivos do XVII Governo subjacentes à política de educação de adultos, designadamente em relação à necessidade de investir na certificação de nível secundário da população adulta, legitimando-a pela necessidade de melhorar o desempenho de Portugal nos

indicadores da OCDE e da UE, se outro motivo não houvesse. Por sua vez, nos artigos de Bárbara Wong (02.10.2005) e de Bárbara Simões (22.07.2007) o RVCC surgiu no âmbito das reportagens levadas a efeito por estas jornalistas, tendo sido apresentada a perspectiva de adultos que haviam abandonado os estudos ainda jovens e concluído recentemente um RVCC. Desta forma, ambas as jornalistas deram a conhecer causas do abandono escolar, a forma como aquelas pessoas encararam a oportunidade de fazer um processo de RVCC, os receios, o esforço e o sacrifício para retomarem o processo educativo, o sentimento de autorrealização, a vontade de saberem mais e continuarem a estudar, a perceção do contributo da qualificação na facilitação do processo de integração na sociedade e as expectativas colocadas no benefício que isso traria para as suas vidas profissionais.

Um terceiro tema que se destacou neste conjunto de artigos liga-se com o cenário da reportagem da jornalista Bárbara Wong e prende-se com o papel de responsabilidade social das empresas no processo de qualificação dos seus trabalhadores. Já em 2005 vários artigos divulgaram o estabelecimento de protocolos, nomeadamente entre o MTSS e a Associação Empresarial de Portugal, no sentido de colaborarem no âmbito da formação dos trabalhadores no seio das próprias empresas, designadamente através da criação de CNO; os artigos da autoria de Lurdes Ferreira (02.02.2005), de João Manuel Rocha (24.10.2006), de Manuel Assunção (25.11.2006) e uma entrevista com Fernando Medina publicada a 08.02.2007 que não integram este *corpus*, entre vários outros que também não o integraram (pois como atrás se referiu, não fizeram referência explícita à INO), reforçaram a ideia de que o défice educacional é um fator impeditivo da produtividade e afeta a competitividade. Sendo assim, a ALV surgiu, num quadro em que a formação contínua e técnica é algo a que nem os trabalhadores nem as empresas se podem furtar, sob pena de não conseguirem acompanhar o ritmo de mudanças nos processos de trabalho e a competitividade numa economia globalizada; ou seja, sublinha-se a importância da ALV, mas esta emerge num contexto em que se vê subjugada às necessidades do mercado e da responsabilidade de cada empresa e de cada indivíduo, numa lógica modernizadora de qualificação de recursos humanos.

Tal como sucedeu no C.M., embora com menor frequência, os discursos de José Sócrates foram divulgados neste diário, designadamente a 24.02.2007 e 28.09.2008; particularmente nestes textos, esteve também presente a ideia de que INO era (também) uma política que promovia a igualdade, particularmente a igualdade de oportunidades, estimulava a melhoria do nível de vida das pessoas, especialmente dos adultos que haviam abandonado o seu processo de educação formal sem concluir o secundário, e, portanto, auxiliava na diminuição das desigualdades sociais do país.

Durante este período, 2005-2008, as vozes menos otimistas manifestaram-se quer em relação à estratégia de comunicação adotada pelo XVII Governo, designadamente a crítica de Manuel Alegre à campanha publicitária da INO com *slogan Aprender Compensa* (18.04.2007), quer quanto ao grau de concretização dos objetivos estabelecidos pelo Governo no setor da Educação, os quais, na opinião do movimento *Compromisso Portugal* não foram alcançados (28.06.2007), e na opinião da jornalista Isabel Leiria (16.04.2007) não foram cumpridos no eixo Adultos. Não obstante as

críticas apontadas, tanto Manuel Alegre como o movimento *Compromisso Portugal* salvaguardaram uma visão otimista relativamente à INO, justificada, por este último agente, por ter sido “bem concebida e estruturada” e pelo impacto que certamente iria ter na qualificação da população e na garantia de que cada vez mais jovens receberiam uma formação profissionalizante ao nível do secundário.

Somente no início de janeiro de 2008 é que se levantaram, durante uma sessão parlamentar sobre a INO, vozes mais críticas, as quais vieram a público neste jornal pela autoria de Isabel Leiria (12.01.2008). No seu artigo a jornalista refere apenas o eixo Adultos como tema do debate; sublinha como pontos críticos apontados pelos partidos da oposição: a qualidade dos processos de RVCC, a ausência de efeitos da qualificação na vida profissional dos diplomados e a forma de remuneração dos técnicos e formadores ao serviço da INO; destaca a voz do PCP como a que se mostrou mais contundente relativamente à forma como a educação de adultos estava a ser conduzida. Em relação ao ponto de vista do PCP sobre a INO, a jornalista transmite a ideia que a INO seria uma “operação fraudulenta” e um “milagre estatístico”, sendo os processos de RVCC perspetivados pelo PCP como formas de reconhecimento de competências que se aproximavam muitas vezes da “validação administrativa”.

Dois mil e nove foi o ano em que se deram dois acontecimentos importantes no prosseguimento das medidas preconizadas na INO. Trata-se do ano da divulgação dos primeiros resultados da avaliação externa ao eixo Adultos, realizada sob a responsabilidade da Universidade Católica, e das eleições legislativas de 27 de setembro que culminaram, como se sabe, com a manutenção do PS no Governo, embora sem maioria absoluta.

Deste ano 2009, o *corpus* da pesquisa integra sete artigos: duas reportagens e cinco notícias. A educação de adultos foi tema abordado nos sete artigos. Do eixo Jovem já não se encontrou qualquer referência. À semelhança do que sucedeu no Expresso e no C.M., também aqui a INO foi identificada com o eixo Adultos (em dois artigos). A questão dos efeitos da qualificação adquirida no âmbito da INO foi debatida em todos os artigos; porém, a ótica dominante foi posicionada nas suas repercussões ao nível profissional e no reconhecimento por parte das empresas da qualificação adquirida pelos trabalhadores, tendo sido transmitida uma visão negativa dos dois aspetos. As vozes afastaram-se também bastante das que dominaram no período anterior (veja Tabela 5.22). Pela primeira vez encontrou-se, no âmbito deste *corpus*, a divulgação de resultados de pesquisas efetuadas em Portugal.

João Caraça e Vítor Corado Simões fizeram uma avaliação do grau de concretização do PT e elaboraram um conjunto de indicadores no sentido de saber se este tornava a economia portuguesa mais competitiva (08.02.2009).

Tabela 5.22: Os agentes e o respetivo número de artigos, publicados em 2009, em que as suas vozes se fizeram ouvir

Agentes	n_i
Académicos e Universidades	3
Cidadãos comuns	2
ANQ, Direções Regionais de Educação, IEFP	1
XVII Governo, Ministérios e atores governamentais	1
Confederações	1
Partidos políticos	1

(n_i : número de artigos)

A ideia que estes autores transmitiram foi a de que não obstante as pressões da tutela sobre os CNO para a certificação de adultos e do grande investimento nesta vertente, a INO estava a avançar lentamente relativamente à meta estabelecida. Segundo estes autores, as medidas implementadas no eixo Adultos permitiam melhorar o nível de conhecimentos e a autoestima dos adultos e, além disso, criavam um espírito de abertura a novas formações; contudo, não tinham o impacto esperado na vida profissional dos adultos certificados devido à falta de reconhecimento por parte dos empregadores.

Por sua vez, Ana Sofia Lopes e Paulino Teixeira, dois economistas da Universidade de Coimbra, procuraram numa investigação no âmbito de um doutoramento “explicar as disparidades salariais dos trabalhadores e perceber que repartição era feita dos ganhos da formação na produtividade das empresas” (22.03.2009). Concluíram que só quem é disciplinado e perseverante faz formação profissional que contribui para a melhoria da sua vida profissional e para a produtividade das empresas. Na opinião dos autores do estudo, o desenvolvimento das características que o mercado valoriza, como sejam a persistência, a perseverança, a disciplina, a ambição, a capacidade de trabalhar em equipa e de liderar equipas, depende da educação que foi proporcionada na infância das pessoas e, por isso, tal como a autora do artigo, a jornalista Natália Faria, afirmou

[...] para este doutorado em Economia as políticas de requalificação profissional dirigidas a adultos, como o programa *Novas Oportunidades*, são pouco eficazes, na medida em que não conseguirão alterar as tais capacidades não mensuráveis que deviam ter sido adquiridas na infância e que serão determinantes no desempenho profissional.

Ambos os estudos questionaram a eficácia da educação e formação de adultos, oferecida no âmbito da INO, no que respeita ao contributo que esta poderia dar na melhoria da vida profissional, para a produtividade e competitividade do país. Os resultados deste último estudo interpelam o papel da formação contínua ou profissional; estas poderão, isoladamente, estar a contribuir para o aumento das desigualdades entre os trabalhadores de uma mesma empresa, entre empresas e, de um modo geral, a avolumar as desigualdades sociais.

Alguns dos primeiros resultados preliminares da avaliação externa ao eixo Adultos da INO foram divulgados neste jornal pela jornalista Romana Borja-Santos a 10.07.2009, antecipando-se, em algumas horas, à divulgação oficial do estudo coordenado por Roberto Carneiro. Esta presença do PÚBLICO no momento dos acontecimentos e, por vezes, antecipando mesmo a sua divulgação, moldando deste modo a forma como os assuntos devem ser interpretados, não foi pontual; pelo contrário, surgiu com regularidade no que respeita à divulgação de resultados de estudos que tiveram uma apresentação pública por parte dos seus autores. Ainda que, afirmando por duas vezes o “balanço muito positivo” feito por Roberto Carneiro, a ênfase do artigo, que se intitulou “Novas Oportunidades ainda tem pouco impacto no mercado”, foi para o fraco impacto da formação e da qualificação nas empresas e a nível profissional. Um mês depois (11.07.2009) a mesma jornalista apresentou as reações da ministra da Educação e de outros agentes às conclusões da supra referida avaliação externa, designadamente o PSD, o Bloco de Esquerda (BE), o CDS-PP e a Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação, os quais praticamente desempenharam o papel de figurantes. Nesse artigo, a ministra da Educação mostrou-se confiante de que a médio ou longo prazo a INO teria efeitos ao nível do emprego; já o PSD e o BE consideraram a INO “propaganda” e o CDS-PP questionou se a formação estaria de facto a ser “direccionada para as necessidades do mercado”.

O alargamento da formação profissional a empresários com incentivos a programas destinados às pequenas e médias empresas foi anunciado pelo XVIII Governo em finais de 2009 e várias medidas vieram a ser implementadas em 2010. O PÚBLICO esteve presente em todos esses momentos.

Além desta ênfase numa perspetiva em que educação é *qualificação de recursos humanos* para o mercado, assente numa ideologia neoliberal, surgiu em 2009 a questão da exigência, do rigor e da qualidade da INO, assunto que, apesar de ter vindo ao debate público neste jornal, pelo menos três vezes sob a designação de “facilitismo” ou “alegado ‘facilitismo’”, não foi encrespado no PÚBLICO em termos de notícia. Antes pelo contrário, foi analisado do ponto de vista reativo/defensivo, uma vez que as vozes ouvidas foram de Roberto Carneiro, Maria de Lurdes Rodrigues e Luís Capucha. Para o primeiro ator, a ideia de “facilitismo” derivou da novidade resultante do facto da “experiência pessoal de cada um” ser validada, no pressuposto de que “há uma pluralidade de vias para chegar às mesmas coisas” (10.07.2009). Já a ministra da Educação remeteu para o estudo que havia sido efetuado ao eixo Adultos afirmando que tanto os envolvidos quanto os avaliadores rejeitavam essa “hipótese” (11.07.2009). Por seu lado, segundo a jornalista, Luís Capucha, no papel de presidente da ANQ, desvalorizou “as críticas ao programa” (12.12.2009).

De 2010 integram o *corpus* de pesquisa cinco artigos: duas notícias, duas reportagens e um texto que agrega as duas componentes. A prioridade continuou a ser a publicação de notícias e reportagens focando apenas o eixo Adultos; somente uma reportagem, cujo assunto girou em torno

do rigor e da exigência da INO, dedicou alguma atenção ao eixo Jovem, embora tivesse privilegiado o eixo Adultos e em particular o RVCC. Três destes artigos divulgaram a estratégia e a ação do Governo voltando a encontrar-se um padrão proporcionalmente idêntico ao dos primeiros anos de implementação da INO, no que respeita à visibilidade dada à ação do Governo no âmbito da INO. Neste âmbito, os pontos de abordagem foram:

- a extensão de formação profissional, especialmente aos trabalhadores e empresários, com vista à obtenção de resultados mais expressivos nas empresas e na sua competitividade no mercado; medidas que foram justificadas, novamente, com base no défice de qualificações de trabalhadores e de empresários, acentuando-se este diagnóstico com a comparação com dados homólogos de Espanha e da média de 27 países da UE (02.04.2010);
- os balanços do eixo Adultos, os quais foram apresentados do ponto de vista do Governo; (07.07.2010);
- as cerimónias de entrega de diplomas a adultos e a medida simbólica: “selo de empresa qualificante” (07.07.2010);
- as restrições do ME à abertura de novas turmas do ensino recorrente (07.09.2010), as quais foram analisadas neste artigo—em que a INO surge identificada apenas com os processos de RVCC—, numa ótica menos favorável;

Apesar da visibilidade dada à estratégia e à ação do Governo, foram essencialmente as vozes de adultos que fizeram formação no âmbito da INO ou que se inscreveram no ensino recorrente, e as vozes de diretores de escolas, coordenadores de CNO, técnicos e formadores que os jornalistas utilizaram para sensibilizar a sua audiência (a) para a importância da educação formal e da formação profissional, quer na valorização pessoal quer profissional, quer ainda na construção de uma sociedade menos desigual; (b) para alertar para a diminuição da oferta de ensino recorrente; e (c) para discutir a exigência e a qualidade dos processos de formação no âmbito da INO (veja Tabela 5.23). Este último aspeto é focado na reportagem de André Jegundo (07.07.2010) e na reportagem de Natália Faria (05.09.2010). No primeiro caso, o autor procurou construir um quadro credível que mostrasse a forma como o financiamento da formação, que dependia das metas estabelecidas e do seu cumprimento, condicionava decisivamente o rigor e o grau de exigência da formação oferecida nas duas vertentes, Jovem e Adultos.

Tabela 5.23: Os agentes e o respetivo número de artigos, publicados em 2010, em que as suas vozes se fizeram ouvir

Agentes	n_i
Cidadãos comuns	3
XVIII Governo, Ministérios e atores governamentais	3
Escolas Públicas e CNO	2
ANQ	1
Empresas, Associações empresariais	1
Professores, Técnicos, Formadores	1

(n_i : Número de artigos)

No segundo caso, a ideia de facilidade na obtenção de uma certificação mediante o RVCC foi refutada por um adulto, protagonista da reportagem, sob o argumento de nem todos conseguirem completar o processo devido ao seu grau de exigência. Nesta reportagem, Natália Faria mostrou como o conhecimento pode ser colocado ao serviço da sociedade e do envolvimento do próprio formando nos processos de decisão. Do ponto de vista educacional, a reportagem assentou num racional democrático e emancipatório; a INO foi encarada como uma *oportunidade* para validar experiências e aprendizagens adquiridas pela via não formal e informal e a situação de desemprego como um momento oportuno para fazer a formação escolar que não foi possível em devido tempo, mas que era desejada. As instituições, como a Universidade do Porto e a Junta de Freguesia de Oliveira do Douro, estiveram presentes enquanto organismos que valorizam o conhecimento, compreendem os problemas e colaboram na sua resolução.

Entre 2011 e 2013—período que abrange os primeiros dois anos e meio da governação de Portugal por um governo de coligação PSD/CDS-PP, formado na sequência dos resultados eleitorais de 5 de junho de 2011—, a voz coube novamente em primeiro lugar, em termos de presença, ao poder político (veja Tabela 5.24).

Tabela 5.24: Os agentes e o respetivo número de artigos, publicados entre 2011 e 2013, em que as suas vozes se fizeram ouvir

Agentes	n_i
XIX Governo, Ministérios e atores governamentais	14
Associações, Comissões, Ordens	9
ANQ	7
Partidos políticos	6
XVIII Governo, Ministérios e atores governamentais	4
Académicos, Universidades, Institutos Superiores	3
OCDE	3
Cidadãos comuns	2
Sindicatos	2
Escolas Públicas	1
Técnicos	1
Figuras públicas não incluídas nos itens anteriores	4

(n_i : número de artigos)

Porém, um conjunto significativo de outras vozes, particularmente de agentes com autoridade na área da Educação e reconhecimento público, mostraram-se discordantes em relação ao poder político e fizeram-se ouvir com bastante destaque e pertinência. Neste sentido, a ANPEFA, Luís Capucha, entretanto afastado da presidência da ANQ, o PS e, em 2013, o Conselho Nacional de Educação (CNE), soaram como as mais críticas da atuação do XIX Governo no que respeita à educação e formação de adultos. Compreende-se, assim, que, apesar de terem sido abordadas questões de substância na maioria dos 25 artigos do *corpus* de pesquisa publicados pelo PÚBLICO, durante estes três anos, o debate e o posicionamento de atores relativamente aos temas analisados tenham sido a tónica dominante em 11 artigos.

Vinte e três dos 25 artigos são do género jornalístico *notícia*. Os dois restantes são uma reportagem (08.09.2012) e um artigo sobre o filme documentário *Vida Activa* (26.10.2013) publicado na secção *Cultura* e na rubrica *Documentário*.

A reportagem, a propósito do dia internacional do combate ao analfabetismo, está em linha com outras reportagens a que já aqui se referiu, no sentido em que dá voz a um público que não tem um acesso privilegiado aos meios de comunicação. A história que a autora apresenta, sobre a forma como a vida de duas mulheres se alterou depois de regressarem à escola já em adultas e adquirirem competências de literacia, aponta para uma forma de conceber o conhecimento que está para além da sua relação com a empregabilidade e o desenvolvimento do país. Embora referindo em segundo plano a INO, a sua autora, Ana Cristina Pereira, deu destaque ao programa na medida em que o relacionou com a importância da educação no desenvolvimento de atitudes e comportamentos numa perspetiva de enriquecimento integral da pessoa e de inclusão social. Por outro lado, o tema associou a questão do abandono escolar e do analfabetismo a processos que estão estreitamente relacionados com problemas específicos que respeitam, também, à política social.

Por seu lado, ainda que aborde uma problemática que foi alvo de atenção por parte dos média em geral, particularmente no PÚBLICO, o artigo de Jorge Mourinha, “O que é que aconteceu às pessoas que foram despedidas?”, sobre o filme documentário *Vida Activa*, é singular. Um dos aspetos que o autor destacou foi o processo de realização do filme, o qual, no nosso entender, assumiu características de uma *investigação qualitativa*, nomeadamente na forma como a realizadora, Susana Nobre, olha para o contexto, de dentro—enquanto formadora de adultos no CNO onde realizou a pesquisa—, assumindo um posicionamento dinâmico que revela uma tensão constante entre o sujeito e o objeto de estudo e que o autor do artigo tão bem realçou na sua afirmação: “É esse ‘equilíbrio delicado’, ao mesmo tempo participante e observador do processo, que torna *Vida Activa* num documento único sobre o desemprego em Portugal”. Neste artigo, a INO foi apresentada como uma tecnologia neoliberal legitimada pela crise económica, no sentido em que foi utilizada como uma forma de requalificação forçada e acelerada de adultos, ainda que, na opinião de Susana Nobre, o seu início tenha sido diferente.

A forma como o programa INO terminou foi bastante debatida no PÚBLICO. O tom predominantemente desfavorável e crítico da atuação do XIX Governo a respeito da política de educação de adultos manteve-se até final de 2013. Ainda a 20.08.2013, num artigo de Clara Viana que fez manchete do jornal, foi sublinhada a diminuição acentuada do número de adultos em formação na sequência do fim da INO, “o principal rombo posto a nu pelas estatísticas de 2011/2012 diz respeito à quebra abrupta dos adultos em actividades de formação”, e o facto de 55 mil adultos ainda aguardarem a conclusão do processo de formação que estava em curso e que havia sido suspenso até abertura dos CQEP.

Os problemas no financiamento da INO que estiveram na base do encerramento da maioria dos CNO começaram por afetar o funcionamento dos cursos EFA nas escolas secundárias. Um artigo publicado a 30 de julho de 2011, após a tomada de posse do XIX Governo a 21 de junho, fez manchete do jornal dando conta desta situação. Este artigo teve uma componente pedagógica de esclarecimento sobre os cursos EFA e a sua forma de financiamento, mas a ênfase foi posicionada quer nos problemas de comunicação entre as escolas e as respetivas Direções Regionais de Educação, quer nos designados “horários zero” dos professores os quais surgiram em consequência da não abertura de turmas daqueles de cursos EFA. Na parte final deste artigo, as jornalistas, Clara Viana e Graça Ribeiro, compararam esta situação com a da não autorização de abertura de novas turmas do ensino recorrente que havia sucedido no ano anterior, durante o mandato do XVIII Governo; a procura pelo ensino recorrente diminuiu “drasticamente com o lançamento do Programa Novas Oportunidades e dos cursos EFA”, dizem as autoras, e, uma vez que o ensino recorrente era uma via “mais exigente”, muitos alunos que ingressavam nela não a concluíam. Neste artigo, as autoras deram a ideia de uma certa facilidade na realização de um curso EFA que, aliás, foi referido como uma modalidade de formação não abrangida pela INO, e mostraram a incerteza dos tempos, decorrente de fatores políticos e económicos; neste sentido, sublinharam a importância dos diretores das escolas possuírem competências de gestão da mudança. A ideia dos cursos EFA serem pouco exigentes e a falta de clareza na forma são identificados voltou a evidenciar-se noutro artigo, assinado por Graça Ribeiro (24.09.2011)¹¹⁸, sobre as alterações à lei de acesso ao ensino superior que foram introduzidas na sequência da forte pressão feita pelo semanário Expresso; pressão esta que, recorde-se, foi despoletada pelo caso do aluno Tomás Bacelos que ingressou no ensino superior com a média de 20 valores obtida num exame de Inglês.

O encerramento dos CNO foi um processo progressivo que teve início em finais de 2011 e coincidiu com o fim de um ciclo de financiamento comunitário gerido pelo POPH e abertura de uma nova fase de candidaturas a financiamento no âmbito de um novo Quadro Comunitário. Em 2013, após um interregno de largos meses de inatividade, os CNO deram lugar aos CQEP que mantiveram algumas das valências dos CNO mas alargaram a sua missão, designadamente propondo-se fazer orientação e encaminhamento de jovens para ofertas de dupla certificação. Em 2012 o PÚBLICO deu uma atenção particular ao processo de encerramento de CNO e, em 2013, dedicou pelo menos três artigos do género jornalístico notícia à problemática em torno dos CQEP.

Sete dos 10 artigos de 2012 que integram este *corpus* abordaram problemáticas em torno do encerramento de CNO. O primeiro artigo sobre este tópico é da autoria de Rita Araújo e foi publicado no princípio de janeiro, 12.01.2012. No seu texto, a autora alertou para a dimensão do problema dando voz à ANPEFA; esta Associação apresentou-se, desde logo, como uma das mais

¹¹⁸ Neste texto, autora não particularizou os cursos de proveniência dos alunos, apresentando-os como alunos provenientes da INO.

críticas, senão a mais crítica, da atuação do XIX Governo em relação à educação e formação de adultos. A ANPEFA colocou a tónica (a) na quantidade de CNO que haviam encerrado, apresentando-a em valores absolutos exatos como forma de causar mais impacto na opinião pública; (b) no número de formadores e de técnicos que foram “dispensados” em consequência do fecho de CNO afetos ao IEF; (c) e ainda noutros aspetos lesivos dos profissionais, decorrentes da relação jurídica com a entidade trabalhadora, tais como, a ausência de proteção no desemprego desses trabalhadores “prestadores de serviços” que “ficaram desempregados no período de uma semana” e a supressão do “pagamento da compensação pela cessão dos contratos por caducidade”. Já aos adultos em processos de formação nos CNO que haviam encerrado—porque os próprios promotores solicitaram o seu fecho ou não cumpriram as “metas contratualizadas”, como a autora refere, ou ainda porque acreditavam ter de encerrar face à demora na publicação dos resultados das candidaturas dos CNO ao financiamento até agosto de 2012—, a atenção dada foi mínima: os respetivos processos seriam transferidos para outros centros.

Voltou-se a encontrar a voz da ANPEFA no PÚBLICO a 22 de fevereiro e 16 de maio de 2012 e a 02 de outubro de 2013. A 22.02.2012, pela mão da jornalista Clara Viana, esta Associação voltou a chamar a atenção para o problema do desemprego em consequência do fecho de CNO, mas dando-lhe um outro enquadramento: (a) acusou o Governo de estar a “eliminar a rede dos Centros Novas Oportunidades” sem que tivesse publicitado a avaliação que havia prometido; (b) criticou a ANQ pela forma como informou os CNO da decisão do não financiamento dos respetivos centros; e, (c) destacou o facto de o Governo estar a desperdiçar pessoas especializadas na educação e formação de adultos que, de mais a mais, já haviam trabalhado em situação de precariedade contratual. Nesta ocasião, Clara Viana aproveitou para chamar a atenção do poder político para a necessidade de continuar a garantir a possibilidade da população adulta poder aceder a uma certificação escolar uma vez que a este tipo de certificação, ao invés da profissional, foi a mais procurada pelos adultos no âmbito da INO¹¹⁹.

A 16.05.2012, na sequência da eventual necessidade de, por dificuldades de financiamento, encerrarem CNO que funcionavam em escolas públicas conduzindo ao desemprego de mais uma boa quantidade de técnicos e formadores, a ANPEFA, juntamente com o PS, o BE e a FENPROF, através do PÚBLICO, manifestaram (novamente) o seu profundo desagrado perante a situação que era agravada pelo facto de não se vislumbrarem alternativas à INO por parte dos decisores políticos. Aliás, já no final de janeiro (30.01), em fevereiro (12.02) e em maio (14.05) deste mesmo ano, o PÚBLICO havia divulgado o posicionamento do PS relativamente às alterações que o XIX Governo estava a introduzir na educação e formação de adultos, uma das bandeiras do partido

¹¹⁹ Note-se que esta autora, no seu texto de 01.02.2012, apresentou a justificação dada pela ANQ para o encerramento de CNO: “falta de financiamento”, “sobredimensionamento da rede” e realocação de verbas para “outras medidas, nomeadamente com vista à promoção de níveis mais elevados de empregabilidade”.

socialista durante a sua governação sob a liderança de José Sócrates. Sofia Rodrigues, a 30 de janeiro, apresentou um PS atento mas, acima de tudo, preocupado perante uma reorganização da rede de CNO sem que fosse conhecida a avaliação solicitada pelo XIX Governo. Nuno Ribeiro, a 12 de fevereiro, divulgou uma síntese do discurso, claramente político e ideológico, que António José Seguro, líder do PS, proferiu no Fórum Novas Oportunidades; defendeu a oferta de “oportunidades para a qualificação” e apelou a valores como *liberdade, igualdade e qualificação*, tendo este último sido destacado pelo seu valor de uso na economia e pela sua importância no exercício da democracia. A 14 de maio de 2012 a agência Lusa, autora do artigo, mostrou um PS, no desempenho do seu papel enquanto partido da oposição, atento aos problemas de Portugal e dos portugueses e bastante crítico a respeito das decisões do Governo em matéria relacionada com a INO: acusou o Governo de mudar antes de avaliar, encerrar os CNO com base numa “crença” legitimada por um estudo que seria feito “à medida”, de retirar aos portugueses “uma nova oportunidade para um futuro melhor” e de impedir a participação de Portugal em testes internacionais estandardizados, designadamente o PIAAC (*Programme for International Assessment of Adult Competencies*), ciente que os seus resultados mostrariam uma boa imagem de Portugal no estrangeiro.

Num artigo publicado quase no final do ano 2013 (02.10.2013), sob o título “Formação de Adultos sem Resposta Depois do fim das Novas Oportunidades”, uma vez mais a jornalista Clara Viana, deu voz à ANPEFA que utilizou um tom bastante crítico a respeito da (in)ação do XIX Governo na área da educação e formação de adultos, virando, desta vez, a sua atenção também para os formandos. Com efeito, como a autora do artigo sublinhou, os CNO deixaram de receber novas inscrições a partir de agosto de 2012 e, em outubro de 2013, a rede de CQEP ainda não estava em funcionamento. Este dado, na ótica da ANPEFA, comprometia a conclusão dos cerca de 55 mil processos de RVCC interrompidos¹²⁰, uma vez que com um hiato de tempo tão longo muitos adultos provavelmente já haviam desistido. No entanto, duas outras preocupações foram salientadas pela ANPEFA, às quais Clara Viana deu destaque. A primeira diz respeito à redução dos cursos EFA a “uma expressão ínfima”; como lembrou o seu presidente, no ano anterior as escolas haviam sido “impedidas de abrir cursos EFA de nível secundário que visassem apenas uma certificação escolar. Em vez destes, só foram autorizados cursos de dupla certificação, escolar e profissional”. A segunda preocupação da ANPEFA prende-se com a perturbação que poderia vir a causar a abertura dos CQEP numa altura em que os recursos humanos nas escolas alocados a estes centros já haviam sido redistribuídos para outras funções.

A nova rede de CQEP foi tema principal de pelo menos duas notícias no PÚBLICO, a 20.01.2013 e a 07.02.2013. O primeiro artigo permitiu ao Governo divulgar e justificar perante os

¹²⁰ Segundo notícia do PÚBLICO (30.01.2013), esta possibilidade havia sido garantida pelo secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário.

cidadãos as medidas a implementar pelo Ministério da Educação e Ciência, as quais haviam sido apresentadas no Parlamento pelo secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário. A necessidade de reduzir despesas no setor da educação e formação de adultos foi o argumento de base apresentado para a implementação da rede de CQEP em substituição dos CNO. Também o artigo publicado a 7 de fevereiro teve um caráter de divulgação das medidas do XIX Governo, no sentido em que difundiu as principais alterações que este governo se propôs introduzir no processo de avaliação dos RVCC e apresentou a respetiva fundamentação do ponto de vista daquele órgão. A visão do XIX Governo sobre a formação de adultos foi um dos aspetos evidenciados neste artigo. Nele destaca-se uma conceção que se enquadra num paradigma em que o quantitativo é mais rigoroso que o qualitativo; trata-se de uma conceção educacional em que um exame avalia melhor os conhecimentos adquiridos, neste caso, as competências desenvolvidas; por outro lado, é uma ideia que assenta numa conceção neoliberal de qualidade da educação/formação vista essencialmente enquanto produto, com valor de uso no mercado, e não como um processo educativo e de aprendizagem. No nosso entender, este artigo exemplifica o modo como o poder político pode utilizar os meios de comunicação social para antecipar a reação da opinião pública relativamente às decisões que toma, fazendo passar a sua interpretação para o público quando as (futuras) políticas ainda se encontram em fase de projeto. Todavia, ao introduzir a voz discordante de Luís Capucha mostrando que a proposta do Governo não era uma questão pacífica e ao chamar à atenção para o facto da portaria que viria a criar os CQEP e que definiria as novas regras estar em discussão pública, a autora, Clara Viana, atribuiu ao artigo um valor acrescentado.

Das onze notícias de divulgação e análise de relatórios e de resultados de estudos científicos, que integram este *corpus* do PÚBLICO, sete foram publicados no período de 2011 a 2013, indiciando uma importância crescente dada à divulgação do conhecimento científico. Cinco destes artigos são da autoria da jornalista Clara Viana e os dois restantes da autoria de Graça Ribeiro; o texto que divulgou as preocupações que o CNE apresentou no seu relatório de 2012 *O estado da Educação* (10.04.2013) foi escrito em coautoria com Mariana Dias. Um desses artigos (14.01.2011), assinado por Clara Viana, deu a conhecer alguns resultados de um estudo sobre o impacto dos processos de RVCC na vida pessoal e familiar dos adultos, desenvolvido pela Escola Superior de Educação de Coimbra e coordenado pela investigadora Lucília Salgado. Neste artigo é sublinhado quer o motivo que levou à elevada procura do RVCC por parte dos adultos—a rutura com o sistema de educação formal que a INO estimulou—, quer um conjunto de fatores que sinalizam as mudanças que se deram na forma como os adultos que fizeram um RVCC encararam o conhecimento, as suas capacidades e competências, e o impacto que isso poderia vir a ter na educação dos filhos. Um ponto comum a estes artigos, exceção feita ao artigo de Graça Ribeiro e Mariana Dias suprarreferido (10.04.2013), é o facto da centralidade dos debates em torno da INO ter sido unicamente acerca da educação e formação de adultos, especialmente do RVCC, tendo mesmo num deles (18.05.2011) sido tomada a vertente dos Adultos como representativa da INO. Outro

ponto comum é o facto das jornalistas não se terem limitado a descrever os resultados que consideraram mais pertinentes; pelo contrário, procuraram ouvir os autores do estudo ou criaram uma dialética entre personagens que, em certa medida, pelo papel institucional que representavam ou haviam representado, foram uma mais-valia para o debate, no sentido em que ao invés de mostrarem consensos deram a conhecer uma diversidade de pontos de vista e de opiniões compelindo o leitor a fazer uma leitura crítica. Contudo, por vezes, a polémica sobre os assuntos em debate foi enfatizada, em detrimento de questões de substância, como aconteceu, no nosso entender, nos artigos de Clara Viana (18.05.2011) e de Graça Ribeiro (14.09.2011). Neste artigo último, a autora noticia o destaque que foi dado a Portugal no relatório da OCDE, divulgado na véspera da publicação do artigo e onde confronta o ponto de vista do ministro da Educação do XIX Governo, Nuno Crato, com o de Luís Capucha, à data presidente da ANQ. O primeiro ator desvaloriza o desempenho de Portugal pelo facto dos resultados alcançados terem sido, do seu ponto de vista, “inflacionados”, ou seja, por não corresponderem a um aumento de qualificações reais, uma vez que incluíam os adultos certificados mediante um RVCC; já o segundo ator recorre ao prestígio da OCDE para legitimar a sua argumentação em favor da INO e mostrar a necessidade de continuar a trabalhar no sentido de melhorar a posição de Portugal nos indicadores da OCDE.

Novamente, em 2012, o Ministério da Educação e Ciência voltou a desvalorizar a melhoria do posicionamento comparado de Portugal evidenciado no relatório da OCDE *Education at a Glance* por se dever à inclusão de dados respeitantes à conclusão de processos de RVCC. O artigo de Clara Viana (12.09.2012) deu conta desta posição evidenciando o motivo que esteve subjacente a este posicionamento, ou seja, o de que a INO, na vertente dos adultos, não teve impacto na empregabilidade e no vencimento.

Ainda no âmbito da divulgação de estudos e resultados de pesquisa, encontrámos dois artigos da autoria de Clara Viana que respeitam à avaliação externa do eixo Adultos da INO: o primeiro, que valeu um destaque na primeira página do jornal, foi publicado durante período eleitoral das legislativas de 5 de junho (18.05.2011) e teve como referência o estudo coordenado por Roberto Carneiro sob a responsabilidade da Universidade Católica; o segundo artigo, publicado um ano depois (19.05.2012), reportou-se à avaliação realizada pelo IST. Em ambos os artigos a autora mobilizou uma série de personalidades conhecidas do público português, com elevado capital cultural, político e simbólico, mas com afinidades políticas e ligações institucionais diferentes: Joaquim Azevedo, Maria do Carmo Gomes, Manuel Carrilho, Luís Capucha, Francisco Lima, entre outros. No artigo de 2011, ainda que Clara Viana tivesse procurado complementar diferentes perspetivas quer juntando informação contida no estudo, quer dando também a ideia da “polémica” (como a autora refere) levantada em torno da INO durante o período eleitoral, a preocupação que esteve sempre presente prendeu-se com o facto da qualidade da INO não ter sido objetivo de avaliação, estratégia que tem implícita uma sugestão de agenda para o governo. Aliás, a avaliação da INO voltou a ser assunto neste jornal, designadamente a 20.05.2011, a propósito do

debate na comissão parlamentar permanente; esta reuniu a pedido do PS, na sequência de afirmações de Pedro Passos Coelho em (pré)campanha eleitoral que despoletaram um intenso debate sobre a INO no espaço público a quer o PÚBLICO quer o Expresso e o C.M. não foram alheios. Nesse artigo, as posições do PCP e do PSD foram no sentido da necessidade de avaliar o mérito e a eficácia da INO, considerando o PSD que a avaliação efetuada pela Universidade Católica não havia passado de um inquérito de satisfação; independentemente disso, a opinião do PSD foi a de que a INO “falhou porque usou as pessoas para manobras meramente eleitoralistas” e, não demonstrou impacto nem na empregabilidade nem nas empresas. A auditoria referida nessa altura pelo PSD veio a ser solicitada pela ANQEP ao IST e os resultados foram divulgados e debatidos no PÚBLICO a 19.05.2012. Clara Viana apresentou as conclusões principais do estudo contrapondo, alternadamente, o ponto de vista de Luís Capucha com o do XIX Governo, representado por Isabel Leite. Luís Capucha defendeu uma opinião favorável da INO e do RVCC, questionando a competência da equipa que realizou o estudo e chamando à atenção para o insucesso já demonstrado do ensino recorrente pela desadequação aos adultos das metodologias de formação que se destinam aos jovens. Por seu lado, Isabel Leite recorreu ao estudo para legitimar a política educativa do XIX Governo que, em boa verdade, já estava em ação e que passaria por reforçar o ensino recorrente e os cursos de dupla certificação, terminar com o programa INO, substituir os CNO pelos CQEP, entre outras medidas. Neste debate estiveram em jogo duas formas distintas de pensar a educação de adultos e as suas finalidades, apresentando o XIX Governo uma ideologia favorável à priorização de formas escolarizadas de aprendizagem, e a formação e o conhecimento como simples instrumentos para a empregabilidade e desenvolvimento da economia, numa ótica claramente neoliberal.

O posicionamento do CNE a respeito das políticas públicas educativas foi apresentado em dois artigos publicados a 10 de abril e a 18 de maio de 2013, onde foram noticiados e debatidos, respetivamente, o conteúdo do relatório do CNE de 2012 *O estado da Educação* e a *Recomendação n.º3/2013, de 17 de maio*, também do CNE. No primeiro artigo a INO foi apresentada por este Conselho como um programa que deu continuidade à “recuperação significativa dos níveis de qualificações de jovens e adultos” que havia sido iniciado em Portugal há cerca de uma década, mas que, ainda assim, tinha um longo caminho a percorrer se se pretendia atingir os objetivos estabelecidos no programa Europeu para 2020. Na educação dos jovens o *desvio etário* persistia elevado, particularmente nos cursos profissionais e na formação da população menos jovem persistiam fracos índices de qualificação, especialmente nos escalões etários superiores. A ação do XIX Governo no setor da Educação foi vista com bastante preocupação pelo CNE; o desinvestimento, legitimado pela crise económica, nos recursos financeiros e humanos no setor da Educação, patente no orçamento do Estado para a Educação revelava uma falta de visão estratégica num tempo em que a Educação deveria ser “uma ‘alavanca’ para o país ‘sair da crise actual’ e

portanto, deveria ocupar ‘o centro das políticas públicas e constituir uma prioridade do investimento público’”, como as autoras do artigo referiram, citando o CNE.

No segundo artigo, publicado no dia a seguir à publicitação em Diário da República da Recomendação nº3/2013, Clara Viana divulgou-a no PÚBLICO, centrando a sua atenção: (a) em dois aspetos críticos assinalados pelo CNE a respeito das competências dos CQEP e da forma de certificação dos adultos em RVCC; (b) na declaração de voto de José Gomes Ferreira; e, (c) na Recomendação nº9 que se prende com a necessidade de promover “o envolvimento urgente das instituições do ensino superior na educação e formação de adultos”. A argumentação relativamente ao primeiro problema girou em torno da perda de qualidade, rigor e eficiência nos processos de orientação e encaminhamento, uma vez que passaria a competir aos mesmos técnicos fazerem orientação de adultos e de jovens; além disso, colocava-se também o aspeto relacionado com sobreposição de funções com os Serviços de Psicologia e orientação das escolas públicas, cujo ponto de vista desfavorável foi partilhado também pela Ordem dos Psicólogos. A posição crítica do CNE a respeito da certificação de adultos prendeu-se com as semelhanças que a certificação de um processo RVCC passaria a ter com um processo validado por exames escolares, “orientando-o para a memorização de conteúdos, em contraciclo com as orientações europeias, que defendem a valorização das competências adquiridas ao longo da vida”, “como acontecia no programa Novas Oportunidades”, acrescentou a jornalista. A necessidade da tutela “equacionar a reintrodução da figura do avaliador externo, ou de procedimentos equivalentes” nos processos de RVCC e nos cursos EFA, como forma de garantir a “qualidade e a credibilidade destes sistemas” foi um aspeto que consta no documento do CNE como “recomendação específica” número três mas que foi preterido por Clara Viana. Em nossa opinião, neste ponto específico, o CNE manifestou expressamente uma preocupação com a pretensão dos processos de RVCC e dos cursos EFA serem sistemas de formação e certificação com qualidade e de o parecerem ser aos olhos da opinião pública e dos empregadores, mostrando que a qualidade é possível alcançar sem necessidade de uma avaliação externa mediante uma prova final. Contudo, Clara Viana optou por dar voz a José Gomes Ferreira que se mostrou em desacordo com os restantes membros do CNE reclamando do facto do documento não dar “eco” “às ‘generalizadas dúvidas que têm sido expressas’ quanto ao rigor” da INO. Apesar da omissão referida atrás, Clara Viana relativiza a perspetiva deste ator ao salientar que o mesmo havia sido nomeado pelo Ministério da Educação e Ciência.

Em suma, o PÚBLICO deu importância e destaque à INO; dos três jornais foi o que mais notícias e reportagens publicou sobre esta medida de política educativa e o que a noticiou 13 vezes na primeira página, fazendo quatro delas manchete do dia. Cerca de um terço dos artigos foi assinado pelas jornalistas Isabel Leiria e por Clara Viana, verificando neste aspeto que o Expresso e o PÚBLICO parecem valorizar mais a preservação dos mesmos profissionais por longos períodos ao serviço do subcampo jornalístico da Educação que o C.M. onde as mudanças parecem ser mais

frequentes. De um modo geral, foram abordadas questões de substância a respeito da INO, mas a ação governativa ocupou, também, uma boa parte da atenção.

Entre 2005 e 2008 as notícias e reportagens giraram em torno de três grandes temas: o abandono escolar e o déficit de qualificação dos portugueses, os objetivos, intencionalidades e metas da INO, e o papel das empresas na formação profissional. As perspectivas apresentadas neste período foram convergentes com a visão do governo, transmitida principalmente pelo seu Primeiro-ministro José Sócrates. A tônica foi colocada mais do ponto de vista da necessidade de responder à melhoria de Portugal nos indicadores da OCDE e da UE, em matéria de educação e de política educativa, e aos imperativos da economia e da competitividade do país, numa lógica modernizadora de qualificação dos recursos humanos, do que na ideia de igualdade de oportunidades, melhoria do nível de vida das pessoas e diminuição das desigualdades sociais do país, pontos que invariavelmente estiveram presentes nos vários discursos do Primeiro-ministro que este diário divulgou.

A partir de 2008 a educação de adultos no âmbito da INO foi um dos assuntos recorrentes quer em termos de notícia quer de reportagens; em alguns artigos a INO foi identificada com o eixo Adultos, tal como sucedeu nos outros dois jornais, ou com os processos de RVCC. As vozes críticas começaram a surgir em meados de 2008 quer a respeito de uma das campanhas publicitárias da INO, quer a propósito da qualidade dos processos de RVCC, dos efeitos da qualificação na vida profissional dos diplomados e da forma de remuneração dos técnicos e formadores ao serviço da INO. A questão em torno das qualificações adquiridas pelos trabalhadores e do seu fraco impacto (aquém do esperado) nas empresas surge reforçada nas publicações de 2009. Assim, além duma ênfase numa perspectiva em que educação é *qualificação de recursos humanos* para o mercado, assente numa ideologia neoliberal, surgiram também em 2009 os questionamentos acerca da exigência, do rigor e da qualidade da INO. O rigor e o grau de exigência da formação no âmbito da INO continuou a ser assunto de debate e de notícia pelo menos até meados de 2013, não apenas a respeito do eixo Adultos, mas principalmente sobre as ofertas neste eixo.

Em 2010 voltou a encontrar-se um padrão proporcionalmente idêntico ao dos primeiros anos de implementação da INO no que respeita à visibilidade dada à estratégia e ação do Governo neste âmbito. Contudo, pelas vozes que vieram a público neste jornal, a ótica predominante não foi a do XVIII Governo. A perspectiva foi a de (a) sensibilizar a opinião pública para a importância da educação formal e da formação profissional, quer na valorização pessoal e profissional, quer na construção de uma sociedade menos desigual; (b) alertar para a diminuição da oferta de ensino recorrente; e (c) chamar a atenção para as consequências resultantes dos constrangimentos impostos pelo estabelecimento e cumprimento de metas a que os CNO estavam obrigados.

No período de 2011 a 2013, apesar da voz do poder político ter marcado presença na maioria dos artigos, um conjunto significativo de atores, designadamente o CNE, Luís Capucha, a

ANPEFA e o PS, fizeram-se ouvir com bastante destaque e pertinência, mostrando-se discordantes em relação à atuação do XIX Governo. Por um lado por este estar a desinvestir na educação, nomeadamente na educação e formação de adultos, numa altura de crise em que, como o CNE disse, o investimento neste setor era fundamental para o desenvolvimento do país. Por outro lado, criticando o rumo que a educação de adultos levava reduzindo-a a uma expressão ínfima e em contra ciclo com orientações supranacionais. Assim, o debate e o posicionamento de atores sobressaíram numa grande parte dos artigos.

Por seu lado, o XIX Governo utilizando este jornal procurou legitimar a sua atuação com base nos resultados da avaliação solicitada ao Instituto Superior Técnico, revelando uma ideologia favorável à priorização de formas escolarizadas de aprendizagem, uma conceção de educação estreitamente ligada à qualificação para o mercado e uma ideia de qualidade associada aos resultados e à prestação de provas.

De entre os tópicos abordados estiveram as questões em torno do encerramento de CNO como uma das mais focadas, a avaliação externa da INO realizada pela Universidade Católica e o estudo solicitado pelo XIX Governo ao Instituto Superior Técnico, as alterações que o XIX Governo introduziu na certificação por via do RVCC, os resultados de Portugal em estudos comparados e a sua (não) participação noutros estudos internacionais, a demora na abertura dos CQEP, a recuperação do ensino recorrente, entre outros assuntos.

Tabela 5.25: Descritores de superfície e organização estrutural e os temas/objetos dos textos do PÚBLICO

Data de publicação	Género	Autor(es)	Manchete/ 1ª/Última página	Nº de pala vras	Foto	Título	Temas	
2005	22.09	Notícia	Nuno Sá Lourenço	-	868	Sócrates	Sócrates quer que metade do secundário seja profissional	Estratégia-Ação do XVII Governo (em torno do problema do défice de qualificação dos adultos e do insucesso e abandono escolar) Política-Diagnóstico, objetivos e metas (da INO) Posicionamento de atores (agenda dos partidos da oposição). Economia (Orçamento do Estado e crise económica e social)
	02.10	Notícia & reportagem	Bárbara Wong	-	1265	2 adultos	Colaboradores dos CTT podem estudar dentro da empresa. Governo quer mais 400 centros até 2010	Substância (processos de RVCC) Economia (Responsabilidade social das empresas em termos de colaboração e promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos seus <i>stakeholders</i> internos) Estratégia-Ação do XVII Governo (medidas para a educação de adultos, assinatura de protocolos).
	14.12	Notícia	Eunice Lourenço	-	525	-	Governo reorienta verbas para programa Novas Oportunidades	Economia (financiamento da INO) Política-Diagnósticos (défice de qualificação dos portugueses); Estratégia-Ação do XVII Governo (medidas para publicitar a INO e outras).
	16.12	Notícia	Agência Lusa	-	303	-	Formação contínua é 'francamente' baixa	Política-Objetivos e metas (metas da INO) Política-Diagnósticos (défice de formação contínua dos trabalhadores) Economia (ALV- formação contínua, técnica, e da responsabilidade dos trabalhadores e das empresas)
2006	26.01	Notícia	Isabel Leiria	-	388	-	Escolas públicas com mais cursos profissionais.	Estratégia-Ação do XVII Governo (abertura de cursos profissionais e CEF nas escolas secundárias; protocolo entre DREL e IEFP; requalificação das escolas secundárias)
	20.05	Notícia	Luísa Pinto	-	512	Vieira da Silva	Governo confirma prioridade na formação aos menos escolarizados	Estratégia-Ação do XVII Governo (Protocolo entre MTSS e a Associação Empresarial de Portugal) Economia (Papel das empresas na qualificação dos portugueses)

2006	24.05	Notícia	Isabel Leiria	-	974	Mesa de laboratório com jovem a estudar	Oferta de cursos profissionais nas escolas públicas aumenta para seis vezes mais	Estratégia-Ação do XVII Governo (medidas do eixo Jovem; protocolo entre Escola Secundária Gago Coutinho, OGMA e Câmara Municipal de Vila Franca de Xira; Guia de Acesso ao Secundário) Política-Diagnósticos (Quadro de insucesso e baixas qualificações da população portuguesa; comparação com dados homólogos da OCDE); Política-Objetivos e metas (objetivos e metas da INO)
	10.02	Notícia	Lurdes Ferreira & Manuel Rocha	-	431	-	Clara Correia vai presidir à agência nacional para a qualificação	Liderança-Personalização (currículo profissional de Clara Correia) Substância (funções da ANQ)
2007	24.02	Notícia	Sofia Branco	-	309	José Sócrates	Primeiro-ministro promete levar a peito a igualdade	Estratégia-Ação do XVII Governo (lançamento do plano nacional para o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades e ações em curso, designadamente a INO) Liderança-Personalização (compromisso do primeiro-ministro na concretização do plano)
	24.02	Notícia	João Manuel Rocha	-	419	Vieira da Silva	Governo quer concluir reforma da formação até junho	Política (objetivos da Reforma da Formação profissional) Substância (conteúdo da proposta de acordo para a Reforma) Posicionamento de atores (posição dos parceiros sociais relativamente à Reforma)
	08.03	Notícia	Isabel Leiria	1ª página	409	-	Mais de 40 mil abandonam a escola todos os anos	Política-Diagnósticos-Objetivos e metas (quadro de abandono escolar e objetivos e metas do eixo Jovem; papel dos CNO na qualificação dos adultos) Estratégia-Ação do XVII Governo (medidas de prevenção e recuperação dos jovens que fizeram abandono escolar e de adultos que não completaram o ensino básico ou secundário; lançamento de uma campanha publicitária da INO)
	30.03	Notícia	João Manuel Rocha	-	320	Trabalha dor numa fábrica	Agência para a Qualificação já tem lei orgânica e pode avançar	Liderança-Personalização (liderança da ANQ) Substância (Lei orgânica da ANQ; papel da ANQ na reforma da Formação Profissional; acordo conseguido para esta Reforma) Economia (aplicação da verba do Quadro de Referência Estratégico Nacional para a qualificação 2007-2013)
	16.04	Notícia	Isabel Leiria	Manchete	689	Pessoas sentadas com	75 mil adultos regressam aos estudos para concluir secundário	Política-Objetivos e metas (objetivos/ metas do eixo Adultos; balanço) Substância (informação - processos de RVCC)

						material de escrita	Estratégia-Ação do XVII Governo (recursos humanos dos CNO; abertura de 31 CNO; atrasos na abertura de CNO)	
	18.04	Notícia	Sofia Rodrigues	Última página	665	Outdoor publicitário com Judite de Sousa	Manuel Alegre acusa novas oportunidades de denegrir profissões	Posicionamento de atores (em torno da campanha publicitária da INO <i>Aprender compensa</i>)
	06.06	Notícia & Reportagem	Isabel Leiria	-	1026	Alunos a usar computadores	Só os alunos que não chumbam podem ficar com portáteis	Estratégia-Ação do XVII Governo (implementação de iniciativas inerentes ao PT Educação) Substância (informação sobre as iniciativas do PT Educação) Posicionamento de atores (perceção de atores de duas escolas sobre o parque informático da sua escola)
	20.06	Notícia	Agência Lusa	-	438	José Sócrates	Cursos profissionais aumentam para 5000	Estratégia-Ação do XVII Governo (aumento em 2007-2008 da oferta profissionalizante de nível básico e secundário nas escolas públicas)
	28.06	Notícia	Isabel Leiria	-	485	-	Compromisso Portugal diz que governo corre o risco de falhar objectivos para a educação	Posicionamento de atores (balanço feito pelo movimento Compromisso Portugal da ação governativa da educação; agenda do movimento Compromisso Portugal para a Educação)
	22.07	Notícia & Reportagem	Bárbara Simões	-	923	José Sócrates; Adulto que recebeu diploma	Sócrates levou computadores e conheceu gente que quis mais para as suas vidas. Paulo deixou de ter vergonha das suas habilitações	Estratégia-Ação do XVII Governo (cerimónia de entrega de diplomas e de computadores a adultos) Substância (impacto da INO na vida dos adultos que concluíram um RVCC; contributo da INO para a competitividade do país)
	02.09	Notícia	Filomena Fontes & Lusa	-	175	-	José Sócrates diz que 'sucesso do país' passa pelo conhecimento	Liderança-Personalização (discurso de José Sócrates na cerimónia de entrega de diplomas e de portáteis a adultos que concluíram RVCC)
	26.11	Notícia	Agência Lusa	-	331	José Sócrates	Sócrates diz que desemprego é "o problema mais sério"	Política (balanço da ação governativa feito por José Sócrates num Plenário do PS; ênfase dada à questão da dupla certificação no âmbito da INO)
2008	12.01	Notícia	Isabel Leiria	Última página	516	Roberto Carneiro	PCP diz que novas oportunidades são um 'embuste estatístico de dimensões nacionais'	Posicionamento de atores (debate no Parlamento sobre eixo Adultos)

	10.05	Notícia	Ângelo T. Marques	-	642	Vladimir Spidla	Saber mexer em computadores permitiu a 687 desempregados do têxtil arranjar emprego	Política (papel do programa TII no combate à infloexclusão e na empregabilidade e a sua ligação com os processos RVCC)
	18.05	Notícia	Sem autor	-	168	-	Ministra da Educação garante fim dos recibos verdes	Posicionamento de atores (resposta da ministra da Educação à questão dos recibos verdes denunciada pelo Expresso)
	12.07	Notícia	Isabel Leiria	-	806	-	Progressos na educação insuficientes para tirar Portugal da cauda da Europa	Substância (desempenho de Portugal nos indicadores de referência no domínio da Educação e Formação; os progressos da UE nesses indicadores)
	24.08	Reportagem	Isabel Leiria	¹²¹	2138	Uma foto de cada protagonista	Novas Oportunidades. Nunca é tarde para voltar à escola	Substância (motivação e impacto dos RVCC na vida pessoal e profissional de adultos)
	06.09	Notícia	Ângelo T. Marques	-	150	-	Meio milhão nas novas oportunidades	Liderança-Personalização (discurso de José Sócrates na inauguração de um CNO)
	10.09	Notícia	Isabel Leiria	-	317	-	Programa Novas Oportunidades. Quatro mil adultos já conseguiram o 12º ano.	Política (balanço da ANQ a respeito do eixo Adultos)
	28.09	Notícia	Margarida Gomes	-	267	-	Líder do PS orgulhoso com as novas oportunidades	Liderança-Personalização (discurso de José Sócrates numa sessão do programa Novas Oportunidades onde o assunto principal é o eixo Adultos da INO e o combate às desigualdades sociais)
2009	08.02	Notícia	João Pedro Pereira & Lurdes Ferreira	1ª página	710	-	Grande teste chegou com a crise	Política (Balanço do PT) Substância (impacto da INO na vida pessoal e profissional dos adultos, analisado por Hugo Rico com base nos resultados da sua tese de mestrado)
	08.02	Reportagem	João Pedro Pereira	-	464	Adulto	Novas Oportunidades. A escola da vida também dá diplomas	Substância (processo de RVCC de nível básico contado através de uma história de vida)

¹²¹ Artigo no Caderno P2, com anúncio na página 12 da secção *Mundo*

	08.02	Reportagem	Maria Antónia Zacarias	-	182	-	Um novo mundo depois dos 70	Sustância (Impacto das TIC na vida de idosos que concluíram processos de RVCC)
	22.03	Notícia	Natália Faria	-	445	-	Sucesso profissional é determinado logo na infância	Substância (divulgação de resultados de uma pesquisa -tese doutoramento-que explicam as disparidades salariais dos trabalhadores)
	10.07	Notícia	Romana Borja-Santos	-	374	-	Novas Oportunidades ainda tem pouco impacto no mercado	Substância (divulgação dos resultados da avaliação externa ao eixo Adultos coordenada por Roberto Carneiro)
	11.07	Notícia	Romana Borja-Santos & Lusa	-	235	-	Oposição critica mas Governo alarga novas oportunidades	Posicionamento de atores (reação da ministra da Educação e dos Partidos da oposição às conclusões da avaliação externa ao eixo Adultos)
	12.12	Notícia	Bárbara Wong	-	241	-	Governo alarga novas oportunidades aos empresários	Estratégia-Ação do XVII e XVIII Governos (medidas que estes Governos tomaram ou pretendem tomar no âmbito do eixo Adultos)
								Substância (o rigor e a qualidade na INO)
2010	02.04	Notícia	Paulo Madeira	-	412	Jovem a trabalhar numa fábrica	Qualificação média dos empresários em Portugal é bastante inferior à dos trabalhadores	Política-Diagnósticos (Quadro de défice de qualificações dos empresários portugueses)
	07.07	Notícia & Reportagem	José B. Amaro	1ª página	1026	1 foto de cada testemunho	Reduzir o abandono escolar para metade é a meta até 2015. Eles perderam o medo e lutaram por não se acomodar	Estratégia-Ação do XVIII Governo (medidas a tomar com vista a melhorar o défice de qualificação dos empresários)
	07.07	Reportagem	André Jegundo	-	328	-	Professores não concordam com imagem de facilitismo	Política (balanço do eixo Adultos, apresentado do ponto de vista do Governo)
	05.09	Reportagem	Natália Faria	¹²²	2878	1 foto de cada personagem em	Regressar à escola na idade adulta	Estratégia-Ação do XVIII Governo (cerimónia de entrega de diplomas; o “selo de empresa qualificante”)
							Substância (o papel da INO na qualificação dos trabalhadores; influências, expectativas e efeitos da INO em adultos envolvidos em processos de formação)	
							Substância (Rigor e grau de exigência dos processos de formação e certificação da INO- ambos os eixos)	
							Substância (Educação e Formação de Adultos contada a partir das vozes de adultos que passaram pela INO: motivações e esforço individual, impacto da formação adquirida, portefólio reflexivo e alfabetização)	

¹²² Artigo na Revista PÚBLICA

	07.09	Notícia	Bárbara Wong	Manchete	670	-	Governo vai acabar com ensino recorrente	Estratégia-Ação do XVIII Governo (restrição à abertura de novas turmas do ensino recorrente) Política (vias alternativas ao ensino recorrente) Substância (Informação sobre as vias do eixo Adultos, alternativas ao ensino recorrente)
2011	14.01	Notícia	Clara Viana	Última p.	691	-	Estudo defende que Novas Oportunidades estão a trazer mais saber para as famílias	Substância (conclusões de estudo desenvolvido pela ESE de Coimbra; impacto dos RVCC na vida dos adultos)
	18.05	Notícia	Clara Viana	1ª página	890	José Sócrates Maria Manuel carrilho	Avaliação das Novas Oportunidades não incide sobre a qualidade da formação	Substância (avaliação externa ao eixo Adulto; qualidade e rigor da educação e formação de adultos no âmbito da INO; informação sobre o processo de RVCC, particularmente sobre o portefólio reflexivo de aprendizagem) Posicionamento de atores (perante a polémica em torno da INO levantada em período eleitoral)
	20.05	Notícia	Filomena Fontes & Margarida Gomes	-	520	Pedro Duarte (PSD)	Bloco de Esquerda junta-se ao PS contra PSD na polémica sobre as Novas Oportunidades	Posicionamento de atores (debate parlamentar sobre o alegado discurso de Passos Coelho sobre a INO em período eleitoral; posição de cada um dos quatro Partidos principais sobre a INO)
	30.07	Notícia	Clara Viana & Graça B. Ribeiro	Manchete	770	Nuno Crato	Ministério da Educação suspende novas turmas para adultos	Economia (implicações no funcionamento dos EFA da ausência de garantia de financiamento pelo POPH) Posicionamento de atores (problemas na comunicação das orientações da tutela às escolas)
	06.08	Notícia	Clara Viana	1ª página Última página	451	Luís Capucha	Governo afasta responsável do programa Novas Oportunidades	Estratégia-Ação do XIX Governo (afastamento de Luís Capucha da ANQ; razões subjacentes a essa decisão)
	14.09	Notícia	Graça B. Ribeiro	-	819	Estudantes	Crato volta a atacar novas oportunidades sem se comprometer com o fim do programa	Substância (análise dos resultados apresentados no Relatório da OCDE <i>Education at a Glance</i> 2011) Posicionamento de atores (debate em torno da posição de Portugal nesse Relatório, cuja causa é atribuída à INO)
	24.09	Notícia	Graça B. Ribeiro	-	304	-	Alunos das Novas Oportunidades. Vários cursos com médias superiores a 15 valores	Substância (lei de acesso ao ensino superior)
	18.10	Notícia	Jorge Talixa	-	381	Gonçalo Xufre	Gonçalo Xufre é o novo 'senhor' novas oportunidades	Liderança-personalização (perfil político e profissional de Gonçalo Xufre) Política (conceção de política de Educação e Formação de Adultos de Gonçalo Xufre)

2012	12.01	Notícia	Rita Araújo	-	360	-	Dispensados 800 formadores das novas oportunidades	Posicionamento de atores (em torno do despedimento de técnicos e formadores de CNO afetos ao IEFEP que foram encerrados)
	30.01	Notícia	Sofia Rodrigues	-	178	-	Novas Oportunidades na mira socialista	Posicionamento de atores (forma como o PS acompanha as alterações à INO e o questionamento ao XIX Governo)
	01.02	Notícia	Clara Viana	1ª página	409	-	Governo fecha um terço dos centros Novas Oportunidades	Estratégia-Ação do XIX Governo (redução do número de CNO financiados)
	12.02	Notícia	Nuno Ribeiro	-	214	-	António José Seguro acusa o Governo de desistir dos portugueses	Posicionamento de atores (discurso de António José Seguro no Fórum Novas Oportunidades, a propósito do encerramento de CNO)
	22.02	Notícia	Clara Viana	1ª página	476	-	Fecho dos centros Novas Oportunidades ameaça emprego de mais de dois mil técnicos	Substância (encerramento de CNO)
	14.05	Notícia	Agência Lusa	-	446	José Sócrates	PS critica saída de Portugal de estudo da OCDE	Posicionamento de atores (posição do PS relativamente à não participação de Portugal no PIAAC)
	16.05	Notícia	José B. Amaro	-	464	Anúncio publicitário à INO	Despedimentos nas Novas Oportunidades afectam 250 técnicos	Substância (Fecho de CNO)
	19.05	Notícia	Clara Viana	-	820	Dois jovens	Novas Oportunidades quase não criaram mais emprego, conclui estudo	Posicionamento de atores (posição da ANPEFA relativamente ao fecho de CNO; ilações da FENPROF e de alguns partidos da oposição relativamente ao assunto)
	08.09	Reportagem	Ana Cristina Pereira	-	814	Fotos das personagens	Andreia já lê mensagens no telemóvel e Aurora já distingue os detergentes	Substância (estudo realizado pelo IST ao eixo Adultos da INO; impacto dos processos de RVCC e EFA na empregabilidade dos agentes certificados)
	12.09	Notícia	Clara Viana	1ª página	1305	-	Crato utilizou Novas Oportunidades para justificar diminuição de alunos	Estratégia-Ação do XIX Governo (medidas a empreender no que respeita à educação e formação de adultos)
2013	30.01	Notícia	Sem autor	-	263	-	Nova rede de 120 centros vai substituir NO a partir de abril	Substância (nova rede de CQEP)

07.02	Notícia	Clara Viana	1ª página	760	Cerimónia de entrega de diplomas da INO	Certificação escolar de adultos passa a ter um exame final que vale 50%	Estratégia-Ação do XIX Governo (alterações no processo de certificação de adultos) Substância (informação sobre o projeto de Portaria que cria os CQEP; informação sobre as alterações)
10.04	Notícia	Graça B. Ribeiro & Mariana Dias	-	1370	-	Conselho Nacional de Educação avisa que 'a situação é dramática'	Substância (Relatório de 2012 <i>O estado da Educação</i> , do CNE)
18.05	Notícia	Clara Viana	-	551	Jovens (foto repetida)	CNE contesta qualidade dos centros que substituem os das Novas Oportunidades	Posicionamento de atores (Recomendação do CNE sobre a política pública da educação e formação de adultos em Portugal; posição da Ordem dos psicólogos; posição de José Gomes Ferreira)
20.08	Notícia	Clara Viana	Manchete	1167	-	Professores contratados e alunos adultos com quebras acentuadas	Substância (divulgação e análise das estatísticas da educação divulgadas pelo Ministério da Educação e Ciência no que respeita a diminuição do número de alunos e professores, taxas de conclusão do 9º ano e secundário e carências e excessos de funcionários nas escolas públicas)
02.10	Notícia	Clara Viana	-	555	Adulto	Formação de adultos sem resposta depois do fim das Novas Oportunidades	Substância (atraso na abertura dos CQEP) Posicionamento de atores (a respeito da política do XIX Governo relativamente à educação e formação de adultos)
26.10	Notícia	Jorge Mourinha	-	742	Realizadora do Documentário Trabalhadores numa fábrica	'O que é que aconteceu às pessoas que foram despedidas?'	Substância (o filme documentário <i>Vida Activa</i>)

Discussão Geral e Conclusão

A INO surgiu, em finais de 2005, inserida num vasto conjunto de medidas de política educativa, de emprego e de modernização tecnológica do país que visavam dar resposta a alguns dos problemas internos de Portugal, designadamente em matéria de educação e formação. Em causa estava também o baixo desempenho de Portugal em indicadores de referência estabelecidos pela UE e pela OCDE que persistia apesar dos progressos feitos nas últimas décadas. Neste sentido, o XVII Governo Constitucional considerou necessário fazer uma intervenção política sustentada de modo a acelerar a convergência com os países mais desenvolvidos da UE procurando que a ALV se assumisse de facto como um vetor fundamental na produção de uma força de trabalho mais produtiva e competitiva, honrando, assim, os compromissos assumidos no âmbito da construção de um EEE. Assim, estabelecendo-se como programa, a INO incorporou duas vertentes, uma dedicada aos Jovens e outra aos Adultos, e teve como desígnio elevar o patamar de qualificação generalizada dos portugueses para o nível secundário.

Na pesquisa realizada colocaram-se três questões que nortearam a investigação: Como é que a INO foi apresentada e interpretada na imprensa escrita? Quais os atores que se envolveram no debate? Que perspetivas e interesses estiveram em jogo?

Os resultados da pesquisa empírica foram sendo sintetizados parcelarmente. Assim, procurando evitar uma repetição dos aspetos já realçados, o propósito nesta fase é, à luz dos resultados da pesquisa efetuada no plano teórico e contextual, sistematizar uma resposta às perguntas orientadoras da investigação, nomeadamente confrontando os resultados obtidos com resultados de outras pesquisas.

Os dados recolhidos na investigação revelam indícios de que o período que se iniciou com a implementação da INO em 2005 e que decorreu até 2013 foi um tempo em que a educação de adultos teve um protagonismo mediático assinalável e repercussões na sociedade portuguesa como não era observável desde a segunda metade dos anos setenta do século transacto. Nesse sentido, a pesquisa realizada revelou uma certa uniformização temática, a qual poderá também ser explicada aceitando a perspetiva de Wolf (1985/2009) e de Schoemaker e Vos (2011) sobre a colaboração entre os jornalistas e pela forma como é definido o “valor de notícia”. Porém, essa homogeneidade temática nem sempre correspondeu a abordagens e a perspetivas semelhantes.

No C.M., até meados de 2010, a INO foi apresentada numa perspetiva otimista e na ótica de que teria reflexo nas vidas dos formandos, na empregabilidade, na economia e no desenvolvimento, e na modernização do país. Todavia, esta lógica coexistiu nos discursos, designadamente nos de José Sócrates que frequentemente serviram de base à construção das notícias, com a ideia, aliás,

sublinhada também por outros atores¹²³, de que a INO também daria um contributo para a justiça social, pela oportunidade que oferecia aos portugueses de ascender socialmente. Deste modo, grande parte das notícias operou como uma forma de publicidade da INO, da política e da ação do poder político.

O PÚBLICO, até 2008, abordou basicamente três temas: (a) o abandono escolar e o défice de qualificação dos portugueses; (b) os objetivos, as intencionalidades e as metas da INO; e (c) o papel das empresas na formação profissional em termos de responsabilidade social, apresentando-os, enquanto notícia e reportagem, na perspetiva do XVII Governo. Este jornal colocou a tónica na necessidade de responder à melhoria de Portugal nos indicadores da OCDE e da UE, em matéria de educação e de política educativa, nos imperativos da economia e da competitividade do país, e na questão da igualdade de oportunidades e justiça social. Assim, excetuando alguns pontos críticos, designadamente a propósito da campanha publicitária e de outros aspetos que se fizeram ouvir na voz de um ou outro *opinion maker* e de alguns leitores, nos primeiros anos de implementação da INO o PÚBLICO contribuiu bastante para a legitimação social e política da INO. Saliente-se, ainda, que algumas reportagens funcionaram claramente como reforço positivo relativamente a medidas implementadas no âmbito e em torno deste programa.

Sendo assim, apesar do C.M. ter destacado a estratégia e a ação do governo, o jogo político e as questões de liderança-personalização na forma como abordou os assuntos, e de o PÚBLICO ter optado por abordagens que valorizaram a ação governativa e a substância dos assuntos em torno da INO, ambos parecem ter funcionado durante o primeiro período de governação socialista como uma plataforma para o discurso público político das instituições governamentais, agindo, portanto, como um elemento facilitador da formação da opinião pública e da interpretação da política associada à INO. Deste modo, o C.M. e o PÚBLICO exerceram um importante papel de mediação na fase de implementação da INO o que, em parte, pode justificar a forte adesão dos portugueses à Iniciativa, pois, como Rawolle (2005), Rönnerberg et al (2012), e outros autores referem, o sucesso de muitas medidas de política dependem do modo como são interpretadas pelos média. Porém, este processo evidencia também uma certa dependência do campo político em relação ao campo dos média no que respeita ao *spin* dos políticos, ou seja, ao modo como os políticos usam o seu capital simbólico para controlar a forma como o público recebe as políticas (Stack, 2010). Por outras palavras, transparece uma espécie de governação por *spin* no sentido atribuído por Ungerleider (2006, pp. 77, 78), ou seja, uma marca de gestão: “Governments monitor the media vigilantly as barometers of public sentiment. They try to anticipate issues to which they might be required to

¹²³ Veja-se, por exemplo, a entrevista de Bárbara Wong a Luís Capucha, a qual foi divulgada a 23.10.2010 no PÚBLICO, artigo que consta do *corpus* de pesquisa, cuja análise se inclui no Anexo C, ou, ainda, o artigo de opinião de Daniel Oliveira publicado no Expresso a 07.07.2012.

respond and to assert tactical advantage in the provision of information to influence perception and understanding”. Sendo assim, esteve-se também perante processos de mediatização das políticas.

Por outro lado, esta dependência, ou, em boa verdade, se se quiser ser mais rigoroso, a negociação de poderes entre atores nos diferentes campos sociais—que caracteriza a mediatização da governança da educação—e que, por sua vez, implica o recurso a diversas formas de capital, exerceu-se nos dois sentidos. Como Stack (2010, p. 107) sublinha “doing politics and engaging media often involve a tricky dance”, pois ambas as partes procuram tirar proveitos, designadamente o acréscimo de audiência e angariação de eleitores como consequência do aumento do respetivo capital simbólico em cada campo. Além do mais, como José Madureira Pinto afirmava já em 1994/1996:

Pese embora a ideologia profissional dos jornalistas, que reivindicam permanentemente a independência face ao poder político, penso que hoje as coisas estão colocadas de tal forma que não há nenhuma possibilidade, em termos individuais, de resistir a esta engrenagem de definição das agendas políticas em sintonia com as agendas mediáticas e vice-versa. (Pinto, 1994/1996, p. 96)

Ora, a visão otimista que havia dominado no PÚBLICO até meados de 2008, em termos de notícia e reportagem, foi dando lugar a outros pontos de vista menos otimistas em relação à INO. Além disso, este jornal começou, a partir desta data, a dirigir a sua atenção para a educação e formação de adultos, a qual se transformou num assunto predominante nos debates e nas notícias em torno da INO, destacando-se o semanário Expresso como aquele que maior ênfase deu ao pilar dos Adultos e maior atenção deu ao tratamento da substância dos assuntos. Aliás, o enfoque na vertente dos Adultos foi um ponto comum aos três jornais, a ponto de, por vezes, a INO ter sido identificada com o eixo Adultos.

Com a INO, a política educativa em Portugal valorizou as componentes não formais e informais da ALV, em especial ao assumir os processos de RVCC como uma das vias de qualificação, sendo neste aspeto notável a visibilidade dada pela imprensa escrita a esta política, particularmente à vertente dos Adultos e especialmente ao RVCC. Porém, os discursos, principalmente as vozes dos leitores, dos *opinion makers*, mas também de jornalistas, revelaram preocupações, ambiguidades e tensões em torno de três grandes temas que se articulam entre si: a adesão dos portugueses à INO, a qualidade dos processos de RVCC e a avaliação dos resultados da vertente dos Adultos.

No que respeita ao primeiro tema, a forma massiva como os portugueses aderiram à INO foi entendida, por um lado, como o despoletar de uma mudança na sociedade que terá passado a valorizar mais outras formas de acesso ao saber e às qualificações, mas, por outro lado, foi

percebida como uma consequência da facilidade na obtenção de uma certificação escolar e no acesso ao ensino superior. Esta tensão pode revelar a relação difícil entre a democratização do acesso às habilitações e a manutenção dos privilégios de uma elite escolarizada e qualificada.

O segundo tema corresponde ao debate em torno dos processos de RVCC. Por um lado, foi valorizado o portefólio reflexivo de aprendizagem enquanto instrumento eficaz de validação de aprendizagens experienciais, foi destacada a qualidade dos processos que era assegurada pelo facto das competências serem validadas perante um júri, bem como foi assinalado o facto de se tratar de processos de formação reconhecidos internacionalmente, o que demonstrava a respetiva legitimidade e credibilidade como método de formação de adultos. No entanto, por outro lado, argumentou-se pela necessidade de que exista um exame como instrumento de avaliação indispensável à validação dos conhecimentos, apontaram-se dúvidas sobre o papel da função formativa nestes processos e, ainda, se valorizaram formas escolarizadas de formação de adultos sugerindo-se a recuperação do ensino recorrente.

Estes posicionamentos contrastantes revelam uma tensão entre concepções educativas tradicionais e inovadoras, no sentido apontado por Pires (2002; 2010a)¹²⁴. Aliás, muitas notícias e artigos de opinião, sejam de comentadores, sejam de leitores, deram visibilidade à componente da INO que mais valorizava as dimensões não formais e informais da ALV, na qual residia a maior inovação educativa desta política, o que justifica uma certa resistência à mesma associada à sua descredibilização social.

Quanto ao terceiro tema—a avaliação dos resultados da INO—encontraram-se argumentos em torno da defesa da avaliação levada a cabo pela Universidade Católica, mas também apelos à necessidade de melhor avaliar os resultados da INO, em particular o seu impacto na empregabilidade. Subjacentes a estes dois pontos de vista estão, por um lado, diferentes concepções a respeito do papel da educação na sociedade: alguns atores deram primazia à necessidade da formação responder aos imperativos da economia, enquanto outros atores sublinharam o seu papel

¹²⁴ Segundo Pires (2002), “O reservatório de experiências vividas pela pessoa constitui-se como recurso imprescindível para as aprendizagens futuras e a necessidade profunda de autonomia dos adultos entra frequentemente em choque com as formas impostas de aprendizagem, características do modelo tradicional de educação/formação, em que o adulto é perspectivado como dependente e em que não são consideradas relevantes as suas aprendizagens anteriores. Desta forma, a introdução de práticas de reconhecimento e validação em contextos educativos vem questionar as concepções e os modelos tradicionais, que não se encontram em consonância com os desafios que esta problemática faz emergir” pois os modelos tradicionais de educação/formação “assentam na transmissão de conteúdos pré-determinados, uniformizantes e em que as dimensões teóricas e práticas se encontram fortemente polarizadas” (p. 523) e em que a aprendizagem se reduz “a situações de ensino-formação que privilegiam um caráter ‘sistemático, intencional e sequencial’” (Pires, 2010a, p. 56). Assim, do ponto de vista desta autora, “a valorização das competências e das aprendizagens adquiridas em diferentes contextos vem interpelar o sistema educativo – tendo em conta que os saberes e as competências dos adultos se constroem através de processo de natureza combinatória e recompositória, articulando aprendizagens formais e não-formais, numa dinâmica integrativa” (2010a, p. 55).

no desenvolvimento da autoestima e na autorrealização das pessoas, com reflexos na vida familiar, na educação dos filhos e no envolvimento e participação na sociedade e nos processos democráticos. Por outro lado, em nosso entender, estiveram também em jogo diferentes formas de conceber o conhecimento e a educação, bem como dificuldades em compreender e aceitar o recurso a metodologias de avaliação qualitativa como formas de conhecer a realidade social e construir o conhecimento científico.

A ênfase mediática nas questões em torno do eixo Adultos teve, nos três jornais, a sua expressão máxima entre 2011 e 2013, como se de uma espécie de “canto do cisne” da INO se tratasse. A tónica foi colocada em tom crítico quer nas alterações na educação e formação de adultos quer no modo como estas foram introduzidas pelo XIX Governo, assumindo tanto o Expresso quanto o PÚBLICO a liderança do debate; o primeiro, em termos de publicação de opinião de *opinion makers* e o segundo enquanto notícia. A dinâmica teve início durante o período de campanha eleitoral para as legislativas de 2011 e fez intervir um conjunto de atores e instituições com prestígio e credibilidade no espaço público. O C.M. assumiu um posicionamento conforme com os outros dois jornais, embora dando bastante menor visibilidade ao assunto. Nesta fase, esta imprensa parece ter funcionado como uma plataforma para a expressão de descontentamento perante a incerteza do futuro da educação e formação de adultos, o qual foi visto como tendo sido colocado em causa com o encerramento de grande quantidade de CNO e com o interregno de largos meses de inatividade dos CNO. Recorde-se que o Expresso concentrou a formação de opinião em torno da INO no período das eleições legislativas de 5 de junho de 2011. A perspetiva apresentada por este semanário, a qual envolveu um conjunto de figuras públicas com prestígio no espaço público, —Maria de Lurdes Rodrigues, Roberto Carneiro, Valter Lemos, Pedro Adão e Silva—, mostrou-se favorável à INO, focando em particular os aspetos positivos do RVCC e da avaliação ao eixo Adultos da INO coordenada por Roberto Carneiro, tendo a tónica sido posicionada, nomeadamente, na necessidade do estabelecimento de um compromisso que viabilizasse a continuidade de políticas de educação e formação de adultos que não dependesse dos ciclos governativos. Neste sentido, podemos interpretar o facto de este jornal ter concentrado a publicação de opinião especializada sobre educação e debate desenvolvido sobre a INO na vizinhança de um período eleitoral—já de si favorável à abertura temporária de uma *janela de oportunidade*¹²⁵—, como uma reação antecipada relativamente ao impacto que os resultados das eleições de 2011 poderiam ter sobre a agenda das políticas (Kingdon, 2011). Mas, por outro lado, nada obsta a que analisemos também esta situação pela perspetiva de Graber (2003)—a

¹²⁵ “Basically, a window open because a change in the political stream (e.g., a change of administration, a shift in the partisan or ideological distribution seats in Congress, or a shift in national mood); or it opens because a new problem captures the attention of governmental officials and those close to them. A change in administration is probably the most obvious window in the policy system” (Kingdon, 2011, p. 168).

dissonância de vozes no espaço público por vezes confunde o cidadão leigo, afirma a autora—, ou seja, como uma tentativa de esclarecer os cidadãos, chamando alguns especialistas em áreas da educação ao espaço nobre de opinião de um jornal.

Por seu lado, o PÚBLICO, apesar da voz do poder político ter marcado presença na maioria dos artigos no período de 2011 a 2013, deu destaque a um conjunto alargado de vozes discordantes da atuação do XIX Governo pelo seu desinvestimento na educação e formação de adultos numa altura fundamental para o país e por considerarem que este estaria a agir em contra ciclo com orientações supranacionais.

Do nosso ponto de vista, os três jornais exerceram, neste intervalo de tempo, o que Ferree et al (2002) consideram ser o principal papel dos média numa democracia participativa, ou seja, a difusão do interesse público e a criação de estruturas que facilitam a comunicação, encorajam o *empowerment* e promovem uma cidadania ativa. Contudo, como Cardoso G. (2009, p. 28) sublinha, “devemos olhar para os *media* não como tecnologias isoladas mas como objectos de apropriação social que são diversificados e combinados consoante os objectivos a atingir pelo utilizador” e, nesta medida, tanto podem ser utilizados para revitalizar o espaço público, gerar apoio e mobilizar a opinião pública como para conferir protagonismo ao poder político e às agendas políticas. E, em boa verdade, na fase de governação do XIX Governo, o PÚBLICO funcionou também como uma plataforma facilitadora da interpretação e da ideologia do XIX Governo a respeito da educação, pois foi também utilizado pelo poder político para publicitar o seu ponto de vista, ou seja para mostrar a legitimidade da sua atuação com base nos resultados do IST. Aliás, também, o C.M. não deixou de funcionar durante este período, embora de modo menos intensivo que anteriormente, como uma plataforma de divulgação da política educativa do XIX Governo; este facto é evidenciado na publicação do artigo de 19.05.2012 no qual é apresentada a visão, claramente neoliberal, do XIX Governo para a educação e formação de pessoas ao serviço predominantemente da racionalidade económica e numa ótica de eficiência e redução de custos. Acresce o facto deste jornal se ter apresentado bastante heterónimo em relação ao poder político como forma de fazer notícia durante os três períodos de governação. Todavia, manteve uma agenda temática com alguns pontos comuns aos outros dois jornais, conferindo credibilidade ao que Bourdieu (1998) refere quer quando afirma que se um jornal de referência e com prestígio toca determinado assunto, outro jornal não pode ficar indiferente¹²⁶, quer quando sublinha que o governo é um “monopoly on legitimate information” (p. 69). De qualquer modo, não se registou uma sincronia temática que fosse assinalável na agenda do C.M. relativamente aos restantes, pois apesar de se terem encontrado tópicos idênticos aos abordados nos outros dois jornais tal não aconteceu, de um modo geral, no mesmo espaço temporal. Por outro lado, não se verificou

¹²⁶ Aliás, do ponto de vista deste autor “journalists are the only ones who read all the newspapers” (Bourdieu, 1998, p. 72)

também o recurso a outros média na credibilização das notícias por parte dos seus jornalistas; aliás, nas suas referências, predominou, de um modo geral, o recurso a autoridades de cariz político, preferencialmente pertencentes ao poder político e raramente os relatórios internacionais serviram de base de construção da informação ou da opinião.

Já o Expresso apresentou uma menor heteronomia relativamente ao campo político; esta surgiu mais disfarçada, na forma de opinião, pois embora os *opinion makers* tenham mobilizado conhecimento na área da educação, a argumentação foi, de um modo geral, marcada pelo estatuto (posição institucional) dos autores, ou seja, pelo papel que desempenharam na INO. O Expresso assumiu principalmente o papel de defensor de causas em torno da educação e formação de adultos e da sua credibilização, respeitando e valorizando a validação e certificação de aprendizagens quer formais, quer não formais e informais adquiridas ao longo e ao largo da vida. Todavia, a visão otimista sobre a INO surgiu apenas nas reportagens e nos artigos de opinião, pois na luta discursiva que encetou em torno da lei de acesso ao ensino superior acabou por contribuir para a descredibilização dos cursos EFA e da INO. Por outro lado, na luta discursiva em torno desta lei, o Expresso revelou o poder dos média no processo de regulação das políticas educativas, ao conseguir influenciar quer as práticas de outros média quer as práticas no campo das políticas, fazendo uso do seu prestígio enquanto jornal de referência em Portugal, e, conseqüentemente, aumentando o seu capital simbólico e o dos respetivos jornalistas e *opinion makers*. No nosso entender, trata-se nitidamente, também, do que Rawolle (2010a) designa por mediatização das políticas, pois formou-se um campo social temporário onde foi jogado o jogo da prática e do qual resultaram efeitos cruzados desse jogo entre os agentes posicionados em campos distintos. Note-se que se estabeleceu uma luta discursiva na qual intervieram principalmente a jornalista Isabel Leiria, que à data trabalhava para o Expresso¹²⁷, a CNAES e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e que foi também alvo de atenção no PÚBLICO quer em termos de notícia quer de opinião, resultando deste processo um diploma de alteração da lei de acesso ao ensino superior, publicado ainda durante o período de governação socialista. Além disso, a seguinte passagem do artigo de Isabel Leiria (21.05.2011) “Numa nota enviada ao Expresso, o gabinete de Mariano Gago explica agora que as regras vão mudar já no concurso deste ano”, parece também ser bastante esclarecedora da consciência por parte dos decisores do papel da imprensa na mediatização das políticas.

Por sua vez, ao enfatizar a relação entre a qualidade e o rigor da formação e o financiamento dos CNO, o qual estava dependente das metas a contratar e a atingir, quer o Expresso quer o PÚBLICO funcionaram, também, no nosso entender, como uma forma de chamar a atenção do

¹²⁷ Recorde-se que esta jornalista em 2006 quando ainda trabalhava no PÚBLICO já havia chamado a atenção no final de um artigo (02.02.2006, p.25) para a forma de entrada no ensino superior através de vias como o ensino recorrente que já na altura havia apelidado de “fácil”.

poder político para a necessidade de discutir e repensar o modelo de programa da INO e a sua forma de financiamento.

Na pesquisa realizada, no que respeita às vozes que se fizeram ouvir sobre a INO, encontrou-se muito pouco debate por cientistas da educação ou cientistas sociais. Excetuando a divulgação de relatórios elaborados por organizações internacionais, no âmbito da educação comparada, raramente se encontraram peças dando a conhecer estudos científicos realizados na área da Educação ou a evidência de consulta de especialistas em educação, particularmente em educação de adultos, na construção das notícias. Salvo algumas exceções no PÚBLICO e o facto de o recurso à opinião de especialistas ser considerado importante pelos jornalistas na construção da notícia, como Araújo et al (2009) verificaram na sua pesquisa (referida neste trabalho, p. 63), não aparece aqui confirmado. Aliás, os recursos privilegiados nas notícias foram atores governamentais, ainda assim, poucas vezes ministros da Educação, confirmando o que Schudson (2002), Shoemaker e Vos (2009/2011), Wolf (1985/2009), e muitos outros autores, referem, ou seja, que as fontes oficiais e institucionais são as privilegiadas na construção da notícia.

Um aspeto que despertou a nossa atenção foi o facto da foto da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e da sua voz surgir com mais frequência nas notícias do C.M. quando o assunto dizia respeito à escola ou ao ensino básico ou secundário, nomeadamente aos cursos profissionais. Aliás, na pesquisa efetuada, encontraram-se algumas notícias que trabalhavam questões relacionadas com a INO, mas que não continham qualquer referência explícita a este programa e, por esse motivo, não integraram *o corpus* de pesquisa. Uma boa parte dessas notícias prendem-se com os cursos profissionais, publicitando o aumento da oferta e da procura deste tipo de qualificação, mostrando vantagens destes cursos de dupla certificação ou divulgando iniciativas simbólicas em prol deste cursos; são exemplo os artigos do C.M. publicados a 09.01.2007, 19.06.2007, 17.03.2008, 31.05.2008, 09.09.2008, 05.01.2009, 15.07.2009, 19.10.2009 e assinados, ora por Edgar Nascimento, ora por Bernardo Esteves e o último da autoria da agência Lusa. Esta situação não parece ter sucedido no PÚBLICO com esta frequência; contudo uma vez que a pesquisa foi feita neste diário de forma electrónica, não foi possível definir os contornos desta situação; estas limitações sucederam também em relação ao Expresso. De qualquer modo, a conjugação deste dados com os resultados da pesquisa efetuada parecem evidenciar uma associação da INO predominantemente à educação e formação de adultos, mas, mais importante ainda, indiciam também que esta Iniciativa parece não ter sido conscientemente assumida por alguns jornalistas ou talvez, até pelo próprio C.M., como uma política do âmbito das políticas educativas, sendo associada primordialmente ao campo das políticas sociais e do emprego. Além disso, no C.M. alguns textos revelaram pouca clareza e rigor na informação que pretendiam transmitir e na linguagem utilizada pelo jornalista; este aspeto aliado à diversidade de autores dos artigos indicia a inexistência de jornalistas especialistas em educação no seu quadro de

trabalhadores. Ainda que estas hipóteses não tenham sido confirmadas, tudo indica uma possível subvalorização, por parte deste jornal, do campo da Educação enquanto valor de notícia.

O próprio espaço de opinião, dedicado aos colunistas, comentadores ou *opinion makers*, foi bastante marcado pelo capital simbólico que os atores possuíam e pelo estatuto ou pelo papel que vários desempenharam nesta política. Este espaço de opinião, na verdade, parece continuar a ser caracterizado pela opinião de uma elite, certamente mais alargada que há duas décadas quando os “colunistas começaram a ganhar, crescentemente [...], mais espaço e relevância nas páginas dos jornais, adquirindo um estatuto de indiscutível importância e capacidade de influência” (Barriga, 2007, p. 71) mas, ainda assim, confinada a um pequeno círculo de atores que gozam de capital simbólico (científico, político, mediático) e de relativa autonomia do campo dos média, mas que, tal como esta autora afirma, se regem e se enquadram nas regras e lógicas mediáticas. Ainda assim, verificou-se neste espaço nobre dos jornais mobilização de algum conhecimento na área da educação, na medida em que alguns autores não se limitaram a emitir a opinião sobre determinado assunto apelando ao seu estatuto, ao senso comum e a legitimá-la com base em argumentos de autoridade; pelo contrário, argumentaram e defenderam a sua posição baseando-se também em evidências, como relatórios, normativos, indicadores e boas/más práticas e/ou contextualizando histórica e socialmente os problemas, fazendo eco das preocupações também levantadas por autores de pesquisas realizadas no campo da educação e formação de adultos; designadamente, pelas que foram sinalizadas por Guimarães (2010, p. 792) a propósito dos desafios que se colocaram aos educadores de adultos nos CNO face à “pressão exercida pelos serviços estatais responsáveis pela adoção da política de educação e formação de adultos para o cumprimento de ambiciosas metas de certificação e qualificação”, “bem como a inexistência de formação inicial de base e a pouca tradição de desenvolvimento de ações de formação contínua reflexivas”.

Também nas cartas dos leitores se registou mobilização de conhecimento, ainda que tal tenha acontecido, do nosso ponto de vista, apenas numa carta publicada no PÚBLICO. Os discursos dos autores das cartas ao/à diretor/a do PÚBLICO dividiram-se entre uma visão otimista e uma visão pessimista; enquanto a visão otimista focalizou a sua atenção no eixo Adultos e recorreu a histórias pessoais para legitimar a sua posição, a visão pessimista assinalou diversos aspetos relativos à INO, em geral, ao eixo Adultos e aos cursos profissionais. Os assuntos abordados, para além de mostrarem que o espaço das cartas também promove a reflexividade dos próprios autores das cartas, revelaram também uma ligação à agenda mediática, confirmando os resultados obtidos por M. Silva (2007) de que a agenda mediática contamina a seleção das cartas, mas, acima de tudo, evidenciaram que este é um espaço de expressão de descontentamento. A argumentação dos autores das cartas foi bastante apoiada nas histórias pessoais e em vivências profissionais, verificando-se, também neste contexto, a personalização dos assuntos que Cohen (2010) observou a respeito dos discursos dos leitores sobre os professores:

Most consumers of news media are not directly involved in the daily work of education. They were at one time students, however, and likely carry strong memories, negative or positive, of teachers who were significant to them, which allows them to engage with the debates about teacher quality in part by personalizing the issues. (p. 106)

Na pesquisa realizada verificou-se que as cartas estão limitadas a um reduzido espaço, muito especialmente no C.M. onde se reduzem a duas ou três frases, favorecendo a opinião não fundamentada. Esta limitação do espaço de publicação das cartas obriga a cortes no texto pelo jornal (aspecto que foi visível nas cartas do PÚBLICO) e a uma grande capacidade de síntese que em muitos casos não está ao alcance do cidadão comum. A este propósito, sublinham-se algumas preocupações dos leitores, transmitidas por Paquete de Oliveira (2014, p. 55), provedor do leitor do jornal Público¹²⁸: a necessidade o aumento do espaço nas colunas do jornal, maior rigor na eliminação ou “alteração de parte das cartas, quando excessivamente longas, de forma a não desfigurar o sentido ou o contexto em que foram escritas” e “uma maior transparência na gestão das cartas e nos critérios de selecção das mesmas”.

A voz dos cidadãos, enquanto atores anónimos do público, surgiu também com algum destaque nos jornais PÚBLICO e Expresso através da publicação de reportagens, onde de facto tiveram acesso um conjunto de cidadãos (e de instituições) que não se apresentam, à partida, com capital simbólico; contudo, as reportagens foram também utilizadas como uma estratégia—mais eficaz que a notícia—para influenciar a opinião pública em favor de determinada política, e, deste modo, a voz dos cidadãos serve outros interesses.

Em termos conclusivos sublinham-se três aspetos. Um primeiro aspeto prende-se com o que M. Melo (2005, p. 596) afirma: “A crescente interpenetração dos conhecimentos científicos na vida social [...] contribuiu para que a comunicação social se assumisse como um campo de divulgação de conhecimentos especializados sobre as questões educativas”. Todavia, a voz de especialistas e investigadores da área educativa esteve bastante ausente nos debates da imprensa escrita, o que não parece beneficiar a análise destas problemáticas de forma aprofundada indo além da esfera do senso comum. Por outro lado, uma vez que nem todos os cidadãos possuem um conhecimento sobre os assuntos que viabilize uma “consciência discursiva” que permita racionalizar discursivamente as suas ações (Melo, M., 2009, p. 61), um tratamento das questões educativas menos mediático e mais aprofundado seria, no nosso entender, mais educativo, pois a leitura de um jornal é também um momento de aprendizagem. Assim, tirando partido deste aspeto familiar que têm os assuntos relativos à escola e que legitima os cidadãos a participarem e a

¹²⁸ O texto a que se refere é um artigo publicado no jornal Público a 06.04.2014, na sequência do I Encontro Nacional de Leitores-Escritores que reuniu a 22 de março de 2014 um grupo de leitores e autores de cartas aos diretores.

envolverem-se nos debates públicos sobre educação (Pina, 2007; Cohen, 2010), bem como do facto de os jornais promoverem a prática da reflexividade (Melo, M., 2009), uma análise das questões educativas, por um lado, menos envolta no jogo político e em questões de governação, por outro lado, recorrendo mais frequentemente às vozes de especialistas em educação—pois as questões educativas exigem análises científicas como quaisquer outras (por exemplo ligadas à medicina, à física, à economia, à ciência política ou a outros ramos da ciência)—, contribuiria certamente para a promoção de uma participação efetivamente democrática.

O segundo aspeto prende-se com o facto de mais uma vez este ter sido um período efémero para a política de educação e formação de adultos. Esta tem sido, em Portugal, objeto de políticas contraditórias; “votada ao abandono e silenciada” conheceu, por vezes, algum protagonismo embora “muito raramente e de forma intermitente” (Lima, 2011, p. 32), verificando-se que, afinal, estas “descontinuidades” (Guimarães, 2012) se mantêm até hoje. Com efeito, a perspetiva ideológica socialista que predominou durante os anos de governação do PS e que valorizava uma maior diversidade de modalidades de aprendizagem, deu lugar, com a subida ao poder da coligação PSD/CDS-PP, a uma sobrevalorização das modalidades escolares e a uma lógica claramente neoliberal da educação e da formação de pessoas ao serviço predominantemente da racionalidade económica¹²⁹. Veja-se, a partir de 2013, a revalorização do ensino recorrente, a introdução de uma prova de avaliação externa orientando os processos de RVCC para a memorização de conteúdos, a obrigatoriedade de realização de três exames nacionais para efeitos de prosseguimento de estudos no ensino superior de alunos dos cursos profissionais, o reforço do ensino vocacional e profissionalizante, entre outras mudanças que evidenciam o acréscimo de dificuldades no envolvimento dos adultos na educação e formação¹³⁰. Noutros termos, as políticas educativas desenvolvidas pelos sucessivos governos nos últimos anos impedem uma visão estratégica e o amadurecimento e estabilização das orientações políticas, designadamente no âmbito da educação de adultos, que beneficiariam o desenvolvimento do país e a melhoria da qualificação da população portuguesa, e contribuiriam para garantir o que Guimarães (2012, p. 3) destaca, ou seja, “o direito à educação para todos, em que todos os adultos possam [pudessem]

¹²⁹ Paradoxalmente, os dados sobre a emigração de portugueses altamente qualificados apesar de “escassos, dispersos e incompletos” (Amaral & Marques, A., 2013), mostram que esta parece continuar a aumentar (Amaral & Marques, A., 2013; Castro, Tomé, & Carrara, 2015), e a capacidade de Portugal para atrair ou manter novos “cérebros” parece também estar a diminuir de forma preocupante como revelam as afirmações de Ana Delicado em entrevista concedida a Cláudia Pereira (2014, março 03), investigadoras do Observatório da Emigração (disponível em <http://www.observatorioemigracao.pt/np4/4035.html>, consultado em 05.08.2015)

¹³⁰ A Portaria n.º 165-B/2015, de 3 de junho (Diário da República, 1.ª série, N.º 107) reduziu o número de exames nacionais obrigatórios para dois, sendo que o acesso aos (novos) cursos técnicos superiores profissionais, a funcionarem em instituições superiores politécnicas, depende apenas das condições estabelecidas para o curso pela instituição.

participar”. Indo ao encontro do apelo feito por Roberto Carneiro num dos artigos¹³¹ que integra o *corpus*, mais do que nunca, considera-se importante a procura de pontos comuns aos diversos interesses no interior das divergências políticas ideológicas e conceptuais relativamente ao papel da educação na nossa sociedade, com vista a estabelecer um compromisso para a educação e particularmente para a educação de adultos que ultrapasse os ciclos governativos.

O terceiro aspeto prende-se com o papel dos média nos processos de regulação das políticas educativas. Parece-nos ter ficado evidente que os três jornais exerceram um importante papel de mediação e de mediatização da INO. Com efeito, na análise efetuada aos artigos publicados pelo C.M., pelo Expresso e pelo PÚBLICO, observou-se a presença do papel de mediação e de mediatização dos três jornais. Na verdade, tendemos a concordar com Pina (2007, p. 106) quando afirma que no processo de mediação há sempre interesses em jogo, pois a mediação implica a descodificação e a recodificação dos acontecimentos, das mensagens, enfim de tudo quanto é passível de ser noticiado por forma a tornar o mundo “inteligível” e “acelerar a sua transformação”. Além disso, uma vez mais parece ter-se observado o que Freitas (2013) afirma, ou seja, que

[...] o mito da imparcialidade ou da objetividade no jornalismo, não se sustenta. Porque de forma implícita, ou muitas vezes explícita, a ação jornalística resulta de direcionamentos político-ideológicos, que confirmam a subjetividade do trabalho midiático e denunciam a presença dos filtros jornalísticos na produção noticiosa. (p. 219)

Sendo assim, do nosso ponto de vista, os processos de mediação e de mediatização estão necessariamente interligados e coexistem numa relação dialética, em maior ou menor proporção, na forma como os jornalistas interpretam os assuntos e trabalham as problemáticas. Observe-se que a relação dos jornalistas com as suas fontes regulares, sejam elas governamentais ou outras fontes de elite, é complexa e de influência mútua (Bourdieu, 1998; Stack, 2010) e, portanto, estamos geralmente perante um processo complexo de relação de forças entre os média e outros campos sociais. Deste processo resultam efeitos das práticas dos agentes e o consequente reposicionamento hierárquico dos respetivos agentes nos seus campos de origem, como Rawolle (2010b) e Lingard e Rawolle (2004) sublinham.

A pesquisa aqui desenvolvida pretendeu contribuir para uma compreensão mais completa do papel dos média nos processos de regulação das políticas educativas. Por aprofundar ficaram algumas problemáticas que contribuiriam para um tratamento mais aprofundado da mediatização, da INO: por um lado, uma análise dos processos de construção das notícias que envolveram a INO e a forma como os jornalistas e atores no campo político interagiram com vista à construção da

¹³¹ Publicado no jornal Expresso a 03.06.2011.

imagem que foi apresentada; e, por outro, uma identificação dos mecanismos de aprendizagem envolvidos por parte dos jornalistas e dos *opinion makers* na construção da notícia ou da argumentação da opinião. De qualquer modo, ainda que esteja longe de ser um trabalho terminado, esta pesquisa revela a complexidade envolvida nos processos de construção das políticas educativas e sublinha a necessidade de se considerarem os meios de comunicação social como um ator importante quando se analisam as questões educativas.

Referências

- Afonso, A. J. (2001). A redefinição do papel do Estado e as políticas educativas. Elementos para pensar a transição. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (37), 33-48. Retirado de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0873-65292001000300003&script=sci_arttext
- Afonso, A. J. (2002a). O neoliberalismo educacional mitigado numa década de governação social-democrata. In L. C. Lima, & A. J. Afonso, *Reformas da educação pública. Democratização, modernização, neoliberalismo* (pp. 33-60). Porto: Edições Afrontamento.
- Afonso, A. J. (2002b). Políticas contemporâneas e avaliação educacional. In L. C. Lima, & A. J. Afonso, *Reformas da educação pública. Democratização, modernização, neoliberalismo* (pp. 111-127). Porto: Edições Afrontamento.
- Afonso, A. J., & Antunes, F. (2001). Educação, cidadania e competitividade: Questões em torno de uma nova agenda. *Cadernos de Pesquisa*, 113, 83-112. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a05n113.pdf>
- Almeida, A. P. (2011). *Avaliação da iniciativa "Novas oportunidades" numa escola secundária com 3º ciclo do distrito de Lisboa* (Tese de Doutoramento, Lisboa Instituto de Educação/Universidade de Lisboa). Retirado de <http://hdl.handle.net/10451/3413>
- Alves, M. G. (2010a). Aprendizagem ao longo da vida: Entre a novidade e a reprodução de velhas desigualdades. *Revista Portuguesa de Educação*, 23(1), 7-28. Retirado de http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=
- Alves, M. G. (2010b). A educação no contexto das sociedades e das políticas centradas na aprendizagem ao longo da vida: construção teórico-metodológica de um projecto de pesquisa. In M. G. Alves (Ed.), *Aprendizagem ao longo da vida e políticas educativas europeias: Tensões e ambiguidades nos discursos e nas práticas dos estados, instituições e indivíduos* (pp. 5-24). Monte da Caparica: UIED/FCT, Universidade Nova de Lisboa.
- Amaral, S., & Marques, A. P. (2013). Emigração portuguesa de profissionais altamente qualificados: Uma proposta de leitura a partir do discurso jornalístico e das perspetivas de atores envolvidos. Braga: CICS, Universidade do Minho. Retirado de <http://www.fes-web.org/uploads/files/modules/congress/11/papers/2211.pdf>
- Antunes, F. (2001). Os locais das escolas profissionais: Novos papéis para o Estado e a europeização das políticas educativas. In S. R. Stoer, L. Cortesão, & J. A. Correia (Orgs.), *Transnacionalização da educação* (pp. 163-208). Porto: Edições Afrontamento.
- Antunes, F. (2005). Globalização e europeização das políticas educativas: Percursos, processos e metamorfose. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 47, 125-143. Retirado de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/>
- Antunes, F. (2006). Governação e espaço europeu de educação: Regulação da educação e visões para o projecto "Europa". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (75), 63-93. Retirado de <http://rccs.revues.org/901>
- Araújo, V., Neto, P., Cheta, R., & Cardoso, G. (2009). Os jornalistas na sociedade em rede: Novos modelos de gatekeeping? In G. Cardoso, R. Espanha, & V. Araújo (Orgs.), *Da comunicação de massa à comunicação em rede* (pp. 69-99). Porto: Porto Editora.
- Avritzer, L., & Costa, S. (2004). Teoria crítica, democracia e esfera pública: Concepções e usos na América Latina. *Revista de Ciências Sociais*, 47(4), 703-728.

- Azevedo, J. (2003). Rendimento escolar nas escolas secundárias e nas escolas profissionais: Resultados de uma amostragem. *Revista Portuguesa de Investigação Educacional*, (2), 3-30. Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.14/3085>
- Ball, S. J. (1998). Big policies/small world: An introduction to international perspectives in education policy. *Comparative Education*, 34, 119-130. doi:10.1080/030500069828225
- Bardin, L. (2008). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.). Lisboa: Edições 70. (Original publicado em 1977)
- Barriga, A. C. (2007). *Média, política e opinião: Uma tríade complexa. Uma abordagem à opinião publicada em Portugal* (Tese de Doutoramento, Lisboa ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa). Retirado de <http://hdl.handle.net/10071/1381>
- Barroso, J. (2005a). O estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação & Sociedade- Revista de Ciências da Educação*, (26), 725-751.
- Barroso, J. (2005b). *Políticas educativas e organização escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Barroso, J. (2006). O estado e a educação. A regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In J. Barroso (Org.), *A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores* (pp. 41-70). Lisboa: Unidade de I&D de Ciências da Educação.
- Barroso, J., Carvalho, L. M., Fontoura, M., & Afonso, N. (2007). As Políticas Educativas como objecto de estudo e de formação em Administração Educacional. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 04, 5-20. Retirado de <http://sisifo.fpce.ul>
- Baumgartner, F. R., & Jones, B. D. (2009). *Agendas and instability in american politics* (2nd ed.). EUA: The University of Chicago Press.
- Bekkers, V., Beunders, H., Edwards, A., & Moody, R. (2011). New media, micromobilization, and political agenda setting: Crossover effects in political mobilization and media usage. *The Information Society*, 27(4), 209-219. doi:10.1080/01972243.2011.583812
- Benson, R., & Neveu, E. (2005). Introduction: Field theory as a work in progress. In R. Benson, & E. Neveu (Eds.), *Bourdieu and the journalistic field* (pp. 1-28). USA: Polity Press.
- Bilhim, J. (2008). Políticas Públicas e Agenda Política. *Revista de Ciências Sociais e Políticas*, (2), 99-121.
- Blackmore, J., & Thorpe, S. (2003). Media/ting change: the printmedia's role in mediating education policy in a period of radical reform in Victoria, Australia. *Journal of Education Policy*, 18(6), 577-595. doi:10.1080/0268093032000145854
- Bourdieu, P. (1998). *On television and journalism* (P. P. Ferguson, Trans.). London: Pluto Press. (Original work published in 1996)
- Bourdieu, P. (2000). *Esquisse d'une théorie de la pratique. Précédé de trois études d'ethnologie kabyle*. France: Éditions du Seuil. (La première édition a été publiée en 1972)
- Bourdieu, P. (2011). *The logic of practice* (R. Nice, Trans.). UK: Polity Press. (1st published in French as *Le sens pratique* 1980)
- Bourdieu, P. (2012). *Language and symbolic power* (G. Raymond & M. Adamson, Trans.). Cambridge, UK: Polity Press. (1st English translation in 1991)

- Bourdieu, P. (2005). The political field, the social science field, and the journalistic field. In R. Benson, & E. Neveu (Eds.), *Bourdieu and the journalistic field* (pp. 29-47). UK: Polity Press. (Originally a lecture delivered in Lyons, France, in 1995 entitled “Champ politique, champ des sciences sociales, champ journalistique”)
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. J. (2007). *An invitation to reflexive sociology*. UK: Polity Press. (1st published in 1992)
- Breton, P. (2006). *L'argumentation dans la communication* (4^e ed.). Paris: La Découverte.
- Brown, P., & Lauder, H. (1997). Education, globalization, and economic development. In A. H. Halsey, H. Lauder, P. Brown, & A. S. Wells (Eds.), *Education. Culture, Economy, Society* (pp. 172-192). New York: Oxford University Press. (1st printed in 1997)
- Canário, R. (1999). *Educação de adultos: Um campo e uma problemática*. Lisboa: Educa e Autor.
- Canário, R. (2006). Aprender sem ser ensinado. A importância estratégica da educação não formal. In L. Lima, J. A. Pacheco, M. Esteves, & R. Canário (Orgs.), *A educação em Portugal (1986-2006). Alguns contributos de investigação* (pp. 159-206). Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Retirado de <http://www.adcl.org.pt/observatorio/pdf/Aeducacaoem Portugal 1986 2006.pdf>
- Canário, R., Alves, N., Cavaco, C., & Marques, M. (2012, Jun). Iniciativa Novas Oportunidades: Genealogia de uma política de educação de adultos. Artigo apresentado no VII Congresso Português de Sociologia, Porto. Retirado de http://www.aps.pt/vii_congresso/?area=016&lg=pt
- Cardoso, A. S. (2008). *Os novos media, a blogosfera e algumas hipóteses sobre a agenda-setting* (Dissertação de Mestrado, Lisboa ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa). Retirado de <http://hdl.handle.net/10071/1695>
- Cardoso, G. (2009). Da comunicação de massa à comunicação em rede: Modelos comunicacionais e a sociedade de informação. In G. Cardoso, R. Espanha, & V. Araújo (Orgs.), *Da comunicação de massa à comunicação em rede* (pp. 15-66). Porto: Porto Editora.
- Carneiro, R., Valente, A. C., Liz, C., Lopes, H., Cerol, J., Mendonça, M. A., . . . Queiroz e Melo, R. (2010). *Iniciativa novas oportunidades: Resultados da avaliação externa (2009-2010)*. Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa (CEPCEP) da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: ANQ, I.P.
- Carvalho, A. (2000, Out). Discourse analysis and media texts: A critical reading of analytical tools. *Paper presented at the 33 International Conference on Logic and Methodology - International Sociology Associatio*, Köln, Germany. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/3137>
- Carvalho, É. R. (2011). *Globalização e emancipação: a educação para todos no quadro político do programa Novas Oportunidades de Portugal* (Dissertação de Mestrado, Lisboa Instituto de Educação/Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias). Retirado de <http://hdl.handle.net/10437/2697>
- Castells, M. (2005). A sociedade em rede: Do conhecimento à política. In M. Castells, & G. Cardoso (Eds.), *A sociedade em rede. Do conhecimento à acção política* (pp. 17-30). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da moeda.

- Castells, M. (2008). The new public sphere: Global civil society, communication networks, and global governance. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 616 (1), 78-93. doi:10.1177/0002716207311877
- Castro, A. M., Tomé, R. M., & Carrara, V. A. (2015). A emigração dos assistentes sociais portugueses: Faces do trabalho e do desemprego em tempos de crise e austeridade. *Serviço Social & Sociedade*, 95-124. Retirado de <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.015>
- Chartier, L. (2003). *Mesurer l'insaisissable. Méthode d'analyse du discours de press.* Canadá: Presses de l'Université du Québec.
- Cohen, J. L. (2010). Teachers in the news: a critical analysis of one US newspaper's discourse on education, 2006-2007. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 31(1), 105-119. doi:10.1080/01596300903465450
- Collins, P. A., Abelson, J., Pyman, H., & Lavis, J. N. (2006). Are we expecting too much from print media? An analysis of newspaper coverage of the 2002 Canadian healthcare reform debate. *Social Science & Medicine*, 63 (1), 89-102. doi:10.1016/j.socscimed.2005.12.012
- Comissão das Comunidades Europeias (2000). Memorando sobre aprendizagem ao longo da vida. Bruxelas. Retirado de https://infoeuropa.euroid.pt/opac/?func=service&doc_library=CIE01&doc_number=000033814&line_number=0001&func_code=WEB-FULL&service_type=MEDIA
- Correia, J. A., Stoleroff, A., & Stoer, S. (2012). A ideologia da modernização no sistema educativo em Portugal. *Educação, Sociedade e Culturas*, 37, 169-193. (Artigo apresentado originalmente em 1993, *Cadernos de Ciências Sociais*, 12(13), 25-51).
- Couldry, N. (2008). Mediatization or mediation? Alternative understanding of the emergent space of digital storytelling. *New Media & Society*, 10(3), 373-391. doi:10.1016/j.newmed.2008.08.014
- Creswell, J. W. (2007). *Qualitative inquiry and research design* (2nd ed.). London: Sage Publications.
- Dale, R. (2004). Globalização e educação: Demonstrando a existência de uma "Cultura Educacional Mundial Comum" ou localizando uma "Agenda Globalmente Estruturada para a Educação"? *Educação & Sociedade-Revista de Ciências da Educação*, 25(87), 423-460. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21464.pdf>
- Dale, R. (2008). Construir a Europa através de um espaço europeu da educação. *Revista Lusófona da Educação*, 11, 13-30. Retirado de <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n11/n11a02.pdf>
- Dale, R. (2009). Studying globalisation and europeanisation in education: Lisbon, the open method of coordination and beyond. In R. Dale, & S. Robertson (Eds.), *Globalisation & Europeanisation in Education* (pp. 121-140). Oxford: Symposium Books.
- Dale, R. (2010). A sociologia da educação e o Estado após a globalização. *Educação & Sociedade: Revista de Ciências da Educação*, (31), 1099-1120.
- Fairclough, N. (2010). *Discourse and social change.* UK: Polity Press. (1st published in 1992)
- Faustino, P. (2004). *A imprensa em Portugal: Transformações e tendências.* Lisboa: Media XXI/Formalpress.

- Fernandes, B. R. (2011). *A teoria clássica do gatekeeper e do newsmaking na rádio: O caso RDP*. (Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior). Retirado de https://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/13111/1/Tese_Bruno_Fernandes.pdf
- Ferree, M. M., Gamson, W. A., Gerhards, J., & Rucht, D. (2002). Four models of the public sphere in modern democracies. *Theory and Society*, 31(3), 289-324. doi:10.1023/A:1016284431021
- Figueiras, R. (2005). *Os comentadores e os media. Os autores das colunas de opinião*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Finger, M. (2005). A educação de adultos e o futuro da sociedade. In R. Canário, & B. Cabrito (Orgs.), *Educação e formação de adultos: Mutações e convergências* (pp. 15-30). Lisboa: Educa.
- Fontoura, M. M. (2008). Política e acção pública: Entre uma regulação centralizada e uma regulação multipolar. *Revista Portuguesa de Educação*, 21(2), 5-31. Retirado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v21n2/v21n2a02.pdf>
- Fragoso, A., & Guimarães, P. (2010). Is there still a place for social emancipation in public policies? Envisioning the future of adult education in Portugal. *European Journal for Research on the Educational and Learning of Adults*, 1(1-2), 17-31. doi: 10.3384/rela.2000-7426.rela0007
- Franklin, B. (2004). Education, education and indoctrination! Packaging politics and the three 'Rs'. *Journal of Education Policy*, 19(3), 255-270. doi:10.1080/0268093042000207601
- Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25/26, 56-80. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/466240>
- Freitas, A. F. (2013). Imprensa portuguesa constrói imagem negativa de profissão docente. *Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos*, 1(1), 207-222.
- Giddens, A. (2012). *O mundo na era da globalização* (S. Barata, Trad.) (8ª ed.). Lisboa: Editorial Presença. (Original publicado em 1999)
- Gomes, A. (2005, julho 10). Os exames dos que nunca foram meninos do liceu. *Revista Pública*, pp. 40-46.
- Gonçalves, T. (2010). Investigar em educação: Fundamentos e dimensões da investigação qualitativa. In M. G. Alves, & N. R. Azevedo (Eds), *Investigar em educação: Desafios da construção de conhecimento e da formação de investigadores num campo multi-referenciado*. Monte da Caparica: UIED/FCT, Universidade Nova de Lisboa.
- Gonçalves, V. (2005). *Nos bastidores do jogo político. O poder dos assessores*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Graber, D. (2003). The media and democracy: Beyond myths and stereotypes. *Annual Review of Political Science*, 6(1), 139-160. doi:10.1146/annurev.polisci.6.121901.085707
- Graff, H. J. (1987). *The legacies of literacy: continuities and contradictions in Western culture and society*. EUA: Indiana University Press.
- Groppa, L. A., & Martins, M. F. (2008). Terceira Via e políticas educacionais: Um novo mantra para a educação. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 24,(2), 215-233. Retirado de <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19251/11174>

- Guerra, I. C. (2006). *Participação e acção colectiva. interesses, conflitos e consensos*. Estoril: Príncipe Editora.
- Guimarães, P. (2009). Políticas públicas de educação de adultos em Portugal: Diversos sentidos para o direito à educação? *Rizoma freireano*, 3. Retirado de <http://www.rizoma-freireano.org/index.php/politicas-publicas>
- Guimarães, P. (2010). Educadores de adultos em Portugal: Políticas fragmentadas, identidades em mudança. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 18(69), 775-794. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n69/v18n69a07.pdf>
- Guimarães, P. (2012, Abr). A incerteza (expectável) dos tempos atuais. *SocEd 09*, 2-4. Retirado de <http://www.aps.pt/cms/imagens/ficheiros/FCH50c8db3766ff3.pdf>
- Hamilton, J. T. (2006). News that sells: Media competition and news content. *Japanese Journal of Political Science*, 8(1), 7-42. doi:10.1017/S14681099070002460
- Hansotte, M. (2008). *As inteligências cidadãs. Como se adquire e inventa a palavra colectiva* (F. Duarte, Trad.). Lisboa: Instituto Piaget. (Original publicado em 2005)
- Holford, J., & Špolar, V. M. (2012). Neoliberal and inclusive themes in European lifelong learning policy. In S. Riddell, J. Markowitsch, & E. Weedon (Eds.), *Lifelong learning in Europe: Equity and efficiency in the balance* (pp. 39-62). Bristol: The Policy Press.
- Jäger, S., & Maier, F. (2009). Theoretical and methodological aspects of Foucauldian critical discourse analysis and dispositive analysis. In R. Wodak, & M. Meyer (Eds.), *Methods of critical discourse analysis* (2nd ed.) (pp. 34-61). London: SAGE Publications.
- Kallen, D. (1996). Aprendizagem ao longo da vida em retrospectiva. *Revista Europeia de Formação Profissional*, 8, 9, 16-22. Retirado de www.cedefop.europa.eu/etv/.../8-9_pt_kallen.pdf
- Kingdon, J. W. (2011). *Agendas, alternatives, and public policies* (Update 2nd ed.). EUA: Pearson Education.
- Koopmans, R. (2004). Movements and media: Selection processes and evolutionary dynamics in the public sphere. *Theory and Society*, 367-391. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/41446877>
- Lascombes, P., & Le Galès, P. (2009). *Sociologie de L'Action Publique*. Paris: Armand Colin.
- Lemos, V., & Serrão, A. (2015). O impacto do PISA em Portugal através dos média. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (78), 87-104. doi:10.7458/SPP2015783310
- Levin, B. (2004). Media-government relations in education. *Journal of Education Policy*, 19(3), 271-283. doi:10.1080/0268093042000207610
- Lima, L. (2005). A educação de adultos em Portugal (1974-2004). In R. Canário, & B. Cabrito (Orgs.), *Educação e formação de adultos: Mutações e convergências* (pp. 31-60). Lisboa: Educa.
- Lima, L. C. (2008). A "escola" como categoria na pesquisa em educação. *Educação Unisinos*, 12(2), 82-88. Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/11722>

- Lima, L. (2010). A Educação faz tudo? Crítica ao pedagogismo na "sociedade da aprendizagem". *Revista Lusófona de Educação*, (15), 41-54. Retirado de http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502010000100004&lng=pt&nrm=iso
- Lima, L. C. (2011). *A educação na República*. Braga: Profedições.
- Lima, L. C., & Afonso, A. J. (2002). *Reformas da educação pública. Democratização, modernização, neoliberalismo*. Porto: Edições Afrontamento.
- Lingard, B., & Rawolle, S. (2004). Mediatizing educational policy: The journalistic field, science policy, and cross-field effects. *Journal of Education Policy*, 19(3), 361-380. doi:10.1080/0268093042000207665
- Lopez-Escobar, E., Llamas, J. P., McCombs, M., & Lennon, F. R. (1998). Two levels of agenda setting among advertising and news in the 1995 spanish elections. *Political Communication*, 15(2), 225-238. doi:10.1080/10584609809342367
- Lubenow, J. A. (2010). Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas. Modelo teórico e discursos críticos. *Kriterion: Revista de Filosofia*, 51(121), 227-258. Retirado de <http://www.scielo.br/pdf/kr/v51n121/12.pdf>
- Marques, M. C. (2010). *Entre Bruxelas e Lisboa: A europeização das políticas educativas no Programa Novas Oportunidades* (Dissertação de Mestrado Lisboa Instituto de Educação/Universidade de Lisboa). Retirado de <http://hdl.handle.net/10451/3134>
- Mazzoleni, G., & Schulz, W. (1999). "Mediatization" of politics: A challenge for democracy? *Political Communication*, 16(3), 247-261. doi: 10.1080/105846099198613
- McCombs, M. (1997). Building consensus: The news media's agenda-setting roles. *Political Communication*, 14(4), 433-443. doi: 10.1080/105846097199236
- McCombs, M. (2002, June). The agenda-setting role of the mass media in the shaping of public opinion. *Paper presented at the Mass Media Economics 2002 Conference*, London School of Economics. Retirado de <http://sticerd.lse.ac.uk/dps/extra/McCombs.pdf>
- McCombs, M. (2009). *A teoria da agenda. A mídia e a opinião pública* (J. A. Wainberg, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 2004)
- Melo, A. (2003). *Em Portugal: uma nova vontade política de relançar a educação e formação de adultos?* Obtido de <http://26reuniao.anped.org.br/outrostextos/sealbertomelo.rtf>
- Melo, A. (2005). Formação de adultos e desenvolvimento local. In R. Canário, & B. Cabrito (Orgs.), *Educação e formação de adultos: Mutações e convergências* (pp. 97-113). Lisboa: Educa.
- Melo, M. P. (2005). Os circuitos da reflexividade mediatizada: Apresentação de dados preliminares. *Análise Social*, 40(176), 595-617. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/41012167>
- Melo, M. B. (2009). *Os professores do ensino secundário e os rankings escolares: Reflexos da reflexividade mediatizada*. V. N. Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Morgan, D. (2011). Mediation or mediatisation: The history of media in the study of religion. *Culture and Religion*, 12(2), 137-152. doi:10.1080/14755610.2011.579716

- MTSS, & ME. (s.d.). *Novas Oportunidades. Iniciativa no âmbito do plano nacional de emprego e do plano tecnológico*. Retirado de http://www.oei.es/quipu/portugal/novas_oportunidades.pdf
- Natal, A. P. (2011). Entre os problemas públicos e a agenda política. O papel dos opinion makers em torno do novo modelo de avaliação de desempenho docente (2007-2009). (Dissertação de Mestrado. Lisboa Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas/Universidade de Lisboa). Retirado de <http://hdl.handle.net/10400.5/3537>
- Neves, C. (2010). Aprendizagem ao longo da vida: Das orientações comunitárias às estratégias de cinco Estados-membros. In M. G. Alves (Ed.), *Aprendizagem ao longo da vida e políticas educativas europeias: Tensões e ambiguidades nos discursos e nas práticas de estados, instituições e indivíduos* (pp. 53-74). Monte da Caparica: UIED/FCT, Universidade Nova de Lisboa.
- Nóvoa, A. (1995). Modèles d'analyse en éducation comparée: Le champ et la carte. 1-55. Retirado de <http://hdl.handle.net/10451/676>
- Nóvoa, A. (2009). Educación, 2021: Para una história del futuro. *Revista Iberoamericana de Educación*, (49), 181-199. Retirado de <http://www.rieoei.org/rie49a07.pdf>
- Nóvoa, A. (2013). The blindness of Europe: New fabrications in the european educational space. *Sisyphus-Journal of Education*, 1(1), 104-123. Retirado de <https://revistas.rcaap.pt/index.php/sisyphus/article/view/2832>
- Pacheco, J. A. (2001). *Currículo: Teoria e práxis* (3ª ed. atualizada). Porto: Porto Editora.
- Pacheco, J. A. (2009). Processos e práticas de educação e formação. Para uma análise da realidade portuguesa em contextos de globalização. *Revista Portuguesa de Educação*, 22(1), 105-143. Retirado de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S0871-91872009000100006&script=sci_arttext
- Palma, J. B., Pedro, J. C., Hespanha, M. C., Boal, M. E., Serrano, M. F., Damião, M. J., . . . Mourão, M. S. (2003). *Relatório sobre o sistema educacional de Portugal*. OEI-Ministério da Educação de Portugal, Madrid. Retirado de www.oei.es/quipu/portugal/index.html
- Paquete de Oliveira, J. M. (2014, abril 06). As cartas dos leitores. *Jornal Público*, p. 55.
- Parsons, W. (1995). *Public policy. An introduction to the theory and practice of policy analysis*. UK: Edward Elgar Publishing.
- Pereira, C., Godinho, R., Estevão, P., Calado, A., Santos, F., Pereira, T., & Neves, A. (2011). *Estudo de avaliação externa dos percursos pós-formação dos diplomados de cursos profissionais no contexto da expansão desta oferta no sistema nacional de qualificações*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos. Lisboa: ANQ. Retirado de <http://www.anqep.gov.pt/default.aspx>
- Perelman, C., & Olbrechts-Tyteca, L. (2008). *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique* (6ª ed.). Belgique: Editions de l'Université de Bruxelles.
- Peroni, V. M., Oliveira, R. T., & Fernandes, M. D. (2009). Estado e terceiro setor: As novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. *Educação & Sociedade-Revista de Ciências da Educação*, 30(108), 761-778.
- Pina, A. (2007). A imprensa escrita e a mediatização das políticas educativas. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, (4), 103-111. Retirado de <http://sisifo.fpce.ul.pt>

- Pinto, J. M. (1994/1996). Dinâmicas multiculturais: Novas faces, outros olhares. *Artigo apresentado no III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais* (1994), (pp. 95-98). Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa.
- Pinto, J. M. (2007). Para um retorno ao conceito de «maîtrise symbolique». In J. Madureira Pinto, & V. Borges Pereira (Orgs.), *Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal* (pp. 31-49). Porto: Edições Afrontamento.
- Pires, A. L. (2002). *Educação e formação ao longo da vida: Análise crítica dos sistemas e dispositivos de reconhecimento e validação de aprendizagens e de competências* (Tese de Doutoramento, Monte da Caparica, Faculdade de Ciências e Tecnologia/Universidade Nova de Lisboa).
- Pires, A. L. (2007). Reconhecimento e validação das aprendizagens experienciais. Uma problemática educativa. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação*, (2), 5-20. <http://sisifo.fpce.ul.pt>
- Pires, A. L. (2010a). Competências. In A. O. Neves (Coord.), *Cadernos sociedade e trabalho* (pp. 51-65). Lisboa: MTSS/Gabinete de Estratégia e Planeamento.
- Pires, A. O. (2010b). Reconhecimento e validação de competências. Políticas, teorias e práticas. In *Cadernos Sociedade e Trabalho*, nº XIII. Lisboa: MTSS/Gabinete de Estratégia e Planeamento.
- Queiroz, M. C. (2007). A teoria das classes sociais em Bourdieu: Primado das relações de concorrência sobre as de subversão. Qual o efeito social desta teoria? In J. Madureira Pinto, & V. Borges Pereira (Orgs.), *Pierre Bourdieu. A teoria da prática e a construção da sociologia em Portugal* (pp. 59-90). Porto: Edições Afrontamento.
- Quivy, R., & Van Campenhout, L. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (J. M. Marques, M. A. Mendes, & M. Carvalho, Trad.) (5ª ed.). Lisboa: Gradiva. (Original publicado em 1995)
- Ramalhal, J. C. (2010). *O centro Novas Oportunidades do centro de formação profissional de Leiria: Um percurso condicionado*. (Projeto de Mestrado, Lisboa Instituto de Educação/Universidade de Lisboa). Retirado de <http://hdl.handle.net/10451/2717>
- Rawolle, S. (2005). Cross-field effects and temporary social fields: A case study of the mediatization of recent Australian knowledge economy policies. *Journal of Education Policy*, 20(6), 705-724. doi:10.1080/02680930500238622
- Rawolle, S. (2010a). Understanding the mediatization of educational policy as practice. *Critical Studies in Education*, 51(1), 21-39. doi:10.1080/17508480903450208
- Rawolle, S. (2010b). Practice chains of production and consumption: Mediatized practices across social fields. *Discourse: Studies in the Cultural Politics of Education*, 31(1), 121-135. doi:10.1080/01596300903465468
- Rawolle, S., & Lingard, B. (2008). The sociology of Pierre Bourdieu and researching education policy. *Journal of Education Policy*, 23(6), 729-741. doi:10.1080/02680930802262700
- Reis, C. A. (2010). Vontade geral e decisão coletiva em Rousseau. *Trans/Form/Ação*, 33(2), 11-34. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732010000200003>

- Ribeiro, F. F. (2013). *A participação dos cidadãos nos média portuguesas: Estímulos e constrangimentos* (Tese de Doutoramento, Braga Instituto de Ciências Sociais/Universidade do Minho). Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/27212>
- Rodrigues, M. L. (2010). *A escola pública pode fazer a diferença*. Coimbra: Edições Almedina.
- Rogers, A. (2004). *Non-formal education. Flexible schooling or participatory education?* The University of Hong Kong, China: Kluwer Academic Publishers.
- Rönnerberg, L., Lindgren, J., & Segerholm, C. (2012). In the public eye: Swedish school inspection and local newspapers: exploring the audit-media relationship. *Journal of Education Policy*, 178-197. doi:10.1080/02680939.2012.701668
- Sabatier, P. A. (2007). The need for better theories. In P. A. Sabatier (Ed.), *Theories of the policy process* (pp. 3-17). EUA: Westview Press.
- Sabatier, P. A., & Weible, C. M. (2007). The advocacy coalition framework: Innovations and clarifications. In P. A. Sabatier (Ed.), *Theories of the policy process* (pp. 189-220). EUA: Westview Press.
- Sanli, S. (2011). Public Sphere and symbolic power: 'Woman's voice' as a case of cultural citizenship. *Cultural Sociology*, 5(2), 281-299. doi:10.1177/1749975510379965
- Santos, B. S. (2001). Os processos da globalização. In B. S. Santos (Org.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?* (3ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.
- Scheufele, D. A. (1999). Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, 49(1) 103-122. doi: 10.1111/j.1460-2466.1999.tb02784.x
- Scheufele, D. A., & Tewksbury, D. (2007). Framing, agenda setting, and priming: The evolution of three media effects models. *Journal of Communication*, 57(1), 9-20. doi:10.1111/j.1460-2466.2006.00326.x
- Schudson, M. (2002). The news media as political institutions. *Annual Review of Political Science*, 5(1), 249-269. doi: 10.1146/annurev.polisci.5.111201.115816
- Schulz, W. (2004). Reconstructing mediatization as an analytical concept. *European Journal of Communication*, 19(1), 87-101. doi:10.1177/0267323104040696
- Seixas, A. M. (2001). Políticas educativas para o ensino superior: A globalização neoliberal e a emergência de novas formas de regulação estatal. In S. R. Stoer, L. Cortesão, & J. A. Correia (Orgs.), *Transnacionalização da educação: Da crise da educação à "educação" da crise* (pp. 211-238). Porto: Edições Afrontamento.
- Serra, F. H. (2006). Espaço público europeu e educação para os media: A experiência transnacional de um projecto europeu comenius. *Revista Proformar Online*, (17). Retirado de www.proformar.org/revista/educacao_17/pag_8.htm, em 02.12.2010.
- Serra, F. H., & Natal, A. P. (2012). Cent mille enseignants descendent dans la rue! L'évaluation des enseignants au coeur d'un conflit social au Portugal. *Spirale. Revue de Recherches en Éducation*, (49), 173-187.
- Shoemaker, P. J., & Vos, T. P. (2011). *Teoria do gatekeepin: Seleção e construção da notícia* (V. Nickel, Trad.). Porto Alegre: Penso. (Original publicado em 2009)

- Silva, A. J. (2006). *Os diários generalistas portugueses em papel e online*. Viseu: Livros Horizonte.
- Silva, M. T. (2007). *A voz dos leitores na imprensa: Um estudo de caso sobre as «Cartas ao Director» no jornal Público*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Silveirinha, M. J. (2004). *Identidades, media e política. O espaço comunicacional nas democracias liberais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Stack, M. L. (2010). Spin as symbolic capital: The fields of journalism and education policy-making. *International Journal of Leadership in Education*, 13(2), 107-119. doi:10.1080/13603120903121721
- Stoer, S., Stoleroff, A., & Correia, J. A. (1990). O novo vocacionalismo na política educativa em Portugal e a reconstrução da lógica da acumulação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (29), 11-53.
- Strömbäck, J. (2011). Mediatization and perception of the media's political influence. *Journalism Studies*, 12(4), 423-439. doi: 10.1080/1461670X.2010.523583
- Strömbäck, J. (2013). Mediatization of politics. Toward a conceptual framework for comparative research. In E. P. Bucy, & R. L. Holbert (Eds.), *The sourcebook for political communication research. Methods, measures, and analytical techniques* (pp. 367-382). EUA: Taylor & Francis.
- Tan, Y., & Weaver, D. H. (2010). Media bias, public opinion, and policy liberalism from 1956 to 2004: A second-level agenda-setting study. *Mass Communication and Society*, 13(4), 412-434. doi:10.1080/15205430903308476
- Teodoro, A. (2001). Organizações internacionais e políticas educativas nacionais: A emergência de novas formas de regulação transnacional, ou uma globalização de baixa intensidade. In S. R. Stoer, L. Cortesão, & J. A. Correia (Orgs.), *Transnacionalização da educação: Da crise da educação à "educação" da crise* (pp. 126-161). Porto: Edições Afrontamento.
- Teodoro, A., & Estrela, E. (2010). Curriculum policy in Portugal (1995-2007): Global agendas and regional and national reconfigurations. *Journal of Curriculum Studies*, 42(5), 621-647. doi:10.1080/00220271003735728
- Thomas, S. (2002). Contesting education policy in the public sphere: Media debates over policies for the Queensland school curriculum. *Journal of Education Policy*, 17(2), 187-198. doi:10.1080/02680930110116525
- Thomas, S. A. (2009). Newspapers on education policy: Constructing an authoritative public voice on education. In S. A. Thomas, R. Fitzgerald, & W. Hounsley (Eds.), *Media, policy and interaction* (pp. 205-223). Retirado de <http://www.researchgate.net/publication/42622270>
- UNESCO (1976). *Actas de la conferencia general: Resoluciones* (1). Nairobi. Retirado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114038S.pdf>
- Ungerleider, C. (2006). Government, neo-liberal media, and education in Canada. *Canadian Journal of Education/Revue canadien de l'éducation*, 29 (1), 70-90. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/20054147>
- Uscinski, J. E. (2009). When does the public's issue agenda affect the media's issue agenda (and vice-versa)? Developing a framework for media-public influence. *Social Science Quarterly*, 90(4), 796-815.

- Van Dijk, T. A. (2009). *Discurso y poder: Contribuciones a los Estudios Críticos del Discurso* (A. Bixio, Trad.). Barcelona: Editorial Gedisa .
- Vieira, S. M. (2012). *Aprendizagem ao longo da vida na Iniciativa Novas Oportunidades: Entre a igualdade e a desigualdade rumo ao ensino superior: Um estudo de caso na região Norte de Portugal* (Dissertação de Mestrado, Graga Universidade do Minho/Instituto de Educação). Retirado de <http://hdl.handle.net/1822/23967>
- Vilão, J., Proença, C., & Ramos, F. (2004). *Sistema educativo português: Situação e tendências*. Lisboa: GIASE.
- Wacquant, L. (2007). Esclarecer o habitus. *Educação & Linguagem*, 10(16), 63-71. Retirado de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/126/136>
- Wodak, R., & Meyer, M. (2009). Critical discourse analysis: History, agenda, theory and methodology. In R. Wodak, & M. Meyer (Eds.), *Methods of critical discourse analysis* (2nd ed.), (pp. 1-33). London: Sage Publications.
- Wolf, M. (1985/2009). *Teorias da Comunicação* (M. J. Figueiredo, Trad.) (10^a ed.). Lisboa: Editorial Presença. (Original publicado em 1985)

Anexo A

Constituição do *corpus* de pesquisa por ano de publicação, género e jornal

Jornal Expresso										
Género	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Carta de leitores	-	-	-	1	2	1	1	1	2	8
Opinião de <i>opinion makers</i>	-	1	2	1	1	1	8	6	2	22
Entrevista	1	-	-	1	1	2	-	-	-	5
Reportagem	-	-	1	1	-	-	-	3	-	5
Notícia Breve	-	-	1	-	2	-	-	1	-	4
Notícia	-	-	4	3	7	6	5	4	-	29
Total	1	1	8	7	13	10	14	15	4	73

Jornal C.M.										
Género	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Carta de leitores	-	1	1	1	-	3	4	1	-	11
Opinião de <i>opinion makers</i>	-	-	-	-	-	1	5	1	-	7
Entrevista	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Reportagem	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Notícia Breve	-	-	2	1	1	-	3	2	-	9
Notícia	-	5	10	7	4	5	7	6	3	47
Total	1	7	13	9	5	9	20	10	3	77

Jornal Público										
Género	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Carta de leitores	-	-	6	1	3	1	5	3	-	19
Opinião de <i>opinion makers</i> e editorias	2	-	5	8	5	6	7	7	4	44
Entrevista	-	-	-	4	1	1	1	-	-	7
Reportagem	-	-	-	2	5	4	1	1	-	13
Notícia Breve	-	-	1	-	2	2	-	2	-	7
Notícia	7	7	18	22	23	16	17	11	7	128
Total	9	7	30	37	39	30	31	24	11	218

Anexo B

Temas centrais, temas enquadradores e respetivas categorias, e agentes citados ou referidos

Temas centrais do artigo

	Categoria de conteúdo	Código	Descrição
Temas centrais do artigo: Acontecimentos/situações em torno dos quais é abordada a INO	INO	1.1	Notícia breve ou opinião exclusivamente sobre a INO.
	Educação	1.2	Educação, políticas educativas, medidas de política educativa, orçamento da educação, crítica ou opinião sobre política(s) educativa(s), divulgação/análise/opinião/crítica/debate sobre estudos ou relatórios nacionais ou internacionais realizados no âmbito da Educação, encontros e conferências.
	Plano Tecnológico (PT); Plano Nacional de Ação para o Crescimento e Emprego (PNACE); Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS); Plano Nacional de Emprego (PNE)	1.3	Balanços e ações do Governo diretamente relacionados com estes projetos e outros de âmbito socioeconómico, de alguma forma ligados à educação. Funcionamento empresas, empregabilidade, parcerias, adesão à INO e questões socioeconómicas Afetação de verbas, situações relacionadas com computadores, Magalhães e e-escolinhas, conferências, debates ou encontros no âmbito de projetos socioeconómicos.
	Eventos	1.4	Comunicações, encontros ou itinerários de figuras de Estado, cerimónias no âmbito do estabelecimento de parcerias, entrega de diplomas, abertura de ano letivo, (âmbito de) lançamento de um livro.
	Manifestações e Conflitos	1.5	Situações que envolvem formas de protesto ou reivindicação de direitos por parte de setores da população, situações que envolvem polémica entre duas partes.
	Eleições e políticas partidárias	1.6	Campanha eleitoral, programas dos partidos, resultados, opiniões, expectativas ou eventos quer no âmbito de um processo eleitoral quer como prática dos partidos políticos.
	Governança	1.7	Divulgação, análise ou crítica ao Governo, em termos de prioridades, estratégia, eficácia ou eficiência, eventualmente do ponto de vista do próprio Governo.
	Enquadramentos diversos	1.8	O artigo tem por base situações que não se enquadram nos temas supra referidos.

Temas enquadradores e respetivas categorias e descrição

Tema enquadrador	Categoria de conteúdo	Código	Descrição
INO: A Política	Problema	2.1	Diagnósticos, informações, referências ao défice de qualificação da população portuguesa, abandono escolar, insucesso, situações específicas de baixos índices de escolaridade que pressupõem uma necessidade de atuação em conformidade.
	Agenda política	2.2	Referências à agenda decisional em termos de aceitação do problema e procura de resolução face à necessidade de dar prioridade à qualificação dos portugueses e melhoria dos níveis de sucesso.
	Modelo/Programa INO	2.3	Referências ao modelo adotado (programa) sem que seja perceptível a distinção entre os dois eixos.
	Eixo Jovem	2.4	Conteúdo, destinatários, medidas, locais de funcionamento, público- -alvo (ainda que referido em casos particulares, como exemplo).
	Eixo Adultos	2.5	Conteúdo, locais de funcionamento, público-alvo (ainda que referido em casos particulares, como exemplo).
	Intencionalidades – função económica	2.6	Associações da INO à empregabilidade, inovação e competitividade, modernização dos serviços e requalificação profissional.
	Intencionalidades – função democrática	2.7	Associações da INO ao desempenho de uma função democrática, de transformação social e de mobilidade social
	Intencionalidades – função de desenvolvimento pessoal	2.8	Associações da INO ao desempenho de uma função de emancipação, desenvolvimento pessoal, inclusão e melhoria da autoestima.
	Intencionalidades – Melhoria dos níveis de abandono escolar e de insucesso	2.9	INO encarada com vista à qualificação de técnicos, ao desenvolvimento académico, melhoria dos níveis de abandono escolar e de insucesso.
	Objetivos operacionais e Metas	2.10	Referências aos objetivos ou metas estabelecidas ou a atingir.
INO: Implementação/Operacionalidade	Recursos humanos e estruturas orgânicas	3.1	Coordenação, técnicos e formadores, agências que a tutelam.
	Recursos materiais e financeiros	3.2	Afetação de verbas à INO, reestruturações, apoios à implementação da INO, (custos/investimento associados ao acesso à internet ou à aquisição de computadores pessoais para os formandos e formadores).
	Protocolos	3.3	Referências ao estabelecimento de protocolos, funcionamento de parcerias no âmbito da INO. Casos particulares de adesão à INO (e.g., implementação de CNO no seio de empresas).
	Diplomas/computadores	3.4	Divulgação de cerimónias de entrega de diplomas, de distribuição de computadores que incluam como destinatários alunos ou formandos da INO.
	Anúncios/Campanhas e ações governamentais de divulgação e acompanhamento	3.5	Ações empreendidas por José Sócrates e outros membros do Governo no processo de acompanhamento e divulgação (de medidas e resultados) da INO. Inclui referências ao uso da INO como propaganda/bandeira e ações que sejam consideradas pelo autor como forma de dar visibilidade à política em referência ou percecionadas como políticas simbólicas.
	Monitorização de indicadores quantitativos da INO	3.6	Referências aos níveis de adesão, ainda que em situações particulares, ou ao nível de cumprimento das metas e melhoria de resultados. Número de CNO existentes ou a abrirem.
	Alterações—XVII e XVIII Governo	3.7	Alterações empreendidas durante o período de governação do XVII e XVIII Governo Constitucional, nomeadamente o público-alvo, ou referência ações consideradas com a atingir as metas e os objetivos.

Temas enquadradores do discurso e respetivas categorias e descrição (continuação)

Tema enquadrador	Categoria de conteúdo	Código	Descrição
INO: Avaliação e Alterações	Avaliação—Processo	4.1	Referências à necessidade de avaliar a INO, resultados da avaliação efetuada, informações ou críticas sobre o processo de avaliação implementado, em curso, ou a implementar;
	Sinalização de efeitos no emprego e na empregabilidade	4.2	Efeitos percecionados na empregabilidade, na melhoria das condições de vida/trabalho e progressão na carreira. Referências a incentivos à empregabilidade de diplomados pela INO.
	Sinalização de benefícios pessoais	4.3	Efeitos percecionados da INO na vida pessoal, melhoria da autoestima, e emancipação das pessoas, e capacitação para uma aprendizagem contínua.
	Sinalização de benefícios sociais	4.4	Referências aos efeitos percecionados na transformação social, na inclusão e na promoção do exercício de uma cidadania ativa.
	Juízos acerca do valor e do mérito da INO.	4.5	Valores como, eficácia, eficiência, relevância, pertinência, justiça, competência, rigor, exigência; facilitadora de estatísticas, forma fácil de obtenção de certificação.
	Alterações—XIX Governo	4.6	Alterações de: (a) posicionamento do Governo perante o problema de qualificação dos portugueses, (b) agenda decisional, (c) no programa INO, (d) estrutura orgânica, (e) coordenação, e (f) normativos associados à INO.
	Efeitos/impacto das alterações efetuadas pelo XIX Governo	4.7	Efeitos ou impacto percecionado sobre as alterações, relacionadas com a INO, implementadas pelo XIX Governo ou que pretende implementar.

Agentes referidos ou citados pelo autor do artigo

Atores e Instituições referenciados no excerto	Código
Presidente da República, Parlamento, Assembleia da República, Comissões, Deputados, Conselho de Estado	5.1
Primeiro-ministro, Governo	5.2
Ministros/ Ministérios, outros atores governamentais	5.3
Partidos Políticos, Políticos	5.4
Portugal, Estado, Portugueses, Pessoas	5.5
Empresas públicas, Empresas privadas e respetivos representantes.	5.6
Países Europeus e outros, Organizações mundiais: UE/OCDE/UNESCO/... e respetivos representantes	5.7
Agências, Institutos Públicos, Direções Regionais, GNR, Exército, e respetivos diretores ou representantes	5.8
Escolas, CNO, Câmaras Municipais, Universidades e respetivos diretores, presidentes ou coordenadores	5.9
Associações, Grupos de interesse (não partidários), Sindicatos, Cooperativas, Confederações, Fundações, Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior, Conselho Nacional de Educação e respetivos representantes	5.10
Figuras públicas não governamentais não incluídas nos outros itens, Académicos	5.11
Professores, Técnicos, Formadores	5.12
Alunos, Jovens, Estudantes, Crianças	5.13
Formandos, Adultos	5.14
Trabalhadores, Desempregados, População ativa, Colaboradores, Funcionários	5.15
Outros atores anónimos do público	5.16
Outros	5.17

Anexo C

Análise textual efetuada a dois artigos de *opinion makers* e a uma entrevista

Artigo I

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo do género jornalístico *opinião*, publicado no jornal Público, a uma terça-feira, 22.05.2007, e o seu autor é Santana Castilho, *opinion maker* que à data mantinha neste diário uma coluna de opinião quinzenal e publicada às segundas-feiras sobre educação. Surge na página 43 (em 44), na secção *Espaço Público*; tem 660 palavras, ocupa dois terços de uma página inteira; na mesma página encontra-se com uma coluna de opinião de outro autor e sobre assuntos que não dizem respeito à Educação. O artigo contém: uma foto de uma sala de aula, sem legenda; uma foto tipo passe do autor; e, uma caixa de texto destacada a vermelho.

O título recorre a uma citação contida na parte final da obra *Os Maias*, de Eça de Queirós, proferida pela personagem *Ega* num diálogo com o seu amigo *Carlos*: “falhamos a vida, menino!”; com esta expressão o autor parece procurar estabelecer uma analogia entre a política de José Sócrates para a educação e o movimento académico de Coimbra, designado *Geração de 70* do século XIX, o qual foi criado por Antero de Quental, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, entre outros intelectuais da época que pretendiam renovar a vida política e cultural do país e assim mudar a sociedade. Note-se que este grupo a que Eça de Queirós se juntou em 1889 gerou bastante polémica e acabou por não conseguir prosseguir com os seus ideais, auto intitulado-se “os vencidos da vida”.

Por sua vez, o antetítulo, “As Novas Oportunidades, tiradas da cartola com alarido, não são conceito recente”, recorre a duas metáforas, sendo uma delas explicada na própria frase tendo em vista a reforçar a ideia de que a INO não traz novidade. Quer o antetítulo quer o título voltam a ser referidos no texto e contextualizados, pelo que voltar-se-á, num outro ponto mais adiante, a falar destas duas frases.

O autor assina o texto como *Professor do ensino superior*. A sua assinatura institucional, apesar de não referir a instituição, mostra que se trata de um autor com capital escolar e cultural, aspeto que atribui valor social à opinião que emite e, por conseguinte, confere, logo à partida, maior credibilidade à argumentação.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são a estratégia de governação e o eixo-Adultos do programa INO. Como temas secundários surgem a adesão dos portugueses a esta Iniciativa e as alterações introduzidas na forma de ingresso ao ensino superior.

3. Os agentes

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são José Sócrates, Primeiro-ministro do XVII Governo Constitucional e Mariano Gago, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e, embora implicitamente, o XVII Governo.

4. Linguagem e retórica

O autor utiliza uma linguagem conotativa quer nas opiniões que formula quer na respetiva argumentação, pois personaliza as questões, faz perguntas a que responde, envolve o leitor nos seus argumentos, faz dos seus os nossos argumentos, recorre a metáforas, faz analogias, estabelece associações e utiliza com frequência palavras e expressões num sentido figurado. As seguintes expressões apesar de retiradas do (con)texto, de certa forma ilustram o que se acabou de afirmar: “[...] tiram da cartola [...]”, “[...] com alarido [...]”, “[...] não há milagres [...]”, “[...] a maturidade e o esforço poderão compactar cinco anos [...]”, “[...] engrossar estatísticas [...]”, “[...] um bidé não equivale a resolver uma equação matemática [...]”, “[...] queimar etapas [...]”, “[...] ‘esquerda moderna’ [...]”, “[...] oportunidades com que Sócrates julga salvar a pátria [...]”, “[...] entrar na galeria dos reformadores [...]”, “[...] Todos sabemos porquê [...]”. Repare-se que algumas expressões são lugares comuns que reforçam a função apelativa da argumentação. Observa-se, ainda, que o autor utiliza cinco vezes o conceito de *conhecimento*, e apenas uma vez o de *competências*.

5. Estratégias discursivas

O autor manifesta uma opinião bastante desfavorável sobre a INO construindo um quadro argumentativo onde se destacam essencialmente duas grandes preocupações: (a) a adesão da população portuguesa à INO e os motivos que na sua opinião lhe estão subjacentes, (b) os objetivos visados no eixo-Adultos e a política do Primeiro-ministro.

Santana Castilho aborda a primeira questão dizendo-se impressionado [surpreendido ?] com a quantidade de portugueses que se pretendem inscrever na INO, pois notícias recentes da imprensa sobre resultados de um inquérito europeu mostravam que os portugueses pouco valorizavam a formação ao longo da vida. Nota-se que esta introdução começa por remeter para uma entidade europeia cuja origem não surge concretamente especificada; questionados sobre o eventual motivo subjacente a esta omissão, que se assumiu como intencional, considerou-se plausível qualquer das situações seguintes ou até ambas: o autor apela ao facto de ser uma entidade exterior a Portugal e portanto independente, conferindo, só por si, mais a confiança aos resultados, ou o autor supõe que o seu auditório é conhecedor dos processos de regulação transnacional da Educação.

De seguida, Santana Castilho interroga o leitor acerca do motivo que levou a tão grande adesão à INO. Trata-se de uma pergunta de retórica pois o autor não espera uma resposta; pelo contrário, cria uma espécie de cenário hipotético onde dialoga com o leitor levando-o a olhar para a

questão que coloca e a notar que se trata de um problema merecedor de atenção, devendo, no entanto, ser encarado de um ângulo específico. Deste modo, consegue persuadir mais eficazmente o leitor para o seu ponto de vista. Esta encenação é, aliás, assumida pelo próprio autor quando pergunta “[...] que terá acontecido, para tão grande mudança de atitude, em tão escasso tempo?” e, em resposta, argumenta: “Da multiplicidade de factores que integram uma possível resposta, destaca-se o oportunismo e a leviandade com que se procura popularizar e facilitar o que suporia trabalho acrescido e sacrifício pesado”. Repare-se que o Santana Castilho não sente necessidade de explicitar o autor da estratégia que refere, pois do seu ponto de vista, é evidente para o seu público a entidade a quem se está a reportar. O autor mostra assim que não está a falar para um público, mas está a *dialogar* com um público que partilha com ele um conjunto de ideias e de valores.

Na passagem seguinte Santana Castilho foca essencialmente dois aspetos que importam destacar: “As Novas Oportunidades, que estes senhores tiraram da cartola com alarido, não são conceito recente, tão só rebaptismo duma iniciativa que remonta ao próprio Estado Novo. Lembram-se da ‘educação de adultos’ e da ‘educação permanente’?”. O primeiro prende-se com a publicidade feita pelo Governo, a quem se refere por “estes senhores”, vista aqui mais como propaganda do que no sentido de publicitar, anunciar ou dar a conhecer. Este aspeto, sublinhado neste excerto e no subtítulo, volta a ser referido no último parágrafo e destacado em caixa de texto, agora já de uma forma explícita e com um sentido ideológico e político: “O marketing político e a propaganda desta ‘esquerda moderna’ arregimentam muitos para as oportunidades com que Sócrates julga salvar a pátria e entrar na galeria dos reformadores”. O segundo aspeto prende-se com a parte final da frase e com as ligações que o autor pretende que o leitor estabeleça,—Estado Novo, Educação de adultos, educação permanente, INO—deixando livre a sua imaginação, mas sem ir mais além. Note-se que apesar do movimento em torno da educação permanente ter iniciado a sua expansão na década de sessenta, a educação permanente era para a UNESCO um elemento promotor do progresso cultural e científico e constituiu um dos pilares educativos do Estado Providência. Por outro lado, a educação de adultos em Portugal de modo algum pode ser reduzida aos processos de alfabetização que tiveram lugar entre 1952 e 1954 com o Plano de Educação Popular e uma Campanha Nacional de Educação de Adultos, pelo que a ligação que o autor procurou estabelecer parece carecer de melhor explanação.

A questão relacionada com as estratégias preconizadas no eixo-Adultos ocupa uma boa parte da sua argumentação. Sem mencionar concretamente as estratégias a que se está a referir, RVCC, cursos EFA ou outro tipo de formação modular, o autor começa por analisar criticamente três objetivos que, no seu entender, estão presentes nas estratégias preconizadas no eixo-adultos: (a) adaptação social e profissional, (b) emancipação pessoal, e (c) validação e certificação do conhecimento adquirido.

Os problemas que coloca são basicamente os seguintes:

- Recursos humanos desadequados: os novos CNO recorrem a metodologias e a docentes do sistema de ensino tradicional, por oposição aos CNO que já existiam e que viram o seu financiamento reduzido; estes tinham técnicos especializados, ou seja, formadores com competência pedagógica no âmbito da educação de adultos e desenvolviam processos mais longos, mais demorados;
- Celeridade dos processos de obtenção de certificação escolar que impossibilita uma real construção do conhecimento;
- A questão da forma como é feita a validação dos saberes, das competências ou do conhecimento que existe, como o autor refere, supondo ele é reconhecido pelo próprio. Aqui a discussão é colocada no valor social da qualificação obtida e com os benefícios sociais, profissionais e pessoais que daí poderiam advir. No entender do autor, a validação e a certificação de um grau académico não poderiam deixar de passar pela realização de um exame, considerando que a forma de validação e certificação inerentes aos processos RVCC são “[...] tretas ridículas, para engrossar estatísticas que a todos enganam[...]”, como afirma.

Na argumentação, Santana Castilho não parece reconhecer o facto de o conhecimento sem competência não ter qualquer utilidade social. Por outro lado, ainda que atribua valor a aprendizagens informais e não formais adquiridas à margem do sistema escolar e ao longo da vida, privilegia o saber académico e escolar; as primeiras devem ser, do seu ponto de vista, um complemento de um currículo académico homogéneo, aspeto que, aliás, está presente no seguinte excerto do seu texto: “[...] naturalmente que o saber acumulado por um canalizador pode e deve equivaler a outras aquisições da parte complementar de um currículo. Mas montar um bidé não equivale a resolver uma equação matemática nem saber enviar um *e-mail* substitui a leitura de *Os Maias*.”. Além disso, o autor prioriza as formas clássicas de validar as aprendizagens. De um modo geral, a perspetiva que apresenta enquadra-se numa conceção positivista de conhecimento.

O autor reserva ainda um tópico do seu artigo para reforçar a problemática em torno da validação das aprendizagens experienciais e da sua equiparação a um grau académico; trata-se das alterações introduzidas pelo XVII Governo na forma de ingresso ao ensino superior que valorizam a experiência profissional dos candidatos, maiores de 23 anos sem o 12º ano completo, que o autor critica: “Como se a posse de um curso universitário fosse um direito básico e universal”, diz. Do seu ponto de vista, este tipo de orientações/possibilidades proporciona interpretações abusivas que considera serem uma realidade, exemplificando com o percurso escolar de José Sócrates, assunto que estava em debate no espaço público por altura da publicação deste artigo.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume um ponto de vista bastante crítico das políticas do XVII Governo. Atribui à visão do Primeiro-ministro um traço cultural e político que diz ser o de uma “esquerda

moderna”. Sublinha a politização da INO que diz ser notória na estratégia de propaganda ideológica em seu redor e na velocidade que o Governo, em particular José Sócrates, impõe à mudança que deseja impor à sociedade.

Artigo II

1. Descritores de superfície e organização estrutural

Trata-se de uma *entrevista* a Luís Capucha, diretor da ANQ, publicada no jornal Público, a um sábado, 23.10.2010. A entrevista é feita pela jornalista Bárbara Wong. Surge na página 10 (em 40), na secção Portugal. A entrevista, propriamente dita, contém 10 perguntas e respostas e ocupa cerca de uma página. Integrada formalmente na entrevista e formatada em coluna surge uma *notícia* da autoria de Bárbara Wong sobre a avaliação externa da INO contendo 225 palavras.

A entrevista possui um título e um subtítulo e a notícia anexa possui também um título, embora de dimensões bastante mais reduzidas. O título da entrevista resume uma ideia que Luís Capucha desenvolve no texto acerca da reação adversa à INO de certos grupos sociais privilegiados. Já o subtítulo destaca, como resultado da avaliação externa à INO, a satisfação dos adultos e a intenção do XVIII Governo dar continuidade a esta política uma vez que o seu financiamento não sofreu cortes significativos.

O título da notícia realça um aspeto positivo mais específico da INO revelado pela avaliação externa que é o seu efeito na melhoria da autoestima dos adultos.

2. Os temas/objetos

Os temas principais da entrevista giram em torno (a) do valor social da qualificação dos adultos, (b) da personalização de procedimentos de RVCC, (c) da quantidade/qualidade dos procedimentos, (d) da eficiência da INO, e (e) da democratização do acesso à certificação.

O tema principal da notícia é o impacto da INO na vida pessoal e profissional dos adultos que a frequentaram.

3. Os agentes

Os agentes ou atores sociais principais referidos na entrevista pela jornalista são: Luís Capucha, apresentado no início do texto como docente do ISCTE e colega de Maria de Lurdes Rodrigues, a qual é mencionada, enquanto ator secundário, como antiga ministra da Educação e pessoa que chamou Luís Capucha para o seu ministério. Os adultos são os atores principais de quem se fala na entrevista. São ainda referidos: o XVII Governo, alunos de outras vias de ensino que não integram a INO, e elites da sociedade portuguesa.

Na notícia destacam-se como atores principais: (a) os adultos que frequentaram a INO; (b) Roberto Carneiro, antigo ministro da Educação e coordenador da avaliação externa da INO; e ainda (c) a Universidade Católica Portuguesa, como entidade responsável pela avaliação da INO.

4. *Linguagem e retórica*

Bárbara Wong faz inicialmente uma breve apresentação do seu entrevistado e mostra nitidamente que Luís Capucha não só conhece bem a INO como a defende “com unhas e dentes”, expressão usada pela jornalista. Na frase: “Quando a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) foi criada para acolher a Iniciativa Novas Oportunidades (INO) e o ensino profissional e artístico especializado, Capucha abraçou o projecto (...)” a jornalista separa a INO do ensino profissional e artístico especializado, associando-a apenas ao eixo Adultos. De facto, toda a entrevista respeita unicamente a este pilar da INO.

Independentemente de se constatar que não se trata de uma transcrição direta de uma entrevista oral, verifica-se que a jornalista coloca as perguntas a Luís Capucha de uma forma muito sucinta, clara, revelando-se bastante incisiva. Luís Capucha é também bastante conciso nas respostas que dá, não rodeia as questões, e não se limita a formular opiniões, ainda que não hesite em emitir o seu parecer; procura esclarecer o assunto e acrescentar informação, permitindo ao leitor melhorar o seu conhecimento sobre a INO e reorientar a sua opinião.

Na notícia, que tem por base os resultados da avaliação externa da INO, Bárbara Wong apresenta—sempre numa perspetiva positiva—um conjunto de dados que revelam o impacto da INO na vida pessoal e profissional dos adultos. Uma boa parte do texto contém dados quantitativos; neste sentido, o texto está redigido numa linguagem mais formal, mais técnica, o que confere maior credibilidade às suas afirmações.

5. *Estratégias discursivas*

No preâmbulo à entrevista, onde apresenta o seu entrevistado e o seu empenho no sucesso da INO, a jornalista aproveita para enfatizar um outro aspeto positivo do documento de avaliação externa o qual tem a ver com a mudança que a INO impulsionou em relação à forma como tanto os adultos inscritos na INO como os seus familiares concebem a educação escolar. Assim, da sua parte, Bárbara Wong mostra ao leitor que não se coloca numa posição de hostilidade, mas com uma perspetiva de compreender os problemas que são apontados à INO. Esta forma de apresentar o jogo tem várias funções: em primeiro lugar, confere à entrevistadora maior autoridade para abordar aspetos que se têm revelado polémicos na implementação da INO, como a jornalista faz questão de referir na formulação de algumas perguntas; em segundo lugar, em termos de conteúdo, a entrevista causa maior impacto no público; e, por último, a importante questão do poder, pois confere mais uma oportunidade a Luís Capucha, diretor da ANQ, para esclarecer o público sobre o assunto em apreço.

As questões colocadas por Bárbara Wong a Luís Capucha revelam várias das problemáticas que se colocaram na implementação das medidas preconizadas no eixo Adultos, nomeadamente algumas que respeitam aos processos de RVCC:

- o reconhecimento e a validação implicam também qualificação e acréscimo de conhecimento e competências, confirma Capucha, referindo indicadores do valor social da qualificação obtida;
- é possível um adulto inscrever-se na INO com o 6º ano e passados alguns meses sair diplomado com o 12º ano, como é o caso do autarca que Luís Capucha menciona e que foi notícia nos média. A preocupação de Luís Capucha é, segundo afirma, com o rigor dos procedimentos e não com o tempo que o processo demora; mostra assim que se trata de procedimentos personalizados e cada situação é um caso.

Outras polémicas que ganharam eco na opinião pública através dos meios de comunicação social são também abordadas na entrevista, como sejam:

- a *certificação ao serviço das estatísticas e da imagem do país na melhoria do défice de qualificação certificada*, aspeto que Luís Capucha rebate; não obstante, sublinha que as medidas da INO foram sempre uma prioridade na agenda do Governo e os recursos foram outorgados com vista aos objetivos serem atingidos com rapidez: “Foi feito com rapidez e nestas coisas da educação é preciso agir com rapidez”, afirma Luís Capucha;
- o *impacto da celeridade e da quantidade de procedimentos na qualidade dos processos de qualificação*, que Luís Capucha afasta uma vez que as competências são demonstradas e, além disso está convicto que a quantidade é “o primeiro pilar da qualidade”;
- a *ênfase na eficiência, abordada a propósito do “muito dinheiro” gasto com as campanhas publicitárias*. Luís Capucha contrapõe com o argumento da criação de uma marca com boa imagem, não fosse isso a INO não estaria a ter a adesão que se via e os resultados que considera claramente positivos.

Uma questão importante abordada por Bárbara Wong na entrevista prende-se com o que Luís Capucha refere de elevado valor social que tem a certificação escolar em Portugal e com as mudanças que se estão a verificar na sociedade, em resultado da adesão dos portugueses à INO. Do ponto de vista deste ator, o facto de a INO permitir a todos o acesso à possibilidade de ascenderem socialmente mediante a aquisição de um diploma escolar, usando as competências adquiridas ao longo e ao largo da vida, foi visto por certas elites como uma ameaça; diz Luís Capucha em conclusão: “Há uma democratização mal tolerada do acesso aos diplomas escolares”.

Na notícia anexa à entrevista, de entre os resultados apresentados no documento de avaliação externa ao eixo Adultos da INO, Bárbara Wong salienta a qualidade do serviço público prestado pelos CNO e o impacto da INO na vida profissional dos adultos que a frequentaram, na confiança e melhoria da autoestima, no desenvolvimento de novas competências e novos conhecimentos e no germinar de uma vontade de querer saber mais e prosseguir estudos.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente Bárbara Wong concede, nesta entrevista, oportunidade ao diretor da ANQ para clarificar uma série de aspetos polémicos sobre o eixo Adultos da INO que têm circulado nos meios de comunicação social (“opinião publicada”). Este aproveita a ocasião para enaltecer a agenda do XVIII Governo, congratular-se com os resultados obtidos e mostrar o seu comprometimento com a INO que considera ser uma marca com qualidade e com boa imagem.

Artigo III

1. Descritores de superfície e organização estrutural

Trata-se de um artigo—*opinião*—publicado no jornal Expresso, no dia 21.05.2011. A sua autora é Maria de Lurdes Rodrigues, antiga ministra da Educação no XVII Governo Constitucional. Surge na página 43, na secção *Editorial & Opinião*, tem 508 palavras e ocupa a zona central de uma página que contém mais três artigos de opinião sobre temas variados de *opinion makers* que habitualmente fazem opinião neste jornal. Dos diversos artigos que se encontram na mesma página, este ocupa o maior espaço maior, ainda que contenha menos palavras que o que se encontra por cima dele, possui um antetítulo, o seu título está escrito numa letra que tem cerca do dobro do tamanho da dos restantes artigos da mesma página e é o único que tem uma ilustração, concluindo-se, por isso, que é dos quatro artigos da página aquele a que é dado maior destaque. Em nenhum dos outros artigos de opinião está explícito o estatuto dos seus autores. Contudo, neste é sublinhado no antetítulo o facto de a autora ter desempenhado o cargo de ministra da Educação do XVII Governo Constitucional. Esta realidade que define o lugar donde a autora fala, confirma a sua legitimidade e confere maior valor simbólico à opinião emitida.

O título do artigo, “Novas oportunidades para o país”, encerra duas ideias: por um lado, mostra a INO ao serviço do desenvolvimento do país mas, por outro lado, levanta a dúvida sobre o futuro desta política. Em termos de substância, o antetítulo revela a opinião da autora relativamente à eventual subvalorização da Educação de Adultos, situação que via como provável a curto prazo, alertando, desde logo, para as consequências que daí poderiam resultar.

2. Os temas/objetos

O tema principal do artigo é a política de formação e qualificação dos adultos ativos implementada no âmbito da INO, nomeadamente no que respeita aos processos de RVCC que a autora considera estarem em risco. Como tema secundário surgem as críticas à “direcção do PSD”.

3. Os agentes

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são, em primeiro lugar, os adultos, pois é sobre estes que recai a preocupação da autora, e só depois vem o PSD, na figura da sua direcção, cujo

discurso em campanha é alvo de crítica. Os agentes secundários são o Partido Socialista, a UE e a OCDE.

4. *Linguagem e retórica*

A autora utiliza uma linguagem formal onde a argumentação da opinião é feita de uma forma racional, sem fazer uso de uma expressividade que diminua o poder da exposição através do raciocínio. A autora não personaliza as questões, como é bem visível neste pequeno excerto: “O programa Novas Oportunidades foi usado na campanha eleitoral, pela direcção do PSD, para marcar a diferença com o PS”; mostra compreender certo tipo de críticas, que considera “dúvidas legítimas”, justificando-as por se tratar de “um programa inovador nas metodologias e surpreendente na mobilização de adultos e formadores”; considera mesmo que algumas exigências eram “legítimas”, como é o caso da dos mecanismos de avaliação da qualidade do programa.

5. *Estratégias discursivas*

O que a autora não aceita é o “preconceito” usado pela “direcção do PSD” como “bandeira eleitoral”, aspeto que refere logo na primeira parte do texto, o qual, no seu entender, subjaz às críticas proferidas relativamente à INO durante o período de campanha eleitoral. A autora manifesta uma posição muito crítica da “direcção” do PSD que diz afastar-se do “património político” deste Partido, pois as “críticas destrutivas” feitas à INO alimentam “orientações conservadoras e elitistas, antiliberais e anti-humanistas” e abrem uma “clivagem onde antes existia convergência” e consenso social. Portanto, para a antiga ministra da Educação, a questão é ideológica e política.

Por sua vez, Maria de Lurdes Rodrigues recorda três aspetos que refere como factos em defesa da sua tese, em prol da continuação de ações implementadas no âmbito da INO, em particular as que se reportam à educação/formação de adultos as quais, segundo afirma, fizeram de Portugal um país “mais moderno e justo”:

- sublinha a papel dos adultos ativos no desenvolvimento do país e o *dever moral* de lhes proporcionar uma oportunidade para melhorarem as suas qualificações;
- chama a atenção para o facto da avaliação dos formandos no eixo adultos integrar uma componente externa “mais exigente do que a de outros segmentos do sistema de ensino e formação” a qual tem sido superada com sucesso, pese embora admita que existiam “falhas” que necessitavam ser corrigidas;
- relembra que os processos de RVCC “existem há muito e em muitos países” em vários níveis de ensino, incluindo o ensino superior e que, se Portugal pecou foi pelo atraso na sua generalização.

6. *Posições ideológicas*

Para Maria de Lurdes Rodrigues, a qualificação dos portugueses é fundamental para a modernização social e económica do país. A INO não só criou oportunidades para Portugal fazer a

recuperação do défice de qualificação, como suscitou uma mudança na sociedade, mudou o país e melhorou a vida das pessoas, nomeadamente dos adultos para com quem estávamos em dívida, defende a autora. No seu entender, esta situação não pode ser interrompida por questões políticas e ideológicas.

Anexo D

Análise textual efetuada a duas Cartas ao Diretor/a

Artigo I

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a uma terça-feira, 04.08.2009, e o seu autor é Carlos Sampaio, leitor do jornal. Surge na página 30 (em 32), na secção “Cartas ao Director”; tem 333 palavras, ocupa uma pequena faixa por debaixo do editorial do jornal (assinado por José Manuel Fernandes). Contém uma pequena foto de um painel cinzento que tem inscrito o termo “NOVAS OPORTUNIDADES”. É a única carta de leitor publicada neste dia nesta secção do jornal. O título é curto, “Sempre novas oportunidades”, e tem implícita uma apreciação negativa.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a qualidade das aprendizagens efetuadas no âmbito das vias proporcionadas pela INO. Como temas secundários surgem: (a) a 4ª classe “das antigas”, (b) o acesso ao ensino superior, e (c) o ensino superior.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são indivíduos que o autor refere utilizando os termos “o pessoal” ou “a malta”. Como agentes secundários surgem os professores.

4. *Linguagem e retórica*

O autor utiliza uma linguagem informal. Usa cinco vezes o termo “4ª classe”, pois a “4ª classe das antigas” é a sua referência em termos de aprendizagens numa escolaridade obrigatória. À INO associa termos como: “atalho”, “atalhar”, “desencalhar o pessoal”, “injustiça”, “menos trabalho”, “diversificação de curricula”, “diferentes níveis de exigência”, “facilitismo absoluto”, “facilidades”.

5. *Estratégias discursivas*

O autor diz que a INO é um atalho para chegar ao mesmo resultado que é obter uma “qualificação profissional oficial” ou “prosseguir os estudos” e por isso não a considera uma alternativa. Considera a formação proporcionada pela INO de “facilitismo absoluto” visto, na sua opinião, servir apenas para “desencalhar o pessoal”. Contudo, aceita-a desde que não permita as mesmas saídas profissionais ou o prosseguimento de estudos superiores. Noutros termos, o autor equipara a INO aos procedimentos que, na sua perspectiva, eram dados aos alunos que “antigamente” frequentavam a 4ª classe e “não conseguiam assimilar o programa mínimo, andavam lá até ao

limite de idade e eram aprovados por favor”, “apenas para poderem tirar a carta de condução”, como afirma.

De entre as suas preocupações realçam-se as seguintes:

- a possibilidade de no ensino superior também poderem vir a ser criadas “licenciaturas NO, concluídas em 6 meses e não muito complicadas”;
- o efeito que a INO poderá ter no país por induzir a sociedade a esperar sempre novas facilidades;
- o “choque” que as pessoas virão a sofrer quando tiverem de fazer o que o autor considera “formação” realizada com esforço.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume um ponto de vista crítico da INO. Na sua opinião esta é um atalho para obter uma certificação de forma fácil e mais rápida, permitindo, sob pena sua, à semelhança do 12º “normal, tirado a sério e com esforço”, prosseguir estudos. Assim, do seu ponto de vista, a diversificação de percursos tem de implicar necessariamente a diversificação de saídas.

Por outro lado, o autor sobrevaloriza a dimensão cognitiva na formação da pessoa ao considerar que são necessários atalhos para “Alguns, poucos, que não conseguiam mesmo assimilar o programa mínimo, andavam lá até ao limite da idade [...]”, que necessitam de obter a escolaridade obrigatória para poderem ter acesso a certos serviços valorizados socialmente: “E encontrou-se um atalho chamado ‘novas oportunidades’ para desencahar o pessoal. Se for análogo aos que ‘faziam’ a 4ª classe com 14 anos, apenas para poderem tirar a carta de condução, talvez se entenda”.

Artigo II

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a uma segunda-feira, 10.08.2009. O seu autor é Graça Mota, leitora do jornal. Surge na página 30 (em 32), na secção “Cartas ao Director”, tem 404 palavras, ocupa uma pequena faixa a seguir ao editorial do jornal (assinado por José Manuel Fernandes) e ao lado de outra carta de menores dimensões. A utilização, uma única vez, de “(…)” indica que o texto original sofreu uma truncagem para fins de publicação no jornal. O título, igual ao da uma carta de outro leitor publicada neste mesmo jornal no dia 04.08.2009 que também integra o *corpus* da pesquisa, dá, desde logo, a ideia de que a leitora vai de algum modo relacionar o seu texto com o dessa carta.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo são os processos de RVCC no âmbito da INO, apesar desta designação não ser utilizada pela autora.

3. Os agentes

O ator principal neste texto é o autor da carta publicada no dia 04.08.2009 cujo conteúdo despoletou este artigo de Graça Mota. São referidos os adultos que se inscreviam na INO, aqui também associados ao “povo trabalhador e pagador”, os formadores da INO nos processos de RVCC e uma pequena elite da sociedade a quem a autora se refere como “os grandes senhores dos negócios ou dos cargos políticos” e que são vistos por si como os destinatários dos “facilitismos”.

4. Linguagem e retórica

A autora utiliza uma linguagem informal. Não utiliza recursos estilísticos senão uma vez. Não se refere aos procedimentos regulamentares pelos seus nomes específicos, como sejam, por exemplo, RVCC, dossiê pessoal ou portefólio reflexivo de aprendizagem.

Recorre ao seu caso pessoal para responder ao conteúdo da carta do outro leitor que denigre a INO. Apresenta-se como uma técnica administrativa que se considerava subcertificada; apesar de só ter o 9º ano, fez formação contínua com pessoas licenciadas que sabiam muito menos que a autora da área administrativa, segundo afirma. Viu na INO a oportunidade de concluir o 12º ano e assim fez.

A autora interpretou as afirmações daquele outro autor da carta, que refere pelo nome e localidade, como dizendo respeito especificamente à formação de adultos particularmente aos processos RVCC, pelo que se debruça unicamente sobre estes processos, apesar de nunca referir a sua designação.

5. Estratégias discursivas

Em defesa dos processos de RVCC, no âmbito da INO, a autora destaca os requisitos necessários à integração de um adulto, ressaltando a exigência na obtenção de “créditos mínimos” para ser admitido “a júri”:

- “saber ler e escrever”; não apenas no sentido literal, pois, como afirma, é necessário redigir um texto com um mínimo de 50 páginas, referindo-se certamente à construção do portefólio reflexivo de aprendizagem;
- “ter pelo menos três anos de carreira profissional”;
- possuir capacidades em “diversas áreas” para poder elaborar a sua história de vida, na qual é apenas orientado pelos formadores.

A autora procura, assim, demonstrar que estes processos são exigentes e não se tratam de “facilitismos” como disse o autor da carta de 04.08, que “certamente só dá valor a ‘canudos’ e não à experiência que cada um adquire na vida profissional”, como afirma.

Graça Mota destaca também aspetos relevantes da sua história de vida. De novo, para mostrar o grau de exigência da INO, diz que teve “muitas dificuldades em concluir os requisitos

exigidos”, apesar de demonstrar “muita facilidade de escrever” e saber mais do seu ofício que outras pessoas licenciadas com quem fez formação contínua, afirma.

Como o autor da carta a que procura responder (datada de 04.08.2009) se refere a estudantes universitários que “andam lá por andar” a autora deste artigo considera que não tem comparação possível o esforço que os adultos fazem na INO em relação “aos que andam nas universidades a fazer uma cadeira em cada ano”; estende este seu argumento a muitos alunos do ensino secundário que apesar de terem de realizar exames globalmente esforçam-se menos.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente a autora assume um ponto de vista favorável do eixo Adultos, designadamente dos processos de RVCC. Na sua opinião, estes processos exigem esforço por parte dos adultos o que, do seu ponto de vista, nem sempre acontece no ensino secundário e nas universidades, pelo que é injusto perante os primeiros e perante formadores da INO desvalorizar socialmente a INO, acusando-a de facilitismos. Remata o artigo mostrando uma perceção de sociedade dividida que engloba “o povo trabalhador e pagador” que se esforça para conseguir bens ainda que culturais ou escolares, e “os grandes senhores dos negócios ou dos cargos políticos” que apesar de não necessitarem são, por norma, os destinatários dos “facilitismos”.

Anexo E

Análise textual efetuada a sete artigos do género jornalístico notícia e reportagem

Artigo I

1. Descritores de superfície e organização estrutural

Trata-se de um artigo *reportagem* publicado no jornal Expresso a 05.05.2007 na secção *Rede Expresso*. O seu autor é Bruno Oliveira da região do Ribatejo. Surge na página 31 do jornal; tem 522 palavras incluindo título e subtítulo, e ocupa cerca de 40 por cento da área da página. O artigo contém uma foto com a figura do personagem principal da reportagem em primeiro plano e dois dos seus trabalhos realizados enquanto artesão. A foto não tem legenda, pois o título do artigo é elucidativo uma vez que remete quer para o texto quer para a imagem: “Este é o mestre André que acabou os estudos aos 83 anos”. Quer no título que no subtítulo é realçada a idade deste personagem da história.

2. Os temas

O tema principal do artigo é a história de vida de uma pessoa idosa, apresentada no seu portefólio reflexivo de aprendizagem, que aos 83 anos completou o 9º ano no âmbito da INO mediante um processo de RVCC.

3. Os agentes

O personagem principal é João André com 83 anos de idade. Como atores secundários referidos no texto temos: (a) a Direção-Geral de Formação Vocacional cujos elementos integram o júri externo da Prova Final de avaliação nos processos de RVCC; (b) Fernando Cruz, presidente do júri que avaliou o portefólio reflexivo de João André; (c) o Clube Desportivo Salvaterrense cuja direção João André integrou; (d) os Bombeiros Voluntários de Salvaterra e a Banda Filarmónica, duas Associações onde João André exerceu atividade comunitária; (e) a Raret, empresa onde João André trabalhou 38 anos; e (f) a Escola Profissional de Salvaterra com quem João André colabora.

4. Linguagem e retórica

O autor coloca em primeiro plano a história de vida de João André. Utilizando um tom coloquial constrói a história deste personagem, a quem se refere pelo nome próprio, essencialmente pela forma como diz que este a apresentou perante o júri que avaliou o seu portefólio reflexivo. Dá ênfase à sua idade e ao facto de se tratar de um mestre artesão que ainda pratica regularmente atividade física significativa. Ainda que não refira em momento algum os processos de RVCC ou o portefólio reflexivo de aprendizagem, o autor valoriza-os pela forma como descreve o processo de obtenção de certificação do 9º ano por parte do personagem da história:

O mestre João André passou com distinção no exame de avaliação pelo júri externo da Direcção-Geral de Formação Vocacional, apresentando um trabalho sobre a sua arte, em que demonstrou inúmeras competências nas áreas obrigatórias de avaliação: linguagem e comunicação (domínio da escrita e da oralidade), matemática, TIC e cidadania. O trabalho mereceu o elogio do júri que destacou a “enorme responsabilidade com que o aluno encarou o processo” e a “multiplicidade de histórias e exemplos de vida” contidas nos textos do trabalho, elaborado em suporte informático.

5. Estratégias discursivas

Bruno Oliveira apresenta a história de vida de João André sob a perspectiva do próprio, contada no seu portefólio. Refere em particular aspetos específicos da sua vida, dando destaque à sua participação cívica e comunitária, a qual, em parte, ainda mantém, ao exercício de funções de direção de uma Associação, e de gestão de equipas durante largos anos, à sua obra como mestre artesão, às suas aspirações e vontade de aprender e querer saber mais. O envolvimento da personagem da história na comunidade salvaterrense aparece bastante vincado.

6. Posições ideológicas

A história de vida deste personagem contada neste artigo aponta para uma forma de conceber a aprendizagem ao longo da vida que está para além da sua relação com o desenvolvimento do país e com a empregabilidade. Trata-se de reconhecer aprendizagens que não foram intencionalmente construídas com vista à empregabilidade e que tiveram lugar de modo informal e não formal no trabalho, nos momentos de lazer, na participação na e com a comunidade local e adquiriram valor em si, em termos de autorrealização e valorização pessoal; o seu reconhecimento respondeu, assim, às necessidades pessoais e de cidadania deste personagem permitindo-lhe desenvolver mecanismos de participação mais complexos na e com a sociedade.

A instituição escolar praticamente não surge neste artigo. Contudo, a valorização formal das aprendizagens experienciais, foi algo que a INO lhe trouxe de novo e que é para este personagem motivo de orgulho e isso só o sistema escolar lhe pôde dar.

Artigo II

1. Descritores de superfície e organização estrutural

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Expresso, a 11.12.2010, e o seu autor é a jornalista Isabel Leiria. Situa-se na página 24, numa secção intitulada *Educação* e contém 529 palavras, incluindo o título e o subtítulo e uma caixa de texto.

O artigo, no cimo da página, ocupa uma faixa horizontal com cerca de um terço da área da página; por baixo deste artigo encontra-se uma notícia contendo dados do desempenho dos alunos portugueses no teste PISA comparados com a média nos países da OCDE.

No título e no subtítulo da notícia a autora assume, como um dado adquirido que a forma de acesso ao ensino superior privilegia os alunos provenientes de formações no âmbito da INO, e que esta está a ser cada vez mais utilizada neste sentido, mostrando também que a tutela aceita este ponto de vista e por isso irá atuar em conformidade, ou seja, “travar o acesso fácil ao superior”, como afirma.

No *lead* da notícia a autora situa o problema, referindo que se trata de uma utilização abusiva da INO e recordando o facto de ter sido o jornal Expresso a alertar para a situação que já havia sido integrada na agenda do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

A frase destacada no meio do texto, em forma de caixa de texto, “Os alunos do Novas Oportunidades concorrem em igualdade com os do ensino regular, mas fazem menos provas”, não refere, por exemplo, se se trata apenas da situação de candidatos provenientes dos cursos de Educação e Formação de Adultos.

2. Os temas/objetos

Os temas principais do artigo são a lei de acesso ao ensino superior e as propostas de alteração apresentadas ao MCTES.

3. Os agentes

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o MCTES e o seu representante, ministro Mariano Gago; (b) o semanário Expresso; (c) a CNAES; e (d) o aluno com 23 anos que ingressou na universidade com fazendo “apenas uma prova com nota de 20 valores” que já foi alvo de notícia publicada neste jornal, nomeadamente por Isabel Leiria.

4. Linguagem e retórica

A autora caracteriza como “fácil” a forma de acesso ao ensino superior por alunos provenientes dos cursos EFA, no âmbito da INO. As expressões utilizadas são: “via verde de acesso ao ensino superior”, “acesso fácil ao ensino superior”, “beneficiando de regras mais fáceis”. Na argumentação a autora salienta aspetos que marcam a oportunidade que diz estar a ser cada vez mais utilizada de forma “abusiva” pelos “candidatos dos cursos de educação e formação de adultos do Novas Oportunidades”. Os termos “Apenas têm de realizar [...]”, e “um aluno que faça apenas [...]” são utilizados na justificação dessa facilidade; a situação é caracterizada como “uma eventual injustiça” e não como simplesmente “injusta”, mostrando uma posição menos dogmática.

5. Estratégias discursivas

A autora usa o peso da autoridade da CNAES e do MCTES para mostrar que a questão levantada pelo *Expresso* quando da divulgação dos resultados das candidaturas ao ensino superior era pertinente, pois mereceu a atenção da CNAES e integrou a agenda da tutela. Uma vez que a situação foi despoletada com a publicação de um seu artigo e teve impacto quer nos discursos de

outros atores, neste e noutros jornais, quer ao nível de instâncias de regulação nacionais, o capital simbólico da autora como jornalista naturalmente aumentou, tanto mais que é a terceira notícia de Isabel Leiria que o jornal publica sobre o assunto.

Isabel Leiria apresenta duas propostas de alteração à lei de acesso à universidade que diz terem sido feitas pela CNAES e estarem em análise por parte do MCTES; mostra a complexidade de uma das propostas, face às implicações que arrasta, designadamente na alteração de outros normativos vigentes, e a semelhança da outra proposta com a forma de acesso dos candidatos “maiores de 23 anos”, fazendo “uma ressalva”: “apenas entrariam no ensino superior os que tivessem uma nota de candidatura igual ou superior à do último aluno que ingressar nesse curso através do contingente geral.”

Na segunda parte da notícia, que contém o separador “Menos exames” a autora explica os problemas que encontra na atual lei de acesso contrapondo a situação dos candidatos provenientes dos cursos EFA com a dos “colegas dos cursos gerais”, no que respeita ao número de exames que uns e outros têm de realizar e de classificações de final do secundário; refere que a dos alunos dos cursos EFA é “administrativamente atribuída”, assinala consequências que advêm do facto destes candidatos concorrerem “em pé de igualdade” com os “jovens do ensino regular” e destaca o caso do acesso ao curso de Medicina: “Apesar de serem uma minoria em relação ao total de estudantes colocados, alguns conseguem entrar assim em cursos muito cobiçados, como Medicina, retirando lugares aos candidatos do ensino regular.”

6. *Posições ideológicas*

O artigo mostra o poder dos média, particularmente da imprensa escrita de referência, nos processos de regulação das políticas educativas; construindo uma problemática, assente em valores como justiça, equidade e rigor, o jornal Expresso forçou a definição de prioridades e obrigou o poder político a olhar para os problemas de determinado ponto de vista ao mesmo tempo que avançou com sugestões de resolução.

Os cursos EFA foram abordados apenas numa lógica de acesso fácil à universidade. Apesar de ter sido referido que esta via é uma forma abusiva de utilizar a INO o facto é que a INO foi analisada apenas por um prisma que em nada a valorizou.

Artigo III

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quinta-feira, 26.01.2006, e a sua autora é a jornalista Isabel Leiria que à data escrevia com regularidade sobre educação neste diário. Surge como notícia, na página 19 (em 48), na secção *Sociedade*; tem 388 palavras e o formato de coluna. O título remete para uma das medidas do eixo Jovem da INO, o aumento do número de cursos profissionais nas escolas públicas.

2. Os temas/objetos

Os temas principais do artigo são a implementação de uma das medidas da INO respeitante ao eixo Jovem — abertura de cursos profissionais e de cursos de educação e formação nas escolas secundárias — e o protocolo estabelecido entre a Direção Regional de Educação de Lisboa e o IEFP. Como assunto secundário surge a requalificação das escolas secundárias com vista à oferta das vias profissionalizantes e as verbas que o ME pretende afetar para este efeito.

3. Os agentes

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são, pela ordem de apresentação: (a) a Escola Secundária Marquês de Pombal que é descrita como apresentando uma diminuição acentuada do número de alunos e está a ser requalificada; (b) o IEFP, Instituto que já à data da publicação do artigo desempenhava na área das políticas sociais do emprego e da formação um papel relevante na sociedade portuguesa, assume neste texto um papel de destaque; (c) o XVII Governo; (d) Durão Barroso; (e) o ME; (f) a Direção Regional de Educação de Lisboa; (g) as Escolas Secundárias Fonseca de Benevides, Rainha Santa Isabel, Oliveira Martins e Infante D. Henrique, referidas pela jornalistas como escolas que, na sua maioria, iriam estender a sua oferta ao ensino profissionalizante; e (h) a OCDE.

4. Linguagem e retórica

A autora não recorre citações dos atores que refere e apresenta os assuntos de uma forma concisa. A utilização de expressões como “tentando diminuir os actuais níveis de abandono”, “tentando assim dar respostas adequadas às diferentes expectativas dos jovens” e “acredita o Governo” ou “o Governo espera”, mostram que a autora divulga as iniciativas do Governo como fazendo parte de uma espécie de experiências das quais o Governo espera resultados, se as vier a concretizar, e até “promete” investir uma verba significativa. A reforçar esta tese temos a informação fornecida pela autora de que a ideia do protocolo entre o IEFP e a Marquês de Pombal vem já do governo de Durão Barroso, em 2004, mas que “não chegou a sair do papel”.

5. Estratégias discursivas

A autora noticia o estabelecimento do protocolo entre a Direção Regional de Educação de Lisboa e o IEFP no sentido de serem utilizadas as instalações da Escola Secundária da Marquês de Pombal para lecionação de cursos geridos pelo IEFP. A Escola Secundária, tal como as restantes que são referidas no texto, surgem com um papel subalternizado e em certa medida até de culpabilização; ou seja, a Marquês de Pombal, uma escola secundária de Lisboa, antigo liceu, mostra-se como uma forma de aproveitamento de instalações que estão subaproveitadas devido à falta de procura dos cursos que oferece, tanto que, como a autora refere, vai também alargar a sua oferta escolar na esperança de ir ao encontro das expectativas dos jovens.

O objetivo da INO respeitante ao eixo Jovem, “ter metade dos jovens inscritos em formações técnico-profissionais”, é também mencionado e utilizado como termo de comparação o que acontece, em média, nos países da OCDE, autoridade que é evocada pela autora e que confere legitimidade à pretensão do Governo.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o artigo não assume as expectativas de sucesso que o Governo espera alcançar com o estabelecimento destes protocolos mas, ao instigá-lo a avançar recordando o protocolo que já havia sido estabelecido pelo Governo anterior, a autora posiciona-se numa perspetiva favorável à medida que o XVII Governo pretende implementar no que respeita ao eixo Jovem da INO, ampliação da rede de cursos profissionalizantes nas escolas secundárias.

Artigo IV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*reportagem*—publicada a um domingo, 05.09.2010, na revista PÚBLICA, suplemento do jornal Público, numa secção intitulada *ambição*. O seu autor é a jornalista Natália Faria. Ocupa quatro páginas, 30 e 33 e contém 2878 palavras, incluindo título, separadores e frases em destaque. O artigo contém uma foto em grande plano de cada uma das personagens principais da reportagem. O título refere claramente que o tema principal do artigo é a educação de adultos. A entrada do artigo destaca o motivo que despoletou o regresso aos estudos de três adultos e a forma como a certificação obtida transformou as suas vidas pessoais e profissionais.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a educação e formação de adultos, nomeadamente a oferecida no âmbito da INO. Os assuntos em torno do qual o tema é abordado são: (a) o que motiva os adultos a voltarem à escola ou aos processos de educação formal; (b) as barreiras que os adultos têm de vencer quando retomam os processos de educação formal; e (c) os efeitos e benefícios decorrentes dos conhecimentos adquiridos e da certificação obtida; e (d) o portefólio reflexivo de aprendizagem no âmbito dos processos de RVCC e a alfabetização de adultos.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) Eva Temudo que aos 32 anos desafiou os preconceitos familiares sobre o papel da mulher na sociedade e a sua relação com o conhecimento e ingressou no ensino superior; (b) Fernando Pereira, que já desempregado e depois de passar 50 anos a esconder o facto de não saber ler nem escrever, decidiu inscrever-se num curso de alfabetização de adultos; (c) Helena Calisto que aos 50 anos completou as suas maiores aspirações, obtendo o 12º ano mediante um processo de RVCC.

Como agentes ou atores sociais secundários temos: (a) alguns familiares e amigos destas personagens, designadamente: (i) os maridos das duas personagens femininas os quais surgem como fator desincentivador do reingresso nos estudos das respetivas mulheres; (ii) o filho de Helena Calisto que desvalorizava os processos de RVCC, e a filha de 12 anos que apoiou a mãe incentivando-a a conseguir o 12º ano; (iii) a mulher de Fernando Pereira que o ajudava tanto a ultrapassar as dificuldades decorrentes do facto de ser analfabeto como a esconder o problema, e a sua filha que se cansava de apoiar o pai nos estudos; (b) o Centro de Emprego que desafiou o Fernando Pereira a inscrever-se num curso de alfabetização; (c) a junta de Freguesia de Oliveira do Douro, em Gondomar, a qual proporcionou a formação para o Fernando; (d) a Fundação de Ciência e Tecnologia que concedeu uma bolsa de estudo a Eva Temudo; e, (e) a Universidade do Porto que introduziu no seu regulamento benefícios aos estudantes trabalhadores, em consequência dos resultados da investigação realizada por Eva Temudo.

4. Linguagem e retórica

A autora utiliza uma linguagem coloquial e, embora dê ênfase a aspetos diferentes da vida de cada personagem, apresenta traços comuns no que respeita à forma como estas encararam o regresso à escola, os preconceitos e as dificuldades que tiveram de ultrapassar, particularmente duas das protagonistas da história pelo facto de serem mulheres, as competências adquiridas e perspetivadas e os sentimentos que cada uma das personagens manifestou na sua relação com o conhecimento.

O passado destas personagens é mostrado como tendo sido marcado, num caso, pelo sentimento de “revolta” pelo facto de a pessoa não ter podido aceder formalmente a um estatuto de líder de um projeto que idealizou devido a não ser licenciada, noutro caso pelo sentimento de “vergonha” por não saber ler nem escrever e, no último caso, por um sentimento de “frustração” e “acomodação” a uma realidade que incomodava o próprio.

Os processos de formação destas três personagens, licenciatura e doutoramento, curso de alfabetização, e RVCC de 12º ano, respetivamente, são apresentados como processos emancipatórios sentido pelas próprias: “Voltar à loja, independentemente de ser um negócio próprio, era redutor: fiquei com sede de conhecimento” disse Eva Temudo; “Mesmo que nunca venha a manobrar o volante de um automóvel, valeu a pena. Hoje sinto-me uma pessoa culta.”, disse Fernando Pereira que neste artigo usa os nomes do meio por vergonha de ser identificado como ex. analfabeto, como a jornalista sublinha; “Helena diz que o processo de reconhecimento e validação de competências lhe permitiu descobrir em si competências de que não suspeitava antes”.

5. Estratégias discursivas

Natália Faria coloca em primeiro plano as histórias de vida das três personagens principais essencialmente pela forma como estas se descrevem, referindo episódios, angústias e dificuldades ultrapassadas e, pela frente, um caminho de esperança a percorrer.

Na história de vida de cada personagem a autora sublinha, ainda que de forma breve, contextos familiares e sociais desfavoráveis à aprendizagem que estiveram na base do abandono precoce da escolaridade ou da não progressão nos estudos. Dá particular ênfase às dificuldades que as mulheres adultas portuguesas, mães de família e empregadas, enfrentam na gestão do estudo com a vida familiar e com o trabalho.

Enquanto a figura feminina surge como a pessoa que apoia, que não se acomoda, e que intervém em prol de uma mudança social, a figura masculina é apresentada como o elemento de resistência à transformação do papel da mulher na sociedade.

O conhecimento é colocado também do ponto de vista da sua utilidade social, designadamente na ênfase que a autora dá às mudanças introduzidas no processo de inscrição de estudantes trabalhadores da Universidade do Porto, as quais foram suscitadas pelos resultados da investigação levada a efeito por uma das personagens.

O desemprego é apresentado como um momento oportuno para fazer a formação que era desejada, mas que não foi possível em seu tempo. A INO é vista por uma das personagens como uma oportunidade para se alfabetizar e, por outra, como uma forma de tirar também algum proveito das aprendizagens não formais e informais ao serem reconhecidas e validadas, designadamente um curso de Inglês frequentado havia tempo.

A questão do rigor e da exigência é referida e confirmada; é refutada a ideia de facilidade na obtenção de certificação mediante o RVCC, sob o argumento de nem todos conseguirem obter uma certificação devido ao seu grau de exigência. As competências enfatizadas pelos personagens são as competências em informática.

6. *Posições ideológicas*

O tema associa a questão do abandono escolar precoce e do analfabetismo de adultos a problemas familiares, culturais e económicos que respeitam também à política social. O artigo contribui para a construção de uma imagem positiva da INO no eixo Adultos, incluindo a questão do rigor e da exigência dos processos de alfabetização e em particular aos processos de RVCC. A qualidade dos processos de RVCC é apresentada pela via da exigência e validada pelo facto de haver desistências ou abandono destes processos de formação ou seja, por apresentarem insucesso.

O conhecimento e a educação formal são apresentados nesta reportagem como um processo emancipatório da mulher na sociedade portuguesa. Do ponto de vista educacional, esta reportagem assenta num racional democrático e emancipatório: o conhecimento é colocado ao serviço da sociedade e do envolvimento do próprio nos processos de decisão.

As instituições não deixaram de estar representadas. Estiveram presentes enquanto organismos locais e nacionais que valorizam o conhecimento e mostram-se conscientes dos problemas.

Artigo V

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 26.10.2013, na página 28 (em 46) da secção *Cultura* e sob o tema *Documentário*. O autor do artigo é o Jorge Mourinha. Contém 742 palavras, incluindo o título e a entrada do artigo. Ocupa oitenta por cento da área da página. Ao seu lado encontram-se duas notícias breves. O artigo contém duas fotos, uma de menores dimensões que mostra um trabalhador numa fábrica e a outra apresenta um grande plano da realizadora do documentário intitulado *Vida Activa*.

O título está formulado sob a forma interrogativa e mostra preocupação com situação das pessoas que perderam o seu emprego: “O que é que aconteceu às pessoas que foram despedidas?”. A entrada do artigo divulga a estreia do filme *Vida Activa* no Festival de Cinema Documental DocLisboa, destacando o nome da sua realizadora, o objeto do documentário, “quem perdeu emprego ou buscava um melhor”, e a condição de realizadora e observadora participante: “quatro anos trabalhou no programa Novas Oportunidades”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o filme documentário “Vida Activa”.

3. *Os agentes*

O único ator no artigo é Susana Nobre, de 39 anos, realizadora do documentário *Vida Activa* que trabalhou como técnica num CNO, em Alverca, entre 2007 e 2011, e é uma das sócias da produtora *Terratreme*.

4. *Linguagem e retórica*

“Está feliz” é a expressão que o autor encontrou para descrever o estado de espírito de Susana Nobre, a quem se refere por vezes pelo nome próprio. É assim que inicia o seu artigo. O autor transmite a ideia de que está a contar uma história tornando a sua leitura bastante apelativa; escreve sobre o filme recorrendo à voz de Susana Nobre.

“Susana Nobre”, “Vida Activa”, “filme”, “desemprego”, “programa novas oportunidades”, “requalificação” e “pessoas”, são os termos mais frequentes no artigo, mostrando que o filme trata do desemprego, da INO, de requalificação e das pessoas, dando destaque à sua realizadora. A INO é apresentada pelo autor do artigo como um programa de requalificação: “[...] Susana Nobre trabalhou no programa de requalificação Novas Oportunidades [...]”.

Um aspeto de realçar é que os termos adulto(s) ou aluno(s) não surgem uma única vez no texto, apesar do filme ser sobre pessoas adultas, inscritas em CNO.

5. Estratégias discursivas

O autor começa por explicar o motivo pelo qual Susana Nobre está feliz; aos 39 anos é o seu quinto filme e este demorou sete anos a realizar. Independentemente de qualquer explicação, mais ou menos explícita, o autor apresenta o que considera serem boas razões para a autora estar satisfeita.

A forma como Jorge Mourinha descreve o filme é a seguinte:

- “filme que fala do desemprego e da requalificação, que conta as histórias humanas daqueles que ficaram pelo caminho, quando indústrias e empresas fecharam portas”;
- “documento único sobre o desemprego em Portugal”;
- “é um filme que fala dos dias que vivemos, muito embora tenha sido começado há sete anos”;
- “Mostrar *Vida Activa* é bom. ‘Mais do que um filme que começa e acaba aqui, é o princípio de qualquer coisa.’”
- “não escamoteia a ‘tábua rasa’ que se fez — ‘o final tem a ver com a ideia do encerramento de uma instituição’—, mas não propõe nenhum tipo de ‘defesa’ ou ‘comentário’, político ou ideológico, das Novas Oportunidades.

Todavia, a propósito deste último registo, o autor não deixa de destacar a opinião de Susana Nobre sobre a INO:

‘Quando vou trabalhar em 2007, ainda havia bastante população empregada,’ explica Susana, ‘mas [depois o programa] tornou-se claramente um instrumento de resposta face ao desemprego. E a partir de certa altura houve uma pressão muito grande para o cumprimento das metas, para produzir números, que veio manchar o programa.’

Um dos aspetos que é enfatizado no texto e que confere autenticidade ao documentário é o seu processo de realização, que assume as características de uma investigação qualitativa como o autor mostra, nomeadamente, no modo como descreve a forma como Susana Nobre olha para o contexto, de dentro, assumindo um posicionamento dinâmico que revela uma tensão constante entre o sujeito e o objeto de estudo e que o autor do artigo tão bem realça na sua afirmação: “É esse “equilíbrio delicado”, ao mesmo tempo participante e observador do processo, que torna *Vida Activa* num documento único sobre o desemprego em Portugal”:

Entre 2007 e o seu cancelamento em 2011, Susana Nobre trabalhou no programa de requalificação Novas Oportunidades, lidando diariamente com as pessoas inscritas na zona de Vila Franca de Xira e Alverca do Ribatejo, ao mesmo tempo que, com conhecimento das hierarquias e dos entrevistados, ia filmando os contactos. ‘[Sempre] nessa tensão entre as minhas responsabilidades como técnica e o meu desejo de filmar,’ [...]

Mas, outros aspetos que definem uma investigação qualitativa estão também presentes nos seguintes excertos e ao longo do texto:

O contacto quotidiano com as pessoas [...] acabaria por levar o filme noutra direcção. ‘O que me passou a interessar foi seguir o fio do problema, e ir buscar protagonistas que fossem testemunhas desse problema.’

“Só encontrei uma pessoa que disse, claramente, que ia roubar quando o subsídio de desemprego terminasse”, admite Susana. “Acho que a situação ainda é sustentada pelo Estado social. A geração que tem hoje 60 anos ainda beneficia de um bom subsídio de desemprego que depois pega com a reforma. Mas isso já não vai acontecer com quem tem 40 anos...”

“Mais do que um filme que começa e acaba aqui, é o princípio de qualquer coisa.”

6. *Posições ideológicas*

Mais do que divulgar um filme o autor fala sobre a investigação qualitativa subjacente à realização do filme e expõe várias problemáticas que tomaram uma nova dimensão com a crise económica: (a) a urgente qualificação e requalificação das pessoas justificada principalmente pela necessidade de sobrevivência ou de regresso ao mercado de trabalho; (b) o desemprego e o despedimento inesperado; e (c) o papel do Estado social em situações pontuais e de carência prolongada.

“Requalificação” é o termo que o autor utiliza quando se refere à INO, aos processos de RVCC ou a outras formações que os adultos se propunham fazer ao inscreverem-se nos CNO. Este aspeto, a par com o facto de a INO ser mencionada como um programa que, legitimado pela crise económica que Portugal começou a atravessar, passou a ser utilizado como forma de requalificação forçada e acelerada, apresenta a INO como uma tecnologia neoliberal. Todavia, na opinião de Susana Nobre, o início (da INO) foi diferente.

Artigo VI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a um sábado, 19.05.2012, e o seu autor é a jornalista Joana Nogueira. Surge na página 16 (em 48), na secção *Sociedade*; tem 379 palavras, ocupa uma área de cerca de oitenta por cento da página na qual se encontra ainda um artigo de opinião. O artigo contém uma foto de José Sócrates rodeado por adultos no que parece ser uma sessão de entrega de diplomas, e tem uma legenda que faz referência à data em que este ator criou a INO. O artigo contém ainda duas caixas de texto. Uma delas é apenas uma frase referente ao ensino recorrente como via para completar o 12º ano. A outra caixa de texto anuncia mais “+ pormenores”, sendo sobre os CQEP um desses pormenores: o primeiro surge a sublinhado e nele

considera-se os CQEP como o nome que os CNO agora passariam a ter bem como o facto de funcionarem, também, como meios de encaminhamento de jovens e adultos; o segundo “pormenor” diz respeito ao ensino recorrente fazendo notar que este funcionaria em algumas escolas de acordo com as suas “valências”.

O antetítulo mostra que o tema é a INO e destaca o reduzido efeito que esta teve na empregabilidade e na vida profissional das pessoas, conclusões que resultaram da avaliação levada a cabo pelo IST a este programa. O título destaca o investimento feito na implementação da INO sublinhando a vertente formal: “1800 milhões para certificados”; o subtítulo anuncia uma data para as alterações que o MEC pretendia introduzir e o seu propósito: “contra o ‘desperdício de recursos’”.

2. Os temas/objetos

O tema principal do artigo é as medidas a empreender pelo XIX Governo no que respeita à educação e formação de adultos e o investimento financeiro aplicado neste setor no âmbito da INO.

3. Os agentes

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o MEC, designado apenas por Ministério da Educação e representado pela secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, Isabel Leite, “apoiada pelo ministro, Nuno Crato”; (b) José Sócrates que em 2005, enquanto primeiro-ministro, criou a INO; e (c) o IST, apresentado como entidade que realizou “um estudo” a que Isabel Leite recorre para legitimar a tomada de posição do seu ministério.

4. Linguagem e retórica

A jornalista apresenta o investimento financeiro que foi feito no âmbito do eixo Adultos da INO, fragmentando-o por ordem decrescente da quantia utilizada em cada setor: cursos EFA, Formações Modulares (que são referidas como “Modelares”), CNO e responsáveis pelos RVCC. Por um lado, estes dados conferem-lhe credibilidade ao conteúdo da informação que pretende passar e, por outro lado, permitem sustentar o ponto de vista dos atores que cita, tanto mais que este investimento na INO é descrito como um *custo* ou *despesa* feita, durante seis anos, pelos governos liderados por José Sócrates e cuja “factura” foi “suportada, na sua maioria, por verbas comunitárias”, como afirma a jornalista.

Um outro aspeto relevante é a importância que é dada à formação e ao ensino em detrimento da educação: o termo “formação” surge oito vezes, ora ligado à educação, termo que surge apenas duas vezes, ora associado à formação profissional ou escolar ou ainda ao “ensino de adultos”. O “ensino recorrente” é referido quatro vezes, três das quais em destaque.

Todas as citações apresentadas são de Isabel Leite e representam, portanto, a perspetiva do XIX Governo e do MEC.

5. *Estratégias discursivas*

A autora começa por desvalorizar o impacto da INO no emprego (face ao investimento feito), referindo logo no antetítulo que este foi “muito reduzido” na “empregabilidade e remuneração”, ou seja, na progressão na vida profissional dos adultos diplomados no âmbito da INO. Este aspeto é desenvolvido ao longo do texto.

“Apesar da dimensão do investimento público, do qual resultaram cerca de 400 mil adultos certificados, os efeitos em termos de empregabilidade e remuneração são ‘reduzidos ou praticamente nulos’, de acordo com a secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, Isabel Leite, com base num estudo desenvolvido pelo Instituto Superior Técnico”.

Outro tópico que a autora enfatiza, e que, aliás, sustenta, é a necessidade de introduzir uma contenção dos custos decorrentes da educação e formação dos adultos. Este investimento é percebido como um grande esforço orçamental e os últimos Governos socialistas são julgados como despesistas:

Ministério da Educação introduz alterações na educação e formação de adultos, a partir do próximo ano lectivo, contra o ‘desperdício de recursos’

De facto, são estes dois aspetos que justificam, do ponto de vista do XIX Governo, apresentado por Isabel Leite e Nuno Crato, as alterações que este pretendia introduzir na educação e formação de adultos em Portugal, as quais, por sua vez eram legitimadas pelas conclusões do estudo sobre o eixo adultos da INO levado a efeito por uma equipa do IST, a pedido deste Governo.

‘Em face destes resultados temos condições para a tomada de decisões políticas fundamentadas’, declarou Isabel Leite, apoiada pelo ministro da Educação, Nuno Crato: ‘Queremos rentabilizar o investimento que é feito na formação de adultos com o que, de facto, dá resultados e traz qualificação’

Das medidas concretas a implementar na educação e formação de adultos a autora destaca a “formação e ensino de adultos” com base:

- em cursos de dupla certificação, mas com formações focadas na aquisição de “capacidades prática” e oferecidas por “entidades certificadas”, pois que teriam em vista o seu uso no mercado de trabalho;
- na recuperação do ensino recorrente para os adultos que pretendessem concluir o ensino secundário ou prosseguir estudos superiores, sendo esta modalidade oferecida pelas escolas, consoante os seus recursos, isto é, as suas “valências”, como a autora afirma;

Aos CQEP, centros que substituiriam os CNO, não seriam atribuídas funções formativas; a estes caberia proceder ao encaminhamento de jovens e de adultos para os centros de formação profissional ou para as escolas públicas.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o artigo assume a perspectiva do XIX Governo, não apenas pelo facto de ser a única apresentada como pela informação de contexto que a sublinha e que é reforçada nos próprios títulos do artigo. Por seu lado, Joana Nogueira não se limita apenas a apresentar as propostas de ação do governo na área da educação de adultos como reforça e justifica a perspectiva do MEC.

Nas medidas previstas a implementar pelo XIX Governo na educação e formação de adultos não figura a educação, mas apenas o ensino e a formação. A ênfase é colocada na necessidade de formar profissionalmente os adultos com vista à sua utilidade no mercado de trabalho e à recuperação da economia e com o mínimo investimento possível. Esta perspectiva enfatiza e reforça uma visão neoliberal da educação, assumindo acima de tudo a vertente da formação e da qualificação no sentido da capacitação para o mercado e, portanto, como instrumento para a empregabilidade e desenvolvimento da economia.

Artigo VII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal C.M., a uma segunda-feira, 01.04.2013. O autor do artigo é o jornalista Bernardo Esteves. O artigo surge na página 18 (em 52), na secção *Sociedade*. Contém 472 palavras, incluindo o antetítulo, o título, o subtítulo e duas caixas de texto, e ocupa cerca de oitenta por cento da área da página a qual é partilhada com um artigo de opinião que ocupa apenas uma coluna. O artigo contém uma foto que já é mostrada pelo menos pela terceira vez em artigos deste autor sobre a INO e que apresenta uma classe de adultos em situação de aula mostrando a formadora em primeiro plano, tal como se se tratasse de uma clássica sala de aula de alunos do 3º ciclo ou do secundário; a sua legenda revela a insegurança vivida pelos “55 mil” adultos que se encontravam em processo de RVCC. O antetítulo define o âmbito, a Educação, e realça a existência de um “novo modelo de certificação de competências” que “prevê” a realização de “exames”. O título, que contém um erro ortográfico de acordo uma vez que está redigido segundo as regras do novo acordo ortográfico, diz que o “ensino de adultos pára até setembro”. Já o subtítulo dá uma breve explicação para esta afirmação: refere a extinção dos CNO e o início de funcionamento dos CQEP só para setembro, sublinhado que esta situação deixa “cinco mil técnicos no desemprego”.

Uma das duas caixas de texto refere o que diz ser “+ pormenores”; o primeiro “pormenor”, a sublinhado, menciona a constituição do júri que presidia à prova pública final na qual o formando de RVCC apresentava o seu portefólio quando este processo ainda se realizava no âmbito da INO;

o segundo, manifesta a preocupação com a situação dos técnicos que, segundo o autor, temem ficar no desemprego pois a prioridade será dada aos professores da rede pública com “horários-zero”. Por último, surge em destaque no meio do texto, como é prática comum nos textos do C.M., uma frase: “Centros vão orientar jovens que completam o 9º ano”.

2. Os temas/objetos

O tema principal do artigo é as alterações que o XIX Governo vai introduzir na formação de adultos, designadamente (a) o encerramento dos CNO; (b) o número e data de início dos CQEP, as suas competências e as verbas adjudicadas ao seu funcionamento; (c) as mudanças na certificação de competências dos adultos em RVCC; e (d) a situação profissional dos técnicos que trabalhavam nos CNO.

3. Os agentes

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XIX Governo Constitucional; (b) o XVII e o XVIII Governos, referidos como os governos de José Sócrates; (c) Passos Coelho, Primeiro-ministro do XIX Governo; e (d) a ANPEFA representada pelo seu presidente, Sérgio Rodrigues.

4. Linguagem e retórica

O autor publicita o fim oficial do programa INO, dando ênfase apenas ao eixo Adultos. Aliás, os termos que surgem com maior frequência no texto, “adultos”, “centros”, “CQEP”, “formação”, “mil” e “técnicos”, mostram nitidamente os tópicos que são abordados.

Na explicitação das medidas que o XIX Governo pretende implementar, o autor procura mostrar o que vai mudar mas, em simultâneo, destaca o que considera serem os pontos críticos que a ANPEFA assinala. O presidente da ANPEFA é o único ator citado.

5. Estratégias discursivas

Bernardo Esteves começa por referir que a INO foi uma “bandeira dos governos de José Sócrates”, a qual viu na véspera da publicação deste artigo o seu fim oficializado; termina o artigo voltando ao ponto de partida. Na sua opinião, após as apreciações desfavoráveis que a INO foi alvo, por parte do líder do PSD em campanha eleitoral acusando-a de “facilitismo”, faziam crer que o seu fim era “previsível”. Recorda, que a INO teve “mais de um milhão de pessoas inscritas até 2010”, leia-se adultos inscritos, atribuiu “mais de 400 mil certificações” e estão pendentes 55 mil processos RVCC que aguardam a abertura dos CQEP, prevista para setembro.

Grande parte do artigo é dedicado a apresentar a posição da ANPEFA relativamente às medidas que o XIX Governo pretende implementar e que constam da Portaria 135-A/2013, de 28 de março, que o autor refere. Assim, são assinalados pela ANPEFA os seguintes pontos críticos:

- A lacuna temporal que decorre entre o fecho dos últimos CNO e os 120 CQEP que os irão “render” [o termo é do autor] mostra uma inversão do sentido do caminho que estava a ser percorrido de há 10 anos a esta parte no que respeita à recuperação do défice de qualificação: “agora estamos em contraciclo”, avisa Sérgio Rodrigues”;
 - O investimento de oito milhões de euros em 120 CQEP, não referindo o facto de serem anuais, “será ‘insuficiente’”; o autor recorda que os 422 CNO em 2011 “custavam 110 milhões” e mostra receio de Sérgio Rodrigues quanto à situação profissional dos técnicos que trabalhavam nos CNO: “O dirigente estima que o fim das NO tenha atirado para o desemprego cinco mil técnicos que estavam a contrato”;
 - A introdução das alterações à avaliação de competências e conhecimentos adquiridos pelos adultos em RVCC, particularmente a prova final, que o autor no antetítulo refere como “exames”, “feita por elementos externos e não pelos técnicos” é vista pela ANPEFA como “a adulteração da aprendizagem ao longo da vida”;
 - As novas competências dos CQEP, que continuam a desenvolver os processos de RVCC, como o autor refere, especialmente o encaminhamento “para ofertas de formação jovens que completem o 9º ano” é de eficácia duvidosa [o termo é da ANPEFA] face à redução de recursos, tendo em atenção os elevados tempos de espera dos adultos nos CNO.
- A ANPEFA surge claramente como a voz divergente com autoridade em matéria de formação de adultos.

6. *Posições ideológicas*

Não obstante o facto de divulgar a ação do XIX Governo o autor fê-lo acrescentando uma outra interpretação: a de um ator com um volume de capital simbólico no espaço público e na comunidade de técnicos e formadores de adultos. Assim, dando voz ao presidente da ANPEFA o autor assinala pontos críticos de algumas das medidas que o XIX Governo pretendia aplicar no âmbito formação de adultos com a criação dos CQEP que vieram substituir os CNO.

ANEXO F

Corpus da pesquisa, por data de publicação, jornal de publicação, secção, género jornalístico, autor(es) e título do artigo.

Data	Jornal	Secção	Género	Autor(es)	Título do artigo
22.09.2005	Público	Debate mensal	Notícia	Nuno Sá Lourenço	Sócrates quer que metade do secundário seja profissional
24.09.2005	Público	Destaque	Análise	Maria Lopes	Baralhar e dar de novo
26.09.2005	Público	Sociedade	Opinião	Santana Castilho	Regressa a censura?
26.09.2005	Público	Economia	Notícia	Eunice Lourenço	O que é feito do Plano Tecnológico? (Colaboradores dos CTT podem estudar dentro da empresa). Governo quer mais 400 centros até 2010
02.10.2005	Público	Sociedade	Notícia	Bárbara Wong	Plano nacional para o crescimento e emprego quer valorizar 'oceano, território e língua'
22.10.2005	Público	Economia	Notícia	Lurdes Ferreira	A Promessa: Sócrates anuncia formação para 650 mil jovens até 2010
06.11.2005	Público	Economia	Notícia	-	O Plano Tecnológico não rende votos' (Entrevista a José Sócrates)
26.11.2005	Expresso	-	Entrevista		Governo reorienta verbas para Programa Novas Oportunidades. Formação contínua é 'francamente' baixa
14.12.2005	Público	Economia	Notícia	Eunice Lourenço	
16.12.2005	Público	Economia	Notícia	Lusa	
31.12.2005	C.M.	Suplemento especial: Anuário 2005	Entrevista	Octávio Ribeiro e Rui Hortelão	(Entrevista a José Sócrates)
15.01.2006	C.M.	-	Entrevista	António Azenha Armando Pereira	'Inovação terá 15 mil milhões de euros' (entrevista a Carlos Zorrinho)
26.01.2006	Público	Sociedade	Notícia	Isabel Leiria	Escolas públicas com mais cursos profissionais
02.02.2006	Público	Destaque	Notícia	Lurdes Ferreira e Pedro Ribeiro	Plano tecnológico à boleia de Bill Gates
21.02.2006	C.M.	Correio do leitor	Opinião	António Carvalho	A escolaridade dos portugueses
20.05.2006	Público	Economia	Notícia	Luísa Pinto	Governo confirma prioridade na formação aos menos escolarizados
24.05.2006	Público	Sociedade	Notícia	Isabel Leiria	Oferta de cursos profissionais em escolas secundárias públicas aumenta para seis vezes mais
25.05.2006	C.M.	Sociedade	Notícia	E.N.	Um milhão de adultos volta às aulas
30.05.2006	Público	Nacional	Notícia	Helena Pereira	Governo quer melhorar instrução dos militares
02.08.2006	Público	Economia	Notícia	Lurdes Ferreira	Atraso do QREN dá uma ajuda ao défice em 2007: Mais 300 milhões de euros para o emprego e o grande investimento
11.08.2006	C.M.	Política	Notícia	Octávio Ribeiro	Brasil ajuda Portugal a voar
08.09.2006	Público	Nacional	Notícia	Margarida Gomes	José Sócrates quer mostrar caminho do país ao PS
15.09.2006	C.M.	Sociedade	Notícia	Edgar Nascimento e Marta Silva	Metade das escolas abre no último dia permitido
21.09.2006	C.M.	Última página	Notícia	-	Vieira da Silva faz balanço.

05.12.2006	C.M.	Sociedade	Notícia	Edgar Nascimento	Chuva de milhões para integrar deficientes
08.12.2006	Expresso	Editorial & Opinião	Opinião	Poul Nyrup Rasmussen e José António Vieira da Silva	A revolução tranquila
10.02.2007	Público	Economia	Notícia	Lurdes Ferreira e João Rocha	Clara Correia vai presidir à Agência Nacional para a Qualificação
24.02.2007	Público	Portugal	Notícia	Sofia Branco	Primeiro-ministro promete 'levar a peito' a igualdade
24.02.2007	Público	Economia	Notícia	João Manuel Rocha	Governo quer concluir reforma da formação até Junho
13.03.2007	C.M.	Política	Notícia	Janete Frazão e LUSA	Sócrates quer atribuir 12º ano a um milhão
16.03.2007	Público	Portugal	Notícia	Sofia Branco e Sofia Rodrigues	José Sócrates cala críticas e apela à união entre Governo e grupo parlamentar
23.03.2007	C.M.	Economia	Notícia	Miguel Ganhão	Governo elimina 200 chefias no IIEFP
08.03.2007	Público	Portugal	Notícia	Isabel Leiria	Mais de 40 mil abandonam a escola todos os anos
30.03.2007	Público	Economia	Notícia	João Rocha	Agência para a qualificação já tem lei orgânica e pode avançar
16.04.2007	Público	Portugal	Notícia	Isabel Leiria	75 mil adultos regressam aos estudos para concluir secundário
18.04.2007	Público	Portugal	Notícia	Sofia Rodrigues	Manuel Alegre acusa campanha Novas Oportunidades de denegrir profissões
21.04.2007	Expresso	Altos e baixos	Opinião	João Garcia	Manuel Alegre (Deputado socialista)
26.04.2007	Público	Cartas ao Director	Opinião	Gonçalo Tapadas	As Novas Oportunidades
29.04.2007	C.M.	Sociedade	Notícia	Mário Fernandes	Da escola para a criminalidade
03.05.2007	C.M.	Economia	Notícia	Raquel Oliveira	250 mil regressam aos bancos da escola
05.05.2007	Expresso	Rede Expresso	Reportagem	Bruno Oliveira	Este é o mestre André que acabou os estudos aos 83 anos
08.05.2007	Público	Espaço Público	Opinião	Santana Castilho	A bufaria como missão
10.05.2007	Público	Portugal	Notícia	Lusa	Cavaco Silva 'volta a ser' professor e elogia desenvolvimento de Portugal
12.05.2007	Expresso	-	Notícia	Carla Tomás	Uma estratégia nacional com dificuldades em sair da gaveta
22.05.2007	Público	Espaço Público	Opinião	Santana Castilho	Assim, 'falhamos a vida, menino!'
25.05.2007	C.M.	Suplemento "Primeiro Emprego"	Notícia	Almerinda Romeira	Cursos técnicos dão saída de futuro
01.06.2007	C.M.	Política	Notícia	Janete Frazão	Computadores para meio milhão
06.06.2007	Público	Portugal	Notícia	Isabel Leiria	Só os alunos que não chumbam podem ficar com portáteis
09.06.2007	Expresso	Educação	Notícia	Fernando Diogo e Rosa Lima	Cavaco ouve queixas da DREN
10.06.2007	Público	Portugal	Notícia	-	Directora da DREN acusada de 'enxovalhar' autarca minhoto
12.06.2007	Público	Cartas ao Director	Opinião	Fernando Charrua	Direito à reposição e ao rigor
12.06.2007	Público	Espaço Público	Opinião	Carlos Zorrinho	As razões de uma opção

20.06.2007	Público	Portugal	Notícia	Lusa	Cursos profissionais aumentam para 5000
25.06.2007	C.M.	Correio do Leitor	Opinião	Acácio Pinto	A importância da internet
28.06.2007	Público	Portugal	Notícia	Isabel Leiria	Compromisso Portugal diz que Governo corre risco de falhar objectivos para a educação
20.07.2007	Público	Portugal	Notícia breve	–	Governo em todas os distritos a entregar computadores
21.07.2007	C.M.	Economia	Notícia	Ayala Monteiro	Governo entrega 5 mil computadores
21.07.2007	Expresso	–	Notícia	–	Governo entrega portáteis
22.07.2007	Público	Portugal	Notícia	Bárbara Simões	Sócrates levou computadores e conheceu gente que quis mais para as suas vidas
22.07.2007	Público	Economia	Notícia	Natália Faria	(Citex já formou 27 mil pessoas da indústria têxtil e vestuário). Cerca de 500 formandos com 'novas oportunidades'
27.07.2007	C.M.	Política	Notícia	Sandra Rodrigues dos Santos	9500 novos empregos
29.07.2007	C.M.	Economia Fecho	Notícia breve	–	Peugeot 'Novas Oportunidades'
01.08.2007	C.M.	Sociedade Fecho	Notícia breve	–	Odivelas: Ensino
11.08.2007	Expresso	Ensino Secundário	Notícia	Mónica Contreras	Aulas a partir de casa
17.08.2007	C.M.	Política	Notícia	LUSA	400 milhões em tecnologia
02.09.2007	Público	Portugal	Notícia	Filomena Fontes e Lusa	José Sócrates diz que 'sucesso do país' passa pelo conhecimento
26.09.2007	Público	Cartas ao Director	Opinião	José Almeida	A Feira Popular
16.10.2007	Público	Cartas ao Director	Opinião	José Mesquita	A grande reprimenda
24.10.2007	Público	Espaço Público	Opinião	Santana Castilho	A verdade angélica que o poder apurou
06.11.2007	Público	Espaço Público	Opinião	Vital Moreira	A ofensiva falhada contra o ensino público
14.11.2007	Público	Cartas ao Director	Opinião	Um leitor devidamente identificado	Os professores com dispensa da componente lectiva
26.11.2007	Público	Portugal	Notícia	Lusa	Sócrates diz que desemprego é 'o problema mais sério'
04.12.2007	Público	Cartas ao Director	Opinião	Paula Correia	Haverá sempre mais uma oportunidade
11.12.2007	C.M.	Sociedade	Notícia	Edgar Nascimento	Sucesso só com o secundário
15.12.2007	Expresso	Últimas	Notícia breve	–	Governo prevê entregar mais 50 mil diplomas
26.12.2007	Público	Portugal	Notícia	Luciano Alvarez e Lusa	José Sócrates anuncia défice mais baixo
29.12.2007	Expresso	–	Opinião	Ângela Silva, Fernando Diogo, Henrique Monteiro	Balanços e perspectivas na passagem do ano de 2007 para 2008
09.01.2008	C.M.	Sociedade	Notícia	Edgar Nascimento	Ministra não tolerou 'má criação'
11.01.2008	C.M.	Sociedade	Notícia	Edgar Nascimento	352 mil adultos na escola

12.01.2008	Público	Portugal	Notícia	Isabel Leiria	PCP diz que Novas Oportunidades são um 'embuste estatístico de dimensões nacionais'
20.01.2008	Público	Economia	Entrevista	Ana Fernandes e Raquel Abecassis	'A escola deve ser acolhedora, mas muito exigente, difícil' (Entrevista a Rui Valadares)
12.02.2008	Público	Espaço Público	Opinião	Vital Moreira	Conservadorismo da esquerda
12.02.2008	Público	Cartas ao Director	Opinião	J. Ricardo	Autonomia educativa e... António Barreto
23.02.2008	Expresso	-	Opinião	Cristina Figueiredo	Governar para ganhar
26.02.2008	Público	Portugal	Notícia	Sofia Branco	Ministro do Trabalho rejeita críticas dos socialistas que têm acusado o Governo de 'insensibilidade social'
28.02.2008	Público	Portugal	Notícia	Sofia Branco	José Sócrates faz elogio do Governo e estende a mão à ministra da Educação
02.03.2008	Público	Portugal	Notícia	Mariana Oliveira	Pais apoiam ministra de Educação no dia em que Cavaco Silva faz apelo à serenidade
02.03.2008	Público	Portugal	Entrevista	José Manuel Fernandes e Raquel Abecassis	Se um pequeno jardim estiver abandonado, ninguém o limpa, chamam a câmara. (entrevista a Vítor Bento)
08.03.2008	Expresso	Educação	Entrevista	Cristina Figueiredo e Rui Ochôa	'Não tenho esperança nos sindicatos' (Entrevista a Maria de Lurdes Rodrigues)
31.03.2008	C.M.	Política	Notícia	Luís Oliveira	'É preciso pressa para executar QREN'
02.04.2008	Público	Local	Notícia	Lusa	Protocolo contra pobreza no bairro de Camarate
06.04.2008	Público	Espaço Público	Opinião	António Barreto	Software
12.04.2008	Expresso	-	Reportagem	Mário Lino	Remar contra a corrente sem crédito
30.04.2008	Público	Portugal	Notícia	Bárbara Wong	Matosinhos cria escola de segunda oportunidade
10.05.2008	Público	Economia	Notícia	Ângelo Teixeira Marques	Saber mexer em computadores permitiu 687 desempregados do têxtil arranjar trabalho
17.05.2008	Expresso	Trabalho Precário	Notícia	Humberto Costa e Pedro Neves	Novas Oportunidades precárias e falidas
18.05.2008	Público	Portugal	Notícia	-	Ministra da Educação garante fim dos recibos verdes
02.06.2008	Público	Economia	Entrevista	Cristina Ferreira e Paulo Ferreira	'Temos tido uma estratégia económica que é coxa'. (Entrevista a João Salgueiro)
06.06.2008	Público	Espaço Público	Opinião	Graça Franco	A pobreza que existe e a arrogância que não a quer ver
07.06.2008	Expresso	Defesa	Notícia	Luísa Meireles	Exército com défice de recrutamento
04.07.2008	Público	Notícia	Portugal	Isabel Leiria	Professores vão deixar de pertencer a quadros de zona
10.07.2008	Público	Destaque	Reportagem	-	Estado da Nação: Debate hoje no Parlamento num cenário de crise económica
10.07.2008	Público	Destaque	Notícia	Joana Costa	Estado da Nação: Justiça, educação, saúde e gestão dos dinheiros públicos são 'cancros'

10.07.2008	Público	Portugal	Notícia	Nátalia Faria	Ordens contra excesso de oferta, mas politécnico quer mais vagas
12.07.2008	Público	Portugal	Notícia	Isabel Leiria	Progressos na educação insuficientes para tirar Portugal da cauda da Europa
15.07.2008	CM	Sociedade	Notícia	Diana Ramos	30% das famílias tem banda larga
10.08.2008	Público	Portugal	Notícia	Sofia Branco	15 por cento dos militares optam todos os anos pela vida civil
20.08.2008	Público	Espaço Público	Opinião	Santana Castilho	Sócrates, Gago e a histeria da égua olímpica
24.08.2008	Público	Caderno P2	Reportagem	Isabel Leiria	Novas oportunidades: Nunca é tarde para voltar à escola
06.09.2008	Expresso	-	Notícia	-	92 mil com diplomas de Novas Oportunidades
06.09.2008	Público	Portugal	Notícia	Ângelo Marques	Meio milhão nas Novas Oportunidades
10.09.2008	Público	Destaque	Notícia	Isabel Leiria	Quatro mil adultos já conseguiram o 12º ano
13.09.2008	Expresso	A carta da semana	Opinião	Joaquim Évora	Este nó cego que une
26.09.2008	Público	Portugal	Notícia	Bárbara Wong	Preços da Internet para alunos não têm diferenças
28.09.2008	Público	Portugal	Notícia	Margarida Gomes	Líder do PS orgulhoso com as Novas Oportunidades
02.10.2008	Público	Local	Notícia	Carlos Dias	Avó e aluna vítimas de violência no interior de uma escola de Beja
06.10.2008	Público	Espaço Público	Editorial	José Manuel Fernandes	O diagnóstico de Cavaco é também o dilema do Presidente
10.10.2008	Público	Economia	Notícia	Lusa	Crise não afecta planos da Sonae Distribuição
15.10.2008	C.M.	-	Notícia	B.E.	Educação reforça verbas
16.10.2008	Público	Espaço Público	Opinião	Santana Castilho	Como é possível a generalização da loucura?
17.10.2008	C.M.	Sociedade	Notícia	LUSA	'Magalhães' na mira dos burlões
20.10.2008	Público	Economia	Entrevista	Lurdes Ferreira	Recrutamento vai desde as universidades aos eventos sociais. (Entrevista ao Presidente da Mortifer)
07.11.2008	C.M.	Correio do Leitor	Opinião	João da Palma	Novas oportunidades
12.11.2008	Público	Destaque	Notícia	Filomena Fontes	Ministra escapa a protestos e ovos em Fafe.
12.11.2008	Público	Portugal	Notícia	Cláudia Lomba	Prémios Precariedade vão eleger quem mais contribui para a instabilidade no trabalho
03.12.2008	C.M.	Sociedade	Notícia	B.E.	Governo quer acelerar oportunidades
03.12.2008	CM	Sociedade Fecho	Notícia Breve	-	Frase de Maria de Lurdes Rodrigues
06.12.2008	Público	Espaço Público	Opinião	José Pacheco Pereira	O que nunca chega aos jornais
18.12.2008	Público	Local	Notícia	Abel Coentrão	Região Norte empurrou crescimento do país em 2007
30.12.2008	Público	Espaço Público	Opinião	Rui Fiolhais	Dar a volta ao futuro
18.01.2009	Público	Portugal	Notícia	Sofia Rodrigues	Líder parlamentar rejeita ser oposição que 'chama ministros'
22.01.2009	Público	Portugal	Opinião	São José Almeida	O estilo de Sócrates e Zapatero
22.01.2009	Público	Espaço público	Cartas ao Director	José Lopes	Que escola querem os pais?

08.02.2009	Público	Destaque	Notícia	João Pereira e Lurdes Ferreira	Grande teste chegou com a crise
08.02.2009	Público	Destaque	Reportagem	Bárbara Wong	O "Magalhãesinho" mudou a vida de Nuno e de toda a família Santos
08.02.2009	Público	Destaque	Reportagem	João Pereira	A escola da vida também dá diplomas
08.02.2009	Público	Destaque	Reportagem	Antónia Zacarias	Um novo mundo depois dos 70
26.02.2009	Público	Portugal	Notícia	Lurdes Ferreira	Saldo da balança tecnológica encolheu um terço em 2008
01.03.2009	C.M.	Economia	Notícia	Raquel Oliveira	Novas Oportunidades salvam temporários
04.03.2009	Público	Espaço Público	Opinião	Santana Castilho	Já é tempo de a drenar
14.03.2009	Expresso	-	Notícia breve	-	Pódio
14.03.2009	Público	Economia	Notícia	Ana Fernandes	Um quinto das verbas do quadro comunitário de apoio está comprometido
22.03.2009	Público	Portugal	Notícia	Natália Faria	Sucesso profissional é determinado logo na infância
04.04.2009	Expresso	Defesa	Notícia	Luísa Meireles	Crise provoca aumento de recrutadas
18.04.2009	Expresso	-	Notícia breve	-	Magalhães
22.04.2009	Público	Portugal	Notícia	-	Tempo de antena do PS dedicado ao portátil Magalhães
09.05.2009	Expresso	-	Notícia	João Nuno Pepino	Ribatejo tem o aluno mais velho do país
10.05.2009	Público	Local	Notícia	Carlos Dias	Infantaria 3 de Beja louvada pela ligação às comunidades civis
17.05.2009	C.M.	Economia	Notícia	Manuela Teixeira	Sócrates promete mais qualificação
31.05.2009	C.M.	Atualidade	Notícia	-	Ministra garante que não vai recuar
13.06.2009	Expresso	A carta da semana	Opinião	José Batista	Novas oportunidades e o património da justiça
27.06.2009	Expresso	Destaque	Notícia	Isabel Leiria	Governo tem de qualificar mil por dia para cumprir Novas oportunidades
28.06.2009	Público	Portugal	Notícia	Sofia Rodrigues	José Sócrates acusa líder social-democrata de querer 'retroceder' nas políticas sociais
10.06.2009	Público	Espaço Público	Opinião	Santana Castilho	A democracia circunstancial
28.06.2009	Público	Economia	Notícia	Ana Rute Silva	Mulher, 47 anos e 12º ano: assim é o trabalhador do fisco
02.07.2009	Público	Destaque	Notícia breve	-	Parlamento: Sessão legislativa e legislatura na recta final
02.07.2009	Público	Destaque	Notícia breve	-	Estado da Nação: Os sobressaltos de José Sócrates num ano eleitoral
04.07.2009	Público	Espaço Público	Opinião	José Pacheco Pereira	Rasgar
04.07.2009	Expresso	-	Notícia	-	Trabalho temporário
09.07.2009	C.M.	Economia	Notícia	R.O.	Foram criadas 70 mil empresas em tempo recorde
10.07.2009	Público	Portugal	Notícia	Romana Borja-Santos	Novas Oportunidades ainda tem pouco impacto no mercado
11.07.09	Público	Portugal	Notícia	Romana Borja-Santos e Lusa	Oposição critica mas Governo alarga Novas Oportunidades
11.07.2009	Expresso	Educação	Notícia	Isabel Leiria	Grupo contratado não avaliou rigor do Novas Oportunidades
18.07.2009	Expresso	Cartas	Opinião	Miguel Alves	As novas oportunidades
26.07.2009	Público	Portugal	Notícia	Maria Lopes	Mais apoio social para deficientes e

26.07.2009	Público	Portugal	Reportagem	Ana Cristina Pereira	jovens e menos burocracia Maria recomeça a vida a medo depois de quase 30 anos de maus tratos
26.07.2009	Público	Local	Notícia	Administração de Serralves António Carrapatoso Joaquim Goes Rui Ramos	Serralves: Relatório e Contas de 2008
27.7.2009	Expresso	Opinião	Opinião		O risco de não mudar
01.08.2009	Expresso	Programa eleitoral PS	Notícia	Cristina Figueiredo	Somos os mesmos, embora diferentes
04.08.2009	Público	Cartas ao Director	Opinião	Carlos Sampaio	Sempre novas facilidades
10.08.2009	Público	Desporto	Notícia	Ana Gonçalves	A segunda vida de Cabreira no Alto da Senhora da Graça
10.08.2009	Público	Cartas ao Diretor	Opinião	Graça Mota	Sempre novas facilidades
22.08.2009	Público	Local	Notícia	Sem autor, mas com excertos da Agência Lusa	Trabalhadores da Soflusa querem nova escala de serviço
28.08.2009	Público	Destaque	Notícia	São José Almeida	As propostas do PSD e do PS
06.09.2009	Público	Destaque	Notícia	Bárbara Wong	Novo Magalhães dependentes de quem ganhar eleições
08.09.2009	Público	Destaque	Notícia	Natália Faria e Bárbara Wong	Desemprego de jovens qualificados é mais alto em Portugal.
13.09.2009	C.M.	Sociedade Fecho	Notícia Breve	–	Frase de Maria de Lurdes Rodrigues
16.09.2009	Público	Local	Notícia	Luís Sebastião	Ensino hoteleiro agora em Campo de Ourique
04.10.2009	Público	Economia	Reportagem	Luísa Pinto	A experiência dos relógios e a proximidade do colégio alemão 'O PNL pode e deve contribuir para o sucesso escolar' (Entrevista a Isabel Alçada)
22.10.2009	Público	Destaque	Entrevista	Bárbara Wong	
28.10.2009	Público	Espaço Público	Opinião	Santana Castilho	Uma aventura
10.11.2009	Público	Local	Notícia	Antónia Zacarias	Na Escola Popular de Évora, saber é ganhar muito e não perder nada
12.12.2009	Público	Portugal	Notícia	Bárbara Wong	Governo alarga Novas Oportunidades aos empresários
12.12.2009	Expresso	–	Notícia	–	280 mil obtêm diploma
12.12.2009	Expresso	–	Entrevista	–	"Inquérito da AR é natural"
24.12.2009	Público	Economia	Notícia	Inês Sequeira	Falsos 'recibos verdes' entregam prenda simbólica à ministra do Trabalho e da Solidariedade Social
26.12.2009	Público	Portugal	Notícia	Nuno Simas	Sócrates já vê 'sinais claros' da retoma
06.01.2010	Público	Espaço Público	Opinião	Santana Castilho	Isabel, cidadã anónima, professora
14.01.2010	Público	Economia	Notícia	João Almeida	Executivo aprova novos apoios para promover o emprego
15.01.2010	C.M.	Primeiro emprego	Notícia	Pedro Gonçalves	Sócrates fala de sucesso
20.01.2010	Público	Economia	Notícia	Bárbara Wong	Medicina com reforço de 15 por cento nas vagas até 2013
25.03.2010	C.M.	Correio do Leitor	Opinião	Fernando Santos	Emprego e Novas Oportunidades
30.01.2010	Expresso	–	Notícia	–	OE 2010 política

02.04.2010	Público	Economia	Notícia	Paulo Madeira	Qualificação média dos padrões em Portugal é bastante inferior à dos trabalhadores
30.04.2010	Público	Destaque	Reportagem	Graça B. Ribeiro	'Só não sabe da crise quem viver noutro mundo', dizem na universidade
30.05.2010	Público	Portugal	Reportagem	Paulo Moura	Manifestação foi um barómetro e permitiu à CGTP ver que o clima não é propício a uma greve geral
06.06.2010	Público	Destaque	Reportagem	Alexandra P. Coelho	As novas escolas querem mudar o ensino em Portugal
06.06.2010	Público	Destaque	Notícia	Alexandra P. Coelho	Há 30 por cento de construção nova e nem sempre é fácil encaixá-la
12.06.2010	Expresso	Cartas	Opinião	João Pereira	Mais uma reforma cega na educação?
26.06.2010	Expresso	-	Entrevista	Isabel Leiria e Nicolau Santos	"Há uma enorme resistência dos professores à diferenciação"
02.07.2010	Público	Portugal	Notícia	Bárbara Wong	O elogio a Maria de Lurdes Rodrigues
04.07.2010	Público	Destaque	Reportagem	José Bento Amaro	Salvar as serras a prevenir no Inverno e a reprimir no Verão
07.07.2010	Público	Portugal	Notícia	José Bento Amaro	Reduzir abandono escolar para metade é a meta até 2015
07.07.2010	Público	Portugal	Notícia	André Jegundo	Professores não concordam com imagem de facilitismo
07.07.2010	Público	Portugal	Opinião	Luís Capucha	Deu-se uma ruptura com o mito de que os portugueses não gostam da escola
07.07.2010	Público	Portugal	Opinião	Rui Baptista	Estarão aqui em causa Novas Oportunidades ou Novos Oportunismos?
07.07.2010	Público	Espaço Público	Editorial	-	O significado do Novas Oportunidades
21.07.2010	C.M.	Economia	Notícia	M.T.	Sócrates com um nó na garganta
31.08.2010	C.M.	Correio do Leitor	Opinião	António Carvalho	Trocar o ensino por diplomas
05.09.2010	Revista Pública	Ambição	Reportagem	Natália Faria	Regressar à escola na idade adulta
06.09.2010	Público	Cartas à Directora	Opinião	Rui Silveiras	No bom caminho
07.09.2010	Público	Destaque	Notícia	Bárbara Wong	Governo vai acabar com ensino recorrente
08.09.2010	Público	Destaque	Notícia	-	Ensino recorrente está a desaparecer
13.09.2010	C.M.	Atualidade II	Notícia	Diana Ramos	303 cursos superiores arriscam fechar portas
18.09.2010	Expresso	Ensino superior	Notícia	Isabel Leiria e Joana P. Bastos	O 'melhor' aluno chegou à faculdade sem acabar o liceu
18.09.2010	Expresso	-	Entrevista	Cristina Figueiredo	"O país é melhor do que a política" (Entrevista a Manuel Carrilho)
22.09.2010	Público	Portugal	Notícia	Bárbara Reis e Leonete Botelho	MNE desmente Carrilho mas este reafirma falta de aviso
25.09.2010	Expresso	-	Notícia	Isabel Leiria e Joana P. Bastos	Novas Oportunidades facilitou o acesso a 530 caloiros
25.09.2010	Expresso	A semana	Notícia	Martim Silva	Novas Oportunidades
25.09.2010	Expresso	-	Opinião	Fernando Madrinha	Oportunidades Simplex
16.10.2010	Público	Destaque	Notícia	Romana Borja-Santos	Fechos de escolas e mega-agrupamentos vão continuar
18.10.2010	Público	Destaque	Notícia	Romana Borja-Santos	Bibliotecários vão dar aulas a pelo menos uma turma

23.10.2010	Público	Portugal	Entrevista	Bárbara Wong	Elites reagiram mal às Novas Oportunidades (Entrevista a Luís Capucha)
23.10.2010	Expresso	–	Notícia	Isabel Leiria	Governo falha metas de qualificação
24.10.2010	Público	Portugal	Notícia breve	–	–
25.10.2010	C.M.	Sociedade	Notícia	João Saramago	Oportunidades com dívidas
08.11.2010	Público	Espaço Público	Opinião	Ana Benavente	Os ruídos e os silêncios da democracia
11.11.2010	C.M.	Política	Notícia	Cristina Rita com LUSA	300 mil vão ter formação 'à força'
13.11.2010	C.M.	Correio de Hoje	Opinião	Emídio Rangel	Alberto, o tonto
18.11.2010	Público	Espaço Público	Opinião	Helena Matos	O homem errado no momento que poderia ter sido certo
26.11.2010	Público	Economia	Notícia	Com Lusa	Novas Oportunidades com mais candidatos
04.12.2010	Público	Portugal	Notícia breve	–	–
11.12.2010	Expresso	Educação	Notícia	Isabel Leiria	Ministro vai travar acesso fácil ao superior
14.12.2010	Público	Portugal	Notícia	Bárbara Wong	Jovens portugueses estão a sair menos à noite e já trocaram a TV pelo computador
18.12.2010	Público	Economia	Notícia	Luís Villalobos	É preciso proteger os mais carenciados, diz Lászlo Andor
27.12.2010	C.M.	Correio do Leitor	Opinião	Rodrigo Alho	Farsa das Novas Oportunidades
06.01.2011	Público	Destaque	Notícia	Raquel Martins	Fundo Europeu apoiou mais de dois mil desempregados vítimas da crise
06.01.2011	Público	Espaço Público	Opinião	Jorge Moreira da Silva	Sete desafios que Portugal não pode falhar
14.01.2011	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana	Estudo defende que Novas Oportunidades estão a trazer mais saber para as famílias
07.02.2011	C.M.	Correio do Leitor	Opinião	Paulo Conde	Discriminação no emprego
23.02.2011	C.M.	Sociedade	Notícia	LUSA	João Sabino volta à escola aos 90 anos
12.03.2011	Público	Portugal	Reportagem	–	Só <i>like</i> ou vai mesmo?
16.03.2011	Público	Espaço Público	Opinião	Santana Castilho Miguel	As vascas de uma morte anunciada
17.05.2011	C.M.	Especial	Notícia	Alexandre Ganhão com C.R./S.T.	Passos aproveita estudo de Sócrates
18.05.2011	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana	Avaliação das Novas Oportunidades não incide sobre a qualidade da formação
18.05.2011	Público	Portugal	Notícia	Tolentino de Nóbrega	José Sócrates garante lei de meios para a madeira no memorando com a <i>Troika</i>
18.05.2011	Público	Comentários <i>online</i>	Opinião	Gil Fonseca	Polémica à volta das Novas Oportunidades
19.05.2011	C.M.	Especial	Notícia	José Rodrigues com C.R./S.T.	Novo método não esconde tragédia
19.05.2011	C.M.	Especial	Opinião	Eduardo Cabrita Pereira	Oportunidade perdida
19.05.2011	C.M.	Especial	Opinião	Coutinho	Pôr a render

19.05.2011	C.M.	Especial	Notícia breve	–	Carrilho/fast-food
19.05.2011	CM	Especial	Notícia breve	–	Uma grande oportunidade
20.05.2011	Público	Destaque	Notícia	Luís Miguel Queirós	Sócrates-Passos Coelho: Um debate decisivo. Se empata, pode ganhar
20.05.2011	Público	Destaque	Notícia	Paulo Moura	Sócrates-Passos Coelho: Um debate decisivo. O mestre de armas
20.05.2011	Público	Destaque	Notícia	–	Apoios sociais, contratos a prazo e Novas Oportunidades marcaram intervenções dos três líderes.
20.05.2011	Público	Destaque	Notícia	Filomena Fontes e Margarida Gomes	Bloco de Esquerda junta-se ao PS contra PSD na polémica sobre as Novas Oportunidades
20.05.2011	Público	Espaço Público	Opinião	José Manuel Fernandes	E agora já só falta a campanha eleitoral
21.05.2011	C.M.	Correio do Leitor	Opinião	João da Palma	Aprendizagem e auditorias
21.05.2011	C.M.	Correio do Leitor	Opinião	Carlos Oliveira	Nascer em berço de ouro
21.05.2011	C.M.	Política Avaliação contínua	Opinião	José Eduardo Moniz	Não há campeão igual
21.05.2011	Expresso	–	Notícia	Isabel leiria	Ministro admite injustiças e muda regras de acesso ao ensino superior
21.05.2011	Expresso	–	Opinião	Pedro Adão e Silva	Não temos mais oportunidades
21.05.2011	Expresso	Editorial	Opinião	–	6 de junho
21.05.2011	Expresso	–	Opinião	Maria de Lurdes Rodrigues	Novas oportunidades para o país
22.05.2011	Público	Destaque	Notícia	Maria José Oliveira e Rita Siza	Sócrates pede confiança aos alentejanos perante uma plateia mobilizada em Lisboa
22.05.2011	Público	Cartas à Directora	Opinião	José Lopes	Novas Oportunidades
26.05.2011	Público	Cartas à Directora	Opinião	Manuel Ferreira	Novas Oportunidades
27.05.2011	C.M.	Especial	Notícia	José Rodrigues com C.R.	Passos acusa PS de forjar concursos
28.05.2011	Expresso	–	Notícia	–	Agente infiltrado
03.06.2011	C.M.	Correio de Hoje	Opinião	Leonardo Ralha	Alguém dá a terceira?
03.06.2011	Expresso	–	Opinião	Mário Crespo	Crónica para ler no domingo
03.06.2011	Expresso	–	Opinião	Roberto Carneiro	Novas oportunidades: os pontos nos is
08.06.2011	Público	Espaço Público	Opinião	Santana Castilho	Um governo engaiolado
08.06.2011	C.M.	Formação profissional	Reportagem	–	Estabelecimento de ensino aposta na valorização do capital humano
20.06.2011	Público	Cartas à Directora	Opinião	Joaquim A. Moura	O juízo final
22.06.2011	Público	Portugal	Notícia	Lusa	Portugal entre os melhores da Europa
30.07.2011	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana e Graça B. Ribeiro	Ministério suspende novas turmas para adultos
06.08.2011	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana	Governo afasta responsável do programa Novas Oportunidades

23.08.2011	C.M.	Correio do Leitor	Opinião	Fernando Santos	O polvo das 'novas oportunidades'
04.09.2011	Público	Espaço Público	Opinião	Rui Baptista	Ingresso no ensino superior: o antigo exame ad hoc e as actuais provas de acesso para maiores de 23anos
08.09.2011	Público	Destaque	Entrevista	Natália Faria	A pergunta: Que medida gostaria de ver adoptada nas escolas pelo novo ministro (Breves entrevistas, nomeadamente a Lucília Salgado)
14.09.2011	Público	Portugal	Notícia	Graça B. Ribeiro	Crato volta a atacar Novas Oportunidades sem se comprometer com fim do programa
14.09.2011	Público	Espaço Público	Opinião	Santana Castilho	Quando menos por menos não dá mais
18.09.2011	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana	Pela primeira vez em seis anos, o número de alunos colocados sofreu redução
19.09.2011	C.M.	Correio do Leitor	Opinião	Catarina Leite	Programa Novas Oportunidades
24.09.2011	Público	Comentários <i>online</i>	Opinião	Nuno	Medicina: alunos do ensino recorrente favorecidos no acesso
24.09.2011	Público	Portugal	Notícia	Graça B. Ribeiro	Vários cursos com médias superiores a 15 valores
24.09.2011	Expresso	–	Opinião	Miguel Sousa Tavares	O que correu mal?
24.09.2011	Expresso	–	Notícia	Isabel Leiria e Joana Bastos	Pelo menos 30 alunos usaram truque para entrar em Medicina
24.09.2011	Expresso	–	Opinião	Valter Lemos	As novas oportunidades ganhas... E o mais que há a fazer!
24.09.2011	Expresso	–	Notícia	Rosa pedroso Lima	Cortes de funcionários doem ainda mais em 2012: Estado admitiu 1984 até junho
18.10.2011	Público	Portugal	Notícia	Jorge Talixa	Gonçalo Xufre é o novo 'senhor' Novas Oportunidades
21.10.2011	C.M.	Política	Notícia	B.E.	Xufre sucede a Capucha
19.11.2011	Expresso	–	Opinião	Mário Crespo	É preciso coragem e vergonha na cara
10.12.2011	Expresso	Cartas	Opinião	Vítor Nunes	Problemas portugueses
21.12.2011	C.M.	Especial	Notícia	João Saramago	Custo de Novas Oportunidades por apurar
23.12.2011	Expresso	–	Notícia	Isabel Leiria	Um terço dos alunos do 9º ano já chumbou
26.12.2011	Público	Espaço Público	Opinião	Rui Baptista	Mais vale tarde do que nunca
29.12.2011	C.M.	Sociedade	Notícia	B.E.	Novas Oportunidades sem dinheiro
30.12.2011	Público	Portugal	Notícia	–	MEC fecha 20 Centros Novas Oportunidades
31.12.2011	C.M.	Política Soltas	Notícia breve	–	Oportunidades por um ... canudo
11.01.2012	Público	Espaço Público	Opinião	Rui Baptista	O actual Governo e as novas oportunidades
12.01.2012	Público	Portugal	Notícia	Rita Araújo	Dispensados 800 formadores das Novas Oportunidades
14.01.2012	Público	Portugal	Notícia breve	–	IEFP paga por dispensa de técnicos
14.01.2012	Expresso	Capa	Notícia breve	–	PS pede explicações
25.01.2012	C.M.	Sociedade	Notícia	Bernardo Esteves	Ensino perde 91 mil alunos em 20 anos
30.01.2012	Público	Portugal	Notícia	Sofia Rodrigues	Novas Oportunidades na mira socialista

01.02.2012	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana	Governo fecha um terço dos centros Nonas Oportunidades
04.02.2012	Público	Portugal	Notícia	Com Lusa	Observatório reúne pais, escolas, câmaras e docentes
04.02.2012	Expresso	Breves	Notícia	–	PS em defesa das Novas Oportunidades
11.02.2012	Expresso	Últimas	Notícia	–	Seguro bate-se pelas Novas Oportunidades
12.02.2012	Público	Portugal Breves	Notícia	N.R.	António José Seguro acusa Governo de desistir dos portugueses
22.02.2012	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana	Fecho dos Centros Novas Oportunidades ameaça emprego de mais de dois mil técnicos.
25.02.2012	Expresso	Editorial & Opinião	Opinião	Pedro Adão e Silva	Suicídio assistido
07.03.2012	C.M.	Atualidade II	Frase	–	Novas Oportunidades (Frase de Nuno Crato)
28.03.2012	Público	Espaço Público	Opinião	António José Seguro	Alicerce da liberdade e da democracia
14.05.2012	Público	Portugal	Notícia	Lusa	PS critica saída de Portugal de estudo da OCDE
15.05.2012	C.M.	Sociedade	Notícia	Bernardo Esteves	Governo ordena despedimentos
16.05.2012	Público	Portugal Educação	Notícia	José Bento Amaro	Despedimentos nas Novas Oportunidades afectam 250 técnicos
19.05.2012	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana	Novas Oportunidades quase não criaram mais emprego, conclui estudo
19.05.2012	Público	Espaço Público	Opinião	–	Pensar de novo o ensino recorrente
19.05.2012	C.M.	Sociedade	Notícia	Joana Nogueira	1800 milhões para certificados
21.05.2012	C.M.	Correio do Leitor	Opinião	Carlos Oliveira	Fechar portas à formação
23.05.2012	CM	Sociedade	Opinião	Mário Nogueira	(In)sérios!
25.05.2012	Público	Correio da Educação	Opinião	Alberto Melo Corte Garcia	Novas oportunidades e velhas enormidades
27.05.2012	C.M.	Cartas à Directora	Notícia	–	Novas Oportunidades: Saída profissional
02.06.2012	Público	Sociedade	Opinião	José Pacheco Pereira	Nas democracias só há presente
06.06.2012	Público	Espaço Público	Opinião	Santana Castilho	Insensato, ponto, Crato
16.06.2012	Expresso	–	Opinião	Miguel Sousa Tavares	O que é feito do futuro?
16.06.2012	Expresso	–	Notícia	Ângela Silva	Das Novas Oportunidades para o Impulso Jovem
21.06.2012	C.M.	Sociedade	Notícia breve	–	Deficientes recebem diploma
30.06.2012	Expresso	Fecho	Reportagem	Joana Pereira Bastos	Viver sem ter lugar
04.07.2012	Público	Desemprego	Opinião	Rosário Neves	Licenciatura de Relvas
06.07.2012	Público	Comentários Online	Opinião	J. Ricardo	O Relvas, outra vez
07.07.2012	Expresso	Cartas à Directora	Opinião	Ricardo Costa	Uma coisa em forma de assim
07.07.2012	Expresso	–	Opinião	Miguel Sousa Tavares	O não-assunto
07.07.2012	Expresso	–	Opinião	Daniel Oliveira	Os outros

07.07.2012	C.M.	Sociedade	Notícia	Bernardo Esteves	Escolas obrigadas a dar justificação
14.07.2012	Público	Espaço Público	Opinião	José Pacheco Pereira	O valor académico da experiência política segundo a Universidade Lusófona
21.07.2012	Expresso	–	Opinião	Rui Ramos	O único assunto
14.08.2012	Público	Portugal Breves	Notícia breve	–	Centros Novas Oportunidades abertos até Dezembro
08.09.2012	Público	Portugal	Reportagem	Ana Cristina Pereira	Andreia já lê mensagens no telemóvel e Aurora já distingue os detergentes
01.09.2012	Expresso	–	Reportagem	Isabel leiria	Estas páginas falam de quem não as sabe ler
15.09.2012	Expresso	Educação	Notícia	Isabel Leiria	O mistério dos 120 mil alunos que desapareceram num ano
12.09.2012	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana	Crato utilizou Novas Oportunidades para justificar diminuição de alunos
15.09.2012	Expresso	Pé de página	Opinião Leitor	João Garcia	Triste sina
20.09.2012	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana	Crato reconhece que alunos a menos são sobretudo adultos
25.09.2012	C.M.	Sociedade	Notícia	Bernardo Esteves	Governo trava cursos de adultos
01.12.2012	Expresso	Educação	Reportagem	Isabel Leiria	Uma professora, 19 turmas, 350 alunos
26.12.2012	Público	Espaço Público	Opinião	Hugo Mendes	A espiral do silêncio
30.01.2013	Público	Portugal	Notícia	–	Nova rede de centros vai substituir Novas Oportunidades a partir de Abril
07.02.2013	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana	Certificação escolar de adultos passa a ter um exame final que vale 50%
16.02.2013	Público	Espaço Público	Opinião	Luís Capucha	E depois das Novas Oportunidades, o quê?
23.02.2013	Expresso	Cartas	Opinião	Vítor Colaço Santos	As Novas Oportunidades perder-se-ão?
01.04.2013	C.M.	Sociedade	Notícia	Bernardo Esteves	Ensino de adultos pára até setembro
08.04.2013	Público	Espaço Público	Opinião	António Correia de Campos	A limitação das avarias
10.04.2013	Público	Portugal	Notícia	Graça B. Ribeiro e Mariana Dias	Conselho Nacional de Educação avisa que 'a situação é dramática'
04.05.2013	Expresso	–	Opinião	Pedro Adão e Silva	Um problema de memória
18.05.2013	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana	CNE contesta qualidade dos centros que substituem os das Novas Oportunidades
31.05.2013	C.M.	Especial	Notícia	–	As vias da dupla certificação
16.06.2013	Público	Destaque	Opinião	João Sebastião	Para onde vai a escola pública?
20.08.2013	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana	Professores contratados e alunos adultos com quebras acentuadas
14.09.2013	Expresso	Cartas	Opinião	J. Ricardo	Linguagens
02.10.2013	Público	Portugal	Notícia	Clara Viana	Formação de adultos sem respostas depois do fim das Novas Oportunidades
11.10.2013	C.M.	Sociedade	Notícia	André Pereira e Sara Carrilho	Ex-aluno destrói escola em Sintra
26.10.2013	Público	Cultura	Documentário	Jorge Mourinha	'O que é que aconteceu às pessoas que foram despedidas?'

28.10.2013	Público	Espaço Público	Opinião	Luís Vidigal	Do 'Brazil Nut Effect' ao 'Portugal Nut Case'
14.12.2013	Expresso	–	Opinião	Daniel Oliveira	Exterminador implacável

Anexo G

Análise textual efetuada a cento e vinte e seis artigos

Artigo I

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quinta-feira, 22.09.2005, e o seu autor é o jornalista Nuno Sá Lourenço. Surge na página 10 (em 56), na secção Nacional: Debate mensal. Contem 868 palavras, ocupa a cerca de dois terços de uma página e apresenta um formato poligonal côncavo integrando uma notícia de menores dimensões sobre outro tema e com um título em tamanho reduzido. Além disso, contém uma foto com legenda, de José Sócrates, primeiro-ministro no XVII Governo Constitucional. O título e a entrada reportam-se às metas estabelecidas no eixo Jovem da INO e personalizam a agenda do Governo em debate na Assembleia da República, na figura do seu primeiro-ministro.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são a estratégia do Governo para resolução do problema respeitante ao défice de qualificação da população portuguesa e do insucesso e abandono escolar, os objetivos e metas da INO e a agenda dos partidos da oposição com assento na Assembleia da República. O Orçamento do Estado e a crise económica e social surgem como temas secundários.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo, pela ordem em que aparecem referidos no texto, são: (a) A Assembleia da República; (b) Portugal; (c) José Sócrates, primeiro-ministro do XVII Governo Constitucional; (d) o XVII Governo; (e) Francisco Louçã, presidente do Partido Bloco de Esquerda, na qualidade de deputado com assento na Assembleia da República; (f) Marques Guedes, apresentado como presidente do PSD; (g) Nuno Melo, apresentado como líder parlamentar do Centro Democrático Social (CDS); e, (h) Jerónimo de Sousa, presidente do PCP, sem outra referência que não seja a de integrar a oposição.

Como agentes ou atores sociais secundários aparecem: (a) a Agência Nacional para a Formação e Qualificação de Adultos, referida por Francisco Louçã; (b) o PS, referido por Marques Guedes; (c) Santana Lopes referido por José Sócrates; e (d) Durão Barroso, referido por Jerónimo de Sousa.

Todos os atores referidos neste artigo são personalidades com elevado capital político e social.

4. *Linguagem e retórica*

O autor realça os objetivos e as metas da INO, quer as respeitantes ao eixo Jovem quer ao eixo Adultos. Enquanto o título privilegia o eixo Jovem, a legenda da foto destaca o eixo Adultos. Recorre cinco vezes a termos como “acusou” na descrição da atuação dos deputados da oposição, uma vez a “gritou” a respeito da forma como José Sócrates reagiu em determinada altura, e “avisou” referindo-se à forma como o tema do debate foi anunciado, mostrando o tom em que decorreu o debate, a força da argumentação da oposição, mas também de que lado está o poder. Por outro lado, à mensagem do primeiro-ministro estão associadas verbos como reconhecer (2), comprometer (2), garantir (2) e explicar (1); eles têm como efeito sublinhar a política educativa do Governo e transmitir uma imagem do primeiro-ministro como um líder que tem conhecimento de causa e possui uma visão estratégica com a qual está comprometido, o que lhe confere confiança e credibilidade.

O recurso à citação é frequente: 16 citações de José Sócrates, duas de Francisco Louçã, três de Marques Mendes, uma de Nuno Melo e duas de Jerónimo de Sousa. Deste ponto de vista, Nuno Sá Lourenço privilegiou o ponto de vista de José Sócrates e conseqüentemente a ação do Governo.

5. *Estratégias discursivas*

O autor noticia o conteúdo do debate que decorreu na véspera na Assembleia da República dedicado ao tema “formação e qualificação dos portugueses” e os termos em que este decorreu.

- Em cerca de metade do artigo o autor descreve os objetivos e as metas estabelecidos na INO e apresentados pelo primeiro-ministro à Assembleia, dando igual ênfase a ambos os eixos de ação do Programa;
- O primeiro e último parágrafos desta primeira parte do artigo justificam, do ponto de vista de José Sócrates, quer a entrada do tema da qualificação dos portugueses em agenda decisional quer a adequação da resposta do Governo destacando quer a relação da educação e formação com a economia e com a competitividade dos Estados quer as expectativas que o primeiro-ministro coloca na INO em termos de produção de efeitos na vida profissional das pessoas que nela se venham a envolver enquanto formados ou alunos: um “problema crítico para a competitividade de Portugal” e “um imperativo para o crescimento económico, para o emprego e para a melhoria dos salários” são expressões contidas nestes dois parágrafos;
- As causas do insucesso e do abandono escolar são localizadas na forma como o ensino secundário se desenvolveu, isto é, predominantemente subordinado ao prosseguimento de estudos, segundo o autor refere usando as palavras do primeiro-ministro, tendo a sua resolução sido protelada por uma questão de agenda política portuguesa. José Sócrates aparece como alguém que pretende dar um novo rumo à política portuguesa,

reconhecendo e enfrentando os reais problemas do país, no lugar de se preocupar com “fait-divers”, como o autor refere ao mostrar a perspetiva do primeiro-ministro;

- As iniciativas com vista à educação e formação de adultos, tal como foram apresentadas pelo jornalista, são descritas como destinadas “à equiparação das competências dos adultos sem o ciclo completo” com vista à sua continuação, pois mais à frente é dito que “o programa inclui ainda a aposta na qualificação dos adultos, com a triplicação da ‘oferta de cursos técnicos e profissionais para educação e formação de adultos’”;
- A vertente da educação formal e técnica ou profissionalizante é enfatizada ao longo do texto;
- Na segunda parte do artigo o autor apresenta o ponto de vista de representantes dos partidos da oposição mostrando que a questão da qualificação não é por eles considerada um problema que mereça, naquele momento, a atenção, uma vez que as suas preocupações se prendem com o Orçamento do Estado e com o desemprego e, além disso, a ênfase na INO é apenas uma forma de José Sócrates desviar a atenção daqueles assuntos. Contudo, a apresentação dos pontos de vista como os de Francisco Louçã, Marques Guedes e Jerónimo de Sousa, denuncia pressão no sentido de acelerar o processo de implementação da INO passando da fase do planeamento à da ação no terreno.

6. Posições ideológicas

O autor apresenta as linhas principais da INO e a vinculação do primeiro-ministro a esta política que expectavelmente teria efeitos na competitividade de Portugal. Ideologicamente o autor privilegia a perspetiva do Governo, na figura do seu líder, e sustenta a ideia defendida por José Sócrates da educação e formação ao serviço da economia e da melhoria social em termos de empregabilidade e melhoria de salários. A cada argumento apresentado pelos deputados da oposição, Nuno Sá Lourenço contrapõe com a resposta de José Sócrates. Por outro lado, quando o autor afirma no início da exposição dos argumentos da oposição que esta “mostrou pouco interesse no tema, tendo tentado trazer ao debate o desemprego ou Orçamento do Estado”, o ponto de vista da oposição surge logo à partida claramente diminuído.

Artigo II

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um conjunto de três artigos interrelacionados—*reportagem e notícia*—, publicados no jornal Público, a um domingo, 02.10.2005. A autora dos três artigos é a jornalista Bárbara Wong que à data escrevia regularmente sobre educação neste diário. Surgem os três textos na página 29 (em 56), na secção *Sociedade*; têm na totalidade 1265 palavras, ocupam a página inteira e contêm uma foto central com legenda. Cada artigo tem um título próprio. O texto que aqui designamos como primeiro é de maior envergadura, tem um título de maiores dimensões que os restantes e contém uma entrada; parte desta entrada é o título do terceiro texto que ocupa uma faixa horizontal na zona inferior da página. O título do primeiro texto refere-se a uma empresa pública que oferece oportunidades de formação aos seus trabalhadores e a sua entrada sublinha um aspeto positivo relativo ao financiamento do centro de certificação de competências a funcionar nessa empresa (“Colaboradores dos CTT podem estudar dentro da empresa. Governo quer mais 400 centros até 2010”); o título do segundo texto, formatado em coluna, destaca outra empresa pública que também integra um centro de certificação de competências; já o título do terceiro texto refere-se a uma das metas do eixo Adultos da INO apresentada como objetivo do Governo.

O primeiro texto é uma reportagem. A foto apresenta uma imagem de dois protagonistas da reportagem em frente à empresa para a qual trabalham e tem uma legenda que os identifica pelos nomes e os apresenta como dois adultos que decidiram completar a escolaridade obrigatória depois de terem abandonado os estudos quando jovens. Nos itens que se seguem analisam-se os três textos como integrando um único artigo.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são (a) os processos de RVCC, (b) a responsabilidade social das empresas em termos de colaboração e promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos seus *stakeholders* internos, e (c) as medidas a empreender pelo XVII Governo no âmbito da INO, no que respeita à educação de adultos.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são: (a) Os CTT e a EDP; (b) os dois protagonistas da reportagem, António Santos de 39 anos de idade que analisa orçamentos e Joaquim Almeida com 49 anos que é eletricitista, apresentados como colaboradores dos CTT que concluíram o 9º ano de escolaridade no centro de RVCC da sua empresa; (c) Carlos Capela, diretor do centro de RVCC dos CTT; e, (d) Elsa de Barros, assessora do Ministério da Educação.

Como agentes secundários temos: (a) a filha de António Santos; (b) António Soares, diretor do Departamento de Desenvolvimento e Formação dos CTT; (c) João Raul Pereira, diretor do centro da EDP; (d) a Portugal Telecom; (e) o primeiro-ministro do XVII Governo; (f) O XVII Governo; (g) o Instituto de Emprego e Formação Profissional; (h) Ministério da Educação; e, (i) Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

4. *Linguagem e retórica*

A autora coloca em primeiro plano o contexto que justificou a abertura e o funcionamento de dois centros de RVCC em duas empresas públicas portuguesas de elevado capital social e financeiro e confere autoridade aos atores locais, pois recorre a uma perspetiva próxima do cenário que pretende mostrar, procurando um equilíbrio entre os processos e pontos de vista institucionais e o dos trabalhadores. Tirando partido destes dois pontos de vista, Bárbara Wong vai referindo um conjunto significativo de aspetos positivos relativos aos casos específicos que retrata. Recorre com frequência a afirmações proferidas pelos dois trabalhadores dos CTT, a quem se refere como “colaboradores”, que demonstram satisfação, orgulho, alegria, ambição e conquista, termos que, aliás, a autora utiliza para traduzir o que sentem. Aproveita ainda a entrevista que realiza ao diretor do centro dos CTT, da qual passa vários excertos, para intercalar uma série de dados quer a respeito dos mecanismos inerentes aos processos de RVCC, quer acerca do número de centros RVCC em funcionamento, a adesão dos trabalhadores aos processos RVCC e os apoios financeiros associados. Quer o caso do centro de RVCC dos CTT quer o da EDP que intervém numa outra zona do país, também contado com recurso à informação recolhida junto do diretor do centro de RVCC, servem de contexto para a jornalista divulgar, no terceiro texto, um novo protocolo com a PT e abordar os objetivos e metas do eixo Adultos da INO, agora na perspetiva do Ministério da Educação. Em todo o artigo (três textos) o termo “Novas Oportunidades” só surge uma vez e no terceiro texto.

5. *Estratégias discursivas*

A autora enquadra os processos de RVCC numa narrativa que inclui uma história verossímil que levou dois trabalhadores de uma empresa a inscreverem-se e a concluírem o 9º ano no centro de RVCC que esta possui. Ao abordar o papel da educação de adultos dando voz a duas pessoas que abandonaram os estudos quando jovens e concluíram o 9º ano já em adultos, destacando os receios e os medos que estes sentiram antes de se aventurarem no processo de RVCC e o orgulho e a alegria que posteriormente sentiram, permite a muitos leitores identificarem-se com estes casos, criando assim uma oportunidade para repensarem a sua situação ou o de um seu familiar, amigo ou conhecido.

Por outro lado, ao recorrer a exemplos de empresas do setor público, a autora procura mostrar ao setor empresarial público e privado a responsabilidade social que lhes é cometida

em termos de promoção da qualificação dos seus trabalhadores e criação de oportunidades que favoreçam o reconhecimento e o desenvolvimento de competências. Aliás este aspeto é realçado pelo diretor de um dos centros que reforça também a questão da relação entre a inovação e a competitividade e a qualificação dos trabalhadores.

Na sequência da apresentação da educação e formação de adultos destes dois ângulos, a autora noticia a assinatura de um protocolo entre a empresa pública PT e o Ministério da Educação, com vista à construção de um centro de RVCC, e divulga objetivos e metas do eixo Adultos da INO sublinhando o alargamento do sistema RVCC ao 12º ano e às escolas secundárias. Utilizando nesta parte a perspetiva da administração central, o Ministério da Educação, na voz de Elsa Barros, a autora confere maior credibilidade à sua narrativa e, simultaneamente reforça o poder e confere uma imagem de confiança aos centros de RVCC, futuros CNO com uma responsabilidade significativa no sucesso da INO.

Relativamente aos processos de RVCC a autora, não obstante frisar seis vezes a questão do diploma ou da certificação, privilegia igualmente a vertente de certificação, a vertente sumativa e formal e a vertente de validação; contudo, fá-lo principalmente para revelar os sentimentos das personagens pela conquista alcançada. Apresenta a função de validação associada aos efeitos na vida profissional—“António tem ambições de subir na carreira” e “têm a certeza de que a certificação do 9º ano lhes abre mais oportunidades dentro da empresa”—, ou pessoal e familiar, patente no primeiro parágrafo do artigo: “foi no início do ano lectivo. A filha trouxe-lhe uns impressos da escola para preencher e António Santos encheu-se de orgulho, quando à frente das suas habilitações, escreveu: 9º ano.” Na parte final, a autora sublinha a dimensão prospetiva que estes processos de reconhecimento também comportam, mostrando a vontade que o protagonista da sua história tem de prosseguir os estudos, nem que seja até ao 12º ano.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente o artigo apresenta uma perspetiva claramente favorável à INO, política educativa do XVII Governo no que respeita ao eixo Adultos e na forma de reconhecimento, validação e certificação de competências adquirida, numa lógica de desenvolvimento pessoal e emancipação, sem contudo deixar de sublinhar a expectativa de que a qualificação traria também benefícios na vida profissional, trazida pela perceção de um adulto que concluiu um processo de RVCC.

O artigo evidencia também uma posição definida relativamente ao papel das empresas na qualificação dos portugueses: trata-se de uma questão de responsabilidade social, mas também de competitividade e inovação. Também deste ângulo, o artigo alimenta a perspetiva do Governo.

Artigo III

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 14.12.2005, cuja autora é a jornalista Eunice Lourenço. Surge na página 32 (em 52), na secção *Economia*; tem 525 palavras e ocupa a parte inferior de uma página. O título (“Governo reorienta verbas para programa Novas Oportunidades”) e a entrada destacam três estratégias do Governo no âmbito da implementação da INO. O artigo está dividido em duas secções, sendo que a segunda tem um título com letra de tamanho igual à do texto mas sublinhado.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) as formas de financiamento da INO, (b) o problema de qualificação dos portugueses que justifica a implementação da INO, e (c) as medidas a implementar pelo Governo que visam a divulgação e a adesão à INO. Como temas secundários surgem, ainda, as metas da INO e a cultura dos portugueses.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XVII Governo, com destaque especial para o secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional Fernando Medina, personagem principal do artigo; (b) o primeiro-ministro, os ministros da Educação e do Trabalho e Solidariedade Social, Roberto Carneiro, Júlio Pedrosa, Joaquim Azevedo, Rui Canário e Nuno Vitorino, que são referidos uma única vez pela autora do artigo; (d) Portugal; e (e) a OCDE que surge enquanto instância reguladora.

4. *Linguagem e retórica*

A autora recorre com frequência a citações do secretário de Estado do Emprego e da Formação ou a excertos do documento de apresentação da INO, que por sua vez remetem para dados quantitativos da OCDE. O primeiro recurso confere autoridade ao jornalista para abordar os temas. O facto da informação recolhida no documento de apresentação da INO remeter para dados da OCDE permite à autora do artigo mostrar que o diagnóstico contido naquele documento é de confiança, pois recorre a informação trabalhada por uma instância com autoridade sobre o assunto.

5. *Estratégias discursivas*

A autora divulga (a) o seminário que vai acontecer no Centro de Congressos de Lisboa para apresentação da INO; (b) a forma e o montante de financiamento previsto para a INO; (c) o défice de qualificação dos portugueses e a relação entre o investimento em capital humano e o crescimento económico; (d) as metas da INO tanto do eixo Jovem como do eixo Adultos; (e)

estratégias do Governo, como sejam, apoios às pessoas e às famílias e o desencorajamento ao emprego de jovens que não tenham completado o 12º ano; e, por último, (f) a campanha de informação e sensibilização que viria a ser realizada pelos média. Eunice Lourenço procura sempre atribuir um valor acrescentado a cada informação, uma vez que recorre sistematicamente a autoridades oficiais e a instituições credibilizadas. Na parte final do artigo, o ponto de vista de Fernando Medina de que “é necessário mobilizar os portugueses para o desafio da aprendizagem”, pois estes “não têm consciência da importância da educação, nem da sua própria baixa qualificação”, o que, no seu entender, justifica a necessidade de levar a cabo uma “campanha alargada de informação e sensibilização” sobre a INO, nos meios de comunicação social.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente, o artigo reforça a política do Governo no que respeita à INO. Destaca dois aspetos: em primeiro lugar, o défice de qualificação dos portugueses; em segundo a convicção do Governo de que o aumento da elevação do nível médio de escolaridade dos portugueses contribuirá decisivamente para o aumento das taxas de emprego e para o crescimento da economia, baseando-se em dados fornecidos pela OCDE para legitimar esta posição.

Artigo IV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma sexta-feira, 16.12.2005; o seu autor é a agência LUSA. Surge como notícia, na página 34 (em 55), na secção *Economia*; tem 303 palavras e ocupa um quarto inferior esquerdo da página. O título destaca a necessidade de promover a formação contínua dos trabalhadores, afirmando que esta “é ‘francamente’ baixa”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a formação contínua dos trabalhadores em empresas portuguesas. O eixo Adultos da INO e a cultura empresarial portuguesa, no que respeita à formação, são temas desencadeados pelo tema principal.

3. *Os agentes*

Os atores principais apresentados no artigo são o XVII Governo representado por Vieira da Silva, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, e João Proença, secretário-geral da União Geral de Trabalhadores. Como atores sociais, referidos pela agência LUSA e por João Proença temos, respetivamente, a OCDE, que confere credibilidade ao diagnóstico que é apresentado no que respeita ao baixo nível de qualificação dos trabalhadores, e Portugal.

4. *Linguagem e retórica*

No texto o discurso indireto é mais frequente que a citação. Das cinco citações curtas, duas são de Vieira da Silva e representam o ponto de vista do Governo; três dizem respeito a afirmações proferidas por João Proença e que são proferidas na perspectiva dos trabalhadores.

5. *Estratégias discursivas*

O artigo dá a conhecer o conteúdo dos discursos dos dois atores principais supra mencionado, proferidos na conferência “A formação ao longo da vida—um direito dos trabalhadores”, a qual decorreu em Lisboa na véspera da publicação deste artigo. O texto inicia com a voz de Vieira da Silva. Este ator sublinha os três aspetos seguintes:

- O baixo nível de formação contínua em Portugal e o baixo nível de escolaridade dos trabalhadores portugueses;
- A necessidade de valorizar a formação contínua devido à aceleração das mudanças tecnológicas e ao aumento da competitividade;
- A necessidade de dar uma resposta “proactiva” e rápida, revendo de seguida e a título de exemplo os objetivos e metas do eixo Adultos da INO;

No que respeita ao discurso de João Proença, este ator sublinha:

- a necessidade de implementar a INO, à qual se refere de forma positiva mas sem entrar em pormenores;
- incumprimentos por parte das empresas no que respeita aos direitos de formação dos trabalhadores;
- a necessidade de alterar a política das empresas que ainda consideram a qualificação um encargo e não um benefício e uma condição necessária à sua competitividade no mercado globalizado.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o artigo assume o ponto de vista comum aos dois atores principais, ou seja, o da ALV na forma de formação contínua e técnica a que nem os trabalhadores nem as empresas se podem furtar sob pena de não conseguirem acompanhar o ritmo de mudanças nos processos de trabalho e na competitividade. Neste sentido, a perspetiva da União Geral de Trabalhadores complementa e reforça a do Governo. Por sua vez João Proença defende o papel que representa na organização, ou seja, o da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Artigo V

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quinta-feira, 26.01.2006, e a sua autora é a jornalista Isabel Leiria que à data escrevia com regularidade sobre educação neste diário. Surge como notícia, na página 19 (em 48), na secção *Sociedade*; tem 388 palavras e o formato de coluna. O título remete para uma das medidas do eixo Jovem da INO: o aumento do número de cursos profissionais nas escolas públicas (“Escolas públicas com mais cursos profissionais”).

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são a implementação de uma das medidas da INO respeitante ao eixo Jovem—abertura de cursos profissionais e de cursos de educação e formação nas escolas secundárias—e o protocolo estabelecido entre a Direção Regional de Educação de Lisboa e o IIEFP. Como assunto secundário surge a requalificação das escolas secundárias com vista à oferta das vias profissionalizantes e as verbas que o ME pretende afetar para este efeito.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são, pela ordem de apresentação: (a) a Escola Secundária Marquês de Pombal que é descrita como apresentando uma diminuição acentuada do número de alunos e está a ser requalificada; (b) o IIEFP, Instituto que já à data da publicação do artigo desempenhava na área das políticas sociais do emprego e da formação um papel relevante na sociedade portuguesa, assume neste texto um papel de destaque; (c) o XVII Governo; (d) Durão Barroso; (e) o ME; (f) a Direção Regional de Educação de Lisboa; (g) as Escolas Secundárias Fonseca de Benevides, Rainha Santa Isabel, Oliveira Martins e Infante D. Henrique, referidas pela jornalista como escolas que, na sua maioria, iriam estender a sua oferta ao ensino profissionalizante; e (h) a OCDE.

4. *Linguagem e retórica*

A autora não recorre citações dos atores que refere e apresenta os assuntos de uma forma concisa. A utilização de expressões como “tentando diminuir os actuais níveis de abandono”, “tentando assim dar respostas adequadas às diferentes expectativas dos jovens” e “acredita o Governo” ou “o Governo espera”, mostram que a autora divulga as iniciativas do Governo como fazendo parte de uma espécie de experiências das quais o Governo espera resultados, se as vier a concretizar, e até “promete” investir uma verba significativa. A reforçar esta tese temos a informação fornecida pela autora de que a ideia do protocolo entre o IIEFP e a Marquês de Pombal vem já do governo de Durão Barroso, em 2004, mas que “não chegou a sair do papel”.

5. Estratégias discursivas

A autora noticia o estabelecimento do protocolo entre a Direção Regional de Educação de Lisboa e o IEFP no sentido de serem utilizadas as instalações da Escola Secundária da Marquês de Pombal para lecionação de cursos geridos pelo IEFP. A Escola Secundária, tal como as restantes que são referidas no texto, surge com um papel subalternizado e em certa medida até de culpabilização; ou seja, a Marquês de Pombal, uma escola secundária de Lisboa, surge como uma forma de aproveitamento de instalações que estão subaproveitadas devido à falta de procura dos cursos que oferece, tanto que, como a autora refere, vai também alargar a sua oferta escolar na esperança de ir ao encontro das expectativas dos jovens.

O objetivo da INO respeitante ao eixo Jovem, “ter metade dos jovens inscritos em formações técnico-profissionais”, é também mencionado e utilizado como termo de comparação o que acontece, em média, nos países da OCDE, autoridade que é evocada pela autora e que confere legitimidade à pretensão do Governo.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente o artigo não assume as expectativas de sucesso que o Governo espera alcançar com o estabelecimento destes protocolos mas, ao instigá-lo a avançar recordando o protocolo que já havia sido estabelecido pelo Governo anterior, a autora posiciona-se numa perspetiva favorável à medida que o XVII Governo pretende implementar no que respeita ao eixo Jovem da INO, ampliação da rede de cursos profissionalizantes nas escolas secundárias.

Artigo VI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 20.05.2006. A sua autora é Luísa Pinto. Surge na página 37 (em 48), na secção *Economia*; tem 512 palavras e contém foto com legenda do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva; ocupa maior área que os restantes quatro artigos da mesma página e é o único que inclui fotografia. O título reporta-se à agenda decisional; refere a prioridade concedida à “formação aos menos escolarizados”; por sua vez, a entrada sublinha uma das metas da INO—qualificar um milhão de portugueses até 2010—e o protocolo estabelecido entre Governo e a Associação Empresarial de Portugal, no sentido desta última “ajudar o Ministério do Trabalho” a atingir essa meta. Este número do jornal inclui um destaque de duas páginas para questões relacionadas com resultados divulgados sobre o desemprego em Portugal em que Luísa Pinto é coautora de um desses artigos.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a divulgação da assinatura de um protocolo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a supra referida Associação Empresarial. Contudo, este assunto é trabalhado aqui numa base mais ampla, isto é, sob uma premissa mais abrangente que estabelece a qualificação das pessoas como condição necessária à modernização dos Estados a qual, por sua vez, está diretamente associada à empregabilidade. Por conseguinte, um outro tema importante neste texto é o papel das empresas no objetivo da qualificação dos portugueses.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são Vieira da Silva, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e Ludgero Marques, presidente da Associação Empresarial de Portugal. O Governo é referido quer pela jornalista quer pelo ministro do Trabalho que assume o objetivo do primeiro que é o de qualificar um milhão de portugueses até 2010. Como agentes secundários temos o IEFP que surge como uma estrutura aliada nesta parceria, mas apresentada em segundo plano, merecendo apenas uma breve referência.

4. *Linguagem e retórica*

A autora recorrendo a citações dos dois personagens principais que procura destacar de forma equilibrada. Apresenta de forma clara o objetivo do protocolo, realça as metas a atingir no âmbito do eixo Adultos e o facto da Associação Empresarial estar efetivamente comprometida com o objetivo de qualificar a população ativa procurando atingir um patamar mínimo de escolaridade equivalente a 12 anos. O comprometimento desta Associação está frisado três vezes ao longo do discurso, sendo que numa delas o compromisso é assumido pelo seu presidente, conferindo-lhe assim maior credibilidade.

A expressão “o mundo moderno”, utilizada por Vieira da Silva, assume neste texto o significado de mundo globalizado e competitivo.

5. *Estratégias discursivas*

“A AEP compromete-se a duplicar, todos os anos, a capacidade de intervenção do seu Centro de Reconhecimento, Validação e Certificações de Competências [...]”, diz a autora. A ênfase é colocada quer pelo presidente da Associação quer pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social na problemática da qualificação da população ativa independentemente da situação profissional de cada um.

“Esta acção insere-se no desafio de até 2010 darmos uma nova qualificação a um milhão de portugueses, que estão já no mercado de trabalho, ou que estão desempregados e que não têm as qualificações, [...] que se entende ser o patamar escolar mínimo para se poder estar no mundo moderno com condições de sucesso e de emprego”,

afirma Vieira da Silva. Indo mais além, prossegue dizendo: “sendo um objetivo do Governo deve ser também de toda a sociedade portuguesa”. Esta ótica legitima a prioridade do Governo na qualificação da população portuguesa, que está empregada mas também os que se encontram desempregados, pois procurar mostrar que o Governo está agir em prol do interesse geral e do bem comum.

Com o ponto de vista do presidente da Associação a reforçar a perspectiva do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, mostrando que tanto no discurso como na ação a agenda decisional no âmbito da formação é apoiada pelo setor empresarial, a autora coloca em sintonia as duas instituições.

A questão do financiamento que, segundo a jornalista afirma, só estava garantido através do PRODEP até ao final de 2006, é levantada pela autora mas desvalorizada por Ludgero Marques a quem Luísa Pinto dá a palavra. Luísa Pinto destaca a negrito no início da argumentação do presidente da Associação Empresarial a expressão; “é preciso ‘ir muito mais longe do que o que se está a fazer neste momento’” a qual significa, como explica, antecipar as reformas dos funcionários mais antigos para dar emprego aos mais novos e mais qualificados, uma vez que, como a jornalista menciona, o desemprego entre os licenciados aumentou.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente este artigo publicita a agenda do Governo sublinhando a importância e a urgência da qualificação dos portugueses, com vista ao sucesso de cada um e à sua empregabilidade e condição essencial para a modernização do país e à competição numa economia globalizada.

Artigo VII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 24.05.2006, e o seu autor é a jornalista Isabel Leiria que à data escrevia com regularidade, neste diário, sobre educação. O artigo surge na página 22 (em 48), na secção *Sociedade*; tem 974 palavras, ocupa uma zona com cerca de dois terços da área da página e contém uma foto, com legenda, da vista de cima de uma mesa de laboratório onde se encontra um/a jovem a estudar. O título destaca o aumento da oferta de cursos profissionais nas escolas secundárias e a entrada do artigo destaca a publicação de um Guia de acesso a estes cursos. O artigo tem inserido do seu lado direito uma coluna, em forma de caixa de texto, que se intitula “Números e metas para 2010” e, tal como o seu título indica, apresenta os objetivos e as metas estabelecidos na INO.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a estratégia do governo no combate ao abandono escolar e melhoria do sucesso dos jovens que está contemplada no documento de apresentação da INO na secção respeitante ao eixo Jovem. Os objetivos e metas do eixo Adultos também são um assunto mencionado, ainda que a sua referência não se faça sobressair.

3. *Os agentes*

Os atores principais apresentados no artigo são o XVII Governo, a Escola Secundária Gago Coutinho e a OCDE. A ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, David Justino, ministro da Educação do XV Governo, o MTSS, o Instituto Nacional de Estatística, a OGMA—Indústria Aeronáutica de Portugal SA—, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e, sem particularizar, as escolas secundárias, instituições privadas com fins educativos, jovens, adultos, professores, orientadores escolares, são agentes referidos no texto.

A Escola Secundária Gago Coutinho aparece destacada no início do artigo pelo facto de, por um lado, ser o local escolhido pela ministra da Educação para apresentar a rede de ofertas educativas para o ano letivo 2006/07, um dos acontecimentos que despoletou a publicação deste artigo mas, por outro lado, com o protocolo que iria assinar neste dia com a OGMA e com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira com vista à formação de técnicos de manutenção de aeronaves, esta escola representava a forma como o Governo esperava que a INO funcionasse na prática.

A OCDE é a autoridade a que a autora recorre para construir um quadro de défice de ofertas vocacionais e profissionalizantes e de qualificação dos portugueses.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo possui várias referências a dados quantitativos. A autora não recorre a citações dos atores que menciona e dá mais importância às medidas que aos agentes. Estes são utilizados

para enfatizar determinada perspetiva ou como argumento de autoridade ou, ainda, para mostrar que algumas medidas inscritas no eixo Jovem da INO fazem parte de um conjunto de políticas de continuidade que são reforçadas por mudanças estratégicas introduzidas pelo XVII Governo.

5. *Estratégias discursivas*

A autora dá visibilidade neste artigo às metas e às medidas preconizadas no eixo Jovem da INO usando o ponto de vista do Governo. Salieta o aumento do número de jovens a seguir cursos técnicos e profissionais e todo um conjunto de medidas que o XVII Governo pretende implementar no ano letivo 2006/07, incluindo os cursos de educação e formação; ainda que refira o compromisso do Governo na qualificação de um milhão de adultos a perspetiva que apresenta é basicamente virada para os jovens.

O protocolo que a Escola Secundária Gago Coutinho, a OGMA e a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira iriam assinar nessa data, no âmbito da abertura de um curso profissional a funcionar em parceria entre as duas primeiras instituições, serve à autora do artigo para exemplificar a forma como o Governo encara esta oferta educativa e a forma como vê a sua implementação nas escolas secundárias:

- A par da disponibilização de alternativas que possam responder melhor aos interesses dos alunos, a ligação das novas ofertas às necessidades de formação do meio social e económico local, aproveitando os recursos existentes à volta das escolas, é outra das estratégias que o Governo quer ver generalizadas no âmbito do programa Novas Oportunidades.

A jornalista não se limita a apresentar as estratégias do Governo mas contribui para as justificar quando:

- revela um quadro de insucesso e de baixas qualificações da população portuguesa;
- refere um conjunto de dados divulgados, nomeadamente, pelo Instituto Nacional de Estatística comparando-os com os homólogos na média dos países da OCDE; simultaneamente, menciona o objetivo do Governo e as metas que este se propunha atingir até 2010, definidas no âmbito da INO quer relativas ao eixo Jovem quer ao eixo Adultos;
- refere que a oferta de cursos profissionais é insuficiente, apesar de ter aumentado em 2003: “E continuou a ser insuficiente [referindo-se à oferta de cursos profissionais]: estima-se que em 2003 mais de dez mil candidatos tenham ficado de fora”.

Neste contexto, a autora divulga a publicação do *Guia de Acesso ao Secundário* com todas as formações de nível secundário “públicas e privadas”, o seu conteúdo, forma de acesso e o propósito do Governo na elaboração deste documento.

Os cursos profissionais são apresentados num perspectiva favorável: taxas de sucesso maiores que as dos cursos gerais e tecnológicos, “taxas de empregabilidade, em geral, elevadas” e respondem melhor aos interesses dos alunos.

Ao reportar o facto de ter sido tomada por David Justino a decisão de as escolas secundárias passarem a oferecer também cursos profissionais e de terem sido criadas 30 turmas em 2004/2005, a autora contribui para conferir maior confiança à estratégia do Governo. Por outro lado, quando a autora refere, por exemplo, o aumento do número de turmas de cursos profissionais ou de cursos de educação e formação recorrendo a valores numéricos exatos no lugar de valores aproximados, confere maior autenticidade aos dados e às medidas que divulga e, além disso, mostra que não se tratam apenas de intenções ou de um horizonte, mas são a realidade.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente, o artigo é claramente favorável à política do XVII Governo no que respeita às estratégias preconizadas por este no eixo Jovem da INO. A perspectiva do XVII Governo é a única apresentada.

Artigo VIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal C.M. a uma quinta-feira, 25.05.2006; o seu autor está identificado apenas com as iniciais do nome E. N. o que faz supor que se trata de Edgar Nascimento, uma vez este jornalista por esta altura escrevia regularmente neste diário. O artigo surge na página 13 (em 56), na secção *Sociedade*; é um texto que contém 170 palavras; ocupa uma pequena zona retangular na parte inferior da página, mas ainda assim contém uma foto de José Sócrates a assinar um documento, com a legenda "Sócrates em Alverca". A parte restante da página onde este artigo se encontra posicionado é ocupada com uma notícia sobre praxes académicas. O título do artigo destaca uma meta da INO referente aos adultos, "Um milhão de adultos voltam à escola", apresentando-a como um facto; já o antetítulo refere a quantidade de cursos profissionais, "450", que abrirão nas escolas secundárias.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o aumento do número de cursos profissionais nas escolas secundárias. Um outro assunto importante abordado no artigo é a estratégia do XVII Governo com vista à melhoria da qualificação dos trabalhadores que não possuem o 9º ano ou o 12º ano de escolaridade. Como temas secundários surgem a assinatura do protocolo estabelecido no âmbito da abertura do curso profissional de Técnico de Manutenção de Aeronaves entre a Escola Secundária Gago Coutinho e a OGMA e a publicação do *Guia de Acesso ao Ensino Secundário*.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são o Governo, a ministra da Educação e José Sócrates. A OGMA e a Escola Secundária Gago Coutinho são agentes secundários. Os adultos que já estão no mercado de trabalho são as pessoas de quem se fala no texto.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo transmite a informação de forma concisa. O autor recorre a alguns dados quantitativos que são de fácil apreensão pela forma como são apresentados. O recurso à citação é uma das técnicas que o autor utiliza. As citações do primeiro-ministro e da ministra da Educação são claramente uma forma do autor se apoiar no peso de duas autoridades na elaboração da notícia. Apesar disso, o autor mostra pouca clareza sobre o assunto, pois afirma, no primeiro parágrafo, que o Governo para atingir o objetivo de qualificar um milhão de adultos até 2010 criou 450 novos cursos profissionais nas escolas secundárias.

5. *Estratégias discursivas*

O autor noticia a criação de 450 novos cursos profissionais nas escolas secundárias mas apresenta-os na perspetiva de que se destinam a um público adulto mas que já está no mercado de trabalho. Este aspeto é claro na forma como o autor estrutura a notícia: o primeiro parágrafo refere que “O Governo pretende a qualificação de um milhão de adultos que já estão no mercado de trabalho mas que não terminaram o 9º ou o 12º ano de escolaridade”, sendo que o último parágrafo é uma espécie de perdão por “pecados cometidos”: “o primeiro-ministro José Sócrates salientou que o Estado ‘não vai desistir daqueles que cometeram um erro no passado e estão arrependidos’ ”. A assinatura do protocolo e a publicação do Guia são o pretexto para noticiar o Programa do Governo.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o artigo transmite o ponto de vista do Governo na necessidade de formação (técnica e profissionalizante) dos adultos ativos, empregados e a adesão do mundo empresarial à INO. Por sua vez, os cursos profissionais são apresentados como uma segunda oportunidade para os que haviam abandonado os estudos sem concluírem o secundário.

Artigo IX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 10.02.2007, e os seus autores são os jornalistas Lurdes Ferreira e João Manuel Rocha. Surge como notícia, na página 35 (em 48), na secção *Economia*; tem 431 palavras, ocupa a zona central da página. O título e a entrada destacam o nome da pessoa escolhida para presidir à ANQ, a sua categoria institucional e situação profissional anterior. Na parte central do artigo surge, com destaque, uma referência em caixa de texto ao papel que a ANQ deveria vir a assumir no âmbito da Reforma da Formação Profissional resultante do Acordo que viria a ser firmado a 14 de março de 2007.

2. *Os temas/objetos*

Os dois temas principais do artigo são o currículo profissional de Clara Correia que viria a ser nomeada presidente da ANQ e as funções previstas para esta Agência, a ANQ, jogando os autores com a antecipação dos acontecimentos.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são Clara Correia, apresentada em primeiro plano como economista e a ANQ apresentada como “a nova entidade vocacionada para a qualificação e formação profissional, que teria também funções reguladoras”. A Quaternaire surge como uma referência e com um papel importante na construção da imagem profissional de Clara Correia. A Cerealis, Rui Azevedo e o Ministério do Trabalho e Solidariedade Social assumem no texto um papel secundário.

4. *Linguagem e retórica*

Os autores não mencionam quaisquer dados quantitativos e recorrem apenas a uma única citação no final do texto quando procuraram confirmar a nomeação de Clara Correia para presidente da ANQ junto do MTSS. Ora, sendo recusada, mas não repudiada, essa confirmação por parte do gabinete ministerial, a sua apresentação no texto justifica-se pelo facto de ter sido entendida pelos autores como uma confirmação da sua nomeação, ou de assim o pretenderem fazer crer à opinião pública; portanto, a referência a este contacto confere um valor acrescido à notícia do ponto de vista dos média. O facto de Clara Correia ser economista é algo que os autores realçam, pois este aspeto é mencionado na entrada e no primeiro parágrafo.

5. *Estratégias discursivas*

A perspetiva que os autores apresentam de Clara Correia, a qual veio de facto a ocupar o cargo de presidente da ANQ, é a de alguém competente da área da economia e do setor privado e com provas dadas no que se refere ao conhecimento da relação entre a formação e o mundo do

trabalho. Para atestar este facto, os autores realçam dois aspetos: as diversas publicações de Clara Correia enquanto estudiosa e investigadora destes assuntos e a empresa onde desempenhou funções como investigadora e administradora. A ênfase nas referências honrosas à consultora Quaternaire, nomeadamente através da afirmação de que “é conhecida por ter ajudado a formar uma nova geração de quadros na Região Norte”, só enaltece o currículo profissional de Clara Correia e o potencial da própria ANQ, uma vez que esta poderá vir a recrutar quadros da Quaternaire para integrarem a equipa da ANQ, segundo afirmam os autores do artigo. Repare-se que estes não dizem que “a empresa ajudou a formar ...”, mas sim “É conhecida [reportando-se à Quaternaire] por ter ajudado a formar ...”, pois não são os autores que o estão a afirmar; fazem-no, pelo contrário, usando-o como um facto na certeza de que o leitor o assume como comprovado, o que confere uma maior confiança no juízo formulado.

Às funções e competências da ANQ é dada alguma importância; este assunto ocupa cerca de um terço do texto apesar de não merecer grandes explicações porque ao referir que o início da atividade da ANQ depende da nomeação de Clara Correia a ênfase é colocada nesta personagem cujos atributos por associação se transmitem à instituição. Todavia, é referido que à ANQ são atribuídas as seguintes funções e competências: (a) “funções reguladoras”, (b) “reforçar a ‘coordenação e articulação’ da rede de instituições de formação”, (c) a “definição dos cursos de formação que deverão integrar o Catálogo Nacional de Qualificações”, (d) a coordenação do sistema de RVCC e da rede de CNO, e (e) a “manutenção de uma base de ‘caracterização de oferta’ de formação”.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o artigo assume um ponto de vista favorável ao funcionamento da ANQ ao sublinhar de forma positiva o currículo profissional da sua futura presidente. A perspetiva que domina, perceptível, no destaque que é dado aos trabalhos publicados por Clara Correia, é a de uma visão da educação ligada à formação e instrumento para a empregabilidade, modernização do país e desenvolvimento da economia.

Artigo X

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 24.02.2007, e o seu autor é a jornalista Sofia Branco. Surge como notícia, na página 5 (em 40), na secção *Portugal*; tem 309 palavras, contém foto tipo passe de José Sócrates, com legenda “Sócrates garante protecção”, e ocupa a parte superior esquerda de uma página que para além de outra notícia contém dois anúncios. O título apresenta metaforicamente o compromisso do primeiro-ministro para com um dos valores defendidos numa sociedade democrática: a igualdade.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são o lançamento do plano nacional para o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos e o compromisso do primeiro-ministro na concretização deste plano.

3. *Os agentes*

O ator principal apresentado no artigo é o primeiro-ministro do XVII Governo Constitucional, José Sócrates. Elza Pais é apresentada como tendo dirigido a “estrutura de missão” que preparou o plano nacional; por sua vez, as organizações não-governamentais dessa estrutura de missão (não especificadas no texto) surgem num plano secundário. Eleanor Roosevelt é ainda uma personagem referida pela autora como tendo sido citada por José Sócrates para apelar à intervenção de cada cidadão no respeito pelos direitos humanos.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo utiliza uma linguagem padrão mas, recorre com muita frequência a citações; o número de citações do primeiro-ministro é 10 contra três citações das organizações não-governamentais.

5. *Estratégias discursivas*

A autora dá bastante ênfase ao discurso do primeiro-ministro na sessão de lançamento do plano nacional para o Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos. Antes de dar voz às organizações não-governamentais (não especificando qualquer uma), as quais basicamente reforçam a necessidade passar da retórica à ação, refere quer as ações que o Governo tem em curso, entre as quais menciona a INO, quer o compromisso de José Sócrates na promoção da igualdade, em particular da igualdade de oportunidades, nomeadamente através da melhoria da qualificação dos portugueses.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente a autora apresenta basicamente a perspectiva do primeiro-ministro aderindo ao seu ponto de vista. A INO surge aqui como um exemplo de uma política que promove a igualdade de oportunidades.

Artigo XI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 24.02.2007, e o seu autor é o jornalista João Manuel Rocha. Surge na página 34 (em 40), na secção *Economia*; tem 419 palavras, ocupa a metade inferior da página e contém foto de Vieira da Silva, com legenda referindo a sua intenção de iniciar o processo de negociação da reforma da formação profissional. O título destaca a data em que o XVII Governo quer dar por concluído o documento de Reforma da Formação Profissional. O primeiro parágrafo volta a salientar este objetivo do Governo e destaca dois aspetos que se prende com a estratégia e com o conteúdo da reforma: a pretensão do Governo chegar a um entendimento com os parceiros sociais e a criação de uma caderneta individual de competências.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) os objetivos do Governo no que respeita à Reforma da Formação Profissional, (b) os prazos que este se propõe cumprir, e (c) o processo negocial com os parceiros sociais.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XVII Governo; (b) Vieira da Silva, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, que coordena as reuniões de negociação sobre a Reforma da Formação Profissional; (d) Graciete Cruz em representação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses; (e) João Proença, líder da União Geral de Trabalhadores; e (f) o representante patronal da Confederação do comércio, João Viera Lopes. Todos os atores referidos neste artigo são representantes institucionais de estruturas relevantes na sociedade portuguesa que representam o poder político, os trabalhadores e os empregadores.

4. *Linguagem e retórica*

O autor recorre a breves excertos do documento que contém a proposta de acordo para a reforma da formação profissional a que o autor se refere e a algumas citações, também breves, de cada um dos atores que referimos no ponto anterior. No que respeita à forma como apresenta o processo de negociações bilaterais o jornalista João Manuel Rocha parece ter procurado um equilíbrio entre as várias partes não utilizando termos que enfatizem polémicas ou que revelem um entusiasmo inusitado de qualquer das partes. De qualquer modo, dá bastante destaque ao processo negocial mostrando que a perspetiva de Vieira da Silva é, como este diz, “optimista”, “quanto à possibilidade de um acordo tripartido”.

5. *Estratégias discursivas*

O autor dá a conhecer aspetos contidos no documento, sobre a reforma da formação profissional, a qual foi entregue aos parceiros sociais na reunião que diz ter acontecido no dia anterior. Deste documento destaca os prazos que aí são referidos, sublinha a importância na definição das prioridades de aplicação das verbas do Quadro de Referência Estratégica Nacional para 2007-2013 e salienta alguns objetivos que o Governo pretende alcançar com esta reforma. Em suma, refere as oito primeiras medidas constantes do acordo que viria a ser firmado a 14 de março do mesmo ano.

Apesar de, neste documento, a INO ser considerada um pilar essencial da estratégia de qualificação da população portuguesa, o autor refere-a apenas a propósito do objetivo de consolidar o mecanismo de RVCC “para ajustar a ‘oferta formativa’ às necessidades das pessoas, valorizar as aprendizagens por via da experiência e procurar o envolvimento das empresas na qualificação dos trabalhadores”, atribuindo-lhe, assim, pouca importância.

João Manuel Rocha remete para a parte final do artigo o parecer sobre o documento de cada um dos atores presentes na reunião de discussão. Dando igual primazia a cada um dos parceiros, as citações que o autor apresenta são todas no sentido da necessidade de serem garantidas, por parte do Governo, a concretização das medidas que viessem a ser acordadas, nomeadamente criando condições e estabelecendo metas e objetivos, ou seja, no sentido de que o Governo passe à ação e não fique pela retórica.

6. *Posições ideológicas*

O artigo antecipa a previsão de um acordo entre Governo e parceiros sociais divulgando os termos gerais desse futuro acordo; mostra haver consenso geral quanto à estratégia do Governo para a reforma da formação profissional, desde que esta seja de facto concretizada. A INO aparece num plano secundário e subordinada apenas ao imperativo económico. A perspectiva foi toda colocada na formação da população ativa.

Artigo XII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a uma terça-feira, 13.03.2007, e o seu autor é Janete Frazão que o escreve em parceria com a agência LUSA. Surge na página 22, na secção *Política*; tem 205 palavras, ocupa uma faixa inferior da página e cerca de um quarto da área desta; contém uma foto de José Sócrates a cumprimentar um trabalhador, legendada com a frase: “Sócrates assumiu baixa qualificação como um problema do país”. O título diz que o primeiro-ministro “quer atribuir 12º ano a um milhão”—meta do eixo Adultos da INO—e o antetítulo destaca a qualificação dos portugueses como prioritária na agenda do XVII Governo.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são a prioridade do Governo na qualificação dos portugueses e o défice de qualificação dos portugueses, diagnóstico que legitima aquela prioridade.

3. *Os agentes*

O único ator apresentado no artigo é o primeiro-ministro, José Sócrates.

4. *Linguagem e retórica*

A autora veicula, de forma pouco clara, dados percentuais sobre os níveis de qualificação da população ativa portuguesa apresentados por José Sócrates e comparados com a média da OCDE, da UE e dos novos países do leste europeu. O recurso a citações do primeiro-ministro é frequente, mostrando que a autora se apoiou na sua autoridade para conferir maior credibilidade à notícia, mas a composição do texto torna a leitura muito pouco apelativa, pois não parece revelar um conhecimento sólido sobre o assunto. No último parágrafo a INO é referida da seguinte forma: “dá equivalência ao Ensino Secundário a trabalhadores no activo”.

5. *Estratégias discursivas*

A autora procura apresentar as ideias principais contidas no discurso do primeiro- -ministro durante a visita a uma fábrica que possui um centro de formação. Destaca o facto do primeiro-ministro manter em agenda, na segunda metade da legislatura, o objetivo definido no eixo adultos da INO de qualificar com o 12º ano um milhão de adultos; com base em citações de José Sócrates a jornalista mostra um quadro de défice de qualificação dos trabalhadores portugueses que este ator recorrentemente utiliza para legitimar a INO. A autora assume claramente o seu acordo perante este diagnóstico:

“ ‘O maior dos problemas do País é a qualificação dos portugueses’, sustentou [José Sócrates], como prova o facto de, dos 5,1 milhões de trabalhadores portugueses no activo, 3,5

milhões não terem o Ensino Secundário completo e apenas 30 por cento ter o 12º ano”, acrescentou a jornalista.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente Janete Frazão assume o ponto de vista de José Sócrates a respeito do défice de qualificação dos portugueses. A INO surge inserida no Plano Nacional de Emprego e no Plano Tecnológico mas apenas em termos de resposta às necessidades de qualificar com nível secundário pessoas empregadas. A deficiente construção frásica, o fraco conhecimento que manifesta sobre os assuntos de que escreve, e a adesão clara a determinadas posições, num artigo que pretende ter um carácter informativo e não opinativo, revelam um jornalismo de fraca qualidade.

Artigo XIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quinta-feira, 08.03.2007. O seu autor é a jornalista Isabel Leiria que à data escrevia regularmente sobre educação neste diário. Surge na página 7 (em 40), na secção *Portugal*. Tem 409 palavras e ocupa a cerca de um quarto de uma página; contém uma caixa de texto, com título “Oportunidades”, onde são destacados três dados quantitativos relativos ao número de adultos em processos de RVCC, ao número de diplomas de equivalência ao ensino básico atribuídos até à implementação da INO, e ao investimento total, comunitário e estatal que seria destinado ao Programa.

Na primeira página do jornal surge uma chamada para a leitura do artigo no seu interior; esta chamada possui um antetítulo e um título, bem como um pequeno texto com 61 palavras. O antetítulo e o título desta chamada na primeira página referem-se ao abandono escolar salientando três aspetos: (a) a época do ano letivo em que se verifica maior abandono, (b) o número de alunos que anualmente abandonam a escola, e (c) o facto de o abandono acontecer até ao 12º ano, particularmente na passagem do 10º para o 11º ano; o antetítulo é o mais enfatizado, pois é utilizado para o título do artigo propriamente dito: “mais de 40 mil abandonam a escola todos os anos”.

2. *Os temas/objetos*

Tendo como pano de fundo o abandono escolar, o tema principal do artigo é a estratégia do XVII Governo na sua prevenção e na recuperação dos jovens que fizeram abandono. Neste contexto surgem as medidas tomadas no âmbito da INO, quer no eixo Jovem quer no eixo Adultos, tais como o aumento da oferta profissionalizante de dupla certificação para os jovens e o papel dos CNO responsáveis pelos processos de RVCC visando os “activos”; o lançamento da campanha publicitária da INO é também um tema abordado.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são o XVII Governo, a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e José Sócrates, primeiro-ministro do XVII Governo Constitucional.

Os atores referidos neste artigo são personalidades com elevado capital político e social.

4. *Linguagem e retórica*

Ao afirmar no primeiro parágrafo que “Existem dois momentos particulares no que respeita ao sucesso escolar e que os vários governos não têm conseguido controlar”, a jornalista leva de imediato o leitor a procurar saber do que se trata e, em simultâneo, desperta a sua atenção para a

novidade na forma como este vai Governo procurar resolver essa situação; ao mesmo tempo, torna-o recetivo à leitura do texto e marca o tom coloquial do texto.

A autora realça um diagnóstico “negro” que legitimou a fixação dos objetivos do eixo Jovem da INO; recorre para o efeito a citações da ministra da Educação e a alguns dados quantitativos que conferem maior credibilidade à informação, procurando também causar maior impacto no leitor: “ ‘Todos os anos, entre 18 mil a 20 mil alunos estão no 7º ano [...] abandonam a escola’ ” e “na passagem do 10º para o 11º, são ’20 mil a 25 mil’ ”. Em nenhum deles é referido o “12º ano” o qual é utilizado no destaque da notícia na primeira página, concluindo-se que este serve essencialmente como forma motivação para a leitura do texto no interior do diário.

5. *Estratégias discursivas*

A autora faz o que parece ser uma síntese de uma apresentação feita pela ministra da Educação sobre os objetivos e as medidas contempladas no eixo Jovem da INO. Refere que nesse mesmo dia José Sócrates anunciou o lançamento de uma “mega-campanha publicitária” no âmbito da INO; este envolvimento de ambos os governantes serve como demonstração do total empenho do Governo no sucesso da INO.

No desenvolvimento da notícia, Isabel Leiria divulga as medidas que o Governo pretende implementar com a INO mas apresenta sobretudo a respetiva a legitimação; a autora utiliza a sua própria autoridade como jornalista para realçar o panorama “negro” no que respeita ao abandono escolar: “estes são apenas alguns dos números que ajudam a explicar por que razão 400 mil jovens entre os 18 e os 24 que estão no mercado de trabalho não concluíram o secundário”, afirma. Não refere quaisquer causas do abandono escolar, pelo contrário, limita-se a apresentar dados numéricos que indicam que ele acontece no 7º ano e no 10º ano, e com alunos com mais de 15 anos;

O abandono escolar é, neste artigo, considerado como um facto e um problema que, por sua vez, é assumido por José Sócrates como “o principal desafio do país” o que legitima as medidas do Governo tomadas no âmbito da INO, sendo esta a mensagem principal que a autora pretende passar para o seu público.

Ainda que não dedique muitas palavras à apresentação das medidas do Governo para prevenir o abandono escolar, Isabel Leiria menciona as medidas que dizem respeito ao eixo Jovem; refere, sucintamente, o “aumento da oferta em vias alternativas, como os cursos profissionais e de educação e formação” e o “reforço da acção social escolar no secundário”. Na recuperação da população adulta “activa” que deixou de estudar sem completar o ensino secundário, a autora refere o papel dos CNO nos processos de RVCC.

6. *Posições ideológicas*

Isabel Leiria apresenta um enquadramento construído em torno de um diagnóstico de abandono deixando o leitor na expectativa e recetivo às medidas do Governo que venham no sentido de inverter a situação. Por isso, podemos afirmar que, ideologicamente, a autora apresenta a perspectiva do Governo.

Artigo XIV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público a uma sexta-feira, 30.03.2007. Surge na página 40 (em 48), na secção *Economia* e o seu autor é o jornalista João Manuel Rocha que à data escrevia regularmente nesta secção do PÚBLICO. O artigo tem 320 palavras, ocupa a coluna direita da página e contém uma foto de um trabalhador numa fábrica de calçado legendada com a frase: “Qualificação com prioridade”. O título destaca o facto de a ANQ já ter condições legais para funcionar e o primeiro parágrafo salienta o papel da ANQ na Reforma da formação profissional: “coordenar e articular a rede de instituições de formação”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a ANQ, no que respeita à (a) aprovação e publicação da sua lei orgânica, (b) a sua liderança, (c) o seu papel na Reforma da formação profissional, (d) o Acordo conseguido para esta Reforma, e (e) a aplicação da verba do Quadro de Referência Estratégico Nacional para a qualificação no período de 2007-2013.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais presentes no artigo são: (a) o XVII Governo; (b) a ANQ; (c) Clara Correia, apresentada como economista que iria presidir à ANQ; (d) Ana Maria Canelas, socióloga do trabalho que seria a vice-presidente da ANQ; (e) Paulo Feliciano também apresentado como futuro vice-presidente da ANQ. A CGTP assume aqui um papel marginal. Alguns agentes neste texto funcionam também como objeto do artigo, nomeadamente a equipa de liderança da ANQ.

4. *Linguagem e retórica*

A única citação a que o autor recorre é retirada do Acordo para a Reforma da formação profissional e apresentada a propósito do Catálogo Nacional de Qualificações: “lista com ofertas de formação nas áreas mais importantes para a ‘competitividade e modernização da economia’”. A subordinação da formação às necessidades de uma economia globalizada parece ser um aspeto que João Manuel Rocha pretende realçar com esta passagem.

O autor procura reforçar a sua autoridade e o prestígio do PÚBLICO sobre o assunto ao remeter para um seu artigo anterior, publicado neste jornal a 10.03.2007 em parceria com outra jornalista, quando informa que a ANQ vai mesmo ser presidida por quem havia noticiado anteriormente.

5. *Estratégias discursivas*

O autor começa por dar a conhecer o andamento processual da constituição da ANQ; refere e destaca o facto de esta ter sido “criada a partir da atual Direcção-Geral da Formação

Vocacional”, como que a vincar a mudança, mas deixa a ideia que alguns aspetos seriam mantidos. Descritas algumas das funções desta Agência o autor dedica os dois parágrafos seguintes a apresentar a equipa nomeada para gerir a ANQ, “já em funções”; destaca quer a filiação académica da presidente e a sua proveniência do mundo empresarial quer a filiação académica dos dois vice-presidentes; refere, ainda, alguns aspetos da biografia profissional de cada um mostrando uma equipa com elevado capital académico e social; ideologicamente, trata-se de uma equipa a favor das políticas do XVII Governo, pois a vice-presidente foi assessora da ministra da Educação e o vice-presidente estava requisitado para assessorar um secretário de Estado, como o jornalista sublinha.

Embora de forma sucinta, o autor apresenta os traços principais da ANQ. Destaca principalmente o capital e a coesão da equipa que vai liderar esta Agência, aspeto que do ponto de vista organizacional é extremamente importante e que, nesta perspetiva, a qualifica logo à partida. Este aspeto torna-se ainda mais relevante na medida em que esta instituição vai coordenar e articular centralmente uma vasta rede de CNO, escolas e outras entidades que por sua articulam localmente, com autarquias e empresas.

Só no parágrafo final o autor refere o Acordo, mencionando de passagem o facto de a CGTP não o ter assinado. Deste Acordo, o jornalista destaca quatro pontos nos quais seria aplicada a verba de “6,1 milhões de euros que o Quadro de Referência Estratégico Nacional destina à qualificação no período 2007-2013”: (a) “a generalização do ensino secundário”, (b) a “dupla certificação”, (c) o reforço dos processos de RVCC, e (d) o aumento da formação dos empresários.

6. *Posições ideológicas*

A questão educativa e a da formação praticamente não surgem; o olhar foi essencialmente posicionado sobre a liderança desta nova Agência que concentrará a articulação da rede de entidades formadoras. Ao procurar destacar os atributos das pessoas que iriam ocupar-se da gestão de topo da ANQ o autor deu suporte à política do Governo.

Artigo XV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma segunda-feira, 16.04.2007. Surge na página 6 (em 44), na secção Portugal e é manchete do dia no PÚBLICO. O seu autor é a jornalista Isabel Leiria que à data escrevia regularmente para este jornal. Contem 689 palavras, incluindo o texto da notícia na primeira página, a caixa de texto e os títulos. O artigo ocupa cerca de metade da página; contém, além de uma caixa de texto, onde é dado destaque a uma parte do conteúdo do texto, uma foto que ocupa aproximadamente 3/8 da área do artigo, mostrando pessoas sentadas em mesas sobre as quais têm o seu material de escrita, com a legenda “Trinta e um centros estão em condições de iniciar o processo”.

Tanto o artigo no interior do jornal, como notícia de abertura de primeira página e a caixa de texto contêm um título, sendo que o primeiro inclui também um subtítulo. O título maior é o da primeira página e destaca o regresso aos estudos de “75 mil adultos” com o objetivo de concluírem o secundário; o subtítulo da notícia na capa salienta o elevado nível de adesão da população adulta, mas chama também a atenção para os atrasos na implementação da INO. Por seu lado, o título do artigo no interior do jornal destaca o nível de adesão à INO e o objetivo que lhe está subjacente: a certificação de 12º ano. A entrada da notícia dá destaque ao facto de estarem a ser formados os “primeiros técnicos” que integrarão as equipas dos CNO, mas sublinha novamente o atraso deste requisito para o funcionamento desses CNO. O título da caixa é simplesmente “Novas Oportunidades”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o eixo Adultos da INO. Este é abordado com referência a: (a) recursos humanos dos CNO; (b) atrasos na abertura dos CNO; (c) níveis de adesão por parte dos adultos; (d) objetivos quantitativos da INO; (e) Processos de RVCC de básico e de secundário.

3. *Os agentes*

O ator principal presente no artigo é Clara Correia, presidente da ANQ. Como atores ou agentes sociais secundários temos: (a) Dulce Sousa que é referida e citada, mas cuja personagem não é descrita; contudo, pelo texto, deduz-se que poderá ser a diretora de uma escola secundária ou a coordenadora do CNO dessa escola; (b) o XVII Governo; (c) a escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro. Os adultos, os CNO e os técnicos, são os agentes sobre quem se fala no texto. Os adultos são referidos como adultos, inscritos, ativos, candidatos ou pessoas.

4. *Linguagem e retórica*

A autora recorre a uma quantidade significativa de dados quantitativos; estes referem-se quer ao número de inscritos ou às projeções do Governo (metas da INO), quer ao número de adultos

certificados com o ensino básico pelos centros de reconhecimento de competências entre 2001 e 2005, quer ainda ao número de CNO a abrir a curto e a médio prazo. A nuvem de palavras com maior presença no texto é formada pelos seguintes vocábulos: “mil, formação, centros, competências, adultos, novas oportunidades, processo, reconhecimento, secundário, inscritos, técnicos”. De qualquer modo, os dados numéricos são os que aparecem com maior frequência, o que aliás é perceptível pelo facto do termo “mil” ser o que ocupa o primeiro lugar nessa nuvem de palavras. Esta estratégia confere à autora conhecimento e autoridade sobre o assunto.

A informação veiculada pela presidente da ANQ é transmitida pela jornalista quer sob a forma de citação quer em discurso indireto. No texto surge ainda uma citação de Dulce Sousa. O recurso às citações, nomeadamente da presidente da ANQ, é uma forma de dar credibilidade à notícia que, neste caso, se prende com a justificação para o atraso na abertura dos primeiros CNO e com o número de adultos inscritos ou em fase de triagem no âmbito dos processos de RVCC.

5. *Estratégias discursivas*

A autora notícia a abertura de 31 CNO, mas fá-lo salientando dois aspetos: por um lado, dá bastante relevo ao número de adultos que aguardam a oportunidade para obterem uma certificação de nível secundário, mostrando a vontade da população adulta regressar ao sistema de ensino para concluir o 12º ano em condições diferentes das que lhes eram anteriormente proporcionadas; por outro lado, enfatiza os atrasos na abertura dos CNO. Assim, a jornalista sublinha que os objetivos do Governo para 2006 não foram alcançados e dá como não cumpridos os de 2007, no que respeita ao número de adultos a certificar com o nível secundário; divulga que o motivo da abertura tardia dos CNO se deve aos atrasos na formação dos técnicos que desenvolverão os processos de RVCC. A voz da presidente da ANQ vem confirmar este facto, mas esta aproveita a oportunidade para transmitir uma imagem de credibilidade do trabalho que os CNO irão desenvolver, como a própria refere.

‘A partir de agora, 31 centros Novas Oportunidades estão em condições técnicas de iniciar o processo. Quando assumi funções, dei orientações para que ninguém avançasse sem passar pelo programa de formação, que era um elemento essencial de credibilidade’, explica Clara Correia.

Uma outra função deste artigo parece ser a de dar a conhecer ao leitor a forma como se processa o reconhecimento, validação e certificação de competências num destes CNO. Refere os seus destinatários e que se trata de um processo semelhante ao que existia para obter uma certificação de ensino básico. Destaca os vários passos, desde a triagem, a elaboração do portefólio, as três áreas que compõem o referencial de competências, a eventual necessidade do

formando fazer um programa de formação que pode assumir a forma de curso EFA ou uma formação de curta duração e a prova pública de apresentação e discussão do portefólio reflexivo de aprendizagem. Neste aspeto, este artigo tem uma componente de informação, não enviesada, bastante considerável.

6. Posições ideológicas

A autora dá suporte aos objetivos subjacentes à política de educação e formação de adultos, designadamente no que respeita à extensão dos processos de RVCC ao nível do secundário, mostrando em particular os elevados níveis de adesão dos adultos à INO, mas mostra-se pessimista relativamente à concretização das metas que o XVII Governo estabeleceu no eixo Adultos da INO.

Por sua vez, Clara Correia, presidente da ANQ, aproveita a ocasião para sublinhar a importância dos CNO possuírem técnicos com formação específica para o desempenho das funções inerentes aos processos de RVCC nos CNO.

Artigo XVI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no PÚBLICO, a uma quarta-feira, 18.04.2007. Surge na página 10 (em 44), na secção *Portugal* e é notícia de destaque na última página do jornal. O seu autor é Sofia Rodrigues. Contem 665 palavras, incluindo a caixa de texto, o título e subtítulo. O artigo ocupa uma página inteira. Além de uma caixa de texto que divulga a autorização para a jornalista Judite de Sousa participar na segunda campanha publicitária da INO, o artigo contém uma foto legendada, “Alegre diz que a campanha é insultuosa para os trabalhadores com poucas habilitações literárias”, com a imagem de um *outdoor* da campanha mostrando Judite de Sousa ao balcão numa papelaria; esta imagem ocupa aproximadamente metade da página. No cimo da página e acima desta foto surge o antetítulo do artigo de cor não negra e fundo sombreado: “Publicidade Campanha do Governo em prol da qualificação alvo de críticas”.

A nuvem de palavras com maior presença no texto (palavras referidas cinco ou mais vezes) é formada pelos seguintes vocábulos: campanha, profissões, jornalista, trabalho, Manuel, Alegre, Novas e Oportunidades. “Campanha” é o termo que se destaca pelo facto de surgir 14 vezes. Os termos “insulto”, “insultuosa” e “denegrir profissões” surgem, na totalidade, seis vezes associados à campanha publicitária da INO.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a campanha da INO com *slogan* associado *Aprender compensa*.

3. *Os agentes*

O ator principal presente no artigo é Manuel Alegre, figura pública apresentada no texto como deputado socialista e ex-candidato à Presidência da República. O recurso frequente a este autor e o espaço dado à sua voz, bem como o facto de o texto assumir o seu ponto de vista, revela o enquadramento principal do artigo. José Pedro Pinto assessor de imprensa do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) é referido, mas o espaço que lhe é atribuído vem no sentido de fornecer uma explicação para as alegadas contestações à campanha que neste texto são representadas por Manuel Alegre. Como atores secundários temos (a) quatro figuras públicas que são apresentadas quer pelo papel que representam na vida real quer como protagonistas da campanha publicitária: Carlos Queiroz, Maria Gambina, Pedro Abrunhosa e Judite de Sousa, com destaque para esta última; (b) a agência de publicidade Euro RSCG, responsável pela campanha e, (c) o juiz Pedro Mourão que presidia à Comissão de Carteira Profissional de Jornalista.

4. *Linguagem e retórica*

A autora recorre com frequência a citações, designadamente de Manuel Alegre, as quais foram transcritas do *site* do “Movimento de Intervenção e Cidadania”, presidido por este autor e a excertos da campanha. Os termos “insulto”, “insultuosa”, “denegrir profissões” associados à campanha no discurso de Manuel Alegre e a recorrência ao posicionamento deste autor, colocam-no como líder da contestação à campanha.

5. *Estratégias discursivas*

A perceção de Manuel Alegre sobre a campanha publicitária da INO é o ponto de vista dominante e praticamente o único apresentado.

Ainda que a jornalista mostre o que se pode considerar uma tentativa de apresentação de um contraditório, quer pelo facto de ter dado voz ao assessor de imprensa do MTSS quer por ter procurado contactar a RSCG, na verdade, todos títulos e subtítulos, a maioria das citações e excertos da campanha suportam aquela visão pessimista sobre a campanha. Acresce que o conteúdo da caixa de texto sobre a compatibilidade do exercício de funções a propósito do envolvimento de Judite de Sousa na campanha, enquanto protagonista de um *spot* publicitário, o qual parece deslocado do corpo do texto, poderá ser considerado como uma tentativa da jornalista chamar à atenção do público para um outro problema inerente à referida campanha, agora de natureza jurídica e não ideológica.

6. *Posições ideológicas*

Este artigo apresenta como dominante no espaço público a opinião de Manuel Alegre sobre uma campanha da INO. Ideologicamente adere às críticas proferidas por este autor relativamente à INO, ou seja, que a segunda campanha publicitária da INO, com *slogan Aprender compensa*, denigre certas profissões apresentando-as como “desqualificantes”, e apresenta as pessoas que não completaram os estudos como “perdedores” desvalorizando as suas competências e o seu desempenho no trabalho.

De qualquer modo, o clima pessimista é colocado unicamente na campanha publicitária, pois a autora salvaguarda a posição favorável de Manuel Alegre acerca da INO justificada com base num diagnóstico de insucesso e abandono escolares:

O ex-candidato à Presidência da República elogia o programa Novas Oportunidades, lembrando que Portugal ‘continua a ter índices de insucesso e abandono escolar muito elevados’, mas questiona a estratégia de comunicação adotada.

Artigo XVII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a uma quinta-feira, 26.04.2007. O seu autor é Gonçalo Tapadas, leitor do jornal. Surge na página 52 (em 56), na secção “Cartas ao Director”; tem 314 palavras, ocupa cerca de um quarto da página e contém uma foto de um anúncio que integrou a campanha publicitária à INO. A utilização por quatro vezes de “(...)”, no início de uma nova frase, indicia que o texto original foi reduzido para publicação. Ao lado desta carta encontra-se uma outra também sobre educação e antes destas está o editorial do jornal (assinado por Manuel Fernandes). O título “As Novas Oportunidades” mostra que o autor considera a INO suficientemente conhecida do público português. O título e a foto confirmam o que se expressa no primeiro parágrafo, ou seja que a campanha publicitária é o tema do artigo.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a segunda campanha publicitária à INO, com *slogan* “Aprender Compensa”, pelo que ela significa e o impacto que teria na sociedade. Como tema secundário surge o discurso de “facilitismo” associado à INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são o XVII Governo e os anteriores, José Sócrates, e a Europa.

4. *Linguagem e retórica*

O autor não aprofunda a opinião emitida, mas também não se limita a fazer apreciações não fundamentadas. Faz uso conotativo de alguns termos que coloca entre aspas e termina com um parágrafo bastante carregado de expressividade. É um texto onde a argumentação está bastante sintetizada. Faz uma apreciação desfavorável à campanha publicitária pelos objetivos que pretende atingir e pelo que ela comporta de ideologia.

5. *Estratégias discursivas*

O autor começa por enaltecer um dos objetivos da campanha: “mobilizar as pessoas para completarem a sua escolaridade”. Mas posiciona, desde logo, a tónica na política educativa do XVII Governos e dos anteriores por colocarem a educação ao serviço das estatísticas tendo em vista a convergência com a Europa. Nas suas críticas o autor assinala as seguintes questões sobre a campanha que, na sua perspetiva, contribuíram para aumentar a discriminação existente na sociedade portuguesa:

- A campanha foi feita na altura em que foi levantada a polémica em torno da licenciatura de José Sócrates;

- A campanha reforçou a crença na educação como forma de mobilidade social: “A educação é, nesta campanha, transposta como forma de mobilidade social perante uma sociedade que discrimina a sua população entre os ‘doutores’ e os outros”;
- A campanha valorizou a fama e o dinheiro ao invés do mérito;
- A campanha teve custos financeiros que como a “Ota” são também suportados pelos portugueses [leia-se povo], que o autor intitula ironicamente “a classe dos otários”.

A sua apreciação desfavorável estende-se também à INO: “Estas novas oportunidades, pelo facto de promoverem um ensino ‘suave’ que equivalerá ao 9º e ao 12º anos, nem é uma forma de promoção de cultura, mas sim de obtenção indiscriminada de diplomas”

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume um ponto de vista desfavorável à política educativa quer do XVII Governo quer dos anteriores, a qual teve como objetivo apenas a melhoria nos indicadores quantitativos europeus.

Do seu ponto de vista a campanha contribuiu para reforçar certas clivagens que existiam na sociedade portuguesa e contrariou o ideal da sociedade socialista, “a igualdade das classes sociais”, como o autor afirma, ainda que, na perspetiva subjacente à sua argumentação aceite uma sociedade que distingue pelo mérito.

Artigo XVIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã* num Domingo, 29.04.2007, e o seu autor é Mário Fernandes. Surge na página 21 (em 53), na secção *Sociedade*; tem 252 palavras incluindo títulos e caixa de texto, ocupa aproximadamente 2/3 da área da página. O artigo contém uma foto com legenda, “largam os estudos para escolher a marginalidade”, de um jovem pobremente vestido a realizar uma atividade na rua, e uma frase em forma de caixa de texto: “Negativas do Natal provocam êxodo”. Possui um título, “Da escola para a criminalidade”, um antetítulo e um subtítulo. O antetítulo destaca a preocupação de uma instituição, a Confederação Nacional de Ação Sobre Trabalho Infantil (CNASTI), relativamente ao abandono escolar; o subtítulo refere-se à diminuição do trabalho infantil, mas mostra que a INO não trás nada de novo para os alunos que abandonam a escola.

2. *Os temas*

O tema principal do artigo são as consequências do abandono escolar pelos jovens. A INO surge pouco explícita e referida pela sua ausência de resposta ao problema do abandono escolar.

3. *Os agentes*

O agente principal é a CNASTI referida enquanto instituição com autoridade no campo do trabalho infantil, mas também no que respeita à (des)ocupação dos jovens que abandonam a escola. A sua voz é veiculada neste artigo quer sob a forma de citação da sua presidente, Ana Maria Mesquita, quer em discurso indireto. Os atores de quem se fala no artigo são as crianças e os jovens (em Portugal). O Gabinete de Estatísticas da UE, Eurostat, é utilizado pelo autor para apresentar valores percentuais sobre o abandono escolar em Portugal.

4. *Linguagem e retórica*

O autor coloca em primeiro plano a CNASTI divulgando a preocupação desta confederação relativamente ao aumento da criminalidade em Portugal. A nuvem de palavras mais frequente no texto contém os vocábulos: “escola”, “abandono”, “infantil”, “Jovens”, “trabalho”, “criminalidade” e marginalidade”. A INO é referida, ainda que de uma forma muito subtil, para constatar que a exclusão social que se manifesta em comportamentos marginais à sociedade adotados por jovens que abandonam a escola e que o CNASTI designa de problema “terceiro-mundista” não consegue ser solucionada com “novas oportunidades”.

Os dados apresentados sobre o abandono escolar, devidamente referenciados a uma entidade credível, são uma espécie de tentativa do autor ampliar o problema.

5. *Estratégias discursivas*

Mário Fernandes apresenta o aumento da criminalidade em Portugal como uma consequência do abandono escolar. Interpreta-o do ponto de vista da CNASTI, ou seja, como um problema de exclusão social, pois conduz à marginalização das crianças e dos jovens.

[A CNASTI] reclama uma intervenção determinada e eficaz no sector da educação para resolver um problema ‘terceiro-mundista’ que se mantém inalterável desde há dez anos no nosso País. [...] Hoje, o trabalho infantil industrial é residual, mas não há alternativas, nem ‘novas oportunidades’, pelo que, em grande parte dos casos, o abandono escolar acaba por levar os jovens para a marginalidade, prostituição, criminalidade, toxicodependência e tráfico de droga.

Omitindo qualquer justificação sobre o motivo pelo qual pressupõe que a INO não consegue dar solução à questão do abandono escolar, e continuando a adotar o ponto de vista da presidente da CNASTI, o autor prossegue reclamando pelo que chama de “planos curriculares alternativos” que segundo Ana Maria Mesquita permitem “ir ao encontro da personalidade da criança e do jovem, respeitando e valorizando os saberes, motivando os que têm mais dificuldades e os mais carenciados”.

O autor termina o artigo reportando-se a um dado estatístico do Eurostat que se refere aos valores do abandono escolar entre jovens dos 18 aos 25 anos que, do nosso ponto de vista, revela uma certa desadequação relativamente à problemática concreta em estudo que, de acordo com a narrativa, se reporta a crianças e a jovens de tenra idade e não apenas a maiores de 18 anos e já adultos.

6. *Posições ideológicas*

O problema do abandono escolar é neste artigo interpretado como uma incapacidade da escola em ir ao encontro de situações específicas que respeitam também à política social, mas também é vista como sendo ela própria a geradora de exclusão social. Do ponto de vista apresentado no artigo, a INO é ignorada quer pela CNASTI quer pelo jornalista e pelo jornal que o publica, como uma alternativa viável à resolução do problema do abandono escolar.

Ora, sabendo que o eixo Jovem tinha como objetivo a redução do abandono escolar, o facto de a INO ter sido desvalorizada no artigo, de forma intencional cremos nós, levou-nos a inseri-lo no *corpus* de pesquisa.

Artigo XIX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a uma quinta-feira, 03.05.2007, e o seu autor é a jornalista Raquel Oliveira. Surge na página 19 (em 54), na secção *Economia*. O artigo tem 381 palavras incluindo títulos ainda uma notícia sobre o desemprego em Portugal e várias notícias breves; contém uma foto de dois ministros do XVII Governo, Maria de Lurdes Rodrigues e Vieira da Silva, cuja legenda remete para as metas estabelecidas no âmbito da INO no que respeita ao eixo Adultos e uma frase em forma de caixa de texto, destacando o facto de ser no Norte de Portugal que a adesão à INO é maior. O artigo possui um antetítulo que define o tema geral do artigo “Formação. Programa ‘Novas Oportunidades’”; possui um título de grandes dimensões e uma entrada bastante breve; ambos destacam os números que revelam, por si só, uma significativa adesão dos “adultos activos” à INO; além disso, esta procura é enfatizada também pelo autor na entrada quando usa o termo “Só” na expressão “Só no primeiro trimestre inscreveram-se [...]”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a adesão da população ativa ao eixo Adultos da INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são: o MTSS referido apenas como “ministério do Trabalho”, o ministério da Educação, os seus representantes, Vieira da Silva e Maria de Lurdes Rodrigues, respetivamente, e o Governo e Portugal. Os atores de quem se fala é a população ativa portuguesa.

4. *Linguagem e retórica*

No artigo os dados quantificáveis—quantidades apresentadas em valor absoluto ou percentagem—são referidos com muita frequência. A sua origem é referida pela autora, mas não é um aspeto enfatizado. O seu objetivo é:

- sublinhar a quantidade de jovens ou adultos inscritos no eixo Adultos;
- estabelecer comparações com as metas a atingir preconizadas no Programa;
- apresentar um diagnóstico que justifique as medidas do Governo neste eixo adultos da INO;
- comparar os resultados alcançados com o problema diagnosticado;
- referir o investimento previsto no funcionamento da Iniciativa.

A forma como o texto foi estruturado não facilita a leitura e a compreensão destas quantidades que a autora refere. O recurso à citação acontece uma única vez.

A nuvem de palavras mais frequentes no texto contém os vocábulos “Ensino” (8), “Mil” (7), “cento” e “programa” (6), e “secundário” (5), “Básico” (3). Os atores, destinatários do eixo

Adultos da INO, são referidos neste artigo como: trabalhadores (4), ativos ou população ativa (4) jovens (3), ou simplesmente inscritos (3).

5. Estratégias discursivas

A autora apresenta diagnósticos quantitativos e outros dados que procuram mostrar uma elevada adesão dos portugueses à INO (eixo Adultos). Em termos de procura por qualificação, o artigo destaca tanto o nível básico quanto o nível secundário. Sublinha o facto de (a) se estar a verificar uma maior adesão à INO na população da região Norte de Portugal, (b) de serem mulheres as que mais aderiram à INO, (c) e de a população inscrita serem maioritariamente pessoas empregadas. Contudo apresenta estes dados de forma bastante desorganizada.

6. Posições ideológicas

A autora divulga os resultados apresentados pelos dois ministros do XVII Governo, já referidos. Contudo, não assume uma posição neutra: por um lado, a entrada enfatiza a procura de formação oferecida pela INO, aspeto a que aludimos no primeiro ponto; por outro lado, ao proferir a afirmação que a seguir se transcreve sem que o seu conteúdo se consiga inferir do que disse nos parágrafos anteriores, mostra a sua concordância com o sucesso do programa aderindo assim à perspetiva dos governantes:

“Nesse sentido, o programa está a atingir as metas a que se propôs uma vez que cerca de 50 por cento dos jovens até aos 34 anos procuraram já qualificação ao nível do Ensino Secundário”.

Artigo XX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*reportagem*—publicado no jornal Expresso a 05.05.2007 na secção *Rede Expresso*. O seu autor é Bruno Oliveira da região do Ribatejo. Surge na página 31 do jornal; tem 522 palavras incluindo título e subtítulo, e ocupa cerca de 40 por cento da área da página. O artigo contém uma foto com a figura do personagem principal da reportagem em primeiro plano e dois dos seus trabalhos realizados enquanto artesão. A foto não tem legenda, pois o título do artigo é elucidativo uma vez que remete quer para o texto quer para a imagem: “Este é o mestre André que acabou os estudos aos 83 anos”. Quer no título que no subtítulo é realçada a idade deste personagem da história.

2. *Os temas*

O tema principal do artigo é a história de vida de uma pessoa idosa, apresentada no seu portefólio reflexivo de aprendizagem, que aos 83 anos completou o 9º ano no âmbito da INO mediante um processo de RVCC.

3. *Os agentes*

O personagem principal é João André com 83 anos de idade. Como atores secundários referidos no texto temos: (a) a Direção-Geral de Formação Vocacional cujos elementos integram o júri externo da Prova Final de avaliação nos processos de RVCC; (b) Fernando Cruz, presidente do júri que avaliou o portefólio reflexivo de João André; (c) o Clube Desportivo Salvaterrense cuja direção João André integrou; (d) os Bombeiros Voluntários de Salvaterra e a Banda Filarmónica, duas Associações onde João André exerceu atividade comunitária; (e) a Raret, empresa onde João André trabalhou 38 anos; e (f) a Escola Profissional de Salvaterra com quem João André colabora.

4. *Linguagem e retórica*

O autor coloca em primeiro plano a história de vida de João André. Utilizando um tom coloquial constrói a história deste personagem, a quem se refere pelo nome próprio, essencialmente pela forma como diz que este a apresentou perante o júri que avaliou o seu portefólio reflexivo. Dá ênfase à sua idade e ao facto de se tratar de um mestre artesão que ainda pratica regularmente atividade física significativa. Ainda que não refira em momento algum os processos de RVCC ou o portefólio reflexivo de aprendizagem, o autor valoriza-os pela forma como descreve o processo de obtenção de certificação do 9º ano por parte do personagem da história:

O mestre João André passou com distinção no exame de avaliação pelo júri externo da Direcção-Geral de Formação Vocacional, apresentando um trabalho sobre a sua arte, em

que demonstrou inúmeras competências nas áreas obrigatórias de avaliação: linguagem e comunicação (domínio da escrita e da oralidade), matemática, tecnologias da informação e comunicação (TIC) e cidadania. O trabalho mereceu o elogio do júri que destacou a “enorme responsabilidade com que o aluno encarou o processo” e a “multiplicidade de histórias e exemplos de vida” contidas nos textos do trabalho, elaborado em suporte informático.

5. Estratégias discursivas

Bruno Oliveira apresenta a história de vida de João André sob a perspectiva do próprio, contada no seu portefólio. Refere em particular aspetos específicos da sua vida, dando destaque à sua participação cívica e comunitária, a qual, em parte, ainda mantém, ao exercício de funções de direção de uma Associação, e de gestão de equipas durante largos anos, à sua obra como mestre artesão, às suas aspirações e vontade de aprender e querer saber mais. O envolvimento da personagem da história na comunidade Salvaterrense aparece bastante vincado.

6. Posições ideológicas

A história de vida deste personagem contada neste artigo aponta para uma forma de conceber a aprendizagem ao longo da vida que está para além da sua relação com o desenvolvimento do país e com a empregabilidade. Trata-se de reconhecer aprendizagens que não foram intencionalmente construídas com vista à empregabilidade e que tiveram lugar de modo informal e não formal no trabalho, nos momentos de lazer, na participação na e com a comunidade local e adquiriram valor em si, em termos de autorrealização e valorização pessoal; o seu reconhecimento respondeu, assim, às necessidades pessoais e de cidadania deste personagem permitindo-lhe desenvolver mecanismos de participação mais complexos na e com a sociedade.

A instituição escolar praticamente não surge neste artigo. Contudo, a valorização formal das aprendizagens experienciais, foi algo que a INO lhe trouxe de novo e que é para este personagem motivo de orgulho e isso só o sistema escolar lhe pôde dar.

Artigo XXI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo do género jornalístico *opinião*, publicado no jornal Público, a uma terça-feira, 22.05.2007, e o seu autor é Santana Castilho, *opinion maker* que à data mantinha neste diário uma coluna de opinião quinzenal e publicada às segundas-feiras sobre educação. Surge na página 43 (em 44), na secção *Espaço Público*; tem 660 palavras, ocupa dois terços de uma página inteira; na mesma página encontra-se com uma coluna de opinião de outro autor e sobre assuntos que não dizem respeito à Educação. O artigo contém: uma foto de uma sala de aula, sem legenda; uma foto tipo passe do autor; e, uma caixa de texto destacada a vermelho.

O título recorre a uma citação contida na parte final da obra *Os Maias*, de Eça de Queirós, proferida pela personagem *Ega* num diálogo com o seu amigo *Carlos*: “falhamos a vida, menino!”; com esta expressão o autor parece procurar estabelecer uma analogia entre a política de José Sócrates para a educação e o movimento académico de Coimbra, designado *Geração de 70* do século XIX, o qual foi criado por Antero de Quental, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão, entre outros intelectuais da época que pretendiam renovar a vida política e cultural do país e assim mudar a sociedade. Note-se que este grupo a que Eça de Queirós se juntou em 1889 gerou bastante polémica e acabou por não conseguir prosseguir com os seus ideais, auto intitulado-se “os vencidos da vida”.

Por sua vez, o antetítulo, “As Novas Oportunidades, tiradas da cartola com alarido, não são conceito recente”, recorre a duas metáforas, sendo uma delas explicada na própria frase tendo em vista a reforçar a ideia de que a INO não traz novidade. Quer o antetítulo quer o título voltam a ser referidos no texto e contextualizados, pelo que voltar-se-á, num outro ponto mais adiante, a falar destas duas frases.

O autor assina o texto como *Professor do ensino superior*. A sua assinatura institucional, apesar de não referir a instituição, mostra que se trata de um autor com capital escolar e cultural, aspeto que atribui valor social à opinião que emite e, por conseguinte, confere, logo à partida, maior credibilidade à argumentação.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são a estratégia de governação e o eixo-Adultos do programa INO. Como temas secundários surgem a adesão dos portugueses a esta Iniciativa e as alterações introduzidas na forma de ingresso ao ensino superior.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são José Sócrates, Primeiro-ministro do XVII Governo Constitucional e Mariano Gago, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e, embora implicitamente, o XVII Governo.

4. *Linguagem e retórica*

O autor utiliza uma linguagem conotativa quer nas opiniões que formula quer na respetiva argumentação, pois personaliza as questões, faz perguntas a que responde, envolve o leitor nos seus argumentos, faz dos seus os nossos argumentos, recorre a metáforas, faz analogias, estabelece associações e utiliza com frequência palavras e expressões num sentido figurado. As seguintes expressões apesar de retiradas do (con)texto, de certa forma ilustram o que se acabou de afirmar: “[...] tiram da cartola [...]”, “[...] com alarido [...]”, “[...] não há milagres [...]”, “[...] a maturidade e o esforço poderão compactar cinco anos [...]”, “[...] engrossar estatísticas [...]”, “[...] um bidé não equivale a resolver uma equação matemática [...]”, “[...] queimar etapas [...]”, “[...] ‘esquerda moderna’ [...]”, “[...] oportunidades com que Sócrates julga salvar a pátria [...]”, “[...] entrar na galeria dos reformadores [...]”, “[...] Todos sabemos porquê [...]”. Repare-se que algumas expressões são lugares comuns que reforçam a função apelativa da argumentação. Observa-se, ainda, que o autor utiliza cinco vezes o conceito de *conhecimento*, e apenas uma vez o de *competências*.

5. *Estratégias discursivas*

O autor manifesta uma opinião bastante desfavorável sobre a INO construindo um quadro argumentativo onde se destacam essencialmente duas grandes preocupações: (a) a adesão da população portuguesa à INO e os motivos que na sua opinião lhe estão subjacentes, (b) os objetivos visados no eixo-Adultos e a política do Primeiro-ministro.

Santana Castilho aborda a primeira questão dizendo-se impressionado [surpreendido ?] com a quantidade de portugueses que se pretendem inscrever na INO, pois notícias recentes da imprensa sobre resultados de um inquérito europeu mostravam que os portugueses pouco valorizavam a formação ao longo da vida. Nota-se que esta introdução começa por remeter para uma entidade europeia cuja origem não surge concretamente especificada; questionados sobre o eventual motivo subjacente a esta omissão, que se assumiu como intencional, considerou-se plausível qualquer das situações seguintes ou até ambas: o autor apela ao facto de ser uma entidade exterior a Portugal e portanto independente, conferindo, só por si, mais a confiança aos resultados, ou o autor supõe que o seu auditório é conhecedor dos processos de regulação transnacional da Educação.

De seguida, Santana Castilho interroga o leitor acerca do motivo que levou a tão grande adesão à INO. Trata-se de uma pergunta de retórica pois o autor não espera uma resposta; pelo contrário, cria uma espécie de cenário hipotético onde dialoga com o leitor levando-o a olhar para a questão que coloca e a notar que se trata de um problema merecedor de atenção, devendo, no entanto, ser encarado de um ângulo específico. Deste modo, consegue persuadir mais eficazmente o leitor para o seu ponto de vista. Esta encenação é, aliás, assumida pelo próprio autor quando pergunta “[...] que terá acontecido, para tão grande mudança de atitude, em tão

escasso tempo?” e, em resposta, argumenta: “Da multiplicidade de factores que integram uma possível resposta, destaca-se o oportunismo e a leviandade com que se procura popularizar e facilitar o que suporia trabalho acrescido e sacrificio pesado”. Repare-se que o Santana Castilho não sente necessidade de explicitar o autor da estratégia que refere, pois do seu ponto de vista, é evidente para o seu público a entidade a quem se está a reportar. O autor mostra assim que não está a falar para um público, mas está a *dialogar* com um público que partilha com ele um conjunto de ideias e de valores.

Na passagem seguinte Santana Castilho foca essencialmente dois aspetos que importam destacar: “As Novas Oportunidades, que estes senhores tiraram da cartola com alarido, não são conceito recente, tão só rebaptismo duma iniciativa que remonta ao próprio Estado Novo. Lembram-se da ‘educação de adultos’ e da ‘educação permanente’?”. O primeiro prende-se com a publicidade feita pelo Governo, a quem se refere por “estes senhores”, vista aqui mais como propaganda do que no sentido de publicitar, anunciar ou dar a conhecer. Este aspeto, sublinhado neste excerto e no subtítulo, volta a ser referido no último parágrafo e destacado em caixa de texto, agora já de uma forma explícita e com um sentido ideológico e político: “O marketing político e a propaganda desta ‘esquerda moderna’ arregimentam muitos para as oportunidades com que Sócrates julga salvar a pátria e entrar na galeria dos reformadores”. O segundo aspeto prende-se com a parte final da frase e com as ligações que o autor pretende que o leitor estabeleça,—Estado Novo, Educação de adultos, educação permanente, INO—deixando livre a sua imaginação, mas sem ir mais além. Note-se que apesar do movimento em torno da educação permanente ter iniciado a sua expansão na década de sessenta, a educação permanente era para a UNESCO um elemento promotor do progresso cultural e científico e constituiu um dos pilares educativos do Estado Providência. Por outro lado, a educação de adultos em Portugal de modo algum pode ser reduzida aos processos de alfabetização que tiveram lugar entre 1952 e 1954 com o Plano de Educação Popular e uma Campanha Nacional de Educação de Adultos, pelo que a ligação que o autor procurou estabelecer parece carecer de melhor explanação.

A questão relacionada com as estratégias preconizadas no eixo-Adultos ocupa uma boa parte da sua argumentação. Sem mencionar concretamente as estratégias a que se está a referir, RVCC, cursos EFA ou outro tipo de formação modular, o autor começa por analisar criticamente três objetivos que, no seu entender, estão presentes nas estratégias preconizadas no eixo-adultos: (a) adaptação social e profissional, (b) emancipação pessoal, e (c) validação e certificação do conhecimento adquirido.

Os problemas que coloca são basicamente os seguintes:

- Recursos humanos desadequados: os novos CNO recorrem a metodologias e a docentes do sistema de ensino tradicional, por oposição aos CNO que já existiam e que viram o seu financiamento reduzido; estes tinham técnicos especializados, ou seja, formadores com

competência pedagógica no âmbito da educação de adultos e desenvolviam processos mais longos, mais demorados;

- Celeridade dos processos de obtenção de certificação escolar que impossibilita uma real construção do conhecimento;
- A questão da forma como é feita a validação dos saberes, das competências ou do conhecimento que existe, como o autor refere, supondo ele é reconhecido pelo próprio. Aqui a discussão é colocada no valor social da qualificação obtida e com os benefícios sociais, profissionais e pessoais que daí poderiam advir. No entender do autor, a validação e a certificação de um grau académico não poderiam deixar de passar pela realização de um exame, considerando que a forma de validação e certificação inerentes aos processos RVCC são “[...] tretas ridículas, para engrossar estatísticas que a todos enganam[...]”, como afirma.

Na argumentação, Santana Castilho não parece reconhecer o facto de o conhecimento sem competência não ter qualquer utilidade social. Por outro lado, ainda que atribua valor a aprendizagens informais e não formais adquiridas à margem do sistema escolar e ao longo da vida, privilegia o saber académico e escolar; as primeiras devem ser, do seu ponto de vista, um complemento de um currículo académico homogéneo, aspeto que, aliás, está presente no seguinte excerto do seu texto: “[...] naturalmente que o saber acumulado por um canalizador pode e deve equivaler a outras aquisições da parte complementar de um currículo. Mas montar um bidé não equivale a resolver uma equação matemática nem saber enviar um *e-mail* substitui a leitura de *Os Maias*.”. Além disso, o autor prioriza as formas clássicas de validar as aprendizagens. De um modo geral, a perspetiva que apresenta enquadra-se numa conceção positivista de conhecimento.

O autor reserva ainda um tópico do seu artigo para reforçar a problemática em torno da validação das aprendizagens experienciais e da sua equiparação a um grau académico; trata-se das alterações introduzidas pelo XVII Governo na forma de ingresso ao ensino superior que valorizam a experiência profissional dos candidatos, maiores de 23 anos sem o 12º ano completo, que o autor critica: “Como se a posse de um curso universitário fosse um direito básico e universal”, diz. Do seu ponto de vista, este tipo de orientações/possibilidades proporciona interpretações abusivas que considera serem uma realidade, exemplificando com o percurso escolar de José Sócrates, assunto que estava em debate no espaço público por altura da publicação deste artigo.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume um ponto de vista bastante crítico das políticas do XVII Governo. Atribui à visão do Primeiro-ministro um traço cultural e político que diz ser o de uma “esquerda moderna”. Sublinha a politização da INO que diz ser notória na estratégia de

propaganda ideológica em seu redor e na velocidade que o Governo, em particular José Sócrates, impõe à mudança que deseja impor à sociedade.

Artigo XXII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado a uma sexta-feira, 25.05.2007, no suplemento do jornal Correio da Manhã designado *Primeiro Emprego*. O seu autor é Almerinda Romeira. Surge na primeira página deste suplemento e contém 299 palavras incluindo títulos e caixas de texto; ocupa a cerca de quatro quintos da área da página. Inclui duas fotos: a maior é de uma fábrica, onde além de outros trabalhadores apresenta em primeiro plano um jovem; a segunda foto, com legenda de cariz publicitária— “Secundário vai oferecer perto de 100 cursos profissionais”—, é do secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, Fernando Medina. O título, com um *lettering* bastante saliente, apresenta os cursos profissionais como uma via para a empregabilidade: “Cursos técnicos dão saída de futuro” e o antetítulo. O antetítulo, “Nas escolas secundárias”, surge num tipo de letra bastante reduzido.

Três das quatro caixas de texto referem dados quantitativos em valor percentual.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) as funcionalidades dos cursos de dupla certificação; (b) o alargamento do número de cursos profissionais no ensino secundário; e (c) os objetivos que o XVII Governo espera alcançar com esta medida.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são o secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Fernando Medina, o XVII Governo, o ministério da Educação e o ministério do Trabalho e Solidariedade Social, Portugal, a Europa e a OCDE. As escolas secundárias aparecem em plano secundário.

4. *Linguagem e retórica*

O autor apresenta um texto conciso e estrutura a informação de forma bastante compreensível para um leitor leigo. A sua fonte de informação é o secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, do qual cita duas afirmações, a primeira relacionada com a empregabilidade e a segunda em que toma a Europa como referência: “[as vias profissionalizantes] são uma oportunidade, como acontece em toda a Europa, e não uma segunda categoria, como são vistos em Portugal”. A OCDE é também uma outra fonte de referência no artigo salientada em caixa de texto: “Média da OCDE: 50% na via profissional”. Um aspeto relevante é o facto de as escolas secundárias que iriam suportar o aumento da oferta dos cursos profissionais ser apenas referido no antetítulo, em dimensão extremamente reduzida, e como escolas públicas numa das quatro caixas de texto. Outro aspeto é o facto de os cursos profissionais serem designados, no título, apenas por “cursos técnicos”.

5. *Estratégias discursivas*

Sobre os cursos profissionais o autor realça o carácter da dupla certificação, o facto de estarem predominantemente orientados para o mercado de trabalho, mas não impedirem o estudante de prosseguir estudos, e a variedade e quantidade de cursos que iriam funcionar no ano letivo seguinte.

“Os cursos profissionalizantes permitem ao jovem completar o secundário enquanto aprende uma profissão e recebe qualificações profissionais, mantendo intacta a possibilidade de prosseguir estudos superiores”

Relativamente à estratégia do Governo, no que respeita a esta medida do eixo Jovem, o autor destaca:

— A justificação fornecida para o aumento do número de cursos profissionais:

“O aumento da oferta é a resposta do Governo às taxas de sucesso e de empregabilidade mais elevadas que proporcionam” e o facto de serem “uma oportunidade, como acontece em toda a Europa”, como afirma Fernando Medina;

— O objetivo de atingir em 2010 a média da OCDE que é de 50% de vias profissionalizantes de nível secundário;

— O lançamento de uma campanha publicitária “para dar a conhecer o aumento da oferta disponível”.

Fernando Medina tece ainda uma crítica a respeito da forma como considera que os cursos de dupla certificação são percecionados em Portugal, ou seja, como cursos de segunda categoria, apresentando como um dos objetivos do XVII Governo inverter esta tendência.

6. *Posições ideológicas*

Os assuntos tratados neste artigo prendem-se unicamente com uma das medidas do eixo Jovem da INO: os cursos profissionais vistos enquanto cursos que oferecem uma dupla certificação. A autora aborda o tema de uma forma muito linear, ainda que domine a perspetiva do Governo, isto é, a forte ligação da formação de nível secundário às questões da empregabilidade, com a aquisição de qualificação profissional por parte dos jovens que vá ao encontro das necessidades do mercado de trabalho como uma condição necessária para o sucesso na vida adulta.

A legitimação para a expansão dos cursos de dupla certificação é procurada, pelo Governo, no contexto educativo Europeu e em indicadores da OCDE.

Artigo XXIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a uma sexta-feira, 01.06.2007, e o seu autor é Janete Frazão. Surge na secção *Política*, na página 28 (em 56) e contem 299 palavras incluindo títulos e caixas de texto; ocupa a cerca de três quintos da área da página. Contém uma foto de José Sócrates na Assembleia da República numa sessão do Parlamento. O título, “Computadores para meio milhão”, enfatiza uma medida do XVII Governo e o antetítulo situa o tema do artigo no âmbito do debate mensal no Parlamento. Duas caixas de texto chamam a atenção para duas medidas concretas do Governo que visam facilitar a aquisição de um computador com acesso à Internet a determinados setores da população estudantil.

2. *Os temas*

O artigo versa dois temas tratados no debate mensal no Parlamento. A análise do artigo aqui encetada respeita unicamente ao primeiro tema, uma vez que o segundo trata a questão do novo aeroporto de Lisboa. Assim, neste sentido, o tema do artigo é o programa e-escolas, uma das medidas do XVII Governo inseridas no Plano Tecnológico para a Educação a qual se prende com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC): distribuição de computadores e acesso à banda larga da Internet a preços reduzidos.

3. *Os agentes*

O único ator apresentado no artigo é José Sócrates, primeiro-ministro do XVII Governo Constitucional.

4. *Linguagem e retórica*

A autora é concisa, e estrutura a informação de forma bastante compreensível para um leitor leigo. Do texto não transparece o debate anunciado no antetítulo, mas apenas a informação fornecida pelo primeiro-ministro que a autora apresenta sob a forma de citações ou em discurso indireto, limitando-se a organizar a informação.

“Acesso”, “banda larga” e “euros” são as palavras mais frequentes no texto.

5. *Estratégias discursivas*

A autora dá destaque ao discurso de José Sócrates na apresentação do que este afirmou ser ‘um dos programas mais ambiciosos do Plano Tecnológico’; sintetiza as medidas anunciadas, sublinha o alcance da medida, os destinatários dos computadores e do acesso à banda larga, os custos para estes, reduzidos consoante o escalão de rendimento familiar, fazendo notar que o público-alvo deste “programa” abrange também as pessoas inscritas no âmbito da INO.

6. Posições ideológicas

O assunto tratado neste artigo prende-se com uma das medidas do Plano Tecnológico para a Educação. Não obstante tratar-se de um assunto que foi alvo de debate numa sessão do Parlamento e o artigo anunciar este facto, a autora aborda este tema unicamente na perspectiva do XVII Governo. Na verdade, o debate, propriamente dito, é revelado na segunda parte do texto que já não respeita a este assunto nem à Educação.

Artigo XXIV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia* e espécie de *reportagem*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 06.06.2007, e a sua autora é a jornalista Isabel Leiria que à data escrevia com regularidade sobre educação neste diário. Surge na página 6 (em 48), na secção *Portugal*; tem 1026 palavras incluindo títulos e caixa de texto, e ocupa uma página inteira. O artigo tem uma parte de género jornalístico notícia e outra que é uma espécie de reportagem. O tema surge no cimo da página em antetítulo, “Plano tecnológico. Adultos em formação são os primeiros beneficiários”; o título, “Só os alunos que não chumbam podem ficar com portáteis”, aparece em destaque; a entrada do artigo sublinha quer o facto de as pessoas inscritas na INO poderem beneficiar do Plano Tecnológico para a Educação quer a data a partir do qual tal se podem candidatar, mas não refere as condições nem o facto de esta notícia se estar a referir aos adultos inscritos na INO. “A banda é larga, o computador é que é lento” é o título da espécie de reportagem cujo antetítulo é “Exemplo de duas escolas”. A foto mostra alunos a trabalhar em computadores numa sala de aula e a caixa de texto contém dados quantitativos a respeito da existência e utilização de computadores com ligação à internet nos lares dos jovens portugueses com parados com a percentagem de lares europeus onde existe um computador e acesso à internet.

2. *Os temas*

Os temas principais do artigo são a implementação das iniciativas @oportunidades, @escolas e @professor inerentes ao programa do Plano Tecnológico (PT) para a Educação que implica a distribuição de computadores e acesso à banda larga da Internet a preços reduzidos e a perceção de atores de duas escolas sobre a necessidade de melhorar e ampliar o seu parque informático das suas escolas.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo, na componente de notícia, são, (a) o Governo; (b) José Sócrates; (c) a ministra da Educação, o ministro das Obras Públicas e Transportes e Comunicações e o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, tendo estes sido referidos apenas por terem estado presentes numa cerimónia onde o primeiro-ministro divulgou o programa que a autora trata neste artigo; e (d) a UE que a autora utiliza como entidade de referência para comparar os níveis de utilização de computadores ligados à Internet em lares de família. Na componente de reportagem são referidos (a) as Escolas Secundárias Eça de Queiroz e Padre António Vieira, (b) Helena Pinto, Sofia e Maria, vice-presidente e duas alunas desta última escola, respetivamente; e ainda, (c) um aluno da Escola Secundária Padre António Vieira cujo nome não é referido.

4. *Linguagem e retórica*

A autora, na primeira parte do texto, recorre a citações do primeiro-ministro apenas quando se trata de apresentar as intencionalidades do PT e a escolha dos beneficiários. Já na componente de reportagem é essencialmente do ponto de vista dos alunos e da vice-presidente da escola secundária que fala sobre os assuntos que a levaram àquelas escolas.

A autora apresenta as medidas que os beneficiários podem usufruir, mas privilegia as condições, inerentes ao contrato, previstas no regulamento e as penalizações em caso de incumprimento por parte dos beneficiários, pois cerca quarenta por cento do número de palavras do artigo são deste teor, incluindo o título da notícia.

No que respeita aos destinatários das medidas, o destaque, enquanto notícia, vai para os adultos.

5. *Estratégias discursivas*

Na primeira parte do artigo trata-se essencialmente de divulgar as iniciativas @oportunidades, @escolas e @professor que constam do programa do PT as quais foram divulgadas pelo Governo na semana da publicação deste artigo. A autora dá voz ao primeiro-ministro para descrever as intencionalidades destas medidas que integram um programa no âmbito do PT:

José Sócrates afirmou que este ‘é possivelmente o mais ambicioso e mais importante programa do Plano Tecnológico’. ‘Porque massifica o uso de computadores na sociedade e contribui para o desenvolvimento mais rápido da modernização tecnológica do país. O acesso mais universal à banda larga significa um investimento no conhecimento, aprendizagem e autonomia individual’.

Quanto à escolha dos beneficiários, o primeiro-ministro explicou que se pretende apostar ‘naqueles que são um instrumento de mudança’, considerando que o uso das novas tecnologias ‘é absolutamente decisivo para obter melhores resultados nos próximos anos.’ ‘Espero que o computador venha a ser visto como um material didático igual aos livros e aos cadernos”, disse Sócrates.

Concretamente sobre as iniciativas a jornalista destaca uma série de condições que os beneficiários do programa podem vir a beneficiar, os respetivos custos para os utentes, quando terão início as candidaturas, bem com as penalizações pelo não cumprimento das regras estabelecidas. A respeito da possibilidade dos adultos inscritos na INO poderem vir a beneficiar

dessa medida, é sublinhada a condicionante: “só poderão candidatar-se se estiverem a receber formação na área de tecnologias de informação e comunicação”, diz a autora.

Já na componente do artigo que é uma espécie de reportagem, a autora, dando a palavra aos personagens, alunos e vice-presidente de uma escola, mostra que:

- o parque informático das escolas referidas, é considerável mas insuficiente e tem “limitações”;
- os alunos destas escolas estão bastante recetivos às novas tecnologias nas aulas e possuem competências em TIC;
- há escolas que estão a tentar acompanhar os progressos tecnológicos: “ensaia-se a sua utilização na sala de aula com os sumários electrónicos” na escola Eça de Queiroz;
- há professores que ainda têm dificuldade em integrar este material didático nas suas aulas:

(...) a generalização do uso das novas tecnologias por parte dos docentes da Padre António Vieira é agora a dificuldade a ultrapassar. ‘Os professores têm feito autoformação. Diria que 95 por cento dominam as tecnologias. Mas não conseguem muito bem desenvolver materiais nesse suporte. A integração das novas tecnologias nas aulas é o próximo desafio’, diz Helena Pinto, vice-presidente do conselho executivo.

Ao estabelecer comparações entre dados de Portugal e da UE, mostrando o quanto Portugal está aquém de atingir o nível médio dos países europeus, quer em termos de existência em cada lar de um computador com acesso à internet quer no número médio de alunos por computador com ligação à internet nas escolas, Isabel Leiria mostra a legitimidade deste programa do PT, mas levanta também um problema relativo ao parque informático escolar que é apresentado como insuficiente e obsoleto, sinalizando também a necessidade de uma intervenção no equipamento informático das escolas.

6. *Posições ideológicas*

A autora noticia um dos programas do PT para a Educação fazendo-o de modo a dar a conhecer o seu conteúdo e apresentar as intenções do XVII Governo com as iniciativas visadas. Assume essencialmente a função de informar o leitor sobre os requisitos para integrar o público-alvo desta iniciativa e as condições que são oferecidas, alertando para as condições que terá de cumprir se vier a beneficiar de alguma iniciativa neste âmbito.

Dá destaque aos adultos inscritos na INO que estiverem a receber formação na área das TIC como possíveis destinatários da iniciativa @oportunidades.

Com a reportagem junta e os destaques em caixa de texto, a autora sublinha a importância e a legitimidade destas iniciativas do PT, mas reforça também a necessidade de ir mais além.

Artigo XXV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo do género jornalístico *notícia*, publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 20.06.2007, e o seu autor é a agência LUSA. Surge na página 17 (em 44), na secção Portugal. Contem 438 palavras, incluindo o título, a entrada e a caixa de texto; ocupa a cerca de um quinto da página. Contém uma foto do tipo passe de José Sócrates, primeiro-ministro do XVII Governo, e uma caixa de texto que destaca a justificação dada por José Sócrates para o aumento do número de alunos na escola pública: “[...] houve mais alunos nas escolas devido à oferta de ensino profissional”. O título e a entrada reportam-se ao aumento e à generalização dos cursos profissionais nas escolas secundárias.

2. *Os temas/objetos*

O tema do artigo é o aumento do número de cursos profissionalizantes de nível básico e secundário nas escolas públicas previsto para o ano letivo 2007-08.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são: (a) José Sócrates, primeiro-ministro do XVII Governo; (b) o Governo, (c) Maria de Lurdes Rodrigues, ministra da Educação; e (d) Valter Lemos, secretário de Estado da Educação, e (e) a OCDE surge como uma autoridade na educação.

Todos os atores referidos neste artigo são personalidades com elevado capital político e social e representam o mesmo ponto de vista. A OCDE é aqui referida por um dos autores como entidade reguladora.

4. *Linguagem e retórica*

Os dez parágrafos do texto, excetuando o primeiro, são citações ou afirmações em discurso indireto dos agentes que intervêm no artigo. Expressões como: “disse José Sócrates”, “José Sócrates diz”, “sublinhou o primeiro-ministro”, “o Governo tenciona”, “Segundo o secretário de Estado da Educação”, “garantiu o secretário de Estado”, “garante o Governo”, estão presentes ao longo do texto, na entrada e na caixa de texto. As palavras mais utilizadas no artigo são: “curso(s)” (10 vezes na totalidade), “escolas” (6 vezes), “alunos”, “ano”, “ensino” e “jovens” (5 vezes cada vocábulo), “primeiro- -ministro” e “Sócrates” (6 ao todo) e “governo” (3).

O título do artigo, “Cursos profissionais aumentam para 5000”, dá relevo apenas aos cursos profissionais; todavia, a informação do texto assinala o aumento das vias profissionalizantes que, no âmbito da INO, compreendiam também outras modalidades como os cursos tecnológicos que foram quase na totalidade substituídos pelos cursos profissionais, cursos de aprendizagem e cursos de educação e formação de nível básico e secundário. Na

verdade, de acordo com a informação do texto, é este conjunto que aumentará para 5000 e não apenas os cursos profissionais, pelo que a informação prestada foi enviesada no título.

5. *Estratégias discursivas*

O artigo dá a conhecer o aumento do número de vias profissionalizantes de nível básico e secundário que estava previsto funcionarem nas escolas públicas no ano letivo seguinte (2007/08) procurando destacar a forma como os governantes interpretam este facto que, desde logo, é apontado por José Sócrates como uma opção estratégica corajosa:

‘São mudanças muito difíceis de aceitar’, que não foram executadas pelos governos anteriores porque ‘só produzem resultados a longo prazo’, disse José Sócrates, salientando que esta alteração é decisiva para o futuro de Portugal.

Neste sentido, o artigo sublinha:

- que estas vias fizeram com que muitos jovens retomassem os estudos invertendo a tendência de crescimento dos níveis de abandono escolar:

Segundo o primeiro-ministro, o aumento do número total de alunos nas escolas que se verificou no ano passado deve-se ao regresso de muitos jovens ao ensino através destes cursos, um resultado que inverte uma tendência de dez anos em que existiam cada vez menos jovens a estudar nestes escalões.

- as vias profissionalizantes como vias de sucesso:

Nos cursos profissionalizantes ‘a taxa de insucesso e abandono escolar é muito menor’ porque os alunos sabem que saem da escola com uma certificação profissional que “os habilita para o mercado de trabalho”, sublinhou o primeiro-ministro.

- a adaptação das escolas à nova realidade:

[...] a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, que considerou o reforço do número de cursos uma ‘revolução silenciosa e tranquila’ nas escolas que estão a adaptar ‘a sua oferta formativa às expectativas dos jovens e das suas famílias’.

- o objetivo do governo: atingir 50% do número de alunos a frequentar vias profissionalizantes. Note-se que uma das metas do eixo Jovem da INO era atingir em

2010, 50% de vagas em vias profissionalizantes, no total de vagas ao nível do ensino secundário obrigatória (MTSS & ME, s.d.):

José Sócrates explicou que o objectivo final do Governo é que metade dos alunos opte por este tipo de ensino, cumprindo as recomendações da OCDE.

- A existência de vias profissionalizantes em quase todas as escolas do país. Note-se também que uma das metas do eixo Jovem era que, até 2010, fosse proporcionado a todos os jovens em risco de abandonar o sistema de ensino a inserção em vias profissionalizantes que permitissem concluir a escolaridade obrigatória (MTSS & ME, s.d.).

‘Todos os jovens terão a oportunidade de seguir os estudos [com vista à universidade] ou tirar um curso secundário para obter uma certificação profissional de nível 3’, garantiu o secretário de Estado, salientando que estas opções existem ‘praticamente em todas as escolas do país’.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o artigo apresenta a perspectiva do XVII Governo, sustentando assim a opção estratégica de apostar nas vias de dupla certificação como forma melhorar os níveis de sucesso escolar, diminuir o abandono e fornecer ao mercado mão de obra minimamente especializada.

Artigo XXVI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo do género jornalístico *notícia*, publicado no jornal Público, a uma quinta-feira, 28.06.2007, e o seu autor é a jornalista Isabel Leiria. Surge na página 9 (em 44), na secção *Portugal*. Contem 485 palavras, incluindo título, a entrada e a caixa de texto; ocupa a cerca de dois quintos da área da página. O título apresenta um balanço negativo da governação da Educação, pois o movimento “Compromisso Portugal” (MCP) afirma que “o Governo corre risco de falhar objectivos para a educação”. Por sua vez, a entrada da notícia realça dois aspetos positivos, o “Inglês no 1º ciclo e Novas Oportunidades” e dois aspetos negativos sobre a referida governação, sinalizados pelo MCP, “avaliação e autonomia das escolas”. Na caixa de texto, a autora divulga três propostas para a Educação apresentadas pelo MCP.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: o balanço do MCP da ação governativa no âmbito da educação e a agenda do MCP para a Educação.

3. *Os agentes*

O agente ou ator social principal apresentado no artigo é o MCP que, aliás, a autora apresenta como um “grupo informal e apartidário de cidadãos”. De entre os outros agentes referidos no artigo, de quem mais se fala é das escolas públicas e do XVII Governo.

4. *Linguagem e retórica*

As palavras mais utilizadas no artigo são “Escolas” (7 vezes), “objectivos” (5); “autonomia”, “avaliação”, “Compromisso Portugal” e “inglês” surgem ao longo do texto e no título quatro vezes cada uma. Com efeito, o Inglês no 1º ciclo, a avaliação das escolas e a autonomia das escolas são aspetos enfatizados neste artigo que apresenta unicamente as representações do MCP sobre a governação da Educação, quer sob a forma de citação quer em discurso indireto. Todos os parágrafos do texto contêm citações do balanço efetuado pelos membros do MCP.

5. *Estratégias discursivas*

A autora destaca o que afirma ter sido o balanço efetuado pelo MCP da ação governativa na área da educação. Começa por sublinhar a opinião favorável deste movimento relativamente aos objetivos estabelecidos pelo Governo para a Educação os quais, no entender do MCP, são legítimos—“ambiciosos e fundamentais” são os termos utilizados—, face ao “atraso educacional da população portuguesa no quadro europeu”. Porém, na opinião deste movimento, a ação do Governo é insuficiente.

Os aspetos negativos assinalados pelo MCP e destacados pela autora do artigo dizem respeito à autonomia e gestão escolares, e à avaliação das escolas. Uma boa parte do artigo trata

de apresentar a justificação para a opinião desfavorável do MCP relativamente a estas últimas medidas; entre as diversas razões destaca: (a) a falta de indicadores quantitativos que permitam a comparação entre escolas a nível nacional, (b) a ausência de consequências da avaliação das escolas, e (c) a inexistência de contratos de autonomia. Simultaneamente e em destaque sob a forma de caixa de texto, a autora apresenta três propostas do MCP para a área da Educação: (a) maior autonomia escolar com uma liderança profissionalizada e com o envolvimento da comunidade civil (b) avaliar as escolas com critérios que permitam estabelecer e publicar rankings do desempenho das escolas e “premiar as melhores e apoiar as com mais dificuldades”, e (c) garantir a livre escolha da escola pelos pais entre escolas públicas ou privadas. Por sua vez, “o alargamento da frequência do ensino ou formação profissional até aos 18 anos” que a autora coloca entre os objetivos “mais emblemáticos do Governo”, segundo o MCP “está longe de ser cumprido”; este movimento é da opinião que a sua concretização depende do apoio à “criação de mais oferta profissional”.

Das ações levadas a efeito pelo XVII Governo merecem nota positiva, por parte do MCP, o Inglês no 1º ciclo, ainda que com uma chamada de atenção para a qualidade das aprendizagens, e a INO que, segundo a jornalista, é descrita, pelo MCP, da seguinte forma:

[...] ‘bem concebida e estruturada’. Os membros do Compromisso Portugal acreditam vir a ter um impacto considerável na qualificação da população e na garantia de que cada vez mais jovens recebem uma formação profissionalizante ao nível do secundário.

Um aspeto que é assinalado pelo MCP e merece uma referência no artigo prende-se com a monitorização dos resultados do abandono e insucesso escolar que é pouco célere e desocasionada.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente, o artigo apresenta uma perspetiva claramente neoliberal da Educação que é defendida pelo MCP, chamando à atenção para alguns temas recorrentes:

- avaliação das escolas usando, em particular, critérios quantitativos;
- mecanismos de *benchmark*;
- mecanismos meritocráticos;
- o Inglês como língua estrangeira de referência;
- profissionalização da liderança nas escolas;
- gestão das escolas pela comunidade;
- livre escolha das escolas pelos cidadãos;
- educação como formação e ao serviço das necessidades do mercado.

Este movimento posiciona-se ao lado do XVII Governo no que respeita ao modelo conceptualizado pela INO para dar resposta quer ao défice de qualificação da população quer à

necessidade de proporcionar uma oferta alargada de formação profissionalizante aos jovens; porém, não deixa de sublinhar o atraso no cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Governo para a área da Educação.

Artigo XXVII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo do género jornalístico *notícia* que inclui uma pequena *reportagem*, publicado no jornal Público, a um domingo, 22.07.2007. A sua autora é a jornalista Bárbara Simões. Surge na página 8 (em 48), na secção *Portugal*; tem 923 palavras incluindo títulos e subtítulos e ocupa uma página. O tema surge no cimo da página, em antetítulo, “Formação: 250 mil portugueses inscritos para melhorar ou certificar competências”; por sua vez, o título, “Sócrates levou computadores e conheceu gente que quis mais para as suas vidas”, aparece em grande destaque. A parte de notícia tem, ainda, um subtítulo que juntamente com o título enfatizam o otimismo do primeiro-ministro relativamente à INO. A componente de reportagem possui, também, uma espécie de antetítulo e de título os quais destacam a satisfação de um adulto a quem o primeiro-ministro acabou de entregar um diploma de 9º ano e um computador.

2. *Os temas*

Os temas principais do artigo são: (a) a entrega, pelo primeiro-ministro do XVII Governo, de diplomas e de computadores aos adultos que fizeram formação no âmbito da INO; (b) o impacto da INO na vida dos adultos e (c) o contributo da INO na competitividade do país.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais são: (a) o XVII Governo; (b) José Sócrates; (c) Paulo Gigante, Arminda e Fátima Pereira, três adultos que concluíram os processos de RVCC e receberam, nesta cerimónia, um diploma de 9º ano ou de 12º ano. Paulo Gigante é o único personagem da componente de reportagem do artigo.

4. *Linguagem e retórica*

A autora coloca em primeiro plano tanto o ponto de vista de José Sócrates como o dos três adultos, personagens da história, recorrendo com frequência a citações destes atores.

5. *Estratégias discursivas*

Bárbara Simões divulga a perspectiva de José Sócrates e de três adultos sob a forma como decorreu a cerimónia de entrega de diplomas e de computadores portáteis a alguns adultos recém-diplomados mediante processos de RVCC.

De entre as afirmações proferidas pelos três adultos, a autora sublinha:

- as causas que estiveram na base do seu abandono escolar:

Paulo deixou de estudar há 22 anos, tinha 12 de idade. Só fez o 5.º ano. “Não era dos piores alunos, mas também não era dos melhores.” Foi por “razões financeiras”

que abandonou a escola. “Pensava que para ser independente tinha de ter o meu próprio dinheiro, para comprar aquilo que queria.

- a forma como tomaram conhecimento e como encararam esta oportunidade para completar a sua escolaridade:

Um dia estava a ver o Telejornal e ouviu falar neste programa de formação para adultos. [...] A filha, deficiente auditiva, ‘está crescida’ e cuida da sua vida. ‘Agora estou a pensar em mim.’

Os erros, às vezes, pagam-se caro, mas também se emendam. E a oportunidade de Paulo chegou por fax. Enviou-o para a óptica a Associação Nacional dos Ópticos, dando a conhecer aos associados o programa Novas Oportunidades.

- os seus sentimentos de satisfação, orgulho e vontade de saber mais e continuar a estudar:

Arminda diz: ‘Quero mais para a minha vida.’ [...] Está ‘emocionada’; ‘é um sonho que renasce’. É empregada de mesa no Estado-Maior do Exército, mas sempre quis ser ‘enfermeira-parteira’. Agora voltou a sentir que podia conseguir. Tenciona fazer mais um curso de informática e continuar a estudar.

Agora quer continuar até ao 12.º ano. Tem sabido bem. ‘Nem que seja pela auto-estima. Renova-se, reforça-se. Estamos autoconfiantes e a partir daí a vida pode ser melhorada.’

“Já tem o 9.º ano e quer ir ‘pelo menos até ao 12.º’”.

- o esforço e sacrifício necessário para retomar o processo educativo:

Participar exigiu ‘um bocadinho de sacrifício’, mas ‘valeu a pena’.

À noite, no final do trabalho, Paulo Gigante passou a ter aulas. ‘Aprendi muita coisa.’ Matemática foi o que custou mais.

- e a contributo deste processo de qualificação para uma integração mais fácil na sociedade:

concluiu [Paulo] o 9.º ano de escolaridade. Já não precisa de continuar a desviar a conversa, quando o assunto tiver a ver com habilitações.

Porque era isso, confessa-o sem rodeios, que acontecia. ‘Por vezes tinha vergonha de dizer a escolaridade que tinha.’ Mesmo com os amigos, era um tema incómodo: ‘Calava-me ou tentava puxar outro assunto.’

Do discurso de José Sócrates na cerimónia a autora realça:

- O diagnóstico que esteve na base da decisão que conduziu à implementação da INO:

O país, disse, “precisa de aprender mais”. Os números são conhecidos: a grande maioria (70 por cento) dos cinco milhões e 100 mil portugueses a trabalhar não tem o secundário.
- O facto de o primeiro-ministro ter sinalizado a INO como “o programa mais importante que o Governo lançou” e a respetiva justificação que mostra que o eixo adultos da INO deveria estar, na sua opinião, subordinada a finalidades de competitividade:

Porque entende que ‘a única forma’ que Portugal tem de competir na economia global é aumentar o valor do conhecimento de cada português, o primeiro-ministro diz não ter dúvidas se alguém lhe perguntar qual “o programa mais importante que o Governo lançou”. Foi “este programa Novas Oportunidades.
- O motivo subjacente à implementação do programa do PT para a educação no qual a iniciativa @oportunidades está incluída:

Em Lisboa foi o primeiro-ministro, José Sócrates, a comparecer no arranque desta iniciativa, anunciada no final de Maio, com que o Governo pretende garantir, de forma faseada, a mais de meio milhão de estudantes, professores e trabalhadores em formação o acesso a computador e Internet de banda larga a preços reduzidos. [...] Sócrates terminou a sua intervenção lembrando que “massificar o uso do computador é essencial para que Portugal se modernize.

6. *Posições ideológicas*

A visão predominante apresentada sobre o eixo Adultos da INO é otimista.

A ênfase dada pela autora ao ponto de vista dos adultos centra-se na dimensão prospetiva dos processos de RVCC e nos seus efeitos em termos de melhoria da autoestima, realização pessoal e vontade de aprender e saber mais.

Já a visão apresentada pela autora da perspetiva do primeiro-ministro é a de que a INO é uma política importante para a modernização de Portugal tendo em vista a sua competição económica à escala global.

Artigo XXVIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um domingo, 02.09.2007. O seu autor é a jornalista Filomena Fontes que escreve o artigo em parceria com a agência LUSA. Surge na página 8 (em 40), na secção *Portugal*. Contém 175 palavras, ocupa cerca de um décimo da área da página e situa-se no canto esquerdo inferior da página. O título destaca que, na opinião do primeiro-ministro, o conhecimento é condição para o “sucesso” do país, cujo conceito surge mais explícito no texto.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o discurso de membros do XVII Governo, particularmente do primeiro-ministro, nas cerimónias de entrega computadores portáteis e de diplomas aos adultos que concluíram processos de RVCC onde são referidos o défice de qualificação dos portugueses e o número de adultos inscritos na INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XVII Governo, (b) o primeiro-ministro, José Sócrates, e (c) a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues.

4. *Linguagem e retórica*

A autora recorre, ao longo dos três parágrafos que compõem o texto, a citações proferidas pelo primeiro-ministro e pela ministra da Educação nas cerimónias de entrega de diplomas e de computadores e a opiniões de José Sócrates redigidas em discurso indireto.

Face à reduzida dimensão do artigo podemos considerar que a autora utiliza bastantes valores quantitativos os quais são apresentados de várias formas; na sua maioria são referidos nos discursos dos governantes conferindo uma outra dimensão aos problemas:

Lembrando que dos 5,1 milhões de portugueses que trabalham, só 30 por cento têm o 12.º ano ou têm habilitações superiores, Sócrates defendeu que é imperioso ultrapassar este défice.

Um aspeto relevante no texto é a forma como a autora se reporta aos processos de RVCC no âmbito da INO:

[...] em Elvas, presidiu [José Sócrates] à entrega de 50 computadores e certificados a 109 adultos que concluíram com êxito o programa de revalidação de competências”.

5. *Estratégias discursivas*

A autora destaca o discurso do primeiro-ministro; enfatiza sobretudo o diagnóstico que presidiu à INO, a exortação deste ator para que os adultos que não completaram a sua escolaridade regressem à escola, bem como a respetiva argumentação:

O país precisa de cidadãos com mais qualificações, que contribuam para um país de sucesso”, defendeu o primeiro-ministro” [...] “Num país que quer competir numa economia global, os 30 por cento é insuficiente”, declarou, citado pela Lusa.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o artigo reforça a política do XVII Governo mostrando que, pelo menos no discurso do seu primeiro-ministro, está profundamente comprometido em responder às questões da competitividade, tomando a INO como uma forma dos portugueses adquirirem as qualificações necessárias à inserção de Portugal nesse jogo.

Artigo XXIX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 26.09.2007. O seu autor é José Almeida, leitor do jornal. Surge na página 42 (em 44), na secção Cartas ao Diretor; tem 179 palavras, ocupa um espaço reduzido ao lado de uma carta de outro leitor; na parte superior destes dois artigos encontra-se o editorial do jornal (assinado por Paulo Ferreira). O título “A Feira Popular” é um recurso metafórico que o autor explica no último parágrafo do texto.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a formação profissional nas escolas secundárias, ou seja, os cursos que conferem dupla certificação e que integram a INO. Como temas secundários, mas que servem de contexto, surgem o plano tecnológico e a governação da educação.

3. *Os agentes*

Os agentes principais neste artigo são as escolas secundárias e o XVII Governo, embora este último surja implícito.

4. *Linguagem e retórica*

O autor utiliza uma linguagem informal, utilizando vários recursos estilísticos, nomeadamente a ironia e a metáfora; limita-se a fazer afirmações e juízos de valor ou a dar a conhecer a sua opinião por opções que não fundamenta, e usa o “se” passivo quando se refere à atuação do XVII Governo.

5. *Estratégias discursivas*

O autor crítica essencialmente o facto de nas escolas secundárias não serem construídos laboratórios e oficinas adaptados às novas tecnologias e à procura regional, nacional e global, optando o governo pelo que considera ser a estratégia oposta, ou seja, escolhe oferecer computadores “a preço barato” e “novas oportunidades para o desemprego”. Apesar de José Almeida considerar que a sua ideia no investimento, “caro e aleatório”, em laboratórios e oficinas de aprendizagem não oferecer garantias de empregabilidade dos seus diplomados, é importante fazê-lo; “temos de o fazer”, é a expressão que utiliza; e acrescenta, dizendo que estes objetivos não estão contemplados na formação escolar profissional pública, ou seja, nos cursos de dupla certificação que funcionam nas escolas secundárias.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume uma posição crítica da atuação do XVII Governo pelo facto de não apetrechar as escolas secundárias com novas tecnologias de modo a possibilitar a

introdução de uma componente de inovação tecnológica nos cursos de dupla certificação, considerando que a oferta que é feita não serve ao mercado: “Oferecem-se novas oportunidades para o desemprego”.

Do ponto de vista do autor, é preciso investir em formação especializada tendo em consideração as necessidades regionais, nacionais e globais, mesmo quando isso não garante a empregabilidade.

Artigo XXX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a uma terça-feira, 16.10.2007. O seu autor é José Mesquita, leitor do jornal. Surge na página 42 (em 44), na secção Cartas ao Diretor; tem 376 palavras, ocupa um espaço relativamente reduzido ao lado de uma carta de menores dimensões de outro leitor; na parte superior encontra-se o editorial do jornal (assinado por José Manuel Fernandes). O título é curto, está escrito pela negativa, e em tom figurado: “A grande reprimenda”.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são a política educativa do XVII Governo Constitucional e o discurso do Presidente da República no dia 5 de outubro. A INO surge como uma de entre as várias medidas que aquele governo tomou no campo da educação.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são Cavaco Silva, como Presidente da República, e o XVII Governo. Como agentes secundários surgem a UE, os professores, os encarregados de educação, a ministra da Educação e os secretários de Estado da Educação.

4. *Linguagem e retórica*

O autor utiliza uma linguagem informal, recorrendo a alguns recursos estilísticos, nomeadamente no título. Do seu ponto de vista, a educação tem assumido prioridade nas agendas dos sucessivos governos pelo facto de a conceptualizarem como condição indispensável ao desenvolvimento. Contudo, as mudanças, ou seja, as “sucessivas reformas” como José Mesquita as intitula, além de terem gerado desestabilização nas escolas não contribuíram para a melhoria do “fosso dos indicadores de qualidade na educação”. Estes indicadores são os estabelecidos pela UE, pois embora o autor não os refira expressamente, está implícito na frase seguinte que o seu referencial é esta organização: “Os novos países da UE, tendo já atingido altos níveis de formação, mais contribuíram para a urgência de um processo que temos adiado”.

5. *Estratégias discursivas*

O autor desenhou, ainda que de forma sucinta, um diagnóstico sombrio da ação educativa dos governos anteriores ao XVII Governo, acusando este governo de insistir na mesma estratégia regulamentadora. Menciona vários diplomas e medidas implementadas pelo XVII Governo que diz serem “muitas delas mais para encherem o olho que verdadeiramente eficazes”. Inclui a INO

entre estas últimas. Mas deixa a dúvida quanto aos resultados que daí poderão advir, alertando, no entanto, para a possibilidade de continuarem a ser “insatisfatórios”.

Refere-se a uma mudança na forma como tem sido entendido “o *modus operandi*” do governo: “antes muito aplaudido, tem sido apelidado, por uns, de pura propaganda e, por outros, de arrogante”.

Do discurso do Presidente da República o autor refere:

- o que diz ter sido uma exortação aos encarregados de educação para se envolverem de “de forma mais activa na qualidade do ensino”;
- a entrega da gestão das escolas às comunidades, que diz ter sido defendida pelo Presidente;
- a “reprimenda” que diz ter dado ao governo quando aquele referiu que o sucesso das políticas educativas passa pela figura do professor, “que ‘deve ser prestigiada e acarinhada’”.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume um ponto de vista crítico da ação do XVII Governo, essencialmente no que respeita à relação deste com a classe docente. Relativamente à INO considera que, tal como muitas outras, é mais uma medida, que provavelmente não sortiria efeitos satisfatórios.

Defende a descentralização da gestão das escolas e a sua entrega gradual à comunidade, e confere aos professores uma importância simbólica enquanto agentes de mudança.

Artigo XXXI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 14.11.2007. O seu autor é “um leitor devidamente identificado”. Surge na página 42 (em 44), na secção Cartas ao Diretor; contém 437 palavras, ocupa um espaço ao lado de uma carta de menores dimensões de outro leitor; na parte superior encontra-se o editorial do jornal (assinado por Manuel Carvalho). O título indica que o artigo é sobre um setor da classe docente.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a ocupação profissional dos professores do ensino básico e secundário que se encontravam dispensados da componente letiva por decisão de junta médica. A INO surge como uma medida que pode integrar estes docentes, seja no âmbito do eixo Jovem, seja no eixo Adultos.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são o ME e os professores do ensino básico e secundário. Como agentes secundários surgem os conselhos executivos, a inspeção da educação, as escolas e os alunos. A Inspeção, mas também os conselhos executivos, surgem como agentes de controlo e de confirmação do cumprimento das orientações.

4. *Linguagem e retórica*

O autor não usa recursos estilísticos e é pragmático na sua exposição. Explicita a sua opinião de uma forma clara e não se apresenta como leigo; porém, não se assume, também, como especialista: “Pelo que sei do assunto, são poucos os casos de subocupação funcional;”. Procura fazer críticas construtivas à atuação do ME, sugere ao invés de recomendar, e revela humildade na forma como desenvolve as suas propostas: “eu desejava sugerir ao ME que atacasse o problema de outro modo, mais consentâneo com [...]”, “aqui deixo exaradas como contribuição positiva para a melhor resolução do problema:”.

5. *Estratégias discursivas*

O autor organiza a sua exposição começando por referir-se a notícias que ecoavam, não afirma onde, sobre um eventual despacho do ME no sentido de considerar supranumerários os docentes que se encontravam declarados incapazes por decisão de junta médica. Assim, no sentido de ser dado um tratamento diferenciado e ajustado, propõe que, junto dos Conselhos Executivos ou da Inspeção, se procurasse conhecer as funções que cada um desses docentes se encontra a exercer nas escolas com vista à elaboração de “um quadro funcional das suas ocupações e a elas obrigasse os referidos docentes”. De seguida formula um conjunto de quatro propostas de ocupação destes professores, dizendo duas delas respeito à INO:

- Formação com vista à assistência e apoio aos alunos dos CEF e dos cursos profissionais que regressaram à escola. O autor considera que esta é uma população diferente da que frequentava a escola e que necessita bastante deste apoio: “O ministério está satisfeito (estamos todos) com o número de alunos regressados às escolas, via CEF’s, Novas Oportunidades e cursos profissionais. Mas não faz a mínima ideia de quem são e como se comportam estes alunos [...]”;
- “Colocar estes professores nos RVCC/Novas Oportunidades para fazerem o trabalho não lectivo implicado, em lugar dos professores que lá estão actualmente, que podem assim retomar integralmente funções lectivas”.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume um ponto de vista de eficiência dos recursos humanos. Relativamente à INO, apresenta uma perspectiva favorável, ainda que pouco desenvolvida. Este aspeto é visível quer pela referência favorável à adesão dos jovens à INO, quer pela sugestão de afetar recursos especializados para fazer tarefas não letivas nos CNO ou proporcionar apoio aos alunos.

A questão da necessidade de formação destes docentes para o exercício das funções que caberiam a “técnicos/assistentes sociais, que o ministério dificilmente contratará”, mostra também que o autor reconhece a procura de qualidade nos processos de formação dos alunos nos CEF e nos cursos profissionais.

Artigo XXXII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma segunda-feira, 26.11.2007. O seu autor é a agência LUSA. Surge na página 6 (em 44), na secção *Portugal*. Contém 331 palavras, incluindo título e a caixa de texto e ocupa uma área de cerca de um quinto da página. Contém uma foto, tipo passe, de José Sócrates. O título destaca a o desemprego como a maior preocupação deste ator.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o balanço feito, no dia anterior, pelo primeiro-ministro do XVII Governo Constitucional num plenário com militantes do PS. A INO, nomeadamente na questão da dupla certificação, surge no âmbito da ação governativa na área da Educação.

3. *Os agentes*

O ator principal apresentado no artigo é José Sócrates, primeiro-ministro do XVII Governo Constitucional.

4. *Linguagem e retórica*

Em todos os parágrafos do texto, exceto no último, surgem citações de José Sócrates. Os aspetos mais enfatizados são o crescimento económico e as políticas sociais. Relativamente à INO, única medida referida no texto no âmbito da ação governativa na área da Educação, é o número de pessoas inscritas com vista à aquisição de uma “dupla certificação”; no entanto, não é explicitado o eixo a que se refere, pelo que fica pouco claro se se está a reportar a cursos para jovens se à formação de adultos. Contudo, como “mais de 250 mil” era o número de inscritos nos CNO (em processos de formação de adultos, RVCC, EFA, etc.) apontado em setembro pela ministra da Educação, os “300 mil” aqui referidos reportam-se certamente aos adultos. Ora, tratando-se de um artigo de uma agência de referência, o lapso na redação é pouco admissível; assim, resta-nos optar pela hipótese de que a utilização destes números (elevados) serviram sobretudo para salientar o impacto expectável da INO na empregabilidade e competitividade de país, como a aposta numa oferta de cursos com dupla certificação.

As palavras utilizadas com carácter valorativo a respeito da INO, são: “orgulho”, “coragem” e “dedicação”.

5. *Estratégias discursivas*

O artigo dá a conhecer o conteúdo do discurso de José Sócrates numa sessão plenária com militantes do PS, onde este governante fez um balanço da ação governativa, que no artigo surgem apresentadas de forma otimista na perspetiva do primeiro-ministro. É dado destaque às questões económicas relacionadas com a dívida pública, o défice orçamental e o desemprego e,

referida a INO também de um ponto de vista favorável e como medida emblemática da ação governativa na área da Educação. A questão em torno do défice orçamental e do crescimento económico são apresentadas por José Sócrates de uma forma bastante positiva:

‘ainda este ano, em 2007, o PS no Governo porá as contas públicas em ordem [...]. O crescimento económico ainda não é aquilo que desejamos, mas é um crescimento sustentado.’

A respeito da INO é sublinhado o elogio de José Sócrates aos portugueses que se inscreveram na INO e a significativa procura por cursos de dupla certificação.

O programa Novas Oportunidades, confessou, foi aquele que “mais orgulho” lhe deu.

Há 300 mil portugueses actualmente inscritos para adquirir uma dupla certificação, disse. ‘Essas pessoas são exemplos de coragem, esforço e dedicação’.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o artigo assume o ponto de vista otimista de José Sócrates relativamente à ação governativa, uma vez que este é a única perspectiva apresentada.

O destaque à INO é essencialmente pelo facto da qualificação que este Programa proporciona constituir-se também como uma resposta às necessidades económicas e de competitividade do país, pois o que é ressaltado são os cursos de dupla certificação. De qualquer modo, a forma como, em particular, a INO é apresentada e o elogio que lhe é feito, pouco contextualizado, demonstra uma utilização deste Programa para fins políticos e eleitoralistas. Em boa verdade, este artigo mostra como a imprensa escrita se deixou utilizar para fazer propaganda ao Governo.

Artigo XXXIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a uma terça-feira, 04.12.2007, e o seu autor é Paula Correia, leitora do jornal. Surge na página 38 (em 40), na secção Cartas ao Diretor; tem 302 palavras, ocupa um espaço ao lado de uma carta de menores dimensões de outro leitor; na parte superior destes dois artigos encontra-se o editorial do jornal (assinado por José Manuel Fernandes). O título está escrito em sentido figurado, “Haverá sempre mais uma oportunidade”, aspeto que só é perceptível após a leitura do texto.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a aplicação do decreto-lei nº 357/2007, de 29 de outubro diploma, inserido no âmbito do eixo Adultos da INO, que definia “os procedimentos e as condições de acesso a modalidades especiais de conclusão do nível secundário de educação e respetiva certificação por parte dos adultos com percursos formativos de nível secundário incompletos e desenvolvidos ao abrigo de planos de estudo extintos” (Diário da República, 1.ª série — N.º 208 — 29 de outubro de 2007, p. 7920).

3. *Os agentes*

O ator principal apresentado no artigo é um adulto, mencionado pela autora como “aluno”, que se propôs fazer um exame ao abrigo do decreto-lei supra referido. Como agentes ou atores sociais que surgem no texto temos: (a) outro adulto que também se propôs fazer o mesmo exame mas não compareceu, (b) alunos que não concluíram o ensino secundário que são os destinatários deste Decreto-Lei, (c) escolas secundárias e respetivos professores, (d) o Benfica e o A.C. Milan que jogavam nesse dia numa hora que, segundo a autora, coincidia com a hora a que o exame estava marcado, e (d) Portugal apresentado como um país com uma população com défice de qualificação.

4. *Linguagem e retórica*

A autora faz uma dedução importante na argumentação que não justifica e, a partir de um caso, ensaia uma generalização. Apesar do Decreto-lei nº 357 ter como destinatários os adultos, a autora refere-se-lhes como alunos ainda que não mostre conhecê-los. A autora apenas se identifica com o nome e localidade, mas pelas afirmações que faz mostra que é uma profissional da educação, docente ou assistente operacional, da escola secundária onde se iria realizar o referido exame.

5. *Estratégias discursivas*

A autora começa por apresentar um diagnóstico de défice da população portuguesa como um dado adquirido, que suscitou a criação da INO e que veio permitir “dar a estes alunos [que não

terminaram o ensino secundário] a possibilidade de concluírem o seu plano de estudos”.

Localiza e relata a situação que despoletou este texto, sublinhando os seguintes aspetos:

- ao abrigo deste Decreto-Lei os adultos podiam candidatar-se três vezes nesse ano letivo à realização dos exames que pretendiam fazer;
- foram destacados sete professores para dois alunos realizarem exames;
- um candidato faltou e não justificou;
- outro candidato esteve presente mas não realizou o exame, alegando, segundo a autora, um compromisso que o impedia de ficar até ao final da prova e que esta afirma ser a impossibilidade de visualizar um jogo de futebol;

6. *Posições ideológicas*

Apesar de a autora demonstrar simpatia pelos objetivos da INO, pois “há um défice de qualificação da população”, considera que estes não podem ser alcançados “enquanto não houver uma cultura de responsabilidade”. Deste modo, dá a entender que a INO não suscita uma mudança social ou cultural na sociedade, antes pelo contrário necessita da mudança cultural para atingir a sua eficácia.

Artigo XXXIV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a uma terça-feira, 11.12.2007, cujo autor é o jornalista Edgar Nascimento. Surge na página 17, na secção *Sociedade* sob o tema *Educação* e antetítulo “Novas Oportunidades”; tem 297 palavras, incluindo títulos e caixas de texto e ocupa cerca de um terço da área da página. O título destaca o nível secundário como o patamar mínimo para o desenvolvimento do país e o subtítulo mostra que é esta a opinião do primeiro-ministro do XVII Governo. A foto de grupo mostra as diversas entidades, ministros e secretários de Estado presentes numa cerimónia de entrega de diplomas e assinatura de protocolos entre empresas/associações e ministérios. O artigo possui duas caixas de texto: a primeira, cujo título é “Futebolistas”, chama a atenção para um dos seis protocolos assinados e a segunda, de título “Sete do Governo”, refere o número de secretários de Estado e de ministros presentes na cerimónia.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a cerimónia que serviu dois propósitos: assinatura de protocolos de cooperação na formação no âmbito da INO e entrega de diplomas do 12º ano a adultos que concluíram a sua escolaridade no contexto da INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são José Sócrates e António Ribeiro, adulto que recebeu o diploma do 12º ano nesta cerimónia. Como atores secundários temos alguns ex. futebolistas, o Instituto do Desporto, o Sindicato de Futebol profissional e alguns membros do XVII Governo presentes na cerimónia.

4. *Linguagem e retórica*

O autor utiliza uma linguagem formal recorrendo, a algumas citações do primeiro--ministro e de António Ribeiro. Este último é um personagem desconhecido do público que o autor apresenta referindo alguns dados pessoais, designadamente a sua idade, 50 anos, e a profissão, auxiliar de ação educativa. O autor procurou um equilíbrio, no que respeita à voz de cada um destes atores.

De forma a apelar para a leitura da notícia Edgar Nascimento destaca em caixa de texto um dos protocolos assinados que se prende com o futebol, apresentando nomes de ex. futebolistas bem conhecidos do povo português.

5. *Estratégias discursivas*

A ênfase do artigo é colocada na certificação do 12º ano. O autor começa por mostrar a satisfação de um adulto que recebeu o seu certificado do 12º ano obtido no âmbito da INO, não referindo quaisquer pormenores sobre a(s) modalidade(s) de formação por este frequentadas.

Destaca o aprazimento pessoal resultante da obtenção desta qualificação, mas sublinha também as expectativas dos próprios em relação aos efeitos nas suas vidas profissionais:

“ [...] ‘e agora, com o 12º, tenho uma porta aberta para concorrer a outros cargos’, explicou ao CM. [...] Além da vertente profissional, António Ribeiro obteve satisfação ‘pessoal’ com a conclusão do 12º ano. Uma satisfação partilhada pelos restantes 64 adultos que receberam o diploma das mãos de José Sócrates.”

Do discurso de José Sócrates é sublinhado a honra que diz sentir pelo “esforço, exemplo e coragem” destes adultos e o desafio que diz ter lançado aos portugueses que não possuem o 12º ano, referindo o seu número, a voltarem à escola pois o país precisa de uma população qualificada:

‘O 12º ano é o referencial mínimo das qualificações no nosso país, é o mínimo indispensável para termos sucesso’.

No final do artigo o autor menciona 340 mil pessoas inscritas na INO, referindo-se certamente só aos adultos.

Uma caixa de texto procura destacar a coesão do Governo e a outra dá relevo ao protocolo assinado com entidades desportivas exatamente pelo impacto que se sabe que tem no público a referência a figuras do desporto e o efeito que tem o facto de nomes conhecidos do futebol estarem inscritos na INO.

6. *Posições ideológicas*

O artigo apresenta duas vezes sobre os efeitos da formação de adultos no âmbito da INO, mas que apresentam a mesma visão: satisfação pessoal, autorrealização, e a expectativa do reflexo da qualificação na vida profissional; contudo, enquanto o ponto de vista de um dos atores, o adulto recém-diplomado, a perspetiva é individual, na ótica do Governo é esperado o seu impacto resultante do aumento da qualificação no desenvolvimento do país e para “termos sucesso”, como, segundo o autor, disse Sócrates.

Artigo XXXV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Correio da Manhã, a uma sexta-feira, 11.01.2008, e o seu autor é o jornalista Edgar Nascimento que à data escrevia regularmente sobre educação neste diário. Surge na página 16, na secção *Sociedade*. Contém 185 palavras, incluindo o antetítulo e o título e ocupa uma pequena coluna do lado direito da página. Contém uma foto mostrando o que aparenta ser uma aula para adultos; a legenda é “Retorno ao estudo”. O antetítulo é “Qualificação”, e o título menciona o número de adultos que regressaram aos estudos: “352 mil adultos na escola”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o balanço de dois anos da INO em números, essencialmente no que respeita ao eixo Adultos.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são os ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social.

4. *Linguagem e retórica*

No artigo as quantidades apresentadas predominantemente em valor absoluto são referidas com bastante frequência. O autor refere os dois ministérios supra referidos como fonte de dados a que o seu jornal teve acesso. Esta é uma forma de conferir credibilidade à notícia, pois transmite segurança e confiança ao leitor.

O autor reporta-se ao conteúdo do relatório usando as quantidades exatas aí referidas, o que, por um lado, revela uma tentativa deste se manter fiel ao seu conteúdo; contudo, o que ganhou em credibilidade perdeu em autoridade, pois parece ter-se limitado a reproduzir dados; por outro lado, pela abundância com que aparecem num texto descritivo de tão reduzidas dimensões o impacto que estes valores poderiam ter diminui significativamente uma vez que torna a leitura bastante fastidiosa. Na totalidade são referidos 13 valores distintos.

5. *Estratégias discursivas*

O autor divulga:

- o número de adultos que se inscreveram na INO destacando: (a) a quantidade que o fez com vista à obtenção de qualificações de nível secundário; (b) o facto de a maioria se ter inscrito em 2007; e (c) de a grande maioria dos que se pretenderam uma qualificação de nível básico estarem empregados.
- O número de adultos certificados;

- O número de CNO que existiam no final de 2007 e a sua distribuição, também em termos quantitativos, por escolas públicas, centros de formação profissional e associações empresariais;
- O número de alunos matriculados no ano letivo 2007/08 em cursos de dupla certificação de nível secundário, destacando os cursos profissionais e os cursos tecnológicos.

6. *Posições ideológicas*

O autor parece não pretender assumir qualquer posicionamento relativamente à informação que apresenta. Todavia, o facto de se tratar de informação fornecida pelos ministérios da Educação e do Trabalho leva-o a divulgar informação sobre o eixo Adultos da INO que pode incentivar à procura desta medida, funcionando o artigo como uma forma de publicidade do eixo Adultos da INO.

Artigo XXXVI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 12.01.2008, e o seu autor é a jornalista Isabel Leiria. Surge na página 9 (em 40), na secção *Portugal*. Contem 516 palavras, incluindo o título e ocupa uma área equivalente a dois quintos da página. Contém uma foto tipo passe de Roberto Carneiro que deveria ter sido acompanhada de uma pequena caixa de texto como aí se mostra; contudo, certamente por lapso na fase final, tal intenção não se concretizou. A notícia tem uma chamada na última página que remete para o interior do jornal. Quer nesta chamada quer no título do artigo é o posicionamento desfavorável do Partido Comunista Português (PCP) relativamente à INO que é destacado; tanto num texto quanto no outro é usado a expressão “Novas Oportunidades é [ou são] um embuste”. A entrada da notícia destaca uma novidade anunciada durante o debate no Parlamento: a avaliação do eixo Adultos da INO e o nome do líder da respetiva equipa de avaliação.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o debate no Parlamento sobre o eixo Adultos da INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo, pela ordem em que aparecem referidos no texto, são: (a) O PCP representado pelo deputado Miguel Tiago; (b) o XVII Governo Constitucional; (c) o Parlamento; (d) Vieira da Silva, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social; (e) Roberto Carneiro, ex. ministro da Educação que iria liderar a equipa externa de avaliação da INO; (f) o PSD; e (g) Ana Drago, deputada do Bloco de Esquerda.

Todos os atores referidos neste artigo são personalidades com elevado capital político e social.

4. *Linguagem e retórica*

O título da notícia e a chamada de atenção na última página destacam a posição de um dos intervenientes no debate, o PCP; por sua vez, a entrada e a foto destacam um dos conteúdos do debate: a avaliação do eixo Adultos da INO a ser coordenada por Roberto Carneiro. A constituição de uma equipa para avaliar o eixo Adultos da INO é a novidade apresentada por Vieira da Silva a que a autora procura dar destaque; o posicionamento do PCP é o que a jornalista privilegia na notícia e aquele que se mostra como mais contundente relativamente “à forma como o processo está a ser conduzido”, particularmente no que respeita aos processos de RVCC:

‘O processo de suposto milagre estatístico a que assistimos é uma operação fraudulenta, fazendo primar o diploma sobre o conhecimento’ e em que se procede ao

‘reconhecimento de competências [adquiridas ao longo da vida pessoal e profissional e não na escola] de forma muitas vezes próxima da validação administrativa’, acusou Miguel Tiago.

As respostas da parte do XVII Governo às questões colocadas pelos deputados foram apresentadas pela jornalista como tendo sido fornecidas sempre pelo ministro da Trabalho, Vieira da Silva. Não há no texto qualquer referência à ministra da Educação ou ao primeiro-ministro; estes não são atores neste artigo.

5. *Estratégias discursivas*

Todo o artigo respeita unicamente ao eixo Adultos da INO, incluindo os dados quantitativos que a autora apresenta como tendo sido fornecidos pelo XVII Governo no início do debate. Estes dados mostram a elevada adesão da população adulta às “duas modalidades previstas” neste eixo. Apesar disso, este aspeto não é sobrevalorizado pela jornalista nem mostra ter sido relevante para os deputados presentes no debate: o XVII Governo “ouviu sobretudo críticas à forma como o processo está a ser conduzido e à ausência de dados sobre o impacto do processo na vida profissional dos formandos.”, diz a jornalista.

As preocupações manifestadas pelos deputados e veiculadas neste texto prendem-se com:

- a qualidade dos processos de RVCC. Este assunto que foi colocado pelo PCP e rebatido por Vieira da Silva que remeteu a responsabilidade dos processos para os formadores; aproveitou entretanto a oportunidade para anunciar a constituição de uma equipa credível de avaliação do eixo Adultos da INO. Todavia este novo dado não parece ter sossegado o PSD que exigiu, segundo a autora, “a criação de um observatório permanente e independente do Governo como forma de garantir a credibilidade do sistema”;
- os efeitos do processo de qualificação nos formandos ou na vida das pessoas, que a autora interpretou como sendo efeitos na vida profissional, mas em parte nenhuma do texto este aspeto é demonstrado como preocupação; as afirmações a este respeito são:

“ [...] terá [a equipa de avaliação] como missão acompanhar os efeitos do processo de qualificação nos formandos e a eficácia dos Centros Novas Oportunidades (...)”

“O Governo vem exhibir estatísticas, mas resultados na vida das pessoas não tem para mostrar’, criticou Ana Drago, do Bloco de Esquerda.”

- os recursos humanos nos CNO, designadamente pela “contratação a recibos verdes e as baixas remunerações dos técnicos e formadores”.

No último parágrafo a autora dá a palavra novamente a Vieira da Silva que sublinha o mérito do Programa e apela ao apoio da sociedade na concretização da INO.

6. Posições ideológicas

A autora apresenta as críticas apontadas à INO no debate agendado pelo XVII Governo no Parlamento e os argumentos que este assinalou em defesa da INO. O tema abordado no Parlamento, veiculado neste texto, foi apenas o eixo Adultos da INO. Ideologicamente a autora parece não ter privilegiado a perspetiva do Governo, representada sempre pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, sobre as dos partidos da oposição, mas, entre estes, a visão mais salientada e a que é dado maior destaque é a mais pessimista a qual foi apresentada pelo PCP, tanto que é a que surge no título do artigo e na chamada da última página. Este aspeto, de certa forma parece revelar o posicionamento senão da autora, pelo menos do jornal, perante esta política do XVII Governo.

Artigo XXXVII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a uma segunda-feira, 31.03.2008, e o seu autor é o jornalista Luís Oliveira. Surge na página 24 (em 52), na secção *Política*. Tem 483 palavras, ocupa quase a totalidade da página, mas integra duas outras pequenas notícias. Contém uma frase curta destacada no meio do texto e uma foto de José Sócrates e a respetiva comitiva no Centro Profissional de Viseu. O antetítulo, o título e a entrada sublinham a vontade de José Sócrates acelerar a execução do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o périplo de dois dias pelo distrito de Viseu do primeiro-ministro e da sua comitiva. Neste âmbito é dada particular atenção a dois aspetos: a execução do QREN no apoio às Pequenas e Médias Empresas (PME) e a entrega de computadores a adultos com deficiência que frequentavam a INO.

3. *Os agentes*

O ator principal apresentado no artigo é José Sócrates, primeiro-ministro do XVII Governo Constitucional. Como agentes ou atores sociais secundários surgem: (a) o XVII Governo em geral, com referências concretas também a Mário Lino, ministro das Obras Públicas, a Nunes Correia, ministro do Ambiente e a Manuel Pinho, ministro da Economia; (c) um empresário de Ovar; (d) um polícia aposentado; e (e) Zeinal Bava, apresentado como o novo presidente da Portugal Telecom.

4. *Linguagem e retórica*

Os termos que estão mais presentes no artigo são “Sócrates”, “ministro”, “empresas”, “pessoas” e “rapidez”. “Empresas” e “rapidez” surgem a propósito da aplicação do QREN às PME. Já o termo “pessoas” ganha ênfase na parte do artigo mais relacionada com a INO. Os discursos do primeiro-ministro durante o périplo são os aspetos a que é dada mais importância no artigo.

5. *Estratégias discursivas*

O autor faz uma espécie de síntese do périplo do Governo a Viseu sublinhando sempre o ponto de vista de José Sócrates. A presença no texto da frase “os partidos da Oposição que, no ano passado, o acusaram de atrasar a aplicação do QREN por motivos eleitoralistas”, vem reforçar a pretensão manifestada nesta viagem por Sócrates de acelerar os processos de apoio do QREN a qual é corroborada por uma testemunha.

No que respeita à INO o autor refere:

— que Sócrates se emocionou na cerimónia de entrega de computadores:

[...] à tarde emocionou-se quando entregou os primeiros computadores destinados a pessoas com deficiência, no âmbito do programa Novas Oportunidades;

- o número de adultos inscritos na INO;
- a satisfação de Sócrates com a criação do eixo Adultos da INO pelo facto de proporcionar o regresso à escola de muitas pessoas:

Sócrates referiu ‘com orgulho’ que actualmente há 400 mil portugueses a beneficiar do programa Novas Oportunidades. ‘Pessoas que querem saber mais. Sei bem a coragem que é preciso e o que custa, aos 50 anos, reconhecer, social e publicamente, que é preciso de estudar mais’, sustentou.

- que o protocolo contemplou a apresentação do testemunho de um adulto que explicou “as virtudes das Novas Oportunidades”.

6. *Posições ideológicas*

Luís Oliveira apresenta unicamente a perspectiva do Governo no que respeita à execução do QREN e do eixo Adultos da INO.

Note-se que o facto de dar ênfase ao ator político, revelando os estados emocionais de José Sócrates e excertos do seu discurso onde elogia os adultos que se inscreveram na INO, apela a que o leitor veja de determinada forma a pessoa que é o primeiro-ministro, induzindo a que o próprio leitor relegue para segundo plano o interesse sobre questões de fundo da política e das políticas.

Artigo XXXVIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 10.05.2008, e o seu autor é o jornalista Ângelo Teixeira Marques. Surge na página 38 (em 44), na secção *Economia*; tem 642 palavras, incluindo o título, a entrada e a caixa de texto. Ocupa uma área de cerca de dois quintos da página, contém uma foto tipo passe de Vladimir Spidla, comissário Europeu para o Emprego e, ao seu lado, uma caixa de texto que inclui uma frase deste autor elogiando a Microsoft pelo seu envolvimento na qualificação dos trabalhadores e na promoção da coesão social. O título pretende mostrar, com base num exemplo, uma relação positiva entre a aquisição de competências em TIC e a empregabilidade.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o papel do programa Tecnologia, Inovação e Iniciativa (TII) no combate à infoexclusão e na promoção da empregabilidade das pessoas desempregadas. A INO neste texto surge como uma oportunidade de reconhecimento, validação e certificação de competências que foram adquiridas pelas pessoas através do programa TII.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são: (a) a Microsoft, representada pelo seu diretor geral em Portugal, Nuno Duarte; (b) o Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal (Citeve), representado por Hélder Rosendo; (c) Vladimir Spidla, Comissário Europeu para o Emprego; e (d) Vieira da Silva, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

4. *Linguagem e retórica*

O autor apresenta alguns dados quantitativos, quer em percentagem quer em valores absolutos, de modo a tornar a informação mais objetiva. As citações do comissário Europeu para o Emprego e do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, a que o autor recorre, têm em vista reforçar o apoio à Microsoft usando o peso destas duas autoridades. Os processos de RVCC são designados “processos de revalidação e reconhecimento de competências” e os indivíduos sem conhecimentos em TIC são referidos como infoexcluídos.

5. *Estratégias discursivas*

O papel da Microsoft na promoção no aumento da taxa de emprego entre os desempregados é aqui bastante enfatizado. O alargamento a outras áreas além do setor têxtil do programa TII, que esta multinacional promoveu na região do Vale do Ave e da Covilhã, é justificado pelo seu sucesso no combate à infoexclusão.

O facto de um individuo não possuir conhecimentos em TIC é apontado um fator impeditivo da aquisição de emprego por parte dos desempregados:

O TII foi lançado em 2006 para dotar com conhecimentos informáticos os desempregados do sector têxtil do Vale do Ave e da Covilhã, tendo em vista a sua reintegração no mercado de trabalho, depois de se libertarem da “infoexclusão”. Ontem, decorridos dois dos três anos do programa, foi apresentado o balanço do projecto onde se destacou o sucesso alcançado na “taxa de empregabilidade”: 40 por cento dos formandos (687 pessoas) estão de novo a trabalhar.

A INO surge associada a este programa TII mas como complemento de uma formação adquirida através daquele programa, ou seja como forma dos formandos, pessoas desempregadas, fazerem um RVCC. Vieira da Silva aproveita a ocasião para comparar o programa TII com a INO e com o PT para a Educação para mostrar as prioridades do XVII Governo no que o autor designa por “qualificação da mão-de-obra”, destacando o número e a percentagem de pessoas empregadas que se inscreveram na INO.

Enquanto a Microsoft sublinha o papel do programa TII na motivação e na autoestima nos desempregados, Vladimir Spidla associa a qualificação dos trabalhadores à coesão social incentivando a Microsoft a ser parte ativa neste aspeto; por sua vez, Vieira da Silva reforçou a questão da responsabilidade social das empresas na promoção da qualificação dos trabalhadores.

6. *Posições ideológicas* O programa TII é apresentado como uma forma dos desempregados fazerem a reintegração no mercado de trabalho, libertando-se do que apelida de infoexclusão, decorrente da ausência de conhecimentos em TIC. Na perspetiva apresentada, a infoexclusão é um fator impeditivo do regresso ao mundo do trabalho por parte de pessoas desempregadas e, por conseguinte, a anulação deste problema aumenta substancialmente a probabilidade da pessoa desempregada regressar ao mercado de trabalho. Este raciocínio justifica quer a necessidade de investir em formação nessa área quer o sucesso do programa TII.

A INO surge como forma das pessoas, sobretudo as desempregadas, adquirirem mais qualificação, mas principalmente pela possibilidade de validarem e certificarem as competências adquiridas no âmbito do programa TII.

Vieira da Silva, procura mostrar que as prioridades do XVII Governo não são apenas para com os desempregados, pois têm em vista a qualificação de mão de obra incluindo a dos trabalhadores por conta de outrem. A visão que o autor apresenta da formação de adultos é a de que esta é um instrumento para a empregabilidade; e os conhecimentos em TIC são uma condição necessária a essa empregabilidade.

Artigo XXXIX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia/reportagem*—publicado no jornal Expresso a 17.05.2008. Os seus autores são Humberto Costa e Pedro Neves. Surge na página 13 e é o único artigo desta página. É manchete da semana no jornal. No seu interior o artigo contém 1020 palavras, incluindo o antetítulo, título e subtítulo e caixas de texto. O antetítulo “Trabalho precário”, e o subtítulo da notícia no interior do jornal estão em linha com o título da notícia na primeira página: identificam um problema relacionado com o estatuto profissional e com a remuneração dos técnicos e formadores que estavam ao serviço da INO; culpabiliza o Estado por ter salários de trabalhadores em atraso e de os manter a recibos verdes há vários anos.

O título da notícia coloca o problema na INO: “Novas Oportunidades precárias e falidas”. O artigo contém ainda uma foto da ministra da Educação e do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e duas caixas de textos onde sumariamente apresentam a situação profissional de três personagens referidas no artigo e mencionam o número de técnicos de RVCC contratados pelo IEFP.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é os recursos humanos da INO, designadamente no que respeita aos técnicos e formadores integrados na INO que estavam a ser pagos pelo Estado a recibos verdes e com salários em atraso. Os recursos materiais, ou seja, as condições de lecionação das aulas técnicas e especializadas surgem como tema secundário, essencialmente com o objetivo de agudizar o problema em torno do tema principal.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são: (a) uma psicóloga e técnica de RVCC; (b) três formadores—cujos nomes apresentados são fictícios como é referido no artigo—, personagens que o autor utiliza na notícia para testemunharem as suas afirmações; (c) o Bloco de Esquerda que é aqui mostrado como uma entidade que poderá assumir a causa destes trabalhadores; (d) Rui Nunes, assessor da ministra da Educação; e (e) Clara Correia, responsável pela ANQ.

4. *Linguagem e retórica*

As escolhas de linguagem e a construção das ideias dão neste artigo uma imagem muito desfavorável do Estado enquanto entidade empregadora, senão vejamos:

- A expressão “falsos recibos verdes” surge seis vezes, duas delas nos títulos;
- O termo “não” surge 24 vezes em expressões como as seguintes: “*não* recebem há cinco meses”, “*não* recebem desde Dezembro”, “*não* recebe desde Janeiro”, “*não* tenho dinheiro para o gasóleo que me permite voltar para casa”, “apesar de *não* serem pagas”,

“Há cinco meses que *não* meto dinheiro em casa”, “arriscava-me a que *não* me pagassem”, “pagar IVA sobre dinheiro que ainda *não* recebeu”, “O Estado multa-me por *não* me pagar”¹;

- Apenas no último parágrafo é dada voz a Rui Nunes e a Clara Correia. As afirmações destes atores servem sobretudo para confirmar os atrasos nos pagamentos aos técnicos e formadores da INO e a existência dos “falsos recibos verdes” nos CNO.

Os autores do artigo recorrem com frequência a citações das suas personagens em torno das quais constroem a sua argumentação.

5. *Estratégias discursivas*

Os sentimentos e as dificuldades relatadas, ainda que sumariamente, por quatro personagens são apresentados pelos autores para mostrar a precariedade da situação profissional dos técnicos de RVCC e dos formadores da INO. A divulgação das deficientes condições em que têm de ensinar, de que uma das testemunhas dá conta, funciona principalmente como um modo de reforçar o problema em torno dos recursos humanos ao serviço da INO.

Como sabemos, a utilização de testemunhos para dar a conhecer uma problemática em jogo dão uma aparência mais real à situação, prolongam a atenção do leitor e criam emoção.

O testemunho de uma técnica de RVCC e de três formadores aponta para alguns problemas que adquiriram visibilidade com a implementação da INO. Os autores deram destaque à perspectiva dos técnicos e formadores que estão a trabalhar há vários anos por conta do Estado a recibos verdes e que consideraram ser uma situação preocupante:

O ambiente — quer nos CNO, da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional, quer nos Cursos de Educação e Formação (CEF), da responsabilidade do Ministério da Educação — é de “ruptura”, na opinião dos profissionais que ali trabalham. Ainda assim todos recusam ser identificados com “receio de retaliação”.

No artigo são destacados alguns aspetos que alertam para implicações na qualidade do ensino e das aprendizagens proporcionadas no âmbito da INO e que decorrem da situação profissional dos formadores e das condições em que funcionam algumas formações:

Como é que eu posso ensinar bem se entro numa aula a saber que não tenho dinheiro para o gasóleo que me permite voltar para casa, nem o suficiente para almoçar?

Há mesmo escolas onde se dá formação em hotelaria sem pratos, talheres ou copos, e de mecânica sem um único motor: “Como se pode explicar o que é uma correia de

¹ Sublinhado nosso.

transmissão se não tiver nenhuma para mostrar? Como dar cursos a empregados de mesa sem copos ou garfos?

Sem especificar a quantidade de trabalhadores ao serviço da INO nestas condições, ainda que uma caixa de texto tenha implícita essa perspectiva ao referir que é 200 “o número aproximado de técnicos de Reclassificação, Validação e Certificação de Competências que se encontram vinculados ao IEFP através de contratos de prestação de serviços”, os quatro casos apresentados, dão a ideia que valem por muitos mais.

6. *Posições ideológicas*

A problemática construída em torno dos recibos verdes serviu para mostrar que a precariedade no trabalho é fomentada pela própria existência deste tipo de contratos. A INO foi utilizada pelos autores como exemplo de uma política que sustenta a precariedade no trabalho, assumindo os autores o ponto de vista das vítimas (trabalhadores a "recibos verdes").

Protegendo as suas fontes, os autores expuseram casos concretos alertando para a situação e incentivaram o Governo a agir; a afirmação proferida pelo Bloco de Esquerda sobre o assunto é disso, uma prova: “Estes casos põem em causa a autoridade do Executivo no combate aos falsos recibos verdes” e publicaram este artigo num jornal de referência. Assim, ao implicar a INO em situações irregulares, os autores contribuíram para descredibilizar o Estado enquanto entidade empregadora, e pressionaram o Governo a alterar procedimentos, sob pena de perder a legitimidade para responsabilizar os autores de situações ilegais. Mas, construíram também do ponto de vista político uma imagem em torno da INO que lhe foi desfavorável.

Artigo XL

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um domingo, 18.05.2008. O autor do artigo não está identificado. Surge na página 12 (em 48), na secção *Portugal*, juntamente com outros três artigos na área da *Educação*. Contém 168 palavras, ocupa metade de uma coluna. O título “Ministra da Educação garante fim dos recibos verdes” mostra que pelo menos um dos pontos de vista apresentados será o do Governo.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é os recursos humanos da INO, designadamente no que respeita aos técnicos e formadores integrados na INO que estavam a ser pagos pelo Estado pelos designados recibos verdes e com salários em atraso, conforme noticiou o semanário Expresso no dia anterior.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues e o jornal Expresso.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo é publicado na sequência do texto, identificado neste *corpus* com o número 306, publicado na véspera pelo semanário Expresso, confirmando assim, o estatuto do Expresso como jornal de referência. Este texto é a resposta pública dada pela representante do ministério da Educação ao problema dos “falsos recibos verdes” como o Expresso o intitulou e dos atrasos no pagamento aos formadores da INO. Quarenta por cento do texto são citações da ministra da Educação.

5. *Estratégias discursivas*

O artigo dá a conhecer o número de formadores da INO pagos a recibo verde, destacando de entre as declarações proferidas pela ministra da Educação aos jornalistas, as seguintes:

- A situação dos recibos verdes “foi herdada do passado”;
- A existência de condições para “acabar com os recibos verdes e liquidar os vencimentos em atraso”;
- A passagem dos recibos verdes a contratos individuais de trabalho;
- O seu apreço pelos técnicos dos CNO.

6. *Posições ideológicas*

O artigo apresenta o compromisso da ministra da Educação no que respeita à resolução do problema que veio a público pelo jornal Expresso sobre a situação profissional e os pagamentos

aos técnicos dos CNO e formadores da INO. O PÚBLICO é aqui utilizado como um meio para o Governo responder às “acusações” publicadas pelo Expresso.

Artigo XLI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 12.07.2008, e o seu autor é a jornalista Isabel Leiria que à data escrevia regularmente obre educação neste diário. Surge na página 8 (em 40), na secção *Portugal*; tem 806 palavras e ocupa cerca de metade da página. Na parte central do artigo surge um conjunto de dados, apresentados graficamente, retirados do relatório da Comissão Europeia de 2008 sobre a concretização das metas definidas na Estratégia de Lisboa para 2010 em matéria de educação e formação, e uma caixa de texto intitulada “melhorias recentes” que inclui a opinião de Valter Lemos sobre os resultados apresentados nesse relatório. O título, “Progressos na educação insuficientes para tirar Portugal da cauda da Europa”, refere progressos na educação; todavia, estes avanços surgem desvalorizados pois surgem comparados com os da Europa. A entrada do artigo destaca pela negativa os resultados de Portugal em dois indicadores: um que respeita ao abandono escolar e o outro à taxa de conclusão do ensino secundário; neste indicadores Portugal teve “os piores desempenhos da UE”, como aí se afirma.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) o desempenho de Portugal comparado com os restantes países da UE nos indicadores de referência que foram acordados pelos Estados-membros no domínio da Educação e Formação tendo em vista a atingir as metas definidas na Estratégia de Lisboa; e (b) os progressos da UE nesses indicadores de referência.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) a Comissão Europeia, autora do relatório que serve de fonte a Isabel Leiria na elaboração da notícia e entidade com autoridade reconhecida internacionalmente em matéria de educação e formação; (b) a UE, (c) Portugal e os diversos países europeus com os quais este é comparado, designadamente com Malta quando surge nas piores posições, (d) Valter Lemos, secretário de Estado da Educação do XVII Governo Constitucional, e (e) a agência Lusa, a quem a autora recorre para mostrar que os dados apresentados no relatório não incluem os resultados da ação da INO.

4. *Linguagem e retórica*

A autora apresenta uma síntese do relatório anual, respeitante a 2008, da Comissão Europeia em matéria de educação e formação. Isabel Leiria salienta (a) o desempenho de Portugal em cinco indicadores definidos nesta matéria, com vista ao cumprimento das metas fixadas para 2010, num quadro de cooperação nesta área acordado pelos Estados-membros no âmbito da Estratégia de Lisboa, assinalando os seus progressos; (b) o posicionamento de Portugal face aos restantes países ou à média da UE; (c) o ponto de vista da Comissão Europeia sobre o cumprimento dos

objetivos fixados pela UE para 2010; (d) o ponto de vista do secretário de Estado da Educação sobre os resultados alcançados por Portugal.

Quatro das cinco vezes que os termos “progresso” ou “progressos” surgem no texto dizem respeito a dados de Portugal; todavia as melhorias assinaladas são sempre relativizadas, uma vez que são comparadas com os resultados no desempenho de outros países. Malta é o país com o qual Portugal é mais relacionado. Senão, vejamos as afirmações da autora no artigo:

Mas este progresso, assinalado no relatório como “substancial”, não foi suficiente para tirar Portugal do fim da tabela.

O mesmo acontece com o abandono escolar precoce. Portugal regista uma evolução consistente e significativa: a percentagem de jovens entre os 18 e os 24 anos que têm no máximo o ensino básico completo e que não estão a estudar baixou de 42,6 por cento para 36,3. Mas continua a ser um dos piores desempenhos, a par, mais uma vez, de Malta.

Os dados quantitativos em percentagem são apresentados com frequência no texto; eles explicam e complementam a informação apresentada sob a forma de gráficos cuja fonte referida é a Comissão Europeia, entidade com autoridade sobre a matéria. Esta forma de abordagem confere objetividade à informação que a autora pretende transmitir.

O recurso à citação é pontual e usado apenas quanto a autora se refere a expressões que implicam uma valorização quantitativa de carácter subjetivo, como por exemplo, “progresso assinalado no relatório como ‘substancial’” ou, “este número ‘extremamente elevado’”. Excetuam-se as citações de Valter Lemos que foram proferidas por este ator para a agência Lusa e que a autora usa como fonte.

5. Estratégias discursivas

A jornalista apresenta os resultados do desempenho de Portugal em cinco indicadores, mostrando a evolução de Portugal em três deles—conclusão do ensino secundário na faixa etária dos 20-24 anos, abandono escolar precoce e licenciados em Matemática, Ciências e Tecnologias—, ainda que, à exceção de um deles, tal melhoria não implique uma melhoria na posição de Portugal relativamente à maioria dos países da EU.

A autora enfatiza a questão do abandono escolar precoce; afirma que a desagregação do indicador “revela dados preocupantes”, particularmente no caso português, o que do seu ponto de vista se deve à elevada taxa de empregabilidade de pessoas com baixas qualificações:

O problema é que em Portugal e noutros países parecem existir condições favoráveis à empregabilidade de pessoas com baixas qualificações. Basta ver que 77 por cento destes jovens estão a trabalhar contra uma média de 56 por cento na EU.

Já no indicador respeitante à formação ao longo da vida refere que Portugal revelou um baixo desempenho:

Quanto à participação de adultos em acções de formação ao longo da vida, a prestação do país deixa muito a desejar e está inclusivamente a perder terreno face à média da UE.

Valter Lemos, ouvido a este propósito pela agência Lusa, mostra que estes números não refletem ainda os progressos que o seu governo fez nos últimos dois anos com a implementação da INO, pois os dados recolhidos não vão além de 2005-06. Deste modo, Valter Lemos coloca a expectativa no próximo relatório que, segundo espera, mostrará melhorias substanciais no que respeita ao abandono escolar e à formação de adultos.

A autora mostra também que há um longo caminho a percorrer para alcançar as metas definidas na Estratégia de Lisboa e que os Estados-membros já se deparavam com dificuldades na concretização dos objetivos:

Em geral, avalia a Comissão, a evolução tem sido positiva. Mas os esforços precisam ser acelerados se a EU quiser cumprir os objectivos por si fixados para 2010.

Apenas a Polónia se colocou acima da média em quatro dos cinco indicadores.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente o artigo procura assumir um ponto de vista neutro e objetivo. A autora apresenta resultados e o posicionamento de Portugal no ranking dos 27 países da UE nos diversos indicadores. Mostra essencialmente que as metas definidas na Estratégia de Lisboa são de difícil alcance, pois apenas a Polónia, Finlândia, Dinamarca, Suécia, Reino Unido, Irlanda, Eslovénia, Noruega e Islândia estão bem posicionados para as cumprirem.

Transmite ao leitor esperança na melhoria dos resultados de Portugal ao apresentar o ponto de vista de Valter Lemos fazendo o público acreditar que a implementação da INO se irá ter efeitos nesses indicadores. Em linha com uma das medidas preconizadas no âmbito do documento de apresentação da INO, Isabel Leiria implicitamente sugere uma revisão das políticas de emprego, designadamente para pessoas com baixa escolaridade.

Artigo XLII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*reportagem*—publicado no jornal Público a um domingo, 24.08.2008, e o seu autor é a jornalista Isabel Leiria. A reportagem surge anunciada na página 12 do caderno principal, na secção *Mundo*, onde remete para o interior do caderno P2; aí, ocupa duas páginas, 10 e 11, e contem 2138 palavras, incluindo títulos, e separadores. Contém três fotografias, uma de cada personagem principal, com o respetivo diploma na mão, e a frase: “Quem recebeu os diplomas provou, perante um júri, que aprendeu ao longo da vida—pessoal e profissional—o que não pôde aprender nos bancos da escola”. Um antetítulo simples, “Novas Oportunidades”, e um título “Nunca é tarde para voltar à escola” destacam a possibilidade dos adultos regressarem aos estudos através da INO. Esta ideia associada à entrada do artigo, que se encontra no cimo da segunda página, funciona como um estímulo para o leitor menos escolarizado se inscrever na INO.

2. *Os temas*

Os temas principais do artigo são: a motivação que leva um adulto a inscrever-se na INO e o impacto de um processo de RVCC na vida pessoal e profissional de um adulto.

3. *Os agentes*

As personagens principais são António Silva, Cremilde Cerqueiro e António Vassalo Abreu, com 40, 54 e 58 anos, respetivamente e é em torno destas personagens que a reportagem se desenrola. António Vassalo Abreu é um autarca socialista, presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca, Cremilde Cerqueiro encontra-se desempregada e António Silva é funcionário na empresa de laticínios Lactogal.

Como atores secundários referidos no texto temos: (a) Marta Gallapez, técnica profissional que geriu o processo de RVCC de Cremilde Cerqueiro; (b) Maria de Lurdes Rodrigues, ministra da Educação do XVII Governo que entregou o diploma do 12º ano a António Vassalo Abreu; (c) o XVII Governo Constitucional; (d) o irmão de António Vassalo Abreu, professor de Direito na Universidade de Coimbra; e (e) os CNO de Antuã, da Escola Gil Vicente e de Caminha onde os personagens principais fizeram os respetivos processos de RVCC.

4. *Linguagem e retórica*

A autora constrói a história das três personagens, a quem se refere pelos nomes próprios, essencialmente pela forma como estas se descrevem. Dá ênfase quer aos motivos que as levaram a deixar de estudar quer aos que as fizeram regressar agora aos estudos e as expectativas que colocaram quando se inscreveram num CNO. A autora não utiliza o termo “abandono escolar”, preferindo, em seu lugar, usar a expressão “deixar de estudar” que é menos

conotativa, ainda que, no caso em questão, tivesse sido por opção da própria personagem que esta não prosseguiu os estudos; nos dois outros casos as expressões que se encontram são “não podia continuar a estudar”, “eu tive de deixar de estudar” e “‘mágoa’ de não ter podido continuar a estudar” que remetem para causas exteriores aos próprios. A imagem que a autora oferece de cada uma das três personagens é socialmente bastante positiva: pessoas bastante trabalhadoras, com um longo percurso profissional, que ao longo da vida fizeram formação (não formal) de índole profissional, além de que uma das personagens ocupa um cargo de eleição.

No que respeita à realização dos processos de RVCC a autora destaca aspetos da vida profissional de cada personagem que, implícita ou explicitamente, estão associados a competências adquiridas ao longo da vida; mostra o empenho de cada personagem no processo de RVCC, dá exemplos novas competências e conhecimentos adquiridos, e apresenta as perspetivas de futuro de cada uma, aspetos que são sempre contados em nome das personagens ou recorrendo a citações dos próprios.

5. *Estratégias discursivas*

As histórias de vida das três personagens escolhidas pela autora têm particularidades distintas quer no que respeita ao motivo pelo qual não prosseguiram os estudos, quer na razão que levou cada uma a inscrever-se num CNO. Estes são aspetos a que a jornalista realça no seu texto. Senão vejamos:

- Os contextos motivacionais, familiares ou socioeconómicos que estiveram na base da impossibilidade do prosseguimento de estudos e do ingresso no mundo do trabalho, mostram um quadro diverso mas bastante próximo da realidade de muitos adultos em Portugal, como a jornalista começa por mostrar no primeiro parágrafo do texto.
- A razão que levou cada uma das personagens a inscrever-se num CNO foi distinta. Estiveram subjacentes questões de horário e oportunidade e objetivos de melhoria profissional, de desenvolvimento pessoal e até de cidadania:

Queria evoluir e aproveitei a altura em que só havia dois turnos na fábrica. Estava a sentir que havia espaço para melhorar a minha vida profissional.” [António Silva]

Inscreveu-se pelo ‘gosto’ que sempre teve em estudar e aprender, mais do que por acreditar que vai conseguir um emprego. (...) ‘Simplesmente aproveitei a oportunidade que me deram agora e que não tive antes.’ [Cremilde Cerqueiro]

Por isso, afirma que não foi em seu proveito que se inscreveu num Centro Novas Oportunidades em Caminha, mas antes para dar o exemplo. ‘Foi um bocado por incentivo aos próprios trabalhadores da câmara’. [António Vassalo Abreu]

As três histórias de vida apresentadas são casos de sucesso, na medida em que as expectativas colocadas aquando da inscrição no CNO foram correspondidas:

Com o 12.º ano concluído, são várias as portas que se abrem a António. Graças às suas novas habilitações, pôde concorrer a uma nova função na fábrica de queijos que a empresa onde trabalha vai abrir em Oliveira de Azeméis.

[...] E como ‘nunca se sabe tudo’, os projectos futuros [de Cremilde Cerqueiro] passam por entrar num curso superior de Psicologia ou Direito.

Hoje, são mais de 20 os funcionários da autarquia inscritos no programa Novas Oportunidades, revela [António Vassalo Abreu]. ‘São cerca de 10 por cento dos trabalhadores. Isto é excelente, porque vai melhorar as capacidades deles e a prestação de serviços da câmara’. A verdade, continua, é que ‘existem técnicos altamente qualificados, nas mais variadas profissões, e que são preteridos no acesso às carreiras por não terem o diploma.’

Os três casos apresentam também outras particularidades comuns, que são destacadas pela autora, como sejam: o empenho das personagens na concretização do processo de RVCC, os sentimentos de satisfação e de realização pessoal, e a predisposição para prosseguirem estudos superiores.

No empenho que cada personagem colocou no processo de RVCC está implícito o grau de exigência do processo e por conseguinte, também a qualidade dos conhecimentos adquiridos e das competências demonstradas, de que Isabel Leiria dá alguns exemplos; o esforço empreendido surge também como justificação para a rapidez na obtenção de uma certificação mediante um processo de RVCC.

6. *Posições ideológicas*

Ainda que a dimensão pessoal não deixe de estar presente, designadamente no caso apresentado de uma das personagens, a reportagem revela uma conceção de ALV em que as aprendizagens não-formais e informais são valorizadas mas onde domina a lógica modernizadora de qualificação dos recursos humanos e de subordinação à empregabilidade.

A INO surge associada a um público adulto, trabalhador, competente e responsável e subcertificado.

Artigo XLIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 06.09.2008, e o seu autor é o jornalista Ângelo Teixeira Marques. Surge na página 11 (em 40), na secção *Portugal*. Contem 150 palavras e ocupa meia coluna. O título reporta-se ao número de pessoas inscritas na INO, sem explicitar se se trata de adultos se de jovens e sobrevaloriza esse número, pois utiliza o termo “meio milhão” e não “500 mil”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal é o discurso do primeiro-ministro do XVII Governo Constitucional na inauguração de um CNO.

3. *Os agentes*

O ator principal apresentado no artigo é José Sócrates.

4. *Linguagem e retórica*

O autor realça o balanço quantitativo feito pelo primeiro-ministro relativamente aos processos de RVCC. O recurso à citação é frequente: mais de 45 por cento do número de palavras do texto são citações de José Sócrates cujo discurso é feito na primeira pessoa do plural e sempre pela positiva, incluindo a referência ao défice da população adulta ativa, diagnóstico que conduziu à implementação do eixo Adultos da INO:

‘O último número de que dispomos e que ainda não foi actualizado dizia-nos que somente 30 por cento da nossa população activa tinha mais do que o secundário’

5. *Estratégias discursivas*

O autor noticia o conteúdo do discurso proferido por José Sócrates na inauguração de um CNO em Beiriz dando a palavra ao primeiro-ministro. Este sublinha o sucesso da INO no que respeita ao eixo Adultos realçando o número de adultos inscritos em processos de RVCC, o número de diplomados em 2007 e o valor esperado para 2008, nesta modalidade, omitindo se se trata de reconhecimento de competências de nível básico ou secundário, mas transmitindo sempre a ideia de que o objetivo é a qualificação de nível secundário. José Sócrates usa o diagnóstico de défice de qualificação da população para mostrar que é preciso continuar a trabalhar para a melhoria desta situação, apelando à qualificação enquanto moeda de troca para o desenvolvimento do país:

[...] aquele programa está a ajudar a diminuir ‘o défice de qualificação’ que ‘não pode ficar à espera das futuras gerações’ para ser combatido.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor apresenta a perspectiva do Governo, na figura do seu líder.

Artigo XLIV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 10.09.2008. Surge na página 5 (em 36), na secção *Destaque* e integra-se num conjunto de artigos publicados neste jornal no mesmo dia com base no relatório de 2008 da OCDE *Education at a Glance*. O seu autor é a jornalista Isabel Leiria que à data escrevia regularmente para este jornal. Contem 317 palavras, incluindo o antetítulo e o título. O artigo ocupa cerca de um sexto da área da página.

O antetítulo chama a atenção para o tema, “Programa Novas Oportunidades”, e o título remete para o eixo Adultos sublinhando a quantidade de adultos que já obteve certificação de nível secundário pela INO.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o balanço da ANQ sobre a concretização dos objetivos quantitativos da INO no que respeita ao eixo Adultos.

3. *Os agentes*

O agente social principal presente no artigo é a ANQ.

4. *Linguagem e retórica*

A autora recorre com frequência a dados quantitativos relativos quer ao número de adultos inscritos quer ao número de adultos certificados com o ensino básico ou secundário pelos CNO entre 2006 e agosto de 2008. Menciona-os em relação a três períodos: primeiro refere o ano 2008, depois o período compreendido entre 2006 e 2008 e numa terceira parte apresentada dados relativos ao período a partir de 2007 até 2008, tomando por base, como afirma, os que foram fornecidos pela ANQ. Uma vez que os períodos temporais estão incluídos uns nos outros as quantidades apresentadas são de difícil relação para um leitor leigo. Na melhor das hipóteses, o que este retém da notícia é de facto o impacto das quantidades que individualmente falam por si, pois são apresentadas em valores absolutos, na ordem dos milhares, dando a ideia de grandeza e de importância.

As modalidades de formação de adultos, referidas no texto, são o RVCC e as “acções de formação”, embora seja aos processos de RVCC que a autora dá maior destaque. De qualquer modo, não é esta a ênfase do artigo; apenas a questão da certificação, e não do processo, estão em jogo. Um aspeto a assinalar prende-se com a quantidade de referências ao secundário ou ao 12º ano que é o dobro das que respeitam ao básico.

5. *Estratégias discursivas*

O nível de habilitações do secundário como objetivo a alcançar por parte da população portuguesa adulta é claramente enfatizado. A utilização do termo “já” no título e o início do primeiro parágrafo—“Em menos de um ano, mais de quatro mil adultos (...) conseguiram obter um diploma de equivalência ao 12º ano, ao abrigo do programa Novas Oportunidades”—mostra que a qualificação de nível secundário é possível de obter em pouco tempo. Um aspeto que é realçado pela autora é o facto de serem os adultos mais novos, “que abandonaram precocemente os estudos”, que se candidatam a esta certificação de nível secundário.

Este artigo surge na sequência dos resultados apresentados no relatório da OCDE, supra referido, que a autora deu a conhecer neste mesmo número do PÚBLICO²; ele visa criar num público adulto, pouco escolarizado, uma certa disposição para aderir à INO a fim de melhorar as suas habilitações.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente, neste artigo, a autora dá suporte aos objetivos do Governo subjacentes à política de educação e formação de adultos designadamente no que respeita à necessidade de investir na certificação de nível secundário da população adulta nem que seja para melhorar o desempenho de Portugal nos indicadores da OCDE e da UE.

² Nesse artigo de Isabel Leiria pode ler-se:

“Outro indicador em que o país continua a sobressair pela negativa traduz-se nas baixas habilitações da população. Portugal detém mesmo o mais baixo número da OCDE de adultos (25-64 anos) com o ensino secundário completo: 28 por cento contra uma média de 68 por cento. Valor idêntico só mesmo na Turquia. Ainda assim, os peritos da OCDE destacam a enorme evolução registada em Portugal, ao nível das gerações mais novas. Basta ver que, entre os 25 e os 34 anos, a percentagem de jovens adultos que completaram o secundário já é de 44 por cento. O que não retira o país do fim da tabela, ao lado de Brasil, Turquia e México” (PÚBLICO, 10.09.2008)

Artigo XLV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um domingo, 28.09.2008, cujo autor é Margarida Gomes. Surge na página 4 (em 40), na secção *Portugal*; tem 267 palavras, incluindo títulos e ocupa uma pequena faixa horizontal na parte inferior da página. O antetítulo destaca o número de portugueses inscritos na INO, omitindo o facto de se tratar da população adulta; fá-lo também de modo a que a quantidade seja interpretada como um valor acima do valor real, pois refere “meio milhão” ao invés de “500 mil” ou “quinhentos mil”. O título apresenta o estado de satisfação de José Sócrates, na qualidade de líder do PS, relativamente à INO.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o discurso do primeiro-ministro sobre a INO, no que a autora refere ser “mais uma sessão do programa Novas Oportunidades” onde o assunto principal é o combate às desigualdades sociais.

3. *Os agentes*

Os atores sociais principais apresentados no artigo são José Sócrates, que surge no título como líder do PS e no texto como primeiro-ministro, e o XVII Governo. Outros membros do XVII Governo não especificados e outros Governos, também não especificados, são agentes referidos no texto que assumem um papel secundário. Os outros Governos surgem no discurso de José Sócrates apenas para destacar o papel do XVII Governo no combate às desigualdades sociais.

4. *Linguagem e retórica*

Cerca de metade do texto são citações de José Sócrates. São frequentes expressões deste ator elogiando o seu Governo ou de ataque a outros governos e a outros atores que não identifica. O facto de José Sócrates surgir no título como líder do PS quando, pelo conteúdo do artigo se depreende que o papel que estava a desempenhar na sessão referida era na qualidade de primeiro-ministro mostra que se trata de um discurso político marcadamente de cariz socialista. O termo “desigualdade(s)” é o que surge mais vezes no texto.

Está omissa no texto que se trata de uma sessão sobre o eixo adultos da INO. Contudo, o antetítulo refere uma quantidade, “meio milhão de portugueses inscritos”, e o excerto, “Sócrates congratulou-se com o facto de 500 mil portugueses se terem inscrito no programa para verem reconhecidas e melhoradas as suas qualificações”, volta a repetir este valor, que corresponde aos valores à data divulgados pela ANQ no que respeita ao número de adultos inscritos na INO, além de que os relaciona com o RVCC. Queremos com isto dizer que ou a sessão disse respeito

apenas do eixo adultos ou a autora apenas noticiou uma parte do discurso respeitante a esta vertente.

5. *“Estratégias discursivas”*

A autora mostra a dimensão política do discurso de José Sócrates. Enfatiza os autoelogios e a luta política. A argumentação de José Sócrates em torno da ideia de que a INO, supostamente no que respeita ao eixo Adultos, é a resposta adequada à diminuição das desigualdades sociais do país é, na sua retórica, sustentada por lógicas de subordinação da educação à economia, mas também pela crença na educação como fator de desenvolvimento pessoal da responsabilidade de todos:

‘[...] nunca nenhum Governo foi capaz de assumir como o nosso que a questão das desigualdades se encontra na educação e que a melhor forma de responder às desigualdades é lançar um programa Novas Oportunidades para que todos aqueles que possam melhorar a sua educação possam também elevar o seu nível de vida e assim ver reduzidas as desigualdades no nosso país, afirmou. E sublinhou que foram razões económicas, mas também de igualdade que estiveram na origem da concepção deste programa.

6. *Posições ideológicas*

Neste texto, como vimos, a única perspetiva apresentada é a de José Sócrates. Margarida Gomes mostrou que José Sócrates fez um discurso político, de cariz socialista, apresentando a INO, ao que tudo indica no eixo Adultos, como forma de mobilidade social e condição para o desenvolvimento do país.

Artigo XLVI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo do género jornalístico *opinião*, publicado no Público a um sábado, 06.12.2008. O seu autor é José Pacheco Pereira e assina o texto como Historiador. Surge na página 45 (em 48), na secção Portugal. Tem 1296 palavras, ocupa a página inteira e contém uma foto de José Sócrates, primeiro-ministro, mostrando um grupo de jornalistas por trás de si. O título e o subtítulo revelam uma crítica ao que é considerado pelo campo jornalístico como *valor de notícia*. Em destaque, com letra vermelha salientando-se do resto do texto, encontra-se uma frase que mantém a mesma linha de pensamento: trata-se de um comentário à ausência de reação dos jornalistas face à publicação de um artigo de outro autor, João César da Neves, nesta mesma semana e noutra diário—Diário de Notícias—onde este último criticava o jornalismo denunciando a sua dependência do campo político.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) a INO e a estratégia política do primeiro-ministro e (b) a interação entre os campos político e jornalístico e a consequente influência no conceito de valor de notícia e na orientação da informação. O 2º Encontro Nacional dos CNO parece surgir quase como tema secundário.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são: (a) José Sócrates, primeiro-ministro do XVII Governo constitucional a quem o autor se refere de uma forma muito crítica; e (b) João César das Neves, ator com um elevado capital académico, político e social que matinha na altura uma coluna de opinião no jornal Diário de Notícias e que é aqui apresentado por afinidade no modo como analisou o papel da imprensa.

Como agentes secundários surgem (a) a ministra da Educação do XVII Governo, Maria de Lurdes Rodrigues e o ministro do Trabalho e da Segurança Social também deste governo, José Vieira da Silva, cujos nomes não são mencionados, (b) Zapatero, Sarkozy, Merkel e Gordon Brown que são referidos pelo autor para mostrar a diferença relativamente a Hugo Chávez na forma como utilizam os média na sua ação governativa, (c) a RTP e os jornalistas de um modo geral e, por fim, (d) Portugal e a Europa, surgindo Portugal em confrontação com o resto da Europa na forma como os média fazem notícia.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo apresenta um discurso que mostra uma orientação clara do sentido da opinião. Utiliza uma linguagem pouco conotativa; a argumentação é feita com clareza e em estilo de narrativa. Não obstante, o autor recorre a algumas metáforas e faz associações com o objetivo de apresentar o seu ponto de vista de uma forma mais enfática. Na sua crítica ao que considera de

degradação do jornalismo o autor serve-se de duas autoridades: (a) a de João César das Neves quando apresenta um excerto do seu artigo crítico com cuja posição José Pacheco Pereira se identifica e (b) a dele próprio, quer na descrição de uma situação que presenciou quer na previsibilidade da forma como os jornalistas iriam utilizar as alegações por si proferidas no 2º Encontro de CNO. Demonstra também acreditar no seu elevado capital social e simbólico.

5. *Estratégias discursivas*

Neste texto o autor destaca três temas: a INO, a estratégia política do primeiro-ministro e a interação entres os campos político e jornalístico. Relativamente à INO, o autor reconhece mérito à iniciativa e ao trabalho realizado até à data, destacando os seguintes aspetos:

- É uma “política pública” adequada às necessidades de qualificação dos portugueses, “um dos mais graves problemas nacionais”;
- Transcreve os objetivos gerais dos dois eixos da INO;
- Um início da INO “muito positivo” face à adesão que verificou e que o autor associa a uma revalorização do saber, do ensino e da escola, e à procura de certificação para a qual muitos portugueses estavam já habilitados;
- Necessidade de medir os resultados mensuráveis face ao investimento feito. Este é um item que o autor considera fundamental e, por isso, dedica mais linhas na explicação da sua ideia; esta foi por si apresentada na palestra proferida no Encontro de CNO e, segundo o autor, foi partilhada pelo auditório constituído por formadores. Na sua opinião, a avaliação da INO deveria ser feita “por uma avaliação externa e pelo seu impacto na empregabilidade e no aumento da produtividade nacional”; acrescenta ainda que “a ‘batalha da qualificação’” não pode ficar apenas por “‘saberes’ mais ou menos tangíveis” ou por “um diploma que não serve para nada”. Nesta perspetiva a dimensão que o autor privilegia é a que tem subjacente a subordinação da INO a finalidades profissionais e de competitividade e, portanto, do seu ponto de vista, a função que importa avaliar na INO é essencialmente económica.

A questão da avaliação da INO é vista pelo autor como sendo um aspeto incómodo para o primeiro-ministro; no seu entender, por ser difícil de compatibilizar com a forma como diz que José Sócrates usa a INO: “a politização e governamentalização da iniciativa” visível na “obsessão pelas estatísticas e os números redondos [...] a condição básica de exigência de certificação”. Uma boa parte do artigo é dedicado a (a) mostrar como o primeiro-ministro usa as políticas para fazer propaganda política; (b) criticar a forma como os jornalistas omitem factos e acontecimentos que o autor considera importantes dar a conhecer ao público; (c) reprovar a divulgação pelos média de informação enviesada em termos políticos (em favor do XVII Governo) porque, segundo o autor, assume carácter de notícia e de realidade; e (d) a censurar a

ênfase em notícias sensacionalistas, que sublinham a intriga, a emoção, a provocação, o boato e o deslize.

No parágrafo final o autor lança um repto aos jornalistas no sentido de reagirem ao que designa por “padrão comunicacional de subserviência ao poder”.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente o autor assume um ponto de vista bastante crítico quer da atuação do primeiro-ministro, pela forma como diz que este usa os média e as políticas para fazer propaganda política, quer dos jornalistas pela forma como considera que os média se relacionam com o campo político.

Relativamente à INO, o autor (a) sublinha a politização desta política por parte de José Sócrates o que, na sua opinião, “pode pôr em causa os objectivos das novas Oportunidades”; (b) enfatiza a sua função económica; e (c) salienta a necessidade de avaliar os seus efeitos no aumento da produtividade e o seu impacto na empregabilidade.

Artigo XLVII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo de *opinião* publicado no jornal Público, a uma terça-feira, 30.12.2008. O seu autor é Rui Fiolhais e assina o artigo na qualidade de gestor do Programa Operacional Potencial Humano (QREN-POPH). Localiza-se na página 35 (em 36), na secção *Espaço Público*. Tem 462 palavras, ocupa uma faixa horizontal com a dimensão aproximada de um terço da página e contém uma foto do autor, do tipo passe. O título—nome dado a um concurso promovido pelo POPH para distinção do mérito—não refere o termo POPH, mas enfatiza a mudança que este programa procura alcançar; já o subtítulo destaca o alcance já conseguido pelo programa num ano, em termos de número de jovens e adultos que já viram as suas candidaturas aprovadas.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o POPH. A INO parece surgir como tema associado ao primeiro.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são (a) Ana Beatriz, personagem desconhecida do público, à data diretora de um hotel de *charme*, que recebeu o 1º prémio do concurso “Dar a Volta ao Futuro”, (b) seis confederações empresariais não especificadas e (c) o IAPMEI.

4. *Linguagem e retórica*

Os dois primeiros parágrafos do artigo assemelham-se mais a uma reportagem sobre o percurso de vida da personagem Ana Beatriz. O autor parece procurar com esta espécie de introdução ao assunto ganhar o interesse do leitor para o que se vai seguir, ou seja, o seu papel no POPH.

Assim, a parte restante do texto é tipicamente a de um relatório de atividade preliminar, genérico e sintético, mas que inclui alguns dados quantitativos com os quais o autor procura conferir maior credibilidade à argumentação. Os valores numéricos exibidos são apresentados em números redondos, apenas para dar a ideia da dimensão da causa.

Na terceira e última parte do texto, Rui Fiolhais mostra que quer ir mais além e inclui-se no futuro que revê para todos: “e não desistirá [o POPH] de dar a volta ao nosso futuro”. Ao referir o pronome “nosso” mostra o seu empenho na causa que não é só sua. Ao longo do texto surgem algumas frases em género de *slogan* que apelam à leitura, como por exemplo: “Hoje o POPH está mais forte e mais perto das pessoas” ou “Muito foi feito mas a corrida é de fundo”.

5. *Estratégias discursivas*

Ana Beatriz simboliza neste texto o sucesso da INO, pois representa, como o autor afirma, todos “os milhares de adultos que elevaram a sua qualificação no âmbito da Iniciativa Novas

Oportunidades. Ou dos muitos jovens que deram a volta ao seu futuro porque encontraram uma oferta qualificante de dupla certificação”. Nesta frase verifica-se a preocupação em referir ambos os pilares da INO. É enfatizado o impulso que a dupla certificação pode dar em termos profissionais, mas também é referida a satisfação pessoal e o papel da INO na promoção da autoestima: “Ana Beatriz estava feliz”, diz o autor.

Depois desta introdução, mais expressiva, o autor remete para um conjunto de dados que têm por objetivo dar a conhecer a forma como o POPH tem aplicado as suas verbas. Aqui são referidos o número de CNO existentes, o número de jovens inscritos em ações de dupla certificação, em estágios profissionais e em CNO, entre muitos outros dados.

Nas linhas seguintes, o autor mostra que o apoio do POPH também abrange o setor privado, em particular os trabalhadores e os gestores das pequenas e médias empresas. Assim, no epílogo o autor reafirma o seu compromisso enquanto gestor do POPH, pois apesar dos tempos serem de crise, como diz, “o POPH será um parceiro de confiança na qualificação dos portugueses, na sustentação do emprego e na criação de riqueza”.

6. Posições ideológicas

Tirando partido deste espaço mediático para publicitar e fazer publicidade ao POPH, o autor assume claramente o ponto de vista institucional, ou seja o de líder e gestor do QREN-POPH.

Ideologicamente Rui Fiolhais mostra que a causa que o POPH apoia é socialmente relevante e conta também com o suporte do setor privado em relação ao qual se coloca como aliado estratégico na qualificação para a inovação e competitividade.

A INO, programa financiado, em parte, pelo POHP, é apresentada neste texto como um modelo de aplicação dos fundos europeus. A função que cabe à INO, na perspetiva apresentada pelo autor está preferencialmente subordinada a finalidades profissionais.

Artigo XLVIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um domingo, 08.02.2009; os seus autores são João Pedro Pereira e Lurdes Ferreira. Surge na página 2 e 3 (em 40), na secção *Destaque* e no âmbito de um conjunto de notícias e reportagens sobre o PT. Na primeira página do jornal é feita uma breve chamada para estes artigos que ocupam no total quatro páginas. Embora o texto deste artigo se resuma a duas colunas que contém 710 palavras, não incluindo a componente gráfica e as respetivas legendas, o artigo ocupa duas páginas, preenchidas com vários gráficos cuja fonte é o Gabinete do PT. O título da notícia na primeira página está escrito pela negativa: “Plano Tecnológico não escapa à crise”; o título e a entrada da notícia no interior do jornal indicam que a crise económica vai colocar em risco o PT o qual é referido como uma “bandeira política de José Sócrates”; o antetítulo menciona que na opinião de especialistas “o rumo deve ser mantido”, mas não diz de que especialistas se tratam.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) o balanço do PT: resultados obtidos nos 25 indicadores do PT, e (b) o impacto da INO (eixo Adultos).

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XVII Governo; (b) a Qimonda, descrita como “uma das empresas à medida do Plano Tecnológico”; (c) João Caraça que participou na avaliação do PT, mas que é apresentado também como diretor do serviço de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian, (d) Vítor Corado Simões que juntamente com João Caraça participou na avaliação do PT; (e) Hugo Rico, autor de uma tese de mestrado sobre a INO e profissional da área, referido também como investigador, e (f) a Europa que surge como a referência para Portugal e, por conseguinte, o agente com o qual Portugal tem de convergir. Na apresentação de alguns destes atores menos conhecidos do público, os jornalistas procuraram mostrar que são autoridades na área ou indivíduos que ocupam cargos de topo em serviços de referência, o que sempre confere um carácter mais técnico e científico à notícia.

4. *Linguagem e retórica*

Os gráficos têm um grande impacto visual, nomeadamente o que se encontra na página três; além disso, são bastante ilustrativos do estado de concretização das 25 metas do PT, as quais aparecem distribuídas por oito áreas de ação.

O gráfico, que ocupa uma página inteira, foi feito à semelhança de uma pista de atletismo transmitindo a ideia de uma corrida; em cada faixa é registada o grau, em percentagem, de

concretização de cada indicador. A perspectiva que os autores apresentam da evolução do PT é pessimista:

Seis destes objetivos foram já ultrapassados, três dos indicadores ainda nem chegaram a meio do caminho. E, a um ano de distância, são muitos os que ainda têm mais de um quarto do percurso pela frente.

Embora o prazo limite para o Governo alcançar as metas do PT seja o final de 2010, tendo portanto quase dois anos pela frente, quer neste texto quer no antetítulo da notícia da capa é referido “um ano de teste”, o que reforça no leitor a ideia de impossibilidade de cumprimento do PT. Por outro lado, todos os valores apresentados nesta “pista”, à exceção de dois deles, dizem respeito a valores de 2007 ou anteriores. Por exemplo, os dados relativos à educação que são comparados com as metas a atingir no final de 2010 dizem respeito a 2007 e um deles a 2006.

Ao longo do texto os autores apoiaram-se no peso das autoridades que já referimos apresentando várias citações de João Caraça e de Vítor Corado Simões sobre o PT e de Hugo Rico sobre a INO; este último ator reporta-se aos resultados de uma pesquisa realizada no âmbito da sua tese de mestrado.

Neste artigo, a INO é identificada apenas com o eixo Adultos.

5. Estratégias discursivas

Os autores começam por mostrar que o PT pode estar em risco pelo facto de a Qimonda estar sob ameaça de falência. Não obstante apresentarem uma imagem pessimista da concretização das metas do PT, João Caraça e de Vítor Corado Simões são favoráveis à manutenção dos objetivos do PT argumentando João Caraça que Portugal “está apostado num caminho de modernização e de superação de índices de menor intensidade em relação à Europa. Tem de se manter o rumo”; ainda assim, mostram a incerteza do contributo do plano na competitividade da economia portuguesa:

O Plano Tecnológico ainda faz sentido? Sim, dizem João Caraça e Vítor Corado Simões, que acrescentaram ao guia de indicadores do Governo uma segunda grelha de análise mais profunda para verificar se o plano torna, de facto, a economia portuguesa mais competitiva. Reconhecem, porém, que esta é uma altura difícil.

Outra das dúvidas também manifestada por estes dois atores e sublinhada pelos jornalistas prende-se com a relação causal entre o nível de educação de um povo e a produtividade do trabalho, questionando-a:

O mapa de indicadores destes dois investigadores, que valoriza, entre outros, a balança tecnológica – compra e venda ao exterior de aquisição e utilização de patentes, assistência técnica, serviços de investigação e desenvolvimento –, pode mesmo vir a revelar que as crianças portuguesas têm muito mais computadores e o número de doutorados cresceu sem que essas mudanças signifiquem que a economia passou a produzir mais riqueza.

Relativamente à INO, programa inserido no PT no âmbito da qualificação dos recursos humanos, a voz é dada a Hugo Rico. Os dois separadores da notícia “Mais autoestima” e “Pressão estatística” definem os tópicos fundamentais em debate. O impacto da certificação pela INO nos adultos foi essencialmente na melhoria dos níveis de conhecimentos, na autoestima e numa maior predisposição para a aprendizagem ao longo da vida e pouco impacto teve na vida profissional e na empregabilidade, defende este ator. O fraco impacto na vida profissional dos adultos, que, no entender de Hugo Rico, contraria as expectativas destes, é por si justificada com base em fatores externos à INO:

Talvez as instituições não estejam a capitalizar as competências e não se verifique, por parte dos empregadores, um aproveitamento das habilitações obtidas.

No seu entender, “a principal vantagem do programa do Executivo de Sócrates, [...], foi o grande aumento de oferta de formações para adultos: ‘Nunca houve em Portugal um investimento tão forte na formação de adultos.’”. No entanto, considera que a tutela impõe demasiada pressão para que os centros certifiquem as pessoas, tendo em vista a melhoria das estatísticas.

Por seu lado, os autores do artigo mostram graficamente que a “Formação para adultos é uma das grandes apostas no programa, mas está a avançar muito lentamente. Em 2007, tinha percorrido pouco mais de um terço do caminho”.

6. *Posições ideológicas*

O artigo assume como já o afirmámos, um ponto de vista pessimista sobre a concretização das metas do PT e o seu impacto na economia do país.

Relativamente à INO, esta é identificada apenas com o eixo Adultos. A ideia que é transmitida no texto sobre a INO é a de que foi grande o investimento do Governo na formação de adultos, mas que os efeitos são predominantemente pessoais, pois melhora o nível de conhecimentos e a autoestima e cria um espírito de abertura a novas formações. O facto de não

ter impacto na vida profissional dos adultos certificados é justificado com fatores externos à INO: esta não é valorizada pelos empregadores.

Os autores mostram graficamente que a formação de adultos está a avançar lentamente face à meta estabelecida, todavia o valor percentual que apresentam diz respeito a 2007, primeiro ano de maior adesão à INO. O autor citado no texto refere a existência de pressões da tutela sobre os CNO para a certificação de adultos.

Artigo XLIX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*reportagem*—publicado no jornal Público a 08.02.2009 na secção *Destaque*. O seu autor é João Pedro Pereira. Surge nas páginas 3 e 4 do jornal e insere-se num conjunto de notícias e reportagens sobre o PT; tem 464 palavras incluindo antetítulo e título. O artigo contém uma foto do personagem principal da reportagem, em primeiro plano, tendo como pano de fundo a biblioteca onde trabalha e como legenda: “Tirar o 9º ano foi ‘um grande objectivo pessoal’ de Miguel Santos”. O artigo contém ainda uma caixa de texto, intitulada “formação ao longo da vida” onde são destacados alguns valores percentuais: 4,4% em 2007 e a meta de 12,5% para 2010, sem que seja dada qualquer explicação adicional.

2. *Os temas*

O tema principal do artigo é a história de vida de um adulto com 37 anos que em 2007 completou o 9º ano mediante um processo de RVCC no âmbito da INO.

3. *Os agentes*

O personagem principal é Miguel Santos com 37 anos de idade que abandonou a escola sem completar o 8º ano, procurou uma certificação de 9º ano mediante um processo de RVCC em 2003 e só obteve a equivalência ao 9º ano no âmbito da INO. Como agentes ou atores sociais secundários surgem alguns atores e empresas para quem Miguel Santos trabalhou, nomeadamente, como figurante, em produções cinematográficas de Manoel de Oliveira, e o IEFP onde tirou um curso.

4. *Linguagem e retórica*

O autor coloca em primeiro plano a história de vida de Miguel Santos. Constrói a história deste personagem, a quem se refere pelo nome próprio, recorrendo a citações suas. Dá ênfase à variedade de experiências profissionais por que passou o seu personagem.

5. *Estratégias discursivas*

Bruno Oliveira apresenta a história de vida de Miguel Santos sob a perspectiva do próprio. Refere em particular aspetos específicos da sua vida, dando destaque ao motivo que o levou a abandonar os estudos e principalmente à quantidade e variedade de trabalhos por onde passou, a aprendizagem de línguas estrangeiras, quando esteve em Espanha e na Alemanha como emigrante, e dois cursos que fez na área agrária e na área das telecomunicações. Desta forma, o autor procura destacar a variedade de aprendizagens não formais e competências adquiridas por Miguel Santos ao longo da vida de modo não intencional ou em formações “avulso”, como diz, que justificam que em 2007 tenha conseguido obter a equivalência ao 9º ano de escolaridade

mediante um processo de RVCC, já tentado em 2003, mas cuja desistência não é justificada no texto.

Como causas do abandono escolar o autor assinala o insucesso e a atração por uma certa independência económica numa família numerosa, onde Miguel Santos era um dos filhos mais velhos, e o facto de ter amigos também mais velhos que já trabalhavam.

Tirar o 9º ano é apresentado como o “grande objectivo pessoal” de Miguel Santos, mas as expectativas foram também colocadas na possibilidade desta qualificação lhe permitir uma promoção no trabalho, pois é bibliotecário mas a sua categoria permanece a de jardineiro.

6. *Posições ideológicas*

A reportagem mostra que a INO permite valorizar as aprendizagens informais e as competências desenvolvidas ao longo e ao largo da vida de modo não formal. A INO surge, assim, no texto como uma oportunidade para certificar competências adquiridas ao longo da vida por um adulto com experiências de vida variadas a nível profissional e que por motivos familiares, económicos e pessoais abandonou a escola ainda jovem sem completar a sua escolaridade. A motivação para completar o 9º ano por via de um processo de RVCC no âmbito da INO eram de carácter pessoal mas as expectativas, ainda não concretizadas à data da publicação da reportagem, apresentavam-se ao nível da melhoria na vida profissional.

Artigo L

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*reportagem*—publicado no jornal Público a 08.02.2009 na secção *Destaque*. O seu autor é Maria Antónia Zacarias. Surge nas páginas 5 do jornal e insere-se num conjunto de notícias e reportagens sobre o PT; tem 182 palavras, incluindo o título, e ocupa meia coluna. O título, “Um novo mundo depois dos 70”, assinala, pela positiva, uma mudança na vida de pessoas idosas.

2. *Os temas*

O tema principal do artigo é o impacto do computador com ligação à internet, adquirido no âmbito do programa @oportunidades INO, nos serões de um casal de pessoas com mais de 70 anos que concluiu recentemente um processo de RVCC.

3. *Os agentes*

As personagens principais são dois idosos com 76 e 74 anos, Francisco Vicente e a sua mulher, cujo nome não é referido. Como atores secundários referidos no texto surgem os filhos e os netos do casal.

4. *Linguagem e retórica*

A autora coloca em primeiro plano o impacto que teve o processo de RVCC na vida de um casal de idosos. Descreve os serões deste casal, a quem se refere como o “casal Vicente”, essencialmente pela forma como um deles, Francisco Vicente, os descreve. Dá ênfase à forma como este casal utiliza os dois computadores adquiridos no âmbito da iniciativa @oportunidades. A hipérbole utilizada no título pretende sublinhar a grande mudança que se deu na forma como este casal passa os serões desde que tem computador e internet.

5. *Estratégias discursivas*

Maria Antónia Zacarias descreve o impacto do processo de RVCC na vida do casal Vicente na perspectiva de Francisco Vicente. Refere a satisfação que sentem na forma como agora passam os serões e a utilização que dão quer ao computador que cada um recebeu quer às aprendizagens adquiridas em TIC durante o processo de RVCC e que são complementadas com os ensinamentos dos filhos e dos netos.

A mudança que a internet e a aquisição de competências em TIC, ainda que rudimentares, trouxeram na forma como este casal encara as novas tecnologias e a vontade de explorar “um novo mundo” são aspetos de realce.

6. *Posições ideológicas*

A história sobre a forma como os serões de um casal de idosos se alterou depois de adquirirem, no âmbito de um processo de RVCC, competências em TIC e um computador com ligação à internet, evidencia o impacto da INO na vida pessoal, no despertar para a utilização das TIC particularmente nos momentos de lazer numa fase da vida já avançada.

Artigo LI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo do género jornalístico *notícia* publicado no jornal Público, a um domingo, 22.03.2009, e o seu autor é a jornalista Natália Faria. Surge na página 13 (em 40), na secção *Portugal* e contém 445 palavras, incluindo o título; na mesma página encontra-se outro artigo de menores dimensões e um anúncio publicitário. O título destaca uma das conclusões de uma tese de doutoramento e a entrada da notícia refere a dimensão da amostra que os autores da tese utilizaram para concluir que os “salários já estão definidos à entrada na idade adulta”.

2. *Os temas*

O tema principal do artigo é as conclusões obtidas numa pesquisa efetuada por dois economistas da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, no âmbito de uma tese de doutoramento, com vista a “explicar as disparidades salariais dos trabalhadores e perceber que repartição era feita dos ganhos da formação na produtividade das empresas”. A INO, tema secundário, surge associada à formação de adultos e como política de requalificação profissional.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais são Ana Sofia Lopes e Paulino Teixeira economistas e investigadores que realizaram o estudo que é referido no artigo e que se integra no âmbito da tese de doutoramento de Ana Sofia Lopes.

4. *Linguagem e retórica*

A autora sintetiza resultados de um estudo realizado no âmbito de uma tese de doutoramento na área da economia. Do estudo, a autora refere, além de uma breve caracterização dos autores, as questões da investigação, a dimensão da amostra e o tempo de realização da pesquisa, e enfatiza os resultados obtidos. Para o efeito recorre a um dos investigadores, Paulino Teixeira, utilizando o discurso indireto e citações deste autor.

5. *Estratégias discursivas*

Natália Faria divulga os resultados do estudo dando voz a Paulino Teixeira. Este afirma que, de acordo com os resultados obtidos na investigação, as “disparidades salariais dos trabalhadores” e os ganhos na produtividade das empresas resultantes da formação dos trabalhadores dependem da educação que foi proporcionada na infância dessas pessoas, que lhes permitiram desenvolver um conjunto de características decisivas na inserção no mercado de trabalho e determinantes para o seu sucesso profissional. As características determinantes para a produtividade e emprego

realçadas são a persistência e a perseverança, a disciplina, a ambição, a capacidade de trabalhar em equipa e de liderar equipas. Nesta ótica, só quem é disciplinado e perseverante faz formação profissional que contribui para a melhoria da sua vida profissional e para a produtividade das empresas. Por isso, como a autora afirma,

[...] para este doutorado em Economia as políticas de requalificação profissional dirigidas a adultos, como o programa *Novas Oportunidades*, são pouco eficazes, na medida em que não conseguirão alterar as tais capacidades não mensuráveis que deviam ter sido adquiridas na infância e que serão determinantes no desempenho profissional.

6. *Posições ideológicas*

Do ponto de vista apresentado, para que a educação funcione como fator de mobilidade social são determinantes a educação e as condições de aprendizagem proporcionadas na infância. Ora, neste estudo a educação e a formação são analisadas unicamente numa perspetiva funcional subordinada aos interesses do mercado de trabalho e, ainda assim na nossa opinião, de forma bastante redutora.

Aceitando este ponto de vista, ou seja, que a formação profissional em termos de melhoria da vida profissional e da produtividade das empresas só é eficaz no caso de indivíduos adultos que já possuem as tais características favoráveis à empregabilidade, questiona-se se a educação informal que os indivíduos fazem ao longo da vida estará a contribuir para esbater a diferença entre classes sociais ou, antes pelo contrário, acentua as discrepâncias.

Na sequência deste raciocínio, a INO, que surge neste artigo unicamente associada à formação de adultos e apresentada como exemplo de uma política de requalificação profissional, é considerada por Paulino Teixeira pouco eficaz no que respeita ao seu contributo para o desenvolvimento económico e melhoria da vida profissional.

Artigo LII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a um domingo, 17.05.2009, cujo autor é a jornalista Manuela Teixeira. Surge na página 26 (em 56), na secção *Economia*. Tem 394 palavras, incluindo títulos e caixas de texto e ocupa cerca de quatro quintos da área da página. O antetítulo e o título destacam a convicção do primeiro-ministro do XVII Governo na relação entre qualificação e empregabilidade. O subtítulo mostra que se aproximam as legislativas e revela a intenção de José Sócrates manter a INO, mas revela também algum atrito na relação com os jornalistas. A foto mostra José Sócrates a entregar um diploma a uma pessoa adulta na cerimónia em que esteve presente em Penafiel e que é aqui tema da notícia.

O artigo possui duas caixas de texto: a primeira é uma frase do primeiro-ministro revelando a sua satisfação com a entrega dos diplomas e a segunda apresenta “+ pormenores”; são eles, (a) a presença da ministra da Educação na cerimónia, ainda que não tenha usado da palavra, como o autor sublinha; (b) o atraso na chegada de José Sócrates a Penafiel e o seu pedido de desculpas; e (c) a sinalização da crise que afeta o Vale do Sousa.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a cerimónia de entrega de diplomas do 9º e do 12º anos a adultos que concluíram a sua escolaridade no contexto da INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são José Sócrates, primeiro-ministro do XVII Governo Constitucional e Noémia Luís uma adulta que recebeu, nesta cerimónia, o diploma do 9º ano e que representou os 84 “alunos” presentes. Como atores secundários surgem o presidente da Associação Empresarial de Penafiel em cuja sede decorreu a cerimónia e Maria de Lurdes Rodrigues, ministra da Educação, presente na cerimónia.

4. *Linguagem e retórica*

O autor noticia a forma como decorreu a cerimónia de entrega de diplomas a adultos que fizeram formação no âmbito da INO recorrendo com frequência ao discurso do primeiro-ministro no evento. De Noémia Luís apenas apresenta os versos que esta recitou na cerimónia.

Apesar de a solicitação de José Sócrates aos jornalistas para que estes se cingissem ao tema da cerimónia ter sido feito no final do evento, a notícia começa por relatar esta situação; as formas verbais utilizadas, “José Sócrates limitou ontem as perguntas [...], avisou o primeiro-ministro [...], exigindo um compromisso dos jornalistas de que não seria abordada qualquer outra questão. Designadamente o caso Freeport”, mostram que a solicitação foi interpretada como uma advertência aos jornalistas.

A autora destaca também, em caixa de texto, o facto de a ministra da Educação ter estado presente, mas não ter discursado.

5. *“Estratégias discursivas”*

A ênfase do artigo é colocada em três aspetos: (a) o melindre na relação com os jornalistas; (b) a empatia de José Sócrates com os adultos presentes na cerimónia, mostrando partilhar da sua alegria e elogiando a “coragem e a dedicação” dos que aproveitaram a INO para regressar aos estudos; e (c) o compromisso eleitoral do primeiro-ministro de manter a INO, apresentando como motivos a sua convicção na questão do aumento das qualificações ser a melhor forma de combater o desemprego e de a INO ser um dos programas mais adequados para melhorar o défice de qualificação do país.

6. *Posições ideológicas*

O artigo apresenta o ponto de vista do primeiro-ministro sobre o papel da formação enquanto forma de qualificação: por um lado é encarada como responsabilidade de cada indivíduo na luta contra o desemprego, e por outro lado, é vista como uma forma de melhorar o défice de qualificação do país, resposta que é dada em termos de política educativa do seu Governo, designadamente pela INO.

Artigo LIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia/reportagem*—publicado no jornal Expresso, a um sábado, 27.06.2009, e o seu autor é a jornalista Isabel Leiria que até à data escrevia regularmente sobre educação no PÚBLICO. Ocupa duas páginas, 20 e 21, e surge na secção *Destaque*. O artigo tem 2555 palavras, incluindo títulos e caixas de texto e contém uma foto de um dos adultos inscritos no curso de Educação e Formação de Adultos (EFA) de Serviço de Mesa e Bar, “servindo um Porto de honra a colegas que acabaram de receber o diploma do 12º ano”. O título diz que a meta que o XVII Governo estabeleceu aquando da criação da INO, certificar um milhão de adultos até 2010, era ambiciosa; o subtítulo, que funciona como uma espécie de entrada do artigo, destaca o ponto de vista dos Centros de Formação e a perspetiva do diretor da ANQ sobre o cumprimento dessa meta; os primeiros falam em “pressão” e o último em possibilidade. Na parte central do artigo surge uma coluna que destaca três resultados numéricos: (a) a meta estabelecida no eixo Adultos e os valores a atingir por via quer dos processos de RVCC e dos cursos EFA; (b) o número de adultos certificados desde 2001, destacando o aumento significativo no ano 2007; (c) o número de adultos que possuía baixa qualificação em 2001. Em caixa de texto, com título *Prós e Contras*, ocupando a mesma coluna, são salientados dois aspetos positivos e dois aspetos negativos relativos ao eixo Adultos da INO.

O artigo contém uma parte de reportagem que é destacada atribuindo-lhe títulos; estes dão relevância a uma parte da população marginalizada, os sem-abrigo: “Sem-abrigo regressam à escola”, e às aprendizagens não formais realizadas por estas pessoas ao longo da vida.

Ainda em coluna, na segunda página, encontra-se um conjunto de perguntas e respostas, intitulado P&R, sobre o processo de qualificação e certificação de adultos no âmbito da INO.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) as metas do eixo Adultos da INO, (b) a qualidade dos processos de formação e certificação de adultos no âmbito da INO, e (c) o papel da INO na reintegração social de adultos.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XVII Governo, representado por José Sócrates; (b) Luís Capucha, na qualidade de diretor da ANQ; (c) Roberto Carneiro, referido como coordenador do grupo “a quem foi pedida” a primeira avaliação externa à INO (c) Pedro Carlos, coordenador operacional do CNO da Escola Marquês de Pombal; (d) a SAOM, instituição de assistência social “que se dedica à integração das pessoas que ‘ninguém quer’; (e) Luísa Neves que representa a SOAM e é coordenadora do CNO do Agrupamento de Escolas de Miragaia; (e) Paulo Vilar, personagem secundário na reportagem a quem a SOAM prestou ajuda

e a quem a autora refere pelo nome próprio; (f) Fernando Leitão personagem principal da reportagem, ex. sem-abrigo, a frequentar um curso EFA de Serviço de Mesa e Bar promovido pela SAOM, a quem a autora dá voz e também refere pelo nome próprio; (g) o pai de Fernando Leitão com quem este tinha discussões aceras; (h) o filho de Fernando Leitão que o vê agora como “novo”; e (i) José Morgado, “do Instituto Superior de Psicologia” que emitiu uma opinião classificada como negativa na caixa de texto intitulada *Prós e Contras*.

4. *Linguagem e retórica*

A autora apresenta as metas estabelecidas no eixo Adultos da INO como ambiciosas e quase inalcançáveis. Na primeira parte do artigo é dado mais protagonismo a Luís Capucha. Este cria uma imagem bastante positiva do eixo Adultos da INO, transformando o problema do cumprimento das metas numa questão de contabilidade e de manutenção da procura. Isabel Leiria intercala a argumentação de Luís Capucha com um discurso de José Sócrates; este último sublinha a necessidade que o país tem de qualificação das pessoas e o facto de a INO ser uma resposta à medida do problema realçando também que se trata de uma questão de justiça social.

Os dois coordenadores de CNO que intervêm na primeira parte do artigo, refletindo sobre as práticas dos CNO que lideram, apresentam o seu ponto de vista sobre a qualidade dos processos de certificação e sobre a alegada pressão da tutela para certificar. O recurso à citação é frequente.

Na segunda parte do artigo a autora coloca em primeiro plano a SAOM, representada por Luísa Neves que é também coordenadora de um CNO. A jornalista dá destaque quer ao ponto de vista de Luísa Neves, sobre o papel da associação e do CNO na integração e formação de pessoas que foram assistidas pela SAOM, quer ao de dois adultos, Paulo Vilar e Fernando Leitão, que foram ajudados pela SAOM e que se encontram em formação no CNO.

A SAOM é apresentada como uma instituição que ajuda a “começar do zero” pessoas que “abandonaram os estudos cedo” e “perderam o pé”. O passado destas pessoas é ligado à criminalidade, consumo de álcool, drogas e toxicodependência, a mendigar, a desestruturas familiares e a exclusão social. O presente está relacionado a formação, regresso à escola, aprendizagem, diplomas, novo, estabilidade, integração total na sociedade, e emprego. Os cursos EFA assumem um papel fundamental neste processo de reintegração social e profissional dos adultos acolhidos pela SAOM.

Uma última parte do artigo dirige-se a um público adulto, pouco escolarizado, e pouco esclarecido sobre as oportunidades de aumentar as qualificações escolares e profissionais no âmbito do eixo Adultos da INO. Está redigido numa linguagem bastante clara e de forma muito pragmática. Trata-se de sete perguntas e respostas, dizendo as três últimas respeito aos processos de RVCC.

Os aspetos positivos referidos em caixa de texto sublinham a resposta da INO no aumento e na diversificação de vias de qualificação, como forma de melhorar o défice de qualificação da população adulta portuguesa e a valorização das aprendizagens não formais. A autora usa o peso da autoridade de José Morgado para sublinhar alguns aspetos negativos, designadamente a questão sobre a confusão entre certificação e qualificação que é feita, no entender deste ator, por responsáveis da INO, dando, por isso, alguma razão a quem afirma que “o Novas Oportunidades se tornou um ‘embuste’ que apenas visa melhorar as estatísticas”. Esta caixa de texto, em certa medida, sintetiza as preocupações levantadas pelos intervenientes neste texto e as realizações conseguidas no âmbito do eixo Adultos da INO.

5. *Estratégias discursivas*

Ora, como o artigo mostra, nomeadamente em caixas de texto, as metas estabelecidas pelo XVII Governo foram associadas quer a pressões da tutela sobre os CNO no sentido de acelerar os processos de certificação, quer a interpretações relacionadas com finalidades estatísticas que visam a melhoria do posicionamento de Portugal nas comparações internacionais, quer também com a perda de qualidade dos processos de formação e qualificação de adultos. Estes aspetos são debatidos pelos diversos atores ao longo do texto.

A primeira parte do artigo contém uma espécie de entrevista a dois atores, Luís Capucha e dois coordenadores de CNO, Pedro Carlos e Luísa Neves. Ao primeiro, é dada a oportunidade para esclarecer como é possível qualificar e certificar um milhão de adultos, até final de 2010, sem detrimento dos processos de formação e qualificação. Apresentadas as contas, este ator, usando o peso da sua própria autoridade, antecipa um dos resultados da avaliação externa à INO—“o nível de satisfação dos inquiridos é ‘surpreendentemente alto’”—, a que a autora confere credibilidade referindo o coordenador do grupo de avaliação; destaca a “carta de qualidade da Agência Nacional de Qualificações” como um documento de referência que todos os CNO cumprem e realça a adesão à INO: “Criou-se um movimento social que levou as pessoas a inscreverem-se em grupo, através das empresas, das juntas de freguesia e das câmaras. As pessoas começaram ver que estes processos funcionam”, afirma, e argumenta ainda sobre a celeridade dos processos de RVCC em comparação com o tempo de realização de uma certificação no ensino regular.

Esta perspetiva de Luís Capucha é justaposta à perceção de dois coordenadores de CNO. Para Pedro Carlos, a pressão para atingir as metas existe e é exercida pela via financeira, embora sejam os próprios centros “que se comprometem a diplomar um certo número de adultos quando apresentam a sua candidatura às verbas”. Contudo, do ponto de vista deste coordenador, a questão principal “é saber como se cumprem as metas sem pôr em causa a qualidade”, e acrescenta que no centro que dirige elas são atingidas à custa de muito trabalho fora de horas

por parte dos técnicos e formadores, pois “o sistema não é o ideal”, o público-alvo é muito diversificado, afirma.

Para Luísa Neves, os centros “cresceram como cogumelos, sem que houvesse técnicos preparados em número suficiente”. Mas, “certificação ao desbarato” ou “facilitismo” como a autora diz, “ninguém aponta o dedo, nem assume que tal aconteça na própria ‘casa’”, mas “não há quem não tenha já ouvido falar”.

Dos resultados da avaliação externa revelados por Luís Capucha, Isabel Leiria sublinha a relação da formação com a empregabilidade em termos de promoção salarial, reclassificação na carreira, acesso a um emprego mas ressalva que no mínimo a INO funciona como melhoria da autoestima.

Na segunda parte do artigo, a jornalista destaca o papel da formação de adultos, designadamente a formação mediante a modalidade de um curso EFA, na integração social de adultos que foram sem-abrigo antes da ajuda da SAOM, ressaltando os seguintes aspetos:

- O abandono escolar como o início de caminho em direção à exclusão social;
- Os contextos familiares e de vida desestruturada de dois adultos auxiliados pela SAOM;
- O papel da SAOM na ajuda a adultos sem-abrigo;
- A liderança comum do CNO do Agrupamento de Escolas de Miragaia e da instituição social SAOM;
- A valorização das aprendizagens não formais adquiridas ao longo da vida por adultos ainda que em situações marginais;
- O papel do processo de RVCC escolar de equivalência ao 6º ano como forma de aceder a um curso EFA de 9º ano;
- As aprendizagens adquiridas num curso EFA;
- A perceção favorável de Luísa Neves sobre a qualidade e o grau de exigência da formação proporcionada pela SAOM;
- Os efeitos da formação na melhoria da autoestima destes adultos ajudados pela SAOM e o sentimento de abertura de uma nova perspetiva de vida em termos pessoais e profissionais;

Fernando, que agora aprende com dificuldade o inglês que nunca soube e a matemática de que até passou a gostar, está disposto a agarrar esta oportunidade. Sabe que se quer “vir a ser alguém” tem de estudar mais. Só depois poderá conseguir um futuro profissional que lhe garanta mais do que os 390 euros que recebe de apoio social, 112 dos quais vão para a renda da casa que nem casa de banho tem.

A última parte do artigo é claramente uma forma de publicitar a INO, sem incluir a perspectiva de propaganda.

6. *Posições ideológicas*

O artigo contribui para a construção de uma imagem positiva da INO no eixo Adultos, ainda que a questão do cumprimento das metas estabelecidas surja como uma ameaça real à qualidade dos processos de formação e de qualificação.

Ao apresentar a perspectiva do diretor da ANQ e de dois coordenadores de CNO a autora procurou assumir um ponto de vista neutro. De facto, se em termos da questão das metas e da qualidade dos processos o conseguiu, já no que respeita à INO enquanto política de formação e de qualificação de uma população adulta pouco escolarizada e de combate às desigualdades sociais, a sua posição foi bastante favorável essencialmente pelo papel da vertente da dupla certificação dos cursos.

Artigo LIV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma sexta-feira, 10.07.2009, e o seu autor é a jornalista Romana Borja-Santos. Surge na página 8 (em 44), na secção *Portugal*; contem 374 palavras, incluindo o título e ocupa cerca de um quinto da área da página. O título refere o fraco impacto da INO no mercado, mas tem implícita a pressuposição de que esta terá efeitos na economia. A entrada destaca dois resultados a que chegou a equipa da avaliação externa da INO: um deles a respeito do impacto nas empresas que diz só ter efeitos a médio prazo e o outro prende-se com a perceção das pessoas que obtiveram uma certificação no âmbito da INO as quais assinalam a valorização pessoal como o maior benefício resultante da formação obtida no âmbito da INO. Nem o título nem a entrada do artigo referem o facto de a notícia dizer respeito apenas à vertente dos adultos.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é as conclusões da avaliação externa do eixo Adultos da INO.

3. *Os agentes*

O agente apresentado no artigo é Roberto Carneiro, personalidade com elevado capital cultural, político e social, coordenador da equipa que realizou o estudo externo ao eixo Adultos da INO e apresentado pela autora, também, como “investigador e antigo ministro da Educação (no Governo de Cavaco Silva)”. A Universidade Católica, instituição de referência em Portugal, surge como entidade promotora do estudo.

4. *Linguagem e retórica*

Em primeiro lugar é de assinalar que a jornalista revela conclusões do estudo que só nesse dia seria apresentado oficialmente, como a própria faz notar, confirmando assim a capacidade da imprensa jornalística antecipar os acontecimentos. Para o efeito recorre ao coordenador do estudo que cita com frequência.

O artigo apresenta as conclusões de um estudo sobre o eixo Adultos da INO, embora não referira que se trata de uma avaliação e que se reporta unicamente ao eixo Adultos. Ainda que comece por nomear os problemas identificados no estudo, a autora destaca por duas vezes o “balanço muito positivo” feito por Roberto Carneiro. Também, na apresentação deste ator a jornalista procura mostrar que se trata de revelar conclusões de um trabalho realizado por um investigador e antigo ministro da Educação do Governo de Cavaco Silva, aspetos estes que conferem maior credibilidade aos resultados obtidos, pois mostram o carácter científico do estudo coordenado por uma figura pública conhecedora dos problemas do país e em particular da Educação e a sua independência política relativamente ao XVII Governo.

O impacto da formação e da qualificação na economia, por via da utilização da melhoria das qualificações dos seus trabalhadores, é um aspeto enfatizado no artigo.

5. *Estratégias discursivas*

A autora divulga conclusões preliminares da avaliação externa ao eixo Adultos da INO destacando predominantemente os aspetos relacionados como impacto da INO nas empresas e a nível profissional. Assim, refere:

- Três aspetos negativos: “Demasiado tempo de espera, horários difíceis de compatibilizar com a vida pessoal e pouco impacto a nível profissional”;
- A dificuldade das empresas reconhecerem o “esforço” dos trabalhadores;
- A importância que deveria ter para as empresas os novos conhecimentos adquiridos pelos trabalhadores no âmbito da INO, designadamente em TIC, aspeto fundamental numa economia do conhecimento;
- O reflexo nas empresas da melhoria da autoestima dos trabalhadores certificados pela INO;
- A necessidade de “investir mais na certificação”.

A qualidade dos processos de formação é um assunto levantado pela autora sob a forma de “alegado ‘facilitismo’”. Na opinião de Roberto Carneiro, a novidade que a INO trouxe ao valorizar as aprendizagens não formais e informais, ou seja, ao valorizar a “experiência pessoal de cada um” mostrando que “Há uma pluralidade de vias para chegar às mesmas coisas”, explicam a ideia de facilitismo construída em redor da INO. Esta ideia de “facilitismo” acaba por ser refutada também pela autora quando afirma que “o balanço é muito positivo: 80 por cento dos que completarem o programa consideram que o ensino é igual ou melhor que o regular”.

O texto termina com um balanço quantitativo do número de CNO e do número de inscritos, mostrando valores muito próximos das metas estabelecidas.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o artigo contribui para a construção de uma imagem positiva da INO, ainda que unicamente associada ao eixo Adultos. O ponto de vista dominante enfatiza claramente uma visão neoliberal da educação, isto é, como instrumento de melhoria dos recursos humanos na perspetiva da eficácia e eficiência das empresas, devendo, neste sentido, a aquisição de conhecimentos e de competências adquiridas e validadas através da INO refletir-se no esperado impacto no mercado e na economia.

Artigo LV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 11.07.2009, e o seu autor é a jornalista Romana Borja-Santos que escreve o artigo em parceria com a agência Lusa. Surge na página 8 (em 40), na secção *Portugal*; tem 235 palavras, incluindo o título e a caixa de texto, e ocupa dois terços de uma coluna. O título mostra divergências entre os Partidos da oposição e o XVII Governo relativamente à INO. A caixa de texto mostra a opinião da ministra da Educação relativamente a um dos problemas identificados pela avaliação externa ao eixo Adultos da INO o qual se prende com os efeitos da INO na economia.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a reação da ministra da Educação e dos Partidos da oposição às conclusões a que chegou a equipa da primeira avaliação externa do eixo Adultos da INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) Maria de Lurdes Rodrigues, ministra da Educação do XVII Governo; (b) Roberto Carneiro, coordenador da equipa que realizou o estudo, referido também como “antigo ministro da Educação de Cavaco Silva” o que mostra que se trata de uma avaliação independente e coordenada por uma figura pública com elevado capital social, político e cultural e, além, disso conhecedora dos problemas da Educação e do país; (c) o PSD, o BE e o CDS-PP, identificados como “a oposição” que “insiste nas críticas”; e (d) a Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação que emite opinião sobre a INO.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo refere a reação da ministra da Educação ao problema do fraco impacto da INO (eixo Adultos) “ao nível do emprego”, mas esta opinião não é suficientemente aprofundada de modo a perceber se se trata do ponto de vista dos efeitos nas empresas ou se do ponto de vista dos efeitos na empregabilidade ou na progressão profissional do adulto que se certificou no âmbito da INO.

A ministra da Educação é a protagonista. Alguns partidos da oposição ainda têm voz neste artigo mas, para além do facto do espaço que lhes é reservado ser bastante diminuto (15% do texto), quer o título, com o recurso à partícula *mas*,—“Oposição critica mas Governo alarga Novas Oportunidades”—quer a forma como é feita a introdução à voz destes agentes—“Apesar de a avaliação [...] ser globalmente muito positiva, a oposição insiste nas críticas”—desvaloriza a sua opinião. A opinião emitida pela Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação é extremamente vaga e vazia de conteúdo, pelo que mostra apenas que existe um desacordo.

A autora recorre a citações curtas dos vários intervenientes.

5. *Estratégias discursivas*

Na divulgação da reação da ministra da Educação às conclusões do estudo realizado sobre o eixo Adultos da INO, a autora destaca:

- A confiança da ministra da Educação nos efeitos da INO na empregabilidade: “com ‘tempo’ o programa gerará efeitos ao nível do emprego”, diz a ministra;
- A intenção da ministra “aproveitar a rede de escolas e centros de formação” para dar resposta à procura que considera “absolutamente extraordinária”;
- A abertura de mais 50 CNO como consequência do “sucesso da INO”;
- O significado que a ministra faz dos elevados níveis de adesão dos adultos à INO;
- A rejeição dos “envolvidos e dos avaliadores” na avaliação da INO às críticas de “facilitismo”;
- O número de inscritos desde 2006 e a média de inscrições por mês.

Acerca da reação da oposição a autora refere que o PSD e o BE consideram a INO “propaganda” e as preocupações do CDS-PP relativamente à capacidade da INO responder às necessidades da economia do conhecimento: “o CDS-PP questiona se a formação está a ser direccionada para as necessidades do mercado”.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o artigo contribui para a ideia de que a INO, identificada neste texto apenas com o eixo Adultos, há de ter efeitos “ao nível do emprego”, ainda que não seja claro este conceito. A perspetiva dominante é a do XVII Governo; a visão apresentada quer do lado da tutela quer da oposição enfatiza uma visão neoliberal da educação, isto é, enquanto instrumento para a empregabilidade, aquisição de conhecimentos com impacto no mercado e na economia.

Artigo LVI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Expresso, a um sábado, 11.07.2009, e o seu autor é a jornalista Isabel Leiria. Surge na página 17, na secção *Educação*; tem 303 palavras, incluindo o título e a entrada do artigo, e ocupa cerca de um sexto da área de uma página. O título está escrito pela negativa e expressa a ideia que o rigor da INO é que seria necessário avaliar. A entrada confirma a incompletude do estudo que refere e sublinha uma das metas a alcançar no âmbito do eixo Adultos.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a primeira avaliação externa ao eixo Adultos da INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais que surgem no artigo são: (a) José Sócrates, primeiro-ministro do XVII Governo que lançou o programa Novas Oportunidades; (b) o XVII Governo; (c) o grupo de investigadores que realizou a avaliação externa da INO, forma de referência que define as conclusões chegadas por esta equipa como resultados de uma investigação científica; (d) a Universidade Católica entidade a que está ligado o grupo; (e) Roberto Carneiro, coordenador da equipa que realizou o estudo; (f) um elemento do grupo de investigadores cujo nome não é referido; e (g) jornalistas que questionaram o grupo de investigadores na sessão de apresentação dos resultados.

4. *Linguagem e retórica*

A autora apresenta, apenas na parte final do artigo, algumas das conclusões a que o grupo chegou, realçando o facto de se tratar de perceções das próprias pessoas, ou seja dos adultos que obtiveram uma certificação no âmbito da INO. Em primeiro lugar, a autora mostra o seu desapontamento perante os objetivos do estudo, em nome dos “muitos” que se perguntam se o programa é “rigoroso ou facilitista” (o neologismo é da jornalista). Mas esta impressão, de expectativa fracassada, predomina ao longo do artigo; ela está presente, nomeadamente, na forma como a autora refere o cumprimento das metas, pois frisa a necessidade de qualificar “mais de mil por dia daqui para a frente, se o Governo quiser ainda atingir esta meta no prazo definido”. O desapontamento, de certa forma, é também manifestado pela referência à verba que o grupo iria receber resultante da avaliação efetuada, “perto de 1 milhão de euros da Agência Nacional de Qualificações para fazer a primeira avaliação externa do programa”.

A autora recorre a uma citação de Roberto Carneiro e a outra de um outro elemento do grupo de investigadores.

5. *Estratégias discursivas*

No artigo Isabel Leiria mostra que uma das preocupações dos jornalistas presentes na sessão de apresentação da avaliação da INO foi procurar esclarecer qual, ou quais, o(s) objetivo(s) do estudo efetuado, na tentativa de perceber se o rigor e a qualidade foram contemplados. A autora destaca o esclarecimento de Roberto Carneiro aos jornalistas, mas salienta também a argumentação apresentada por um dos elementos do grupo, que tenta desvalorizar a questão do rigor e da qualidade: “Não é nossa função fazer de juízes e dizer se é bom ou mau. Somos uma entidade científica que mede o que existe”.

Ainda que a autora refira que este estudo se prolongará por mais dois anos e meio, este aspeto não assume qualquer relevância ao longo do texto.

Das conclusões a que o grupo de avaliação externa da INO chegou, a autora destaca as seguintes:

- Os adultos que melhoraram as suas qualificações académicas fizeram maioritariamente através de um processo de RVCC;
- Principalmente ao nível da realização pessoal, os adultos fazem um balanço positivo;
- Os adultos sentem que efetuaram novas aprendizagens “em particular na capacidade de comunicação, no uso das novas tecnologias e no “aprender a aprender”;
- Os adultos “lamentam que essa qualificação não se reflecta numa valorização em termos profissionais” pois as empresas não reconheceram essa melhoria de qualificações e mostra que de 2008 para 2009 aumentou a percentagem de adultos que sentem este facto.

6. *Posições ideológicas*

O artigo contribui para a ideia de que a INO, no que respeita ao eixo Adultos, não foi avaliada em aspetos que a própria Isabel Leiria considera fundamentais, uma vez que são questões levantadas no espaço público por “muitos”, como sejam o rigor e a qualidade, procurando, assim, como jornalista, dar eco a estas vozes.

“Rigorouso ou facilitista? É a questão que muitos colocam quando se fala do programa Novas Oportunidades [...]”

A INO é identificada apenas com o eixo Adultos.

Artigo VII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a uma terça-feira, 04.08.2009, e o seu autor é Carlos Sampaio, leitor do jornal. Surge na página 30 (em 32), na secção “Cartas ao Director”; tem 333 palavras, ocupa uma pequena faixa por debaixo do editorial do jornal (assinado por José Manuel Fernandes). Contém uma pequena foto de um painel cinzento que tem inscrito o termo “NOVAS OPORTUNIDADES”. É a única carta de leitor publicada neste dia nesta secção do jornal. O título é curto, “Sempre novas oportunidades”, e tem implícita uma apreciação negativa.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a qualidade das aprendizagens efetuadas no âmbito das vias proporcionadas pela INO. Como temas secundários surgem: (a) a 4ª classe “das antigas”, (b) o acesso ao ensino superior, e (c) o ensino superior.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são indivíduos que o autor refere utilizando os termos “o pessoal” ou “a malta”. Como agentes secundários surgem os professores.

4. *Linguagem e retórica*

O autor utiliza uma linguagem informal. Usa cinco vezes o termo “4ª classe”, pois a “4ª classe das antigas” é a sua referência em termos de aprendizagens numa escolaridade obrigatória. À INO associa termos como: “atalho”, “atalhar”, “desencalhar o pessoal”, “injustiça”, “menos trabalho”, “diversificação de curricula”, “diferentes níveis de exigência”, “facilitismo absoluto”, “facilidades”.

5. *Estratégias discursivas*

O autor diz que a INO é um atalho para chegar ao mesmo resultado que é obter uma “qualificação profissional oficial” ou “prosseguir os estudos” e por isso não a considera uma alternativa. Considera a formação proporcionada pela INO de “facilitismo absoluto” visto, na sua opinião, servir apenas para “desencalhar o pessoal”. Contudo, aceita-a desde que não permita as mesmas saídas profissionais ou o prosseguimento de estudos superiores. Noutros termos, o autor equipara a INO aos procedimentos que, na sua perspetiva, eram dados aos alunos que “antigamente” frequentavam a 4ª classe e “não conseguiam assimilar o programa mínimo, andavam lá até ao limite de idade e eram aprovados por favor”, “apenas para poderem tirar a carta de condução”, como afirma.

De entre as suas preocupações realçam-se as seguintes:

- a possibilidade de no ensino superior também poderem vir a ser criadas “licenciaturas NO, concluídas em 6 meses e não muito complicadas”;
- o efeito que a INO poderá ter no país por induzir a sociedade a esperar sempre novas facilidades;
- o “choque” que as pessoas virão a sofrer quando tiverem de fazer o que o autor considera “formação” realizada com esforço.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume um ponto de vista crítico da INO. Na sua opinião esta é um atalho para obter uma certificação de forma fácil e mais rápida, permitindo, sob pena sua, à semelhança do 12º “normal, tirado a sério e com esforço”, prosseguir estudos. Assim, do seu ponto de vista, a diversificação de percursos tem de implicar necessariamente a diversificação de saídas.

Por outro lado, o autor sobrevaloriza a dimensão cognitiva na formação da pessoa ao considerar que são necessários atalhos para “Alguns, poucos, que não conseguiam mesmo assimilar o programa mínimo, andavam lá até ao limite da idade [...]”, que necessitam de obter a escolaridade obrigatória para poderem ter acesso a certos serviços valorizados socialmente: “E encontrou-se um atalho chamado ‘novas oportunidades’ para desencalhar o pessoal. Se for análogo aos que ‘faziam’ a 4ª classe com 14 anos, apenas para poderem tirar a carta de condução, talvez se entenda”.

Artigo LVIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a uma segunda-feira, 10.08.2009. O seu autor é Graça Mota, leitora do jornal. Surge na página 30 (em 32), na secção “Cartas ao Director”, tem 404 palavras, ocupa uma pequena faixa a seguir ao editorial do jornal (assinado por José Manuel Fernandes) e ao lado de outra carta de menores dimensões. A utilização, uma única vez, de “(..)” indica que o texto original sofreu uma truncagem para fins de publicação no jornal. O título, igual ao da uma carta de outro leitor publicada neste mesmo jornal no dia 04.08.2009 que também integra o *corpus* da pesquisa, dá, desde logo, a ideia de que a leitora vai de algum modo relacionar o seu texto com o dessa carta.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo são os processos de RVCC no âmbito da INO, apesar desta designação não ser utilizada pela autora.

3. *Os agentes*

O ator principal neste texto é o autor da carta publicada no dia 04.08.2009 cujo conteúdo despoletou este artigo de Graça Mota. São referidos os adultos que se inscreviam na INO, aqui também associados ao “povo trabalhador e pagador”, os formadores da INO nos processos de RVCC e uma pequena elite da sociedade a quem a autora se refere como “os grandes senhores dos negócios ou dos cargos políticos” e que são vistos por si como os destinatários dos “facilitismos”.

4. *Linguagem e retórica*

A autora utiliza uma linguagem informal. Não utiliza recursos estilísticos, senão uma vez. Não se refere aos procedimentos regulamentares pelos seus nomes específicos, como sejam, por exemplo, RVCC, dossiê pessoal ou portefólio reflexivo de aprendizagem.

Recorre ao seu caso pessoal para responder ao conteúdo da carta do outro leitor que denigre a INO. Apresenta-se como uma técnica administrativa que se considerava subcertificada; apesar de só ter o 9º ano, fez formação contínua com pessoas licenciadas que sabiam muito menos que a autora da área administrativa, segundo afirma. Viu na INO a oportunidade de concluir o 12º ano e assim fez.

A autora interpretou as afirmações daquele outro autor da carta, que refere pelo nome e localidade, como dizendo respeito especificamente à formação de adultos particularmente aos processos RVCC, pelo que se debruça unicamente sobre estes processos, apesar de nunca referir a sua designação.

5. *Estratégias discursivas*

Em defesa dos processos de RVCC, no âmbito da INO, a autora destaca os requisitos necessários à integração de um adulto, ressaltando a exigência na obtenção de “créditos mínimos” para ser admitido “a júri”:

- “saber ler e escrever”; não apenas no sentido literal, pois, como afirma, é necessário redigir um texto com um mínimo de 50 páginas, referindo-se certamente à construção do portfólio reflexivo de aprendizagem;
- “ter pelo menos três anos de carreira profissional”;
- possuir capacidades em “diversas áreas” para poder elaborar a sua história de vida, na qual é apenas orientado pelos formadores.

A autora procura, assim, demonstrar que estes processos são exigentes e não se tratam de “facilitismos” como disse o autor da carta de 04.08, que “certamente só dá valor a ‘canudos’ e não à experiência que cada um adquire na vida profissional”, como afirma.

Graça Mota destaca também aspetos relevantes da sua história de vida. De novo, para mostrar o grau de exigência da INO, diz que teve “muitas dificuldades em concluir os requisitos exigidos”, apesar de demonstrar “muita facilidade de escrever” e saber mais do seu ofício que outras pessoas licenciadas com quem fez formação contínua, afirma.

Como o autor da carta a que procura responder (datada de 04.08.2009) se refere a estudantes universitários que “andam lá por andar” a autora deste artigo considera que não tem comparação possível o esforço que os adultos fazem na INO em relação “aos que andam nas universidades a fazer uma cadeira em cada ano”; estende este seu argumento a muitos alunos do ensino secundário que apesar de terem de realizar exames globalmente esforçam-se menos.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente a autora assume um ponto de vista favorável do eixo Adultos, designadamente dos processos de RVCC. Na sua opinião, estes processos exigem esforço por parte dos adultos o que, do seu ponto de vista, nem sempre acontece no ensino secundário e nas universidades, pelo que é injusto perante os primeiros e perante formadores da INO desvalorizar socialmente a INO, acusando-a de facilitismos. Remata o artigo mostrando uma perceção de sociedade dividida que engloba “o povo trabalhador e pagador” que se esforça para conseguir bens ainda que culturais ou escolares, e “os grandes senhores dos negócios ou dos cargos políticos” que apesar de não necessitarem são, por norma, os destinatários dos “facilitismos”.

Artigo LIX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 12.12.2009, e o seu autor é a jornalista Bárbara Wong. Surge na página 10 (em 40), na secção *Portugal*. Contem 241 palavras, incluindo o título e ocupa uma faixa horizontal situada a meio da página com uma área equivalente à de uma coluna. O título “Governo alarga Novas Oportunidades aos empresários”, destaca uma medida que o XVIII Governo pretende tomar no âmbito do eixo Adultos da INO.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a divulgação das medidas que os XVII e XVIII Governos tomaram ou as que este último pretende tomar no âmbito do eixo Adultos da INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são: (a) o XVIII Governo Constitucional; (b) Luís Capucha, presidente da ANQ; e (c) Maria do Carmo Gomes, vice-presidente da ANQ.

4. *Linguagem e retórica*

A autora divulga algumas medidas que os Governos de primeiro-ministro José Sócrates tomaram e outras nas quais o XVIII Governo está a trabalhar no âmbito do eixo Adultos da INO, privilegiando a que tem como público-alvo especificamente os empresários das pequenas e médias empresas. A divulgação das várias medidas é sempre feita com o suporte das afirmações do presidente e da vice-presidente da ANQ; o ponto de vista que apresenta é destes atores.

O texto contém algumas imprecisões linguísticas: a frase que se segue ao anúncio do reforço de mais avaliadores externos com vista a acelerar os processos de validação das aprendizagens no âmbito dos RVCC, “De recordar que o projecto prevê a certificação inicial e promover a aprendizagem ao longo da vida”, além de estar incorretamente construída não é claro o seu significado; trata-se de chamar a atenção para a existência de outras modalidades de formação de adultos que estão para além dos processos de RVCC?

Quando a autora menciona o número de pessoas inscritas e certificadas, há dois aspetos a salientar: a autora utiliza valores numéricos exatos no lugar de valores aproximados, “1.306.173 pessoas estão inscritas no programa” ou “329.838 foram certificadas” o que confere maior autenticidade aos dados e às medidas que divulga; não refere que se trata de dados respeitantes a adultos inscritos na INO; tal facto, depreende-se do texto onde a INO é identificada como o eixo Adultos.

5. *Estratégias discursivas*

A autora divulga duas medidas do Governo no âmbito do eixo Adultos da INO:

- O estabelecimento de parcerias com as Confederações patronais e com o IEFEP com vista à qualificação e certificação dos pequenos e médios empresários;
- o aumento do número de avaliadores externos que integram o júri dos processos de RVCC.

A primeira medida é justificada por Maria do Carmo Gomes da seguinte forma: (a) existência de um défice de formação certificada naquele tipo de empresários; (b) sentido de oportunidade, decorrente pelo facto de 70% das suas empresas já terem protocolos de cooperação “com o objetivo de certificar os seus funcionários”, mostrando assim, que estão recetivos; e (c) por este tipo de público-alvo sentir que têm o retorno desse investimento “do ponto de vista educacional”, ainda que não o sintam, em termos de “formação profissional”.

A segunda medida revela um maior investimento na certificação e é legitimada pelo facto da capacidade de resposta estar aquém da procura, como mostram os números apresentados pela autora: “[...] 1.306.173 pessoas estão inscritas no programa, mas só 329.838 foram certificadas”.

A questão sobre o rigor e a qualidade da INO é abordada no artigo. “Luís Capucha desvaloriza as críticas ao programa”, diz a jornalista. Aquele refere os autores de fraudes detetadas “indivíduos que vendiam portfólios”, já foram responsabilizados, e que as queixas que recebe dizem respeito ao facto do programa ser ‘muito exigente’.

No último parágrafo a autora anuncia a realização de um encontro “onde serão conhecidos os resultados de um estudo que revela a importância do projecto na vida das famílias dos participantes”.

6. *Posições ideológicas*

A autora divulga as medidas tomadas ou a tomar pelos XVII e XVIII Governos no âmbito do eixo adultos da INO apresentando os objetivos a alcançar na ótica da ANQ. A questão da certificação é enfatizada e apresentada como resposta prioritária a dar. A educação e certificação dos funcionários e a qualificação e certificação dos gestores das empresas são considerados aspetos fundamentais para a sua competitividade no mercado. A preocupação com o rigor e a exigência da INO também ocupa o seu lugar neste texto.

Artigo LX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Expresso, a um sábado, 12.12.2009. O artigo possui cerca de dois terços da área de uma coluna e insere-se num conjunto de notícias de pequena dimensão que, à semelhança deste artigo, também não estão assinadas. Surge na página 3 e tem 182 palavras, incluindo o antetítulo e o título. O antetítulo “Novas Oportunidades” remete para o assunto do texto e o título, ainda que não refira que se trata de adultos nem o processo em causa, destaca o número de adultos diplomados no âmbito da INO na modalidade de RVCC, “280 mil obtêm diploma”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo são os processos de RVCC no âmbito da INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) a ANQ, (b) o XVII Governo Constitucional, apresentado como “o último Governo de Sócrates”; e (c) Medina Carreira, personalidade com elevado capital cultural, político e mediático, apresentado como fiscalista.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo reporta-se unicamente à modalidade de RVCC. Todavia, este aspeto não é explícito e é alvo de confusão no próprio texto, como se pode verificar na seguinte passagem: “Apesar de ter sido lançado em 2001, o Novas Oportunidades ganhou novo fôlego com o último Governo de Sócrates, contando já com perto de 900 mil inscritos”. À parte a metáfora utilizada, a medida lançada em 2001 foi, como se sabe, o RVCC de 9º ano. Ora, este tipo de erros retiram credibilidade à notícia e ao seu autor, tanto mais que é publicada num jornal de referência. O facto de o título apresentar um número que é inferior ao número de diplomados no âmbito do eixo Adultos da INO sem referir que se trata apenas de certificados na modalidade RVCC denota, à partida, um possível enviesamento da informação.

5. *Estratégias discursivas*

O artigo divulga os seguintes dados sobre os processos de RVCC:

- O número (aproximado) de adultos inscritos e certificados;
- a equivalência ao 12º ano tornada possível a partir de 2007;
- o facto de o tempo médio de um processo de RVCC ter passado para o dobro (10 meses);
- o número de diplomados a alcançar por esta via a meta no âmbito da INO.

No último parágrafo do artigo é afirmado que Medina Carreira fez “duras críticas ao programa”, mas deste autor só é apresentada uma opinião não fundamentada traduzida por dois termos: “trafulhice” e “aldrabice”.

6. *Posições ideológicas*

O artigo não contribui para a credibilidade da informação prestada pela imprensa jornalística, pois divulga informação sobre os processos de RVCC com pouco rigor. A imagem da INO também não sai valorizada, particularmente devido à opinião emitida na parte final por Medina Carreira, apesar de não fundamentada.

Artigo LXI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado a uma sexta-feira, 15.01.2010, no suplemento do jornal Correio da Manhã designado *Primeiro Emprego*. O seu autor é Pedro H. Gonçalves. Surge como manchete deste Suplemento e contem 381 palavras, incluindo títulos e caixas de texto. Integra duas fotos; a maior é de uma sala onde se encontram adultos com idades diferentes sentados em carteiras dispostas em fila e apresenta em primeiro plano uma adulta, ainda jovem, a segurar um livro; a legenda desta foto é “Portugueses agarram segunda oportunidade para estudar”. A segunda foto é de José Sócrates, primeiro-ministro, sorridente e apontando numa determinada direção; a par desta foto está uma frase proferida por este ator: “O programa Novas Oportunidades realizou os objectivos que tínhamos em mente”. O antetítulo e o título no seu conjunto revelam que o balanço feito por José Sócrates sobre a INO, foi positivo; o termo utilizado foi “sucesso” e assume destaque no título.

A entrada do artigo refere o número de portugueses inscritos na INO, sem fazer notar que se trata apenas de adultos, e diz que o XVIII Governo “vai diversificar a oferta de formação”.

Uma caixa de texto divulga o número de CNO destacando o facto de ser possível aqui obter uma certificação de nível 12º ano; já a outra caixa de texto, afirma que a INO se pode tornar “um modelo de referência europeu”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o balanço feito pelo primeiro-ministro sobre o eixo Adultos da INO no III Encontro do programa Novas Oportunidades.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XVIII Governo representado pelo seu primeiro-ministro, José Sócrates; (b) Joaquim Ramos e Silva, adulto com 62 anos que está a fazer o 9º ano no âmbito da INO; (c) a ministra do Trabalho e Solidariedade Social, Maria Helena André; e (d) Espanha e Itália, países que, segundo o autor, “querem importar o modelo”.

4. *Linguagem e retórica*

O autor identifica a INO com o eixo Adultos. Na entrada, o autor afirma que “o programa do Governo vai diversificar a oferta de formação”. Ora, tratando-se de um balanço, como mostram os títulos, esta ideia, destacada como principal, só pode ser interpretada como pretendendo dar uma novidade no que respeita às intenções do Governo. Contudo, o texto não apresenta qualquer desenvolvimento deste assunto; antes, pelo contrário, dá a ideia que foi neste aspeto—diversificação da oferta de formação—que José Sócrates localizou o sucesso da iniciativa, no

que ao eixo Adultos respeita. Deste modo, em nossa opinião, trata-se de um texto pobre em termos de clareza.

Ainda que o autor traga à notícia a situação de um adulto com 62 anos que é apresentado como um caso de sucesso da INO, aspeto que contribui para uma maior recetividade da informação que pretende passar, a palavra é dada predominantemente a José Sócrates, quer sob a forma de citação quer na forma de discurso indireto.

5. *Estratégias discursivas*

O texto está redigido pela positiva. Mostra o ponto de vista do XVIII Governo sobre o sucesso da INO, focando apenas o eixo Adultos, não obstante este facto nunca ser referido no texto. Do balanço efetuado, o autor salienta:

- o diagnóstico que legitimou a criação do eixo Adultos da INO, do ponto de vista da ministra do Trabalho: “acabar com a herança pesada de dois milhões e meio de portugueses” com baixas qualificações”;
- a concretização dos objetivos da INO (eixo Adultos) na perspetiva do primeiro-ministro, pois, como afirma, “O fundamental era, e é, criar um movimento de todos os portugueses e da sociedade com base na ideia de que é preciso mais qualificações”;
- uma das metas estabelecidas no Programa, qualificar e certificar um milhão de adultos até ao final de 2010, referindo o reduzido número de pessoas certificadas, mas mostrando que o primeiro-ministro desvalorizou este dado;
- uma das intencionalidades da INO salientadas por José Sócrates: “a importância do programa pelo seu papel no esbater das “diferenças sociais do País””.

À perspetiva de sucesso apresentada por José Sócrates o autor descreve sucintamente o que diz ser “um dos casos de sucesso das Novas Oportunidades”: trata-se do caso de um adulto com 62 anos que em jovem abandonou nos estudos para trabalhar e ajudar a família, ficando apenas com a antiga 4ª classe. Esta pessoa encontrava-se inscrita numa modalidade de formação de adultos, que não é referida.

6. *Posições ideológicas*

Neste artigo a INO é identificada com o eixo Adultos. O autor apresenta um balanço favorável deste eixo de ação, o qual é apresentado na perspetiva do primeiro-ministro do XVIII Governo e suportada pelo caso concreto que acrescenta ao texto. A foto realça a educação formal e o facto de esta poder acontecer ao longo da vida. A INO surge como uma segunda oportunidade, designadamente para aqueles que por motivos familiares ou económicos abandonaram a escola precocemente e é considerada por José Sócrates como uma questão de justiça social. A ideologia subjacente ao eixo Adultos na ótica de José Sócrates é a de que a justiça social atinge-

-se com mais qualificação, ou seja, a formação escolar é um fator fundamental para a ascensão social.

Artigo LXII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma sexta-feira, 02.04.2010, e o seu autor é Paulo Miguel Madeira. Surge na página 22 (em 44), na secção *Economia*. Contem 412 palavras, incluindo o título, e ocupa a zona central da página. O título está formulado pela negativa e realça um défice de qualificação dos empresários; simultaneamente, estabelece uma comparação explícita com os trabalhadores e implícita como outros países. A entrada acentua o primeiro aspeto, reportando-se a dados do Instituto Nacional de Estatística. A foto que ocupa uma área equivalente à do texto mostra um jovem a trabalhar numa fábrica; a sua legenda refere a percentagem de trabalhadores com o “ensino primário ou o secundário”.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: o défice de qualificações dos empresários portugueses e o reforço das medidas preconizadas pela INO, tendo em vista a melhoria desse défice.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são: (a) a UE; (b) o Instituto Nacional de Estatística; (c) Espanha, país com o qual Portugal é comparado; e (d) o XVIII Governo Constitucional.

4. *Linguagem e retórica*

Tomando como base a publicação *A Península Ibérica em Números – 2009*, relatório que é elogiado pela forma sistematizada e atempada como os dados são apresentados, o autor estabelece um conjunto de comparações no que respeita a habilitações académicas de empresários e trabalhadores em Portugal, em Espanha, e em relação à média da UE. Contudo, a quantidade de valores apresentados e diversidade de comparações estabelecidas tornam difícil a leitura. O jornalista utiliza, sem estabelecer a correspondência com o sistema educativo português em vigor, as expressões “nível secundário inferior” referindo que “se pode considerar com baixas qualificações”, e “nível secundário superior”. Também na legenda da foto o autor mostra não ter conhecimento da forma como o sistema educativo português está organizado, usando os termos “ensino primário” no lugar de “ensino básico”.

Quatro das cinco vezes em que surgem os termos *inferior* ou *inferiores* dizem respeito a Portugal. Na parte final do artigo é dado destaque à estratégia do XVIII Governo no sentido de melhorar esta situação, salientando o papel da INO na resolução deste problema.

5. *Estratégias discursivas*

O autor enfatiza o défice de habilitações académicas dos trabalhadores e dos empresários portugueses, comparando com dados homólogos de Espanha e da média dos 27 Estados-

membros da EU; deste modo, mostra existir uma diferença negativa entre o nível de habilitações dos empresários e dos trabalhadores portugueses. Noutros termos, sobretudo os empresários portugueses ficam, no que respeita às habilitações, bastante aquém dos trabalhadores. Ressalva o facto dos dados se reportarem a 2008, justificando assim a influência, ainda tímida, da INO nos resultados que apresenta.

Na sequência deste diagnóstico sombrio o autor divulga o número de empresários que a iniciativa *Formação para Empresários* conta abranger, a qual é apresentada como um incentivo do XVIII Governo à formação profissional de empresários.

6. *Posições ideológicas*

O autor mostra um diagnóstico bastante “negro” do nível de habilitações dos trabalhadores e dos empresários portugueses, em particular destes últimos. Recorre à comparação com a Espanha e com a média europeia nestes indicadores, aspeto que enfatiza ainda mais o défice.

Ao mostrar que a INO ainda não deveria ter tido tempo de se “fazer sentir em termos de médias”, uma vez que se tratam de dados relativos a 2008, o autor acredita que a INO deverá ter efeito nas empresas em termos de competitividade no mercado; esta ideia é apresentada como uma prioridade nas comparações supranacionais e enfatizada na divulgação do anúncio de formação profissional para os empresários.

Artigo LXIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia e reportagem*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 07.07.2010, e o seu autor é o jornalista José Bento Amaro. Surge nas páginas 4 e 5 (em 40), na secção *Portugal*. O artigo integra-se num conjunto de textos, de informação e opinião, sobre a INO que ocupam duas páginas deste número do jornal para as quais é feita uma chamada de atenção na primeira página. Além disso o editorial deste número também é dedicado ao tema. Tem 1026 palavras, incluindo os títulos e a componente à giza de reportagem, e ocupa uma página inteira e um quinto de outra. O antetítulo e o título da chamada da primeira página reportam-se à adesão dos adultos à INO. O antetítulo e o título do artigo no interior do jornal destacam, respetivamente, o balanço da INO feito pelo XVIII Governo como tema da notícia e a redução do abandono escolar para metade como meta a atingir até 2015; o subtítulo reporta-se novamente à adesão dos Adultos à INO: “Iniciativa Novas Oportunidades levou mais de um milhão de adultos às salas de aulas em cinco anos”. A componente de reportagem situa-se numa faixa horizontal e ocupa a zona inferior das duas páginas; esta parte do artigo reporta-se ao eixo Adultos; o antetítulo desta componente chama a atenção para o facto de se tratar de “testemunhos dos diplomados”, facto que confere mais interesse à notícia pois, à partida, são vistos pelos leitores como sendo informação em primeira mão; o seu título “Eles perderam o medo de estudar e lutaram por não se acomodar”, poderia facilmente substituir-se palavra “coragem”, termo que é frequentemente utilizada no espaço público por José Sócrates quando fala sobre o eixo Adultos. Esta componente do artigo apresenta uma foto tipo passe de cada pessoa que relata o seu testemunho. A componente específica de notícia apresenta com grande destaque e impacto visual um conjunto de gráficos e de dados quantitativos sobre o eixo Adultos. O artigo contém um erro, quer no seu corpo de texto quer no título da componente gráfica, que se reporta ao número de adultos que concluíram um ciclo formativo no total e por ano, desde a criação da INO, o qual foi corrigido no dia seguinte pelo próprio diário.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) a cerimónia de entrega de diplomas no âmbito da INO; (b) o balanço da INO, essencialmente do eixo Adultos; (c) o “selo de empresa qualificante”; (d) as influências, expectativas e efeitos da INO em adultos envolvidos em processos de formação.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XVII e XVIII Governos; (b) Valter Lemos, secretário de Estado do Emprego e Formação no XVIII Governo; (c) o grupo Jerónimo Martins, empresa de referência em Portugal, representada no artigo pelo seu presidente do conselho de administração, Pedro Soares dos Santos; (d) Luís Capucha, enquanto

presidente da ANQ; (e) Isabel Alçada e Maria Helena André, respetivamente, ministras da Educação e do Trabalho e Solidariedade Social que “passaram” pela Feira Internacional de Lisboa onde decorreu a cerimónia de entrega de diplomas; (f) Rogério Paulo, de 47 anos, funcionário da casa Pia de Lisboa que concluiu o 9º ano no âmbito da INO; (g) Rufina Carmo, de 57 anos, funcionária da Refer que também concluiu o 9º ano no âmbito da INO; (h) Ricardo Santos, de 27 anos, cabo do exército que recebeu o diploma de 12º ano; e (i) Adelaide Costa, de 48 anos, funcionária administrativa na Direção Geral dos Serviços Prisionais que concluiu o 12º ano no âmbito da INO.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo apresenta um balanço do eixo Adultos da INO usando gráficos com um forte impacto visual e recorrendo ao ponto de vista do Governo. Assim, a parte gráfica, que se refere unicamente ao eixo Adultos, é bastante explorada na componente de notícia do texto; esta forma de abordagem confere ao autor conhecimento e autoridade sobre o assunto. Neste segmento do artigo, o ponto de vista predominante é o do Governo que apresenta a Europa como referência em termos de qualificação. Na componente de reportagem a perspetiva apresentada é o de adultos, empregados, com idades entre os 27 e os 57 anos, que completaram o 9º ano ou o 12º ano no âmbito da INO e que receberam os seus diplomas na cerimónia que decorreu nas instalações da Feira Internacional de Lisboa, a que assistiram “centenas de pessoas” e por onde “passaram” outros ministros, como o autor faz questão de afirmar, mostrando, deste modo, o valor simbólico do evento. A componente de reportagem introduz uma pluralidade de vozes, ainda que convergentes, e mostra uma abordagem à INO mais personalizada.

A propósito da formação de adultos ativos e da divulgação da medida do XVIII Governo “o selo de empresa qualificante”, o autor apresenta o grupo Jerónimo Martins como empresa de referência na adesão ao estabelecimento de protocolos de parcerias de formação destinada aos seus trabalhadores.

Ainda que o título do artigo se refira à redução do abandono escolar, este assunto só é abordado por Luís Capucha.

Quer o texto, que faz na primeira página do jornal a chamada para o interior do jornal, quer a própria notícia referem-se aos adultos como “alunos” e “estudantes”.

5. *Estratégias discursivas*

O autor, a propósito da divulgação da cerimónia de entrega de diplomas a “alunos” que concluíram o 9º ano e o 12º ano no âmbito da INO, dá voz a Valter Lemos que destaca o sucesso da INO pela procura que suscitou por parte de todos, “desde a freguesia ao Governo”, como afirma, e que tomaram a qualificação como uma das suas prioridades permitindo, assim,

colocar “o país ao nível dos valores médios europeus”. Este aproveita também para “enaltecer o papel de José Sócrates” na INO.

A apresentação do ponto de vista do representante do grupo Jerónimo Martins a propósito do papel da INO na qualificação dos seus trabalhadores é uma forma poderosa de legitimar a INO; repare-se que o jornalista sublinha, em particular, a medida designada “selo de empresa qualificante”, como um incentivo que o XVIII Governo pretendia conceder às empresas que proporcionassem formação aos seus trabalhadores. Note-se que a tónica não é colocada na certificação:

No grupo Jerónimo Martins, conforme ontem foi salientado, os estudantes puderam frequentar as aulas em período laboral e, no final do curso, tendo obtido aproveitamento, foram informados que poderão vir a ser aumentados. [...] Pedro Soares dos Santos, afirmou não ter dúvidas em considerar que o Programa Novas Oportunidades é o mais perfeito e eficaz que já teve oportunidade de conhecer.

Luís Capucha referiu também o papel das empresas na sua contribuição para o abandono escolar:

Luís Capucha, congratulou-se com a diminuição do abandono escolar e saudou o empenho das empresas, que têm vindo a celebrar diversas parcerias de carácter social, contribuindo desse modo para o crescimento das profissões emergentes.

Isabel Alçada e Maria Helena André destacaram a importância da INO no desenvolvimento da economia.

Na componente de reportagem o autor destaca:

- a família, os colegas de trabalho, e a oportunidade oferecida pela empresa como fatores influenciadores do regresso ao estudo;
- a perspetiva de valorização pessoal ou melhoria profissional dos diplomados quando se inscreveram na INO;
- o orgulho, a confiança e a melhoria da autoestima como efeitos sentidos pelos adultos diplomados e a convicção de que a formação lhes traria, também, vantagens a outros níveis.

6. *Posições ideológicas*

O reconhecimento de competências adquiridas ao longo da vida não surge no texto. O facto de referir com frequência os adultos como alunos ou estudantes e a frase, “A possibilidade de mandar os adultos de regresso às salas de aula”, que o autor utiliza a propósito do “selo de

empresa qualificante”, mostram uma valorização de concepções formais de educação; acresce ainda que o verbo utilizado, “mandar”, revela também que a perspectiva do autor é a de que o governo e as empresas não deixam outra alternativa ao trabalhador senão a de melhorar continuamente o seu níveis de formação, ainda que as empresas e o Governo assumam a sua parte de responsabilidade na oferta de oportunidades de formação.

No artigo o autor apresenta uma perspectiva favorável da INO, particularmente do eixo Adultos, pois foi este o enfoque da notícia; fê-lo procurando diversificar as vozes, mas não apresentou nem divergência de opiniões nem de perspectivas e enfatizou uma visão neoliberal da educação, isto é, enquanto instrumento para a empregabilidade, aquisição de conhecimentos e desenvolvimento da economia.

Artigo LXIV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*reportagem*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 07.07.2010, e o seu autor é o jornalista André Jegundo. Surge na página 5 (em 40), na secção *Portugal*. O artigo integra-se num conjunto de textos de informação e opinião sobre a INO que ocupam duas páginas deste número do jornal e para as quais é feita uma chamada na primeira página. Além disso o editorial deste número também é dedicado ao tema. Tem 328 palavras, incluindo os títulos e uma caixa de texto. O antetítulo refere-se à exigência da formação no âmbito da INO: “Exigência pode variar”; o texto realçado em caixa é mais assertivo e confirma a existência de variações no grau de exigência, as quais são justificadas pelas “necessidades de financiamento das escolas”. O título do artigo destaca o ponto de vista dos professores que se opõe à ideia de “facilitismo” na INO.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o grau de exigência dos processos de formação e certificação no âmbito da INO, quer no eixo Jovem quer no eixo Adultos.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) Fátima Teixeira, diretora do curso profissional de técnico de secretariado da Escolas Secundária de Arganil; (b) Fernanda Coimbra, coordenadora do CNO da Escola Secundária Dr. Manuel Laranjeira, em Espinho; (c) Fátima Mateus, formadora no CNO da Escola Secundária Avelar Brotero, em Coimbra.

4. *Linguagem e retórica*

O autor apresenta o ponto de vista de três pessoas, que exerciam cargos de gestão pedagógica em escolas secundárias ou eram formadores em CNO, sobre o grau de exigência da formação que é proporcionada nas escolas ou nos CNO que representam. Utiliza o neologismo “facilitismo” como representando uma imagem sobre a INO construída socialmente e com a qual confronta as suas personagens.

Em termos de importância do assunto o autor privilegia mais o eixo Adultos que o eixo Jovem, pois cerca de dois terços do texto dizem respeito à primeira vertente da INO e duas das três personagens referem-se aos processos de RVCC.

5. *Estratégias discursivas*

O posicionamento das três personagens, que trabalham nas escolas e nos CNO, legitima a ideia que o autor pretende transmitir sobre a INO, que é a de que o rigor e a exigência não são a prioridade; o financiamento das escolas e dos CNO, condicionado pelo cumprimento das metas por estes contratualizadas com a tutela, influencia a qualidade dos processos. Por outro lado, o

enquadramento apresentado relativiza a ideia de “facilitismo” mostrando que a imagem de facilitismo toma a parte pelo todo.

[...] a menor qualidade está muitas vezes relacionada com a necessidade de financiamento das escolas. ‘Porque se os alunos desistirem ou abandonarem os cursos, o financiamento para as escolas é cortado’[...]

Fernanda Coimbra [...] admite que é sempre necessário “adequar” a qualidade e a exigência dos cursos ao número de certificações que são estabelecidas como objectivo.

[...] a imagem de facilitismo que foi “associada ao programa” é sobretudo “injusta” para as pessoas que foram certificadas com “todo o mérito”.

Um aspeto que o autor não aprofunda é a forma de financiamento das escolas e dos respetivos CNO.

6. *Posições ideológicas*

No artigo o autor apresenta um quadro credível em que o financiamento da formação que depende do cumprimento das metas estabelecidas é o principal responsável pela eventual falta de rigor, exigência e qualidade dos processos de formação e de qualificação quer no eixo Adultos quer no eixo Jovem. Todavia, o ponto de vista apresentado, ainda que legítimo, é parcial, uma vez que nem todas as escolas com cursos CEF e Profissionais contratualizavam metas, uma vez que não eram diretamente financiadas pelo PRODEP.

Artigo LXV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo de *opinião* publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 07.07.2010; o seu autor é Luís Capucha que assina o artigo na qualidade de presidente da ANQ, I.P.. Surge na página 7 (em 40), na secção Portugal. Tem 405 palavras e ocupa cerca de um terço de uma página.

Este artigo integra um conjunto de textos sobre a INO que ocupam duas páginas deste número do jornal para as quais é feita uma chamada de atenção na primeira página. Além disso o editorial deste número também é dedicado ao tema. A página onde o artigo de Luís Capucha se insere contém dois outros artigos sobre a INO, um de opinião e uma notícia.

O título deste artigo destaca-se do texto noticioso no tipo e tamanho da letra, mas tem o mesmo formato do outro texto de opinião que se encontra na mesma página. Em termos de conteúdo o título destaca o papel da INO na desmistificação de que os portugueses não gostam da escola. A visão e a capacidade do Governo mudar a cultura dos portugueses são enaltecidas no primeiro parágrafo.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é as mudanças operadas na sociedade portuguesa em termos de qualificação de adultos e de melhoria do abandono escolar. Como tema secundário surge a política do Governo na administração da educação.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são a Europa/UE, Portugal e, de forma implícita, o XVII e XVIII Governos. A OCDE, as escolas, as autarquias, empresas, os professores, formadores, alunos, adultos, ativos e portugueses, cidadão e os atores políticos que governaram Portugal nas últimas décadas, são agentes referidos pelo autor, ainda que estes últimos surjam de forma implícita. A Europa/UE e a OCDE funcionam, neste artigo, como autoridades no campo da educação.

4. *Linguagem e retórica*

O discurso do autor que mostra uma orientação clara do sentido da opinião. Luís Capucha recorre a expressões como “vias da exclusão” e “mediocre sistema de ensino” para qualificar a/s política/s educativa/s anterior/es à INO e usa expressões como “criou uma nova paisagem”, “mudar o panorama”, “política exemplar”, “ruptura com o mito”, “respostas diversificadas”, “flexíveis”, “exigentes”, “adequadas”, para caracterizar a INO e “visão” e “capacidade” para definir a estratégia do XVII e XVIII Governos. Apresenta alguns dados quantitativos quando se refere à adesão à INO. O autor privilegia o verbo *qualificar* que surge conjugado quatro vezes ao verbo *certificar* que usa uma única vez.

5. *Estratégias discursivas*

O autor do artigo apresenta uma opinião bastante favorável da INO. Toda a sua argumentação é feita estabelecendo um paralelo entre o período anterior à implementação da INO e a situação à data em que escreve. Pretende, deste modo, (a) evidenciar o papel da INO na mudança da percepção dos portugueses e das instituições sobre o *défice de qualificação (certificada)*; (b) realçar o impulso que esta política deu na melhoria dos níveis de qualificação da população ativa e do abandono escolar; e, simultaneamente (c) enaltecer o papel do governo, liderado por José Sócrates, nesse processo de mudança na sociedade.

No decorrer da exposição, o autor destaca os seguintes aspetos:

- a capacidade do Governo para ver e fazer compreender ao país que a qualificação está diretamente relacionada com a qualidade da democracia, com a eficiência da economia, e com a emancipação pessoal;
- os níveis de adesão dos portugueses à INO que, no seu entender, que se devem a dois fatores: em primeiro lugar, à “percepção das pessoas e das instituições acerca da imperatividade de se qualificarem e desenvolverem as suas competências”; em segundo lugar, devem-se à existência de uma cultura de serviço e orientação para os resultados que, na perspetiva do autor, “está a produzir efeitos positivos em todo o sistema de ensino e formação” (estratégia esta que têm vindo a ser implementada na administração pública, nomeadamente com a implementação do SIADAP e que se estendeu à classe docente durante o período de governação do XVII Governo). Porém, não deixa de lançar um repto às escolas no sentido de proporcionarem um ambiente adequado à continuação da adesão à INO: “É preciso que a escola também goste deles e promova [...]”;
- a avaliação da INO. Sobre este assunto o autor sublinha dois aspetos: em primeiro lugar a questão política da democracia representativa, que se prende com o facto de a INO ser uma política de um governo cujo líder foi escolhido democraticamente pelos portugueses mais do que uma vez—“destaco a frequência com que a Iniciativa e os seus promotores se expõem ao escrutínio público”—e, em segundo lugar, o facto da INO ser avaliada de forma independente e acompanhada com transparência.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume claramente o ponto de vista do XVII Governo preconizado no documento de apresentação da INO e nos diversos normativos associados a esta política. Coloca a tónica na mudança que a INO introduziu na sociedade. Mostra, também, afinidade com outras políticas públicas implementadas pelo XVII Governo e continuadas pelo XVIII, nomeadamente a reforma da administração pública.

Na perspetiva apresentada pelo autor, a INO surge como um instrumento de reconceptualização do conceito de *défice de qualificação certificada* e simultaneamente como a

oportunidade para a resolução do problema—“Portugal tem futuro sem a Iniciativa Novas Oportunidades. Mas não será o futuro que queremos.”—que é de âmbito individual, social e económico.

A comparação e a convergência com os objetivos Europeus é o desígnio de Portugal, na perspectiva do autor.

Artigo LXVI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo de *opinião* publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 07.07.2010; o seu autor é Rui Baptista e assina o artigo na qualidade de Ex-docente da Universidade de Coimbra. Surge na página 7 (em 40), na secção Portugal. Tem 413 palavras, ocupa cerca de um terço de uma página.

Este artigo integra um conjunto de textos sobre a INO que ocupam duas páginas deste número do jornal para as quais é feita uma chamada na primeira página. Além disso o editorial deste número também é dedicado ao tema. A página onde o artigo de Rui Baptista se insere contém dois outros artigos sobre a INO, um de opinião e uma notícia. O título deste artigo destaca-se, no tipo e tamanho da letra, do texto do género jornalístico—notícia—na mesma página, mas tem o mesmo formato do outro texto de opinião que também se encontra nessa página.

Face à forma interrogativa como se encontra formulado, o título levanta a dúvida sobre o aproveitamento da INO para fins particulares em detrimento da ética e da moral; todavia, o uso do neologismo “Oportunismos” indicia uma resposta afirmativa, revelando, logo à partida que o autor tem uma opinião desfavorável da INO.

O primeiro parágrafo remete para um contexto anterior à INO e para o impacto que os resultados obtidos por Portugal no teste internacional do PISA tiveram na agenda mediática os quais colocaram o país numa posição bastante desfavorável relativamente aos restantes países da OCDE, como é sublinhado no texto.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a qualidade das aprendizagens feitas pelos alunos que frequentam os Cursos de Educação e Formação. Como tema secundário surge a política educativa do XVIII Governo.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são: (a) a OCDE, utilizada como autoridade na Educação por referência ao PISA; (b) Carlos Fiolhais, académico e figura conhecida do público português, nomeadamente pela sua colaboração em jornais e revistas, como o Público, o Expresso e a Visão; (c) o jornal Expresso, jornal de referência em Portugal; e, (d) o ex. professor/autor—Domingos Cardoso, professor do ensino básico e secundário, aposentado com 36 anos de ensino cujo nome não é referido neste artigo—de uma carta enviada ao Presidente da República que foi assunto de uma reportagem publicada no jornal Expresso a 8 de dezembro de 2007.

Como agentes secundários surgem: (a) Portugal, que é comparado com os países que ocuparam as piores posições nos resultados do PISA 2006, Grécia, Turquia e México; (b) o XVII e XVIII Governos, como responsáveis pela INO e decisores da política educativa (embora não surjam explicitamente); (c) Stephen Covey, autor de vários livros, designadamente “The Seven Habits of Highly Effective People”, também, considerado como um livro de auto ajuda; e (d) Medina Carreira, ator com elevado capital cultural, político e mediático, mas sem laços à Educação.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo está escrito numa linguagem conotativa quer pela adjetivação quer pelos recursos estilísticos e figuras de estilo que o autor utiliza, ainda que, como citação, como se pode verificar nas seguintes expressões transcritas do texto: “um sistema que se vê tão cruamente retratado e, claro, abalado”—inserido numa citação de Carlos Fiolhais—, “os resultados transformaram-se em êxitos estatísticos oficiais”, “desastrada política educativa”, “foi abalada [a réstia de esperança] em seus frágeis alicerces”, “badalados cursos”, “efeitos perversos”, “em sua grande maioria [os cursos de educação e formação] sirvam apenas de recreio buliçoso para passar o tempo”, “pedaço de prosa”, “verdadeiro escândalo”, “vontade incrível de não aprender”—inserido numa citação do autor da carta ao Presidente da República—, “fabricando ignorantes às pazadas”—inserido numa citação de Medina Carreira—, “a educação portuguesa corre o risco de ruir ao peso das Novas Oportunidades” e, por último, “se continuarmos fazendo o que estamos fazendo, continuaremos conseguindo o que estamos conseguindo”—jogo de palavras com recurso ao gerúndio cuja autoria é atribuída a Stephen Covey.

5. *Estratégias discursivas*

O artigo apresenta um discurso que mostra uma orientação clara do sentido da opinião que é bastante desfavorável à INO, no que concerne especialmente à estratégia preconizada no eixo Jovem. No entanto, o texto tem muito pouco de argumentação. Rui Baptista limita-se a sublinhar opiniões e impressões de autores que se manifestaram no espaço público em desfavor da INO, sem fundamentar as suas escolhas e a sua (des)crença.

O recurso aos resultados dos alunos portugueses no teste PISA 2006 para sublinhar a existência de um problema no sistema de ensino português mostra que o seu padrão de referência é exterior a Portugal. O autor compara os “maus resultados” dos alunos no teste PISA com o sucesso dos alunos que diz serem “indivíduos maiores de 18 anos que deixaram de frequentar a escola por reprovações sucessivas” que frequentam os cursos de educação e formação estabelecendo assim um paralelo entre duas realidades diferentes; também não concretiza os resultados a que se refere a respeito da INO, quando afirma “os êxitos estatísticos oficiais”.

O público-alvo dos cursos de educação e formação são, segundo o autor, “indivíduos” que fizeram abandono escolar—desperdiçaram uma segunda oportunidade, como afirma—, possuem mais de 18 anos, mas cuja ocupação não é referida. Ora, por lei, estes cursos podiam ser e eram de facto frequentados por alunos com 15 ou mais anos e, a título excepcional, até com a idade de 14 anos; dirigiam-se a jovens em risco de abandono escolar, mas não necessariamente a jovens desocupados ou com “sucessivas reprovações” como o autor refere no seu texto; por outro lado, funcionavam também como uma opção pela atratividade das vias profissionalizantes, aspeto que também não é tocado pelo autor.

A ideia que Rui Baptista transmite sobre o que considera ser o (in)sucesso da INO, ainda que afirme que “não pretendo generalizar a todos estes cursos efeitos perversos”, é a de facilitismo e certificação automática.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente, o autor assume claramente o ponto de vista desfavorável à INO, particularmente no que respeita aos Cursos de Educação e Formação. Estes são apresentados como uma forma fácil de aceder a uma certificação escolar por parte de um público jovem mas maior de 18 anos e marcado pelo insucesso escolar, mostrando uma visão deste pilar da INO simplista, redutora e insuficientemente fundamentada.

Artigo LXVII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo de opinião institucional—*editorial*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 07.07.2010. O artigo não está assinado, pelo que reflete a opinião da sua equipa diretiva. A posição de uma equipa editorial revela a ideologia do jornal. Sendo assim, o valor simbólico da opinião emitida é distinto do da opinião publicada por um outro autor ainda que este seja possuidor de elevadas formas de capital.

O artigo surge na página 38 (em 40), na secção *Espaço Público*; tem 497 palavras e ocupa meia página, mas está dividido em dois textos—o primeiro, com 307 palavras, é dedicado à INO e o seguinte, com 190 palavras, foca o tema da Reforma Administrativa do Estado.

O título do texto dedicado à INO é maior que o título do segundo texto. O título e o subtítulo do primeiro texto funcionam como pergunta e resposta um do outro, embora o autor não utilize a interrogativa. O subtítulo, “O programa levou à escola 1,2 milhões de pessoas, dando um belo retrato da sociedade portuguesa”, dá de imediato uma imagem favorável da INO e sublinha três aspetos: (a) o facto de a INO ter feito regressar à escola pessoas que já haviam abandonado os estudos, (b) a quantidade de pessoas que o fizeram, e (c) a opinião da equipa editorial sobre a imagem, vontade de mudar, que a sociedade portuguesa transmite.

O segundo texto tem um título formulado na interrogativa e não possui subtítulo. Esta análise explora apenas a argumentação apresentada no primeiro texto, uma vez que no segundo texto não são contrariadas as perspetivas apresentadas no anterior.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o impacto da INO na mobilização dos adultos para a aprendizagem. Como tema secundário surge a crítica a análises que os autores consideram desajustadas e feitas por outros autores, ou seja, por “muitos”, termo utilizado no texto.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são os adultos inseridos na vida ativa que regressaram à escola por intermédio da INO. O XVIII Governo surge como agente secundário.

4. *Linguagem e retórica*

Embora se encontrem, ao longo do texto, alguns recursos estilísticos, nomeadamente quando é afirmado: “o Novas Oportunidades deu um belo retrato da sociedade portuguesa”, “os números hoje revelados [...] devem ser despidos da tentação de propaganda” ou “pessoas dispostas a perder tempo no regresso à escola”, este não é um aspeto marcante do tipo de linguagem utilizado. Há dois aspetos que são de realçar na forma como os autores se referem à INO: em primeiro lugar os autores apelidam-na de “o Novas Oportunidades” o que mostra que

pressupõem que o seu auditório está familiarizado com esta política, ou seja, a INO não é uma política para os portugueses mas que é já *dos* portugueses; em segundo lugar, quando os autores utilizam a expressão, “mais de um milhão de portugueses respondeu ao *desafio*”³ para se referir à INO, está a encarar esta medida de política educativa como um repto que o XVII Governo lançou aos portugueses (adultos inseridos na vida ativa).

5. *Estratégias discursivas*

O artigo apresenta um discurso que mostra uma orientação clara do sentido da opinião que é, aliás, bastante favorável à INO no que concerne especialmente ao eixo Adultos, essencialmente pela adesão que suscitou. Este é o foco principal da argumentação. Para a equipa editorial do jornal, só o facto de “mais de um milhão de portugueses” ter regressado à escola, “perder tempo”—expressão utilizada no sentido oposto ao seu significado literal—mostra o valor político e social da INO, entendendo a publicitação do sucesso por parte do Governo não como propaganda mas como forma de aplaudir o êxito. Na perspetiva desta equipa, a INO foi uma política que suscitou uma elevada adesão dos adultos com baixa escolaridade porque estes a encararam como “um meio de ascensão social”. Os adultos são, neste texto, vistos como “adultos na vida activa”, trabalhadores, pessoas sérias e esforçadas que voltaram à escola com sacrifício.

Apesar da equipa editorial admitir que “talvez uma grande parte” dos portugueses tenha feito um uso pouco ético da INO, procurando uma certificação “sem esforço nem conteúdo”, parece quase desprezar este facto; todavia, não deixa de o sublinhar. Esta é também a forma de mostrar que, na sua opinião, nem tudo correu bem e que existe alguma razão nas críticas de “muitos” outros autores, ainda que usem argumentos errados para fundamentar a opinião, comparando “realidades que não são comparáveis” e furtando-se a ver a outra perspetiva, dizem os autores do artigo.

Ainda que a equipa editorial não explore suficientemente a questão que se prende com a comparação de realidades distintas, quando afirma que “não se pode comparar a assiduidade, a facilidade de aprendizagem ou a integração no ambiente escolar de um adolescente de 12 ou 15 anos com um adulto já inserido na vida activa”, está a pressupor que se deve procurar a integração do adulto no ambiente escolar; este parágrafo leva-nos a inferir que se está a referir formas escolarizadas de aprendizagem, aspeto que é reforçado na passagem seguinte: “Mais de um milhão de portugueses respondeu ao desafio, pegou nos livros e regressou à escola.” A questão do reconhecimento e validação de competências adquiridas ao longo e ao largo da vida parecem ser aspetos não valorizados por esta equipa, ao invés das formações complementares ou modulares existentes no âmbito do eixo Adultos da INO.

³ Sublinhado nosso

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente a equipa editorial assume um ponto de vista favorável à INO, particularmente no que respeita ao eixo Adultos. A sua visão sobre a educação de adultos denota uma ênfase na valorização de formas escolarizadas de aprendizagem e assenta numa perspetiva de educação/formação como forma de mobilidade social.

Os autores, equipa editorial, relativamente à forma como o Governo publicita a INO e o uso que faz dos resultados obtidos, mostram uma posição cautelosa ainda que favorável, mas no sentido de entenderem a situação.

Artigo LXVIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Correio da Manhã, a uma quarta-feira, 21.07.2010, cujo autor é a jornalista Manuela Teixeira. Surge na página 23 (em 52), na secção *Economia*. Tem 169 palavras, incluindo títulos e ocupa uma coluna da página. O antetítulo é simples: “Novas Oportunidades”. O título mostra o primeiro-ministro do XVIII Governo, referido apenas como “Sócrates”, emocionado. A foto mostra José Sócrates a discursar na cerimónia de entrega de diplomas a adultos, realizada na Exponor e que é aqui tema da notícia.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são o discurso e o estado emocional do primeiro- -ministro na cerimónia de entrega de diplomas do 12º ano a adultos que concluíram a sua escolaridade no contexto da INO.

3. *Os agentes*

O ator principal apresentado no artigo é José Sócrates, primeiro-ministro do XVIII Governo Constitucional. Os adultos e o PSD são os agentes referidos.

4. *Linguagem e retórica*

A jornalista noticia a forma como decorreu a cerimónia de entrega de diplomas a adultos que concluíram o 12º ano no âmbito da INO, mostrando uma faceta sentimental do primeiro-ministro. O estado emocional de José Sócrates é o enquadramento principal do artigo. A autora recorre a citações do primeiro-ministro que, por sua vez, utiliza metáforas para exprimir o que diz sentir: “Sinto um nó na garganta”, “Saio daqui com uma luz no coração”.

5. *Estratégias discursivas*

A ênfase do artigo é colocada em dois aspetos: (a) o estado emocional de José Sócrates mostrando um político realizado: “É muito compensador. A política assim vale a pena”, foi dizendo José Sócrates”; e (b) a empatia de José Sócrates com os adultos presentes na cerimónia, mostrando partilhar da sua felicidade e elogiando o “esforço dos adultos que aderiram ao programa do Governo”, mas revelando também, embora subtilmente, dificuldades na governação: “As vossas palavras de felicidade deixam-me com outra alma e outra vontade para enfrentar as contrariedades da política’, salientou Sócrates”.

No final do artigo a autora mostra que não foi possível conseguir o “furo” que os jornalistas estavam à espera relativamente às posições do PSD sobre a revisão constitucional.

6. *Posições ideológicas*

O artigo mostra uma imagem de José Sócrates mais próxima das pessoas e consequentemente dos seus problemas e dos do país. É, assim, apresentada uma imagem deste ator que lhe é favorável enquanto político.

Artigo LXIX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*reportagem*—publicada a um domingo, 05.09.2010, na revista PÚBLICA, suplemento do jornal Público, numa secção intitulada *ambição*. O seu autor é a jornalista Natália Faria. Ocupa quatro páginas, 30 e 33 e contém 2878 palavras, incluindo título, separadores e frases em destaque. O artigo contém uma foto em grande plano de cada uma das personagens principais da reportagem. O título refere claramente que o tema principal do artigo é a educação de adultos. A entrada do artigo destaca o motivo que despoletou o regresso aos estudos de três adultos e a forma como a certificação obtida transformou as suas vidas pessoais e profissionais.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a educação e formação de adultos, nomeadamente a oferecida no âmbito da INO. Os assuntos em torno do qual o tema é abordado são: (a) o que motiva os adultos a voltarem à escola ou aos processos de educação formal; (b) as barreiras que os adultos têm de vencer quando retomam os processos de educação formal; e (c) os efeitos e benefícios decorrentes dos conhecimentos adquiridos e da certificação obtida; e (d) o portefólio reflexivo de aprendizagem no âmbito dos processos de RVCC e a alfabetização de adultos.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) Eva Temudo que aos 32 anos desafiou os preconceitos familiares sobre o papel da mulher na sociedade e a sua relação com o conhecimento e ingressou no ensino superior; (b) Fernando Pereira, que já desempregado e depois de passar 50 anos a esconder o facto de não saber ler nem escrever, decidiu inscrever-se num curso de alfabetização de adultos; (c) Helena Calisto que aos 50 anos completou as suas maiores aspirações, obtendo o 12º ano mediante um processo de RVCC.

Como agentes ou atores sociais secundários temos: (a) alguns familiares e amigos destas personagens, designadamente: (i) os maridos das duas personagens femininas os quais surgem como fator desincentivador do reingresso nos estudos das respetivas mulheres; (ii) o filho de Helena Calisto que desvalorizava os processos de RVCC, e a filha de 12 anos que apoiou a mãe incentivando-a a conseguir o 12º ano; (iii) a mulher de Fernando Pereira que o ajudava tanto a ultrapassar as dificuldades decorrentes do facto de ser analfabeto como a esconder o problema, e a sua filha que se cansava de apoiar o pai nos estudos; (b) o Centro de Emprego que desafiou o Fernando Pereira a inscrever-se num curso de alfabetização; (c) a junta de Freguesia de Oliveira do Douro, em Gondomar, a qual proporcionou a formação para o Fernando; (d) a Fundação de Ciência e Tecnologia que concedeu uma bolsa de estudo a Eva Temudo; e, (e) a Universidade

do Porto que introduziu no seu regulamento benefícios aos estudantes trabalhadores, em consequência dos resultados da investigação realizada por Eva Temudo.

4. *Linguagem e retórica*

A autora utiliza uma linguagem coloquial e, embora dê ênfase a aspetos diferentes da vida de cada personagem, apresenta traços comuns no que respeita à forma como estas encararam o regresso à escola, os preconceitos e as dificuldades que tiveram de ultrapassar, particularmente duas das protagonistas da história pelo facto de serem mulheres, as competências adquiridas e perspetivadas e os sentimentos que cada uma das personagens manifestou na sua relação com o conhecimento.

O passado destas personagens é mostrado como tendo sido marcado, num caso, pelo sentimento de “revolta” pelo facto de a pessoa não ter podido aceder formalmente a um estatuto de líder de um projeto que idealizou devido a não ser licenciada, noutra caso pelo sentimento de “vergonha” por não saber ler nem escrever e, no último caso, por um sentimento de “frustração” e “acomodação” a uma realidade que incomodava o próprio.

Os processos de formação destas personagens, licenciatura e doutoramento, curso de alfabetização e RVCC de 12º ano, são apresentados como processos emancipatórios sentido pelas próprias: “Voltar à loja, independentemente de ser um negócio próprio, era redutor: fiquei com sede de conhecimento” disse Eva Temudo; “Mesmo que nunca venha a manobrar o volante de um automóvel, valeu a pena. Hoje sinto-me uma pessoa culta.”, disse Fernando Pereira que neste artigo usa os nomes do meio por vergonha de ser identificado como ex. analfabeto, como a jornalista sublinha; “Helena diz que o processo de reconhecimento e validação de competências lhe permitiu descobrir em si competências de que não suspeitava antes”.

5. *Estratégias discursivas*

Natália Faria coloca em primeiro plano as histórias de vida das três personagens principais essencialmente pela forma como estas se descrevem, referindo episódios, angústias e dificuldades ultrapassadas e, pela frente, um caminho de esperança a percorrer.

Na história de vida de cada personagem a autora sublinha, ainda que de forma breve, contextos familiares e sociais desfavoráveis à aprendizagem que estiveram na base do abandono precoce da escolaridade ou da não progressão nos estudos. Dá particular ênfase às dificuldades que as mulheres adultas portuguesas, mães de família e empregadas, enfrentam na gestão do estudo com a vida familiar e com o trabalho.

Enquanto a figura feminina surge como a pessoa que apoia, que não se acomoda e que intervém em prol de uma mudança social, a figura masculina é apresentada como o elemento de resistência à transformação do papel da mulher na sociedade.

O conhecimento é colocado também do ponto de vista da sua utilidade social, designadamente na ênfase que a autora dá às mudanças introduzidas no processo de inscrição de estudantes trabalhadores da Universidade do Porto, as quais foram suscitadas pelos resultados da investigação levada a efeito por uma das personagens.

O desemprego é apresentado como um momento oportuno para fazer a formação que era desejada, mas que não foi possível em seu tempo. A INO é vista por uma das personagens como uma oportunidade para se alfabetizar e, por outra, como uma forma de tirar também algum proveito das aprendizagens não formais e informais ao serem reconhecidas e validadas, designadamente um curso de Inglês frequentado havia tempo.

A questão do rigor e da exigência é referida e confirmada; é refutada a ideia de facilidade na obtenção de certificação mediante o RVCC, sob o argumento de nem todos conseguirem obter uma certificação por este último processo devido ao seu grau de exigência. As competências enfatizadas pelos personagens são as competências em informática.

6. *Posições ideológicas*

O tema associa a questão do abandono escolar precoce e do analfabetismo de adultos a problemas familiares, culturais e económicos que respeitam também à política social. O artigo contribui para a construção de uma imagem positiva da INO no eixo Adultos, incluindo a questão do rigor e da exigência dos processos de alfabetização e em particular aos processos de RVCC. A qualidade dos processos de RVCC é apresentada pela via da exigência e validada pelo facto de haver desistências ou abandono destes processos de formação ou seja, por apresentarem insucesso.

O conhecimento e a educação formal são apresentados nesta reportagem como um processo emancipatório da mulher na sociedade portuguesa. Do ponto de vista educacional, esta reportagem assenta num racional democrático e emancipatório: o conhecimento é colocado ao serviço da sociedade e do envolvimento do próprio nos processos de decisão.

As instituições não deixaram de estar representadas. Estiveram presentes enquanto organismos locais e nacionais que valorizam o conhecimento e mostram-se conscientes dos problemas.

Artigo LXX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a uma segunda-feira, 06.09.2010. O seu autor é Rui Silveiras, leitor do jornal. Surge na página 30 (em 32), na secção Cartas à Diretora; tem 439 palavras, ocupa um espaço ao lado de uma carta de outro leitor com uma dimensão sensivelmente igual; na parte superior destes dois artigos encontra-se o editorial do jornal (que não está assinado). O título, sucinto, “No bom caminho”, está escrito em sentido figurado.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são a cultura dos portugueses e a INO. Como assunto secundário surge o abandono escolar.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são os portugueses, independentemente de viverem em Portugal ou fora dele. O ME surge como a entidade responsável pela política educativa do país e incapaz de dar uma resposta adequada ao problema; José Saramago é referido pelo autor como “Saramago” cuja obra diz ser de difícil leitura para a maioria dos portugueses.

4. *Linguagem e retórica*

Rui Silveiras usa bastantes recursos estilísticos, metáforas, eufemismos, entre outras figuras de estilo, na tentativa de enfatizar o seu ponto de vista. Esta forma de escrita confere um cariz popular ao seu estilo de escrita. Salientam-se algumas passagens ilustrativas do que se observou: “a maioria dos portugueses aprendeu a ler e a escrever ao ponto de ser capaz de assinar o nome sem deitar a língua de fora enquanto sufoca a esferográfica entre os dedos”, “ler as legendas de um filme ou uma obra de Saramago já é outra música, exige um doutoramento”, “toda a gente sabe que os pobres de espírito são abençoados pelo Senhor”.

No seu texto o autor recorre a “estudos realizados noutros países” mas não indica quais nem onde se encontram disponíveis.

5. *Estratégias discursivas*

O autor procura mostrar que o abandono escolar é fruto da cultura portuguesa: “a maioria dos portugueses não considera a educação como factor fundamental da sua vida” e acomoda-se com saber ler e escrever, afirmado pelo autor quase num sentido literal. Na sua fundamentação salienta:

- As taxas de abandono escolar dos portugueses são igualmente elevadas em Portugal como noutros países europeus, apesar de terem descido “vertiginosamente” nos últimos 36 anos;
- O sucesso da INO reside nesta cultura portuguesa de “não querer aprender”;
- A INO é uma forma de validar os conhecimentos “que foram recolhendo” ao longo da vida “através de um diploma reconhecido pela escola”;
- Na INO “não se pede um esforço particularmente grande aos candidatos”;
- A maioria dos portugueses considera saber ler e escrever suficiente “para uma vida activa repleta de felicidade” que se limita a ler revistas, jornais desportivos e “ler um ou outro livro que não exija muito ao leitor”;
- O ME é “incapaz de encontrar soluções mais sérias do que aquelas com que vai presenteando o bom povo português”, das quais o autor só refere a INO.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume um ponto de vista desfavorável da INO e da sociedade portuguesa que, no seu entender, não valoriza a educação.

A validação formal das aprendizagens não formais e informais é encarada pelo autor como uma ameaça à escola enquanto local de aprendizagem; na sua perspetiva, com a INO a escola passou a ser apenas um local de certificação (fácil) de aprendizagens feitas ao longo e ao largo da vida:

Agora trata-se de reconhecer esse esforço, que é como quem diz que a escola não serve para nada mais do que passar um papelito com carimbos e assinaturas à boa maneira dos burocratas. Com um papelito desses põe-se fim à ignorância e à injustiça social que é a mania de que, para se aprender, é necessário frequentar a escola.

Artigo LXXI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—, publicado no jornal Público, a uma terça-feira, 07.09.2010. A autora é a jornalista Bárbara Wong que à data escrevia regularmente sobre Educação neste diário. O tema principal do artigo faz manchete do dia no jornal. Surge na página 2, na secção *Destaque* e, ainda que ocupe uma área equivalente a dois quintos da página (ocupa, na verdade, duas colunas), é o único texto que esta página contém; ao seu lado foi colocada uma foto, de grandes dimensões, que se estende para a página seguinte e que respeita à reportagem, também na área da Educação, que aí se encontra. O artigo contém 670 palavras, incluindo o antetítulo, título, entrada e uma caixa de texto.

O título de manchete anuncia que o (XVIII) Governo decidiu “acabar com o ensino recorrente”, ainda que no texto a autora refira que o Ministério da Educação não confirmou esta hipótese; por outro lado, faz notar, no subtítulo, que era uma modalidade de ensino que existia há mais de 20 anos. Já o título da notícia, no interior do jornal, a autora menciona “os cursos de Educação e Formação para Adultos e as Novas Oportunidades” como alternativa ao ensino recorrente.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são (a) restrições do Ministério da Educação à abertura de novas turmas do ensino recorrente (b) os objetivos do XVIII Governo inerentes às alternativas ao ensino recorrente no âmbito da educação e formação de adultos, e (c) informação sobre estas vias.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são: (a) Jorge Pires, adulto, “que terminou o 10º ano” no curso de Ciências Sociais e Humanas na modalidade de ensino recorrente; (b) o XVIII Governo Constitucional; (c) o Ministério da Educação; (d) a diretora de uma escola da zona de Sintra que “prefere não ser identificada”; (e) Vasco Alves, ator que neste texto representa o Ministério da Educação.

4. *Linguagem e retórica*

A autora apresenta a notícia privilegiando o ponto de vista de um adulto inscrito no ensino recorrente e da gestora de uma escola que oferecia esta modalidade de educação e formação de adultos; espera, assim, conferir maior credibilidade à mensagem que pretende passar.

Bárbara Wong associa a INO apenas aos processos de RVCC.

Actualmente, existem três opções de ensino para os adultos: o recorrente ‘que tem registado uma diminuição gradual desde 2005’, assinala a tutela; os EFA, ‘que, ao

contrário, têm registado grande crescimento’, e o Novas Oportunidades, que tem sido cada vez mais procurado.

Ora, a dissociação da INO aos cursos EFA não parece ser acidental, antes pelo contrário, pois no penúltimo parágrafo Bárbara Wong mostra claramente que os cursos EFA são uma modalidade de educação de adultos a qual está integrada no eixo Adultos. Quer-se com isto dizer que acreditamos que foi intencional a separação dos EFA relativamente à INO efetuada no título da notícia e na sua entrada. Note-se que estas secções do texto têm um forte impacto na formação de uma opinião no leitor relativamente ao seu conteúdo.

5. Estratégias discursivas

A autora destaca a questão do momento em que a decisão tomada pelo XVIII Governo de não autorizar a abertura de turmas de início de ciclo do ensino recorrente foi comunicada pelo Ministério da Educação às escolas, para mostrar o descontentamento dos atores no terreno face aos constrangimentos que esta medida suscitou na organização do ano letivo; esta informação, à partida, debilita a imagem do XVIII Governo e do seu Ministério da Educação.

O artigo tem ainda o propósito de informar sobre as alternativas que se apresentavam aos adultos que pretendiam prosseguir ou reiniciar os estudos. Neste âmbito a autora refere os processos de RVCC e os cursos EFA como modalidades que vinham desde 2005 a aumentar a procura, em detrimento do ensino recorrente. Todavia o realce vai para os cursos EFA; assim, a jornalista destaca, de entre os objetivos do Governo e as metas a atingir com esta modalidade de formação de adultos, o facto de se tratarem de cursos de dupla certificação (cursos profissionalizantes) e de serem a opção que se oferece mais ajustada às necessidades de um público adulto empregado que procura o ensino recorrente.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente o artigo apresenta uma perspetiva pouco favorável da forma de atuação do XVIII Governo, a qual é enfatizada na exploração da falta de oportunidade relativamente ao momento em que este decidiu comunicar o impedimento da abertura de início de ciclo do ensino recorrente.

Ainda que não defendendo o ponto de vista do XVIII Governo, face à extinção do ensino recorrente, os cursos EFA, apresentados como vias profissionalizantes que o XVIII Governo quis reforçar, são vistos como a escolha acertada e uma alternativa (remediadora). Por sua vez, o ensino recorrente é mostrado como uma modalidade que teve um propósito e um papel na educação de adultos desde a década de 1980, mas que por decisão do XVIII Governo acabou.

Artigo LXXII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Expresso, a 18.09.2010, e os seus autores são as jornalistas Isabel Leiria e Joana Pereira Bastos. É notícia de destaque na primeira página do jornal. No seu interior, situa-se na página 26, numa secção intitulada *Ensino Superior* e contém 773 palavras, incluindo o título e a entrada. A notícia enquadra-se num conjunto mais amplo de informação sobre os resultados das candidaturas ao ensino superior. O artigo em análise ocupa uma página que é partilhada com dois anúncios de divulgação de mestrados por parte de duas escolas superiores e com uma breve notícia, fotos, escola de origem, curso e universidade onde foram colocados os dez candidatos com a média de acesso mais alta.

O título da notícia é idêntico à frase que mais se destaca sobre a notícia na capa do jornal, denunciando o que parece ser uma irregularidade: “O ‘melhor’ aluno chegou à faculdade sem acabar o liceu”. Todavia, quer o texto da notícia na primeira página quer a entrada no artigo esclarecem que não existiu qualquer equívoco ou irregularidade no processo, tratando-se apenas de uma via possibilitada pela INO que permitia esta situação. Esta situação é apresentada, logo em manchete na ótica do aluno, como injusta.

O artigo contém na capa, em destaque, uma foto do aluno em causa; a mesma foto surge também com destaque no interior do jornal mas com a inscrição “Tomás, 23 anos, chegou à universidade através do programa Novas Oportunidades”. Na mesma página 26 surge novamente uma foto deste aluno, tipo passe, no primeiro lugar de uma fila de dez fotos dos alunos com a melhor média de acesso e com a indicação da média de entrada no ensino superior, o nome completo de cada um, a escola de origem, e, no caso do Tomás, inclui também a indicação “Novas Oportunidades”, a universidade e o curso onde foram colocados.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a forma de acesso ao ensino superior por parte das pessoas que obtinham o 12º ano pela via dos cursos EFA a funcionarem no âmbito da INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) Tomás Bacelos, adulto com 23 anos que ingressou na universidade com uma média de 200 pontos, referido sempre pelas jornalistas como “aluno”; (b) António Boaventura representante do CNO que Tomás Bacelos frequentou; (c) Virgílio Meira Soares, presidente da comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior; (d) Luís Capucha, presidente da ANQ, e (e) a Direção Geral do Ensino Superior como fonte de dados.

4. *Linguagem e retórica*

O texto na foto da capa tem, desde logo, subjacente a ideia que o sistema de ingresso no ensino superior não é justo. Os termos “injustiça” ou “injusto” surgem quatro vezes no texto. A forma de acesso ao ensino superior apresenta-se como injusta por favorecer os candidatos diplomados pela INO, designadamente os que completam o ensino secundário através dos cursos EFA, uma vez que os coloca em igualdade de circunstâncias como outros candidatos que fizeram percursos mais exigentes ou rigorosos. Este ponto de vista é defendido também pelo próprio Tomás que se considerou favorecido relativamente aos colegas provenientes do ensino secundário.

O ensino secundário é designado também por “liceu”, via de ensino já extinta e em tempos frequentada apenas uma pequena elite que por norma prosseguia estudos superiores.

O Tomás, jovem com 23 anos, obteve a sua equivalência ao 12º ano num sistema de educação e formação de adultos, mas nunca é referido como adulto e sempre apenas como “aluno”. Já na ótica do representante do CNO que o Tomás frequentou, a situação desigual é vista como “uma discriminação positiva”. Ainda assim, este artigo tem como propósito denunciar uma situação que é apresentada pelas autoras como injusta.

5. *Estratégias discursivas*

A própria voz do Tomás é usada pelas autoras do artigo como autoridade na defesa da tese de que o acesso ao ensino superior através da INO é um processo injusto, na medida em que o próprio o sente. Por sua vez a voz de Luís Capucha é apresentada como autoritária, diminuindo assim o seu poder de argumentação: “Luís Capucha, [...] recusa comentar as regras de entrada no ensino superior, por não serem da sua competência”.

O artigo tem implícito, por um lado, que o Tomás não era de modo algum o melhor aluno desse ano a candidatar-se ao ensino superior e, por outro lado, pressupõe uma hierarquização da importância das disciplinas, colocando a Matemática como a mais importante.

Entre os aspetos mais destacados do caso apresentado salientam-se: (a) a entrada no ensino superior com “uma única nota de exame” obtida na prova de ingresso de Inglês, ainda que esta tenha sido de 20 valores; (b) o facto do aluno que entrou no ensino superior com maior média, ter abandonado o “liceu” devido ao insucesso repetido na disciplina de Matemática: “Por mais que insistisse, não conseguia passar à disciplina”, dizem as autoras, a ponto de o fazer abandonar a escola; (c) a fraca nota obtida pelo aluno no exame de Biologia; (d) a obtenção de uma equivalência ao 12º ano num curto espaço de tempo: “em poucos meses”; e (e) a forma fácil de entrar na Universidade: “via verde” é a expressão utilizada para fazer notar este aspeto.

O artigo tem uma componente visivelmente informativa, intitulada sobre “o que diz a lei”, onde as autoras aproveitam para estabelecer comparações com o regime de ingresso no ensino superior para “maiores de 23 anos” que, como sabemos, obedece a um contingente próprio. Ora, a relevância deste aspeto reside, no nosso entender, na sugestão que comporta; na

nossa perspectiva, tem em vista que a tutela proceda de forma idêntica, ou seja, crie um contingente especial de entrada na universidade para os candidatos que obtiveram o 12º ano ou uma sua equivalência pelas vias do eixo Adultos da INO.

6. *Posições ideológicas*

As autoras desvalorizam os cursos EFA como uma via séria/exigente de aquisição de conhecimentos e defendem que a forma de acesso ao ensino superior é injusta uma vez que coloca em igualdade de circunstâncias candidatos em condições desiguais de formação.

Apesar de ser uma questão presente, em ponto algum do texto é questionada a possibilidade de mudança de curso entre regimes distintos.

A argumentação apresentada assenta também no pressuposto ideológico da hierarquização do conhecimento pela sua importância, ocupando as ciências exatas e experimentais, designadamente a Matemática e a Biologia, os lugares cimeiros.

Artigo LXXIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Expresso, a 25.09.2010, e os seus autores são as jornalistas Isabel Leiria e Joana Pereira Bastos. É notícia de primeira página no jornal. No seu interior, situa-se na página 22, numa secção intitulada *Ensino Superior* e contém 747 palavras, incluindo o título e a entrada e as caixas de texto.

O artigo ocupa quase metade da área da página; situa-se ao lado de um artigo de Nuno Crato, da rubrica Passeio Aleatório, e acima de dois anúncios.

Tanto o título da notícia na primeira página como o título do artigo no interior do jornal referem o número de alunos que entrou na faculdade; o primeiro sublinha o facto de estes alunos não terem terminado o “liceu” e o segundo o facto de serem alunos que fizeram um percurso na INO. A entrada da notícia na primeira página dá destaque ao ponto de vista da Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior (CNAES) e, por sua vez, a entrada do artigo refere o aumento significativo de situações consideradas “injustas” e a possibilidade de alteração da lei de acesso.

O breve texto da primeira página é uma espécie de *lead* da notícia e apresenta a lei de acesso ao ensino superior como sendo injusta por permitir que um número crescente de candidatos provenientes da INO acedam ao curso que pretendem de uma forma rápida e fácil, denunciando, assim, o caso dos formandos no âmbito da INO poderem concorrer em igualdade de circunstâncias com os outros alunos do ensino secundário regular.

O artigo contém uma foto de duas pessoas a consultarem um placard com listas de colocações, com uma legenda que refere o número de alunos que entraram na 1º fase do concurso. O artigo contém ainda algumas caixas de texto que destacam valores numéricos que mostram o aumento, em dois anos, do número de candidatos provenientes dos cursos EFA e o número de adultos que entram no ensino superior pela via dos “maiores de 23 anos” e, uma frase, que reforça a intenção da CNAES atender à situação que é aqui problematizada e propor alterações à lei de acesso.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a lei de acesso ao ensino superior por parte dos formandos que obtiveram o 12º ano pela via dos cursos EFA no âmbito da INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) a CNAES, entidade com autoridade na matéria em análise no artigo e com competência para propor alterações à lei, e representada por Virgílio Meira Soares, seu presidente; (b) o XVIII Governo, como decisor político; (c) Tomás Bacelos adulto com 23 anos que ingressou na universidade com “a nota de candidatura

mais alta do país” e que beneficiou de “regras mais fáceis para chegar à universidade”; (d) A Direção Geral do Ensino Superior como fonte de dados; (e) Ricardo Morgado, presidente da Federação Académica do Porto que afirma que a INO está a ser usada para fins diferentes dos que presidiram à sua criação, ou seja, como forma “fácil” de aceder ao ensino superior; e (f) o jornal Expresso.

4. *Linguagem e retórica*

A notícia surge no âmbito da divulgação dos resultados das candidaturas de acesso ao ensino superior e na sequência da publicação na semana anterior por este mesmo semanário de um artigo das mesmas autoras sobre o mesmo tema. Tem como propósito denunciar uma situação que é apresentada pelas autoras como injusta e mostrar também que a tutela aceitou este ponto de vista e irá analisar a situação, revelando assim, o poder de influência da imprensa de referência.

O termo “injustiça” surge três vezes no texto a propósito das regras “mais fáceis” de acesso ao ensino superior dos formandos dos cursos EFA no âmbito da INO, uma delas na entrada da notícia na capa do jornal e outra na frase em destaque. O ensino secundário e os cursos EFA são comparados: o primeiro é visto como uma via de aprendizagem mais difícil e exigente onde os alunos são “obrigados a fazer todas as disciplinas e a prestar provas em cada uma delas”; em oposição, nos cursos EFA de os alunos não têm exames “difíceis”, nem classificações nas disciplinas.

O facto de não terem sobrado vagas em cursos também escolhidos por alunos provenientes da INO, leva as autoras a concluírem que houve alunos do ensino secundário não colocados por falta de vagas:

“Não sobraram quaisquer vagas em mais de metade dos 320 cursos que receberam, na 1ª fase, formandos do Novas Oportunidades, o que significa que muitos jovens do ensino regular foram ultrapassados e acabaram por ficar de fora.”

5. *Estratégias discursivas*

A INO é apresentada como estando a ser utilizada por alunos que deixaram percursos incompletos no ensino secundário regular e ingressaram nos cursos EFA com vista a utilizá-los como uma “autoestrada”, isto é, uma forma fácil e rápida de acesso à universidade. As autoras sublinham que o objetivo dos cursos EFA é o de melhorar a qualificação dos adultos com vista a facilitar a sua inserção no mercado de trabalho ou a progressão no emprego. Na ótica de Ricardo Morgado a sua utilização com o propósito de prosseguir estudos concorrendo em igualdade de circunstâncias dos restantes alunos é uma forma subverter a INO e desvalorizar o ensino secundário.

A lei de acesso ao ensino superior é apresentada como injusta. Este ponto de vista é também defendido pelo presidente da CNAES que, tal como as autoras afirmam, “perante a notícia divulgada na última edição do Expresso e os números entretanto conhecidos, admite propor ao ministro Mariano Gago uma alteração à lei”, uma vez que coloca em igualdade de circunstâncias os candidatos, dando um tratamento mais vantajoso àqueles que fizeram um percurso diferente, ou seja, os que obtiveram o 12º ano através dos cursos EFA.

A tese defendida pelas autoras e que surge como sugestão na parte final do artigo ao apresentarem a lei de ingresso à universidade para “maiores de 23 anos” é a da criação de um contingente com vagas próprias para os adultos formados no âmbito dos cursos EFA.

6. Posições ideológicas

O artigo mostra o poder dos média, particularmente da imprensa escrita de referência, na construção de uma problemática ou na denúncia de situações que considera menos justas, obrigando o poder político a olhar para os problemas de determinado ponto de vista.

Da situação apresentada, os cursos EFA, vistos numa lógica de formação e do conhecimento essencialmente ao serviço da economia, e de um modo geral a INO foram quem saiu mais desvalorizados.

Artigo LXXIV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo do género jornalístico *opinião*, publicado no jornal Expresso a 25.09.2010. O seu autor é Fernando Madrinha jornalista e comentador. O autor não associa o seu discurso a um estatuto profissional explícito, como já é habitual neste jornal no que respeita aos artigos de opinião de *opinion makers* fixos. Surge na página 9 e ocupa duas colunas. Contém uma foto do autor e está dividido em três temas, cada um com o seu título. Aqui analisaremos apenas a parte que respeita à INO. Este texto tem 221 palavras e intitula-se “Oportunidades simplex”. O título, escrito em linguagem metafórica, pressupõe uma crítica à INO.

2. *Os temas/objetos*

O tema do texto é a lei de acesso ao ensino superior por parte dos formandos que obtiveram o 12º ano pela via dos cursos EFA no âmbito da INO.

4. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são o jornal Expresso e Tomás Bacelos, que ingressou na universidade com 20 valores, após concluir um percurso EFA de nível secundário.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo apresenta um discurso que mostra uma orientação clara do sentido da opinião. Recorre a algumas metáforas e faz uso da ironia. Reporta-se ao artigo das jornalistas Isabel Leiria e Joana Pereira Bastos, publicado pelo Expresso a 18.09.2010, mostrando partilhar do ponto de vista destas autoras, ou seja, de que a lei de acesso ao ensino superior é injusta. Na sua argumentação o autor refere-se sempre à INO, nunca especificando os cursos EFA.

5. *Estratégias discursivas*

A INO é apresentada pelo autor, como uma “via rápida” de acesso ao ensino superior e descoberta por “muitos” alunos como o Tomás Bacelos que após revelarem insucesso no ensino secundário regular a usaram para completar a sua escolaridade e aceder à universidade realizando um só exame:

Ele não completou, como os seus colegas do ensino regular, os 12 anos de escolaridade. Quando os chumbos começaram a suceder-se no Secundário, procurou uma via rápida de acesso à Universidade e encontrou-a: chama-se Novas

Oportunidades. Em escassos meses obteve a equivalência ao 12º ano. Depois foi só apresentar-se ao tal exame de ingresso no curso que escolheu.

A “flagrante injustiça”, segundo o autor, reside no facto de a INO se apresentar como um “autêntico mercado paralelo” e proporcionar uma “concorrência desleal”.

6. *Posições ideológicas*

O texto mostra, por um lado, o efeito dos discursos nos média nos discursos de outros agentes; por outro lado, o autor generaliza a toda a INO uma situação concreta e claramente identificada, contribuindo desta forma para a degradação da imagem da INO.

Artigo LXXV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Expresso, a 23.10.2010, e o seu autor é a jornalista Isabel Leiria que à data escrevia sobre educação neste diário. Surge na página 29, ocupa meia página e contem 465 palavras, incluindo o antetítulo, título e a entrada. O artigo contém uma foto de José Sócrates e Isabel Alçada numa cerimónia de entrega de diplomas a adultos, com a legenda “O Novas Oportunidades tem sido uma das grandes apostas de José Sócrates”; inclui ainda (a) um conjunto de gráficos respeitantes ao número de pessoas com mais de 18 anos inscritas e certificadas pela INO nas diversas modalidades de educação e formação de adultos, (b) dados numéricos relativos ao défice de qualificação dos portugueses, e (c) a perceção dos formandos que passaram pela INO recolhida no âmbito da avaliação externa levada a efeito pela Universidade Católica. O título e a entrada do artigo sublinham o incumprimento das metas da INO.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) o cumprimento das metas da INO no eixo Adultos; (b) a divulgação de algumas conclusões do estudo que foi realizado pela Universidade Católica, no âmbito da avaliação externa do eixo Adultos da INO; (c) a questão do alegado “facilitismo” em torno dos processos de RVCC; e (d) as medidas empreendidas por parte do Governo com vista a aumentar o rigor desta modalidade de educação de adultos.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XVIII Governo; (b) José Sócrates e Isabel Alçada, primeiro-ministro e ministra da Educação deste Governo; (c) a Universidade Católica, como entidade responsável pela avaliação externa do eixo Adultos da INO; (d) Roberto Carneiro como coordenador da equipa de avaliação externa; (e) Tomás Bachelos, aluno que foi alvo da atenção dos média, designadamente do jornal Expresso, a propósito das regras de ingresso no ensino superior de alunos dos cursos EFA, e (f) peritos internacionais como agentes com autoridade na aferição da qualidade dos processos de RVCC, referidos por Roberto Carneiro.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo utiliza uma linguagem em que tanto os gráficos como os dados numéricos são referidos com alguma relevância e destaque visual, quer para sublinhar o quanto se ficou aquém do cumprimento das metas estabelecidas pelo XVII Governo Constitucional no eixo Adultos da INO, quer para mostrar a evolução que foi feita na melhoria do défice de qualificação dos portugueses em idade ativa. A este tipo de linguagem técnica a autora acrescenta a opinião do coordenador da avaliação externa ao eixo Adultos da INO, Roberto Carneiro, figura pública

com elevado capital cultural, político e simbólico e alguns resultados apresentados por este ator na sessão de divulgação dos mesmos. Esta forma de abordagem confere à autora conhecimento e autoridade sobre o assunto e a necessária garantia de credibilidade da informação prestada.

5. *Estratégias discursivas*

A autora dá ênfase no título, na entrada, e no primeiro parágrafo ao facto de as metas estabelecidas no eixo Adultos não terem sido cumpridas. Este parece ser o aspeto mais enfatizado, mas no corpo do texto torna-se um aspeto quase secundário.

A propósito do cumprimento de metas a autora apresenta dados relativos ao número de pessoas certificadas e inscritas nos CNO em RVCC, nos cursos EFA, nas Formações Modulares e nas vias de conclusão do secundário (de cursos extintos). Todavia, a ênfase é dada aos processos de RVCC. A autora procura conhecer o ponto de vista de Roberto Carneiro “quanto às críticas de alguns ao alegado facilitismo dos processos de RVCC”. Este rejeita a generalização de situações pontuais e defende a identificação e responsabilização dos autores de eventuais desvios:

Roberto Carneiro afirma rejeitar “acusações vagas e anónimas ou críticas formuladas sem fundamento”. [...]“Tenho defendido que as denúncias de casos identificados e nomeados como ‘facilitistas’ sejam auditadas e os seus responsáveis castigados”, sublinha Roberto Carneiro,

Por sua vez, aproveita a ocasião para recordar algumas medidas que o Governo tomou com vista a garantir mais rigor nos processos, tais como o aumento do tempo de realização de um RVCC, visível também graficamente, e da monitorização dos processos por peritos internacionais.

Relativamente à perceção dos formandos (adultos) da INO a autora destaca visualmente os *ganhos pessoais*, as *competências-chave* e a *motivação*. Todavia, a questão que aborda com Roberto Carneiro é a da perceção do fraco impacto da melhoria da qualificação na vida profissional dos diplomados. Roberto Carneiro não desvaloriza a questão: “diz que ainda é cedo para se fazer essa avaliação” e “garante que já há ‘evidência de que as grandes empresas começam a valorizar a formação dos seus colaboradores’”.

6. *Posições ideológicas*

O artigo refere que a INO, no que respeita unicamente ao eixo Adultos, foi uma das “grandes apostas de José Sócrates, mas considera exagerada a ambição do Governo.

A imagem que apresenta sobre o papel da INO na melhoria da qualificação dos adultos é favorável. Ao invés de enfatizar o défice de qualificação, aspeto que também é focado, realça a evolução da melhoria e a perceção “globalmente positiva” (os termos são da jornalista) dos

formandos pelo eixo Adultos. Uma questão que é percebida como preocupante é o rigor dos processos de RVCC e os efeitos da melhoria da qualificação na vida profissional das pessoas.

Artigo LXXVI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de uma *entrevista* a Luís Capucha, diretor da ANQ, publicada no jornal Público, a um sábado, 23.10.2010. A entrevista é feita pela jornalista Bárbara Wong. Surge na página 10 (em 40), na secção Portugal. A entrevista, propriamente dita, contém 10 perguntas e respostas e ocupa cerca de uma página. Integrada formalmente na entrevista e formatada em coluna surge uma *notícia* da autoria de Bárbara Wong sobre a avaliação externa da INO contendo 225 palavras.

A entrevista possui um título e um subtítulo e a notícia anexa possui também um título, embora de dimensões bastante mais reduzidas. O título da entrevista resume uma ideia que Luís Capucha desenvolve no texto acerca da reação adversa à INO de certos grupos sociais privilegiados. Já o subtítulo destaca, como resultado da avaliação externa à INO, a satisfação dos adultos e a intenção do XVIII Governo dar continuidade a esta política uma vez que o seu financiamento não sofreu cortes significativos.

O título da notícia realça um aspeto positivo mais específico da INO revelado pela avaliação externa que é o seu efeito na melhoria da autoestima dos adultos.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais da entrevista giram em torno (a) do valor social da qualificação dos adultos, (b) da personalização de procedimentos de RVCC, (c) da quantidade/qualidade dos procedimentos, (d) da eficiência da INO, e (e) da democratização do acesso à certificação.

O tema principal da notícia é o impacto da INO na vida pessoal e profissional dos adultos que a frequentaram.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais referidos na entrevista pela jornalista são: Luís Capucha, apresentado no início do texto como docente do ISCTE e colega de Maria de Lurdes Rodrigues, a qual é mencionada, enquanto ator secundário, como antiga ministra da Educação e pessoa que chamou Luís Capucha para o seu ministério. Os adultos são os atores principais de quem se fala na entrevista. São ainda referidos: o XVII Governo, alunos de outras vias de ensino que não integram a INO, e elites da sociedade portuguesa.

Na notícia destacam-se como atores principais: (a) os adultos que frequentaram a INO; (b) Roberto Carneiro, antigo ministro da Educação e coordenador da avaliação externa da INO; e ainda (c) a Universidade Católica Portuguesa, como entidade responsável pela avaliação da INO.

4. *Linguagem e retórica*

Bárbara Wong faz inicialmente uma breve apresentação do seu entrevistado e mostra nitidamente que Luís Capucha não só conhece bem a INO como a defende “com unhas e dentes”, expressão usada pela jornalista. Na frase: “Quando a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) foi criada para acolher a Iniciativa Novas Oportunidades (INO) e o ensino profissional e artístico especializado, Capucha abraçou o projecto (...)” a jornalista separa a INO do ensino profissional e artístico especializado, associando-a apenas ao eixo Adultos. De facto, toda a entrevista respeita unicamente a este pilar da INO.

Independentemente de se constatar que não se trata de uma transcrição direta de uma entrevista oral, verifica-se que a jornalista coloca as perguntas a Luís Capucha de uma forma muito sucinta, clara, revelando-se bastante incisiva. Luís Capucha é também bastante conciso nas respostas que dá, não rodeia as questões, e não se limita a formular opiniões, ainda que não hesite em emitir o seu parecer; procura esclarecer o assunto e acrescentar informação, permitindo ao leitor melhorar o seu conhecimento sobre a INO e reorientar a sua opinião.

Na notícia, que tem por base os resultados da avaliação externa da INO, Bárbara Wong apresenta—sempre numa perspetiva positiva—um conjunto de dados que revelam o impacto da INO na vida pessoal e profissional dos adultos. Uma boa parte do texto contém dados quantitativos; neste sentido, o texto está redigido numa linguagem mais formal, mais técnica, o que confere maior credibilidade às suas afirmações.

5. *Estratégias discursivas*

No preâmbulo à entrevista, onde apresenta o seu entrevistado e o seu empenho no sucesso da INO, a jornalista aproveita para enfatizar um outro aspeto positivo do documento de avaliação externa o qual tem a ver com a mudança que a INO impulsionou em relação à forma como tanto os adultos inscritos na INO como os seus familiares concebem a educação escolar. Assim, da sua parte, Bárbara Wong mostra ao leitor que não se coloca numa posição de hostilidade, mas com uma perspetiva de compreender os problemas que são apontados à INO. Esta forma de apresentar o jogo tem várias funções: em primeiro lugar, confere à entrevistadora maior autoridade para abordar aspetos que se têm revelado polémicos na implementação da INO, como a jornalista faz questão de referir na formulação de algumas perguntas; em segundo lugar, em termos de conteúdo, a entrevista causa maior impacto no público; e, por último, a importante questão do poder, pois confere mais uma oportunidade a Luís Capucha, diretor da ANQ, para esclarecer o público sobre o assunto em apreço.

As questões colocadas por Bárbara Wong a Luís Capucha revelam várias das problemáticas que se colocaram na implementação das medidas preconizadas no eixo Adultos, nomeadamente algumas que respeitam aos processos de RVCC:

- o reconhecimento e a validação implicam também qualificação e acréscimo de conhecimento e competências, confirma Capucha, referindo indicadores do valor social da qualificação obtida;
- é possível um adulto inscrever-se na INO com o 6º ano e passados alguns meses sair diplomado com o 12º ano, como é o caso do autarca que Luís Capucha menciona e que foi notícia nos média. A preocupação de Luís Capucha é, segundo afirma, com o rigor dos procedimentos e não com o tempo que o processo demora; mostra assim que se trata de procedimentos personalizados e cada situação é um caso.

Outras polémicas que ganharam eco na opinião pública através dos meios de comunicação social são também abordadas na entrevista, como sejam:

- a *certificação ao serviço das estatísticas e da imagem do país na melhoria do défice de qualificação certificada*, aspeto que Luís Capucha rebate; não obstante, sublinha que as medidas da INO foram sempre uma prioridade na agenda do Governo e os recursos foram outorgados com vista aos objetivos serem atingidos com rapidez: “Foi feito com rapidez e nestas coisas da educação é preciso agir com rapidez”, afirma Luís Capucha;
- o *impacto da celeridade e da quantidade de procedimentos na qualidade dos processos de qualificação*, que Luís Capucha afasta uma vez que as competências são demonstradas e, além disso está convicto que a quantidade é “o primeiro pilar da qualidade”;
- a *ênfase na eficiência, abordada a propósito do “muito dinheiro” gasto com as campanhas publicitárias*. Luís Capucha contrapõe com o argumento da criação de uma marca com boa imagem, não fosse isso a INO não estaria a ter a adesão que se via e os resultados que considera claramente positivos.

Uma questão importante abordada por Bárbara Wong na entrevista prende-se com o que Luís Capucha refere de elevado valor social que tem a certificação escolar em Portugal e com as mudanças que se estão a verificar na sociedade, em resultado da adesão dos portugueses à INO. Do ponto de vista deste ator, o facto de a INO permitir a todos o acesso à possibilidade de ascenderem socialmente mediante a aquisição de um diploma escolar, usando as competências adquiridas ao longo e ao largo da vida, foi visto por certas elites como uma ameaça; diz Luís Capucha em conclusão: “Há uma democratização mal tolerada do acesso aos diplomas escolares”.

Na notícia anexa à entrevista, de entre os resultados apresentados no documento de avaliação externa ao eixo Adultos da INO, Bárbara Wong salienta a qualidade do serviço público prestado pelos CNO e o impacto da INO na vida profissional dos adultos que a frequentaram, na confiança e melhoria da autoestima, no desenvolvimento de novas competências e novos conhecimentos e no germinar de uma vontade de querer saber mais e prosseguir estudos.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente Bárbara Wong concede, nesta entrevista, oportunidade ao diretor da ANQ para clarificar uma série de aspetos polémicos sobre o eixo Adultos da INO que têm circulado nos meios de comunicação social (“opinião publicada”). Este aproveita a ocasião para enaltecer a agenda do XVIII Governo, congratular-se com os resultados obtidos e mostrar o seu comprometimento com a INO que considera ser uma marca com qualidade e com boa imagem.

Artigo LXXVII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Correio da Manhã, a uma segunda-feira, 25.10.2010, cujo autor é o jornalista João Saramago. Surge na página 23, (em 52) na secção *Sociedade*. Contém 217 palavras, incluindo o antetítulo, o título, a entrada, e a caixa de texto, e ocupa a zona central da página. Contém uma foto de uma antiga formadora de adultos de um CNO que está identificada pelo nome. O antetítulo refere o número de adultos formados pelos CNO; no entanto, não explicita o facto de se tratar de formação no âmbito da INO, pois só na entrada do artigo vem explícito o termo “Novas Oportunidades”. O título, em grande destaque, “Oportunidades com dívidas”, mostra, por um lado que se refere a um programa bem conhecido dos seus leitores e, por outro lado, focaliza o interesse da notícia no problema financeiro. O artigo possui uma caixa de texto onde realça o facto de o pagamento aos formadores ser feito de dois em dois meses.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o atraso no pagamento aos formadores nos CNO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são (a) Elisabete Cardoso, antiga formadora no CNO da Fundação da Juventude; (b) Paula Gonçalves, representante da Fundação da Juventude; e (c) Rui Fiolhais, gestor do Programa Operacional Potencial Humano (POPH). Como ator secundário surge Alfredo José de Sousa, provedor da Justiça que recebeu quatro queixas por atraso no pagamento das bolsas de formação no âmbito do POPH.

4. *Linguagem e retórica*

O autor recorre a citações de Rui Fiolhais e de Paula Gonçalves, apesar de ter sido o atraso no pagamento à formadora Elisabete Cardoso o motivo que despoletou a notícia. Assim, a introdução desta última personagem, parece servir apenas de pretexto para abordar uma situação, o financiamento dos CNO por parte do POPH, que o autor pretende mostrar como problemática e que na opinião do gestor do POPH é secundária.

5. *“Estratégias discursivas*

A ênfase do artigo é colocada do ponto de vista dos formadores. Não obstante a referência a quatro queixas, o jornalista desenvolve o assunto reportando-se apenas a uma delas. Deste modo, João Saramago procura chamar a atenção para um problema que se prende com o modo de financiamento dos CNO por parte do POPH o qual tem reflexos no pagamento aos formadores. Neste sentido a posição de Rui Fiolhais sai diminuída, pois desvaloriza a situação apresentada, argumentando com base no impacto que a INO teve.

6. *Posições ideológicas*

A forma como o caso foi apresentado mostra que o jornalista procurou acima de tudo dar visibilidade a um problema que afetava os atores que se encontravam no terreno a educar e a formar adultos nos CNO.

Artigo LXXVIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a uma quinta-feira, 11.11.2010, e o seu autor é a jornalista Cristina Rita que escreve o artigo em parceria com a agência Lusa. Surge na página 28 (em 52), na secção *Política*. Contém 382 palavras, incluindo os títulos, a entrada e as caixas de texto e é o artigo principal da página onde se encontra, ocupando cerca de três quartos da área disponível. Contém uma foto, com legenda, da ministra do Trabalho e da Solidariedade Social no XVIII Governo constitucional, Helena André. O antetítulo, o título e a entrada reportam-se à medida prevista no Orçamento do Estado para 2011 que, segundo a autora, obriga os desempregados e beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) com baixas qualificações a fazerem formação no âmbito da INO. A situação é apresentada como uma imposição do XVIII Governo que abrangerá um elevado número de pessoas que serão penalizadas se recusarem a formação. Nas caixas de texto sublinha-se a posição do PSD sobre a medida em causa e divulgam dados quer sobre o desemprego, comparando-os com os da OCDE, quer sobre o número de CNO em funcionamento, data em que foi implementada a INO, referindo ainda o seu objetivo.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são a medida anunciada respeitante à obrigatoriedade das pessoas desempregadas e beneficiárias do RSI fazerem formação no âmbito da INO, e a reação dos partidos com assento no Parlamento às explicações da ministra do Trabalho e da Solidariedade Social sobre o assunto.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são: (a) Helena André, ministra do Trabalho e da Solidariedade Social no XVIII Governo; (b) o PSD; (c) o PCP; (d) o CDS-PP representado por Mota Soares; (e) Bagão Félix, referido como antigo ministro das Finanças (no XVI Governo liderado por Pedro Santana Lopes); e (f) a OCDE, utilizada pela autora como entidade de referência no que respeita aos indicadores do desemprego.

4. *Linguagem e retórica*

A autora apresenta os assuntos de uma forma bastante sintética e esquemática; recorre a citações da ministra do Trabalho e da Solidariedade Social para o desenvolvimento da explicação dada ao Parlamento sobre a medida suprarreferida, mas na apresentação do ponto de vista dos partidos políticos usa o discurso indireto; é extremamente sucinta e cita apenas duas das metáforas utilizadas pelos atores no debate: “manobra estatística” e “apagão”. Por sua vez, o número de pessoas abrangidas pela medida anunciada é um aspeto a que a autora dá relevo.

5. Estratégias discursivas

A autora esquematiza a notícia em três parágrafos sensivelmente com o mesmo número de palavras. No primeiro parágrafo realça alguns aspetos da medida, nomeadamente (a) a sua duração e data de início da aplicação; (b) o número de pessoas que prevê serem abrangidas; (c) as penalizações previstas a quem se recusar a fazer formação no âmbito da INO; e (d) as prioridades, em termos de ordenamento da chamada das pessoas, para iniciarem a formação. No segundo parágrafo, Cristina Rita apresenta a explicação da ministra realçando, novamente, quer o número de pessoas que prevê que sejam abrangidas quer o objetivo do Governo com esta medida; já no último parágrafo, apresenta, então, o ponto de vista desfavorável dos três partidos políticos da oposição com maior representatividade no Parlamento, dando menor importância à posição do PCP, do qual refere apenas “O PCP também criticou a medida”.

6. Posições ideológicas

A autora procurou apresentar a medida do XVIII Governo com objetividade, salientando o número de pessoas que a mesma deveria abranger, o facto de estarem previstas penalizações para quem se recusar fazer formação no âmbito da INO, e a posição desfavorável manifestada por alguns partidos da oposição, dando também a palavra ao Governo.

Artigo LXXIX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Expresso, a 11.12.2010, e o seu autor é a jornalista Isabel Leiria. Situa-se na página 24, numa secção intitulada *Educação* e contém 529 palavras, incluindo o título e o subtítulo e uma caixa de texto.

O artigo, no cimo da página, ocupa uma faixa horizontal com cerca de um terço da área da página; por baixo deste artigo encontra-se uma notícia contendo dados do desempenho dos alunos portugueses no teste PISA comparados com a média nos países da OCDE.

No título e no subtítulo da notícia a autora assume, como um dado adquirido que a forma de acesso ao ensino superior privilegia os alunos provenientes de formações no âmbito da INO, e que esta está a ser cada vez mais utilizada neste sentido, mostrando também que a tutela aceita este ponto de vista e por isso irá atuar em conformidade, ou seja, “travar o acesso fácil ao superior”, como afirma.

No *lead* da notícia a autora situa o problema, referindo que se trata de uma utilização abusiva da INO e recordando o facto de ter sido o jornal Expresso a alertar para a situação que já havia sido integrada na agenda do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

A frase destacada no meio do texto, em forma de caixa de texto, “Os alunos do Novas Oportunidades concorrem em igualdade com os do ensino regular, mas fazem menos provas”, não refere, por exemplo, que se trata da situação de candidatos provenientes dos cursos de Educação e Formação de Adultos.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são a lei de acesso ao ensino superior e as propostas de alteração apresentadas ao MCTES.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o MCTES e o seu representante, o ministro Mariano Gago; (b) o semanário Expresso; (c) a CNAES; e (d) o aluno com 23 anos que ingressou na universidade com fazendo “apenas uma prova com nota de 20 valores” que já foi alvo de notícia publicada neste jornal, nomeadamente por Isabel Leiria.

4. *Linguagem e retórica*

A autora caracteriza como “fácil” a forma de acesso ao ensino superior por alunos provenientes dos cursos EFA, no âmbito da INO. As expressões utilizadas são: “via verde de acesso ao ensino superior”, “acesso fácil ao ensino superior”, “beneficiando de regras mais fáceis”. Na argumentação a autora salienta aspetos que marcam a oportunidade que diz estar a ser cada vez mais utilizada de forma “abusiva” pelos “candidatos dos cursos de educação e formação de

adultos do Novas Oportunidades”. Os termos “Apenas têm de realizar [...]”, e “um aluno que faça apenas [...]” são utilizados na justificação dessa facilidade; a situação é caracterizada como “uma eventual injustiça” e não como simplesmente “injusta”, mostrando uma posição menos dogmática.

5. *Estratégias discursivas*

A autora usa o peso da autoridade da CNAES e do MCTES para mostrar que a questão levantada pelo *Expresso* quando da divulgação dos resultados das candidaturas ao ensino superior era pertinente, pois mereceu a atenção da CNAES e integrou a agenda da tutela. Uma vez que a situação foi despoletada com a publicação de um seu artigo e teve impacto quer nos discursos de outros atores, neste e noutros jornais, quer ao nível de instâncias de regulação nacionais, o capital simbólico da autora como jornalista naturalmente aumentou, tanto mais que é a terceira notícia de Isabel Leiria que o jornal publica sobre o assunto.

Isabel Leiria apresenta duas propostas de alteração à lei de acesso à universidade que diz terem sido feitas pela CNAES e estarem em análise por parte do MCTES; mostra a complexidade de uma das propostas, face às implicações que arrasta, designadamente na alteração de outros normativos vigentes, e a semelhança da outra proposta com a forma de acesso dos candidatos “maiores de 23 anos”, fazendo “uma ressalva”: “apenas entrariam no ensino superior os que tivessem uma nota de candidatura igual ou superior à do último aluno que ingressar nesse curso através do contingente geral.”

Na segunda parte da notícia, que contém o separador “Menos exames” a autora explica os problemas que encontra na atual lei de acesso contrapondo a situação dos candidatos provenientes dos cursos EFA com a dos “colegas dos cursos gerais”, no que respeita ao número de exames que uns e outros têm de realizar e de classificações de final do secundário; refere que a dos alunos dos cursos EFA é “administrativamente atribuída”, assinala consequências que advêm do facto destes candidatos concorrerem “em pé de igualdade” com os “jovens do ensino regular” e destaca o caso do acesso ao curso de Medicina: “Apesar de serem uma minoria em relação ao total de estudantes colocados, alguns conseguem entrar assim em cursos muito cobiçados, como Medicina, retirando lugares aos candidatos do ensino regular.”

6. *Posições ideológicas*

O artigo mostra o poder dos média, particularmente da imprensa escrita de referência, nos processos de regulação das políticas educativas; construindo uma problemática, assente em valores como justiça, equidade e rigor, o jornal *Expresso* forçou a definição de prioridades e obrigou o poder político a olhar para os problemas de determinado ponto de vista ao mesmo tempo que avançou com sugestões de resolução.

Os cursos EFA foram abordados apenas numa lógica de acesso fácil à universidade. Apesar de ter sido referido que esta via é uma forma abusiva de utilizar a INO o facto é que a INO foi analisada apenas por um prisma que em nada a valorizou.

Artigo LXXX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma sexta-feira, 14.01.2011, e o seu autor é a jornalista Clara Viana. Surge na página 12 (em 44), na secção *Portugal* e tem chamada para o artigo na última página do jornal. Contém 691 palavras, incluindo o título, a entrada, e a caixa de texto. Ocupa cerca de metade da área da página, contém uma caixa de texto com título “mais escola não”, e um gráfico situado na zona central do artigo revelando os motivos que levaram os adultos a inscreverem-se na INO. O título e a entrada do artigo referem uma das conclusões de um estudo realizado no âmbito do eixo Adultos da INO—o impacto da INO na família dos adultos que concluíram um processo de RVCC—, destacando o facto de se tratar de um estudo sobre a perceção das pessoas.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é as conclusões do estudo que foi desenvolvido pela Escola Superior de Educação de Coimbra e apoiado pela ANQ, como a autora afirma, e que teve como objetivo saber em que medida a conclusão de um processo de RVCC por parte dos adultos, poderia ter um impacto no percurso escolar dos filhos. Note-se que os resultados deste estudo ainda iriam ser divulgados no dia da publicação deste artigo.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) Lucília Salgado, investigadora e professora da Escola Superior de Educação de Coimbra, que coordenou o projeto; (b) a Escola Superior de Educação de Coimbra, entidade que se responsabilizou pela realização do projeto; (c) a ANQ agência que coordena centralmente e a nível nacional a INO e que apoiou este projeto; e (d) a OCDE, instância de regulação supranacional “que tem apontado Portugal como um dos países onde o nível educativo dos pais determina o destino escolar dos filhos”.

4. *Linguagem e retórica*

Apesar de identificar e dar relevo a Lucília Salgado, coordenadora do projeto, e às entidades promotoras, a voz que se ouve em grande parte do artigo é a dos adultos entrevistados que surge também, com frequência, sob a forma de citação. O texto apresenta as conclusões do estudo, cuidando de referir também, além de alguns dados quantitativos, o seu objetivo e alguns aspetos metodológicos da investigação realizada, designadamente características da população alvo e realização de entrevistas, conferindo credibilidade à notícia pelo seu carácter de divulgação científica para um público genérico.

Enquanto no texto a autora dá relevo às mudanças sentidas pelos adultos entrevistados e consideradas por estes como conseqüentes da conclusão do processo de RVCC, no gráfico é dado destaque aos motivos que levaram esses adultos a inscreverem-se na INO.

5. *Estratégias discursivas*

“Ter mais oportunidade de emprego”, Possibilidade de progredir na carreira” e “melhorar o desempenho profissional” são as motivações apresentadas, respetivamente, por 50,3%, 46,1% e 32,6% dos adultos inquiridos, como a autora mostra no gráfico que apresenta. Todavia, ainda que não deixe de referir, ao longo do texto, o impacto da conclusão de um processo de RVCC na vida profissional dos adultos, este é um assunto claramente relegado para segundo plano.

Clara Viana optou por enfatizar aspetos do estudo que referem as mudanças que os próprios adultos sentiram na forma como passaram a encarar o conhecimento e as suas capacidades e competências, designadamente: (a) uma maior confiança e auto estima, (b) a manifestação de um sentimento de realização e valorização pessoal, (c) uma maior capacidade de comunicação e de relacionamento com os outros, (d) mais competências de leitura e escrita, (e) mais competências ao nível de utilização das TIC, (f) maior capacidade de acompanhar os filhos nos estudos, (g) o facto do esforço individual feito pelo adulto em processo de RVCC servir de exemplo para os filhos e (h) “a vontade de continuar o processo de aprendizagem”, como a autora refere.

Do discurso de Lucília Salgado, a jornalista destaca, em caixa de texto, a rutura com o sistema de educação formal introduzida pela INO na educação dos adultos (subtendendo-se que se está a reportar aos processos de RVCC) como o motivo que levou a “tanta procura”.

“Segundo a investigadora, trata-se de um corte com ‘o simplismo da premissa: baixas escolarizações igual a mais escola’ que conduziu à ‘desistência e, consequentemente, à não aprendizagem dos adultos de baixas qualificações’ ”.

6. *Posições ideológicas*

Uma das ideias que os autores do estudo pretendem passar, de acordo com a narrativa da jornalista, é a de que a modalidade de RVCC no âmbito da INO encetou um processo de mudança na educação que está para além do simples objetivo de aumentar as qualificações da população adulta, ou seja, da melhoria dos recursos humanos, e que terá necessariamente repercussões nos filhos dos adultos que passaram por um processo de RVCC. Clara Viana mostra aderir a este ponto de vista.

Artigo LXXXI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 18.05.2011, e o seu autor é a jornalista Clara Viana. Surge na página 14 (em 40), na secção *Portugal* e no âmbito do tema “Eleições 2011”; tem 890 palavras, ocupa a página inteira, contém uma foto dimensões significativas do primeiro-ministro, José Sócrates, e uma espécie de subnotícia, com título e subtítulo, e foto do tipo passe de Manuel Maria Carrilho no seu interior. O artigo é ainda alvo de uma chamada na primeira página do PÚBLICO. Os títulos da notícia quer na capa quer no interior do jornal estão escritos pela negativa e mostram, explicitamente, uma crítica à avaliação da INO, omitindo o facto de se reportar apenas à avaliação do eixo Adultos. O subtítulo da notícia, em género de entrada, mostra a existência de desacordo no interior do PSD relativamente a declarações de Passos Coelho sobre a INO proferidas em campanha eleitoral.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) a avaliação externa efetuada ao eixo Adultos, (b) a qualidade e o rigor da educação de adultos no âmbito da INO, e (c) a utilização da INO enquanto tema de debate em tempo de propaganda eleitoral.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são, pela ordem em que aparecem: (a) a Universidade Católica como entidade responsável pela avaliação externa do eixo Adultos da INO; (b) Joaquim Azevedo, antigo secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário do XII Governo Constitucional de Partido Social-Democrata (PSD); (c) Passos Coelho, líder do PSD e candidato a primeiro-ministro; (d) José Sócrates, primeiro-ministro do XVIII Governo, nesta data em funções de gestão; (e) Vieira da Silva e Isabel Alçada, ministros da economia e da Educação, respetivamente, no XVIII Governo; (f) Roberto Carneiro, coordenador da equipa da Universidade Católica que tem realizado a avaliação externa ao eixo Adultos, apresentado também como “ex-ministro da Educação (1987-1991) do Governo PSD da altura” (g) a ANQ “responsável pelas Novas oportunidades”, representada pela sua vice-presidente Maria do Carmo Gomes; (h) David Justino, ministro da Educação do XV Governo Constitucional, e José Canavarro deputado pelo PSD na XII legislatura, apresentados como antigos governantes do PSD; (i) a OCDE como instância de supranacional de regulação, designadamente, da educação de adultos; (j) o Partido Socialista (PS); (k) Pedro Duarte deputado pelo PSD na XI Legislatura, representando a voz do PSD na Assembleia da República; (l) Manuel Maria Carrilho, apresentado como ex-ministro socialista da Cultura e antigo embaixador de Portugal na UNESCO; e (m) a UE apresentada do ponto de vista de Manuel Carrilho como instância de referência nos processos de regulação das políticas educativas.

Todos os atores referidos neste artigo são personalidades conhecidas do público português, com elevado capital cultural, político e simbólico, mas com ligações diferentes à educação. A Universidade Católica é uma instituição de referência no ensino superior e a UE e a OCDE são autoridades inquestionáveis na área da educação e da/s política/s educativa/s.

4. *Linguagem e retórica*

A autora mobiliza uma série de figuras públicas para apresentar o que refere como “nova polémica” em torno da INO, ainda que o que esteja em discussão não seja a INO no seu todo mas apenas o eixo Adultos, particularmente os processos de RVCC. Este aspeto só é perceptível ao leitor atento e minimamente esclarecido sobre a INO, pois só pontualmente é referido que se trata da educação de adultos, exceção feita à apresentação da opinião de Manuel Maria Carrilho que refere expressamente os processos de RVCC no âmbito da INO. Ainda que a autora se apoie na autoridade de vários dos autores mencionados, designadamente Joaquim Azevedo, Roberto Carneiro, Maria do Carmo Gomes, Pedro Duarte, Manuel Maria Carrilho, para apresentar a “polémica” que despoletou em tempo de propaganda eleitoral e o recurso à citação seja utilizado, acrescenta informação sobre os assuntos que estes abordam incluindo, também, dados quantitativos. Pela variedade de atores referidos, com clarificação na maioria dos casos para a afinidade política de cada um, e a diversidade de pontos de vista apresentados, a jornalista Clara Viana parece ter procurado um equilíbrio entre opiniões sobre os assuntos em análise.

5. *Estratégias discursivas*

A autora apoia-se, essencialmente, na autoridade de Joaquim Azevedo para:

- apresentar os pontos fortes do eixo Adultos da INO: ““Existem mais de 900 mil pessoas que se inscreveram nos Centros Novas Oportunidades. Isto mostra uma sede de aprender que é notável””;
- sublinhar o papel da avaliação levada a efeito pela equipa coordenada por Roberto Carneiro: “aferição das percepções dos envolvidos na iniciativa e no apoio à auto-avaliação dos Centros Novas Oportunidades”;
- assinalar deficiências no processo de acompanhamento que, de qualquer modo, no entender deste autor, não justificavam os termos utilizados por Pedro Passos Coelho na referência à INO e que a autora reproduz: “Passos Coelho classificou as Novas Oportunidades como uma ‘credenciação à ignorância””.

Da avaliação efetuada, Clara Viana destaca alguns aspetos da metodologia nos dois estudos já publicados e as “novas competências” que os adultos entrevistados disseram ter adquirido: “uso do computador e da Internet; à capacidade para aprender a aprender (a maioria

manifestou a vontade de prosseguir novas formações); e em literacia (leitura, escrita e comunicação oral)”.

Clara Viana recorre também a Maria do Carmo Gomes para sublinhar a qualidade da formação proporcionada aos adultos; esta, por sua vez, remete para a avaliação a ser efetuada em 2013, no âmbito do programa da OCDE, com vista a medir as competências dos adultos e no qual Portugal deveria vir a participar, à semelhança do que sucedeu em 1998 onde Portugal teve um desempenho bastante fraco, como a jornalista faz questão de recordar.

Dando voz a Pedro Duarte e principalmente a Manuel Maria Carrilho, Clara Viana apresenta o ponto de vista de certa forma oposto ao anterior. Dos aspetos tocados são de realçar:

- a acusação feita a José Sócrates pelo uso da INO como meio de propaganda eleitoral: ‘O engenheiro Sócrates está convencido de que pode trocar diplomas por votos’;
- a argumentação em torno da necessidade de conferir credibilidade à INO para introduzir alterações: “Pedro Duarte garantiu que, se for Governo, o PSD prosseguirá com aquele programa, embora noutros moldes”;
- a valorização do RVCC apenas a nível básico:

‘Uma coisa é entregar um diploma de competências básicas a pessoas que adquiriram esses conhecimentos na vida prática. Outra é conferir-lhes o 12.º ano.’ Segundo Carrilho, na União Europeia, isso só se passa em Portugal. Nos outros países, acrescenta, a certificação de competências é feita ao nível do ensino primário.

Na parte final do artigo e na sequência da exposição do ponto de vista de Manuel Carrilho, após referir que foi na modalidade de RVCC que se verificou maior procura por parte dos adultos, a autora faz uma síntese do processo de elaboração do portefólio reflexivo de aprendizagem e do respetivo processo de avaliação. Sublinha ainda a eventual necessidade do adulto ter de fazer formação para preencher as lacunas detetadas quando comparadas as competências adquiridas com um referencial de competências pré definido, procurando mostrar que processo de RVCC não se reduz à certificação como Manuel Carrilho quis fazer crer que acontece: ‘O problema das Novas Oportunidades é a “confusão total que se faz entre certificação e qualificação e que alimenta o facilitismo”, disse o autor.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente Clara Viana procura assumir um ponto de vista neutro procurando complementar as diferentes perspetivas com informação sobre o assunto. Não fossem os títulos e o destaque dado à opinião desfavorável aos processos de RVCC no âmbito da INO, com o uso do termo depreciativo “fast-food” por parte de Manuel Carrilho, diríamos que quase o tinha

conseguido. Com efeito, o título, o subtítulo e o destaque dado a este último ponto de vista, denunciam uma posição do jornal que tem explicita as prioridades para o governo que vier a tomar posse na sequência do processo eleitoral que ocorreria daí a dias, ou seja, o de encetar uma avaliação do eixo Adultos da INO que avalie a qualidade em si da INO e o seu rigor.

Um aspeto que é de realçar mais uma vez é o facto da vertente dos adultos da INO ser tomada como representativa do programa, ignorando a vertente da INO que tem como público-alvo os jovens.

Artigo LXXXII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a uma quinta-feira, 19.05.2011, cujo autor é José Rodrigues que escreve o artigo em colaboração com dois outros jornalistas referidos como C.R. e S.T.. Surge nas páginas 20 e 21 (em 52), na secção *Especial* dedicado ao tema “Legislativas 5 de junho 2011: José Sócrates vs passos Coelho”. Contém 672 palavras e ocupa a zona central das duas páginas. O antetítulo, o título e o subtítulo destacam algumas divergências políticas dos líderes dos dois maiores Partidos políticos, PS e PSD. Na página da esquerda, página 20, o artigo dá conta das ideias políticas de José Sócrates veiculadas em campanha eleitoral e de frases que este disse; do lado direito, página 21, dedica atenção à campanha eleitoral feita por Passos Coelho, destacando também algumas das frases que proferiu nos seus discursos. O artigo contém ainda uma foto de cada um destes líderes e uma outra foto de cada um em plena campanha eleitoral.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo são o périplo de José Sócrates e de Pedro Passos Coelho pelo país e os temas dos discursos de ambos os líderes em campanha para as legislativas de 5 de junho de 2011. A INO surge como tema da parte de José Sócrates e no âmbito da polémica em torno de afirmações sobre a INO proferidas por Passos Coelho na véspera.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) José Sócrates, como secretário-geral do Partido Socialista (PS) e candidato do PS; (b) Pedro Passos Coelho como líder do partido Social Democrata (PSD) e candidato a primeiro-ministro pelo PSD; e (c) O XVIII Governo liderado por José Sócrates.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo utiliza uma linguagem que destaca a agressividade entre os dois líderes durante a campanha eleitoral; o autor dá ênfase às acusações entre ambos, aspeto desde logo visível no título “José Sócrates vs Passos Coelho”. Os próprios jornalistas realçam exemplos de estratégias encenadas pelos autores para angariarem votos: “Para se convencerem os indecisos, aumenta-se a dramatização”, disse o autor a propósito das afirmações de Passos Coelho. Expressões ou frases como “o que mais me chocou”, “fizeram-me um ataque pessoal”, “no rescaldo da polémica sobre o programa Novas Oportunidades”, “o líder ‘laranja’ acusou o PS”; “Faça o favor de nos dizer”, “o líder do PS diz que Passos insultou [...]”, “O Passos Coelho é um homem de palavra, não está com calculismos para chegar ao Governo de qualquer maneira”, estão presentes ao longo do artigo e enfatizam os picos de agressividade entre os candidatos.

5. Estratégias discursivas

Os autores ensaiam uma tentativa de abordar o conteúdo da mensagem de ambos os líderes procurando escrutinar propostas de estratégias para baixar a taxa de desemprego. Contudo apresentam discursos sem qualquer substância quer do lado do PS quer do lado do PSD. Todas as frases destacadas pelos autores como proferidas por José Sócrates dizem respeito ao discurso de Passos Coelho relativamente à INO. Entre os aspetos referidos assinalou basicamente a coragem e a humildade dos portugueses que se inscreveram na INO e que diz ter sido insultada por Passos Coelho por preconceito social.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente o artigo sustenta a forma agressiva de fazer política em Portugal mantendo em agenda polémicas em torno da INO proferidas em campanha eleitoral, que mostram uma sua instrumentalização partidária com fins eleitoralistas; os autores enfatizam as acusações de parte a parte entre os líderes, sem que haja uma nota relativamente à substância dos discursos.

Artigo LXXXIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma sexta-feira, 20.05.2011, e os seus autores são duas jornalistas: Filomena Fontes e Margarida Gomes. Surge na página 9 (em 44), na secção *Destaque: Eleições 2011*. Contem 520 palavras, ocupa a cerca de trinta por cento da área da página. Integra-se num conjunto de notícias no âmbito do período de propaganda eleitoral para as eleições legislativas que viriam a acontecer a 5 de junho. O artigo contém uma foto de Pedro Duarte do PSD com uma frase sua em destaque onde justifica o motivo pelo qual considera que a INO “falhou”. O antetítulo destaca o debate na comissão permanente da Assembleia da República como tema principal do artigo e o título apresenta o que as autoras consideraram a novidade no debate, ou seja, o facto do Bloco de Esquerda (BE) se ter posicionado do lado do PS e contra o PSD no que se refere à polémica sobre a INO que teve contornos mediáticos nesta campanha eleitoral. O *lead* do artigo apresenta a razão pela qual o PS levou a INO a reunião da comissão permanente e a posição do PSD, PCP, CDS e o BE relativamente à polémica que despoletou durante a pré-campanha eleitoral em torno da INO.

2. *Os temas/objetos*

Os objetos em discussão no artigo são: (a) a posição dos quatro partidos políticos com assento no parlamento relativamente ao discurso de Pedro Passos Coelho a propósito da INO, afirmando que “o programa era um ‘atestado à ignorância’”; e (b) a posição de cada um dos partidos da oposição relativamente à própria INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo, pela ordem em que aparecem referidos no texto, são: (a) BE representado por Cecília Honório; (b) o PS, representado pela sua deputada Paula Barros; (c) o PSD, representado por Pedro Duarte, vice-presidente da bancada parlamentar do PSD; (d) Passos Coelho líder do PSD; (e) o PCP representado por António Filipe; (f) o Presidente da República, referido por Paula Barros para legitimar a sua posição em defesa da INO; (g) José Sócrates no papel primeiro-ministro do XVIII Governo, líder do PS e candidato a primeiro-ministro do próximo governo; (h) Vera Jardim, deputado do PS e presidente da Comissão permanente que terminou funções nesta data.

Todos os atores referidos neste artigo são personalidades com elevado capital político e social.

4. *Linguagem e retórica*

Os verbos e as formas verbais utilizadas pelas autoras realçam o modo como o debate na reunião da comissão parlamentar permanente decorreu: “voltar a condenar”, “condenou”,

“apontou baterias”, “acusou”, “questionou”, “afinou”, “desafiou”, “criticou”, “pretender descredibilizar”, ou seja, num ambiente de grande tensão.

O espaço dedicado ao ponto de vista de cada partido é bastante equilibrado, ainda que os nomes “PS”, “socialista(s)”, “Sócrates”, “PSD”, e “Passos Coelho” surjam seis vezes mais do que as referências ao PCP, BE e CDS; este facto e a elevada frequência das referências à INO mostram apenas que são a INO e o PS e o PSD e os respetivos líderes os alvos principais do debate.

As autoras recorrem com frequência a breves citações dos deputados, designadamente as que implicam o uso de expressões no sentido figurado, como por exemplo, “atestado à ignorância”, “atestado de burrice”, “verdadeiro certificado de incompetência”, “manobras meramente eleitoralistas”, “deplorável instrumentalização partidária”, que revelam características de um debate político.

5. *Estratégias discursivas*

A ordem pela qual as autoras apresentam os diversos pontos de vista é a seguinte: em primeiro lugar dão a palavra ao PS, depois ao BE, em seguida ao CDS, seguido do PCP e por fim ao PSD.

De cada um dos partidos políticos as autoras destacam a sua posição em relação à polémica afirmação de Pedro Passos Coelho a propósito da INO e o ponto de vista do CDS, do PCP e do PSD a propósito da INO, propriamente dita.

A este último respeito,

- o CDS considera que a INO tem privilegiado a certificação em detrimento da qualificação profissional:

As Novas Oportunidades não podem ser só qualificar para certificar, quando a lógica tem de ser garantir a estas pessoas um conjunto de novas capacitações profissionais;

- o PCP apela à necessidade de avaliar o mérito e a eficácia da INO:

O deputado comunista criticou a falta de “uma avaliação de mérito e dos resultados concretos,

- o PSD tenta desfazer o mal entendido, mas crítica a ausência de reflexos da INO na empregabilidade e nas empresas, decorrente da falta de credibilidade do programa. Coloca também o problema no processo de acompanhamento da INO:

O PSD contesta é a falta de empregabilidade, de credibilidade e a falta de reconhecimento das entidades empregadoras”, disse. O vice-presidente da bancada

laranja afirmou que, “em grande parte, o programa falhou porque usou as pessoas para manobras meramente eleitoristas.

De qualquer modo, considera que o programa necessita de uma auditoria e crítica a avaliação efetuada pela Universidade Católica por se tratar apenas de “um inquérito de satisfação”.

6. Posições ideológicas

As autoras apresentam em traços gerais o debate na comissão parlamentar permanente pedido pelo PS na sequência da polémica despoletada por afirmações de Pedro Passos Coelho em campanha eleitoral, uns dias antes, sem privilegiarem qualquer perspetiva em termos de debate político.

Já no que respeita ao conteúdo do debate a propósito da INO o único ponto a favor foi o apresentado pela deputada socialista defendendo que a INO deu resposta às necessidades de qualificação dos portugueses.

Artigo LXXXIV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Expresso, a 21.05.2011, e o seu autor é a jornalista Isabel Leiria. Situa-se na página 22 e contém 699 palavras, incluindo o antetítulo, o título, a entrada do artigo e duas caixas de texto.

O artigo, no cimo da página, ocupa uma faixa horizontal com cerca de metade da área da página. O antetítulo define o assunto a que respeita: “Novas Oportunidades”. O título mostra que as regras de acesso ao ensino superior foram alteradas por serem injustas, tendo um ministro (não diz qual) admitido o facto, e o subtítulo especifica o tipo de alteração introduzida.

A frase destacada no meio do texto, em forma de caixa de texto, mostra que foi na sequência da notícia do Expresso, sobre o caso “Tomás Bacelos”, que o assunto entrou na agenda do MCTES.

Numa segunda coluna em destaque a autora:

- Lembra a data de criação da INO e as metas estabelecidas no eixo Adultos da INO, quer no que respeita aos RVCC quer aos cursos EFA e sublinha que “a meta [qualificar 1 milhão de adultos até 2010] ficou por metade”;
- Menciona alguns dos aspetos que foram enfatizados na polémica sobre a INO durante a campanha eleitoral, designadamente, a perspectiva de Passos Coelho que defendeu “uma auditoria externa ao programa” e “acusou Sócrates de distribuir diplomas a “granel” e posteriormente a de José Sócrates mostrando-se ofendido com as afirmações de Passos Coelho. Na parte final, a autora salienta o aumento para o dobro, de 2007 para 2009, do período médio de tempo necessário para obtenção de uma equivalência ao 12º mediante um processo de RVCC.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são as alterações introduzidas pelo MCTES na lei de acesso ao ensino superior e o debate político em torno da INO entre José Sócrates e Passos Coelho em campanha eleitoral.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) Mariano Gago, ministro do MCTES; (b) o semanário Expresso; (c) a CNAES; e (d) Tomás Bacelos, o aluno com 23 anos que ingressou na universidade “como sendo o ‘melhor aluno’ do país que já foi alvo de várias notícias publicadas neste jornal, nomeadamente por Isabel Leiria; (e) José Sócrates, “primeiro-ministro demissionário”; e (f) Passos Coelho, líder do PSD.

4. *Linguagem e retórica*

O público que a autora considera que beneficiava e que “continuará a ter a mesma possibilidade” de beneficiar de “regras mais fáceis” de acesso ao ensino superior, como afirma, é caracterizado por “jovens” que concluíram “o ensino secundário através do programa Novas Oportunidades”, ou seja, adultos, ainda que jovens, que frequentaram os cursos EFA. A autora utiliza o verbo *concluir* [o ensino secundário na INO] relativamente a estes “jovens” mostrando que são jovens que passaram do “liceu” para a INO [leia-se cursos EFA], deixando o primeiro percurso incompleto; a questão da equivalência entre percursos distintos não é aqui explorada.

A autora salienta que as regras diferentes continuam a ser mais fáceis para os alunos da INO. Na segunda parte do texto, onde Isabel Leiria explica porque é que estes alunos beneficiavam de regras de acesso diferentes, a autora afirma “todos os que concluem o secundário através deste programa não recebem notas”; ora, não se trata de quaisquer alunos da INO, pois, por exemplo, os alunos dos cursos profissionais, que fazem parte de uma das modalidades de formação no âmbito do eixo Jovem da INO, não estão incluídos na situação extrema que a autora refere, uma vez que concluem o seu percurso e têm no final uma classificação final correspondente à média do secundário.

A autora volta a dar destaque ao facto de o problema inicialmente identificado ter um nome e um rosto, Tomás Bacelos, e portanto era real: “O problema não era meramente hipotético”; mas os casos multiplicaram-se desde 2008. Referindo os valores numéricos, “cresceu 48 vezes” como afirma, a autora dá uma outra dimensão ao problema.

O ministro Mariano Gago é o ator mais referido como fazendo parte da solução, enquanto os alunos provenientes da INO fazem parte do problema: “de cada vez que um aluno do ensino regular perder o lugar na universidade — por ter entrado alguém vindo do Novas Oportunidades — será criada uma vaga adicional para si”.

5. *Estratégias discursivas*

No início do segundo parágrafo, depois de explicar sucintamente o problema que existia nas regras de acesso ao ensino superior e o efeito prático das alterações introduzidas, Isabel Leiria salienta o papel relevante do Expresso na resolução do problema: “A decisão do ministro do Ensino Superior foi tomada na sequência de uma notícia do Expresso (em setembro de 2010)”.

Ao longo do texto a autora:

- volta a identificar o problema: “haver candidatos a disputar em pé de igualdade os mesmos lugares, mas beneficiando de regras diferentes”;
- explica a sua origem: “O problema é que todos os que concluem o secundário através deste programa não recebem notas — de que precisariam para concorrer à universidade”;
- lembra as duas propostas apresentadas pela CNAES ao MCTES: “a atribuição de uma classificação final aos cursos do Novas Oportunidades ou a criação de vagas adicionais

para os candidatos do ensino regular que fossem ultrapassados pelos primeiros no acesso à universidade”;

- apresenta a decisão do ministro do Ensino Superior: “decidiu-se por esta última hipótese”;
- sublinha a abolição da injustiça com as novas regras de acesso: “de cada vez que um aluno do ensino regular perder o lugar na universidade — por ter entrado alguém vindo do Novas Oportunidades — será criada uma vaga adicional para si”;
- não deixa de assinalar, também, a fraqueza da medida tomada: “É impossível antecipar o número de lugares a mais que irão ser criados.”

6. *Posições ideológicas*

O artigo mostra o poder dos média, particularmente da imprensa escrita de referência, nos processos de regulação das políticas educativas; construindo uma problemática, assente em valores como justiça e equidade, o artigo mostra o desfecho de uma luta que o Expresso encetou em setembro de 2010 obrigando o poder político a olhar para os problemas de determinado ponto de vista e a tomar decisões, alterando a lei. A frase utilizada pela autora “Numa nota enviada ao Expresso, o gabinete de Mariano Gago explica agora que as regras vão mudar já no concurso deste ano” é esclarecedora do papel da imprensa na mediatização da política.

A INO foi abordada apenas numa lógica de acesso fácil à universidade. O facto de não ter sido referido tratar-se apenas de situações provenientes dos cursos EFA a autora contribuiu para a desvalorização do programa no seu todo.

Artigo LXXXV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo de *opinião* publicado no semanário Expresso, no dia 21.05.2011. O seu autor é Pedro Adão e Silva, académico doutorado em Ciências Políticas e Sociais. Surge na página 42, na secção *Editorial & Opinião*. Tem 485 palavras, ocupa cerca de um quarto de uma página e inclui uma foto do autor, do tipo passe, e uma caixa de texto que destaca uma frase do texto. A página onde o artigo de Pedro Adão e Silva se insere contém o editorial do jornal e três outras peças sobre temas diversos. Em nenhum destes artigos é assinalado o estatuto do autor.

O título do artigo usa o termo “oportunidades”, está formulado pela negativa, e sinaliza uma perda. O artigo não possui subtítulo mas, imediatamente antes do início do texto, destaca a negrito e com um tamanho maior de letra uma frase que é repetida no interior do texto e que revela a opinião do autor acerca do modo como Pedro Passos Coelho reagiu ao seu próprio discurso sobre a INO em período de campanha eleitoral.

2. *Os temas/objetos*

O autor limita-se essencialmente a analisar dois assuntos: o discurso de Pedro Passos Coelho em campanha eleitoral para as legislativas de 2011 e a importância da INO na mudança que suscitou na sociedade.

3. *Os agentes*

O ator principal referido no artigo é Pedro Passos Coelho, apresentado como líder do PSD e forte candidato a primeiro-ministro nas eleições legislativas de 2011. Como atores secundários surgem a classe dos professores e, apesar de não estar explícito o nome, Santana Castilho, é também um ator embora assumindo um papel secundário; de qualquer modo, ou a referência ao seu nome é considerado um dado dispensável pelo autor do artigo, privilegiando por isso aspetos que revelam o estatuto desta personagem, como sejam o facto de ter participado na elaboração do programa eleitoral do PSD e do candidato a primeiro-ministro ter “patrocinou[nado] a apresentação” do seu livro, ou o público alvo do autor do artigo é o cidadão minimamente informado da atualidade nacional.

4. *Linguagem e retórica*

Na parte do texto em que se refere à INO, o autor apresenta uma linguagem mais formal, do que a que utiliza para explicar a forma como diz que Passos Coelho tenta cativar certos públicos procurando através da retórica ir ao encontro dos seus interesses; nesta parte do texto utiliza uma linguagem bastante mais conotativa, como ilustram as seguintes passagens: “em mais uma tentativa conseguida de introduzir ruído no seu próprio discurso”, “contrariamente ao que a língua de pau sugere, não se governa nenhum sector se nos deixarmos capturar pelos seus

interesses”, “O líder do PSD deu um passo gigante para ficar capturado pelos professores”, “Não tardará muito a pagar com juros elevados a ilusão de popularidade”.

5. *Estratégias discursivas*

O autor do artigo apresenta um discurso que mostra uma orientação clara do sentido da opinião. No que respeita à INO, a opinião que Pedro Adão e Silva emite é de apoio a este programa. No seu entender, o aspeto mais importante desta política residiu no facto de ter acelerado “o ritmo de recuperação do nosso atraso educativo”, processo que na sua perspetiva vinha sendo desenvolvido mas de uma forma que classifica de muito “tímida”.

As baixas qualificações dos “ativos” eram, segundo a leitura que o autor faz da opinião da sociedade portuguesa, “um obstáculo sério à competitividade da nossa economia”. Ora, o facto de a INO assentar em dois pilares, (a) o eixo Jovem, que o autor vê como uma “estratégia para o futuro”, e (b) o eixo Adultos, a que dá destaque especial aos processos de RVCC que, no seu entender, respondem às necessidades do presente sem que se “fique à espera que a substituição geracional resolva os nossos défices de qualificações”, é, na sua perspetiva, a forma de resolver o “défice estrutural” do país, ainda que, como também ressalva, nem tudo tenha corrido da melhor forma.

Pedro Adão e Silva acentua ainda a mudança cultural que a INO estava a introduzir na sociedade portuguesa; diz o autor “a forma como o programa foi recebido, com cerca de um milhão e meio de portugueses a candidatarem-se e envolvendo milhares de empresas, revela uma vontade de procurar o conhecimento bastante incomum na sociedade portuguesa”.

Face a esta posição do autor perante a INO percebe-se a sua reação emotiva às afirmações proferidas por Pedro Passos Coelho acerca da INO no início da campanha eleitoral, tanto mais que o autor admitia Pedro Passos Coelho como um forte candidato a primeiro-ministro como, de facto, se veio a confirmar. Com efeito, adotando uma posição muito crítica de Pedro Passos Coelho, Pedro Adão e Silva mostra, com dois exemplos, que o seu discurso encobre interesses eleitoralistas e manifesta preocupação com este facto e, conseqüentemente, com o futuro da INO.

6. *Posições ideológicas*

Pedro Adão e Silva assume um ponto de vista favorável à INO, quer no que respeita aos processos de RVCC, pelo facto de permitirem obter uma resposta mais eficaz no combate ao défice de qualificação dos adultos que denomina “ativos”, quer na forma como a INO prepara o futuro reduzindo o abandono e proporcionando uma via técnico-profissional.

Na perspetiva que o autor apresenta, a *qualificação profissional* e a *celeridade* com que é conseguida são aspetos centrais da INO na medida em que, na perspetiva apresentada, a qualificação é condição *sine qua non* para a competitividade da economia que é a sua finalidade.

O autor deixa uma nota bastante negativa ao discurso de Pedro Passos Coelho em campanha eleitoral.

Artigo LXXXVI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião*—publicado no jornal Expresso, no dia 21.05.2011. A sua autora é Maria de Lurdes Rodrigues, antiga ministra da Educação no XVII Governo Constitucional. Surge na página 43, na secção *Editorial & Opinião*, tem 508 palavras e ocupa a zona central de uma página que contém mais três artigos de opinião sobre temas variados de *opinion makers* que habitualmente fazem opinião neste jornal. Dos diversos artigos que se encontram na mesma página, este ocupa o maior espaço maior, ainda que contenha menos palavras que o que se encontra por cima dele, possui um antetítulo, o seu título está escrito numa letra que tem cerca do dobro do tamanho da dos restantes artigos da mesma página e é o único que tem uma ilustração, concluindo-se, por isso, que é dos quatro artigos da página aquele a que é dado maior destaque. Em nenhum dos outros artigos de opinião está explícito o estatuto dos seus autores. Contudo, neste é sublinhado no antetítulo o facto de a autora ter desempenhado o cargo de ministra da Educação do XVII Governo Constitucional. Esta realidade que define o lugar donde a autora fala, confirma a sua legitimidade e confere maior valor simbólico à opinião emitida.

O título do artigo, “Novas oportunidades para o país”, encerra duas ideias: por um lado, mostra a INO ao serviço do desenvolvimento do país mas, por outro lado, levanta a dúvida sobre o futuro desta política. Em termos de substância, o antetítulo revela a opinião da autora relativamente à eventual subvalorização da Educação de Adultos, situação que via como provável a curto prazo, alertando, desde logo, para as consequências que daí poderiam resultar.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a política de formação e qualificação dos adultos ativos implementada no âmbito da INO, nomeadamente no que respeita aos processos de RVCC que a autora considera estarem em risco. Como tema secundário surgem as críticas à “d direcção do PSD”.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são, em primeiro lugar, os adultos, pois é sobre estes que recai a preocupação da autora, e só depois vem o PSD, na figura da sua direcção, cujo discurso em campanha é alvo de crítica. Os agentes secundários são o Partido Socialista, a UE e a OCDE.

4. *Linguagem e retórica*

A autora utiliza uma linguagem formal onde a argumentação da opinião é feita de uma forma racional, sem fazer uso de uma expressividade que diminua o poder da exposição através do raciocínio. A autora não personaliza as questões, como é bem visível neste pequeno excerto: “O programa Novas Oportunidades foi usado na campanha eleitoral, pela direcção do PSD, para

marcar a diferença com o PS”; mostra compreender certo tipo de críticas, que considera “dúvidas legítimas”, justificando-as por se tratar de “um programa inovador nas metodologias e surpreendente na mobilização de adultos e formadores”; considera mesmo que algumas exigências eram “legítimas”, como é o caso da dos mecanismos de avaliação da qualidade do programa.

5. *Estratégias discursivas*

O que a autora não aceita é o “preconceito” usado pela “direção do PSD” como “bandeira eleitoral”, aspeto que refere logo na primeira parte do texto, o qual, no seu entender, subjaz às críticas proferidas relativamente à INO durante o período de campanha eleitoral. A autora manifesta uma posição muito crítica da “direção” do PSD que diz afastar-se do “património político” deste Partido, pois as “críticas destrutivas” feitas à INO alimentam “orientações conservadoras e elitistas, antiliberais e anti-humanistas” e abrem uma “clivagem onde antes existia convergência” e consenso social. Portanto, para a antiga ministra da Educação, a questão é ideológica e política.

Por sua vez, Maria de Lurdes Rodrigues recorda três aspetos que refere como factos em defesa da sua tese, em prol da continuação de ações implementadas no âmbito da INO, em particular as que se reportam à educação/formação de adultos as quais, segundo afirma, fizeram de Portugal um país “mais moderno e justo”:

- sublinha a papel dos adultos ativos no desenvolvimento do país e o *dever moral* de lhes proporcionar uma oportunidade para melhorarem as suas qualificações;
- chama a atenção para o facto da avaliação dos formandos no eixo adultos integrar uma componente externa “mais exigente do que a de outros segmentos do sistema de ensino e formação” a qual tem sido superada com sucesso, pese embora admita que existiam “falhas” que necessitavam ser corrigidas;
- relembra que os processos de RVCC “existem há muito e em muitos países” em vários níveis de ensino, incluindo o ensino superior e que, se Portugal pecou foi pelo atraso na sua generalização.

6. *Posições ideológicas*

Para Maria de Lurdes Rodrigues, a qualificação dos portugueses é fundamental para a modernização social e económica do país. A INO não só criou oportunidades para Portugal fazer a recuperação do défice de qualificação, como suscitou uma mudança na sociedade, mudou o país e melhorou a vida das pessoas, nomeadamente dos adultos para com quem estávamos em dívida, defende a autora. No seu entender, esta situação não pode ser interrompida por questões políticas e ideológicas.

Artigo LXXXVII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a um domingo, 22.05.2011. O seu autor é José Lopes, leitor do jornal. Surge na página 34 (em 36), na secção Cartas à Diretora; tem 203 palavras, ocupa uma pequena coluna e encontra-se ao lado de mais duas pequenas cartas de outros leitores e dois comentários de leitores da secção Comentários *online*. Na parte superior destes artigos posiciona-se o editorial do jornal (que não se encontra assinado). O título, curto, “Novas Oportunidades”, indica claramente o assunto que o autor vai abordar.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são os cursos EFA de dupla certificação—uma das modalidades de formação de adultos no âmbito da INO—, e o papel dos meios de comunicação social na (des)valorização social destes cursos.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são os meios de comunicação social, os quais estão implícitos na argumentação, e a Associação Comercial e Industrial de Coimbra (ACIC) onde o autor fez o seu curso de Técnico de Informática de Sistemas na modalidade de cursos EFA. O coordenador, mediador, e formadores da entidade de formação da ACIC, assim como os colegas do autor são agentes que este refere na sua argumentação.

4. *Linguagem e retórica*

O autor usa uma linguagem informal; não utiliza recursos estilísticos. Recorre ao seu caso para justificar que é necessário esforço e perseverança para fazer o 12º ano num curso EFA, salientando o facto de ser portador de uma doença cuja designação menciona. Sem o referir explicitamente, o autor dirige-se aos média quando faz uso da segunda pessoa do plural.

5. *Estratégias discursivas*

José Lopes critica as reportagens que diz terem sido feitas sobre os cursos EFA (não refere onde nem por quem) as quais deram uma má imagem destes cursos. Admite a ideia de que algumas pessoas possam ter retirado algum proveito da situação, mas recusa inteiramente a generalização deste tipo de ideias, pois tanto no seu caso com no de outros foi “muito difícil realizar o curso”. Desafia os meios de comunicação social a darem “voz e defesa” aos que como ele “mereceram o que conquistaram”.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume um ponto de vista favorável dos cursos EFA e desfavorável do papel dos média na construção social de uma imagem destes cursos. Neste sentido exorta os

média a procurarem a verdade que, segundo o autor, se encontra junto daqueles que fizeram os cursos com esforço e empenho: “Tenham a coragem de questionar e de ficar surpreendidos”, diz.

Artigo LXXXVIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a uma quinta-feira, 26.05.2011. O seu autor é Manuel Ferreira, leitor do jornal. Surge na página 38 (em 40), na secção Cartas à Diretora; contém 186 palavras, ocupa um pequeno espaço entre uma carta de outro leitor com uma dimensão sensivelmente maior e dois comentários de leitores da secção Comentários *online*. Na parte superior destes artigos encontra-se o editorial do jornal (que não está assinado). A utilização, no final do artigo, de “(…)” indica que o texto original foi reduzido para fins de publicação no jornal. O título, curto, “Novas Oportunidades”, indica claramente o assunto que vai abordar.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são as Formações Modulares no âmbito da educação de adultos e o discurso de Pedro Passos Coelho em campanha eleitoral.

3. *Os agentes*

O ator principal apresentado no artigo é Pedro Passos Coelho enquanto candidato a primeiro-ministro. Como atores ou agentes sociais secundários surgem o Instituto de Formação Bancária onde o autor efetuou formação que lhe permitiu completar o ensino secundário e José Sócrates, por quem o autor diz não nutrir simpatia.

4. *Linguagem e retórica*

O autor recorre a bastantes recursos estilísticos, alguns dos quais coloca entre aspas, na tentativa de enfatizar o seu posicionamento, os quais simultaneamente atribuem um cariz popular ao seu estilo de escrita. Recorre ao seu caso, pessoa de 53 anos com família e amigos de cujo convívio teve de prescindir para conseguir concluir o nível secundário pela INO, além dos mais de €500 que gastou em deslocações e alimentação.

No final do texto o autor procura reforçar o valor da sua opinião, a qual é desfavorável a Pedro Passos Coelho, dizendo que não simpatiza com José Sócrates, primeiro-ministro à data da publicação do artigo.

5. *Estratégias discursivas*

O autor procura mostrar que Pedro Passos Coelho estava errado quando diz ter acusado a INO de “fraude” e “facilitismo”. Na sua argumentação relata sucintamente o seu caso: fez “200 horas de formação em quatro disciplinas”, com privações familiares de amigos e lazer, tempo gasto em deslocações e “em estudo fora das aulas”, dinheiro gasto em deslocações e alimentação, referindo a avaliação a que foi sujeito: “testes intercalares e finais (sem consulta)”.

Admite a ideia de que possa ter havido algumas “fraudes”, que na sua opinião seriam detetáveis e sancionáveis, assim houvesse vontade por parte do poder político, mas a generalização de acusações daquele tipo diz ofenderem “aqueles, sem dúvida a maioria, que deram todo o seu empenho para se valorizarem”. Contudo, o próprio autor generaliza aos políticos o que critica no discurso de Pedro Passos Coelho.

O autor diz sentir-se ofendido pelas afirmações de Pedro Passos Coelho e não lhe reconhecer autoridade para criticar os que se inscreveram na INO: “Essas críticas valem o que valem e sobretudo quando vêm daqueles cujo CV é feito à base de cargos políticos e colocações da mesma origem”.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume um ponto de vista favorável da INO, e desfavorável da forma de atuação da classe política, em geral, a qual por inércia, incapacidade ou desinteresse não distingue o mérito, optando por tratar todos de modo incorreto: “Como é costume, estes políticos ‘cortam pela raiz’. Como não conseguem detectar e sancionar (ou não lhes é conveniente...) as fraudes que por certo existiriam, vai tudo no mesmo saco!”.

Artigo LXXXIX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião*—publicado no jornal Expresso, no dia 03.06.2011, excepcionalmente a uma sexta-feira, último dia da campanha eleitoral para as eleições legislativas para a Assembleia da República que decorreriam daí a dois dias. O autor do artigo é Roberto Carneiro, figura pública portuguesa que desempenhou cargos políticos em diversos governos, nomeadamente como ministro da Educação no XI Governo Constitucional, de maioria parlamentar do PSD e primeiro-ministro Aníbal Cavaco Silva. O artigo surge na página 43, na secção *Editorial & Opinião* e tem 578 palavras; ocupa a zona central de uma página que contém mais três artigos de opinião sobre temas variados de *opinion makers* que habitualmente fazem opinião neste jornal.

É, dos quatro artigos, aquele a que é dado maior destaque: (a) ocupa um espaço maior, ainda que o texto que se encontra na parte superior da página contenha aproximadamente o mesmo número de palavras; (b) possui título e subtítulo; (c) o título está escrito com uma letra que tem cerca do dobro do tamanho da letra dos restantes artigos da mesma página; e, (d) é o único texto que tem uma ilustração. Em nenhum dos restantes artigos está expresso o estatuto dos seus autores. Porém, neste é referido no subtítulo que se trata da opinião do coordenador da equipa de avaliação externa da INO; esta realidade que define o lugar donde o autor fala, confirma a sua legitimidade e confere maior valor simbólico à opinião emitida.

O título do artigo dá a entender que a intenção do autor é esclarecer um conjunto de ideias sobre a INO que precisam ser sistematizadas e clarificadas. Em termos de substância, o subtítulo revela, por um lado, a posição do autor relativamente a opiniões que têm sido emitidas no espaço público que desacreditam a INO ao tomarem a parte pelo todo e, por outro lado, sublinha a necessidade de punir os casos desviantes, sem, contudo, refutar a sua existência.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são (a) a política de qualificação de adultos implementada no âmbito da INO, nomeadamente no que respeita à avaliação do programa e (b) as críticas à INO alimentadas, em parte, no entender do autor, pela comunicação social, em particular a que se refere ao “facilitismo”.

A (des)continuidade das políticas educativas, em particular no que respeita às políticas de requalificação dos portugueses como é o caso da INO, em resultado da dependência das legislaturas, é uma preocupação perceptível no discurso do autor.

3. Os agentes

Os agentes ou atores sociais principais referidos pelo autor no artigo são a comunicação social, Portugal e os portugueses, peritos estrangeiros, organizações internacionais, pares internacionais. São também referidos a ANEFA e CNO.

4. Linguagem e retórica

O autor utiliza uma linguagem formal onde a argumentação da opinião é feita de uma forma racional, sem fazer uso uma expressividade que diminua o poder da exposição através do raciocínio, ainda que utilize um ou outro recurso estilístico, como por exemplo: “Novas Oportunidades: os pontos nos is”, “na corrida para a inovação” e “facilitismo”.

O autor não personaliza as questões nem alimenta o conflito, antes pelo contrário, valoriza o diálogo e a vontade para entender e debater os argumentos dos que discordam, pois considera que “Em democracia, o debate é a sua essência, não tanto o mero ato de votar”.

A forma como Roberto Carneiro argumenta em torno da avaliação da INO, fazendo uso de expressões como “a existência de uma aturada investigação avaliativa do programa” ou “a investigação avaliativa conduziu à produção de um *corpus* científico alargado [...]” que foi validado por pares internacionais, mostra que o autor pretende sublinhar o carácter inovador da metodologia utilizada no processo de avaliação da INO o qual foi conduzido por uma equipa por si coordenada; estes aspetos conferem uma credibilidade ímpar ao processo e aos resultados e, como tal, legitimam a sua opinião porque fundamentam a sua argumentação em torno da rejeição das acusações de “facilitismo”, termo que é utilizado sete vezes no texto e que revela a importância que o autor lhe dá. Em termos de substância, a sua argumentação em torno da avaliação da INO dirige-se a um público com um capital escolar elevado.

5. Estratégias discursivas

Metade dos oito pontos que o autor assinala sobre a INO diz respeito à sua avaliação; no esforço de mostrar que os resultados obtidos refletem a realidade da INO relativamente ao que o instrumento pretendeu avaliar, esses quatro pontos incidem especialmente sobre a validade do método utilizado. Roberto Carneiro refere quais foram os itens avaliados e chama a atenção para o facto de a avaliação não ter incluído uma auditoria aos procedimentos nem às condições de atribuição dos diplomas, uma vez que tal não foi solicitado pela tutela. Fazendo uso da sua própria autoridade, não deixa também de sublinhar que a equipa solicitou uma “avaliação económica” mas que não lhe foi incumbida. Mostra, assim, que há ainda trabalho importante a fazer neste campo. É no aspeto da avaliação que o autor localiza o *busílis* da questão que gerou a polémica em torno da INO.

Nos restantes pontos o autor (a) enfatiza o diagnóstico que precedeu às INO, (b) recorda que na sua essência a INO dá continuidade a uma série de políticas públicas que estão em vigor

em Portugal há mais de 40 anos, (c) chama a atenção para a importância dada a nível internacional à educação informal e não formal e ao reconhecimento de competências adquiridas ao longo e ao largo da vida em ambientes não educacionais, e evoca ainda (d) o que, na opinião do autor, a nível internacional distinguiu a INO de outras políticas de requalificação de adultos que foi a expressão pública que alcançou em tão curto espaço de tempo.

Roberto Carneiro apelida de “estéreis” as discussões que acontecem no espaço público e que são também veiculadas pela comunicação social; rotulam a INO de ‘facilitismo’ e têm no seu entender apenas um propósito eleitoralista.

Com efeito, uma boa parte do seu texto é dedicado a tratar diretamente a questão do “facilitismo nas NO” que tem vindo a lume no espaço público pela comunicação social. A sua primeira reação à questão do facilitismo é “Honestamente não sei”, o que mostra que, na sua perspetiva, é dada demasiada importância ao assunto. Contudo sublinha vários aspetos: (a) a sua veracidade ou falsidade necessita de ser comprovada através de uma auditoria específica “a casos responsabilmente denunciados”; (b) é “imperativo” que se averiguem os casos de “facilitismo” e que, caso existam, os seus responsáveis sejam punidos “exemplarmente”, (c) a existirem “casos pontuais de ‘facilitismo’, não será particularmente por se tratar desta política, diz o autor, uma vez que no ensino regular também é possível surgirem situações desviantes.

6. Posições ideológicas

Roberto Carneiro assume uma posição crítica da forma de fazer política em Portugal, pelo menos em tempo de propaganda eleitoral. Não isenta a comunicação social de críticas, “A comunicação social tem vindo a ecoar declarações díspares sobre as Novas Oportunidades”, e saúda o debate proporcionado pelo jornal Expresso no qual se insere a sua participação. Na sua opinião, “os desafios que se colocam à educação e formação dos portugueses são de tal ordem que não se compadecem com constantes mudanças de rumo” nem com discussões “estéreis”.

Assim, considerando que cabe ao Estado um papel fundamental na requalificação dos portugueses, o autor apela ao consenso entre os agentes políticos e mesmo à celebração de “um pacto educativo que confira e dê consistência estratégica à política pública educativa” viabilizando, assim, a “implantação gradual de um sistema de aprendizagem vitalícia”.

Artigo XC

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 30.07.2011. As suas autoras são duas jornalistas: Clara Viana e Graça Barbosa Ribeiro. A notícia é manchete do dia e surge na secção *Portugal*. Contém 770 palavras, incluindo o antetítulo, título e a entrada da notícia. Ocupa a página 4 (em 40) e contém uma foto, em tamanho considerável, de Nuno Crato com a legenda de que é agora o novo ministro da Educação e Ciência. O título na capa do jornal e o título da notícia estão formulados pela negativa e destacam o que diz ser uma decisão do ministério da Educação de não abrir ou suspender a abertura de novas turmas para adultos. O antetítulo da notícia alude a problemas no financiamento dos cursos EFA (a causa); o título diz que o ministério suspendeu a abertura de novas turmas destes cursos (decisão) e a entrada destaca uma das implicações dessa decisão (efeitos) e problemas na sua comunicação às escolas.

O artigo está repartido em duas componentes; à segunda componente foi dado um antetítulo, “Financiamento”, e um título também formulado pela negativa: “candidaturas ainda não avançaram”. Numa pequena caixa de texto é salientado o número de adultos inscritos no ano anterior nos cursos EFA.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são as implicações da ausência de garantia de financiamento dos cursos EFA e os problemas na comunicação das orientações da tutela às escolas.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o ministério da Educação e Ciência (MEC) tutelado por Nuno Crato; (b) uma assessora de imprensa do MEC cujo nome não é referido; (c) a Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo; (d) José António Sousa, diretor da Escola Secundária D. Dinis; (e) Paulo Guinote, que possui um blogue dedicado à Educação e que é utilizado pelas autoras como referência em termos de interpretação de legislação na área da Educação; (f) Manuel Pereira, dirigente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares; (g) Isabel Alçada, antiga ministra da Educação no XVIII Governo Constitucional.

4. *Linguagem e retórica*

As autoras enfatizam dois aspetos que interferem com o funcionamento das escolas: o facto de financiamento por parte do POPH não estar garantido e os problemas na comunicação entre as direções regionais e as escolas. No que se refere ao primeiro item, a dúvida e a incerteza são enfatizadas; expressões como as seguintes denotam este aspeto: “quando estiver garantido financiamento”, “quando houver financiamento”, “mas não já”; “não abriam para já”, “aguardar autorização para”, “se ficar resolvido até meados do mês”, “ainda não estão

publicitados” e “também já não tinha autorizado”. Já frases como as que se seguem realçam o segundo aspeto: “mas ainda não chegou a escolas de outras regiões do país”, “Agora a confusão parece instalada”, “precisamente o último dia do prazo”, “de um momento para o outro, sem que nada o fizesse prever”, “segundo momento de confusão”, “pensei que era assim”, “apesar de não dispor de mais informação”. Algumas das implicações desta situação são dadas a conhecer através do depoimento de um diretor de uma escola secundária.

Na parte final do artigo as autoras não incluem os cursos EFA no âmbito da INO e apresentam “ambas as opções” como as alternativas apontadas pelo ministério da Educação do XVIII Governo para os alunos que não puderam entrar no ensino recorrente, sublinhado neste artigo como “mais exigente”, permitindo aqui que o leitor deduza uma maior facilidade nas modalidades oferecidas no âmbito da INO.

5. *Estratégias discursivas*

O facto financiamento por parte do POPH não estar garantido e a comunicação entre as direções regionais e as escolas não estarem a ser feitas atempadamente ou com a clareza necessária, como as autoras fazem crer, são situações apresentadas como perturbadoras da gestão das escolas, particularmente em termos da gestão dos recursos humanos. É este o ponto de vista realçado, designadamente no depoimento do diretor da Escola Secundária D. Dinis, pois, ainda que as autoras refiram o número de alunos que se inscreveram nos cursos EFA no ano anterior e seja indicado o número de alunos à espera da abertura de novas turmas naquela escola, a tónica é colocada no aparecimento dos designados “horários zero” decorrentes dessas turmas não abrirem a tempo de evitar esta situação.

‘Aqui na escola já tínhamos tudo apurado quando chegou a informação de que não abririam para já as novas turmas dos cursos EFA – foi um momento de forte impacto emocional, porque de um momento para o outro, sem que nada o fizesse prever, mais dois professores ficaram com horário zero e obrigados a concorrer para Destacamento por Ausência de Componente Lectiva (DAKL)’;

José António Sousa disse-se convicto de que não se trata de acabar com os cursos, mas de um mero adiamento que, se ficar resolvido até meados do mês, ‘permitirá recuperar os professores agora dispensados’.

Depois de enfatizar a polémica em torno da abertura de novas turmas dos cursos EFA, as autoras apresentam então uma componente de informação, onde clarificam uma série de

questões sobre o financiamento destes cursos e sobre os próprios cursos, destacando, em particular, os seguintes aspetos:

- o POPH financia os cursos EFA em 70% pelo POPH;
- a duração máxima do financiamento;
- o público alvo dos cursos EFA;
- a certificação oferecida por estes cursos e o facto de se tratar de uma qualificação com dupla certificação, escolar e profissional;
- a duração dos cursos consoante o grau que conferem;
- o ritmo próprio destes cursos independente do ano letivo;
- as alterações já introduzidas pela ministra da Educação anterior no que respeita à abertura de novas turmas estar dependente da existência de corpo docente dos quadros.

Na parte final do artigo as autoras comparam a situação atual com a anterior situação relativa ao ensino recorrente, justificando que, neste último caso, a não autorização de abertura de novas turmas do ensino recorrente se devia a este ser uma “via mais exigente” uma vez que mostrava muito abandono:

“No Verão passado, a anterior ministra Isabel Alçada também já não tinha autorizado a abertura de novas turmas do ensino recorrente, frequentado por adultos que estudam à noite. Esta via era considerada mais exigente e muitos alunos não concluíam.”

6. *Posições ideológicas*

As autoras enfatizam uma polémica deixando no ar a ideia que os cursos EFA poderão não ser uma modalidade com futuro neste Governo.

Visto noutra perspetiva, as autoras mostram a incerteza dos tempos decorrente de fatores políticos e económicos revelando, em simultâneo, a importância dos diretores das escolas possuírem competências de gestão da mudança.

Artigo XCI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 06.08.2011, e o seu autor é a jornalista Clara Viana. Surge na página 11 (em 40), na secção Portugal. Tem chamada na primeira página e, na última página, integra a rubrica *Sobe e Desce*. Contém 451 palavras, incluindo o título e a entrada. Ocupa cerca de trinta por cento da área da página mas situa-se numa zona central, sendo o artigo que aí mais se evidencia. O artigo contém uma foto tipo passe de Luís Capucha com uma frase que afirma que este não foi reconduzido no cargo que ocupava na ANQ. A chamada na primeira página situa-se no canto inferior direito e ocupa um espaço reduzido. Já na última página, Luís Capucha é referido em primeiro lugar e classificado “negativamente”, aliás tal como os restantes atores nessa rubrica.

O título da notícia na primeira página diz que a INO está sem responsável, mas assinala que foi decisão do Governo. No interior, o título da notícia volta a destacar este facto, ainda que, usando uma forma verbal mais agressiva: “Governo afasta responsável do programa Novas Oportunidades”. A entrada fala em reestruturação da INO.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o afastamento de Luís Capucha da liderança da ANQ, designadamente no que respeita às razões que lhe estão subjacentes.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XIX Governo Constitucional, representado pelo seu primeiro-ministro Pedro Passos Coelho; (b) o PSD e o CDS como partidos do Governo de coligação; (c) Luís Capucha, como presidente da ANQ e responsável pela INO; (d) os Ministérios da Economia e da Educação e Ciência, representado este último pelo seu ministro Nuno Crato; (e) a agência Lusa como instância informativa de referência; (f) Maria de Lurdes Rodrigues, antiga ministra da Educação (no XVII Governo Constitucional); (g) o Instituto Superior das Ciências do Trabalho e das Empresas (ISCTE) como instituição de origem de Luís Capucha e da antiga ministra da Educação, e a Direção-Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular que Luís Capucha dirigiu, as quais são utilizadas pela autora para mostrar o elevado capital cultural, social e político de Luís Capucha, mas também as suas afinidades com o governo socialista.

4. *Linguagem e retórica*

A autora noticia a saída de Luís Capucha do cargo de presidente da ANQ procurando conhecer, na ótica do autor, os motivos que lhe estão subjacentes e, simultaneamente, descortinar as alterações que o XIX Governo pretende introduzir na INO. Assim, são frequentes as citações de Luís Capucha.

Enquanto a informação fornecida nos três primeiros parágrafos assume um caráter bastante neutro, já nos restantes se percebe uma insistência da autora junto de Luís Capucha para que este de alguma forma justifique a sua saída por divergências com a política do XIX Governo, embora sem sucesso:

Em declarações ao PÚBLICO, Capucha reconheceu que “compete ao Governo escolher as pessoas que quer à frente das instituições e das políticas”, mas recusou fazer qualquer ligação entre o fim da sua comissão de serviço e a “reestruturação do programa Novas Oportunidades” prometida no programa do Governo.

Ainda assim, a autora relembra algumas reações de Luís Capucha a afirmações de Pedro Passos Coelho ou de Nuno Crato a propósito da INO, e a sua ligação a Maria de Lurdes Rodrigues procurando enfatizar o aspeto conflitual e o caráter político do afastamento.

5. Estratégias discursivas

A autora começa por ouvir Luís Capucha sobre a decisão do Governo de não renovar a sua comissão de serviço e confere legitimidade à decisão do XIX Governo fazendo notar que a lei assim o permite. O objetivo da autora parece ir além do caráter de publicitação da notícia; por um lado, existe uma tentativa de saber que alterações o Governo está a pensar introduzir na INO, procurando antecipar-se aos acontecimentos; por outro lado, Clara Viana procura mostrar que a saída de Luís Capucha se deve a conceções ideológicas diferentes da sua no que respeita à intencionalidades da Educação, aspeto evidente, nomeadamente, no seguinte trecho.

Na quarta-feira, ouvido no Parlamento, o ministro Nuno Crato afirmou que é preciso saber se o programa Novas Oportunidades “ajudou realmente alguém a conseguir emprego ou subir na carreira”. Em declarações à agência Lusa, Capucha retorquiu: “O senhor ministro da Educação é um grande defensor da realização de exames e nós também lhe podemos perguntar quantos empregos é que esses exames vão criar.” O ex-responsável da ANQ adiantou que “mais de 10 por cento dos dois milhões de portugueses que aderiram à iniciativa obtiveram emprego.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente o artigo contribui para a construção da ideia de que o XIX Governo vai, de facto, introduzir alterações na INO que se afastam das conceções defendidas pelos governos socialistas.

Artigo XCII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 14.09.2011, e o seu autor é a jornalista Graça Barbosa Ribeiro. Surge na página 12 (em 36), na secção *Portugal*. Tem 819 palavras, incluindo os títulos e a caixa de texto e, à exceção de breves informações sobre alguns aspetos do conteúdo do relatório *Education at a Glance 2011* da OCDE, é a única notícia da página. O artigo contém também uma foto com jovens estudantes com a legenda “Portugal foi na OCDE, o país com maior taxa de diplomas no secundário”, a qual mostra que Portugal foi destacado no relatório da OCDE. O antetítulo do artigo atribui este resultado positivo à INO e sublinha que este facto reabre o debate político em torno da INO, mostrando quer no título da notícia quer no subtítulo que será um debate polémico que o próprio jornal enfatiza: “Crato volta a atacar Novas Oportunidades sem se comprometer com o fim do programa”. Em caixa de texto é destacada, novamente, uma opinião de Nuno Crato, ministro da Educação e Ciência do XIX Governo, sobre a INO, na forma de citação, e já não mencionada de forma tão agressiva como no título.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são o destaque positivo que é dado a Portugal no relatório *Education at a Glance 2011*, da OCDE, e o debate político em torno da importância e da credibilidade da INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) a OCDE, instância supranacional com autoridade e influência na definição da política educativa, nomeadamente em Portugal; (b) Nuno Crato, ministro da Educação e Ciência do XIX Governo Constitucional; (c) José Sócrates, primeiro-ministro dos XVII e XVIII Governos, que criou a INO; (d) Luís Capucha, antigo responsável pelo programa Novas Oportunidades, referido também, certamente por lapso, como ex. presidente da Associação [leia-se Agência] Nacional para a Qualificação; (e) Eslovénia, Finlândia, Japão, apresentados como o grupo de países que se posicionaram, segundo o relatório da OCDE, em lugares abaixo de Portugal no indicador que permite comparar a taxa de diplomados do ensino secundário, mostrando o quanto Portugal melhorou no aumento da certificação dos portugueses pois é comparado com países que, por norma ocupam lugares cimeiros; (f) Brasil, México e Turquia, países que por norma ocupam as últimas posições em vários indicadores da OCDE, designadamente no que respeita à percentagem de adultos que possuem o ensino secundário, e com os quais Portugal é comparado para mostrar como, de acordo com o relatório da OCDE, “as metas estão longe de ser atingidas”; (g) Isabel Alçada, antiga ministra da Educação do XVIII Governo; (h) a TSF emissora de rádio de referência em

Portugal, utilizada pelo PÚBLICO como fonte, a propósito da opinião de Isabel Alçada sobre os resultados do relatório da OCDE que colocaram Portugal em destaque, revelada por aquela emissora e que a autora cita; (i) Pedro Passos Coelho, primeiro-ministro do XVII Governo Constitucional, o qual surge como tendo despoletado uma polémica em torno da INO face a afirmações proferidas durante a campanha ou pré campanha eleitoral para as últimas legislativas; (j) a SIC como emissora de televisão responsável pelo programa Plano Inclinado onde Nuno Crato participava, antes de integrar o XVIII Governo.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo mostra a divergência de opiniões entre diferentes atores que têm ou tiveram responsabilidade política sobre a INO, no que respeita à importância da INO e ao seu contributo para mudar a realidade do país, apresentando a opinião e a respetiva argumentação de cada um sob a forma de uma espécie de diálogo que enfatiza as diferenças e a polémica sobre o assunto.

Na apresentação do ponto de vista de Nuno Crato sobre os resultados do relatório da OCDE é utilizado quatro vezes o verbo desvalorizar; por sua vez, o discurso de Luís Capucha é de reação à opinião do ministro da Educação e Ciência, mostrando contestá-la. Para enfatizar a dissonância, a autora relembra a polémica que teve origem no período da campanha eleitoral para as legislativas de 5 de junho de 2011 e que diz agora reavivada.

O recurso à citação é frequente, ainda que, salvo raras exceções, estas sejam bastante curtas; por vezes trata-se de expressões com uma ou duas palavras. Sete citações de Luís Capucha, sete de Nuno Crato, uma de Isabel Alçada, uma de Pedro Passos Coelho e um excerto do relatório da OCDE. Deste ponto de vista, a jornalista Graça Ribeiro parece ter procurado um equilíbrio entre duas formas distintas de refletir sobre os resultados do relatório da OCDE: por um lado, enfatiza o ponto de vista do poder salientado no posicionamento de Nuno Crato e de Passos Coelho, os quais têm vista uma remodelação da INO que procuram legitimar através de uma avaliação; por outro lado, a autora destaca a defesa de uma política em torno da INO, cujos resultados são agora reconhecidos internacionalmente, evidenciada nos pontos de vista de Luís Capucha e Isabel Alçada, elementos responsáveis pelo seu acompanhamento e concretização.

5. *Estratégias discursivas*

A autora noticia o destaque que é dado a Portugal no estudo realizado pela OCDE e divulgado na véspera da publicação deste artigo, alternando informações contidas no relatório *Education at a Glance 2011* com duas interpretações distintas desses resultados; uma feita por Isabel Alçada e Luís Capucha, que reforçam o contributo da INO para esses resultados: “a ex-ministra da Educação Isabel Alçada celebrava, em declarações à TSF, “a viragem histórica” provocada pelas Novas Oportunidades”; a outra perspetiva, a de Nuno Crato, desvaloriza esses mesmos resultados considerando-os “inflacionados”, uma vez que incluem as certificações de nível

secundário concedidas no âmbito dos processos de RVCC e não correspondem a um aumento de qualificação de facto e prefere aguardar pelos resultados da “avaliação profunda” que diz estar a ser feita à INO:

Nuno Crato, desvalorizava o estudo da OCDE, alegando, precisamente, que a taxa de sucesso inclui os alunos formados no âmbito do programa de reconhecimento, validação e certificação de competências de adultos lançado pelo anterior Governo, o que ‘inflaciona em muito os números’ e ‘esconde a realidade’ do país.

Temos sido muito críticos em relação a distribuir diplomas, porque isso não resolve os problemas do país. O que resolve é a formação”, disse Nuno Crato.

O papel desempenhado neste texto pelas personagens Luís Capucha e Pedro Passos Coelho, é sobretudo o de enfatizar a discordância entre atores de Governos de cariz político-partidária distinta, ou ligados a estes por uma afinidade política, que tiveram ou têm responsabilidade sobre as políticas educativas, particularmente sobre a INO e, além disso, mostrar que a fase é de mudança. Se virmos bem, cada citação de Luís Capucha é um ataque à personalidade do ministro da Educação e Ciência dificultando-lhe a construção de uma imagem como político no Governo que substitua o *ethos* que erigiu durante o largo tempo em que foi comentador nos média:

O ex-responsável pelo programa lançado por José Sócrates, Luís Capucha, respondeu dizendo que a atitude de Nuno Crato ‘é muito pouco inteligente’ e ‘aparentemente própria de quem ainda está na pele de comentador e ainda não assumiu o gabinete’.

Com efeito, Luís Capucha, ao procurar legitimar a sua defesa em favor da INO, recorre à autoridade das instituições internacionais e afronta quem se lhe opõe, designadamente Nuno Crato. Luís Capucha ao afirmar que Nuno Crato se mantém “refém” do seu papel de comentador e, simultaneamente, ao apelar a um certo nacionalismo, como seja o de zelar por uma imagem de Portugal como país “com vontade e capacidade para mudar”, força o ministro da Educação e Ciência a agir em prol do interesse nacional, pois é necessário “continuar a trabalhar”.

Em grande medida, Graça Ribeiro adere à ideia de que há muito a fazer no âmbito da educação e formação de adultos, em Portugal. Na parte final do artigo, a jornalista apresenta alguns dados quantitativos que constam do relatório da OCDE e que mostram um panorama de Portugal ainda bastante precário no que respeita à percentagem de adultos com uma educação de nível secundário e só comparável a países como o Brasil, México e Turquia. Relembra os maus

resultados obtidos por Portugal no último estudo internacional sobre competências em literacia de adultos realizado em 1998 e faz notar que o próximo estudo a realizar neste âmbito iria decorrer em 2013 e no qual, como sabemos, Portugal não chegou a participar.

6. *Posições ideológicas*

Com este artigo, Graça Ribeiro mostrou que a forma de pensar a educação e formação de adultos parece depender significativamente dos ciclos governativos e disso parece também depender a credibilidade da INO.

A autora procurou assumir um ponto de vista neutro, aderindo porém à necessidade de continuar a trabalhar no sentido de garantir um processo de educação de adultos que melhore o posicionamento de Portugal quando comparado internacionalmente.

Artigo XCIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a 24.09.2011, e o seu autor é a jornalista Graça Barbosa Ribeiro. O texto enquadra-se num artigo mais amplo intitulado “Inspeção vai analisar casos de entradas em Medicina através do ensino recorrente” o qual surge na secção *Portugal*. Na sua totalidade os dois textos abarcam uma página. Para análise optámos apenas pela secção do artigo que se reporta à INO. Situa-se na zona inferior da página 12 (em 36) e contém 304 palavras, incluindo o antetítulo, o título e a caixa de texto. O antetítulo diz tratar-se de “Alunos das Novas Oportunidades” e o título mostra que houve alunos provenientes da INO que entraram no ensino superior com média superior a 15 valores.

A frase destacada no meio do texto, em forma de caixa de texto, indica o número de alunos que nesse ano (2011) “tiveram que obter” uma média superior a 15 valores para ingressar no curso pretendido.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a divulgação dos resultados da aplicação da alteração introduzida na lei de acesso ao ensino superior que permitiu criar vagas adicionais para os alunos provenientes dos cursos EFA de modo a não se verificarem casos como o de Tomás Bachelos que foi classificado, nomeadamente pelo jornal Expresso, como “uma injustiça”.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) XVIII Governo Constitucional; (b) a CNAES; (c) o jovem de 23 anos que, sabemos ser Tomás Bachelos, apresentado pela autora como não tendo conseguido completar o secundário no ensino regular, “mas obteve 20 valores na prova de ingresso, de Inglês” e por isso em 2010 “foi o melhor aluno a entrar na universidade”; (d) Universidade de Coimbra, Universidade do Porto e Universidade do Minho, que surgem no texto como exemplo de universidades, públicas de prestígio, onde entraram este ano alunos provenientes da INO.

4. *Linguagem e retórica*

A autora procura de uma forma sintética mostrar que, este ano, a entrada no ensino superior exigiu da parte dos alunos provenientes da INO um esforço maior, mas que 647 conseguiram superar. Porém, só em casos “excepcionais” é que alguns alunos conseguiram notas acima dos 15 valores. De qualquer modo, o ministério viu-se obrigado [o termo é da autora] “a criar várias vagas adicionais para acolher alunos que concluíram o secundário através do programa Novas Oportunidades”.

Por um lado, a alteração à lei é apresentada como uma espécie de imposição a que a tutela se viu obrigada a cumprir; por outro lado, a situação é abordada de um modo muito geral, uma

vez que em parte alguma do texto, a autora se refere aos cursos de proveniência destes alunos. A notícia na caixa de texto contém uma incorreção, pois contradiz o que a autora afirma no texto: “647 estudantes tiveram que obter uma média superior a 15 valores no programa Novas oportunidades para entrar em alguns cursos”.

5. *Estratégias discursivas*

O artigo aborda de forma genérica e muito superficial a situação, tornando a notícia pouco interessante. Ainda que curto, o texto termina de forma muito idêntica àquela com que inicia, referindo alguns cursos onde o ministério teve de criar vagas adicionais para médias superiores a 15 valores e as respectivas Universidades onde tal sucedeu, ainda que frise que estas médias tenham sido situações excepcionais. “Este ano, as médias de entrada foram relativamente baixas e, nalguns casos, até inferiores a dez” diz a autora, mas não estabelece quaisquer comparações, nomeadamente com valores de anos anteriores que confirmam credibilidade à sua afirmação.

Apresenta a alteração que foi introduzida à lei de ingresso no ensino superior, relembra o seu propósito e o caso mediático do Tomás Bacelos (não refere o nome do aluno), sublinhando que esta alteração ainda foi feita pelo XVIII Governo.

6. *Posições ideológicas*

No artigo, a autora não particulariza os cursos de proveniência dos alunos; apresenta-os como alunos provenientes da INO. A autora procura reforçar o facto de ter havido alunos “provenientes da INO” com médias superiores a 15 valores, aspeto que é enfatizado no título e sobrevalorizado (ainda que incorretamente, cremos que por lapso) em caixa de texto, todavia este aspeto é contrabalançado com as várias referências ao motivo que leva os alunos a passarem para a INO—o caso apresentado do Tomás Bacelos serve apenas de exemplo—e às referências às baixas notas de ingresso destes alunos. Assim, ideologicamente a autora acaba por sustentar uma visão que confere fraca credibilidade à INO.

Artigo XCIV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião*—publicado no jornal Expresso, no dia 24.09.2011. O autor do artigo é Valter Lemos, figura pública portuguesa que desempenhou cargos políticos em diversos governos, nomeadamente como secretário de Estado da Educação no XVII Governo Constitucional, de maioria parlamentar do PS. O artigo surge na página 41, na secção *Editorial & Opinião* e tem 604 palavras; ocupa a zona central de uma página que contém mais três artigos de opinião sobre temas variados de *opinion makers* que habitualmente fazem opinião neste jornal.

É, dos quatro artigos, aquele a que é dado maior destaque pelo facto: de (a) ocupar um espaço maior; (b) o título estar escrito com uma letra que tem cerca do dobro do tamanho da letra dos restantes artigos da mesma página; e, (c) ser o único que tem uma ilustração. Em nenhum dos restantes artigos está expresso o estatuto dos seus autores. Contudo, neste artigo é referido no subtítulo que se trata da opinião do ex-secretário de Estado da Educação e do Emprego e da Formação Profissional o que, por um lado, define o lugar donde o autor fala e, por outro lado, confirma a sua legitimidade, e confere maior valor simbólico à opinião emitida.

O título do artigo dá como dado adquirido o sucesso da INO, mas faz saber também que o compromisso obriga a ir mais além porque a tarefa não está terminada. Em termos de conteúdo o subtítulo mostra claramente a posição do autor perante os resultados conseguidos pelo Governo anterior e, deste ponto de vista, tanto o podemos considerar apelativo como evidente e, desta forma, diminui o interesse na sua leitura e o valor simbólico da sua opinião face ao papel desempenhado pelo autor nos dois governos anteriores ao XIX Governo Constitucional.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são (a) o relatório da OCDE que mostra dados sobre a educação até 2009, (b) as medidas de política educativa implementadas pelo XVII Governo, e (c) uma crítica à agenda do XIX Governo e ao ministro da Educação, Nuno Crato. O desmoronar das políticas educativas implementadas durante os dois mandatos governativos socialistas anteriores é uma preocupação perceptível no discurso do autor.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais referidos pelo autor no artigo são a OCDE, o Ministério da Educação e o ministro da Educação do XIX Governo Constitucional—Nuno Crato—, o XIX Governo, a Universidade Católica e os peritos internacionais e o primeiro-ministro do XVII e XVIII Governos.

A OCDE surge como organização com autoridade na área da Educação, reconhecida internacionalmente, responsável pela elaboração de relatórios anuais, em particular pelo relatório *Perspetivas da Educação: Indicadores da OCDE 2011* a que o autor se reporta sem, todavia, ver necessidade de referir o seu título.

A Universidade Católica, uma instituição de referência na área da Educação Superior e da Investigação em Portugal reconhecida também internacionalmente pelo seu mérito em algumas áreas, é aqui referida pelo autor, a par dos peritos internacionais, como agentes que avaliaram a INO.

4. *Linguagem e retórica*

Valter Lemos, por um lado, argumenta sob um base racional para um público que (re)conhece o papel da OCDE na Educação e está a par das mudanças na educação e formação resultantes das medidas de política educativa implementadas na escola pública pelos Governos de primeiro-ministro José Sócrates: usa como suporte os dados do relatório da OCDE e as medidas de política educativa implementadas durante o período em que exerceu o cargo de secretário de Estado da Educação e nas quais se revê: note-se a utilização do pronome apassivador “se” na frase “[...] mas é ainda por isso que *se* instituiu a escola a tempo inteiro com as AEC [...] *se* reforçaram e *se* melhorou o apoio às crianças com necessidades especiais.”⁴

Por outro lado, na forma como crítica a agenda do Governo, utiliza uma linguagem mais espontânea e apelativa. Atente-se, por exemplo, nos seguintes excertos: “Fizeram-se ouvir algumas críticas e o ministro Nuno Crato desvalorizou os resultados (haverá no mundo outro ministro que desvalorize a melhoria de resultados do seu país?).”, “Espera-se que diga que os resultados dos seus funcionários são mais fiáveis do que os da Católica!” ou “Creio que bem andaria o ministro em se preocupar mais com o que falta fazer.”

5. *Estratégias discursivas*

O autor sublinha um conjunto de melhorias na educação que, no seu entender, se devem às medidas de política educativa implementadas nos últimos anos pelos dois governos anteriores e que já produziram resultados; estes encontram-se traduzidos quer no relatório da OCDE de 2011 quer no PISA, os quais mostram ter ocorrido uma progressão de 2006 para 2009, e que, na opinião do autor, só por “cegueira política”, “ciúme social” ou pelo “derrotismo nacional” é possível não ver.

Essas mudanças, segundo o Valter Lemos, tornaram a educação (a) “mais inclusiva, equitativa e participada”, (b) “mais moderna, eficaz e eficiente”, e (c) “mais promotora de oportunidades”. Ora, estes termos utilizados pelo autor na sua argumentação, são valores partilhados numa sociedade democrática do início do século XXI. Contudo, do ponto de vista de

⁴ Sublinhado nosso

Valter Lemos, a “igualdade de oportunidades” educativas, parece não ser um valor que possa ser incluído na ideologia educativa do XIX Governo.

As medidas que o autor destaca são: (a) as alterações na rede escolar, (b) a requalificação das escolas, (c) a escola a tempo inteiro, (d) o reforço dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, (e) a melhoria dos apoios às crianças com necessidades educativas especiais, e (f) a generalização do ensino profissional às escolas secundárias. Esta última medida, é enfatizada por Valter Lemos por ser, como diz, uma das medidas do eixo Jovem que fez com que Portugal se posicionasse, pela primeira vez, acima da média dos países da OCDE no que respeita à progressão na escolarização dos jovens dos 15 aos 19 anos.

A avaliação da INO é uma dimensão a que o autor dedica alguma atenção. Sobre este assunto sublinha dois aspetos:

- a qualidade da equipa, científica e independente, constituída por académicos/investigadores da Universidade Católica e peritos internacionais que, durante dois anos, levaram a cabo uma avaliação completa da INO;
- a avaliação que o ministro pretende que seja feita prende-se com os efeitos no emprego dos diplomados pela INO. Ora, aqui Valter Lemos chama a atenção para o facto de, em primeiro lugar, (a) à data em que escreveu, nenhum programa educativo poder mostrar impacto no emprego pois, como afirma “não há criação de emprego” e, segundo, (b) o objetivo da INO “era a melhoria das qualificações em geral” pelo que a avaliação deveria incidir no seu objetivo central e não noutra qualquer.

6. *Posições ideológicas*

O desmoronar do património de políticas educativas que ajudou a construir como secretário de Estado da Educação e do Emprego e da Formação profissional é uma preocupação do autor, tanto mais que, na sua opinião, não vê na agenda do XIX Governo—além da “demagogia política”, ausência de “rigor de que o ministro [da Educação] fala” e “desmontagem das medidas dos governos anteriores”—uma resposta à altura do problema do défice de *qualificação* e da *desigualdade de oportunidades*, que continua a persistir, apesar dos esforços feitos.

A posição crítica de Valter Lemos ao XIX Governo e em particular ao ministro da Educação, Nuno Crato, levaram-no a questionar a ideologia educativa destes agentes e a concluir o seu discurso com um repto ao Governo: “Pois!” - diz o autor, “criticar e desfazer é fácil. Construir é que é difícil!”

Artigo XCV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma terça-feira, 18.10.2011, e o seu autor é Jorge Talixa. Surge na página 18 (em 40), na secção *Portugal*. Contem 381 palavras, incluindo o título e uma caixa de texto contendo uma frase, e uma foto tipo passe de Gonçalo Xufre; ocupa uma coluna do lado direito da página. Na mesma página encontram-se outras notícias que não dizem respeito à Educação. O título divulga o nome de Gonçalo Xufre como o presidente da ANQ nomeado pela tutela do ministério da Educação e Ciência mas, fá-lo usando um recurso estilístico: “Gonçalo Xufre é o novo ‘senhor’ Novas Oportunidades”. A frase ao lado da foto de Gonçalo Xufre indica a sua ligação ao PSD e apelida a INO de “programa controverso”.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são a divulgação do perfil político e profissional de Gonçalo Xufre, agora nomeado por Nuno Crato para presidente da ANQ, e as suas intenções relativamente à educação e formação de adultos.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são: (a) Gonçalo Xufre, apresentado desde logo como social-democrata e “novo ‘senhor’ Novas Oportunidades”; a ANQ agência criada em 2007 pelo XVII Governo para coordenar e acompanhar a INO; (c) Nuno Crato, ministro da Educação e Ciência no XIX Governo Constitucional; (d) o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa onde Gonçalo Xufre desempenhava funções; (e) Luís Capucha “que liderou a ANQ até ao início de Agosto, altura em que foi afastado por Passos Coelho”; (f) Passos Coelho primeiro-ministro do XIX Governo de coligação PSD/CDS-PP; (g) o PSD partido da coligação a que pertence Gonçalo Xufre e do qual foi diretor de campanha nas últimas autárquicas de Vila Franca de Xira.

4. *Linguagem e retórica*

Na divulgação da nomeação de Gonçalo Xufre para presidente da ANQ o autor procura dar uma imagem de Gonçalo Xufre comprometida com a ideologia política do XIX Governo e de afastamento da linha de Sócrates. Salienta a sua ligação ao PSD e as suas ideias relativamente à “formação e qualificação” de adultos. Neste último aspeto, as características que refere, expressas nas citações de Gonçalo Xufre, são: “desenvolvimento de um modelo nacional de formação e qualificação profissional que seja *credível, exigente e rigoroso*⁵”, “criar *verdadeiras oportunidades*² de formação e qualificação para todos os que estão em idade activa” e “apostar

⁵ Sublinhado nosso

numa formação profissional de ‘*qualidade*’²’. A INO é apresentada pelo autor como um programa “controverso”. A avaliação da INO que o XIX Governo encomendou é classificada por Gonçalo Xufre como “criteriosa”.

5. *Estratégias discursivas*

O autor apresenta o perfil de Gonçalo Xufre dando destaque à sua ligação político-partidária ao PSD. Ao afirmar que este ator vem substituir Luís Capucha no cargo de presidente da ANQ, refere que “o socialista” Luís Capucha “foi afastado por Passos Coelho” por desentendimentos sobre a INO. O jornalista procura conhecer as expectativas que este coloca no cargo que já se encontra a exercer e as alterações que pensa introduzir na INO. Gonçalo Xufre destaca o facto de a INO estar ainda a ser alvo de uma avaliação que diz ser “criteriosa” com vista à sua reformulação, mas salienta dois aspetos que, além de conterem críticas implícitas à INO, apontam o sentido que iria tomar a educação e formação de adultos:

- Importância de criar o que designa por verdadeiras oportunidades de “formação e qualificação”;
- proporcionar uma formação profissional à “população activa” que ofereça “qualidade” e seja eficaz em termos de qualificação e de resposta à crise, ou seja, que tenha em vista as necessidades do mercado.

6. *Posições ideológicas*

O autor procurou dar uma imagem de Gonçalo Xufre comprometida com a ideologia política do XIX Governo. Em nome de Gonçalo Xufre o jornalista apresentou uma narrativa em torno do “rigor”, da “avaliação”, da “qualidade”, da “eficácia” e do “mercado”, numa lógica neoliberal legitimada pela crise económica que o país atravessava. O único ponto de vista apresentado é o do novo diretor da ANQ.

Artigo XCVI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo de *opinião* publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 11.01.2012. O seu autor é Rui Baptista que assina o artigo na qualidade de Professor e coautor do blogue “De Rerum Natura”. Surge na página 29 (em 32), na secção *Espaço Público* e subsecção *Debate*, neste caso intitulado “O sistema educativo nacional”. Tem 869 palavras, ocupa meia página e inclui uma foto do tipo passe do autor e uma caixa de texto. A página onde o artigo de Rui Baptista se insere contém um artigo do habitual colunista do Público, Miguel Esteves Cardoso, e o habitual *Bartoon* de Luís Afonso.

O título deste artigo refere-se ao presente e apresenta a INO como estando sujeita aos desígnios do XIX Governo Constitucional. Antes do início do texto surge uma frase atribuída a Napoleão Bonaparte “O erro está nos meios [leia-se INO], bem mais do que nos princípios”. No texto em destaque (caixa de texto) o autor congratula-se com a ideia da INO estar prestes a ser formalmente extinta; este pequeno texto conjuntamente com o título e a frase supra referida revelam claramente a posição do autor sobre a INO, ou seja, que a INO é a antítese da promoção do conhecimento e que se instalou na sociedade com a conivência do poder político.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) a qualidade dos processos de qualificação e certificação no âmbito da INO, (b) a equidade no acesso ao ensino superior.

Como tema secundário surge o apreço da ideologia educativa do XIX Governo subjacente ao fecho de alguns CNO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são: (a) o XIX Governo, apresentado como o “Governo de Passos Coelho”; (b) o XVII Governo, referido como o “Governo de Sócrates”; (c) o jornal Público e o semanário Expresso, jornais que surgem claramente como jornais de referência para o autor; (d) um pai e dois filhos, um deles de nome Tomás, personagens utilizados pelo autor para relatar um caso que já foi alvo de notícia no jornal Expresso.

Como agentes secundários temos: (a) o Instituto Politécnico de Leiria e a Escola Superior de Educação de Portalegre mencionados como instituições que apoiavam dois CNO que “foram extintos”; (b) Comunidade Europeia como entidade de referência; (c) Edmund Burke; (d) Francisco Alberoni, apresentado como “professor contemporâneo de Sociologia na Universidade de Milão”; (e) Valter Lemos e Luís Capucha, o primeiro referido como secretário de Estado do Emprego e da Formação profissional e o segundo citado na qualidade de “director da Agência Nacional para a Qualificação” e autor de um artigo publicado no jornal Público a 7

de julho de 2010; e ainda, (f) Cavaco Silva como Presidente da República e um autor (Domingos Cardoso, cujo nome não é referido) que, na qualidade de professor aposentado enviou uma carta ao Presidente da República e que foi assunto de uma reportagem publicada no jornal Expresso a 8 de dezembro de 2007.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo está escrito numa linguagem mais conotativa que denotativa, não tanto pelo facto de se tratar de um artigo de opinião mas, pela escolha dos vocábulos e pelos recursos estilísticos que o autor utiliza, ainda que sob a forma de citação, forma a que recorre com muita frequência. Pouco mais de 30% do artigo são citações ou excertos de textos publicados em jornais: (a) uma citação de Francisco Alberoni, (b) um excerto de uma notícia publicada no jornal Expresso a 18.09.2010, (c) um excerto de um artigo de opinião do autor que por sua vez remete para uma reportagem publicada no jornal Expresso a 08.12.2007, e (d) uma citação de Luís Capucha.

Expressões como “Esta já esperada medida (porque anunciada em campanha eleitoral do PSD) [o autor está-se a referir ao fecho de alguns CNO] trouxe consigo a respeitabilidade de uma avaliação das ‘Novas Oportunidades’ criadas no Governo de Sócrates e o rumo a seguir pelo executivo pelo executivo de Passos Coelho (...)” ou “O tempo de uma tirania da ignorância sancionada pelo próprio Estado, tem os dias contados (...)”, sublinham a previsível descontinuidade de políticas educativas que viria a acontecer e que era ansiada pelo autor desde o discurso de Pedro Passos Coelho em campanha eleitoral.

Do ponto de vista de Rui Baptista, a INO foi, usando as palavras do autor, “uma desastrada política sem qualquer critério de qualidade”, uma lei malfeita, com efeitos perversos e facilitadora de êxitos estatísticos.

5. *Estratégias discursivas*

O artigo apresenta um discurso que mostra uma orientação clara do sentido da opinião que é bastante hostil à INO e auspiciosa relativamente à política educativa XIX Governo.

O fecho de alguns CNO é assumido pelo autor, por um lado, como uma consequência da avaliação feita pelo XIX Governo à INO; por outro lado, como resultado coerente com uma avaliação séria. Contudo, este assunto é apenas um pretexto para o autor mostrar a sua discordância perante a qualidade dos processos de qualificação e certificação no âmbito da INO e a situação que considera colocar em desigualdade de oportunidades os candidatos ao ingresso ao ensino superior.

A argumentação da opinião em torno da INO é feita com base em dois casos mediáticos que o autor utiliza para mostrar como a INO era uma política injusta e que e no lugar de promover o conhecimento, a competência e o esforço facilitava a certificação e tinha efeitos perversos. O primeiro caso é o do aluno o aluno (Tomás) que ingressou no ensino superior—

com a classificação de 20 valores obtida na prova de ingresso de Inglês—e cujo pai (que mal sabia ler) obteve (“passado pouco tempo”) o diploma de 12º ano mediante a realização de um processo de RVCC; são ambas situações de sucesso confrontados com a do irmão do Tomás, aluno do ensino regular, esforçado e trabalhador, com boas classificações mas que não conseguiu entrar em Medicina. O segundo caso é o da carta dirigida ao Presidente da República por um professor, já reformado, referindo atitudes e descrevendo comportamentos que disse ser de alunos inscritos em Cursos de Educação e Formação numa escola pública. Deste modo o autor parece tomar, na sua fundamentação, a parte pelo todo.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume claramente o ponto de vista desfavorável à INO. Considera-a injusta, facilitadora de estatísticas, promotora da ignorância e de outros efeitos perversos. Congratula-se com o fecho de CNO e com as alterações à INO que espera ver implementadas; no seu entender, quaisquer que sejam as mudanças, só poderão ser no sentido contrário do que considera ser o paradigma das (antigas) Novas Oportunidades.

As questões essenciais, para o autor são (a) a *qualidade dos processos de qualificação e certificação no âmbito da INO* e a *forma de ingresso no ensino superior* situação que, no seu entender dá, injustamente, vantagem aos candidatos que obtiveram uma certificação pela INO. Do seu ponto de vista a INO é uma política *não equitativa*, porque não coloca todos os candidatos em *igualdade de circunstâncias no acesso ao ensino superior*, como não premeia o esforço pessoal de cada indivíduo.

A forma como o autor mobiliza os assuntos abordados noutros artigos de jornais para construir a sua argumentação e o facto de afirmar que “Perante uma diversidade de opiniões, publicou o PÚBLICO duas posições antagónicas sobre as “Novas Oportunidades” que começavam a gerar desconfiança na sociedade portuguesa”, mostra que Rui Baptista reconhece o impacto que os discursos proferidos na comunicação social têm nas práticas de outros agentes e nos processos de construção das políticas públicas, nomeadamente pelo impacto que têm na formação das opiniões dos públicos, na (des)valorização dos processos e das políticas e nas agendas políticas.

Assim, torna claro o seu propósito de influenciar o decurso das políticas educativas e não apenas especialmente a INO, pelas seguintes razões: (a) pelo apoio que oferece ao XIX Governo, ao congratular-se com o facto de este ter fechado nove CNO; (b) por sublinhar a questão da avaliação da INO, questão que foi empolada durante a campanha eleitoral; (c) por voltar a chamar a atenção para dois casos mediáticos; e ainda, (d) por sublinhar, usando uma analogia, o baixo valor (pessoal, social, económico?) atribuído a um diploma tirado no âmbito da INO: “(...) desastrada política educativa sem qualquer critério de qualidade como quem põe em circulação moeda sem correspondência ao seu valor facial para mascarar o atraso do sistema

educativo nacional não superior (o ensino superior é outra história não menos triste) relativamente a outros países da Comunidade Europeia”.

Artigo XCVII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quinta-feira, 12.01.2012. O autor do artigo é Rita Araújo. Surge na página 11 (em 36), na secção *Portugal*, a par com dois outros artigos de maior dimensão, sendo apenas um deles sobre educação. Contém 360 palavras, incluindo o título e uma caixa de texto, e ocupa a coluna do lado direito da página. O título, “Dispensados 800 formadores das Novas Oportunidades”, mostra que o assunto se prende com o despedimento de técnicos e formadores afetos aos CNO e com as alterações no programa. A caixa de texto destaca o número de profissionais “dispensados”, segundo a Associação Nacional de Profissionais de Educação e Formação de Adultos (ANPEFA), como a autora refere.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o despedimento de um número significativo de técnicos e de formadores de CNO que estavam afetos ao IEFP e que foram encerrados.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são (a) a ANPEFA, representada pelo seu porta-voz, Sérgio Rodrigues; (b) o IEFP; e o (c) Ministério da Economia e do Emprego que não respondeu quando contactado pelo PÚBLICO.

4. *Linguagem e retórica*

A autora dá voz aos formadores e aos técnicos que trabalhavam nos CNO afetos ao IEFP que foram despedidos através da apresentação do ponto de vista da ANPEFA a qual é revelada na maior parte das vezes sob a forma de citação pelo seu porta-voz. Para se referir à finalização dos contratos destes trabalhadores, “prestadores de serviços”, ou seja, trabalhadores do Estado a “recibos verdes” a jornalista utiliza quatro vezes o termo “dispensados”. Por sua vez, para sublinhar a dimensão do problema e a razão da notícia, recorre quatro vezes ao valor 800 (formadores dispensados), uma delas no título, e três vezes ao valor 214 (técnicos).

A autora diz ter procurado, ainda que sem sucesso, a perspetiva do Ministério da Economia e do Emprego. A voz do IEFP é mostrada apenas pela ótica da ANPEFA: “Em comunicado, a associação cita o IEFP, que [...]”

5. *Estratégias discursivas*

O artigo dá a conhecer o número de formadores e de técnicos que foram “dispensados” em consequência do fecho de alguns CNO afetos ao IEFP, bem como a problemática em torno da situação destes profissionais, destacando as declarações proferidas pela ANPEFA. Esta última sublinha os seguintes aspetos:

- encerramento dos CNO afetos ao IEFP;

- “214 profissionais de Educação e Formação de Adultos (EFA) e mais de 800 formadores” terem ficado “desempregados” em consequência deste fecho;
- a antecedência (uma semana) com que estes profissionais foram informados;
- o facto de “serem prestadores de serviços (‘recibos verdes’)” veda-lhes “a possibilidade de recorrer a mecanismos de protecção em situação de desemprego”;
- “a ausência de informações oficiais por parte do IEF”;
- “a ausência de ‘pagamento da compensação pela cessação dos contratos por caducidade, bem como todos os créditos emergentes da relação laboral cessada’”;
- “os CNO só têm autorização de funcionamento até ao final” de janeiro “os profissionais que ainda se encontram em funções irão ser dispensados”;
- os “50 mil adultos que estavam em processo de qualificação” nestes CNO terem de ser transferidos para outros.

A autora termina o texto referindo o impasse em que se encontravam os CNO ainda em funcionamento uma vez que os resultados das candidaturas ao financiamento ainda não haviam sido publicados, e o número de CNO que encerrariam em dezembro de 2011, esclarecendo que alguns fecham a pedido dos próprios promotores e os restantes “por não terem cumprido as ‘metas contratualizadas’”.

6. *Posições ideológicas*

No texto apresenta-se o dilema em que se encontravam os profissionais dos CNO numa altura de grande incerteza quanto à continuidade da INO. A problemática foi colocada praticamente só na ótica dos profissionais dos CNO.

Ao dar voz unicamente à ANPEFA, ainda que faça sempre questão de referir sempre que se trata de informações fornecidas por esta associação, a autora adere à defesa da causa dos direitos e da dignidade profissional dos formadores e técnicos dos CNO.

Artigo XCVIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma segunda-feira, 30.01.2012. O autor do artigo é Sofia Rodrigues. Trata-se de uma notícia independente mas incorporada num artigo mais vasto que ocupa o resto da página, intitulado “PS faz menos perguntas ao Governo do que CDS” e que se considera aqui o antetítulo do artigo em análise. Surge na página 5 (em 32), na secção *Portugal*. Contém 178 palavras, incluindo os títulos, e situa-se na zona inferior da página. O título “Novas Oportunidades na mira socialista” mostra que o PS está atento às alterações na INO e irá exigir explicações ao XIX Governo.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é publicitar a forma como o PS, enquanto partido da oposição, acompanha as alterações na INO e como tem questionado o XIX Governo a este propósito.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o PS, representado pelos deputados Rui Ramos, Odete João, e Acácio Pinto; (b) Nuno Crato, ministro da Educação e Ciência; (c) o XIX Governo; e (d) o CDS-PP.

4. *Linguagem e retórica*

Após ser apresentado um PS pouco crítico da forma de governação, enquanto partido na oposição (segundo a autora afirma incomoda menos que “os sociais-democratas ou do que os centristas, as duas bancadas que apoiam o Executivo”) é então dado destaque às questões que os deputados socialistas colocaram a Nuno Crato a propósito da INO. As expressões “PS quer saber”, “os deputados socialistas [...] pretendem também saber”, “os deputados questionam Nuno Crato” e “criticam [os deputados socialistas] ainda”, são evidências que a jornalista apresenta para mostrar que a bancada socialista está atenta às mudanças na INO. A autora recorre a uma única citação identificando-a apenas como representando as críticas dos deputados socialistas.

5. *Estratégias discursivas*

O artigo dá a conhecer as perguntas feitas pela bancada socialista nas sessões parlamentares ao Governo e em particular ao ministro da Educação e Ciência. A preocupação dos primeiros incidiu sobre: (a) o motivo que presidiu ao encerramento dos CNO afetos ao IEFP, (b) o número de CNO que o Governo pretendia encerrar, (c) a data em que seriam conhecidos os resultados das candidaturas ao financiamento pelos CNO, (d) o momento da divulgação dos resultados da avaliação solicitada à INO pelo XIX Governo, e (e) sobre a entidade responsável pela referida avaliação e o respetivo caderno de encargos.

Das questões colocadas, a autora dá destaque à crítica da bancada socialista que associa o encerramento dos CNO à reorganização da rede de CNO, a qual, segundo afirmam, havia sido anunciada pelo XIX Governo sem que fosse conhecida a avaliação que havia solicitado.

6. Posições ideológicas

Este artigo funciona como uma espécie de redenção da autora que se esforçou, no texto que incorpora esta notícia, por mostrar um PS vencido e pouco crítico enquanto maior partido da oposição.

Neste pequeno artigo a autora mostra que a preocupação dos socialistas relativamente à INO, uma das “bandeiras dos governos de José Sócrates”, estava centrada na educação e formação dos adultos, particularmente pelo fecho inexplicado, do ponto de vista do PS, de vários CNO, designadamente dos CNO afetos ao IEF, sem que fossem conhecidos os resultados da avaliação que estava em curso.

Artigo XCIX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 01.02.2012. O autor do artigo é a jornalista Clara Viana. É notícia de destaque na primeira página com título “Um terço dos centros Novas Oportunidades vai fechar”. O artigo surge na página 10 (em 36), na secção *Portugal*. Contém 409 palavras, incluindo o título, a entrada e a caixa de texto, e ocupa uma faixa horizontal com cerca de um terço da área da página, a qual é partilhada com mais três artigos dos quais dois são sobre Educação. O título do artigo no interior do jornal atribui a responsabilidade do fecho dos CNO ao XIX Governo Constitucional, apresentando, na entrada, duas razões para a redução do número de CNO financiados. O texto da primeira página corresponde na íntegra ao primeiro parágrafo do artigo e parte do segundo. A caixa de texto destaca o número de adultos inscritos nos CNO em 2010 e refere que são cerca de 1,3 milhões os adultos que passaram pela INO desde a sua implementação em 2005.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a redução do número de CNO financiados.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) a ANQ, agência que gere a INO e que “anunciou a decisão de reduzir em 30% o número de centros financiados”; (b) o XVII Governo “de José Sócrates” referido como tendo lançado a INO em 2005; e o (c) XIX Governo Constitucional.

4. *Linguagem e retórica*

A autora divulga o anúncio feito pela ANQ sobre o encerramento de “pelo menos 130” CNO dando a conhecer os respetivos motivos, tal como apresentados por este organismo. Ainda que o fecho destes CNO surja na sequência dos resultados das candidaturas a financiamento pelo POPH submetidas em novembro de 2011, a ênfase é colocada na decisão do Governo e o destaque é dado à *dimensão* da situação, pois os valores quantitativos em percentagem, fração, ou valor absoluto, são frequentes. Por exemplo, para referir a quantidade de CNO que iriam fechar, Clara Viana usa no título a expressão “um terço”, no texto diz “pelo menos 130 [...] dos cerca de 440”, mas fala também numa redução de 30%. Esta repetição de informação é também visível no facto do texto da primeira página corresponder na íntegra ao início da notícia.

A autora apresenta várias citações da ANQ não referindo, no entanto, o seu interlocutor.

5. *Estratégias discursivas*

Clara Viana destaca o fecho de “um terço” dos CNO ter sido por decisão do Governo; mas, esta responsabilidade, ainda que surja no título apenas é sublinhada na notícia que se encontra no

interior do jornal. Por sua vez, o grande destaque é sobretudo para a quantidade de CNO que iriam ser encerrados, para o número de adultos inscritos ou que haviam concluído uma certificação escolar pela INO até 2010, e para os motivos apresentados pela ANQ para esse encerramento, tais como: a “falta de financiamento”, “sobredimensionamento da rede” e realocação de verbas para “outras medidas, nomeadamente com vista à promoção de níveis mais elevados de empregabilidade”. A jornalista refere também, usando a informação da ANQ, que outras reformulações “mais profundas” viriam em breve:

Até Setembro serão anunciadas alterações mais profundas na estrutura e objectivos do programa “Novas Oportunidades”, reafirma-se na nota ontem divulgada. Durante este tempo, o Governo promete “concluir os estudos de avaliação” das Novas Oportunidades.

A autora faz notar que o financiamento dos restantes 70% de CNO só estava garantido até agosto de 2012, sendo este período, segundo a ANQ, “transitório”. Menciona ainda que a divulgação dos resultados da avaliação à INO deveria ser feita até setembro.

Clara Viana faz referência, ainda que não atualizada porque se refere a dados de 2010, ao número de adultos que poderiam vir a ser afetados pela situação, não parecendo acreditar na garantia dada pela ANQ de que os processos de RVCC em curso seriam finalizados: “A ANQ garante que as medidas agora adoptadas não irão comprometer a conclusão dos processos de certificação dos adultos que actualmente frequentam os CNO. Mas não explica como”.

6. Posições ideológicas

A autora deu visibilidade ao anúncio feito pela ANQ sobre o encerramento de mais uma quantidade significativa de CNO apresentando as respetivas razões. No entanto, mostra também as proporções que poderiam atingir as alterações que o XIX Governo pretendia introduzir na educação e formação de adultos com a reformulação ou eventual extinção dos CNO.

Ao noticiar a baixa percentagem de adultos que procurava os CNO das escolas públicas para obter uma certificação profissional Clara Viana chama a atenção para a necessidade de manter a oportunidade de oferta de formação escolar certificada dada a procura existente, mas acaba, também, embora indiretamente, por ratificar um dos motivos apresentados pela ANQ para a redução do financiamento dos CNO, ou seja a necessidade de investir noutras medidas criando oportunidades que responderiam mais diretamente às necessidades do mercado.

Artigo C

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um domingo, 12.02.2012. O autor do artigo é Nuno Ribeiro. Surge na página 24 (em 56), na secção *Portugal* e no tópico *Breves*. O artigo contém 214 palavras, incluindo o antetítulo e o título, e ocupa uma faixa horizontal na zona inferior da página a qual é partilhada com mais sete artigos, sendo só um deles assinado também por Nuno Ribeiro e nenhum sobre Educação. O antetítulo e o título mostram que se trata de apresentar o ponto de vista do PS, sob a voz do seu secretário-geral, e que o tom é de crítica ao XIX Governo.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal é o discurso de António José Seguro no encerramento do Fórum de Novas Oportunidades em Torres Vedras, a propósito do encerramento de vários CNO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são o PS representado pelo seu secretário-geral, António José Seguro e o XIX Governo Constitucional, referido como “o Governo de Passos Coelho” ou como “o Governo do PSD/CDS”.

4. *Linguagem e retórica*

O autor dá a conhecer uma parte do discurso de António José Seguro recorrendo a uma linguagem bastante conotativa do ator; metade do texto são citações suas. Este último apresenta um discurso carregado de hipérboles e de frases visivelmente pré-construídas, personalizando algumas questões que Nuno Ribeiro ou reproduz ou relata, como as seguintes: “acusou o Governo de Passos Coelho de estar a destruir este programa” diz o autor de José Seguro, “este Governo desistiu dos portugueses”, afirma José Seguro no texto; esta última afirmação é também repetida no título. Ainda que na parte final do artigo use o termo “educação” o sentido que lhe é atribuído é o de “qualificação”, termo que António José Seguro mostra preferir.

5. *Estratégias discursivas*

O discurso de António José Seguro, tal como apresentado pelo jornalista, mostra que o líder do maior partido da oposição, o PS, está no terreno para fazer de facto oposição ao XIX Governo. Aliás, Nuno Ribeiro, por diversas vezes sublinha o papel que António José Seguro assumiu no discurso mostrando também, por oposição, o lado político partidário do Governo. Percebe-se um discurso de António José Seguro claramente político e ideológico. Este ator:

- ataca o XIX Governo nas suas bases ideológicas: “o Governo do PSD/CDS está a combater este programa e a retirar oportunidades aos portugueses para se qualificarem”;

- defende o valor de uso da qualificação, colocando-a como prioridade ao serviço das empresas e da produtividade;
- recorre também a uma lógica de “qualificação” como forma de desenvolvimento social e exercício da cidadania;
- a “qualificação” substitui educação e formação de adultos, ainda que na parte final do artigo diga que “aposta na educação”;
- defende a INO pela adesão que suscitou e porque ‘a nossa aposta na educação tem a ver com os valores da liberdade e da igualdade’.

6. *Posições ideológicas*

O autor deu visibilidade ao discurso do líder dos PS que defendeu a ideologia do seu partido, procurando simultaneamente atacar ideologicamente o Governo e o seu líder.

António José Seguro defendeu a oferta de “oportunidades para a qualificação” e apelou a valores como, “liberdade”, “igualdade” e “qualificação”, sendo este último valorizado pelo seu valor de uso na economia e pela sua importância no exercício da democracia.

Artigo CI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 22.02.2012. O autor do artigo é a jornalista Clara Viana. É notícia de destaque na primeira página, embora em tamanho reduzido. O artigo surge na página 9 (em 32), na secção *Portugal*. Contém 476 palavras, incluindo o título, a entrada e a caixa de texto, e ocupa cerca de quarenta por cento da área da página a qual é partilhada com mais um artigo de menores dimensões, que não versa o tema da Educação, e um anúncio. Os títulos do destaque na primeira página e o do artigo, no interior do jornal, sublinham a dimensão das consequências na vida profissional dos técnicos afetos aos CNO decorrente do que poderia vir a acontecer se de facto encerrar a quantidade de CNO que se encontravam em risco. Na capa esta situação, encerramento de mais uma quantidade significativa de CNO, é referida como previsível e apresentada do ponto de vista da ANPEFA. Na entrada do artigo o acontecimento já é dado como certo, mas mostra uma outra perspectiva apresentada agora do ponto de vista do MEC, assegurando “alternativas para a formação de adultos”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o encerramento de CNO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XIX Governo Constitucional; (b) a ANPEFA, representada por Sérgio Rodrigues seu presidente; (c) O IEFP que tinha afetos 51 CNO que fecharam; (d) o MEC; e (e) a ANQ.

4. *Linguagem e retórica*

A autora divulga a posição da ANPEFA relativamente ao encerramento de uma série de CNO e à previsibilidade de se seguirem outros, a qual problematiza a situação quando a apresenta na ótica dos técnicos e dos responsáveis pelos CNO. A esta abordagem a autora contrapõe uma perspectiva do MEC voltada para o utente, isto é, para os adultos que no futuro continuariam a procurar formação. Todavia, a autora coloca a ênfase na primeira forma de olhar para o problema, pois é esta a ótica que é sublinhada na referência ao artigo na primeira página, no título, em parte do subtítulo, e nos quatro primeiros parágrafos, dos seis que compõem o texto.

O tom utilizado pelo presidente da ANPEFA é bastante negativo relativamente à atuação do XIX Governo no que respeito ao encerramento dos CNO: “‘O Governo está a eliminar a rede dos Centros Novas Oportunidades sem que seja ainda pública a avaliação que prometeu’, acusa Sérgio Rodrigues” e “alerta” para as consequências; este último termo é utilizado três vezes pela jornalista.

O interlocutor da ANPEFA é identificado e citado quatro vezes. As duas citações do MEC surgem na sequência do contacto direto do PÚBLICO com este Ministério.

5. Estratégias discursivas

A autora apresenta em primeiro plano o posicionamento da ANPEFA, dando destaque ao seu interlocutor, o presidente da ANPEFA. Este utiliza os média, neste caso o PÚBLICO, para chamar a atenção para o problema do desemprego de uma quantidade significativa de técnicos que é consequência do fecho de CNO, justificada por falta de financiamento. Critica a atuação do Governo por estar a desperdiçar pessoas especializadas na educação e formação de adultos que já de si trabalharam em situação de precariedade contratual e por estar a “eliminar” a rede de CNO antes de divulgar os resultados da avaliação que encomendou; por outro lado critica a ANQ pela forma como informou os responsáveis dos CNO da decisão de não os financiar.

Segundo a autora firma, o PÚBLICO procurou junto do MEC conhecer a lista de CNO aos quais não foi concedido financiamento e que por isso teriam de encerrar, mas este ministério recusou essa exposição pública. O MEC optou por voltar a referir que os resultados da avaliação ao eixo Adultos da INO seriam divulgados até setembro e procurou sossegar os portugueses: “ a população adulta continuará a poder aceder ao ensino profissional e à certificação escolar”, ainda que seja com alterações. No discurso acerca das alterações previstas nota-se uma preocupação nítida do MEC com o ensino profissional e particularmente, também, dos jovens:

‘a população adulta continuará a poder aceder ao ensino profissional e à certificação escolar’. ‘O futuro do programa irá passar também pelo ensino profissional dos jovens, criando uma rede única de orientação e reencaminhamento de jovens e adultos’

Por sua vez Clara Viana volta novamente neste artigo a chamar a atenção para o facto da vertente do eixo Adultos da INO mais procurada serem os RVCC escolares.

6. Posições ideológicas

A autora deu visibilidade ao posicionamento da ANPEFA mostrando assim, estar solidária com os técnicos dos CNO. Por outro lado, é perceptível uma tentativa de descortinar que alterações o MEC pretende introduzir à INO. Percebendo que a ênfase das alterações que o XIX Governo iria introduzir à INO seria na vertente do ensino profissional, Clara Viana alerta para o facto da população adulta ter procurado a INO principalmente no sentido de adquirir uma certificação escolar e muito menos em busca de uma certificação profissional.

Artigo CII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião*—publicado no jornal Público a uma quarta-feira, 28.03.2012; o seu autor é António José Seguro que assina o artigo como Secretário-geral do PS. Surge na página 47 (em 48), na secção *Espaço Público*; tem 650 palavras, ocupa meia página (duas colunas), contém uma foto do autor do tipo passe e uma caixa de texto. Tem chamada, a cores, na primeira página do jornal com foto e nome do autor, título idêntico ao do artigo e referência ao facto de se tratar de um artigo de opinião.

O artigo do autor partilha a página com outro artigo de opinião de outro autor. O título não tem qualquer referência explícita à INO mas remete para a escola pública (embora não a refira explicitamente) como suporte da democracia que admite a liberdade como um seu valor fundamental. A caixa de texto sublinha o facto do PS se assumir como *empreendedor de causa* na defesa da escola pública.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são o papel da escola pública na construção de uma sociedade mais equitativa e o papel desempenhado pelo PS na defesa desta causa. Já a INO parece surgir como tema secundário.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o PS, representando a estrutura que esteve por detrás das políticas públicas educativas implementadas durante os dois períodos de governação socialista (XVII e XVIII Governos Constitucionais), Portugal, a OCDE e a UE como instituições supranacionais com funções de regulação.

4. *Linguagem e retórica*

A argumentação da opinião é feita de uma forma racional e pragmática, embora marcada por uma quantidade significativa de adjetivos, nomeadamente quando o autor descreve as mudanças introduzidas no sistema de ensino português durante o período de governação socialista liderado por José Sócrates. A este respeito António José Seguro diz, por exemplo, que as mudanças foram “profundas e estruturantes”, os avanços foram “incontornáveis”, a intervenção no parque escolar foi “profunda”, o investimento na escola pública foi “enorme”, o esforço foi “colectivo”, o aumento dos níveis de escolarização foi “inegável” e a igualdade de oportunidades foi “verdadeira”.

À escola pública—mencionada 13 vezes no artigo—é atribuída o estatuto de universal, gratuita, inclusiva, realista e, sobretudo, equitativa no sentido em que promove a igualdade de oportunidades, aspeto fundamental na argumentação pois é referido cinco vezes ao longo do texto. Os portugueses são mencionados sete vezes ao longo do texto.

5. *Estratégias discursivas*

O autor descreve o que considera terem sido as principais medidas de política educativa implementadas pelos XVII e XVIII Governos na escola pública, enfatizando as mudanças introduzidas e o papel de algumas dessas medidas na promoção de maior igualdade. Entre estas encontram-se referências a:

- Maior investimento na qualificação dos portugueses através do QREN;
- Requalificação do parque-escolar;
- INO: (a) abertura de 450 novos CNO, com bibliotecas escolares e centros de recursos, (b) regresso de 1,4 milhão de adultos aos percursos formais de qualificação, (c) regresso à escola de 40.000 jovens, (d) 50% de estudantes do ensino secundário em cursos profissionais e consequente aproximação dos níveis da OCDE, (f) diversificação das modalidades de educação e formação de adultos;
- Implementação das atividades extracurriculares, como Inglês no 1º ciclo e outras atividades;
- Aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos e universalidade do acesso aos 5 anos;
- Estabilidade e formação dos docentes de educação especial (única referência ao corpo docente);
- Alargamento e estabilização de percursos específicos;
- A escola a tempo inteiro.

O papel do autor neste texto é nitidamente o de um ator político que profere um discurso em defesa dos valores da escola pública.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o artigo, retoma a questão polémica em trono da dialética Estado/Mercado mostrando claramente que a posição do PS, transmitida neste artigo pelo seu Secretário-geral, é em prol da defesa da escola pública que, no seu entender, é a única forma de garantir uma verdadeira igualdade de oportunidades e preservar os princípios da liberdade e da democracia. A par deste objetivo surge o enaltecimento da política educativa no período de governação socialista dos últimos anos.

A INO é apresentada pelo autor como um exemplo do que foi conseguido com o esforço coletivo de um conjunto significativo de atores que proporcionou o acesso ao sistema educativo de novos públicos e o regresso de outros. Sublinha como aspeto positivo a diversificação das modalidades de educação e formação de adultos, ainda que não especifique nenhuma delas, e refere o aumento do número de bibliotecas e de centros de recursos.

Artigo CIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma segunda-feira, 14.05.2012. O autor do artigo é agência Lusa. Surge na página 8 (em 48), na secção Portugal. O artigo contém 446 palavras, incluindo o título e a entrada, e ocupa uma faixa vertical do lado esquerdo da página correspondente a duas colunas, ocupando assim dois quintos da área da página. Nesta página encontram-se ainda dois artigos sobre Educação, ainda que só o artigo aqui em análise destaque o tema “Educação”. O título e o subtítulo mostram o posicionamento do Partido Socialista perante a não participação de Portugal no PIAAC — Programme for International Assessment of Adult Competencies. O PS revela a sua contestação perante o facto e associa a não participação de Portugal no Estudo às alterações à INO as quais, por sua vez, são apresentadas como “‘desmantelamento’ das Novas Oportunidades”. O tom é de crítica ao XIX Governo. O artigo contém uma foto de José Sócrates num comício do PS onde se destaca um cartaz que afirma “Novas Oportunidades não é ignorância”.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais são a posição do PS relativamente à não participação de Portugal no PIAAC e o fecho de CNO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o PS, na qualidade de Partido da oposição; (b) o XIX Governo Constitucional; (c) a OCDE, instituição de referência na Educação; (d) o MEC; (e) Pedro Passos Coelho, primeiro-ministro do XIX Governo; (f) Rui Santos, deputado pelo PS; (g) Nuno Crato, ministro da Educação e Ciência.

4. *Linguagem e retórica*

A agência Lusa dá a conhecer a forma como o PS encara o posicionamento do Governo perante a INO. Mostra um PS com uma opinião muito crítica, apresentando-o como um partido que tem poder enquanto oposição; “O PS denunciou ontem [...] exigindo ao Governo explicações [...]”, são expressões exemplificativas do que se acabou de afirmar.

Para enfatizar a discordância do PS relativamente à atuação do XIX Governo a LUSA recorre a citações de Rui Santos e a outras que diz estarem contidas na “nota” que o PS lhe enviou; os termos utilizados denotam bastante expressividade: “O actual Governo, [...], vem fazendo um ataque desmedido e inexplicável [...]”, “dezenas” de Centros Novas Oportunidades foram “desmantelados e encerrados” ou “o Governo ‘vai encomendar um à medida’”, recorrendo à ironia.

5. *Estratégias discursivas*

A agência Lusa dá destaque ao conteúdo da “nota” que recebeu do PS que demonstra um Partido na oposição a procurar, por um lado, fazer o papel que os seus eleitores esperam dele e, por outro lado, a defender o que foi a bandeira do Partido durante a governação de José Sócrates. Assim, o PS mostra-se crítico do facto de Portugal não participar no PIAAC e relaciona esta decisão do Governo, que diz não ter sido explicada, com o que designa “desmantelamento” das Novas Oportunidades, ou seja, com o fecho de CNO. A sua argumentação assenta na certeza do sucesso do programa na vertente do eixo Adultos; segundo o PS, como os resultados da participação de Portugal no PIAAC mostrariam uma melhoria, atribuída naturalmente à INO, colocariam em causa a legitimidade do XIX Governo na redução do número de CNO que, no entender do PS tinha como objetivo dar por terminada a INO.

O PS “questiona-se sobre os motivos que estarão na base desta decisão, desta afronta à avaliação dos conhecimentos através de testes internacionais estandardizados que, muito provavelmente, contribuiria para fomentar a boa imagem de Portugal no estrangeiro.”

O PS retoma de novo a frase polémica, “as Novas Oportunidades como uma forma de ‘certificar a ignorância’, para procurar desvalorizar a argumentação do Governo em torno das alterações que pretendia tomar ou que tinha vindo a tomar relativamente à INO. O PS apresenta o fecho dos CNO como uma decisão tomada pelo Governo com base numa *crença*, legitimada posteriormente com base numa avaliação que mostraria o que fosse preciso:

[...] o então candidato a primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, prometeu fazer uma avaliação das Novas Oportunidades antes de tomar qualquer decisão em relação ao programa.

Porém, “está a fazer rigorosamente ao contrário”, considerou o deputado Rui Santos, em declarações à agência Lusa, acrescentando que o PS “suspeita” que não existe “estudo nenhum”, mas que o Governo “vai encomendar um à medida” para justificar decisões tomadas.

Procurando a adesão do público para a sua causa, o PS mostra também que a sua luta é em prol de “todas as pessoas que se dedicaram a este sistema de educação-formação”, nomeadamente dos formadores que haviam sido despedidos como de “centenas de portugueses” que viam “ser-lhes retirado o direito a uma nova oportunidade para um futuro melhor”.

6. Posições ideológicas

A LUSA deu visibilidade ao PS apresentando-o como um Partido de oposição ao XIX Governo o qual estava atento aos problemas de Portugal e dos portugueses; defensor da INO como forma de melhorar o posicionamento de Portugal nos rankings internacionais de competências de adultos e do direito dos adultos a uma “nova oportunidade” com vista a um “futuro melhor”, o PS mostrou-se bastante crítico relativamente às decisões do Governo em matéria relacionada com a INO e com a não participação de Portugal em estudos internacionais, acusando-o designadamente, de mudar antes de avaliar.

Artigo CIV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a uma terça-feira, 15.05.2012. O autor do artigo é o jornalista Bernardo Esteves. O artigo surge na página 18 (em 48), na secção *Sociedade*. Contém 478 palavras, incluindo o antetítulo, o título, o subtítulo e duas caixas de texto, e ocupa cerca de oitenta por cento da área da página: A restante área da página, uma coluna, é ocupada com um artigo de opinião. O artigo contém uma foto que mostra uma classe de adultos em situação de aula apresentando a formadora em primeiro plano, tal como se se tratasse de uma clássica sala de aula de alunos do 3º ciclo ou do secundário. O antetítulo chama a atenção sobre a INO e refere a ordem de grandeza do número de técnicos e formadores “demitidos”. O título afirma que foi o Governo quem ordenou [o termo “ordenou” é do autor] os “despedimentos” e o subtítulo refere a posição que os técnicos demitidos pelos diretores das escolas pensavam tomar face ao que consideravam ser uma ilegalidade.

Uma das duas caixas de texto refere que o que diz ser “+ pormenores”; o primeiro pormenor prende-se com a falta de assinatura e de data na missiva recebida pelos diretores das escolas a “ordenar o fecho” dos CNO, e o segundo com a data prevista para a divulgação da avaliação à INO anunciando que a mesma foi realizada pelo Instituto Superior Técnico. A outra caixa de texto é apenas uma frase: “Tutela promete analisar processos caso a caso”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o encerramento de CNO afetos às escolas secundárias e o despedimento dos técnicos e formadores que aí trabalhavam.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XIX Governo Constitucional; (b) a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP), entidade que, à data, geria a INO; (c) Catarina Ribeiro, técnica no CNO da Escola Secundária Oliveira do Douro que foi despedida; (d) Adalmiro Fonseca, diretor da Escola Secundária Oliveira do Douro; e (e) Nuno Crato, ministro da Educação e Ciência.

4. *Linguagem e retórica*

A perspetiva apresentada sobre as consequências do fecho de CNO é jurídica.

A ANQEP é um dos dois agentes mais enfatizados no texto; ao todo são-lhe feitas oito referências. A sua centralidade surge pelo conteúdo da comunicação que enviou a “dezenas” de escolas secundárias com CNO e pela forma como o fez. O tom em que a situação é apresentada é desfavorável a este organismo.

Por seu lado, os técnicos são referidos pelo menos oito vezes; estão representados por Catarina Ribeiro e são apresentados como as vítimas do fecho dos CNO, mas com direito a recurso.

Os diretores das escolas surgem como gestores, sem autonomia, mas não como agentes do Ministério. O título, o subtítulo e o primeiro parágrafo sublinham o conflito de interesses entre a ANQEP, e os diretores e técnicos.

Duas citações são de Catarina Ribeiro, duas de Adalmiro Ribeiro e uma da ANQEP, cujo interlocutor não é referido.

5. *Estratégias discursivas*

O autor começa por referir que os diretores de “dezenas” de escolas com CNO “já contestaram” da “ordem” que receberam da ANQEP para procederem a “despedimento colectivo” ou alegar “extinção de posto de trabalho” com o objetivo de demitirem os técnicos que trabalhavam nos respetivos CNO e que os técnicos “prometem recorrer à Justiça” face a esta forma despedimento.

Apresentada a alegação dos técnicos, que é feita por Catarina Ribeiro, tomando por base o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas e sublinhados os direitos destas centenas trabalhadores que estão na mesma situação, o autor apresenta o ponto de vista dos diretores destas escolas, recorrendo à voz do diretor da escola que empregava Catarina Ribeiro. Tal como Catarina Ribeiro, Adalmiro mostra um posicionamento desfavorável à ANQEP, assente também em razões jurídicas mas também formais:

Adalmiro Fonseca afirma que a carta a ordenar o fecho era ‘uma folha com o logotipo da ANQEP, sem data, referência ou assinatura e a mandar despedir até ao dia 11’.⁶

‘Querem que sejam as escolas a solicitar à ANQEP o encerramento dos centros. Só posso pedir o fecho alegando falta de verbas, que é o verdadeiro motivo’, diz Adalmiro Fonseca.

O autor mostra ter procurado esclarecimento sobre o assunto junto da ANQEP ao apresentar sucintamente o seu ponto de vista. Este organismo não alimenta a polémica e promete resolver caso a caso cada situação.

Ao dar voz a dois atores da mesma escola em posições institucionais diferentes, Catarina e Adalmiro, sendo que a primeira afirmou que iria colocar em tribunal a Escola de que o segundo é diretor, o autor torna a situação não só credível e mais próxima dos leitores, como claramente desfavorável à ANQEP.

Na segunda parte do texto, Bernardo Esteves apresenta alguns dados quantitativos relativos ao número de CNO que haviam fechado em janeiro e aos que se deveriam ter mantido

⁶ Sublinhado no texto original

em funcionamento até agosto não fosse a ANQEP ter decidido “encerrar mais um lote”; além disso, mostra que estes dados não coincidem com os que o *site* da ANQEP menciona (o *site* não havia sido atualizado). Todavia o autor aproveita para os revelar mostrando assim a dimensão do problema. Refere, por último, o número de pessoas inscritas na INO, 1,4 milhões, não especificando se se trata apenas de adultos ou se de adultos e jovens.

6. *Posições ideológicas*

O autor mostra o poder exercido por um organismo central, a ANQEP, sobre a gestão dos CNO afetos às escolas secundárias evidenciando dois aspetos:

- a reduzida margem de autonomia das escolas na gestão da sua oferta e das pessoas que nela trabalham;
- a forma deficiente como se processou a comunicação entre a ANQEP e a gestão das escolas.

A ANQEP é neste texto o agente sobre o qual recaem as atenções e as críticas. Em certa medida é a esta Agência que o leitor acaba por atribuir a responsabilidade do problema dos despedimentos das pessoas que trabalham nos CNO, arranjando assim um “culpado” para a situação.

Artigo CV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 16.05.2012. O autor do artigo é o jornalista José Bento Amaro. O artigo surge na página 15 (em 48), na secção *Portugal* e sob o tema *Educação*. Contém 464 palavras, incluindo o título, a entrada e a caixa de texto. É o artigo de maiores dimensões da página; ao seu lado encontra-se um artigo com uma dimensão cinco vezes menor, cujo tema é o Ensino Superior e um anúncio na zona inferior que ocupa meia página.

O título destaca o número de técnicos dos CNO abrangidos pelos despedimentos; estes são referidos como “despedimentos nas Novas Oportunidades”. A entrada do artigo apresenta a posição da “oposição e dos sindicatos” como uma só voz na contestação à atuação do XIX Governo relativamente ao fecho de CNO: “Oposição e sindicatos dizem que milhares de pessoas perderão acesso à educação e acusam o Governo de preconceito ideológico”.

A caixa de texto, ao lado de uma pequena foto que foi anúncio publicitário da INO, refere o número de CNO que chegaram a existir e os que ainda se mantêm abertos mas, frisando que “muitos fecharão depois do Verão”.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) o fecho de “cerca de 50 CNO”, (b) a posição da ANPEFA relativamente a esta situação, e (c) as ilações que a FENPROF e alguns partidos da oposição retiraram deste facto.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XIX Governo Constitucional; (b) a ANPEFA, representada por Sérgio Rodrigues seu presidente; (c) o PS, representado por Odete João, vice-presidente do grupo parlamentar socialista, que foi citada pela agência Lusa; (d) a agência Lusa que José Bento Amaro utiliza como fonte; (e) José Sócrates, antigo primeiro-ministro “que criou o programa que permitiu a certificação de competências a perto de 350 mil portugueses que não tinham o secundário completo”; (f) o BE enquanto Partido da oposição com assento no Parlamento; (g) Isabel Leite, secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, cuja presença no Parlamento foi pedida pelo BE; (h) Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF; (i) a “Agência Nacional para a Qualificação” que, de acordo com o autor, se demarca de responsabilidades no fecho dos CNO, “referiu em comunicado que não é responsável pelo encerramento de nenhum centro”, afirma aquele.

4. *Linguagem e retórica*

O autor divulga o eventual fecho de mais cerca de 50 CNO enfatizando o conflito de opiniões em torno do assunto: “Destruição”, “crime” e “ilegal” são algumas das expressões utilizadas por

representantes sindicais e partidos políticos que fazem oposição ao actual Governo [...]”, diz o autor logo no primeiro parágrafo. Também na apresentação do ponto de vista de cada agente evidencia-se o uso de verbos que denotam agressividade, “O PS repudia [...]”, “Também o Bloco de Esquerda se insurgiu [...]”, “Aquilo que nós temos é alguém que não está a fazer nada ao nosso sistema educativo que não seja destruir [...]”, e de expressões com um sentido figurado como a proferida pelo presidente da ANPEFA, “este ‘é um processo de morte lenta’”, e que têm como objetivo reforçar a função apelativa da argumentação.

O recurso à citação é frequente.

O autor refere a Agência Nacional para a Qualificação querendo certamente referir-se à ANQEP, uma vez que esta já havia substituído a ANQ.

5. *Estratégias discursivas*

O autor começa por dar a conhecer a possibilidade do fecho de mais uma quantidade de CNO, cerca de 50 que fechariam por falta de financiamento de acordo com a informação no artigo, começando por revelar o número de “funcionários e formadores” que seriam afetados com esta situação, isto é, que seriam despedidos “no prazo de 40 dias”. Seguidamente dá relevo à perspetiva de um grupo de atores que se revelou contra esta medida; trata-se do ponto de vista do PS, do BE, da ANPEFA e da FENPROF:

- O PS crítica o fecho de CNO pelo seu significado em termos de projeto político do XIX Governo para a área da educação e formação de adultos, uma vez que “prometeu um estudo que nunca apresentou, mas encerrou cerca de metade dos centros”. Esta posição é desvalorizada pelo autor que logo a seguir mostra o quanto o PS é parte interessada na manutenção da INO, relembrando o leitor que foi José Sócrates quem criou o programa;
- A crítica do BE prende-se com as consequências na vida profissional dos funcionários dos CNO que fecharem;
- A ANPEFA, não centra, desta vez, a sua atenção nos profissionais dos CNO; mostra preocupação com a insegurança vivida pela generalidade de pessoas que poderia ser afetadas com o encerramento dos CNO, pois avistava o fim do programa e não via o XIX Governo a apresentar alternativas. Apresenta uma imagem da “tutela” pouco dialogante pois, como afirma o seu presidente, “a sua associação aguarda há cinco meses para ser recebida” e, além disso, ainda aguardava pelos resultados do que o jornalista chamou “avaliação técnica do programa”;
- Por seu lado, a FENPROF apresenta uma posição corporativa, mostrando discordar da política educativa do XIX Governo pois, na sua opinião, o que estava em vista era despedir pessoas;

No último parágrafo o jornalista dá a conhecer a posição da ANQ (ANQEP) referindo apenas prestava apoio jurídico aos CNO que necessitavam de encerrar.

6. *Posições ideológicas*

Ao dar visibilidade às críticas que são feitas ao XIX Governo a propósito do fecho de CNO, frisando que é por falta de financiamento, o autor mostra um Governo que procura reduzir as despesas pela via do despedimento de trabalhadores, e força-o a justificar publicamente as medidas que toma e a sua política relativamente à educação e formação de adultos.

Visto por um outro prisma, o autor também sustenta o conflito de opiniões pois, como jornalista, sabe que é esta é uma das formas de prender a atenção do público.

Artigo CVI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 19.05.2012, e o seu autor é a jornalista Clara Viana que à data escrevia quinzenalmente sobre Educação neste diário. Surge na página 14 (em 56), na secção *Portugal*; tem 820 palavras, ocupa a página inteira e contém foto com legenda. O título e o subtítulo destacam algumas conclusões de um estudo de avaliação da INO e alterações que o XIX Governo de Portugal pretendia implementar, à data da sua publicação, no que respeita à Educação de Adultos. Na parte central do artigo surgem com destaque dois resultados numéricos.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é as conclusões do estudo que foi apresentado a 18 de maio de 2012, no âmbito da avaliação do eixo Adultos da INO, as quais dizem respeito ao impacto dos processos de RVCC e EFA na empregabilidade dos agentes certificados. As medidas a empreender por parte do XIX Governo no que respeita à Educação de Adultos são também um tema abordado.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XIX Governo, com destaque na parte final do artigo para a figura de Isabel Leite enquanto representante do Governo⁷; (b) o Instituto Superior Técnico (IST); (c) Francisco Lima⁸, apresentado como coordenador da equipa do IST e responsável pelos Centros de Estudos de Gestão do IST; e (d) Luís Capucha⁹ apresentado como sociólogo e antigo responsável pelo programa Novas Oportunidades. Todos os atores referidos neste artigo são personalidades com elevado capital cultural e social, embora com ligações diferentes à educação. O IST é, em Portugal, uma Instituição de referência no Ensino Superior Técnico.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo utiliza uma linguagem formal em que os dados quantificáveis—quantidades apresentadas em valor absoluto ou percentagem—são referidos com alguma relevância e destaque visual quer para sublinhar a quantidade de adultos certificados ou em processo RVCC, quer o investimento feito na INO ou ainda, o impacto da INO na promoção de maior igualdade social—vista em termos de empregabilidade e remuneração—; esta forma de abordagem confere à autora conhecimento e autoridade sobre o assunto.

⁷ À data, Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário.

⁸ Professor no Departamento de Engenharia e Gestão do Instituto Superior Técnico

⁹ Sociólogo e diretor da ANQ

O recurso à citação é frequente: seis citações de Isabel Leite, cinco de Luís Capucha e duas apenas ao Estudo. Deste ponto de vista, a jornalista Clara Viana parece ter procurado um equilíbrio entre duas formas distintas de pensar a formação de adultos: por um lado, enfatiza a relação entre o nível de escolaridade e a empregabilidade o qual foi o alvo do estudo do IST e, por outro, destaca uma outra finalidade dos processos RVCC a qual é salientada no posicionamento de Luís Capucha.

5. *Estratégias discursivas*

A autora noticia os principais resultados do estudo realizado pelo IST contrapondo alternadamente com o ponto de vista de Luís Capucha que fala em favor da INO e do processo de RVCC, senão vejamos:

- No seguimento da identificação da entidade autora do estudo de avaliação surge uma citação de Luís Capucha que procura diminuir a credibilidade da equipa que realizou o estudo: “não há uma única pessoa ali que tenha trabalhado na área da qualificação e formação”;
- A seguir à apresentação de resultados estatísticos que posicionam os cursos EFA como processos mais diretamente relacionados com maior probabilidade de emprego ou melhoria de condições de empregabilidade que os processos RVCC e que, além disso, não implicam a aquisição de novos conhecimentos, como se refere no artigo, Clara Viana apresenta em contraponto a opinião de Luís Capucha;
- Na sequência da proposta de Isabel Leite, relativamente às medidas de política a tomar pelo XIX Governo—que são apresentadas como favoráveis à priorização de modalidades de formação, como o ensino recorrente e os cursos EFA, em detrimento dos processos de reconhecimento e validação de aprendizagens experienciais—, a jornalista volta a contrapor com a posição de Capucha trazendo à memória do leitor o insucesso da modalidade de ensino recorrente e a sua desadequação aos adultos.

A autora do artigo não se limita a descrever os resultados e a apresentar as propostas de ação do governo na área da educação de adultos; antes pelo contrário, cria uma dialética entre duas personagens que assumiram lugares de destaque na governação de instituições públicas em tempos distintos da democracia.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o artigo procura assumir um ponto de vista neutro. Por um lado, não há no texto uma perspetiva que domine sobre a outra. Por outro lado, o título, o subtítulo e a foto do artigo denunciam claramente uma posição que privilegia a formação em detrimento do reconhecimento de competências adquiridas. Implicitamente, ao sublinhar de forma negativa o programa Novas Oportunidades—“Novas Oportunidades quase não criaram mais emprego,

[...]” —, embora tenha usado o advérbio “quase”, o artigo contribui para a construção de uma imagem negativa da INO no eixo adultos. O facto de a foto apresentar jovens estudantes sentados em carteiras (de braço) no que aparenta ser uma sala de aula, reforça a ligação de adultos a formas escolarizadas de aprendizagem. Acresce a esta visão redutora da educação de adultos, o facto das perspectivas apresentadas enfatizarem uma visão neoliberal da educação, isto é, enquanto instrumento para a empregabilidade, aquisição de conhecimentos e desenvolvimento da economia.

Artigo CVII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a um sábado, 19.05.2012, e o seu autor é a jornalista Joana Nogueira. Surge na página 16 (em 48), na secção *Sociedade*; tem 379 palavras, ocupa uma área de cerca de oitenta por cento da página na qual se encontra ainda um artigo de opinião. O artigo contém uma foto de José Sócrates rodeado por adultos no que parece ser uma sessão de entrega de diplomas, e tem uma legenda que faz referência à data em que este ator criou a INO. O artigo contém ainda duas caixas de texto. Uma delas é apenas uma frase referente ao ensino recorrente como via para completar o 12º ano. A outra caixa de texto anuncia mais “+ pormenores”, sendo sobre os CQEP um desses pormenores: o primeiro surge a sublinhado e nele considera-se os CQEP como o nome que os CNO agora passariam a ter bem como o facto de funcionarem, também, como meios de encaminhamento de jovens e adultos; o segundo “pormenor” diz respeito ao ensino recorrente fazendo notar que este funcionaria em algumas escolas de acordo com as suas “valências”.

O antetítulo mostra que o tema é a INO e destaca o reduzido efeito que esta teve na empregabilidade e na vida profissional das pessoas, conclusões que resultaram da avaliação levada a cabo pelo IST a este programa. O título destaca o investimento feito na implementação da INO sublinhando a vertente formal: “1800 milhões para certificados”; o subtítulo anuncia uma data para as alterações que o MEC pretendia introduzir e o seu propósito: “contra o ‘desperdício de recursos’”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é as medidas a empreender pelo XIX Governo no que respeita à educação e formação de adultos e o investimento financeiro aplicado neste setor no âmbito da INO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o MEC, designado apenas por Ministério da Educação e representado pela secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, Isabel Leite, “apoiada pelo ministro, Nuno Crato”; (b) José Sócrates que em 2005, enquanto primeiro-ministro, criou a INO; e (c) o Instituto Superior Técnico, apresentado como entidade que realizou “um estudo” a que Isabel Leite recorre para legitimar a tomada de posição do seu ministério.

4. *Linguagem e retórica*

A jornalista apresenta o investimento financeiro que foi feito no âmbito do eixo Adultos da INO, fragmentando-o por ordem decrescente da quantia utilizada em cada setor: cursos EFA, Formações Modulares (que são referidas como “Modelares”), CNO e responsáveis pelos

RVCC. Por um lado, estes dados conferem-lhe credibilidade ao conteúdo da informação que pretende passar e, por outro lado, permitem sustentar o ponto de vista dos atores que cita, tanto mais que este investimento na INO é descrito como um *custo* ou *despesa* feita, durante seis anos, pelos governos liderados por José Sócrates e cuja “factura” foi “suportada, na sua maioria, por verbas comunitárias”, como afirma a jornalista.

Um outro aspeto relevante é a importância que é dada à formação e ao ensino em detrimento da educação: o termo “formação” surge oito vezes, ora ligado à educação, termo que surge apenas duas vezes, ora associado à formação profissional ou escolar ou ainda ao “ensino de adultos”. O “ensino recorrente” é referido quatro vezes, três das quais em destaque.

Todas as citações apresentadas são de Isabel Leite e representam, portanto, a perspetiva do XIX Governo e do MEC.

5. *Estratégias discursivas*

A autora começa por desvalorizar o impacto da INO no emprego (face ao investimento feito), referindo logo no antetítulo que este foi “muito reduzido” na “empregabilidade e remuneração”, ou seja, na progressão na vida profissional dos adultos diplomados no âmbito da INO. Este aspeto é desenvolvido ao longo do texto.

“Apesar da dimensão do investimento público, do qual resultaram cerca de 400 mil adultos certificados, os efeitos em termos de empregabilidade e remuneração são ‘reduzidos ou praticamente nulos’, de acordo com a secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, Isabel Leite, com base num estudo desenvolvido pelo Instituto Superior Técnico”.

Outro tópico que a autora enfatiza, e que, aliás, sustenta, é a necessidade de introduzir uma contenção dos custos decorrentes da educação e formação dos adultos. Este investimento é percebido como um grande esforço orçamental e os últimos Governos socialistas são julgados como despesistas:

Ministério da Educação introduz alterações na educação e formação de adultos, a partir do próximo ano lectivo, contra o ‘desperdício de recursos’

De facto, são estes dois aspetos que justificam, do ponto de vista do XIX Governo, apresentado por Isabel Leite e Nuno Crato, as alterações que este pretendia introduzir na educação e formação de adultos em Portugal, as quais, por sua vez eram legitimadas pelas conclusões do estudo sobre o eixo adultos da INO levado a efeito por uma equipa do IST, a pedido deste Governo.

‘Em face destes resultados temos condições para a tomada de decisões políticas fundamentadas’, declarou Isabel Leite, apoiada pelo ministro da Educação, Nuno Crato: ‘Queremos rentabilizar o investimento que é feito na formação de adultos com o que, de facto, dá resultados e traz qualificação’

Das medidas concretas a implementar na educação e formação de adultos a autora destaca a “formação e ensino de adultos” com base:

- em cursos de dupla certificação, mas com formações focadas na aquisição de “capacidades práticas” e oferecidas por “entidades certificadas”, pois que teriam em vista o seu uso no mercado de trabalho;
- na recuperação do ensino recorrente para os adultos que pretendessem concluir o ensino secundário ou prosseguir estudos superiores, sendo esta modalidade oferecida pelas escolas, consoante os seus recursos, isto é, as suas “valências”, como a autora afirma;

Aos CQEP, centros que substituiriam os CNO, não seriam atribuídas funções formativas; a estes caberia proceder ao encaminhamento de jovens e de adultos para os centros de formação profissional ou para as escolas públicas.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente o artigo assume a perspectiva do XIX Governo, não apenas pelo facto de ser a única apresentada como pela informação de contexto que a sublinha e que é reforçada nos próprios títulos do artigo. Por seu lado, Joana Nogueira não se limita apenas a apresentar as propostas de ação do governo na área da educação de adultos como reforça e justifica a perspectiva do MEC.

Nas medidas previstas a implementar pelo XIX Governo na educação e formação de adultos não figura a educação, mas apenas o ensino e a formação. A ênfase é colocada na necessidade de formar profissionalmente os adultos com vista à sua utilidade no mercado de trabalho e à recuperação da economia e com o mínimo investimento possível. Esta perspectiva enfatiza e reforça uma visão neoliberal da educação, assumindo acima de tudo a vertente da formação e da qualificação no sentido da capacitação para o mercado e, portanto, como instrumento para a empregabilidade e desenvolvimento da economia.

Artigo CVIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo de opinião institucional—*editorial*—publicado no jornal Público, a um sábado, 19.05.2012. O artigo não está assinado, pelo que reflete a opinião da sua equipa diretiva. Sendo esta a posição de uma equipa editorial, revela a ideologia do jornal; neste sentido o valor simbólico da opinião emitida é distinto do da opinião publicada por um outro autor ainda que com elevadas formas de capital.

Surge na página 52 (em 56), na secção *Espaço Público*. Este Editorial contém dois textos distintos que ocupam meia página. O texto que aqui analisamos tem 308 palavras, e ocupa dois terços do artigo completo. A secção inferior da página é dedicada à publicação das cartas à diretora e de comentários *online*.

Com o título deste artigo a equipa editorial sugere que se volte a pensar a educação de adultos, mas fazendo revigorar o ensino recorrente. Esta ideia é reforçada no subtítulo e sublinhada a necessidade de ultrapassar a má impressão deixada pela INO—programa que dá como terminado—neste campo.

2. *Os temas/objetos*

Os assuntos principais do artigo são: (a) o eixo Adultos e os processos de RVCC, (b) perspectivas para o campo da educação de adultos, e (c) o ensino recorrente.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são o XIX Governo Constitucional, o ministro da Educação, Nuno Crato, e a sua equipa ministerial.

4. *Linguagem e retórica*

No texto surgem algumas figuras de estilo que têm como efeito reforçar determinado acontecimento, como seja, por exemplo, o fim da INO—“ontem foi [referindo-se à INO] definitivamente enterrado pelo Governo” ou “do defunto Novas Oportunidades”—ou algum ponto de vista—“o fim do facilitismo”—referindo-se ao eixo Adultos. Os termos “ensino recorrente” surgem apenas duas vezes, no título e subtítulo; no entanto, esta parece ser, na opinião dos autores, a modalidade que deveria ser eleita para relançar a educação de adultos.

5. *Estratégias discursivas*

Os autores dão como terminada a INO e com ela a educação de adultos. Do seu ponto de vista, a intenção da equipa ministerial ao terminar com a INO, em particular no que respeita aos processos de RVCC, é recuperar a educação de adultos, pois consideram inaceitável não se oferecer esta oportunidade aos adultos argumentando, a este respeito, que “o impulso que leva um adulto aos livros e à escola é um poderoso exemplo de empenho e de confiança que o país

não pode, de forma alguma, desperdiçar”; contudo, na sua ótica, os modelos formais que valorizam o conhecimento, as capacidades e as competências, aspetos que a INO não conseguiu alcançar, segundo os autores do artigo, deveriam ser os privilegiados.

A estratégia da equipa editorial para reforçar esta perspetiva é, por um lado, realçar que a INO foi (a) uma “boa ideia”, mas (b) teve resultados “discutíveis” e (c) custos “elevadíssimos” e, acima de tudo, (d) os processos de RVCC limitaram-se à certificação e ao “facilitismo” o que conduziu à sua desvalorização social: “o programa acabou por isso um mero processo burocrático, execrado pela opinião pública e desprezado pelo mercado de emprego”, afirmam os autores. Por outro lado, reconhecem mérito à INO pela (a) adesão que suscitou nos adultos, embora não deixem de o atribuir, em parte, ao que apelidam de “facilitismo”, e por (b) promover a autoestima e (c) incentivar os adultos a procurarem “qualificações certificadas”.

A recomendação desta equipa editorial é claramente pela recuperação do ensino recorrente, pois, além dos aspetos já referidos, parece ser a opção que na sua perspetiva se adequa aos constrangimentos financeiros que o país atravessava.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o artigo mostra que a equipa editorial do jornal Público concorda com a estratégia do XIX Governo que visa terminar o eixo Adultos.

A INO é, neste texto, identificada com o eixo Adultos e vista por um prisma predominantemente negativo. Embora os autores reconheçam que a INO possuía uma função de desenvolvimento pessoal, associam os processos de RVCC apenas à (facilidade de) certificação porque é assim que consideram que a sociedade (cidadãos e empregadores) os interpretou.

No seu discurso, a equipa editorial do Público, por um lado, revela confiança no modelo que o ministro da Educação idealizou para a educação de adultos, indo no sentido em que deverão ser privilegiados os processos formais de educação; mostra assim, que conhece a ideologia educativa de Nuno Crato, e na perspetiva desta equipa, este fará bem se não se afastar dessa perspetiva. Mas, por outro lado, face aos problemas económicos e financeiros do país, os autores manifestam preocupação com a possibilidade de nada ser feito em proveito da educação de adultos.

Assim, a sua recomendação é no sentido de “recuperar a educação de adultos” retomando o ensino recorrente, o qual havia sido gradualmente desincentivado pelos dois governos anteriores.

Artigo CIX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a uma quarta-feira, 23.05.2012; o seu autor é Mário Nogueira que assina o artigo como Secretário-geral da FENPROF. Surge na página 17 (em 52), na secção *Sociedade* e Subsecção *Correio da Educação*; tem 184 palavras, ocupa uma coluna com uma área equivalente a cerca de um quinto da página, contém foto do autor, do tipo passe, e uma caixa de texto. O título “(In)sérios!” não tem qualquer referência explícita à INO nem a qualquer outra política educativa, mas pressupõe uma apreciação negativa acerca do caráter de alguém. A caixa de texto deixa antever que essa crítica se dirige ao XIX Governo Constitucional.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a ação do XIX Governo, coadjuvado pelo PSD) e pelo CDS-PP, aqui referido apenas como CDS, na área da educação. A INO e o desemprego na classe docente são assuntos mencionados mas, também, não aprofundados.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são o PSD, o CDS e o XIX Governo Constitucional. Como ator secundário surge o XVIII Governo e os restantes partidos políticos portugueses.

4. *Linguagem e retórica*

O autor não aprofunda a argumentação em torno da opinião emitida, pois limita-se a referir algumas situações que justificam superficialmente a apreciação feita.

Na parte final do texto, apesar dos evidentes constrangimentos de espaço, o autor utiliza ainda um recurso estilístico que tem como objetivo mostrar a discordância entre o que o PSD e o CDS-PP defendiam, quando integravam a oposição, e a política educativa do Governo de maioria PSD e CDS-PP que não é meritória nem se arroga sê-lo: “Afirma o dito popular que à mulher de César não basta ser séria, é preciso parecê-lo”

O XIX Governo surge, neste artigo, como uma espécie de marioneta do PSD e do CDS-PP. Os verbos *impor* e *destruir* caracterizam a ação do XIX Governo.

5. *Estratégias discursivas*

O autor considera que o XIX Governo se tem limitado a destruir algumas medidas de política educativa implementadas pelos dois governos anteriores de cariz socialista e a agravar o desemprego da classe docente. No que se refere ao primeiro caso, sublinha o seu desacordo perante a destruição da Parque Escolar e da INO. No que à INO diz respeito, considera que havia erros, “alguns sérios”, mas não os especifica; todavia, no seu entender, eram erros

passíveis de correção e por isso a decisão deveria ter sido tomada neste sentido. No segundo caso, sublinha as questões da constituição dos agrupamentos escolares e da revisão curricular a que o CDS-PP e o PSD se haviam oposto mas que, na sua perspetiva, agora pretendem continuar ou impor com efeitos mais gravosos para a classe docente.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente o artigo mostra que o autor discorda veementemente da generalidade das medidas tomadas pelo XIX Governo no campo da educação uma vez que, no seu entender, são apenas no sentido de destruir tudo “o que lhes surge pela frente”.

Ao associar a ação do Governo à ideologia dos partidos políticos, PSD e CDS-PP, o autor pretende atribuir um significado político à estratégia do Governo de maioria (de coligação) centro direita. O seu discurso assemelha-se a um discurso político de um militante sindical, em defesa da classe docente e da escola pública.

A sua opinião em favor da INO não é, de modo algum, minimamente consubstanciada, eventualmente pelo exíguo espaço que é reservado ao artigo: marca apenas que era uma política que merecia ser mantida, embora com as devidas correções.

Artigo CX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a uma terça-feira, 25.05.2012. O seu autor é Alberto Melo Garcia, leitor do jornal. Surge na página 50 (em 56), na secção Espaço Público, subsecção Cartas à Diretora; contém 300 palavras, ocupa uma faixa inferior da página situando-se abaixo do editorial do jornal (o qual não se encontra assinado). É, neste número a única carta de leitores. A utilização, uma única vez, de “(..)” indica que o texto original foi reduzido para fins de publicação no jornal. O título, “Novas oportunidades e velhas enormidades”, indica que o autor vai estabelecer uma comparação.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são a avaliação do eixo Adultos, os efeitos da INO e o ensino recorrente.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são a Universidade Católica, Roberto Carneiro e a equipa de investigadores que realizou a avaliação à INO, e o XIX Governo Constitucional “que decidiu acabar” com a INO. Como agentes secundários tem-se: (a) o Instituto de Educação, que surge como entidade de referência na Educação em Portugal; (b) o Instituto Superior Técnico, entidade que realizou um estudo sobre a INO; (c) a ANEFA, entidade que iniciou, em 2000, a educação e formação de adultos por via dos EFA e dos processos de RVCC; e (d) o ME.

4. *Linguagem e retórica*

O autor demonstra possuir conhecimento sobre o processo da educação e formação de adultos em Portugal, aspeto que é notório na forma como argumenta. Cita entidades de referência em Portugal ligadas quer à educação e formação de adultos, à educação em geral e à investigação, quer a outras áreas científicas; mostra conhecer estudos e os respetivos autores. Apesar da reduzida dimensão do texto, apresenta sinteticamente alguns resultados que considera serem pertinentes para a argumentação.

Reconhece o prestígio da equipa que realizou a avaliação da INO, sublinhando que se trata de uma equipa de investigadores coordenada por Roberto Carneiro, figura pública com elevado capital escolar, cultural, político e simbólico, e levada a cabo pela Universidade Católica, entidade prestigiada no ensino superior.

5. *Estratégias discursivas*

O autor classifica de “longo e rigoroso” o processo de avaliação efetuado à INO. Critica o facto de com base em outro estudo encomendado ao Instituto Superior Técnico, o qual no seu

entender não poderia ter a validade do anterior, se tenha substituído a INO (leia-se eixo Adultos) pelo “velho e desacreditado”, “ineficaz e caríssimo ensino recorrente”, esquecendo que os cursos EFA e os processos de RVCC, em 2000, pretenderam exatamente ultrapassar este problema na educação e formação de adultos.

Na tentativa de desacreditar o ensino recorrente como uma alternativa viável aos EFA e aos processos de RVCC o autor cita o estudo encomendado pelo ME em 1998, e critica as conclusões do estudo sobre a INO realizado pelo Instituto Superior Técnico que concluiu que esta última “não produzia emprego nem promoção salarial”. Rebate os resultados deste estudo do Instituto Superior Técnico afirmando que “se estas modalidades de educação-formação de adultos não foram criadas com tal objectivo, é natural que não produzam tais efeitos” e sublinha um conjunto de efeitos que têm sido “unanimemente” confirmados em vários estudos “sérios e independentes”:

- “ganhar maior auto-estima e confiança”;
- “encetar um processo de aprendizagem ao longo da vida”;
- “despertar a curiosidade e a vontade de saber sempre mais”;
- “iniciar-se na informática”;
- “adquirir uma maior consciência cidadã”;
- “passar a apreciar o estudo e a busca de novos conhecimentos”;
- “transmitir essa atitude aos filhos”.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume um ponto de vista crítico da ação do XIX Governo, essencialmente por três motivos: o facto de ter ignorado os estudos que mostram que a INO produziu efeitos “desejados numa sociedade moderna”, ter incumbido ao Instituto Superior Técnico um estudo sobre a INO, e por (re)tomar um modelo de ensino que já deu provas de ser ineficaz e ineficiente.

Relativamente ao eixo Adultos o autor destaca as funções democrática e de desenvolvimento pessoal da INO que tiveram efeitos significativos na população portuguesa, desvalorizando a sua função económica pois não foi este o objetivo dos cursos EFA e dos processos de RVCC.

Artigo CXI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião* (de leitor)—publicado no jornal Público, a uma sexta-feira, 06.07.2012. O seu autor é J. Ricardo, leitor do jornal. Surge na página 50 (em 56), na secção Espaço Público e subsecção Cartas à Diretora; contém 166 palavras, ocupa um espaço entre uma carta de outro leitor com uma dimensão sensivelmente igual e dois comentários na subsecção Cometários *online*; na parte superior destes artigos encontra-se o editorial do jornal (que não está assinado). O título, “O Relvas, outra vez” mostra um tratamento pouco cortês do ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares do XIX Governo Constitucional, Miguel Relvas, e ainda que este é mais um artigo que trata um assunto que se reporta a este autor.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são os processos de RVCC (ainda que o autor não os identifique desta forma), a licenciatura de Miguel Relvas pelo significado social que transporta o estatuto de licenciado, e a crítica do XIX Governo à INO.

3. *Os agentes*

O ator principal apresentado no artigo é Miguel Relvas ministro-Adjunto e dos Assuntos Parlamentares do XIX Governo Constitucional. Como atores ou agentes sociais secundários surgem: (a) o XIX Governo Constitucional; (b) os XVII e XVIII Governos, embora o autor se refira explicitamente ao XVIII Governo, “anterior Governo” mas como tendo sido este que criou a INO (leia-se eixo Adultos); (c) José Sócrates, que surge em alguns aspetos comparado a Miguel Relvas; e (d) Jerónimo de Sousa, como o político que é figura pública, mas não possui licenciatura.

4. *Linguagem e retórica*

O autor utiliza uma linguagem informal e em alguns aspetos popular, nomeadamente pela informalidade na forma como refere alguns ministros, “Jerónimo de Sousa”, “o ministro Relvas”, ou alguns termos que usa, “é uma grande chatice”.

Em alguns aspetos o autor é tão sucinto que torna a argumentação extremamente redutora, designadamente quando se refere à forma como Miguel Relvas obteve o grau de licenciado: “Aproveitou uma espécie de Novas Oportunidades, a qual faz aproveitar aquilo que comumente se apelida de experiência de vida. Ou seja: os candidatos expõem as competências a um júri e este (in)valida”.

5. *Estratégias discursivas*

O autor identifica a INO com os processos de RVCC, os quais, por sua vez, surgem associados apenas à certificação de competências adquiridas ao longo e ao largo da vida que é confirmada

perante um júri. Esta é, como já se afirmou, uma explicação demasiado simplista e redutora da INO e dos processos de RVCC.

J. Ricardo critica a forma como o XIX Governo censurou a INO quando o que as pessoas almejavam com a inscrição na INO era o mesmo que Miguel Relvas; contudo, no caso dos primeiros, tratava-se de “uma questão de orgulho, que residia na realização de, pelo menos, esses anos mínimos de ensino” pois a eventual e “escondida realização profissional” não era o seu fito principal; já no caso de Miguel Relvas e de outros políticos, como José Sócrates (a comparação é do autor), ser licenciado e usar o termo “dr.” era um estatuto simbólico que, na opinião do autor, é almejado pelos políticos porque confere prestígio ao seu portador, ainda que não necessitem dele para o exercício do cargo.

O autor critica alguns políticos que sobrevalorizam o seu grau escolar pela imagem que isso transporta em termos de prestígio no espaço público, nomeadamente quando discursam na televisão, mas simultaneamente mostra como considera este aspeto importante e privilegiado pela televisão, enquanto espaço de debate e confronto de ideias e assuntos: “não precisa do dr. para ascender a qualquer cargo político. Mas ir à televisão e não se existir enquanto dr. é uma grande chatice. Para isso, já basta o Jerónimo de Sousa”.

6. Posições ideológicas

Ideologicamente o autor assume um ponto de vista favorável da INO no sentido em que este programa proporcionou aos adultos a obtenção de um grau de habilitação correspondente a uma escolaridade mínima recorrendo às competências que adquiriram ao longo e ao largo da vida, aspeto que, segundo J. Ricardo, é para estas pessoas motivo de orgulho. Valoriza a dimensão pessoal da INO, mas apresenta uma visão redutora quer da INO quer dos processos de RVCC, analisando-os apenas pelo ângulo da certificação.

Artigo CXII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*opinião*—publicado no jornal Expresso, a um sábado, 07.07.2012; o seu autor é Daniel Oliveira, jornalista e comentador. O autor não associa o seu discurso a um estatuto profissional explícito, como já é habitual neste jornal no que respeita aos artigos de opinião de *opinion makers* fixos. Surge na página 37, na secção *Editorial & Opinião*; tem 272 palavras, ocupa meia coluna¹⁰ e contém uma foto tipo passe do autor, com o seu nome e endereço eletrónico. Na mesma página encontram-se mais três artigos de outros autores, sendo um deles sobre educação. O título contém apenas duas palavras, “Os outros”, o que, à partida, pode levar o leitor a fazer uma associação com um outro grupo ou a interrogar-se sobre quem falará o autor.

2. *Os temas/objetos*

Os assuntos principais do artigo são os processos de RVCC e o discurso de Pedro Passos Coelho acerca deste processo.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais referidos no artigo são: (a) os adultos com pouca ou nenhuma formação escolar; (b) o primeiro-ministro do XIX Governo, Pedro Passos Coelho, embora a citação que surge deste ator tenha sido proferida em campanha eleitoral enquanto candidato a primeiro-ministro. Como ator secundário surge Miguel Relvas, que à data era ministro Adjunto dos Assuntos Parlamentares do XIX Governo.

4. *Linguagem e retórica*

O autor recorre a alguns recursos estilísticos que dão um cunho pessoal ao seu estilo de escrita e enfatizam o seu ponto de vista, nomeadamente quando faz uso da ironia em situações que envolvem o poder político. Daniel Oliveira recorre ao seu conhecimento de causa quando argumenta sobre o processo de RVCC avocando, deste modo, autoridade sobre o assunto.

5. *Estratégias discursivas*

O autor começa por fazer notar o papel importante que o processo de RVCC teve na vida de pessoas com baixos níveis de formação escolar ou total ausência dela; refere que era comvente perceber o quanto significava para essas pessoas ver oficialmente reconhecido quer o conhecimento adquirido no trabalho quer os demais acrescentados durante o processo de reconhecimento e validação.

¹⁰ A restante coluna é ainda do mesmo autor mas é já dedicada a outro tema; inclui outro título, pelo que se considerou outro artigo.

O autor faz notar que aquilo que “há uns bons anos” se designava “certificação de competências”, nome que apelida de “aborrecido” contrariamente ao efeito que produzia nas pessoas, foi alargado e passou a integrar a INO. Do seu ponto de vista, a massificação dos processos ocasionou, como acha natural ter acontecido, problemas que necessitavam de ser corrigidos; Todavia, de modo algum justificam a expressão, “um certificado à ignorância”, usada por Pedro Passos Coelho em campanha eleitoral e que Daniel Oliveira intitula de preconceituosa.

Seguidamente compara estes processos com o Processo de Bolonha o qual é válido não só em Portugal como em toda a Europa e que permite a acreditação da experiência profissional. Contudo, a este processo recorrem com naturalidade políticos como Miguel Relvas para obter uma licenciatura, gente instruída de nascença como o autor ironicamente sublinha. Já “os outros”, “ignorantes”, ironiza o autor, que trabalharam a vida inteira, “conseguir uma equivalência ao ensino básico é certificar a ignorância”.

6. *Posições ideológicas*

Ideologicamente o autor assume claramente o ponto de vista favorável à INO, particularmente no que respeita aos processos de RVCC, e de oposição ao discurso de quem defende que a INO foi uma “certificação à ignorância”.

Daniel Oliveira considera que em Portugal “as habilitações académicas servem, antes de tudo, para garantir um estatuto social”. Da forma como o autor argumenta, reside aqui o busílis da questão: a experiência daqueles que se encontram em estratos sociais mais elevados é não apenas formalmente reconhecida e certificada, como a sua equivalência a uma licenciatura é valorizada socialmente; já os “outros”, como o autor refere, que trabalham arduamente a vida inteira, têm muita dificuldade em ver legitimados socialmente os conhecimentos e as competências adquiridos ao longo da vida, no trabalho e noutros ambientes não formais, não obstante se tratar de equivalências ao nível básico.

A tónica no processo de RVCC foi colocada no impacto que têm na vida pessoal, na importância que para as pessoas tem a certificação e o reconhecimento formal do mérito.

Artigo CXIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*reportagem*—publicado no jornal Expresso a 01.09.2012. O seu autor é Isabel Leiria. Surge nas páginas 24 e 25 no âmbito de um conjunto de reportagens “retratos do país desenhados a partir de um número”; tem 1996 palavras, ocupa as duas páginas, contém uma foto de grandes dimensões de três protagonistas da história com uma legenda que menciona os seus nomes e a frase “três rostos de um país que os obrigou a deixar a escola para trás”. O antetítulo está formulado na interrogativa; revela o local que a reportagem retrata e destaca o motivo pelo qual “muitos dos habitantes mais velhos” desse lugar nunca frequentaram a escola. O título diz de quem se fala na reportagem: pessoas analfabetas.

A entrada assume também uma expressão visual apelativa; assinala no mapa de Portugal a posição de Idanha-a-Nova, diz o porquê da sua escolha e o que a torna, ainda hoje, no concelho com menos população adulta escolarizada.

O artigo inclui duas caixas de texto. Uma delas é uma entrevista a Justino Magalhães e a outra inclui um conjunto variado de dados quantitativos que mostram as taxas de analfabetismo em vários concelhos de Portugal e no mundo e uma breve análise desses dados.

2. *Os temas/objetos*

Os temas do artigo são (a) o analfabetismo em Portugal; (b) as características de um concelho, Idanha-a-Nova, que mantém ainda elevadas taxas de analfabetismo; (c) o impacto das políticas económicas no desenvolvimento do interior do país; e (d) o impacto de medidas de política educativa nos processos de escolarização e de qualificação da população adulta em concelhos com tendência à desertificação.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no texto são: (a) Maria Josefa, de 81 anos, (b) o seu irmão, José Vinagre; (c) José Trindade, de 91 anos; (d) Gonçalo Costa, presidente da Junta de Freguesia de Lordelo; (e) António Salgueiro, diretor do Agrupamento de Escolas de Idanha-a-Nova; (f) Álvaro Rocha, presidente da autarquia de Idanha-a-Nova; (g) Maria Manuela Catana, professora aposentada com 71 anos; (h) Justino Magalhães, investigador do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa; (i) Portugal, país sob escrutínio; (j) a UE, Malta, e Espanha com os quais Portugal é comparado em termos de taxa de indivíduos que abandonaram os estudos sem completar o ensino secundário; (k) a UNESCO, referida a propósito dos índices de iliteracia no mundo, nomeadamente no Sudoeste Asiático e na África Subsariana.

4. *Linguagem e retórica*

A autora coloca em primeiro plano os motivos que deram origem aos elevados índices de pessoas analfabetas na vila e no concelho de Idanha-a-Nova. Isabel Leiria aborda esta situação

descrevendo as histórias de vida de três idosos que nasceram e viveram toda a sua vida neste concelho, Maria Josefa, José Vinagre e José Trindade, da forma como estes as contaram. Dá ênfase às dificuldades económicas familiares que os levaram a não frequentar a escola ou a abandoná-la bastante cedo e à forma como olham para o passado e como encaram a sua condição atual como analfabetos.

A voz é também dada a outros atores, nomeadamente (a) ao presidente da Câmara do Concelho sobre o impacto da elevada taxa de analfabetismo no desenvolvimento do Concelho, (b) a uma ex. professora primária que deu aulas na vila e que diz “ter ficado chocada” porque nenhum dos pais dos seus alunos sabia ler; (c) ao diretor de um agrupamento de escolas que possuía um CNO e que crítica medidas de política educativa que não têm em conta as especificidades de uma região como aquela; e (d) a Justino Magalhães, a quem a autora faz quatro perguntas, designadamente sobre o porquê de Portugal ainda ter uma taxa de analfabetismo que diz ser “sem paralelo na Europa” e se “faz sentido” promover a alfabetização da população idosa ou se “só o tempo resolverá o problema”.

A autora apresenta ainda um conjunto de dados quantitativos, sobretudo valores percentuais, que dizem respeito a taxas escolarização em diversas regiões do país, aos níveis de instrução dos portugueses com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos e a sua comparação com a média na UE, à taxa de analfabetos em Portugal entre 1960 e 2001 e apresenta ainda alguns dados fornecidos pela UNESCO sobre o analfabetismo no mundo.

5. Estratégias discursivas

Em primeiro lugar a autora ouve três pessoas idosas de Idanha-a-Nova que contam as suas histórias de vida, sublinhando as vidas difíceis que levaram, o trabalho nos campos ocupava toda a família todos os dias. Os contextos sócio económicos desfavoráveis à escolarização das crianças, obrigadas a trabalhar desde tenra idade, ainda que, como a ex. professora primária realça, já houvesse em Portugal “a preocupação de mandar os filhos à escola”, estiveram na base da elevada taxa de analfabetismo no concelho. Termos ou expressões como “Mais tarde já não me importava a escola” e “resignação”, são utilizadas quer pela autora quer pelas próprias personagens para revelar os seus sentimentos relativamente a um passado que os marcou tão duramente. Mas, Isabel Leiria revela também uma vila que tem uma população que compreende o problema e que ajuda a resolver os problemas do dia a dia destas pessoas.

Ouvindo o Presidente da Câmara de Idanha-a-Nova, a jornalista procura conhecer de que forma a elevada taxa de analfabetismo do Concelho tem impacto no seu desenvolvimento: ‘Essas pessoas têm todas 70 ou mais anos. Não são ativos, pelo que o impacto económico não se faz sentir’, afirma Álvaro Rocha. Para este ator “não é a elevada taxa de analfabetismo que prejudica a região”. Diz ele: “O problema é a falta de mão de obra para empresas que queiram vir para aqui e o abandono dos campos”, “A agricultura era a maior atração. Enquanto não se

resolver esse problema, que é nacional, é muito difícil fixar as pessoas”, transcreve Isabel Leiria das afirmações proferidas por este ator. A sua crítica principal recai sobre as questões do envelhecimento e da desertificação da região e a necessidade de políticas económicas adequadas à região, aspeto que também é enfatizado por Maria Manuela Catana.

Ainda que o presidente da Câmara refira que o analfabetismo não tem prejudicado o desenvolvimento económico da região, foram tomadas medidas no sentido de melhorar a qualificação da população e os níveis de escolarização dos adultos:

“[...] um pouco por todo o país, tentou recuperar-se o tempo perdido. Primeiro com os cursos de alfabetização e os professores a deslocarem-se às aldeias; depois com os cursos de educação e formação de adultos (EFA) e o programa Novas Oportunidades e a escola a tentar chamar de volta quem nunca lá esteve ou por pouco tempo ficou”.

Neste aspeto, Isabel Leiria dá a palavra ao diretor do Agrupamento de Escolas de Idanha-a-Nova que sublinha as dificuldades acrescidas destes processos educativos, assinalando alguns aspetos mais pertinentes:

- “O centro Novas Oportunidades da Escola Básica e Secundária José Ribeiro Sanches, aberto na vila desde 2001, vai fechar portas em outubro, por não ter cumprido as metas de certificação a que se propôs”;
- “E o aumento do número de alunos mínimo para uma turma EFA, também decidido pelo Governo, vai tornar quase impossível abrir uma formação deste tipo, critica o diretor do agrupamento. ‘Há dois anos ainda conseguimos criar duas turmas em horário pós-laboral. Mas se já não era fácil com o limite de 12, 15 alunos, quanto mais com 26’”;
- “‘Não faz sentido estabelecer regras iguais para todo o país e obrigar uma escola do interior a cumprir os mesmos critérios que uma de um centro urbano. As condições não são iguais’, justifica António Salgueiro.

Na entrevista, Justino Magalhães justifica a “falta de oportunidade para a alfabetização escolar ou não-escolar” que “foi ficando associada a uma imobilidade e uma ausência de estímulo económico ou sociocultural” como as causas das elevadas taxas de analfabetismo atual que se verifica sobretudo nos idosos. A existência de processos de alfabetização adequados a este tipo de população não justifica o prolongamento do seu “estado de exclusão”, defende o autor, tanto mais que “Nesta e noutras matérias, o tempo tem sido cúmplice de injustiças e por vezes também de incúrias”. De qualquer forma, considera que “no passado recente” a “situação literácita” de muitos idosos melhorou.

6. *Posições ideológicas*

A história sobre esta localidade realça os problemas de um país como Portugal, mostrando que possui grandes assimetrias regionais: a braços com uma população idosa muito pouco ou nada escolarizada a situação agrava-se em zonas do interior, como Idanha-a-Nova, onde os mais jovens não permanecem, a mão de obra não existe e a economia não se desenvolve. Ainda assim, as medidas de política educativa, como sejam o número de alunos para abrir turma ou para abrir um curso EFA ou a obrigatoriedade do cumprimento de metas são generalizadas a todas as escolas ou CNO do país, inviabilizando a implementação de algumas medidas que contribuiriam para a melhoria da qualificação da população e para o desenvolvimento sócio cultural e económico, particularmente desta região.

As histórias de vida das três personagens associam a questão do analfabetismo à falta de oportunidade para a aprendizagem, seja ela escolar ou não escolar, devido a problemas económicos e sociais e à ausência de estímulos ao desenvolvimento, aspetos que são reforçados na entrevista com Justino Magalhães.

Artigo CXIV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—reportagem—publicado no jornal Público num sábado, 08.09.2012, e o seu autor é Ana Cristina Pereira. Surge na página 6 (em 48), na secção Portugal; tem 814 palavras, ocupa a página inteira, contém uma foto com legenda e uma frase, proferida por um protagonista da história, realçada em cor e dimensão. O título destaca duas personagens absolutamente desconhecidas do público português e duas competências básicas que cada uma já realiza; o subtítulo revela o motivo pelo qual estas personagens são alvo de notícia. Quer o título quer o subtítulo estão formulados pela positiva e assinalam o Dia Internacional da Literacia.

2. *Os temas*

O tema principal do artigo é o impacto de um processo de alfabetização na vida do dia a dia e nos sentimentos de duas mulheres adultas. Um tema secundário é a INO e o papel das instituições no apoio ao processo de aprendizagem.

3. *Os agentes*

As personagens principais são Andreia Pereira e Aurora Ribeiro, com 21 e 43 anos respetivamente. Como atores secundários referidos no texto temos: (a) a Associação *Qualificar para Incluir* (QPI), instituição de solidariedade social que no Porto que apoia adultos em processo de alfabetização e é apresentada como parceira do agrupamento vertical Pires de Lima; (b) Elisa Rodrigues técnica da Associação QPI que gere o processo de Aurora; (c) um grupo de peritos da Comissão Europeia na área da literacia; (d) o XIX Governo; (e) a mãe de Andreia, empregada de limpeza; e (d) o pai de Andreia que fazia biscates e faleceu quando Andreia era criança.

4. *Linguagem e retórica*

A autora coloca em primeiro plano os processos de alfabetização de Andreia e de Aurora. Utiliza uma linguagem descritiva. Constrói a história das duas personagens, a quem se refere pelos nomes próprios, essencialmente pela forma como estas se descrevem. Dá ênfase às competências adquiridas e perspetivadas e aos sentimentos que cada uma manifesta na sua relação com o conhecimento. Utiliza a UE como autoridade, no que respeita à orientação e ao reconhecimento de boas-práticas no domínio da literacia.

5. *Estratégias discursivas*

Ana Cristina Pereira apresenta o processo de alfabetização de Andreia sob a perspetiva da própria, referindo episódios específicos; no que respeita à descrição da história de vida de Aurora, a autora recorre, além da própria personagem, a uma técnica da Associação QPI, que

revelam pequenos episódios. Em ambas as histórias de vida de cada personagem a autora sublinha, ainda que de forma breve, contextos familiares e sociais desfavoráveis à aprendizagem que estiveram na base do abandono da escolaridade das duas personagens e que são relativamente reconhecidos pelo cidadão comum como fatores que condicionam o sucesso escolar. Termos ou expressões como “maltratava”, “esgotar a paciência”, “desistência”, “andava deprimida”, “vergonha”, “vão gozar comigo”, “é tramado”, “nem sabia”, “dor de cabeça” surgem associadas ao passado. Por outro lado, enfatiza os benefícios pessoais, profissionais e sociais do processo de alfabetização e escolarização que ambas realizaram no âmbito da INO, apresentando-os sempre em nome das suas personagens ou usando o discurso direto.

A mudança que o processo de alfabetização provocou na forma como ambas encaram as suas capacidades e a alteração positiva na sua atitude perante a vida é outro aspeto de realce. Associados ao presente, a autora apresenta os seguintes termos/expressões: “a mãe está orgulhosa”, “importante saber ler e escrever, falar bem português”, “já lê livros”, “agora lê”, “aprendeu a ‘ter respeito’ por ela e pelos outros”, “não diz que não consegue, diz que ainda não consegue”, “agora risos”, e “há frases complicadas. Tenho de perguntar”. A foto que acompanha o artigo apresenta uma imagem de Aurora e de Andreia sorridentes a segurar um dístico “sabemos ler”.

A autora termina o artigo manifestando preocupação sobre o futuro da educação de adultos.

6. *Posições ideológicas*

A história, sobre a forma como a vida de duas mulheres se alterou depois de regressarem à escola já em adultas e adquirirem competências de literacia, aponta para uma forma de conceber o conhecimento que está para além da sua relação com a empregabilidade e o desenvolvimento. Embora referindo em segundo plano a INO—fá-lo quatro vezes no texto, uma delas no subtítulo—a autora dá destaque à Iniciativa, na medida em que a relaciona com a importância da educação no desenvolvimento de atitudes e comportamentos numa perspetiva de enriquecimento integral da pessoa e de inclusão social. Por outro lado, o tema associa a questão do abandono escolar e do analfabetismo a processos que estão intimamente relacionados com problemas específicos que respeitam também à política social.

O ponto de vista institucional praticamente não surgiu explícito. Contudo, as instituições não deixaram de estar representadas. Neste último caso, estiveram presentes enquanto organismos locais, próximos dos problemas e das pessoas sem, no entanto, à data de publicação do artigo, possuírem a autonomia desejável para poderem agir, de acordo com o ponto de vista apresentado.

Artigo CXV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 12.09.2012, e o seu autor é a jornalista Clara Viana que à data escrevia regularmente sobre educação neste diário. É notícia de destaque na primeira página, embora em tamanho reduzido. Surge nas páginas 8 e 9 (em 48), na secção *Portugal* e sob o tema *Educação*. O artigo contém 1305 palavras, incluindo o título, uma entrada, uma caixa de texto e uma notícia anexa em forma de coluna que está integrada no artigo. O artigo contém um conjunto de dados apresentados graficamente cuja fonte aí referida é *Education at a Glance, OCDE*, que ocupa grande parte da primeira página; da segunda página a área ocupada com este artigo é cerca de quarenta por cento, ou seja, duas colunas.

Os títulos, quer na chamada da primeira página do jornal quer no interior, dão destaque à figura do ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, afirmando, na capa do jornal, que Nuno Crato se enganou [o termo é da autora] na justificação dada para a diminuição do número de alunos, o qual, por si só, justificaria a diminuição do número de docentes necessários ao funcionamento do sistema; no interior do jornal, o título já apresenta a causa do erro cometido. A entrada do artigo explica a situação e exhibe o número de adultos inscritos na INO quando esta estava em expansão; ora, em 2012, a partir da data em que a falta de financiamento colocou os CNO em risco de encerrar, estes deixaram de fazer novas inscrições e por isso o número de adultos inscritos diminuiu drasticamente.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) as conclusões apresentadas no relatório da OCDE *Education at a Glance 2012*, estudo que foi divulgado na véspera da publicação deste artigo; e (b) o processo de cálculo do número de alunos.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) Nuno Crato, ministro da Educação e Ciência do XIX Governo; (b) o gabinete de imprensa do MEC; (c) a OCDE, organismo responsável pela elaboração do relatório anual *Education at a Glance*; (d) Portugal e outros países que participam na elaboração dos indicadores para a educação da OCDE, nomeadamente, Itália, Turquia, Estados Unidos e Indonésia, com os quais Portugal é comparado neste artigo.

4. *Linguagem e retórica*

Na primeira parte do artigo a autora recorre com frequência a dados numéricos em valor absoluto e a estatísticas mais completas para mostrar a razão do ministro da Educação e Ciência ter referido uma diminuição de 200 mil alunos no sistema com vista a repor o que considera ser a “verdade”. Esta forma de abordagem confere à autora conhecimento e autoridade sobre o

assunto. Nesta parte do texto, Clara Viana evidencia, por um lado, o facto de o ministro insistir em declarar dados que só revelam parte da verdade, como demonstra a pergunta de retórica que formula logo no início do texto “Duzentos mil alunos a menos em três anos?” e as expressões “O ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, voltou segunda-feira a afirmar que foi isso que aconteceu em Portugal [...]”, “O que o ministro não disse na altura, mas ontem o gabinete de imprensa do Ministério da Educação e Ciência (MEC) confirmou ao PÚBLICO [...]”. Por outro lado, a forma como diz que os adultos inscritos no âmbito da INO foram incluídos na contagem do número de alunos no sistema educativo dá a conhecer o seu acordo perante críticas que circularam no espaço público acerca da INO de que visava principalmente melhorar as estatísticas.

Em 2008/2009, só em processos de reconhecimento de validade e certificação de competências (RVCC) estavam inscritos, no continente, cerca de 130 mil adultos, que passaram a engrossar as fileiras do ensino público nas estatísticas da educação.,

Deste ponto de vista, a jornalista Clara Viana parece ter procurado um equilíbrio entre as críticas proferidas a Nuno Crato e a José Sócrates, ainda que este último não seja referido.

Na segunda parte do artigo a autora apresenta uma série de conclusões evidenciadas no relatório da OCDE e dá voz ao MEC para comentar alguns destes dados comparados. Clara Viana destaca uma parte do texto, dando corpo a uma espécie de subnotícia intitulada “Exames no 1º ciclo são ‘raros’”, e subtítulo “Austeridade muda contas da OCDE” ainda que continue a referir as evidências apresentadas no relatório *Education at a Glance*.

Os gráficos, que têm neste artigo um forte impacto visual, complementam e acrescentam informação apresentada de forma clara e de fácil leitura o que é referido no texto. Clara Viana aumenta o valor e a credibilidade da notícia e do jornal ao indicar o endereço eletrónico onde pode ser consultado o relatório no qual se baseou.

5. *Estratégias discursivas*

A autora começa por procurar mostrar que Nuno Crato insistiu em salientar uma diminuição alunos (jovens) não real, pois, na opinião da jornalista, esta redução justificava uma redução no número de docentes necessários ao funcionamento do sistema educativo, aspeto que a autora relaciona com o que parecia ser o objetivo do XIX Governo, reduzir o número de docentes nas escolas. A autora diz que Nuno Crato se enganou, que omitiu dados, e mostra que a redução existiu, sim, mas foi apenas de cerca de 9000 alunos (jovens) no continente e não de 100 mil, sendo que essa diminuição deu-se no ensino básico; no ensino secundário e no pré-escolar, pelo contrário, verificou-se um acréscimo. Simultaneamente Clara Viana enfatiza, de uma forma crítica, o facto de o número de adultos em processos de RVCC terem passado a ser

contabilizados como alunos no sistema educativo, o que fez aumentar o número de alunos entre 2008/09 e 20/11 e diminuir significativamente quando os CNO entraram em risco de fechar.

Seguidamente apresenta uma série de dados constantes do relatório da OCDE, sublinhando:

- o facto de Portugal continuar ainda muito aquém da média da OCDE relativamente à participação dos jovens na educação;
- que o facto de Portugal ter sido o país que apresentou maior taxa de conclusão do secundário em 2010 (mais de 100%) se deve “aos adultos das Novas Oportunidades”;
- o comentário do MEC a propósito deste último valor supra referido que mostra claramente uma desvalorização dos processos de RVCC e consequentemente do eixo Adultos da INO justificado pelo facto de a INO não ter tido impacto na empregabilidade e na progressão na carreira:

Numa nota à comunicação social, o MEC frisou ontem que “o valor de 104%, só é possível de atingir por causa do processo de Reconhecimento e Validação de Competências”. “Se considerarmos apenas os alunos com idades inferiores a 25 anos, este valor diminui para 67% — um dos mais reduzidos de entre os países com informação disponível, abaixo da média da OCDE. Este número reforça a necessidade de apostar na qualificação real dos portugueses, e não em programas cujo impacto na empregabilidade e no vencimento é muito reduzido”, acrescenta.

- o aumento da taxa de desemprego entre os licenciados ter sido superior à média da OCDE, já em 2010;
- o facto de Portugal ser dos países das OCDE com menos igualdade de oportunidades, face à forte tendência para a reprodução social do sistema, só comparável com a Turquia, Itália e EUA;
- o facto de só os EUA e a Indonésia terem instituído exames no 1º ciclo, juntando-se agora Portugal;
- que “na generalidade dos países da OCDE os estudantes que seguem o ensino regular têm mais probabilidades de concluir o secundário do que aqueles que optam pelas vias profissionais”, ainda que os únicos dados que a autora apresenta de Portugal a este respeito seja o da percentagem de alunos que frequentava em 2010 os cursos profissionais.

Na parte final do texto a autora parece deixar um alerta a respeito das vias profissionais, mostrando a necessidade de dar atenção a esta modalidade de formação ao sublinhar alguns dos seus aspetos menos positivos.

6. *Posições ideológicas*

A autora procurou no texto repor o que considerava ser a verdade sobre o número de alunos jovens no sistema educativo português. Ao fazê-lo, mostrou que a informação prestada pelo ministro da Educação e Ciência revelava interesses políticos, nomeadamente a redução do número de professores no sistema.

Por sua vez, a imagem que a autora passa da INO e particularmente dos processos de RVCC é negativa: por um lado, dá voz ao MEC, que aproveita para frisar “a necessidade de apostar na qualificação real dos portugueses” e desvaloriza os processos de RVCC por não terem tido impacto na empregabilidade e na vida profissional das pessoas ainda que reconheça terem sido os responsáveis pelo um posicionamento comparado bastante favorável de Portugal no que respeita à conclusão do secundário; por outro lado, refere, em tom crítico, o facto de os adultos terem engrossado [o termo é da autora] as estatísticas da educação.

Artigo CXVI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a uma terça-feira, 25.09.2012. O autor do artigo é o jornalista Bernardo Esteves. O artigo surge na página 16 (em 48), na secção *Sociedade*. Contém 343 palavras, incluindo o antetítulo, o título, o subtítulo e as duas caixas de texto, e ocupa cerca de oitenta por cento da área da página. Ao seu lado surge um artigo de opinião que ocupa apenas uma coluna. O artigo contém uma foto que mostra uma classe de adultos em situação de aula apresentando a formadora em primeiro plano, tal como se se tratasse de uma clássica sala de aula de alunos do 3º ciclo ou do secundário e exatamente igual à de um artigo sobre a INO do mesmo autor, publicado no *Correio da Manhã* a 15.05.2012.

O antetítulo define o âmbito do artigo, a Educação, e, juntamente com o título, chama a atenção para o facto de haver professores que não têm turmas porque o “Governo trava cursos de adultos”. O subtítulo diz que os cursos EFA foram suspensos e atribui a responsabilidade ao MEC; apresenta também a posição desfavorável da ANPEFA, a qual surge também na legenda da foto.

Uma das duas caixas de texto refere que o que diz ser “+ pormenores”; o primeiro “pormenor” denuncia a ausência de informação por parte do MEC; o segundo refere a quantidade de alunos que em 2012/11 estavam inscritos nos cursos EFA; e o último pormenor dá conta da intenção do Governo manter os cursos EFA, mas lecionados por professores das escolas secundárias ou por formadores afetos ao IEFPP. A outra caixa de texto é uma frase que repete o segundo pormenor assinalado: “Em 2010/11 estavam inscritos cerca de 56 mil alunos”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a suspensão da abertura das turmas de cursos EFA.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XIX Governo Constitucional; (b) o MEC; (c) a ANPEFA, representada pelo seu presidente, Sérgio Rodrigues; (d) Manuel Pereira presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares; e (e) Mário Nogueira dirigente da FENPROF. Estes três últimos atores não são identificados pelo autor como os líderes destas organizações.

4. *Linguagem e retórica*

O autor enfatiza a polémica em torno do problema quer recorrendo a verbos que mostram da parte do Governo o exercício autoritário do poder, como sejam, “Governo trava cursos de adultos”, “o Governou mandou suspender os cursos de Educação e Formação de Adultos”, “O executivo justifica [...], mas não diz [...]”, quer realçando expressões enfáticas dos

intervenientes, como “É um quadro calamitoso”, alerta Sérgio Rodrigues”, “Para Mário Nogueira (FENPROF) a medida ‘enquadra-se numa política de extinção de respostas educativas”.

Por outro lado, o autor procura ouvir, em discursos direto, diferentes opiniões, incluindo a do MEC, ainda que esta surja sem referência ao seu interlocutor.

5. Estratégias discursivas

No primeiro parágrafo o autor apresenta a situação que motivou a notícia, mostrando que a não abertura de cursos EFA poderá afetar milhares de alunos, pois como afirma, em 2010/11 “estavam inscritos 56 mil alunos” nestes cursos. As perspetivas que o autor apresenta da ANPEFA e da FENPROF são de preocupação com o futuro da educação formação de adultos face à falta de alternativas à INO que consideram suspensão; os CNO estão parados “porque não têm equipas de técnicos” diz Sérgio Rodrigues. Já a perspetiva que a Associação Nacional de Dirigentes Escolares apresenta está virada para os professores que ficariam sem atividade letiva caso as turmas dos cursos EFA não abrissem.

Na parte final do texto, o autor procura junto do MEC esclarecer o motivo da suspensão da abertura de turmas dos cursos EFA. Face à resposta obtida o autor procura diminuir a polémica em torno do assunto dizendo que

A tutela garante que “não está em causa a abertura das turmas já aprovadas”, mas não diz quando começarão as aulas, lembrando que “o arranque destes cursos não necessita de coincidir com o início do ano lectivo.

6. Posições ideológicas

Bernardo Esteves mostra que as alterações que o XIX Governo está a procurar introduzir na educação e formação de adultos estão a prejudicar alunos, professores e formadores não só por tardarem a acontecer como pela ideia que essas alterações comportam pois vão no sentido de uma desvalorização da educação e formação de adultos.

Artigo CXVII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 30.01.2013. Não tem referência ao seu autor, considerando-se assim da autoria da equipa que dirige PÚBLICO. Surge na página 13 (em 48), na secção *Portugal* sob o tema *Formação Profissional*. Tem 263 palavras, incluindo o título, e ocupa uma área de cerca de vinte por cento da página. Nesta página encontra-se ainda um artigo de Educação, uma notícia breve da área da Saúde e um anúncio. O título do artigo divulga a data e o número de CQEP que vão substituir os CNO.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a nova rede de centros, os CQEP, que vão substituir a rede de CNO de que já só existem em funcionamento um número reduzido de centros.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o Ministério da Educação e Ciência representado pelo secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário João Grancho; (b) o XVII Governo liderado por José Sócrates que em 2005, criou a INO; e (c) a Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

4. *Linguagem e retórica*

O texto utiliza uma linguagem formal que tem, à partida, um objetivo: informar. Não recorre a quaisquer expressões enfáticas. Os verbos surgem conjugados maioritariamente no futuro. A voz é de João Grancho, mas o discurso utilizado é o indireto, mostrando que o que está a ser divulgado é informação apresentada no Parlamento, perante a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, pelo secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário sobre medidas a implementar pelo MEC.

Os autores complementam a informação, alegadamente prestada pelo secretário de Estado no Parlamento, com alguns dados numéricos sobre a INO e previsões do “custo” anual dos CQEP.

5. *Estratégias discursivas*

São enfatizados os seguintes aspetos sobre a nova rede de CQEP:

- em primeiro lugar, o seu “custo estimado anual de oito milhões de euros”, que é comparado por João Grancho aos “gastos de 110 milhões de euros só em 2011 com o financiamento da rede de CNO, quando ainda estavam instaladas 422 unidades”, legitimando assim a alteração que o MEC pretende implementar;

- a garantia do MEC de que os “55 mil formandos“ com processos de formação ou de RVCC em curso “nos 129 CNO ainda em funcionamento” poderão terminá-los nos novos centros que iniciarão funções em abril;
- a formação nos CQEP poderá ser garantida por professores dos quadros do MEC, realçando que tal já era feito nos CNO: “à imagem do que já acontecia nas Novas Oportunidades”, afirma João Grancho;
- a garantia do MEC “de que serão respeitados os direitos dos técnicos e formadores que têm contrato no âmbito dos CNO ainda em funcionamento”.

6. *Posições ideológicas*

O artigo dá voz a uma perspetiva do XIX Governo que justifica a substituição dos CNO por uma nova rede de CQEP legitimada pela necessidade de reduzir as despesas no setor da educação e formação. Os aspetos referidos por João Grancho e reproduzidos neste artigo têm principalmente um objetivo político.

Artigo CXVIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quinta-feira, 07.02.2013, e o seu autor é a jornalista Clara Viana. O artigo ocupa a página 12 (em 48), e encontra-se na secção *Portugal* e é notícia de destaque na primeira página, embora em tamanho reduzido. Contém 760 palavras, incluindo o título, o subtítulo e a notícia incorporada em forma de caixa de texto. Contém uma foto que ocupa uma área significativa da página e que mostra uma cerimónia de entrega de diplomas no âmbito da INO; a sua legenda faz lembrar que estas cerimónias eram uma marca da INO no tempo de governação de José Sócrates.

O título na primeira página e o do artigo propriamente dito referem uma das alterações introduzidas à INO no processo de avaliação dos adultos: a exigência de exame com um peso de 50%. O texto da capa e o subtítulo do artigo referem que a “exigência na avaliação das formações” é o motivo que o Governo apresentou para a introdução de um exame; neste espaço é também chamada a atenção para o facto de se tratar ainda de um “projecto de portaria”, realçando o facto de Luís Capucha discordar que desta forma o nível de exigência aumente.

O artigo integra uma caixa de texto para o qual o texto remete e que, no seu título e subtítulo destaca o início da nova rede de Centros (CQEP) e o facto de esta reformulação permitir poupar 100 milhões de euros.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são as alterações que o Governo pretende implementar no processo de certificação escolar de nível básico ou secundário dos adultos que fizerem um processo de RVCC e a criação dos CQEP que substituiriam os CNO a partir de abril de 2013.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XIX Governo; (b) o MEC; (c) João Grancho, secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário; (d) Luís Capucha, apresentado como ex-responsável pelo programa Novas Oportunidades; (e) José Sócrates, referido como primeiro-ministro do Governo que lançou a INO em 2005.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo tem essencialmente um carácter de divulgação das medidas do XIX Governo, no sentido em que transmite as principais alterações que este se propõe introduzir no processo de avaliação dos RVCC e apresenta a respetiva fundamentação do ponto de vista daquele órgão. Todavia, apela também ao exercício da cidadania ao mostrar, com as afirmações de Luís Capucha, que a proposta do Governo não é uma questão pacífica, chamando a atenção para o facto da portaria que cria os CQEP e que define as novas regras estar em discussão pública.

A ênfase nas alterações a introduzir no processo de avaliação dos RVCC é virada, desde logo, para a questão da certificação escolar. “Certificação” é o termo que surge mais vezes ao longo do texto, a par com o termo ou termos “formação” ou “formações” os quais aparecem onze vezes; “Educação” só surge uma vez e referida no nome do Ministério da Educação e Ciência. “Exigência na avaliação” e “actuação mais rigorosa” é a forma como, de acordo com a autora, o XIX Governo pretende que se interprete o sentido das alterações, sendo este aspeto bastante enfatizado no texto, designadamente na primeira página do jornal e no subtítulo.

Dois aspetos ainda de realçar são (a) a referência no título da notícia a um “exame final” que é “uma prova escrita, oral, prática ou uma prova que resulte da conjugação’ destas”, e (b) o facto do termo “investimento” ser usado para referir a verba afeta aos novos CQEP e o termo “gastos” ser o nome usado para referir a verba despendida com os CNO.

A autora apresenta vários excertos breves do projeto de portaria, citações também breves do secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário proferidas no Parlamento, no final de janeiro, segundo afirma, e uma citação de Luís Capucha.

5. Estratégias discursivas

Clara Viana apresenta algumas alterações que o XIX Governo pretende introduzir nos processos de RVCC, juntamente com a criação dos CQEP. Neste sentido, após referir o número de adultos que obtiveram uma certificação escolar mediante processos de RVCC desenvolvidos no âmbito da INO e dizer resumidamente no que consistiam, sublinha alguns aspetos que, na opinião do Governo, têm em vista um maior rigor e mais exigência deste tipo de “certificação”:

- a introdução de um “exame final que vale 50%”;
- a utilização de uma escala de 0 a 200, “idêntica à que é utilizada na classificação dos exames nacionais do ensino secundário”;
- a avaliação do portfólio que “passará também a ter de incluir cópia de “todos os relatórios que sustentam a validação das competências”;
- “A certificação final de competências é feita por um júri onde, ao contrário do que era antes norma, não poderão ter assento os profissionais que acompanharam o adulto no processo RVCC”.

O aumento de rigor no processo de avaliação dos RVCC é contestado por Luís Capucha, lembrando que “nos júris de certificação até vão acabar com a presença dos avaliadores externos”. Esta é a única citação de Luís Capucha, ainda que o seu desacordo perante este projeto de portaria seja destacado na primeira página e no subtítulo do artigo.

À nova imagem que o XIX Governo pretende ver associada à formação de adultos, designadamente aos processos de RVCC, por via do que considera ser o aumento de exigência e rigor na sua avaliação, a autora contrapõe uma imagem de popularidade da INO marcada pela publicidade, nomeadamente através das cerimónias de entrega de diplomas que, no seu

entender, “marcaram o programa Novas Oportunidades no tempo em que Sócrates era primeiro-ministro”.

Em caixa de texto, a jornalista dá voz a João Grancho que:

- justifica a substituição dos CNO por uma nova rede de CQEP, sediada nas escolas públicas ou em centros geridos pelo IEFP, e legitimada pela necessidade de reduzir as despesas com a educação e formação de adultos, contrabalançando o “investimento” nos CQEP com os “gastos” dos CNO;
- desvaloriza os resultados da INO: “a certificação obtida traduziu-se sobretudo em ‘atribuição de diplomas’ e não num aumento da empregabilidade, defendeu”.

6. *Posições ideológicas*

O artigo mostra como os órgãos do poder utilizam os meios de comunicação social para divulgarem as suas medidas, fazendo passar a sua interpretação para a opinião pública quando ainda se encontram em fase de projeto.

Clara Viana procura mostrar que as alterações que o XIX Governo pretende introduzir não são consensuais e, de certa forma, apela ao exercício de cidadania dando a conhecer que a portaria está ainda em fase de projeto e de discussão pública. É certo que a voz dissidente que introduziu possui autoridade sobre o assunto, mas surge enfraquecida uma vez que se apresenta, também, como parte interessada surgindo no texto uma única vez, apesar de anunciada com destaque.

A conceção do XIX Governo sobre a formação de adultos, veiculada neste artigo, surge associada a um paradigma em que o quantitativo é mais rigoroso que o qualitativo, e a uma conceção educacional em que um exame avalia melhor os conhecimentos adquiridos, neste caso, as competências; por outro lado, assenta numa conceção neoliberal de qualidade da educação/formação vista essencialmente enquanto produto, com valor de uso no mercado, e não como um processo educativo e de aprendizagem.

Artigo CXIX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Correio da Manhã, a uma segunda-feira, 01.04.2013. O autor do artigo é o jornalista Bernardo Esteves. O artigo surge na página 18 (em 52), na secção *Sociedade*. Contém 472 palavras, incluindo o antetítulo, o título, o subtítulo e duas caixas de texto, e ocupa cerca de oitenta por cento da área da página a qual é partilhada com um artigo de opinião que ocupa apenas uma coluna. O artigo contém uma foto que já é mostrada pelo menos pela terceira vez em artigos deste autor sobre a INO e que apresenta uma classe de adultos em situação de aula mostrando a formadora em primeiro plano, tal como se se tratasse de uma clássica sala de aula de alunos do 3º ciclo ou do secundário; a sua legenda revela a insegurança vivida pelos “55 mil” adultos que se encontravam em processo de RVCC. O antetítulo define o âmbito, a Educação, e realça a existência de um “novo modelo de certificação de competências” que “prevê” a realização de “exames”. O título, que contém um erro ortográfico de acordo uma vez que está redigido segundo as regras do novo acordo ortográfico, diz que o “ensino de adultos pára até setembro”. Já o subtítulo dá uma breve explicação para esta afirmação: refere a extinção dos CNO e o início de funcionamento dos CQEP só para setembro, sublinhado que esta situação deixa “cinco mil técnicos no desemprego”.

Uma das duas caixas de texto refere o que diz ser “+ pormenores”; o primeiro “pormenor”, a sublinhado, menciona a constituição do júri que presidia à prova pública final na qual o formando de RVCC apresentava o seu portefólio quando este processo ainda se realizava no âmbito da INO; o segundo, manifesta a preocupação com a situação dos técnicos que, segundo o autor, temem ficar no desemprego pois a prioridade será dada aos professores da rede pública com “horários-zero”. Por último, surge em destaque no meio do texto, como é prática comum nos textos do C.M., uma frase: “Centros vão orientar jovens que completam o 9º ano”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é as alterações que o XIX Governo vai introduzir na formação de adultos, designadamente (a) o encerramento dos CNO; (b) o número e data de início dos CQEP, as suas competências e as verbas adjudicadas ao seu funcionamento; (c) as mudanças na certificação de competências dos adultos em RVCC; e (d) a situação profissional dos técnicos que trabalhavam nos CNO.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o XIX Governo Constitucional; (b) o XVII e o XVIII Governos, referidos como os governos de José Sócrates; (c) Passos Coelho,

Primeiro-ministro do XIX Governo; e (d) a ANPEFA representada pelo seu presidente, Sérgio Rodrigues.

4. *Linguagem e retórica*

O autor publicita o fim oficial do programa INO, dando ênfase apenas ao eixo Adultos. Aliás, os termos que surgem com maior frequência no texto, “adultos”, “centros”, “CQEP”, “formação”, “mil” e “técnicos”, mostram nitidamente os tópicos que são abordados.

Na explicitação das medidas que o XIX Governo pretende implementar, o autor procura mostrar o que vai mudar mas, em simultâneo, destaca o que considera serem os pontos críticos que a ANPEFA assinala. O presidente da ANPEFA é o único ator citado.

5. *Estratégias discursivas*

Bernardo Esteves começa por referir que a INO foi uma “bandeira dos governos de José Sócrates”, a qual viu na véspera da publicação deste artigo o seu fim oficializado; termina o artigo voltando ao ponto de partida. Na sua opinião, após as apreciações desfavoráveis que a INO foi alvo, por parte do líder do PSD em campanha eleitoral acusando-a de “facilitismo”, faziam crer que o seu fim era “previsível”. Recorda, que a INO teve “mais de um milhão de pessoas inscritas até 2010”, leia-se adultos inscritos, atribuiu “mais de 400 mil certificações” e estão pendentes 55 mil processos RVCC que aguardam a abertura dos CQEP, prevista para setembro.

Grande parte do artigo é dedicado a apresentar a posição da ANPEFA relativamente às medidas que o XIX Governo pretende implementar e que constam da Portaria 135-A/2013, de 28 de março, que o autor refere. Assim, são assinalados pela ANPEFA os seguintes pontos críticos:

- A lacuna temporal que decorre entre o fecho dos últimos CNO e os 120 CQEP que os irão “render” [o termo é do autor] mostra uma inversão do sentido do caminho que estava a ser percorrido de há 10 anos a esta parte no que respeita à recuperação do défice de qualificação: “‘agora estamos em contraciclo’, avisa Sérgio Rodrigues”;
- O investimento de oito milhões de euros em 120 CQEP, não referindo o facto de serem anuais, “será ‘insuficiente’”; o autor recorda que os 422 CNO em 2011 “custavam 110 milhões” e mostra receio de Sérgio Rodrigues quanto à situação profissional dos técnicos que trabalhavam nos CNO: “O dirigente estima que o fim das NO tenha atirado para o desemprego cinco mil técnicos que estavam a contrato”;
- A introdução das alterações à avaliação de competências e conhecimentos adquiridos pelos adultos em RVCC, particularmente a prova final, que o autor no antetítulo refere como “exames”, “feita por elementos externos e não pelos técnicos” é vista pela ANPEFA como “a adulteração da aprendizagem ao longo da vida”;

- As novas competências dos CQEP, que continuam a desenvolver os processos de RVCC, como o autor refere, especialmente o encaminhamento “para ofertas de formação jovens que completem o 9º ano” é de eficácia duvidosa [o termo é da ANPEFA] face à redução de recursos, tendo em atenção os elevados tempos de espera dos adultos nos CNO.
A ANPEFA surge claramente como a voz divergente com autoridade em matéria de formação de adultos.

6. *Posições ideológicas*

Não obstante o facto de divulgar a ação do XIX Governo o autor fê-lo acrescentando uma outra interpretação: a de um ator com um volume de capital simbólico no espaço público e na comunidade de técnicos e formadores de adultos. Assim, dando voz ao presidente da ANPEFA o autor assinala pontos críticos de algumas das medidas que o XIX Governo pretendia aplicar no âmbito formação de adultos com a criação dos CQEP que vieram substituir os CNO.

Artigo CXX

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 10.04.2013, e os seus autores são Graça Barbosa Ribeiro e Mariana Dias. Surge nas páginas 8 e 9 (em 48), na secção *Portugal*, sob o tema *Educação*. O artigo que ocupa página e meia contém 1370 palavras, incluindo o título, a entrada e duas caixas de texto. O artigo contém ainda alguns gráficos cuja fonte está referida como “Conselho Nacional de Educação”, têm grande impacto visual e sintetizam bastante informação sobre o que intitula ser “O estado da Educação em 2012”. Uma caixa de texto ocupa uma área de cerca de meia coluna e reporta-se a um diferendo entre os sindicatos e o Governo; a outra intitula-se “Três preocupações do CNE” e ocupa a meia página seguinte. O título do artigo, “Conselho Nacional de Educação avisa que ‘a situação é dramática’” tem uma função apelativa e procura angariar a atenção sobretudo para “os riscos da diminuição do investimento no sector” da Educação, conforme é esclarecido na entrada do artigo.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é a divulgação do conteúdo do relatório de 2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE) sobre “O estado da Educação”, que seria tornado público neste mesmo dia.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o CNE, representado pela sua presidente, Ana Maria Bettencourt; (b) o XIX Governo Constitucional; (c) o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, referido por Ana Maria Bettencourt; (d) a Federação Nacional de Educação (FNE) representada por Lucinda Dâmaso; (e) a FENPROF, representada por Mário Nogueira; e (f) o MEC.

4. *Linguagem e retórica*

As autoras apresentam o que consideram ser os aspetos mais pertinentes apontados pelo CNE e que constam do relatório anual do CNE, publicado em 2012, sobre “O estado da Educação”. Fazem-no quer recorrendo a excertos e a gráficos contidos neste documento, quer através da voz da presidente daquele órgão, sob a forma de citação ou em discurso indireto. Ao sublinharem as preocupações do CNE dando ênfase especial a três e destacarem o facto de elas reflectirem, também, as preocupações dos profissionais da educação e das famílias, as autoras mostram que este órgão age em nome do interesse nacional e talvez mais ainda, ou seja, em nome do interesse geral. Além disso, para que não restem dúvidas sobre a sua legitimidade para falar do estado da Educação em Portugal, as autoras referem que se trata de um “órgão independente, com funções consultivas, cuja presidente foi eleita pela Assembleia da República”.

Os dados quantitativos em percentagem são apresentados com frequência. No artigo a presença de dados quantitativos é mais abundante na caixa de texto onde as autoras expõem três preocupações do CNE. A informação apresentada graficamente complementa o discurso das autoras e em alguns casos mostra com pormenor alguns aspetos referidos ao longo do texto, designadamente no que respeita a evolução da despesa do Estado em Educação desde 2001 até 2011 e os níveis de qualificação da população portuguesa por grupo etário. Esta forma de abordagem confere objetividade à informação que as autoras pretendem transmitir.

O texto é marcado por expressões como “incerteza”, “insegurança”, “dificuldades”, “políticas errantes”, “profundas preocupações”, “diminuição de recursos financeiros”, “diminuição significativa do investimento no sector da Educação”, “redução da despesa pública com a Educação”, “redução dos meios financeiros e dos seus recursos humanos”, “a situação é dramática”, “abrandamento do esforço”, ora proferidas pela presidente do CNE ou citadas diretamente do relatório do CNE.

Além de Ana Bettencourt são citados também Lucinda Dâmaso da FNE e em discurso indireto Mário Nogueira da FENPROF, num pequeno texto que surge em caixa de texto no meio da página, com um título que denota expressividade, sublinha o conflito e aumenta a dissonância relativamente à ação governativa do XIX Governo.

5. Estratégias discursivas

Neste artigo, as autoras dão a conhecer o estado da Educação na ótica do CNE; não obstante a forma sintética como o fazem, a formação de adultos não ficou esquecida:

Uma das preocupações do CNE é a incerteza quanto à forma como será garantida a formação de adultos após o fim do Programa Novas Oportunidades. A trabalhar num parecer sobre os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional, que ainda não estão no terreno, os autores do relatório sublinham que ‘persistem fracos índices de qualificação da população menos jovem, que se agravam de forma dramática à medida que se progride para os escalões etários superiores’. [...] Com base nestes dados, os conselheiros insistem que a situação exige “uma atenção redobrada” para recuperar os menos qualificados sem perder os ganhos obtidos com os mais jovens.

A INO foi lembrada, ainda que implicitamente, como um programa que deu continuidade ao início de uma “recuperação significativa dos níveis de qualificações de jovens e adultos”:

Apesar de assinalar o “enorme esforço de recuperação” feito por Portugal na última década, o CNE continua a manifestar preocupação com os 23% de alunos que abandonam precocemente a escola, antes de concluir o secundário.

Os problemas são assinalados; os objetivos estabelecidos no programa europeu para 2020 estão ainda muito aquém de ser atingidos, designadamente no que respeita ao abandono escolar:

O país distanciou-se 21 pontos percentuais da posição que ocupava em 2001, mas ainda está a uma distância de 9,7 pontos da média europeia e longe da meta para 2020 (menos de 10%), lembra [Ana Bettencourt].

A ação governativa do XIX Governo foi vista com bastante preocupação pelo desinvestimento, legitimado pela crise económica atual, de recursos financeiros e humanos no setor da Educação.

Um aspeto que é mencionado no texto é a questão do “desvio etário”, “uma das maiores preocupações do Conselho Nacional de Educação” a qual se prende com o número de retenções. Nos cursos profissionais é onde, segundo a autora, o CNE assinala, em 2009/2010, uma maior percentagem de alunos com um atraso de um ou mais anos; 78% é o valor referido, contra “uma estabilização do desvio nos 33% entre os alunos do secundário regular”.

À parte os diagnósticos e as preocupações do CNE, são apresentadas também as recomendações deste conselho, sendo que estas vão essencialmente no sentido de olhar para a Educação como “uma ‘alavanca’ para o país ‘sair da crise actual’, pelo que deve ocupar ‘o centro das políticas públicas e constituir uma prioridade do investimento público’”, como as autoras citam do texto do CNE.

6. Posições ideológicas

As autoras mostraram que partilham as preocupações dos autores do CNE. Deram-lhes destaque e importância, reforçaram a questão da insegurança dos professores com a apresentação da posição dos sindicatos, realçaram o facto do orçamento do Estado para a educação revelar uma falta de visão estratégica e grande instabilidade, evidenciando as consequências que daí poderiam resultar a acrescentar à perda de ganhos que têm vindo a ser feitos na última década.

O facto de o CNE fazer recomendações ao Governo, ainda que não possua poder de decisão, demonstra a sua capacidade de influenciar, sendo, portanto, um elemento importante no processo de regulação das políticas educativas com credibilidade nos meios de comunicação, em particular neste jornal, como se verificou neste artigo.

Artigo CXXI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no PÚBLICO, a um sábado, 18.05.2013. O autor do artigo é a jornalista Clara Viana. O artigo surge na página 10 (em 48), na secção *Portugal* e sob o tema *Formação de adultos*. Contém 551 palavras, incluindo o título e a entrada, e ocupa três colunas correspondendo a cerca de sessenta por cento da área da página; ao seu lado encontra-se um artigo sobre o tema *Educação*, mas de outro autor. O artigo contém uma foto que já foi integrada em artigos anteriores, neste mesmo jornal, os quais também diziam respeito à INO; esta imagem mostra jovens sentados em cadeiras de braço, no que aparenta ser uma sala, a consultarem um folheto publicitário; a legenda da foto refere a persistência de um défice de qualificação numa determinada faixa etária: “mais de metade da população entre os 55 e os 64 anos não foi além do 1º ciclo”, destacando, desde logo, a necessidade de investir na formação de adultos com baixa escolaridade. O título e a entrada do artigo mostram que o CNE assumiu uma posição crítica relativamente à política educativa do XIX Governo; este órgão contesta a qualidade do serviço que os CQEP irão prestar e o facto de as opções que o Governo está a tomar na certificação de adultos estarem “em contraciclo com as orientações europeias”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o parecer do CNE sobre a educação e formação de adultos, designadamente sobre as atribuições dos CQEP e as alterações na certificação dos adultos em processos de RVCC.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) o CNE; (b) a Ordem dos Psicólogos; (c) José Ferreira Gomes, conselheiro do CNE nomeado pelo MEC; (d) o XVII Governo, referido como o Governo de José Sócrates que lançou em 2005 a INO; e (e) o XIX Governo Constitucional.

4. *Linguagem e retórica*

O autor divulga o parecer do CNE sobre a educação e formação de adultos, publicado na véspera, 17.05.2013, recorrendo a excertos deste documento e ao parecer da Ordem dos Psicólogos relativamente a um aspeto específico. A ênfase do artigo centra-se particularmente em dois tópicos que o CNE considera críticos. Ainda que não utilize o termo “recomendação/ões” a autora apresenta explicitamente uma recomendação feita por este órgão e sublinha a declaração de voto de José Gomes Ferreira, citando-o.

5. *Estratégias discursivas*

Os dois aspetos críticos assinalados pelo CNE, a que a autora dá destaque, prendem-se com o “alargamento aos jovens de 15 anos das acções de orientação dos novos Centros” e com a introdução de uma prova final, de tipo exame, na certificação dos adultos que enveredassem por um processo de RVCC. A argumentação relativamente ao primeiro problema gira em torno da perda de qualidade, rigor e eficiência nos processos de orientação e encaminhamento, uma vez que caberia aos mesmos técnicos fazerem orientação de adultos e de jovens, além da crítica relativamente à sobreposição de funções com os Serviços de Psicologia e orientação das escolas públicas. Clara Viana mostra que esta posição é partilhada também pela Ordem dos Psicólogos que alertam para as consequências:

Em Abril, a Ordem dos Psicólogos já alertara para o risco de o processo de orientação vocacional dos jovens passar a ser feito por técnicos sem formação adequada, o que ‘terá como provável consequência o aumento de desistências e mudanças de cursos por parte dos alunos no ensino secundário, e um aumento das escolhas profissionais inadequadas’.

No que respeita às alterações na certificação de adultos apenas é referida a introdução de uma prova final. A posição crítica do CNE deve-se às semelhanças que a certificação de um processo RVCC passa a ter com um processo certificação por exames escolares, “orientando-o para a memorização de conteúdos, em contraciclo com as orientações europeias, que defendem a valorização das competências adquiridas ao longo da vida”, como dizem, e acrescenta a autora, “como acontecia no programa Novas Oportunidades”.

Um aspeto que é preterido pela jornalista e que consta no documento do CNE, como “recomendação específica” número três, é a necessidade da tutela “equacionar a reintrodução da figura do avaliador externo, ou de procedimentos equivalentes” nos processos de RVCC e nos cursos EFA, como forma de garantir a “qualidade e a credibilidade destes sistemas”. Desta forma o CNE manifesta expressamente uma preocupação com a pretensão dos processos de RVCC e dos cursos EFA *serem* sistemas de formação e certificação com qualidade, mas também o de o *parecerem ser* aos olhos da opinião pública e dos empregadores. Pelo contrário, a autora opta por dar voz a José Gomes Ferreira, que se mostra em desacordo com os restantes membros do CNE reclamando do facto do documento não dar “eco” “às ‘generalizadas dúvidas que têm sido expressas’ quanto ao rigor” da INO.

A recomendação que Clara Viana sublinha é a nona recomendação específica do documento a qual se prende com a necessidade de promover “o envolvimento urgente das instituições do ensino superior na educação e formação de adultos”, justificada, segundo a

autora, “com o facto de as necessidades nesta área irem ‘migrando para níveis mais elevados à medida que as qualificações da população aumentam””.

Na parte final do artigo Clara Viana apresenta um diagnóstico, feito pelo CNE, ainda bastante sombrio dos níveis de qualificação da população adulta que se agrava à medida que se progride nos escalões etários. Esta é uma situação preocupante, do ponto de vista do CNE, pois tal como a autora afirma:

Segundo o CNE, esta situação coloca problemas “a nível preventivo, já que, como o demonstram vários estudos, a uma maior escolarização dos pais tende a corresponder um maior êxito escolar dos filhos”.

6. Posições ideológicas

Clara Viana dá eco às preocupações do CNE sublinhando principalmente as suas críticas à política educativa prosseguida pelo XIX Governo na área da educação e formação de adultos.

Ao apresentar o ponto de vista da Ordem dos Psicólogos Clara Viana reforça a opinião do CNE a propósito das novas competências dos CQEP.

No entanto, parece relativizar as críticas do CNE ao novo processo de certificação de adultos, designadamente a respeito da introdução da prova final nos processos de RVCC, que o Governo justificou com a necessidade de impor rigor, exigência e qualidade ao sistema, ao não sublinhar a recomendação número três do documento e enfatizar a declaração de voto de José Gomes Ferreira. Mas, o facto de a autora referir que este ator foi nomeado pelo MEC, sugere que o seu ponto de vista poderá conter alguma parcialidade. Não obstante, não deixou de lhe dar importância.

Artigo CXXII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal *Correio da Manhã*, a uma sexta-feira, 31.05.2013. O artigo integra uma secção *Especial* dedicada à Formação Profissional e surge na página 11 (em 12). Não está assinado, à semelhança do que acontece com os restantes artigos desta secção. Contém 434 palavras, incluindo os títulos e a entrada. Ocupa a metade superior da página cuja parte inferior é preenchida com um anúncio de divulgação de cursos de um Instituto de ensino superior. O antetítulo do artigo é “Cursos para jovens e adultos”. O título, “As vias da dupla certificação”, revela de forma clara o âmbito do texto; a entrada dirige-se aos leitores jovens e adultos informando-os de que podem obter uma certificação escolar ou profissional de nível 3 ou 4 fazendo formação.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo são as diferentes possibilidades oferecidas aos jovens e aos adultos de obterem uma dupla certificação.

3. *Os agentes*

Nenhum ator é citado ou referido.

4. *Linguagem e retórica*

O artigo não possui autor. Tem um carácter expressamente informativo, pois informa dirigindo-se diretamente ao leitor: “a frequência de cursos de educação e formação para jovens e adultos pode garantir-lhe uma dupla certificação”, ou “O processo de reconhecimento, validação de certificação de competências (RVCC) decorre nos Centros Novas Oportunidades e não obedece ao calendário escolar, pelo que poderá iniciá-lo em qualquer momento”. Todavia esta forma de expressão nem sempre é mantida no corpo do artigo.

Por outro lado, no texto é referida a possibilidade de obter uma qualificação de nível 3 ou 4 mas, ao longo do texto só refere a de nível 3. A incorreção verifica-se nos cursos profissionais que garantiam já à data uma qualificação de nível 4 e não 3, como é afirmado no texto.

Ainda um outro aspeto, não menos importante, é o facto de apesar do artigo tentar expressar a informação de uma forma simples e sucinta peca por falta de clareza na separação que faz da formação que se dirige aos adultos e a que se destina aos jovens.

Por sua vez, apesar dos CQEP já terem substituído os CNO estes continuam a ser referidos; na verdade, à data os CQEP ainda não estavam em funcionamento, mas este aspeto não é referido no texto. Os processos de encaminhamento de adultos que eram feitos pelos CNO e passaram agora a ser atribuição dos CQEP são considerados “cursos Novas oportunidades adultos” e os cursos EFA “Qualificação para adultos”.

A falta de rigor que encontrámos diminui a credibilidade da informação prestada.

Nenhum ator é citado ou referido.

5. *Estratégias discursivas*

As formações de dupla certificação referidas no texto são basicamente cinco: cursos profissionais, cursos de aprendizagem, processos de RVCC, cursos EFA e formações modulares. O espaço dedicado à explicação de cada uma delas é idêntico.

De um modo geral, consoante a especificidade de cada caso, são apresentados aspetos como: (a) a forma de estruturação do curso; (b) a existência de uma componente de estágio, com ou sem elaboração de projeto; (c) o funcionamento em regime de alternância; (d) a questão do regime modular; (e) a possibilidade de interromper e retomar a formação sem perder o adquirido; e, em alguns casos, (f) o nível de qualificação profissional que conferem.

Particularmente nos cursos EFA é sublinhado que são cursos que “Podem ainda ser indicados para quem pretende uma reconversão profissional”.

Sob a designação de “Cursos novas oportunidades adultos” é referido o processo de receção do adulto e o seu encaminhamento por um técnico “para um percurso de qualificação mais adequado ao seu perfil, a fim de poderem concluir os estudos”. De seguida, sob a designação de “qualificação para adultos”, são então referidos os processos de RVCC destacando: (a) o facto de poderem ser iniciados em qualquer altura do ano; (b) valorizarem a aprendizagem ao longo da vida, reconhecendo as competências que o adulto foi adquirindo em contextos formais, não formais e informais; (c) a necessidade do formando eventualmente ter de completar o seu processo com a realização de formações modulares; e (d) poderem conferir uma qualificação escolar e/ou profissional.

6. *Posições ideológicas*

A ênfase é colocada na questão da dupla certificação e no nível de qualificação profissional que cada formação confere, mas não se verifica uma sobrevalorização da componente profissionalizante.

As incorrecções cometidas mostram acima de tudo o quanto a INO foi um programa popular.

Artigo CXXIII

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma terça-feira, 20.08.2013, e o seu autor é a jornalista Clara Viana. Surge nas páginas 4 e 5 (em 48), na secção *Portugal*, sob o tema *Educação*. O artigo, que é manchete do dia no PÚBLICO. Ocupa página e meia e contém 1167 palavras, incluindo o título, o subtítulo, e duas caixas de texto. O artigo contém ainda um conjunto de gráficos, cuja fonte é o MEC, que têm grande impacto visual e sintetizam bastante a informação que se intitula “Sistema de ensino em retracção”.

Uma caixa de texto, designada “Chumbos sobem no 9º ano”, ocupa cerca de metade da área do texto da primeira página. Por sua vez, a outra caixa de texto intitula-se “Faltam funcionários”, e ocupa uma coluna da segunda página.

No título, “Professores contratados e alunos adultos com quebras acentuadas”, é enfatizada a redução do número de adultos e de professores no sistema de ensino. Entretanto, o subtítulo refere uma diminuição do número de alunos no ensino básico justificada pelo decrescimento demográfico. Por sua vez, no título e na notícia da capa do jornal não é mencionada a diminuição do número de adultos em formação. Apenas é referido “menos professores e menos alunos”, sendo a perda de alunos localizada no ensino básico e justificada com base na “quebra demográfica”.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são: (a) a diminuição do número de alunos, crianças, jovens e adultos, e de professores contratados no sistema de ensino; (b) as taxas de conclusão do 9º ano e do ensino secundário; e (c) as carências e dos excessos de funcionários nas escolas públicas.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) Nuno Crato, ministro da Educação e Ciência do XIX Governo; (b) sindicatos e professores, mencionados na generalidade; (c) XVII Governo referido como primeiro governo de José Sócrates que lançou a INO; (d) a OCDE que surge como agente regulador das políticas educativas; (e) a Delegação Regional de Educação do Norte que surge a propósito da falta de funcionários; (f) a Associação dos Diretores de Agrupamentos de Escolas, representada por Filinto Lima; (g) a Associação Nacional de Dirigentes Escolares, representada por Manuel Pereira; e (h) a Agência Lusa, a quem a autora recorre para ouvir Filinto Lima.

4. *Linguagem e retórica*

A autora apresenta e analisa as estatísticas da educação divulgadas no mês de agosto pelo MEC. A ênfase é colocada na questão da redução do número de alunos no sistema de ensino. Das 23 vezes que os termos: “quebra(s)”, “retracção”, “redução”, “reduzido”, “perda”, “perdeu”,

“menos” surgem no texto, nove vezes aparecem na notícia da capa e nos títulos do artigo, sendo que na capa o termo “retracção” surge adjetivado de “acelerada”. A referência aos adultos aparece com menor frequência que aos alunos (jovens); os primeiros são mencionados seis vezes e os últimos 13 vezes. A análise é feita sempre com base em dados quantitativos e auxiliada pela representação gráfica de cada situação. Clara Viana recorre a uma linguagem mais técnica, pois menciona uma quantidade significativa de valores numéricos que dão consistência e solidez à informação, e conseqüentemente conferem credibilidade à sua análise. Ainda assim, não deixa de manter uma cadência do discurso que é formalmente apelativa e para o qual contribui também o uso de expressões como “[...] o principal rombo posto a nu pelas estatísticas [...]”.

Numa das caixas de texto, onde o assunto abordado diz respeito à falta de funcionários em algumas escolas, a voz é dada a dois representantes dos diretores dos Agrupamentos, um deles via agência Lusa. Neste item as citações são frequentes. O assunto tratado nesta caixa de texto surge completamente deslocado dos restantes e parece introduzido por conveniência de oportunidade.

Já na caixa de texto intitulada “Chumbos sobem no 9º ano” a autoridade utilizada pela autora é a OCDE, ainda que esta surja pontualmente.

5. *Estratégias discursivas*

A autora faz uma análise das estatísticas divulgadas pelo MEC. Começa por afirmar que o número de alunos jovens está a diminuir de forma “acelerada” e previsivelmente sustentada. Refere também a diminuição do número de alunos no ensino superior, mas dedica particular atenção aos adultos: sublinha o facto do número de adultos em formação ter diminuído de forma “abrupta” de um ano para o outro com o fim da INO: “o principal rombo posto a nu pelas estatísticas de 2011/2012 diz respeito à quebra abrupta dos adultos em actividades de formação”.

Recorda que, a INO foi criada pelo XVII e permitiu a cerca de 400 mil adultos obterem uma certificação de nível básico ou secundário, frisando que “a maior parte dos adultos das Novas Oportunidades” estava em processo de RVCC e fazendo notar que cerca de 55 mil adultos ainda aguardam a conclusão do processo que está suspenso até abertura dos CQEP.

A diminuição do número de docentes no sistema de ensino é outro tema abordado. Aqui a autora apresenta a opinião de sindicatos e de professores que apontam “a revisão curricular aprovada por Nuno Crato” como a causa desse problema. A questão é mais agravada pela autora ao afirmar que o contingente de professores contratados “se arrisca a desaparecer a partir de Setembro” dada a redução que voltou a sofrer em 2012-2013.

Uma notícia em caixa de texto dá a conhecer a análise da autora relativamente à taxa de conclusão do 9º ano e do ensino secundário, concluindo, no que respeita ao 9º ano, que

permanece “o que a OCDE já classificou de ‘cultura de retenção’”. Sublinha o ensino artístico especializado como aquele em que os alunos têm mais sucesso e os cursos profissionais do ensino secundário como cursos que “têm sido escolhidos por alunos com fraco rendimento escolar”, apesar de frisar que revelam mais sucesso que os cursos científico-humanísticos. Mas, a autora salienta também que “Os alunos dos cursos profissionais não são obrigados a realizar exames para concluírem o ensino secundário”.

É ainda referida a taxa de conclusão elevada do cursos profissionalizantes do ensino básico e o facto das taxas de conclusão das raparigas serem superiores às médias gerais.

6. *Posições ideológicas*

A autora faz uma análise das estatísticas divulgadas pelo MEC sublinhando o que considera mais pertinente, nomeadamente: (a) a questão da diminuição do número de alunos e de professores, (b) a ausência de resposta para os adultos que aguardam a conclusão dos processos de RVCC; (c) a diminuição acentuada do número de adultos em formação; (d) as taxas de retenção no 9º ano que revelam uma “cultura de retenção”, segundo a autora afirmada pela OCDE.

Os cursos profissionais são apresentados como uma segunda escolha, pois são conotados com um público com “fraco rendimento escolar”, ainda que revelem mais sucesso que a maioria dos restantes cursos do ensino secundário; todavia, este sucesso surge relativizado quando a autora faz notar que nestes cursos os alunos “não são obrigados a realizar exames para concluírem o ensino secundário”, sem salientar quaisquer outros aspetos do curso e do respetivo processo de avaliação.

Artigo CXXIV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a uma quarta-feira, 02.10.2013. O autor do artigo é a jornalista Clara Viana. O artigo surge na página 12 (em 48), na secção *Sociedade* e sob o tema *Educação*. Contém 555 palavras, incluindo o título e a entrada do artigo e ocupa duas colunas, ou seja, cerca de quarenta por cento da área da página. Ao seu lado encontra-se a rubrica *Breves* e um artigo com dimensão idêntica, mas cujo tema é o ambiente. O artigo contém uma pequena foto de um adulto a ler um documento cuja legenda é feita em tom depreciativo: “Não há oferta de educação de adultos desde Agosto de 2012”. O título mostra que o tom usado no artigo é crítico relativamente à ação do XIX Governo na área da educação e formação de adultos: “Formação de adultos sem respostas depois do fim das Novas Oportunidades”. A entrada apresenta a posição crítica da ANPEFA sobre o estado da educação e formação de adultos e o ponto da situação relativamente aos CQEP, mostrando o quanto atrasado estava o processo.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são o atraso na abertura dos CQEP e a situação, à data da publicação do artigo, da educação e formação de adultos em Portugal.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais apresentados no artigo são: (a) a ANQEP; (b) o XIX Governo Constitucional; e (c) a ANPEFA, representada pelo seu presidente Sérgio Rodrigues.

4. *Linguagem e retórica*

A autora divulga o atraso na abertura dos novos Centros assumindo ela própria um tom crítico face à situação: “As aulas começaram há duas semanas, já a entrada em funcionamento dos chamados ‘Centros para a Qualificação e Ensino Profissional’ (CQEP) não se avizinha para breve”, sendo que a sua abertura “tinha sido prometida pelo Governo para o início do presente ano lectivo”, como a jornalista afirma. A posição da ANPEFA legitima o seu tom e é a voz a que a autora recorre na problematização da situação.

Clara Viana começa por colocar a tónica no calendário de abertura dos CQEP, mas em análise acaba por estar, também, a política do XIX Governo relativamente à educação e formação de adultos.

Das várias citações que surgem no texto só uma é do XIX Governo, cujo protagonista não é referido; as restantes são de Sérgio Rodrigues, representante da ANPEFA.

5. *Estratégias discursivas*

A autora começa por resumir o tema central do artigo: o adiamento da abertura dos CQEP, sem data agendada, uma vez que o processo de candidaturas ainda está em curso e há vários procedimentos legais a ter em conta, os quais são explicitados pela jornalista. Lembra o compromisso do XIX Governo que não foi cumprido. Para o confirmar e alertar para os riscos do incumprimento do calendário anunciado meses atrás, a autora dá voz à ANPEFA. Esta associação utiliza um tom bastante crítico da (in)ação do XIX Governo na área da educação e formação de adultos, salientando três aspetos:

- “não há oferta de educação de adultos desde Agosto de 2012’, altura em que os centros Novas Oportunidades foram impedidos de receber novas inscrições”, acrescenta a autora;
- “Com um hiato de tempo tão longo, muitos [dos 55 mil adultos com processos de RVCC em curso após fecho dos CNO] poderão já ter desistido”, além de que “a conclusão dos processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) não será fácil”;
- “Com o início do ano lectivo e sem garantias de que serão seleccionadas, [as escolas] tiveram que distribuir os recursos humanos alocados os CQEP por outras funções’, lembra, acrescentando que ‘a sua substituição nas actuais funções criará grande perturbação”;
- A redução dos cursos EFA a “uma expressão ínfima” uma vez que, segundo afirma Sérgio Rodrigues “no ano passado as escolas foram impedidas de abrir cursos EFA de nível secundário que visassem apenas uma certificação escolar. Em vez destes, só foram autorizados cursos de dupla certificação, escolar e profissional”.

Por sua vez, Clara Viana faz um balanço do alcance em termos de quantidade de adultos certificados pela INO, “a maioria” mediante processos de RVCC, ou cursos EFA e reforça a questão da obrigatoriedade de realização de um “exame” [o termo é da autora] e o seu peso na classificação e aprovação dos formandos em RVCC; estas últimas alterações foram introduzidas pelo XIX Governo com a fundamentação de que, assim, se vai passar de “uma perspectiva de quantidade e falta de rigor para uma de qualidade e rigor”, diz a autora citando o Governo.

Clara Viana afirma ainda que “o PÚBLICO tentou saber junto da ANQEP quantas candidaturas foram apresentadas e quantas acabaram indeferidas, mas não obteve resposta”.

A ANPEFA surge no artigo como a voz dominante e crítica da ação governativa na área da educação e formação de adultos. A sua preocupação desta vez não surge virada para os profissionais, ao contrário, a atenção é dada aos adultos que querem ou necessitam de fazer formação, particularmente aqueles que viram os seus processos interrompidos.

6. *Posições ideológicas*

No artigo a autora assinala alguns pontos críticos da atuação do XIX Governo, relativamente à educação e formação de adultos, usando como autoridade a ANPEFA; o principal ponto crítico apontado foi a redução da oferta ou a sua quase inexistência, mostrando que a educação e formação de adultos não era uma das prioridades do XIX Governo.

Artigo CXXV

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo—*notícia*—publicado no jornal Público, a um sábado, 26.10.2013, na página 28 (em 46) da secção *Cultura* e sob o tema *Documentário*. O autor do artigo é o Jorge Mourinha. Contém 742 palavras, incluindo o título e a entrada do artigo. Ocupa oitenta por cento da área da página. Ao seu lado encontram-se duas notícias breves. O artigo contém duas fotos, uma de menores dimensões que mostra um trabalhador numa fábrica e a outra apresenta um grande plano da realizadora do documentário intitulado *Vida Activa*.

O título está formulado sob a forma interrogativa e mostra preocupação com situação das pessoas que perderam o seu emprego: “O que é que aconteceu às pessoas que foram despedidas?”. A entrada do artigo divulga a estreia do filme *Vida Activa* no Festival de Cinema Documental DocLisboa, destacando o nome da sua realizadora, o objeto do documentário, “quem perdeu emprego ou buscava um melhor”, e a condição de realizadora e observadora participante: “quatro anos trabalhou no programa Novas Oportunidades”.

2. *Os temas/objetos*

O tema principal do artigo é o filme documentário “Vida Activa”.

3. *Os agentes*

O único ator no artigo é Susana Nobre, de 39 anos, realizadora do documentário *Vida Activa* que trabalhou como técnica num CNO, em Alverca, entre 2007 e 2011, e é uma das sócias da produtora *Terratreme*.

4. *Linguagem e retórica*

“Está feliz” é a expressão que o autor encontrou para descrever o estado de espírito de Susana Nobre, a quem se refere por vezes pelo nome próprio. É assim que inicia o seu artigo. O autor transmite a ideia de que está a contar uma história tornando a sua leitura bastante apelativa; escreve sobre o filme recorrendo à voz de Susana Nobre.

“Susana Nobre”, “Vida Activa”, “filme”, “desemprego”, “programa novas oportunidades”, “requalificação” e “pessoas”, são os termos mais frequentes no artigo, mostrando que o filme trata do desemprego, da INO, de requalificação e das pessoas, dando destaque à sua realizadora. A INO é apresentada pelo autor do artigo como um programa de requalificação: “[...] Susana Nobre trabalhou no programa de requalificação Novas Oportunidades [...]”.

Um aspeto de realçar é que os termos adulto(s) ou aluno(s) não surgem uma única vez no texto, apesar do filme ser sobre pessoas adultas, inscritas em CNO.

5. *Estratégias discursivas*

O autor começa por explicar o motivo pelo qual Susana Nobre está feliz; aos 39 anos é o seu quinto filme e este demorou sete anos a realizar. Independentemente de qualquer explicação, mais ou menos explícita, o autor apresenta o que considera serem boas razões para a autora estar satisfeita.

A forma como Jorge Mourinha descreve o filme é a seguinte:

- “filme que fala do desemprego e da requalificação, que conta as histórias humanas daqueles que ficaram pelo caminho, quando indústrias e empresas fecharam portas”;
- “documento único sobre o desemprego em Portugal”;
- “é um filme que fala dos dias que vivemos, muito embora tenha sido começado há sete anos”;
- “Mostrar *Vida Activa* é bom. ‘Mais do que um filme que começa e acaba aqui, é o princípio de qualquer coisa.’”
- “não escamoteia a ‘tábua rasa’ que se fez — ‘o final tem a ver com a ideia do encerramento de uma instituição’—, mas não propõe nenhum tipo de ‘defesa’ ou ‘comentário’, político ou ideológico, das Novas Oportunidades.

Todavia, a propósito deste último registo, o autor não deixa de destacar a opinião de Susana Nobre sobre a INO:

‘Quando vou trabalhar em 2007, ainda havia bastante população empregada,’ explica Susana, ‘mas [depois o programa] tornou-se claramente um instrumento de resposta face ao desemprego. E a partir de certa altura houve uma pressão muito grande para o cumprimento das metas, para produzir números, que veio manchar o programa.’

Um dos aspetos que é enfatizado no texto e que confere autenticidade ao documentário é o seu processo de realização, que assume as características de uma investigação qualitativa como o autor mostra, nomeadamente, no modo como descreve a forma como Susana Nobre olha para o contexto, de dentro, assumindo um posicionamento dinâmico que revela uma tensão constante entre o sujeito e o objeto de estudo e que o autor do artigo tão bem realça na sua afirmação: “É esse “equilíbrio delicado”, ao mesmo tempo participante e observador do processo, que torna *Vida Activa* num documento único sobre o desemprego em Portugal”:

Entre 2007 e o seu cancelamento em 2011, Susana Nobre trabalhou no programa de requalificação Novas Oportunidades, lidando diariamente com as pessoas inscritas na zona de Vila Franca de Xira e Alverca do Ribatejo, ao mesmo tempo que, com conhecimento das hierarquias e dos entrevistados, ia filmando os contactos. ‘[Sempre]

nessa tensão entre as minhas responsabilidades como técnica e o meu desejo de filmar,’
[...]

Mas, outros aspetos que definem uma investigação qualitativa estão também presentes nos seguintes excertos e ao longo do texto:

O contacto quotidiano com as pessoas [...] acabaria por levar o filme noutra direcção. ‘O que me passou a interessar foi seguir o fio do problema, e ir buscar protagonistas que fossem testemunhas desse problema.’

“Só encontrei uma pessoa que disse, claramente, que ia roubar quando o subsídio de desemprego terminasse”, admite Susana. “Acho que a situação ainda é sustentada pelo Estado social. A geração que tem hoje 60 anos ainda beneficia de um bom subsídio de desemprego que depois pega com a reforma. Mas isso já não vai acontecer com quem tem 40 anos...”

“Mais do que um filme que começa e acaba aqui, é o princípio de qualquer coisa.”

6. *Posições ideológicas*

Mais do que divulgar um filme o autor fala sobre a investigação qualitativa subjacente à realização do filme e expõe várias problemáticas que tomaram uma nova dimensão com a crise económica: (a) a urgente qualificação e requalificação das pessoas justificada principalmente pela necessidade de sobrevivência ou de regresso ao mercado de trabalho; (b) o desemprego e o despedimento inesperado; e (c) o papel do Estado social em situações pontuais e de carência prolongada.

“Requalificação” é o termo que o autor utiliza quando se refere à INO, aos processos de RVCC ou a outras formações que os adultos se propunham fazer ao inscreverem-se nos CNO. Este aspeto, a par com o facto de a INO ser mencionada como um programa que, legitimado pela crise económica que Portugal começou a atravessar, passou a ser utilizado como forma de requalificação forçada e acelerada, apresenta a INO como uma tecnologia neoliberal. Todavia, na opinião de Susana Nobre, o início (da INO) foi diferente.

Artigo CXXVI

1. *Descritores de superfície e organização estrutural*

Trata-se de um artigo de *opinião* publicado no jornal Público, a um sábado, 16.02.2013; o seu autor é Luís Capucha que assina o artigo na qualidade de Professor no IUL-ISCTE. Surge na penúltima página do jornal, na secção *Espaço Público* e subsecção *Debate* sob o tema *Educação de Adultos*. Tem 1042 palavras, ocupa dois terços da página na qual se encontra um outro artigo de opinião sobre outro assunto; contém uma foto do autor do tipo passe e uma outra foto que mostra alguns adultos a trabalhar num espaço que parece ser uma sala de aula.

O título do artigo, escrito sob a forma interrogativa, cria a expectativa sobre o futuro da educação de adultos, numa altura em os CNO estavam exangues e a aguardar a sua extinção ou substituição; porém, os termos utilizados pelo autor na pergunta dão a ideia que nenhuma política viria ocupar o espaço deixado pela INO, ou o que se seguiria era, do seu ponto de vista, desinteressante.

A caixa de texto assume o formato de uma coluna estreita no meio das duas colunas que contém o corpo do artigo; em termos de conteúdo, reforça a ideia que o autor deixa transparecer no título e apresenta a sua posição perante o que supõe ser a agenda política do XIX Governo.

2. *Os temas/objetos*

Os temas principais do artigo são (a) o projeto de Portaria que cria os CQEP, (b) a política do XIX Governo para a educação de adultos e (c) os processos de RVCC. Associado a este tema surgem diversos assuntos: (a) os recursos alocados à educação de adultos, (b) o rigor dos procedimentos no novo modelo de RVCC, (c) a avaliação de competências de adultos, e (d) o impacto da certificação de adultos na empregabilidade.

3. *Os agentes*

Os agentes ou atores sociais principais apresentados no artigo são o XIX Governo Constitucional, o primeiro-ministro e o ministro da Educação. A OCDE é o agente referido pelo autor que surge como entidade reguladora com funções de avaliação no campo da educação de adultos, nomeadamente no que respeita à literacia de adultos.

4. *Linguagem e retórica*

O autor apresenta um discurso que mostra uma orientação clara e bastante fundamentada do sentido da opinião emitida. Luís Capucha orienta o seu auditório para refletir sobre os problemas concretos que ele próprio encontra na análise que faz do diploma que cria os CQEP. Formula-os sob a forma de perguntas distribuídas ao longo de oito itens—faz ao todo onze perguntas—para as quais apresenta, em alguns casos, uma resposta muito curta: “Não é assim”, “Não parece”, “Não se sabe” ou “Não podem”: Esta forma de argumentação reforça o ponto de

vista do autor que defende os processos originais de RVCC da INO e mostra o que considera ser a intenção do Governo a curto prazo no que respeita à educação de adultos.

5. *Estratégias discursivas*

Luís Capucha, apresenta detalhadamente o seu ponto de vista sobre o projeto de Portaria que cria os CQEP. Dá um destaque especial quer ao processo de RVCC, o qual defende e explica com pormenor o motivo da sua adesão, quer à questão do financiamento que, na sua perspectiva, vai inviabilizar o funcionamento dos CQEP e deixar o País com “um enorme vazio na Educação de Adultos - que deveria ser uma prioridade absoluta de qualquer governo”.

No seu entender, por muitos defeitos que o projeto tenha possui um mérito: “Consagra legalmente os processos RVCC e já não se diz que só servem para ‘certificar a ignorância’, nem que são uma fraude”. Porém, já os novos procedimentos inerentes aos processos de RVCC são alvo de forte contestação, por parte do autor, senão veja-se:

- Num primeiro momento questiona a atribuição de funções de orientação profissional de jovens e adultos aos CQEP, pela escassez de recursos e pela ineficiência do sistema ao duplicar organismos com as mesmas funções com as dificuldades de articulação que isso acarreta;
- Seguidamente aborda a questão do rigor dos procedimentos nos processos de RVCC; sublinha a questão do rigor, ou seja, da sua redução, apontando os seguintes motivos: (a) diminui o grau de especialização dos técnicos de orientação e de acolhimento, (b) “elimina a figura de avaliador”, (c) “retira ao processo RVCC a formação complementar”, e (d) substitui o júri externo de certificação do portefólio reflexivo por “uma espécie de exame final”;
- Posteriormente explica o valor da utilização do portefólio na avaliação de competências dos adultos, salientando o facto de ser “um método consagrado”, e crítica veementemente a introdução de exames, nomeadamente pelo que eles transportam de conceções educativas e pelo “papel pernicioso nos processos de RVCC”, aspeto que o autor explica com detalhe.

Um outro aspeto que o autor também sublinha prende-se com a questão dos efeitos da certificação de adultos na empregabilidade, que do seu ponto de vista é uma preocupação do Governo neste novo diploma. Lembra o autor que este Governo já havia condenado a INO por não ter efeitos na empregabilidade; ora, considerando que não se verificou um acréscimo da taxa média de desemprego entre os adultos inscritos na INO, num período em que o desemprego aumentou, o autor deduz que a única conclusão possível é que a INO “constituiu um fator de protecção face à grave crise de desemprego”.

6. *Posições ideológicas*

O autor mostra preocupação com o futuro da educação de adultos em Portugal face ao diploma que havia sido divulgado no mês anterior sobre a criação dos CQEP. Assume uma posição muito crítica sobre a intenção do XIX Governo quer pelas alterações que introduz nos procedimentos relativos aos processos de RVCC quer pelo facto do orçamento afeto à educação de adultos não permitir desenvolver o muito trabalho que ainda há a fazer nesta área.

Ainda que admita algum mérito ao projeto de Portaria pelo facto de reconhecer os processos de RVCC, as alterações que o Governo introduziu diminuem o seu rigor e as oportunidades de aquisição de conhecimentos, pois terminam com a formação complementar e com a utilização do Portefólio Reflexivo de Aprendizagem na avaliação de competências e substituem a aprendizagem pelo treino e pela memorização ao introduzir um exame final; são fatores que na perspetiva de Luís Capucha pervertem “todos os princípios da educação de adultos consagrados em Portugal há mais de 30 anos”.

Como agravante, aquilo que poderia aparentar ser um renovar dos agentes institucionais (uma nova rede de CQEP), com vista a uma nova fase da educação/formação de adultos, do seu ponto de vista, mais preocupada com os desafios da economia e da empregabilidade, será um logro pois o financiamento previsto para o funcionamento dos CQEP é irrisório e, por conseguinte, “abrir-se-á, sob o falso argumento da crise financeira, um enorme vazio na educação de adultos”.